



EDP Renováveis, S.A.

Sede: Plaza de la Gesta, n.º 2, Oviedo, Espanha
Capital Social: € 3.381.419.280,00
Inscrita no Registo Mercantil das Astúrias, tomo 3.671,
caderno 177, folha n.º AS – 37.669
C.I.F. n.º A-74219304

(Entidade Emitente e Oferente)

**PROSPECTO DE OFERTA PÚBLICA DE SUBSCRIÇÃO
E DE ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO
NO EUROLIST BY EURONEXT LISBON**

**OFERTA PÚBLICA DE SUBSCRIÇÃO DE 45.085.590 ACÇÕES ORDINÁRIAS,
NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, COM O VALOR NOMINAL UNITÁRIO DE 5
EUROS, REPRESENTATIVAS DE 5% DO CAPITAL SOCIAL DA EDP RENOVÁVEIS,
S.A., APÓS A SUBSCRIÇÃO INTEGRAL DO AUMENTO DE CAPITAL**

E

**ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DE UM MÁXIMO DE 901.711.808 ACÇÕES
ORDINÁRIAS, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, COM O VALOR NÓMINAL
UNITÁRIO DE 5 EUROS, REPRESENTATIVAS DE 100% DO CAPITAL SOCIAL DA
EDP RENOVÁVEIS, S.A., APÓS A SUBSCRIÇÃO INTEGRAL DO AUMENTO DE
CAPITAL**

COORDENADORES GLOBAIS DA OPS



15 de Maio de 2008

ADVERTÊNCIAS

O presente Prospecto de oferta pública de subscrição e admissão à negociação é elaborado para efeitos do disposto nos artigos 114.º, 135.º, 135.º-A e 236.º do Cód.VM. A sua forma e conteúdo obedecem ao preceituado no Cód.VM, ao disposto no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril, objecto da rectificação publicada no Jornal Oficial n.º L 215, de 16 de Junho de 2004, e demais legislação aplicável. O presente Prospecto foi objecto de aprovação por parte da CMVM e encontra-se disponível sob a forma electrónica no sítio na internet da CMVM em www.cmvm.pt e no sítio na internet da EDP Renováveis em www.edprenovaveis.com.

A presente oferta enquadra-se na oferta pública inicial das Acções representativas do capital social da EDP Renováveis. Neste contexto, o Emitente e Oferente irá oferecer um máximo de 225.427.952 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de até 25% do capital social da EDP Renováveis, após a integral subscrição do aumento de capital social (a “Oferta”).

O presente Prospecto diz respeito à oferta pública de subscrição de 45.085.590 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 5 Euros, representativas de 5% do capital social da EDP Renováveis, após aumento de capital incluindo a subscrição do Lote Suplementar de Acções e de admissão à negociação de até 901.711.808 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de 100% do capital social da EDP Renováveis (a “Oferta Pública de Subscrição” ou “OPS”).

As entidades que, no âmbito do disposto nos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM, são responsáveis pela completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação contida no presente Prospecto encontram-se indicadas no Capítulo 5, “Responsáveis pela Informação”.

O n.º 5 do artigo 118.º do Cód.VM estabelece que a aprovação do Prospecto “é o acto que implica a verificação da sua conformidade com as exigências de completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação”. O n.º 7 do artigo 118.º do Cód.VM estabelece que a aprovação do Prospecto não envolve “qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica ou financeira do Emitente e Oferente ou do garante, à viabilidade da oferta ou à qualidade dos valores mobiliários”.

Nos termos do artigo 234.º, n.º 2 do Cód.VM, a decisão de admissão de valores mobiliários à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A., “não envolve qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica e financeira do Emitente e Oferente, à viabilidade deste e à qualidade dos valores mobiliários admitidos”.

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento, S.A. e o Caixa – Banco de Investimento, S.A. são os Coordenadores Globais da OPS responsáveis pela prestação dos serviços de assistência ao Emitente e Oferente na preparação, lançamento e execução da OPS e de assessoria ao processo de admissão à negociação das Acções representativas do capital social do Emitente e Oferente, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 113.º do Cód.VM. O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento,

S.A., e o Caixa – Banco de Investimento, S.A., são responsáveis, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM, pela prestação dos serviços de assistência previstos no artigo 337.º do Cód.VM, devendo assegurar o respeito pelos preceitos legais e regulamentares em especial quanto à qualidade da informação. Não obstante, o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento, S.A. e o Caixa – Banco de Investimento, S.A., não realizaram uma verificação autónoma de todos os factos ou informação constantes deste Prospecto.

A existência deste Prospecto não assegura que a informação nele contida se mantenha inalterada desde a data da sua disponibilização, não obstante, se, entre a data da sua aprovação e a data de admissão à negociação das Acções, for detectada alguma deficiência no Prospecto ou ocorrer qualquer facto novo ou se tome conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no Prospecto, que sejam relevantes para a decisão a tomar pelos destinatários da OPS, o Emitente e Oferente deverá requerer imediatamente à CMVM a aprovação de adenda ou rectificação do Prospecto.

Os riscos relacionados com a actividade do Emitente e Oferente, com a sua estrutura accionista, com a Oferta, com as Acções, com os mercados financeiros e com a apresentação de informação financeira estão referidos no Capítulo 2 do presente Prospecto (Factores de Risco). Os potenciais investidores devem ponderar cuidadosamente os riscos referidos e as demais advertências constantes deste Prospecto antes de tomarem qualquer decisão de investimento no âmbito da Oferta. Para quaisquer dúvidas que possam subsistir a este propósito, os potenciais investidores deverão informar-se junto dos seus consultores jurídicos e financeiros.

Os potenciais investidores devem informar-se sobre as implicações legais e fiscais, existentes no seu país de residência, que decorrem da subscrição, detenção ou venda das Acções do Emitente e Oferente e que lhes sejam aplicáveis.

O presente Prospecto não constitui uma oferta de valores mobiliários nem um convite à subscrição de valores mobiliários por parte dos Coordenadores Globais da OPS. O presente Prospecto não configura igualmente uma análise quanto à qualidade das Acções nem uma recomendação à sua subscrição.

Qualquer decisão de investimento deverá basear-se na informação do Prospecto no seu conjunto e ser efectuada após avaliação independente da condição económica, situação financeira e demais elementos relativos ao Emitente e Oferente. Em acréscimo, nenhuma decisão quanto à intenção de investimento deverá ser tomada sem prévia análise, pelo potencial investidor e pelos seus eventuais consultores, do Prospecto no seu conjunto, mesmo que a informação relevante seja prestada mediante a remissão para outra parte deste Prospecto ou para outros documentos incorporados no mesmo.

A distribuição do presente Prospecto ou a subscrição das Acções pode estar restringida em certas jurisdições (Restrições à Participação na Oferta). Aqueles em cuja posse o presente Prospecto se encontre deverão informar-se e observar essas restrições.

DECLARAÇÕES RELATIVAS AO FUTURO

O presente Prospecto inclui declarações relativas ao futuro reflexo das intenções, convicções, expectativas actuais e projecções sobre os resultados futuros da actividade da EDP Renováveis, condições financeiras, performance líquida, perspectivas, crescimento antecipado, planos de estratégia, tendências e mercados em que a EDP Renováveis actua. As palavras ou expressões “antecipa”, “acredita”, “espera”, “planeia”, “pretende”, “tem intenção de”, “estima”, “projecta”, “irá”, “procura(-se)”, “antecipa(-se)”, “prevê(-se)”, “perspectiva(-se)”, “poderá”, “que poderia” e expressões similares destinam-se a identificar declarações relativas ao futuro. Com excepção das declarações sobre factos pretéritos constantes do presente Prospecto, quaisquer declarações que constem do presente Prospecto, incluindo, sem limitar, em relação à situação financeira, às receitas e rentabilidade (incluindo quaisquer projecções ou previsões financeiras ou operacionais), à estratégia da actividade, às perspectivas, planos e objectivos de gestão para operações futuras constituem declarações relativas ao futuro. Estas declarações relativas ao futuro, ou quaisquer outras projecções contidas no Prospecto, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas e outros factores que podem conduzir a que os resultados concretos, a performance efectiva ou a concretização de objectivos da EDP Renováveis ou os resultados do sector sejam significativamente diferentes dos que constam ou estão implícitos nas declarações relativas ao futuro. Estas declarações relativas ao futuro baseiam-se numa multiplicidade de pressupostos, convicções, expectativas, estimativas e projecções da EDP Renováveis em relação às actuais e futuras estratégias de negócio da EDP Renováveis e do contexto em que a EDP Renováveis espera vir a desenvolver a sua actividade no futuro. Para além de outros referidos no presente Prospecto, entre os mais importantes factores que podem causar uma variação significativa entre os resultados concretos, a performance efectiva ou a concretização de objectivos da EDP Renováveis e aquelas constantes das declarações relativas ao futuro incluem-se, nomeadamente, os seguintes:

- variabilidade da produção de electricidade devido a variações das condições climáticas;
- os efeitos da legislação e regulamentação local, nacional ou internacional sobre os negócios da EDP Renováveis;
- políticas, decisões, legislação e regulamentação local, nacional ou internacional favorável aos projectos de energias renováveis;
- não cumprimento ou modificação de legislação e regulamentação aplicável à actividade da EDP Renováveis;
- dificuldades de desenvolvimento de projectos, incluindo, limitações respeitantes à disponibilidade geográfica para instalação de projectos, concorrência na obtenção de autorizações e licenças, prazos de obtenção de autorizações e licenças e capacidade de interconexão às redes de transporte de electricidade;
- incertezas relacionadas com as projecções de capacidade do “pipeline” da EDP Renováveis;
- as alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio e a disponibilidade de meios de financiamento em condições favoráveis;
- flutuações do mercado e nos preços de venda de electricidade;
- aptidão da EDP Renováveis no acompanhamento e adaptação a eventuais alterações tecnológicas;
- aparecimento de tecnologias concorrentes no sector das energias renováveis;
- diminuição do período de vida útil e aumento dos custos de manutenção das turbinas eólicas e demais equipamentos;
- indisponibilidade de equipamentos, tais como turbinas, pás e torres;

- reacção pública negativa em relação a projectos de energias renováveis;
- conflitos de interesse com o accionista maioritário da EDP Renováveis, a EDP;
- incertezas relacionadas com a eficácia da estratégia financeira de cobertura de risco da EDP Renováveis;
- possível responsabilidade civil ambiental e custos relacionados com o cumprimento da legislação e regulamentação ambiental aplicável;
- a ocorrência de desastres naturais ou outros eventos de força maior;
- o impacto do nível de endividamento da EDP Renováveis;
- capacidade de implementar de forma bem sucedida o plano de expansão de operações da EDP Renováveis, de realizar sinergias, de reduzir de custos e de criar oportunidades de crescimento;
- a implementação da estratégia de negócio e crescimento da EDP Renováveis nos mercados de expansão;
- pressão sobre os recursos humanos disponíveis devido à rápida expansão do negócio da EDP Renováveis;
- ocorrência de custos imprevisíveis e não estimados, incluindo potenciais responsabilidades fiscais, relacionados com as participações em sociedades detidas pela EDP Renováveis;
- falhas da rede informática ou dos procedimentos operacionais da EDP Renováveis ou outras falhas tecnológicas;
- cobertura limitada de risco contra todos os riscos;
- disponibilidade de crédito e garantias de liquidez necessárias em algumas jurisdições;
- incumprimento por parte de clientes e capacidade da EDP Renováveis para executar judicial ou extrajudicialmente determinadas disposições contratuais;
- perda de determinados quadros superiores sénior e/ou de empregados chave;
- potenciais perdas decorrentes de litígios arbitrais ou judiciais.
- abrandamento sustentado do consumo de electricidade no mercado ibérico;
- o impacto dos atrasos na construção dos projectos da EDP Renováveis;
- as restrições no pagamento de dividendos pelas sociedades participadas da EDP Renováveis.

Entre os factores que podem causar uma variação significativa nos resultados reais ou na performance do sector, na concretização de objectivos da EDP Renováveis, para além daquelas constantes das declarações relativas ao futuro incluem-se, nomeadamente, aqueles analisados no Capítulo 2 do presente Prospecto (Factores de risco). Sem prejuízo do disposto nas normas imperativas aplicáveis em matéria de divulgação de informação por emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, as declarações relativas ao futuro referem-se exclusivamente à data do presente Prospecto e a EDP Renováveis não assume qualquer obrigação ou responsabilidade de actualizar ou rever publicamente quaisquer declarações relativas ao futuro constantes do presente Prospecto para reflectir qualquer alteração nas expectativas da EDP Renováveis ou qualquer alteração nos eventos, condições ou circunstâncias em que essas declarações relativas ao futuro se baseiam, salvo se entre a data de aprovação do Prospecto e a data de admissão à negociação das Acções for detectada alguma deficiência do Prospecto, ocorrer algum facto novo ou se tomar conhecimento de qualquer facto anterior, não considerado no Prospecto, que seja relevante para o processo de tomada de decisão pelos destinatários da Oferta, caso em que será requerida à CMVM a aprovação de uma adenda ou rectificação ao Prospecto. Tendo em consideração as incertezas associadas às declarações relativas ao futuro, não é possível assegurar que os resultados ou eventos projectados venham a ser alcançados. Adverte-se expressamente os potenciais investidores

para ponderarem cuidadosamente as declarações relativas ao futuro e a eventual existência de riscos adicionais, actualmente considerados imateriais ou desconhecidos da EDP Renováveis, que poderão também causar uma variação significativa entre os resultados reais a performance efectiva ou a concretização dos objectivos da EDP Renováveis e aqueles constantes das declarações relativas ao futuro, previamente à tomada de qualquer decisão de investimento no âmbito da Oferta.

ÍNDICE

ADVERTÊNCIAS.....	2
DECLARAÇÕES RELATIVAS AO FUTURO	4
CAPÍTULO 1 – SUMÁRIO.....	18
1.1 Factores de risco.....	20
1.1.1 Riscos relacionados com a actividade do Emitente e Oferente.....	20
1.1.2 Riscos relacionados com a estrutura accionista do Emitente e Oferente	21
1.1.3 Riscos associados à Oferta, aos valores mobiliários objecto da Oferta, aos mercados financeiros e à apresentação de informação financeira.....	22
1.2 Responsáveis pela informação	22
1.3 Características essenciais da operação.....	25
1.4 Motivos da Oferta e afectação das receitas	33
1.5 Diluição.....	34
1.6 Informação sobre o Emitente e Oferente.....	34
1.7 Informação adicional.....	40
1.7.1 Capital social	40
1.7.2 Documentação acessível ao público	41
CAPÍTULO 2 – FACTORES DE RISCO	42
2.1 Factores de risco relacionados com a actividade do Emitente e Oferente.....	42
2.2 Factores de risco relacionados com a estrutura accionista do Emitente e Oferente.....	66
2.3 Riscos associados à Oferta, aos valores mobiliários objecto da Oferta, aos mercados financeiros e à apresentação de informação financeira.	69
CAPÍTULO 3 – MOTIVOS DA OFERTA E AFECTAÇÃO DAS RECEITAS.....	76
CAPÍTULO 4 – DILUIÇÃO	77
CAPÍTULO 5 – RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO	79
5.1 Identificação dos responsáveis pela informação contida no Prospecto.....	79
5.2 Disposições legais relevantes sobre responsabilidade pela informação	80
5.3 Declaração emitida pelos responsáveis pela informação contida no Prospecto.....	81
CAPÍTULO 6 – INFORMAÇÃO FINANCEIRA SELECIONADA	82
CAPÍTULO 7 – CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO.....	97
CAPÍTULO 8 – DESCRIÇÃO DA OFERTA.....	99
8.1 Informação Relativa aos Valores Mobiliários a Oferecer/Admitir à Negociação.....	99
8.1.1 Tipo e categoria dos valores mobiliários	99
8.1.2. Legislação ao abrigo da qual os títulos foram criados.....	99
8.1.3. Modalidades e formas de representação dos valores mobiliários.....	99

8.1.4. Moeda em que os valores mobiliários são emitidos	100
8.1.5. Direitos, incluindo eventuais restrições dos mesmos, inerentes aos valores mobiliários e o procedimento a observar para o exercício desses direitos	100
8.1.6. Declaração sobre as deliberações, autorizações e aprovações ao abrigo das quais os valores mobiliários irão ser oferecidos	100
8.1.7. Eventuais restrições à livre transmissão e oneração das Acções.....	101
8.1.8. Eventuais ofertas públicas de aquisição obrigatórias	103
8.1.9. Ofertas públicas de aquisição lançadas por terceiros durante o último exercício e o exercício em curso	108
8.2. Condições da Oferta.....	108
8.2.1. Condições, estatísticas da Oferta, calendário previsto e modalidades de subscrição	108
8.2.2. Plano de distribuição e atribuição.....	113
8.2.3. Fixação dos preços.....	118
8.2.4. Colocação e tomada firme	118
8.2.5. Interesses de pessoas singulares e colectivas envolvidas na Oferta	120
8.3. Admissão à Negociação e Modalidades de Negociação	120
8.3.1. Admissão à negociação.....	120
8.3.2. Mercados em que as Acções já foram admitidas.....	120
8.3.3. Subscrição ou colocação em privado das Acções	120
8.4. Acordo de Lock-Up.....	121
CAPÍTULO 9 – REGIME FISCAL	123
9.1. Considerações sobre o regime fiscal em Portugal.....	123
9.2. Considerações sobre o regime fiscal em Espanha	126
9.3. Accionistas não residentes em Espanha	130
9.4. Convenção para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.....	134
CAPÍTULO 10 – DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE DO EMITENTE E OFERENTE	135
10.1. A indústria das energias renováveis	135
10.2. O Mercado da Energia Eólica.....	143
10.3. Organograma.....	158
10.4. Aspectos gerais	159
10.5. Historial	161
10.6. Actividade do Emitente e Oferente.....	164
10.7. Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente	219
10.8. Principais Acontecimentos.....	252
10.9. Informação sobre tendências	253
10.10. Estratégia e Vantagens Competitivas	254
10.11. Política de dividendos	259
10.12. Investimentos	260
10.13. Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças	260
10.14. Imóveis, instalações e equipamentos.....	261
10.15. Dependências significativas.....	266
10.16. Alteração significativa na situação financeira ou comercial do Emitente e Oferente.....	266
10.17. Acções judiciais e arbitrais.....	267

10.18. Seguros	267
10.19. Interrupções de actividade.....	267
CAPÍTULO 11 – ANÁLISE DA GESTÃO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMITENTE E OFERENTE	270
CAPÍTULO 12 – LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL	304
12.1 Descrição dos fluxos de tesouraria.....	304
12.2 Recursos financeiros.....	304
12.3 Declaração do Emitente e Oferente relativa ao fundo de maneo.....	304
CAPÍTULO 13 – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL	305
13.1 Composição e Funcionamento do Órgão de Administração	305
13.1.1. Composição do Conselho de Administração	305
13.1.2. Funcionamento do Conselho de Administração	313
13.2 Composição do órgão de fiscalização.....	315
13.3 Remunerações e outros benefícios.....	316
13.4 Informação complementar.....	317
13.5 Detenção de Acções por parte dos órgãos de Administração e de Fiscalização	317
13.6 Prazos dos mandatos dos órgãos de Administração e de Fiscalização	318
13.7 Informações sobre a comissão de nomeações e remunerações	318
13.8 Conflitos de interesses de membros dos órgãos de administração e de fiscalização	318
13.9 Cumprimento das obrigações previstas no regime do governo das sociedades comerciais	319
13.10 Outros Dirigentes	328
13.11 Outros órgãos sociais.....	334
13.12 Representante para as Relações com o Mercado.....	336
13.13 Pessoal	337
CAPÍTULO 14 – PRINCIPAIS ACCIONISTAS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES TERCEIRAS ESPECIALMENTE RELACIONADAS	340
14.1 Principais Accionistas.....	340
14.1.1 Principais Accionistas antes da Oferta	340
14.1.2 Principais Accionistas depois da Oferta.....	340
14.2 Transacções com Entidades Terceiras Relacionadas	340
14.3 Acordos para alteração do controlo do Emitente e Oferente	345
CAPÍTULO 15 – INFORMAÇÃO ADICIONAL.....	347
15.1 Identificação do Emitente e Oferente.....	347
15.2 Capital social	347
15.2.1 Valor e representação	347
15.2.2 Evolução do capital social	347
15.2.3 Acções próprias.....	348
15.3 Estatutos e legislação	349

15.3.1 Descrição dos principais direitos e restrições inerentes às Acções.....	349
15.3.2 Objecto social e objectivos e metas do Emitente e Oferente.....	353
15.3.3 Capital social, outros valores mobiliários, direito de preferência e direito a receber novas acções emitidas no âmbito de aumento de capital por incorporação de reservas.....	354
15.3.4 Principais disposições estatutárias relativas aos órgãos de Administração e Fiscalização.....	354
15.3.5 Participações qualificadas e comunicação de participações	355
15.4 Contratos Significativos	356
CAPÍTULO 16 – INFORMAÇÕES SOBRE A DETENÇÃO DE PARTICIPAÇÕES..	361
CAPÍTULO 17 – INFORMAÇÕES DE TERCEIROS, DECLARAÇÕES DE PERITOS E DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS INTERESSES.....	364
CAPÍTULO 18 – DOCUMENTAÇÃO ACESSÍVEL AO PÚBLICO	365
ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTAS PRÓ-FORMA	I

DEFINIÇÕES

Excepto se expressamente indicado de outro modo, os termos a seguir mencionados têm, no presente Prospecto, os significados aqui referidos:

“Accionistas da EDP”

Os investidores que sejam titulares de acções representativas do capital social da EDP – Energias de Portugal, S.A. (ISIN: PTEDP0AM0009) à data de 15 de Maio, fazendo prova dessa qualidade através da apresentação de certificado emitido pelo respectivo intermediário financeiro de acordo com o disposto nos números 1 e 2 do artigo 78.º do Cód.VM, excepto se a ordem for transmitida ao intermediário financeiro junto do qual o accionista da EDP tenha as acções da EDP de que seja titular registadas na data de referência, caso em que caberá ao próprio intermediário financeiro verificar a veracidade da informação prestada pelo investidor.

“Acções”

As acções ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de 5 Euros, representativas do capital social da EDP Renováveis.

“Acções a alienar na OPS”

As 45.085.590 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de 5% do capital social da EDP Renováveis após aumento de capital incluindo a subscrição do Lote Suplementar de Acções que são objecto de oferta na OPS, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da EDP Renováveis com data de 13 de Maio de 2008.

“Acções a alienar na Venda Institucional”

Um máximo de 180.342.362 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de até 20% do capital social da EDP Renováveis após aumento de capital, incluindo a subscrição do Lote Suplementar de Acções, que são objecto da Venda Institucional de acordo com o Contrato de Venda Institucional e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da EDP

	Renováveis com data de 13 de Maio de 2008.
“CAE”	Contrato(s) de aquisição de energia.
“CaixaBI”	O Caixa – Banco de Investimento, S.A.
“CAGR”	Taxa anual de crescimento composto.
“Central de Valores Mobiliários” ou “CVM”	A central de valores mobiliários gerida pela Interbolsa.
“Citi”	O Citigroup Global Markets Limited.
“CMVM”	A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
“CNMV”	A Comisión Nacional del Mercado de Valores.
“Cód.VM”	O Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 61/2002, de 20 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 de Março (rectificado pela Declaração de Rectificação 5-C/2003, de 30 de Abril), pelo Decreto-Lei n.º 107/2003, de 4 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 183/2003, de 19 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 66/2004, de 24 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 52/2006, de 15 de Março (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 21/2006, de 30 de Março), pelo Decreto-Lei n.º 219/2006, de 2 de Novembro e pelo Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro (rectificado pela Declaração 117-A/2007, de 28 de Dezembro).
“Comercializador de Último Recurso”	O comercializador de último recurso do Sistema Eléctrico Nacional – a EDP Serviço Universal, S.A.
“Contrato de Venda Institucional”	O “Underwriting Agreement” a celebrar entre o Emitente e Oferente e o Sindicato da Venda Institucional.
“Coordenadores Globais da OPS”	O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento e o Caixa – Banco de Investimento, S.A., S.A.
“CSC”	O Código das Sociedades Comerciais,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, tal como alterado posteriormente.

“DGEG”	A Direcção Geral de Energia e Geologia.
“Dólar Americano”	A divisa dos E.U.A.
“EDP”	A EDP – Energias de Portugal, S.A. ou a EDP – Energias de Portugal, S.A., actuando através da EDP – Energias de Portugal, S.A., Sucursal en España, conforme aplicável.
“EDP Comercial”	A EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.
“EDP Distribuição”	A EDP Distribuição – Energia, S.A.
“EDP Inovação”	A EDP Inovação, S.A.
“EDP Produção”	A EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
“EDP Renováveis”, “Emitente e Oferente” ou “Sociedade”	A EDP Renováveis, S.A.
“EDP Serviço Universal”	A EDP – Serviço Universal, S.A.
“Enernova”	A Enernova – Novas Energias, S.A.
“ERSE”	A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos em Portugal.
“Espírito Santo Investment”	O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
“Estatutos” ou “Contrato de Sociedade”	Os estatutos actualizados do Emitente e Oferente.
“E.U.A.”	Os Estados Unidos da América.
“Euro” ou “€”	A divisa dos Estados-Membros que participam na 3.ª fase da União Económica e Monetária Europeia.
“Eurolist by Euronext Lisbon”	O mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.
“Euronext Lisbon”	A Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

“Genesa”	A Generaciones Especiales I, S.L.
“Grupo EDP”	Excepto se o contrário resultar do respectivo contexto, o grupo de sociedades composto pela EDP – Energias de Portugal, S.A. e as sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Cód.VM.
“Grupo EDP Renováveis”	Excepto se o contrário resultar do respectivo contexto, o grupo de sociedades composto pela EDP Renováveis, S.A. e as sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Cód.VM.
“GWh”	Um milhar de MWh.
“Hidrocantábrico”	A Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.
“Horizon”	A Horizon Wind Energy, LLC.
“IAS/IFRS”	Os International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards, adoptados pelo Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 1606/2002, de 12 de Julho de 2002.
“Interbolsa”	A Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.
“KWh”	Um milhar de Wh.
“MIBEL”	O Mercado Ibérico da Energia Eléctrica.
“Lote Suplementar de Acções”	O lote suplementar de 29.403.646 Acções que poderá acrescer às Acções a alienar na Venda Institucional (“ <i>greenshoe</i> ”).
“MIE”	Mercado interno de electricidade.
“Millennium investment banking”	O Banco Millennium BCP investimento, S.A.
“Morgan Stanley”	A Morgan Stanley & Co. International plc.
“MWh”	Um milhar de KWh.

“NEO”	A Nuevas Energias del Occidente, S.L.
“Oferta”	A Oferta Pública de Subscrição e a Venda Institucional.
“Oferta Pública de Subscrição” ou “OPS”	A oferta pública de subscrição de 45.085.590 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de 5% do capital social da EDP Renováveis, após aumento de capital social, incluindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções, reservada aos Trabalhadores do Grupo EDP, aos Accionistas da EDP e ao público em geral, a realizar de acordo com as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da EDP Renováveis com data de 13 de Maio de 2008.
“PRE”	Produção em regime especial.
“Prospecto”	O presente prospecto relativo à OPS e à admissão à negociação em mercado regulamentado de um máximo de 901.711.808 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de 100 % do capital social da EDP Renováveis, aprovado pela CMVM em 15 de Maio de 2008.
“RNT”	A Rede Nacional de Transporte de Electricidade em Portugal Continental.
“SEM”	O Sistema Eléctrico Nacional, instituído pelos Decretos-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, e n.º 172/2006, de 23 de Agosto.
“Sessão Especial de Mercado Regulamentado”	A sessão especial realizada pela Euronext Lisbon, destinada ao apuramento de resultados da OPS.
“Sindicato de Colocação da OPS”	O conjunto dos intermediários financeiros responsáveis pela prestação dos serviços de colocação das Acções a alienar na OPS, conforme identificados no ponto 8.2.4.
“Sindicato de Venda Institucional”	O conjunto das instituições financeiras

adquirentes das Acções a Alienar na Venda Institucional, conforme identificados no ponto 8.2.4.

“Trabalhadores do Grupo EDP”

As pessoas que em 27 de Abril de 2008 (i) estejam ao serviço da EDP ou de quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controlo*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM, (ii) sejam membros dos órgãos sociais da EDP ou de quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controlo*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM, (iii) sejam antigos trabalhadores da EDP ou de quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controlo*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM, e sejam igualmente beneficiários do fundo de pensões da EDP, excluindo, em qualquer caso, as pessoas despedidas em consequência de processo disciplinar e as pessoas cujo contrato de trabalho tenha cessado por sua iniciativa, neste último caso quando tiverem passado a trabalhar noutras empresas com o mesmo objecto social que a EDP ou que quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controlo*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM.

“TWh”

Um milhão de MWh.

“UBS”

A UBS Limited.

“U.E.”

A União Europeia.

“Venda Institucional”

A operação de venda directa a investidores qualificados de um máximo de 180.342.362 Acções (assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções), representativas de até 20% do capital social da EDP Renováveis, a realizar de acordo com o Contrato de Venda Institucional e com as deliberações da

	Assembleia Geral e do Conselho de Administração da EDP Renováveis com data de 13 de Maio de 2008.
“Watt” ou “W”	Unidade de energia, o montante de energia necessário para aumentar em um grau Celsius a temperatura de um quilograma de água em um segundo.
“Zloti Polaco”	A divisa da República da Polónia.

CAPÍTULO 1 – SUMÁRIO

O presente Prospecto é elaborado para efeitos do disposto nos artigos 114.º e 236.º do Cód.VM. A sua forma e conteúdo obedecem ao preceituado no Cód.VM, ao disposto no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão de 29 de Abril, objecto de rectificação publicada no Jornal Oficial n.º L 215, de 16 de Junho, de 2004 e demais legislação aplicável. O presente Prospecto foi objecto de aprovação por parte da CMVM em 15 de Maio de 2008.

O presente Prospecto diz respeito à oferta pública de subscrição de 45.085.590 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 5 Euros, representativas de 5% do capital social da EDP Renováveis e à admissão à negociação de até 901.711.808 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de 100% do capital social da EDP Renováveis.

O presente sumário tem como objectivo descrever as características essenciais e os riscos associados à actividade do Emitente e Oferente, à sua estrutura accionista, à Oferta e às Acções.

Este sumário deverá ser entendido apenas como uma introdução ao Prospecto, elaborado em conformidade com o disposto no artigo 135.º-A do Cód.VM, não dispensando a leitura integral do mesmo, considerando que a informação aqui incluída se encontra resumida e não pretende ser exhaustiva. Adicionalmente, este Prospecto deverá ser lido e interpretado em conjugação com todos os elementos de informação que nele são incorporados por remissão, fazendo esses documentos parte integrante do Prospecto.

Nos termos do n.º 4 do artigo 149.º do Cód.VM, nenhuma das pessoas ou entidades responsáveis pela informação contida no presente Prospecto poderá ser tida por civilmente responsável meramente com base neste sumário do Prospecto, ou em qualquer tradução deste, salvo se o mesmo contiver menções enganosas, inexactas ou incoerentes quando lido em conjunto com o Prospecto ou com outros documentos incorporados no mesmo.

O n.º 5 do artigo 118.º do Cód.VM estabelece que a aprovação do Prospecto “é o acto que implica a verificação da sua conformidade com as exigências de completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação”. O n.º 7 do artigo 118.º do Cód.VM estabelece que a aprovação do Prospecto não envolve “qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica ou financeira do Emitente e Oferente ou do garante, à viabilidade da oferta ou à qualidade dos valores mobiliários”.

Nos termos do artigo 234.º, n.º 2, do Cód.VM, a decisão de admissão de valores mobiliários à negociação pela Euronext Lisbon, não envolve qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica e financeira do Emitente e Oferente, à viabilidade deste e à qualidade dos valores mobiliários admitidos.

Qualquer decisão de investimento deverá basear-se na informação do Prospecto no seu conjunto e ser efectuada após avaliação independente da condição económica, situação financeira e demais elementos relativos ao Emitente e Oferente. Adicionalmente, nenhuma decisão quanto à intenção de investimento deverá ser tomada sem prévia análise, pelo potencial investidor e pelos seus eventuais consultores, do Prospecto no seu conjunto, mesmo que a informação relevante seja prestada

mediante a remissão para outra parte deste Prospecto ou para outros documentos incorporados no mesmo.

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento, S.A. e o Caixa – Banco de Investimento, S.A. são os Coordenadores Globais da OPS responsáveis pela prestação dos serviços de assistência ao Emitente e Oferente na preparação, lançamento e execução da OPS e de assessoria ao processo de admissão à negociação das Acções representativas do capital social do Emitente e Oferente, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 113.º do Cód.VM. O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento, S.A., e o Caixa – Banco de Investimento, S.A., são responsáveis, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM, pela prestação dos serviços de assistência previstos no artigo 337.º do Cód.VM, devendo assegurar o respeito pelos preceitos legais e regulamentares em especial quanto à qualidade da informação. Não obstante, o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento, S.A. e o Caixa – Banco de Investimento, S.A., não realizaram uma verificação autónoma de todos os factos ou informação constantes deste Prospecto.

Sempre que for apresentada em tribunal uma queixa relativa à informação contida no Prospecto, o investidor queixoso poderá, nos termos da legislação nacional do Estado-Membro em que tal queixa é apresentada, ter de suportar os custos de tradução do Prospecto antes do início do processo judicial.

A existência deste Prospecto não assegura que a informação nele contida se mantenha inalterada desde a data da sua disponibilização, não obstante, se, entre a data da sua aprovação e o fim do prazo da OPS, for detectada alguma deficiência no Prospecto ou ocorrer qualquer facto novo ou se tome conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no Prospecto, que sejam relevantes para a decisão a tomar pelos destinatários da OPS, o Emitente e Oferente deverá requerer imediatamente à CMVM a aprovação de adenda ou rectificação do Prospecto.

Os riscos associados à actividade do Emitente e Oferente, à sua estrutura accionista, à Oferta e às Acções estão referidos no Capítulo 2 do presente Prospecto (Factores de Risco). Os potenciais investidores devem ponderar cuidadosamente os riscos referidos e demais advertências constantes deste Prospecto na tomada de decisão de investimento no âmbito da Oferta. Para quaisquer dúvidas que possam subsistir a este propósito, os potenciais investidores deverão informar-se junto dos seus consultores jurídicos e financeiros.

No que respeita às declarações relativas ao futuro constantes deste Prospecto, Ver “Declarações Relativas ao Futuro”.

Os potenciais investidores devem informar-se sobre as implicações legais e fiscais, existentes no seu país de residência, que decorrem da subscrição, detenção ou venda de Acções do Emitente e Oferente e que lhes sejam aplicáveis.

A distribuição do presente Prospecto ou a subscrição das Acções aqui descritas pode estar restringida em certas jurisdições. Aqueles em cuja posse o presente Prospecto se encontre deverão informar-se e observar essas restrições.

1.1 Factores de risco

1.1.1 Riscos relacionados com a actividade do Emitente e Oferente

- A EDP Renováveis opera parques eólicos cuja rentabilidade depende dos recursos eólicos adequados e condições atmosféricas favoráveis..
- A rentabilidade da EDP Renováveis depende de políticas e de regimes regulatórios que apoiam o desenvolvimento de energias renováveis em cada um dos mercados regionais onde opera e, se tais políticas mudarem ou forem eliminadas, a actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis podem ser material e adversamente afectados.
- A falta de apoio ou uma resposta negativa por parte do público a projectos de energia renovável pode diminuir a capacidade da EDP Renováveis para construir e operar centros electroprodutores de energia renovável.
- Os resultados da actividade da EDP Renováveis dependem dos preços de mercado da electricidade.
- A EDP Renováveis está sujeita a legislação relacionada com o desenvolvimento, licenciamento, construção e funcionamento de centros electroprodutores de energia renovável.
- A expansão da actividade da EDP Renováveis depende da localização e da obtenção de direitos sobre locais adequados e da obtenção e manutenção de licenças de construção e de operação para os parques eólicos e outros centros electroprodutores de energia renovável.
- A EDP Renováveis pode ter dificuldades em adquirir ou deter imóveis ou direitos sobre esses imóveis em certos estados dos E.U.A. que tenham aprovado legislação relativa à proibição de aquisição ou detenção de imóveis ou direitos sobre esses imóveis nesses estados por pessoas ou entidades estrangeiras.
- A EDP Renováveis pode enfrentar obstáculos e atrasos na construção dos centros electroprodutores.
- A EDP Renováveis depende da disponibilidade de turbinas e outros elementos de montagem e transporte para construir os centros electroprodutores de energia renovável e para desenvolver a actividade de produção de electricidade.
- A EDP Renováveis depende de terceiros para efectuar o transporte e distribuição da electricidade produzida.
- A EDP Renováveis pode ser obrigada a pagar determinados custos relacionados com a produção de electricidade através de energia eólica ou custos relacionados com a instabilidade na produção de electricidade através de energia eólica.
- A competitividade do preço de produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável pode ser prejudicada por uma redução da procura de energia renovável, como consequência de uma futura redução dos custos dos combustíveis fósseis ou de concorrência futura por parte de outras fontes de energia renovável.
- A EDP Renováveis opera uma actividade de capital intensivo e um aumento significativo dos custos de capital poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.
- A EDP Renováveis enfrenta riscos associados à concorrência de outros produtores de electricidade a partir de fontes de energia renovável.
- A EDP Renováveis tem que acompanhar as mudanças tecnológicas que ocorrem no sector em rápido desenvolvimento das energias renováveis para manter e aumentar as operações comerciais.

- A EDP Renováveis pode não conseguir executar com sucesso a estratégia de negócio que definiu.
- A EDP Renováveis não detém integralmente alguns dos activos ou subsidiárias, e trabalha em conjunto com determinados parceiros locais, o que pode condicionar a capacidade de executar com sucesso a sua estratégia empresarial..
- A EDP Renováveis não pode assegurar que as actividades de expansão das suas operações e a integração de novas actividades serão implementadas com sucesso ou finalizadas de acordo com os prazos previstos.
- A maior parte dos activos e volume de negócios da EDP Renováveis está concentrada nas suas actividades em Espanha e nos E.U.A. e quaisquer alterações nas regulamentações, aumentos de custos ou diminuição da procura nestas jurisdições podem ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.
- Os pressupostos básicos e fundamentais usados para a classificação do estado de desenvolvimento dos projectos da EDP Renováveis foram desenvolvidos internamente e não foram auditados ou verificados por terceiros.
- A EDP Renováveis depende de um número limitado de fornecedores de turbinas eólicas e outros fornecedores e prestadores de serviços e a perda dessas relações comerciais poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira e nos resultados operacionais da EDP Renováveis.
- A produção de electricidade e, por sua vez os rendimentos da EDP Renováveis, dependem fortemente do desempenho do equipamento que é utilizado nos parques eólicos.
- A EDP Renováveis está exposta a certos riscos relativos à sua estratégia de operação e manutenção.
- A EDP Renováveis depende de determinados quadros superiores e funcionários chave.
- Os activos da EDP Renováveis poderão ser prejudicados por catástrofes naturais e provocadas pelo Homem e a EDP Renováveis pode incorrer em responsabilidades civis ou outras perdas e danos daí resultantes.
- A EDP Renováveis não pode segurar-se contra todos os riscos potenciais e pode ficar sujeita a prémios de seguro mais elevados.
- O não pagamento por parte de clientes ao abrigo de contratos a longo prazo de venda de electricidade poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.
- A EDP Renováveis pode não ter capacidade de financiar as suas despesas de capital programadas – (“CAPEX”).
- As actividades de desenvolvimento e construção estão sujeitas a regulamentação ambiental, de saúde e segurança, e as actividades de operação e manutenção são susceptíveis de gerar acidentes industriais e riscos ambientais, de segurança ou outros.
- A EDP Renováveis é parte em certos processos litigiosos.
- A EDP Renováveis pode enfrentar disputas laborais que poderão interferir com as suas operações e actividade.
- A EDP Renováveis pode ser obrigada a desmantelar instalações e retirar turbinas após o termo do contrato.

1.1.2 Riscos relacionados com a estrutura accionista do Emitente e Oferente

- A EDP continuará a exercer um controlo significativo sobre a EDP Renováveis após a Oferta

e os seus interesses poderão diferir dos interesses dos demais accionistas.

- As relações com a EDP poderão cessar.
- A EDP Renováveis pode não ser capaz de renovar o financiamento contraído, ou manter o apoio ao crédito de que beneficia, junto do Grupo EDP.

1.1.3 Riscos associados à Oferta, aos valores mobiliários objecto da Oferta, aos mercados financeiros e à apresentação de informação financeira

- A venda de um número substancial de Acções no mercado regulamentado após a Oferta poderá levar a uma redução do preço das Acções da EDP Renováveis.
- Não existe um mercado secundário para as Acções e é possível que não se desenvolva uma actividade significativa de transacção das mesmas sem mercado secundário.
- O preço de mercado das Acções pode ser volátil e os investidores podem não ser capazes de voltar a negociar as suas Acções ao preço que pagaram ou a um preço superior.
- Os accionistas que não se encontram localizados em Espanha ou em Portugal poderão não conseguir exercer direitos de preferência na subscrição de Acções ou outros valores mobiliários que atribuem direitos de subscrição de novas Acções.
- Os direitos de accionistas minoritários que não se encontram localizados em Espanha podem ser restringidos quando comparados com os direitos de accionistas minoritários localizados em Espanha.
- A EDP Renováveis depende da distribuição de dividendos das suas subsidiárias para o pagamento de dividendos aos seus accionistas, mas a capacidade das suas subsidiárias de pagar dividendos está sujeita a determinadas condições e restrições.
- Accionistas em países com moedas diferentes do Euro têm um risco de investimento adicional devido às flutuações das taxas cambiais relacionadas com a detenção das Acções.
- Flutuações nas taxas de câmbio podem afectar a situação financeira e os resultados operacionais da EDP Renováveis.
- Flutuações das taxas de juro poderão ter um efeito material negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.
- A EDP Renováveis está sujeita a riscos adicionais resultantes da natureza internacional da sua actividade, o que pode afectar materialmente os seus resultados financeiros.
- Devido ao curto historial da EDP Renováveis como grupo único, as demonstrações financeiras históricas disponíveis para o Grupo EDP Renováveis referem-se ao período entre 4 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2007, adicionalmente as demonstrações financeiras históricas de cada uma das principais empresas antecessoras, que compõem o grupo EDP Renováveis não se poderão comparar aos resultados consolidados em períodos futuros.
- A informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, apresentada neste Prospecto pode não ser um indicativo de futuros resultados de operações.

Não obstante, recomenda-se a leitura do Capítulo 2 do presente Prospecto, “Factores de Risco”.

1.2 Responsáveis pela informação

Nos termos dos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM são responsáveis pelo conteúdo da informação contida no Prospecto:

a) O Emitente e Oferente

EDP Renováveis, com sede na Plaza de la Gesta, n.º 2, Oviedo, Espanha, com o capital social de €3.381.419.280, com o número de identificação fiscal A-74219304, inscrita no Registo Mercantil das Astúrias – tomo 3.671, caderno 177, folhas n.º AS – 37.669.

b) Os membros do órgão de administração do Emitente e Oferente

Conselho de Administração do Emitente e Oferente

António Mexia;
Ana Maria Fernandes;
António Martins da Costa;
Nuno Alves; e
João Manso Neto.

c) O Auditor Externo do Emitente e Oferente ou de entidades do seu grupo

A **KPMG Auditores, S.L.**, é uma sociedade registada com o número S0702, no Registo Oficial de Auditores Espanhol, domiciliada em Madrid, no Paseo de la Castellana, 95, portadora do número de contribuinte B-78510153. As demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas à data de 31 de Março de 2008 e para o período de 3 meses findo nessa data e as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas à data de 31 de Dezembro de 2007 e para o período de 4 de Dezembro de 2007 (data de constituição da EDP Renováveis) a 31 de Dezembro de 2007, foram auditadas pela KPMG Auditores, S.L. conforme referido nos respectivos relatórios apresentados em anexo a este Prospecto. A informação financeira pró-forma está sujeita a relatório elaborado pelo auditor da EDP Renováveis, KPMG Auditores, S.L., nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004, da Comissão, de 29 de Abril. As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores, S.L. conforme referido nos respectivos relatórios apresentados em anexo a este Prospecto.

A **KPMG LLP** é uma sociedade domiciliada em 700 Louisiana Street, Houston TX 77002. As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Horizon referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 foram auditadas pela KPMG LLP, conforme referido nos respectivos relatórios apresentados em anexo a este Prospecto.

d) Os intermediários financeiros encarregados da assistência à OPS

O **Espírito Santo Investment**, com sede no Edifício Quartz, Rua Alexandre Herculano, n.º 38, Lisboa, com o número de autorização 108 para o exercício da actividade emitido pela CMVM, o **Millennium investment banking**, com sede na Avenida José Malhoa, n.º 27, em Lisboa, com o número de autorização 126 para o exercício da actividade emitido pela CMVM e o **CaixaBI**, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o número de autorização 102 para o exercício da actividade emitido pela CMVM enquanto intermediários financeiros responsáveis pela assistência na OPS.

e) Os consultores jurídicos da operação

A **Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, Sociedade de Advogados, RL**, com escritório na Rua Castilho, n.º 165, em Lisboa, com o número de identificação fiscal 503 095 303, na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa a Portugal, dos Capítulos

“Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente” e “Regime Fiscal”.

A **Cleary, Gottlieb, Steen & Hamilton LLP**, com escritório na City Place House, 55 Basinghall Street em Londres, com o número de identificação fiscal GB 244317184, na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa aos E.U.A., do Capítulo “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente”.

A **SJ Berwin, LLP**, com escritório na Calle Claudio Coello, n.º 37, 1.º, em Madrid, com o número de identificação fiscal A-82376880 na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa a Espanha, França e Bélgica, dos Capítulos “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente” e “Regime Fiscal”.

A **Chadbourne & Parke Radzikowski, Szubielska i Wspólnicy sp. k.**, com escritório na ul. Emilii Plater 53, em Varsóvia, com o número de identificação fiscal PL5252291040, na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa à Polónia, do Capítulo “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente”.

Nos termos do artigo 149.º, n.º 3 do Cód.VM, a responsabilidade das pessoas acima referidas é excluída se provarem que o destinatário tinha ou devia ter conhecimento da deficiência de conteúdo do Prospecto à data da emissão da sua declaração contratual ou em momento em que a respectiva revogação ainda era possível.

Nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, a responsabilidade é ainda excluída se eventuais danos resultarem apenas do sumário de Prospecto ou de qualquer das suas traduções, salvo se o mesmo contiver menções enganosas, inexatas ou incoerentes, quando lido em conjunto com os outros documentos que compõem o Prospecto.

Em conformidade com a alínea a) do artigo 150.º do Cód.VM, o Emitente e Oferente responde independentemente de culpa, em caso de responsabilidade dos membros do seu órgão de administração, do intermediário financeiro encarregado da assistência à Oferta ou das demais pessoas supra referidas que tenham aceite ser nomeadas como responsáveis por qualquer informação contida no presente Prospecto. De acordo com a alínea b) do mesmo preceito, o Emitente e Oferente responde independentemente de culpa, em caso de responsabilidade dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, das sociedades de revisores oficiais de contas ou do Auditor Externo supra identificados ou das demais pessoas supra referidas que tenham certificado ou, de qualquer modo, apreciado os documentos de prestação de contas em que o Prospecto se baseia.

No que respeita à presente Oferta, nos termos do artigo 153.º do Cód.VM, o direito à indemnização “deve ser exercido no prazo de seis meses após o conhecimento da deficiência do conteúdo do prospecto e cessa, em qualquer caso, decorridos dois anos contados desde a data da divulgação do resultado da oferta”.

Em relação à admissão à negociação das Acções, nos termos da alínea b) do artigo 243.º do Cód.VM, o direito à indemnização “deve ser exercido no prazo de seis meses após o conhecimento da deficiência do prospecto ou da sua alteração e cessa, em qualquer caso, decorridos dois anos a contar

da divulgação do prospecto de admissão ou da alteração que contém a informação ou previsão desconforme”.

Os referidos prazos contam-se a partir da data de admissão das Acções.

1.3 Características essenciais da operação

Resumo

De seguida apresenta-se um quadro que resume as datas previstas que se consideram mais relevantes ao longo das principais fases da Oferta e do processo de admissão à negociação:

Descrição das principais fases da Oferta	Data prevista
Disponibilização do Prospecto	15 de Maio de 2008
Período de recepção das ordens de subscrição na OPS	19 a 30 de Maio de 2008
1.º Período da OPS	19 a 26 de Maio de 2008
2.º Período da OPS	27 a 30 de Maio de 2008
Data em que as ordens de subscrição na OPS se tornam irrevogáveis (inclusive)	27 de Maio de 2008
Período de <i>bookbuilding</i> para a Venda Institucional	19 a 30 de Maio de 2008
Envio pelos intermediários financeiros das ordens de subscrição recebidas para a OPS à Euronext Lisbon	Diariamente desde as 8:00 horas às 19:00 horas, do dia 19 ao dia 30 de Maio de 2008
Fixação do preço final da OPS e da Venda Institucional	2 de Junho de 2008
Alocação de Acções na Venda Institucional	2 de Junho de 2008
Data da Sessão Especial de Mercado Regulamentado para apuramento dos resultados da OPS	2 de Junho de 2008
Liquidação física e financeira das Acções subscritas na OPS ⁽¹⁾	3 de Junho de 2008
Data prevista para a admissão à negociação das acções da EDP Renováveis, S.A. objecto da OPS ⁽¹⁾	4 de Junho de 2008
Liquidação financeira e física das Acções alienadas na Venda Institucional	5 de Junho de 2008

⁽¹⁾ A verificação deste evento (liquidação física) encontra-se sujeita à obtenção do registo de aumento de capital na conservatória do registo comercial das Astúrias, prevendo-se que o mesmo venha a ocorrer em 3 de Junho de 2008 ou em data próxima. A EDP Renováveis não pode, contudo, garantir a obtenção do registo naquela data ou em data próxima.

Data prevista para a admissão à negociação das Acções da EDP Renováveis, S.A. objecto da venda institucional ⁽²⁾	6 de Junho de 2008
Prazo para exercício do Lote Suplementar de Acções (“ <i>greenshoe</i> ”)	30 dias após a admissão à negociação das acções da EDP Renováveis S.A. objecto da OPS
Fim do período de indisponibilidade para as Acções destinadas a Trabalhadores do Grupo EDP	17 de Julho de 2008

Principais informações sobre a Oferta

Apresentamos em seguida as principais informações sobre a Oferta.

Tipo de Oferta, Montante e Destinatários

Os valores mobiliários objecto da Oferta são um máximo de 225.427.952 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de até 25% do capital social da EDP Renováveis.

A Oferta integra:

- uma Oferta Pública de Subscrição de 45.085.590 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, dirigida a Trabalhadores do Grupo EDP a Accionistas da EDP e ao público em geral, e
- uma Venda Institucional de um máximo de 180.342.362 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, dirigida a investidores qualificados nos mercados nacional e internacional (assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”)).

Está prevista a comunicabilidade dos lotes de Acções oferecidos à subscrição na OPS e na Venda Institucional, usualmente designados por mecanismos de “*clawback*” e “*clawforward*”. De acordo com esses mecanismos, se a procura verificada na OPS exceder as Acções objecto da mesma, o lote destinado à Venda Institucional poderá ser reduzido em percentagem não superior a 30% das Acções inicialmente destinadas à OPS, acrescendo a esta última a quantidade de Acções reduzida àquele lote. Por outro lado, se a procura verificada na Venda Institucional exceder as Acções objecto desta, o lote destinado à Venda Institucional poderá ser aumentado em percentagem não superior a 30% das Acções inicialmente destinadas à OPS, reduzindo-se no correspondente montante o lote de Acções destinado à OPS.

Poderá ser contratada com o Sindicato de Venda Institucional a subscrição de um Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”) (um máximo de 29.403.646 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros) a emitir pela EDP Renováveis, caso tal se revele necessário para assegurar os compromissos assumidos pelos mesmos na colocação de Acções no âmbito da Venda Institucional.

⁽²⁾ A verificação deste evento encontra-se sujeita à obtenção do registo de aumento de capital na conservatória do registo comercial das Astúrias, prevendo-se que o mesmo venha a ocorrer em 5 de Junho de 2008 ou em data próxima. A EDP Renováveis não pode, contudo, garantir a obtenção do registo naquela data ou em data próxima.

Eventuais restrições à livre transmissão ou oneração de Acções

As Acções subscritas no Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP ficarão sujeitas a um regime de indisponibilidade quanto à sua transmissão ou oneração, por um prazo de 45 dias, a contar da data da Sessão Especial de Mercado Regulamentado destinada ao apuramento dos resultados da Oferta Pública de Subscrição.

Oferta Pública de Subscrição

A OPS tem por objecto 45.085.590 Acções e é dirigida aos Trabalhadores do Grupo EDP, Accionistas da EDP e público em geral.

As Acções a oferecer na OPS poderão ser subscritas durante o período que decorrerá entre as 8h30m do dia 19 de Maio de 2008 e as 15h00 do dia 30 de Maio de 2008, inclusive.

O 1.º período da OPS, relevante para efeitos das condições preferenciais de atribuição de Acções com maior coeficiente em caso de rateio no Segmento C – público em geral, descritas neste capítulo em “Critérios de Rateio para a OPS”, decorre a partir do dia 19 de Maio de 2008 e até ao dia 26 de Maio de 2008, inclusive. O 2.º período da OPS decorre a partir do dia 27 de Maio de 2008 e até ao dia 30 de Maio de 2008.

As ordens de subscrição poderão ser revogadas até 5 dias antes de findar o prazo da OPS, por comunicação à entidade financeira que a recebeu, ou seja, são revogáveis até ao dia 26 de Maio de 2008, inclusive.

As ordens de subscrição poderão ser apresentadas junto dos intermediários financeiros legalmente habilitados a prestar o serviço de registo e depósito de valores mobiliários escriturais. Será disponibilizado às entidades financeiras que o desejem receber, um modelo de boletim para transmissão de ordens de subscrição para cada um dos segmentos da OPS, sendo, no entanto, a sua utilização facultativa, desde que esteja assegurado um mecanismo de transmissão da ordem de subscrição equivalente.

As Acções objecto da OPS serão oferecidas à subscrição pelos seguintes segmentos: (i) Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP; (ii) Segmento B – Accionistas da EDP e (iii) Segmento C – público em geral.

A OPS não é objecto de tomada firme nem de garantia de colocação.

Venda Institucional

A Oferta, da qual a OPS é parte integrante, terá igualmente lugar através de uma Venda Institucional de Acções destinada a investidores qualificados nos mercados nacional e internacional. Esta Venda Institucional tem por objecto 150.938.716 Acções. Este lote de Acções poderá ser acrescido ou diminuído, dependendo do eventual exercício dos mecanismos de “*clawback*” e “*clawforward*”, *infra* descritos.

Esta Venda Institucional será objecto de um Contrato de Venda Institucional a celebrar entre a EDP Renováveis e o Sindicato de Venda Institucional.

Por forma a facilitar a liquidação da Venda Institucional, a EDP procederá ao empréstimo aos intermediários financeiros encarregues da colocação da Venda Institucional de 150.938.716 Acções, previamente admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon nos termos de um contrato de empréstimo de Acções.

Na data de liquidação da Venda Institucional, os intermediários financeiros encarregues da colocação da Venda Institucional, em cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Venda Institucional e do contrato de empréstimo de Acções a celebrar, transferirão para a EDP Renováveis o montante correspondente ao valor das Acções objecto da Venda Institucional, por forma a possibilitar à EDP Renováveis a realização do aumento de capital correspondente à Venda Institucional, que se espera tenha lugar no dia da liquidação financeira da Venda Institucional, incluindo o registo do aumento de capital junto da competente conservatória do registo comercial de Espanha. Após a obtenção desse registo, a EDP Renováveis adoptará os procedimentos necessários para que as novas Acções emitidas sejam inscritas junto da Interbolsa e para que estas sejam admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon, e procederá à entrega dessas Acções à EDP.

Preço de Subscrição

A Oferta é realizada através de uma OPS dirigida a Trabalhadores do Grupo EDP, aos Accionistas da EDP e ao público em geral e de uma Venda Institucional dirigida a investidores qualificados nos mercados nacional e internacional, com recurso ao método de “*bookbuilding*”.

O método de “*bookbuilding*” é um método de fixação de preço com base na consulta alargada efectuada a determinados investidores qualificados, nacionais e estrangeiros, com vista a apurar o interesse na subscrição/aquisição de Acções permitindo, desta forma, que o preço de subscrição/aquisição das Acções reflecta o resultado dessa consulta alargada. Com este processo visa-se adaptar as condições da oferta à correspondente procura, permitindo que seja o mercado a ditar o preço final das Acções.

A Oferta é inicialmente realizada com base num intervalo de preços, dentro do qual se fixará o preço final da OPS. Este intervalo de preço, entre 7,40 Euros e 8,90 Euros, foi definido pela EDP Renováveis com base na recomendação do Sindicato de Venda Institucional.

A fixação do preço final será efectuada pela EDP Renováveis no final do período da OPS, com base na recomendação do Sindicato de Venda Institucional. O preço fixado para a OPS deverá ter em conta as condições dos mercados nacional e internacional, e situar-se-á obrigatoriamente dentro do intervalo de preços desta OPS. O preço de subscrição será divulgado ao público no dia da Sessão Especial de Bolsa.

Mais concretamente, o preço de subscrição será determinado da seguinte forma:

- 1.º O preço de subscrição da OPS será fixado entre o mínimo de 7,40 Euros e o máximo de 8,90 Euros.
- 2.º O preço de venda unitário das Acções na Venda Institucional não poderá ser inferior ao preço de subscrição final que venha a ser fixado para a OPS.

Os Trabalhadores do Grupo EDP beneficiarão de um desconto de 5% relativamente ao preço de

subscrição que venha a ser fixado para a OPS.

CrITÉRIOS de Rateio para a OPS

Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP

Os Trabalhadores do Grupo EDP, os quais constituem o Segmento A, podem individualmente, e no segmento que lhes é reservado, dar ordens de subscrição até um máximo de 1.200 Acções, devendo as ordens de subscrição ser expressas em múltiplos de 10 Acções. No caso de não ser observado este limite, serão as respectivas ordens de subscrição a ele reduzidas.

A cada Trabalhador da EDP Renováveis é garantida a atribuição da totalidade das Acções objecto das ordens de subscrição dadas neste segmento.

Para além das ordens de subscrição dadas no âmbito do Segmento A, os Trabalhadores do Grupo EDP poderão ainda dar ordens de subscrição no âmbito do Segmento B – Accionistas da EDP e Segmento C – público em geral, dentro dos limites e de acordo com os critérios de atribuição previstos para esse segmento.

Segmento B – Accionistas da EDP

Os Accionistas da EDP que derem ordens de subscrição no Segmento B beneficiam de um direito de alocação prioritária de Acções face às ordens dadas no Segmento C – público em geral.

Aos Accionistas da EDP é garantida a atribuição de 60 Acções no âmbito do Segmento B, independentemente do número de acções da EDP de que sejam titulares, excepto se, da aplicação deste critério resultar uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP, caso em que a atribuição será efectuada nos termos referidos neste Capítulo em “CrITÉRIOS de rateio da OPS e arredondamento”.

Os Accionistas da EDP podem subscrever no âmbito do Segmento B, uma quantidade máxima de Acções correspondente a 1% do número de acções por si detidas no capital social da EDP na data de referência, sujeito a um máximo de 60.000 Acções da EDP Renováveis. Caso no entanto, a quantidade de Acções da EDP Renováveis correspondente a 1% do número de acções detidas pelo investidor no capital social da EDP na data de referência seja inferior a 7.000, a ordem máxima neste segmento será de 60 Acções, uma vez que se trata da quantidade garantida, independentemente do número de acções EDP detidas na data de referência.

Cada Accionista da EDP poderá manifestar apenas uma ordem no Segmento B – Accionistas da EDP. Caso detenha acções EDP depositadas em mais do que um intermediário financeiro, e para efeitos de determinação do número de acções EDP relevante para efeitos de cálculo do número de acções EDP Renováveis que cada accionista da EDP tem direito a subscrever no Segmento B – Accionistas da EDP, o investidor deverá somar a totalidade das acções EDP detidas nos vários intermediários financeiros, devendo fazer prova da titularidade das mesmas.

Para efeitos de cálculo do número de Acções da EDP Renováveis que cada investidor tem direito a subscrever neste segmento, o número resultante da multiplicação de 1% pelo número de acções da

EDP de que era titular à data de 15 de Maio de 2008, será arredondado por defeito para o múltiplo de 10 mais próximo. No caso de não serem observados os limites atrás referidos, serão as respectivas ordens de subscrição a ele reduzidas. As ordens de subscrição deverão ser expressas em múltiplos de 10 Acções.

Assim, a ordem de subscrição máxima para os Accionistas da EDP será a seguinte, de acordo com o número de acções EDP detidas na data de referência:

N.º de acções EDP detidas em 15 de Maio de 2008	Ordem de subscrição máxima no segmento B
Menos de 7.000 acções EDP	60 Acções
Maior ou igual a 7.000 acções EDP	1% do número de acções detidas da EDP em 15 de Maio de 2008, sujeito em qualquer caso a um máximo de 60.000 Acções

A atribuição de Acções aos Accionistas da EDP de acordo com os limites referidos, em caso algum, pode resultar na atribuição de um número de Acções no Segmento B, superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP. Na eventualidade de as ordens de subscrição manifestadas pelos Accionistas da EDP conduzirem, por força da aplicação dos referidos critérios de atribuição, a uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior ao referido limite, a atribuição será efectuada nos termos referidos neste Capítulo em “Critérios de rateio da OPS e arredondamento”.

Para além das ordens de subscrição dadas no âmbito do Segmento B, os Accionistas da EDP, poderão ainda dar ordens de subscrição no âmbito dos restantes segmentos da OPS, dentro dos limites e de acordo com os critérios de atribuição previstos para esse segmento.

Segmento C – público em geral

Os investidores podem individualmente dar ordens de subscrição no Segmento C até um limite máximo de 30.000 Acções, devendo as ordens de subscrição ser expressas em múltiplos de 10 Acções. No caso de não ser observado este limite, serão as respectivas ordens de subscrição a ele reduzidas.

Adicionalmente, as Acções que não sejam eventualmente colocadas na sua totalidade no âmbito da OPS, acrescerão às Acções que são objecto da Venda Institucional.

Rateio

No Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP é garantida a atribuição da totalidade das Acções objecto das ordens de subscrição efectuadas neste segmento.

No Segmento B – Accionistas da EDP, a atribuição prioritária aos Accionistas da EDP efectuar-se-á de acordo com os seguintes princípios:

- 1.º Atribuição de 60 Acções a todos os Accionistas da EDP ou da quantidade solicitada, caso a ordem de subscrição manifestada seja menor. Caso da aplicação deste critério resulte uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP, a quantidade

de 60 Acções será reduzida no número de Acções necessário para atribuir uma quantidade, em lotes de 10 Acções, igual a todos os Accionistas da EDP que deram uma ordem de subscrição, sendo os lotes de 10 Acções que remanescerem do processo de arredondamento atribuídos por sorteio de um lote por cada ordem.

- 2.º Após a atribuição descrita no parágrafo anterior proceder-se-á à atribuição da quantidade a que cada Accionista da EDP teria direito a subscrever com base no número de acções da EDP detidas na data de referência. Caso, da aplicação deste critério, resulte uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao segmento A - Trabalhadores do Grupo EDP , proceder-se-á a rateio, proporcionalmente ao número de Acções pedido e ainda não satisfeito, em lotes de 10 Acções, com arredondamento por defeito. Os lotes de 10 Acções que remanescerem do processo de arredondamento serão atribuídos por sorteio de um lote por cada ordem que, após a aplicação do factor de rateio, mais próximas ficarem da atribuição de mais um lote. Em caso de necessidade por igualdade de situação entre as últimas ordens a satisfazer, proceder-se-á à atribuição do último ou últimos lotes por sorteio.

Após a atribuição das Acções garantidas aos Trabalhadores do Grupo EDP e da atribuição prioritária de Acções aos Accionistas da EDP, com respeito pelos limites estabelecidos, são atribuídas as Acções objecto dos pedidos de subscrição efectuados no Segmento C – público em geral.

Havendo necessidade de rateio face às ordens de subscrição manifestadas no Segmento C devem ser seguidos os critérios abaixo enunciados para a atribuição das Acções. Em qualquer caso, a atribuição das Acções a cada ordem de subscrição no Segmento C far-se-á em lotes de 10 Acções, de acordo com os seguintes princípios:

- 1.º O conjunto de ordens de subscrição transmitidas durante o 1.º período da OPS, compreendido entre o 1.º dia útil e o 5.º dia útil da OPS inclusive, beneficiam de um coeficiente de alocação superior ao das demais ordens, na percentagem de 100%, salvo se com menor percentagem possam ser integralmente satisfeitas;
- 2.º As Acções a atribuir a cada ordem serão iguais ao maior número inteiro múltiplo de 10 contido na multiplicação do respectivo coeficiente pela quantidade da ordem;
- 3.º As Acções que remanescerem em resultado do processo de atribuição previsto nos números anteriores serão atribuídas em lotes de 10 Acções, por sorteio, primeiramente entre o conjunto das ordens de subscrição manifestadas durante o primeiro período da OPS e após a satisfação de cada uma destas com um lote cada, entre as demais ordens de subscrição.

Admissão à negociação

As Acções representativas do capital social da EDP Renováveis não se encontram admitidas à negociação em mercado regulamentado.

Foi solicitada a admissão à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon de um máximo de 901.711.808 Acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, representativas da totalidade do capital social da EDP Renováveis, após os aumentos de capital necessários para efectuar a Oferta. O código ISIN destas Acções é o ES0127797019 e serão transaccionadas no Eurolist by Euronext Lisbon sob o símbolo EDPR.

É previsível que a admissão das Acções, caso venha a ser decidida favoravelmente pela Euronext Lisbon, ocorra em 4 de Junho de 2008.

Apuramento e divulgação dos Resultados da Oferta

Para apuramento dos resultados da OPS, foi requerida à Euronext Lisbon a realização de uma Sessão Especial de Mercado Regulamentado que terá lugar no próximo dia 2 de Junho de 2008, em hora a designar no respectivo aviso da Sessão Especial de Mercado Regulamentado. Os resultados da OPS serão divulgados logo após o seu apuramento e publicados no sítio na internet da CMVM em www.cmvm.pt, e no sítio na internet da Euronext Lisbon em www.euronext.com. Prevê-se que o apuramento dos resultados ocorra no dia 2 de Junho de 2008.

Sindicato de Colocação da OPS

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco Millennium BCP investimento, S.A., e o Caixa – Banco de Investimento, S.A., são os Coordenadores Globais da OPS responsáveis pela prestação dos serviços de assistência ao Oferente na preparação, lançamento e execução da OPS e de assessoria ao processo de admissão à negociação das Acções representativas do capital social do Emitente e Oferente no Eurolist by Euronext Lisbon.

Foi constituído um sindicato para a colocação das Acções na OPS, constituído pelos seguintes intermediários financeiros:

Chefes do Consócio	Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Banco Millennium BCP Investimento, S.A. Caixa – Banco de Investimento, S.A.
Líderes conjuntos:	Banco Comercial Português, S.A. Banco ActivoBank (Portugal), S.A. Banco Espírito Santo, S.A. Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. Caixa Geral de Depósitos, S.A.
Co-managers:	Banco BPI, S.A. Banco Português de Investimento, S.A. Banif – Banco de Investimento, S.A. Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. Caixa Económica Montepio Geral

A UBS AG foi encarregue de prestar serviços relativos à oferta a Trabalhadores do Grupo EDP que não sejam residentes em Portugal.

Qualquer intermediário financeiro devidamente autorizado e registado para o efeito poderá assumir a função de entidade receptora de ordens de subscrição e entidade registadora.

Será celebrado pela EDP Renováveis, pela EDP e pelo Sindicato de Venda Institucional e Líderes conjuntos um Contrato de Venda Institucional relativamente às Acções objecto da Venda

Institucional que é parte da Oferta, e que integra as seguintes instituições financeiras:

CaixaBI
Citigroup Global Markets Limited
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
Millennium investment banking
Morgan Stanley & Co. International plc.
UBS Limited
JP Morgan Securities Limited
Deutsche Bank AG
Merril Lynch International
Santander Investment, S.A.
Société Générale

Estabilização

No âmbito da Oferta, a Morgan Stanley, na qualidade de agente de estabilização, actuando em representação e por conta dos Coordenadores Globais da OPS, poderá, não estando porém a isso obrigado, sujeito ao cumprimento das disposições legais aplicáveis, designadamente do Regulamento (CE) n.º 2273/2003, da Comissão, de 22 de Dezembro, realizar operações em mercado regulamentado, não regulamentado ou fora de mercado, com vista a estabilizar o preço das Acções a um valor superior àquele que poderia de outro modo resultar do funcionamento do mercado.

As operações de estabilização poderão ser realizadas a partir de 4 de Junho de 2008 e até um máximo de 30 dias, contados a partir daquela data, não existindo garantias de que as mesmas venham a ser efectivamente realizadas. Uma vez iniciadas as operações de estabilização poderão ser interrompidas a todo o momento. O agente de estabilização não pretende divulgar as condições de qualquer operação de estabilização, para além dos termos e condições legalmente exigidos.

1.4 Motivos da Oferta e afectação das receitas

A EDP Renováveis estima que as receitas líquidas emergentes da Oferta, após a dedução dos honorários, comissões e despesas da Oferta, serão de, aproximadamente 1.547,4 milhões de Euros, tendo como pressuposto um valor exemplificativo de 8,15 Euros por Acção (ponto médio do intervalo de preços da Oferta), e assumindo o não exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”). Assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”), e por aplicação do mesmo pressuposto do valor por Acção, a EDP Renováveis estima que as receitas líquidas emergentes da Oferta, após a dedução dos honorários, comissões e despesas da Oferta, sejam de, aproximadamente, 1.780,9 milhões de Euros.

Um dos objectivos da Oferta é a obtenção de fundos para financiar a estratégia de negócio da EDP Renováveis. Por outro lado, a EDP Renováveis pretende utilizar parte das receitas líquidas emergentes da Oferta para proceder ao reembolso de grande parte da dívida contraída junto do Grupo EDP que, por referência a 31 de Março de 2008, era de 2.375,6 milhões de Euros.

A EDP Renováveis terá de suportar despesas relacionadas com a Oferta que se estimam ser num montante entre 52,0 milhões de Euros e 60,7 milhões de Euros (assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções), incluindo imposto sobre operações societárias (“*impuesto sobre*

operaciones societárias”) em Espanha no montante de 1% sobre o valor total do aumento de capital.

1.5 Diluição

À data do presente Prospecto, a EDP é titular de 541.027.156 Acções e a Hidrocantábrico é titular de 135.256.700 Acções representativas, respectivamente, de 80% e de 20% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da EDP Renováveis.

O número máximo de Acções a dispersar pelo Emitente e Oferente na Oferta é de 225.427.952 Acções, representativas de 25% do capital social da EDP Renováveis após o Aumento de Capital, incluindo um número máximo de 29.403.646 Acções representativas de 3,26% do capital social da EDP Renováveis que pode ser alienado pelo Emitente e Oferente em virtude do exercício da opção de compra pelo Sindicato de Venda Institucional no âmbito da distribuição do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”).

Verificando-se a subscrição da totalidade das Acções e do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”), em virtude do exercício da respectiva opção de compra pelo Sindicato de Venda Institucional, os direitos de voto imputáveis à EDP, nos termos do artigo 5.º da lei espanhola das ofertas públicas de aquisição e por efeito das participações sociais da titularidade da EDP, em particular na Hidrocantábrico, continuará a ser de 676.283.856 Acções, representativas de 75% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da EDP Renováveis. Por sua vez, a Hidrocantábrico continuará a deter 135.256.700 Acções, sendo-lhe imputável 15% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da EDP Renováveis nos termos do artigo 5.º da lei espanhola das ofertas públicas de aquisição. O número de Acções da EDP Renováveis em “*free float*” após a Oferta será de 225.427.952, correspondendo a 25% do respectivo capital social.

A realização de futuras emissões de Acções representativas do capital social da EDP Renováveis poderá implicar uma diluição das participações sociais dos actuais accionistas da EDP Renováveis e, bem assim, dos accionistas que adquiram Acções na OPS.

1.6 Informação sobre o Emitente e Oferente

Informação societária

A denominação social do Emitente e Oferente é EDP Renováveis, S.A., tendo sido denominada “EDP Renováveis, S.L.” até ao dia 18 de Março de 2008. A EDP Renováveis tem a sua sede na Plaza de la Gesta, n.º 2, Oviedo, Espanha, encontrando-se inscrita no “*Registro Mercantil de Asturias*”, tomo 3.671, caderno 177, folha n.º AS-37.669, com o C.I.F. n.º A-74219304. O capital social da EDP Renováveis é de € 3.381.419.280,00.

Historial

EDP Renováveis

A EDP Renováveis foi constituída a 4 de Dezembro de 2007 para desenvolver as actividades da EDP na Europa e na América do Norte e deter e operar os activos da EDP na área das energias renováveis. A EDP Renováveis foi constituída como sociedade limitada de direito espanhol que se converteu em sociedade anónima, em 18 de Março de 2008, em preparação da Oferta e, em paralelo, para a admissão à negociação das suas Acções no Eurolist by Euronext Lisbon. Em Dezembro de 2007, a EDP integrou no capital social da EDP Renováveis as suas participações de 60% na NEO e

de 100% na Horizon. Em 25 de Fevereiro de 2008, a Hidrocantábrico integrou no capital social da EDP Renováveis a sua participação de 40% na NEO. Por efeito desta última operação a participação da EDP Renováveis na NEO aumentou de 60% para 100% e a Hidrocantábrico, por sua vez, adquiriu uma participação de 20% no capital social da EDP Renováveis. Todas estas contribuições foram realizadas por intermédio de aumentos do capital social da EDP Renováveis. A EDP, detém uma participação de cerca de 97% no capital da Hidrocantábrico.

A EDP

A EDP é a empresa-mãe da EDP Renováveis. Foi constituída como empresa pública, em 1976, e é actualmente uma sociedade aberta, constituída e regida pelas leis portuguesas e cujas acções se encontram admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon. O Grupo EDP é uma importante empresa europeia de energia, constituindo a terceira maior empresa do sector na Península Ibérica, de acordo com o Operador del Mercado Ibérico de Energía – Polo Español, S.A. (“OMEL”) e o maior grupo industrial português, tendo por base a sua capitalização bolsista. A EDP é a única empresa do mercado ibérico de energia com actividades de produção, distribuição e comercialização de electricidade tanto em Portugal como em Espanha, onde controla a Hidrocantábrico. A EDP actua também no sector do gás na Península Ibérica, através da Naturgás, em Espanha, e da Portgás e Setgás, em Portugal. Para além da sua posição de liderança do mercado na Península Ibérica, desenvolveu também, e mantém, operações significativas no sector eléctrico no Brasil e nos E.U.A.

As actividades da EDP Renováveis na Europa

As actividades na Europa da EDP Renováveis são actualmente conduzidas através da NEO. A NEO foi constituída pela EDP e pela Hidrocantábrico, e iniciou operações em Abril de 2005. A EDP consolidou na NEO a maioria das suas subsidiárias na Península Ibérica que detinham activos de energias renováveis. Os activos consolidados incluíam uma participação social de 80% na Genesa em Espanha, e a sua participação social de 100% na Enernova em Portugal. A Genesa foi constituída em Maio de 2004 e, em Julho de 2004, fundiu as operações da antiga Generaciones Especiales, S.A. e da Sinae Inversiones Eólicas, S.A.U. (“SINAE”). A Enernova foi criada em Novembro de 1993 e iniciou operações em 1996 com uma capacidade instalada bruta de 10 MW. O primeiro parque eólico das antecessoras da Genesa iniciou actividade em 1997 com uma capacidade instalada bruta de 13 MW.

As actividades da EDP Renováveis nos E.U.A.

As actividades da EDP Renováveis nos E.U.A. são conduzidas através da sua subsidiária Horizon. A Horizon foi constituída no ano 1998, como pequena empresa de energia eólica de capital fechado de Dallas, com uma equipa composta por pai e filho que detinha uma participação de 50%. No ano 2001, adquiriram os restantes 50% das acções da empresa. Em meados de 2005, o Goldman Sachs Group Inc. (“Goldman Sachs”), um dos maiores grupos a nível global na área da banca de investimento e da gestão de títulos e investimentos, adquiriu a empresa, redefinindo a sua estratégia. Até essa data a Horizon desenvolvia parques eólicos para vender a terceiros e, a partir dessa data passou a desenvolver, a deter e a operar parques eólicos. A Sociedade alterou também a sua denominação social para Horizon Wind Energy LLC.

Em Julho de 2007, a EDP adquiriu à Goldman Sachs 100% do capital social da Horizon, que já era então uma empresa líder no desenvolvimento, detenção e operação de produção de energia eólica nos E.U.A.. Em 30 de Junho de 2007, a Horizon possuía uma capacidade instalada bruta de 827 MW, e mais de 9.000 MW de capacidade bruta em construção e projectos em “*pipeline*” (incluindo 729 MW

suplementares de capacidade bruta em construção. Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis possuía uma capacidade instalada bruta de 1.490 MW nos E.U.A..

Até ao momento, as actividades da EDP Renováveis nos E.U.A. têm sido baseadas no desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” e que se encontram em fase inicial de desenvolvimento. Isto significa que a expansão nos E.U.A. da EDP Renováveis tem sido sobretudo “orgânica” e menos caracterizada pela aquisição de instalações desenvolvidas por terceiros. Ocasionalmente, a EDP Renováveis adquiriu projectos de desenvolvimento em fase inicial nos E.U.A., em localizações que considera atractivas. Por exemplo, através de duas transacções em Dezembro de 2005 e Outubro de 2006, a EDP Renováveis adquiriu da RES América Developments Inc. (uma subsidiária da Renewable Energy Systems Limited) os direitos relativos a um conjunto de 400 MW de capacidade bruta em projectos no Texas e em Fevereiro de 2008 adquiriu à Hydra Wind, LLC, uma carteira de projectos localizados no Illinois, Indiana e Ohio, com um total agregado de 1.050 MW de capacidade bruta em construção e projectos em “*pipeline*”.

As actividades da EDP Renováveis no sector da energia hídrica e das outras energias renováveis

Para além das operações de energia eólica, a EDP Renováveis também opera, através da subsidiária Genesa, um pequeno número de mini-hídricas em Espanha com uma capacidade instalada bruta de 11 MW em 31 de Março de 2008.

Estratégia

- Execução bem sucedida do “*portfolio*” de projectos.
- Optimizar a eficiência operacional e implementação de “*best practices*”.
- Abordagem selectiva para um crescimento rentável equilibrando retorno elevado e risco controlado.

Vantagens Competitivas

- Exposição ao sector das energias renováveis com fortes perspectivas de longo prazo.
- Empresa líder e um “*player*” puro no sector das energias renováveis.
- Posição de liderança beneficiando da vantagem de “*early mover*” em mercados atractivos com elevado crescimento.
- Capacidade demonstrada de execução de projectos e cumprimento de objectivos.
- Operações diversificadas com base estável de receitas.
- Activos de primeira classe e excelência operacional.
- Posicionamento adequado para alcançar crescimento superior a partir de um “*portfolio*” de projectos robusto.
- Estratégia de fornecimento de aerogeradores equilibrada, garantida e competitiva.
- Equipa internacional dinâmica, altamente qualificada e com experiência.

Principais accionistas

Os principais accionistas da EDP Renováveis à data do presente Prospecto encontram-se elencados no quadro seguinte:

Accionistas	% capital social	% direitos de voto
EDP – Energias de Portugal, S.A., actuando	80	80

através da EDP – Energias de Portugal, S.A.,
 Sucursal en España
 Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.

20

20

Informação Financeira Seleccionada

A síntese da informação financeira seleccionada é a seguinte:

Informação financeira seleccionada, consolidada, condensada e não auditada da EDP Renováveis referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2008, e demonstrações financeiras seleccionadas, consolidadas e auditadas da EDP Renováveis a 31 de Dezembro de 2007 e referentes ao período entre 4 de Dezembro de 2007 (data da constituição) e 31 de Dezembro de 2007, elaboradas em conformidade com as IFRS – U.E.

Demonstração dos resultados:

	Trimestre findo em 31 de Março, 2008	Período de 4 de Dezembro a 31 de Dezembro 2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
Volume de negócios.....	142.173	14.363
Custos com aquisição de electricidade	(121)	(158)
Variação nos inventários e custos das matérias primas e consumíveis ..	(931)	(501)
	141.121	13.704
Outros proveitos de exploração.....	19.783	1.749
Fornecimentos e serviços externos.....	(19.844)	(2.927)
Custos com o pessoal.....	(8.475)	(999)
Custos com benefícios aos empregados	(218)	(23)
Outros custos de exploração	(6.865)	(792)
Total dos proveitos/custos de exploração.....	(15.619)	(2.992)
Amortizações do exercício	(45.484)	(6.885)
Compensações de amortizações/subsídios ao investimento	176	468
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	2.363	888
Outros proveitos financeiros	4.351	955
Outros custos financeiros.....	(45.026)	(4.924)
Ganhos/ (perdas) em associadas	615	203
Resultado antes de impostos.....	42.497	1.417
Imposto sobre os lucros	(11.982)	(47)

Resultado líquido do período	30.515	1.370
Resultado por acção básico e diluído – Euros.....	0,54	1,20

Balanço:

	31 de Março, 2008	31 de Dezembro 2007
<i>(Milhares de Euros)</i>		
Activo		
Activos fixos tangíveis	5.050.504	4.839.482
Outros activos intangíveis	22.530	22.958
Goodwill.....	1.210.527	1.245.078
Investimentos financeiros em empresas associadas	32.818	32.360
Activos financeiros disponíveis para venda	7.436	7.951
Activos por impostos diferidos.....	16.841	16.719
Devedores e outros activos.....	99.740	100.462
Total dos Activos Não Correntes	6.440.396	6.265.010
Inventários	4.503	39.024
Clientes	81.343	60.885
Devedores e outros activos.....	217.530	99.251
Impostos a receber	104.726	96.835
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	56.261	44.839
Caixa e equivalentes de caixa	186.066	388.492
Activos detidos para venda.....	1.678	2.641
Total dos Activos Correntes	652.107	731.967
Total do activo.....	7.092.503	6.996.977
Capitais Próprios		
Capital.....	2.081.419 419	18.873
Prémios de emissão	-	1.882.338
Reservas e resultados acumulados	74.984	129.844
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis.....	26.626	1.093
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP	2.183.029	2.032.148
Interesses minoritários.....	71.589	185.587
Total dos Capitais Próprios	2.254.618	2.217.735
Passivo		
Dívida financeira de médio/longo prazo	2.498.147	2.364.629
Benefícios aos empregados	1.214	1.211
Provisões	30.485	22.597
Passivos por impostos diferidos.....	276.218	278.470
Credores e outros passivos.....	1.116.958	1.183.053
Total de Passivos Não Correntes	3.923.022	3.849.960

Dívida Financeira de curto prazo.....	403.021	517.444
Credores e outros passivos.....	483.494	398.193
Impostos a pagar.....	28.348	13.645
Total dos Passivos Correntes.....	914.863	929.282
Total do Passivo.....	4.837.885	4.779.242
Total dos Capitais Próprios e Passivo.....	7.092.503	6.996.977

Informação seleccionada relativa à demonstração dos fluxos de caixa:

	Trimestre findo em 31 de Março,	Período de 4 de Dezembro a 31 de Dezembro
	2008	2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
Fluxos das actividades operacionais.....	88.872	(22.646)
Fluxos das actividades de investimento	(288.514)	(138.531)
Fluxos das actividades de financiamento.....	7.807	270.858
Varição líquida de caixa e seus equivalentes	(191.835)	109.681
Efeito das diferenças de câmbio.....	(10.592)	(269)
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	388.492	-
Varição de caixa por entradas no perímetro de consolidação	-	279.080
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período.....	186.066	388.492

EBITDA:

	Trimestre findo em 31 de Março,	Período de 4 de Dezembro a 31 de Dezembro
	2008	2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
EBITDA ⁽³⁾	125.502	10.712
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	89%	78%

⁽³⁾ O EBITDA representa lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Incluiu-se o EBITDA na medida em que este é frequentemente utilizado por determinados investidores, analistas de valores mobiliários e outras partes interessadas na avaliação de empresas similares. Contudo, visto que o cálculo do EBITDA não é efectuado da mesma forma em todas as empresas, a apresentação do EBITDA pela EDP Renováveis poderá não ser comparável no que respeita a valores sob a mesma designação de outras empresas. O EBITDA não é um item reconhecido pelas IFRS e não deverá ser considerado como uma alternativa ao lucro resultante das operações, ao lucro operacional, ou a qualquer outro indicador do desempenho operacional de uma sociedade exigido pelas IFRS. O EBITDA não deverá de modo algum ser comparado ao lucro operacional, ao rendimento líquido ou ao fluxo de caixa resultante das actividades da EDP Renováveis, nem deverá ser utilizado como um indicador de rentabilidade ou liquidez passada ou futura.

⁽⁴⁾ A margem EBITDA corresponde ao EBITDA/lucro bruto (definido como receitas menos custos de vendas).

1.7 Informação adicional

1.7.1 Capital social

O capital social da EDP Renováveis nesta data encontra-se integralmente subscrito e realizado e ascende a 3.381.419.280 Euros (três mil trezentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e dezanove mil, duzentos e oitenta Euros) e é representado por 676.283.856 Acções ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal de 5 Euros cada.

A EDP Renováveis foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 com o capital social de 15.000 Euros. Em 18 de Dezembro de 2007, a EDP aprovou uma deliberação de aumento do capital social da EDP Renováveis através do qual o capital social foi fixado em 18.615.000 Euros. O aumento de capital social foi integralmente subscrito pela EDP, que contribuiu com a sua participação de 58% no capital social da NEO e com a sua participação de 100% no capital social da Horizon. O referido aumento de capital foi registado em 21 de Dezembro de 2007.

Em 21 de Dezembro de 2007, a EDP aprovou uma nova deliberação de aumento de capital da EDP Renováveis através da qual o capital social foi fixado em 18.872.980 Euros. O aumento de capital social foi integralmente subscrito pela EDP, que contribuiu com uma participação de 2% no capital social da NEO. Este aumento de capital foi registado em 26 de Dezembro de 2007.

Em 25 de Fevereiro de 2008, a EDP aprovou um novo aumento de capital da EDP Renováveis através do qual o capital social foi fixado em 23.591.220 Euros. O aumento de capital foi integralmente subscrito pela Hidrocantábrico, que contribuiu com a sua participação de 40% no capital social da NEO. Este aumento de capital foi registado em 27 de Fevereiro de 2008. Após este aumento de capital social, a EDP passou a deter uma participação social de 80% e a Hidrocantábrico uma participação social de 20% na EDP Renováveis.

Em 12 de Março de 2008, a EDP e a Hidrocantábrico aprovaram uma deliberação de (i) aumento do capital social para 2.081.419.280 Euros após deliberação de incorporação de reservas, e (ii) divisão do valor das Acções de 10 Euros para 2 Euros. As deliberações acima mencionadas foram registadas em 12 de Março de 2008. Após este aumento de capital social, a EDP e a Hidrocantábrico mantiveram proporcionalmente as suas participações no capital social da EDP Renováveis, isto é 80% e 20%, respectivamente.

Em 7 de Maio de 2008, EDP e a Hidrocantábrico aprovaram uma deliberação de (i) aumento do capital social para 3.381.419.280 Euros através de entradas em espécie, as quais corresponderam a empréstimos concedidos pela EDP e pela Hidrocantábrico no montante de € 1.040.000.000 e de € 260.000.000, respectivamente, à NEO, e de (ii) aumento do valor nominal unitário das Acções de 2 Euros para 5 Euros. Após este aumento de capital social, a EDP e a Hidrocantábrico mantiveram proporcionalmente as suas participações no capital social da EDP Renováveis, isto é 80% e 20%, respectivamente.

À data do presente Prospecto, a EDP Renováveis não tem emitidos quaisquer valores mobiliários convertíveis em Acções ou quaisquer outros valores mobiliários.

1.7.2 Documentação acessível ao público

Durante o período da Oferta serão disponibilizadas na sede da EDP Renováveis cópias em suporte físico dos seguintes documentos:

- Estatutos da EDP Renováveis;
- Cópia do Prospecto;
- Tradução para língua espanhola do Prospecto;
- Quaisquer futuros prospectos, memorandos de informação e adendas, e quaisquer outros documentos inseridos nestes ou naqueles por remissão.

Estes documentos, com excepção da tradução para língua espanhola do Prospecto, estão também disponíveis nos sítios na internet da EDP Renováveis, em www.edprenovaveis.com e da CMVM, em www.cmvm.pt.

CAPÍTULO 2 – FACTORES DE RISCO

O investimento nas Ações da EDP Renováveis envolve riscos. Antes de ser tomada qualquer decisão de investimento dever-se-á ponderar toda a informação contida neste Prospecto, incluindo os seguintes factores de risco. A ocorrência de qualquer um dos acontecimentos a seguir descritos poderá reflectir-se de forma adversa na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis. Em tal caso, o valor de mercado das Ações da EDP Renováveis poderá descer e é possível que os investidores possam vir a perder a totalidade ou parte do seu investimento nas Ações da EDP Renováveis.

Os factores de risco abaixo descritos são aqueles que a EDP Renováveis considera serem materiais, mas podem não ser os únicos factores de risco e incertezas que a EDP Renováveis tenha de enfrentar. É possível que outros factores de risco, presentemente desconhecidos, ou que não são para já considerados como materiais, possam ter uma consequência material adversa na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis ou que resultem em outros acontecimentos que poderiam conduzir a uma diminuição no valor das Ações da EDP Renováveis. Este Prospecto contém igualmente, declarações sobre factos futuros que implicam riscos e incertezas. Os resultados reais podem diferir materialmente dos previstos nestas declarações sobre factos futuros devido a determinados factores, incluindo os riscos enfrentados pela EDP Renováveis, discutidos abaixo e noutras partes do presente Prospecto.

2.1 Factores de risco relacionados com a actividade do Emitente e Oferente

A EDP Renováveis opera parques eólicos cuja rentabilidade depende dos recursos eólicos adequados e condições atmosféricas favoráveis.

A actividade da EDP Renováveis centra-se na produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis, com especial incidência, na energia eólica. A quantidade de electricidade produzida e a rentabilidade de parques eólicos estão altamente dependentes de condições climatéricas, sobretudo das condições eólicas, que variam de forma relevante conforme a localização dos parques eólicos, as estações do ano e os anos. As variações nas condições do vento nos locais onde os parques eólicos se encontram localizados ocorrem em resultado de flutuações das correntes de vento diárias, mensais e sazonais e, no longo prazo, em resultado de mudanças e alterações climatéricas mais gerais. Uma vez que as turbinas só funcionam quando a velocidade do vento se situa dentro de determinados limites específicos que variam conforme o tipo de turbina e o fabricante das mesmas, caso a velocidade do vento não se situe dentro desses limites, ou se situe no mínimo desses limites, a produção de energia nos parques eólicos da EDP Renováveis pode sofrer uma redução.

Durante a fase de desenvolvimento e antes da construção de qualquer parque eólico é realizado um estudo eólico durante um período de 2 anos, em média, no sentido de avaliar o potencial dos recursos eólicos no local de implantação do parque eólico. Estes estudos eólicos são efectuados principalmente pela equipa de avaliação da EDP Renováveis e, em certos casos, e especialmente no que respeita aos projectos nos E.U.A., também por consultores externos líderes na indústria das energias renováveis na prestação deste tipo de serviços. A EDP Renováveis baseia os seus pressupostos e decisões de investimento nos resultados destes estudos. A EDP Renováveis não pode garantir que as condições climatéricas que se venham a verificar num local de implantação de um parque eólico estejam em conformidade com as previsões feitas durante a fase de desenvolvimento do projecto com base naqueles estudos e, como tal, não pode garantir que os parques eólicos sejam capazes de atingir os níveis de produção previstos.

As variações e flutuações das condições do vento nos parques eólicos da EDP Renováveis podem resultar em flutuações sazonais, e de outro tipo, na quantidade de electricidade que a EDP

Renováveis produz e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da EDP Renováveis. Acresce ainda que uma deterioração sucessiva das condições eólicas em todos ou em muitos dos parques eólicos da EDP Renováveis, poderá conduzir a reduções de eficiência operacional, na produção de electricidade e na rentabilidade. Tais acontecimentos, especialmente na medida em que afectem vários parques eólicos, poderão ter um efeito material adverso na actividade, situação financeira e nos resultados operacionais da EDP Renováveis.

A rentabilidade da EDP Renováveis depende de políticas e de regimes regulatórios que apoiam o desenvolvimento de energias renováveis em cada um dos mercados regionais onde opera e, se tais políticas mudarem ou forem eliminadas, a actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis podem ser material e adversamente afectados.

O desenvolvimento e rentabilidade de projectos de energias renováveis dependem de um modo significativo de políticas e de regimes regulatórios que apoiem tal desenvolvimento. As jurisdições onde a EDP Renováveis opera facultam vários tipos de incentivos à venda de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis. Os Estados-Membros da União Europeia (incluindo os países europeus onde a EDP Renováveis opera ou onde tem projectos em desenvolvimento) e muitos estados dos E.U.A. e o governo federal dos E.U.A. adoptaram políticas e medidas que apoiam activamente os projectos de energia renovável. Estas políticas incluem, entre outros, incentivos baseados nos preços, como por exemplo as tarifas “*feed-in*”, prémios sobre preços de mercado, atribuição de certificados verdes (“CV”) incentivos baseados na quantidade, tais como os “*renewable portfolio standards*” (“RPS”) que requerem que, por referência a uma data especificada, uma determinada percentagem da electricidade fornecida aos consumidores dentro de cada estado relevante provenha de produção através de fontes de energia renováveis e os sistemas de leilão público, bem como os incentivos fiscais e outros tipos de incentivos como os “*production tax credits*” (PTC) – créditos fiscais ligados à produção – e outros benefícios fiscais de apoio à produção de electricidade através de energias renováveis, tais como subsídios directos e benefícios de transporte e despacho. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – Apoios Governamentais às Energias Renováveis nos Países em que a EDP Renováveis opera”.

O apoio a fontes de energia renováveis tem sido forte e, tanto a U.E. como vários organismos federais e estatais dos E.U.A. têm reafirmado regularmente o seu desejo de prosseguir e reforçar esse apoio. Contudo, a EDP Renováveis não pode garantir que o apoio se manterá, nem que a electricidade produzida pelos futuros projectos de energias renováveis da EDP Renováveis irá beneficiar, por exemplo, de obrigações legais de aquisição da electricidade produzida, de incentivos fiscais ou outras medidas de apoio à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis. A EDP Renováveis também não pode garantir que, no futuro, esse apoio não será abandonado, reduzido ou alterado, seja devido a alterações de política a nível internacional, regional, nacional ou local, seja por razões de uma maior maturidade do sector e dos mercados de energia, seja por alteração da ordem de mérito dos custos de produção das diferentes formas de produção de electricidade, ou por quaisquer outras razões. Por outro lado, as alterações aos métodos pelos quais os governos decidem implementar as políticas correntes sobre energias renováveis, incluindo a estrutura, montante e o processo nos termos do qual os incentivos são alocados ou concedidos, podem ter também um impacto negativo nas medidas de apoio de que actualmente o sector beneficia.

Para além dos riscos gerais acima identificados, a EDP Renováveis enfrenta os riscos específicos de potenciais alterações regulamentares em determinados mercados, incluindo os seguintes:

Espanha

Em 2007, o Governo Espanhol aprovou o Real Decreto 661/2007 (o “Real Decreto de 2007”) que introduziu o método pelo qual será actualizado o enquadramento jurídico e económico para o regime especial de produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha. No entanto, as tarifas, prémios, complementos e limites máximos e mínimos no Real Decreto de 2007 poderão ser revistos em 2010 à luz dos resultados de relatórios que acompanham o grau de desempenho do Plano de 2005-2010 relativo às Energias Renováveis (“*Plan de Energías Renovables 2005-2010*”), aprovado pelo Conselho de Ministros Espanhol em 26 de Agosto de 2005, a Estratégia Espanhola de Poupança de Energia e Eficiência para 2004-2014 (“*Estrategía de Ahorro y Eficacia Energética en España para el período 2004-2014*”), aprovado em 28 de Novembro de 2003, o Plano de Acção de Poupança de Energia e Eficiência para 2005-2007 (“*Plan de Acción 2005-2007 de Ahorro y Eficacia Energética*”), aprovado em 8 de Julho de 2005, bem como os novos objectivos incluídos no Plano de 2011-2020 relativo às Energias Renováveis (“*Plan de energías Renovables 2011-2020*”), com preços revistos a poderem ser aplicados à electricidade gerada em instalações que comecem a funcionar em ou após 1 de Janeiro de 2012. A EDP Renováveis não pode assegurar que o Real Decreto de 2007 não venha a ser modificado de forma adversa em 2010 para novas capacidades instaladas depois de 2012, ou que quaisquer modificações introduzidas não venham a ter consequências negativas no regime de remuneração para capacidade instalada antes de 2012. Além disso, uma vez atingido o limite de capacidade de 20.155 MW de energia eólica estabelecido pelo Real Decreto de 2007 (o que de acordo com estimativas do Governo Espanhol se prevê que venha a ocorrer em 2011), não poderá haver a certeza de que as tarifas, prémios e complementos ao abrigo do Real Decreto de 2007 permanecerão em vigor para novas instalações que comecem a operar depois de atingidos os limites de capacidade.

Portugal

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 339-C/2001, de 29 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 33-A/2005 de 16 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei 225/2007, de 31 de Maio define o enquadramento legal para o cálculo da remuneração da electricidade gerada a partir de fontes de energia renováveis. Apesar de os referidos Decretos-Lei criarem um regime remuneratório estável, a EDP Renováveis não pode garantir que este regime não venha a ser adversamente modificado no futuro. Por outro lado, em Portugal, a produção de electricidade através de fontes de energia renovável está dependente da obtenção de uma série de concessões e licenças, dependendo do tipo de fonte de energia utilizado e outros factores. A EDP Renováveis não pode assegurar que consiga manter válidas todas as concessões e licenças necessárias actualmente em vigor, e que essas mesmas concessões e licenças não venham a ser adversamente modificadas que ou venham a ser renovados após expiração dos prazos das mesmas. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente -Portugal”.

E.U.A.

Nos E.U.A., muitos governos estatais implementaram os “*renewable portfolio standards*” (“RPS”) que requerem que, por referência a uma data específica, uma determinada percentagem da electricidade fornecida aos consumidores dentro de cada estado relevante provenha de produção através de fontes de energia renováveis. O apoio do governo federal às energias renováveis baseia-se também nos benefícios fiscais a nível federal, incluindo o incentivo fiscal do “*production tax credit*” (“PTC”) federal e um período de depreciação de cinco anos para os activos elegíveis nos termos do “*modified accelerated cost recovery system*” (“MACRS”).

A legislação dos PTC foi implementada em 1992 e tem sido, ao longo dos tempos, sujeita a prorrogação pelo Congresso dos E.U.A., por períodos de um a três anos. Os PTC actuais deverão

vencer a 31 de Dezembro de 2008, sujeitos a prorrogação. Apesar de no passado os PTC terem sido consistentemente prorrogados, o que é facto é que também já venceram três vezes antes de serem prorrogados posteriormente, criando por isso um período em que não estavam em vigor. Em todas estas ocasiões, o Congresso dos E.U.A. aplicou os PTC de forma retroactiva, de forma a cobrir esse hiato de tempo. No entanto, o vencimento periódico e a incerteza associada ao processo legislativo relativamente a prorrogações afecta o funcionamento da indústria.

Em Dezembro de 2007, a lei da energia aprovada pela Câmara dos Representantes dos E.U.A. incluía uma proposta para prorrogar os PTC federal por um período de quatro anos, contudo, a proposta foi excluída da lei aprovada pelo Senado dos E.U.A.. Em Fevereiro de 2008, a Câmara dos Representantes dos E.U.A. aprovou uma nova lei da energia que incluía uma prorrogação de três anos dos PTC, contudo, esta lei não foi aprovada pelo Senado dos E.U.A.. Desta forma verifica-se que actualmente não existe qualquer legislação aprovada pelo Congresso dos E.U.A. que prorrogue os PTC para além de 31 de Dezembro de 2008. Embora não exista qualquer indicação de que os PTC não serão prorrogados antes do termo do prazo actual ou de que nenhuma renovação será aplicada retroactivamente caso os PTC venham a expirar, não é possível assegurar que os PTC serão prorrogados ou renovados para parques eólicos que entrem em funcionamento após 2008 ou que, caso possam expirar após 2008, ou em qualquer momento no futuro, que o incentivo venha alguma vez a ser renovado e que, neste caso, venha a ser aplicado retroactivamente aos períodos prescritos. Apesar de os parques eólicos com entrada em funcionamento antes do termo dos actuais PTC não serem afectados, a não renovação dos PTC poderia afectar outros parques eólicos e as perspectivas de actividade futura da EDP Renováveis poderão igualmente ser afectadas negativamente pela não prorrogação dos PTC ou a sua não aplicação retroactiva.

Em relação ao período de depreciação de cinco anos do MACRS, apesar de o sistema existir a nível federal há vários anos, e sendo espectável que tal assim se mantenha, não é possível garantir que o tratamento de cinco anos do MACRS não venha a ser descontinuado no futuro.

A capacidade da EDP Renováveis em tirar partido dos benefícios dos incentivos PTC e MACRS depende, em parte, das estruturas de investimento que a EDP Renováveis contrata com investidores institucionais nos E.U.A. (as “Estruturas de Parceria”). Mesmo partindo do princípio que os incentivos do PTC e do MACRS continuam a estar disponíveis no futuro, não pode haver a certeza de que (i) a EDP Renováveis tenha rendimentos tributáveis suficientes para usar os benefícios gerados por estes incentivos fiscais, (ii) por outro lado, que a EDP Renováveis possa concretizar os benefícios destes incentivos por meio de Estruturas de Parceria celebradas com investidores que ofereçam termos e preços aceitáveis ou que haverá um número suficiente deste tipo de investidores ou (iii) a EDP Renováveis concretizar o benefício total das Estruturas de Parceria, incluindo o recebimento de todos os pagamentos previstos de investidores.

Para além dos incentivos fiscais federais norte-americanos, os RPS são benefícios à actividade da EDP Renováveis a nível estadual, na medida em que exigem que uma certa percentagem da energia fornecida aos consumidores dentro do respectivo estado provenha de fontes renováveis (geralmente 10%-20% até 2015) e em alguns casos, estabelecem variadas penalizações em caso de incumprimento. Segundo a base de dados referente aos incentivos estatais para energias renováveis e eficiência – “*Database of the State Incentives for Renewables and Efficiency*” (“DSIRE”) – a Março de 2008, mais de 29 Estados e o Distrito de Columbia implementaram programas de energias renováveis. Quatro destes Estados (Illinois, Virginia, Missouri e Vermont) adoptaram metas voluntárias, em vez de objectivos obrigatórios. Vários outros Estados estão a considerar a implementação de programas

de RPS, mas não há qualquer garantia de que irão tomar essa decisão, ou de que os actuais RPS não serão descontinuados ou modificados de forma negativa. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – E.U.A.”.

Se os governos ou instituições internacionais, regionais, nacionais ou locais em qualquer dos mercados onde a EDP Renováveis opera, ou está a planear operar, decidirem abandonar, reduzir ou alterar o seu apoio à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis, ou introduzirem alterações ou suspenderem qualquer dos métodos, incentivos e programas através dos quais as actuais políticas relativas a energias renováveis são implementadas, ou se qualquer dos outros riscos específicos acima identificados se concretizarem, isto poderá ter um efeito material negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A falta de apoio ou uma resposta negativa por parte do público a projectos de energia renovável pode diminuir a capacidade da EDP Renováveis para construir e operar centros electroprodutores de energia renovável.

O desenvolvimento de um parque eólico e de outros projectos de energia renovável exige normalmente uma série de estudos ambientais (tais como estudos de impacto histórico, arqueológico, e sobre as aves) e uma consulta pública antes da emissão de licenças de construção e outras licenças, e como tal, não é possível garantir que a população local irá ter uma opinião positiva sobre os parques eólicos e outros projectos de energia renovável da EDP Renováveis. Em áreas onde os parques eólicos e outros projectos de energia renovável fiquem próximo de habitações, a oposição da população local poderá levar à adopção de regulamentações restritivas relativamente ao funcionamento dos parques eólicos e de outros projectos de energia renovável.

Se parte da população ou certas empresas se mobilizarem contra a construção de um parque eólico ou de outros projectos de energia renovável ou se gerarem obstáculos legais, poderá tornar-se mais difícil obter as licenças de construção e de operação necessárias. Em alternativa, as objecções legais podem transformar-se em providências cautelares contra ou que retardem o desenvolvimento ou a construção, prejudicando a capacidade da EDP Renováveis de colocar projectos em funcionamento dentro dos prazos ou de atingir os objectivos empresariais da EDP Renováveis. Alguns dos projectos de parques eólicos da EDP Renováveis têm sido, de tempos a tempos, objecto deste tipo de oposição e de litígios e a EDP Renováveis considera que este tipo de litígios vão continuar a fazer parte do curso normal da sua actividade. Por exemplo, a certificação do centro electroprodutor que foi emitida pelo Governador do Estado de Washington, em Agosto de 2007, para um projecto em desenvolvimento naquele estado dos E.U.A. encontra-se actualmente sujeito a duas petições para revisão da mesma. Estas petições foram intentadas pela administração local e por pequenos proprietários com terrenos nas proximidades do local de implantação do projecto. Se, na sequência de uma decisão do tribunal, a certificação do centro electroprodutor for revogada a EDP Renováveis pode ver-se impedida de desenvolver o respectivo projecto.

A oposição pública, um acréscimo dos obstáculos na atribuição de licenças e/ou concessões ou uma tendência desfavorável no desenrolar de tais obstáculos podem ter um efeito material negativo na actividade, situação financeira, ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Os resultados da actividade da EDP Renováveis dependem dos preços de mercado da electricidade.

A remuneração pela electricidade vendida por alguns parque eólicos depende, pelo menos em parte, dos preços de mercado para a electricidade. Os preços de mercado podem ser voláteis e são

afectados por vários factores, incluindo o custo das matérias-primas usadas como fonte de energia para outras fontes de produção, a hidráulica média, o custo de construção de um centro electroprodutor, o “mix” tecnológico da capacidade de produção instalada e a procura por parte dos consumidores.

Nas jurisdições onde uma combinação de incentivos regulados e componentes dos preços de mercado foi implementada, a componente de incentivo regulamentado pode não compensar as flutuações da componente de preço de mercado e, assim, a remuneração total pode ser volátil. Em outras jurisdições, os preços que a EDP Renováveis pode cobrar pela electricidade produzida são fixados por entidades reguladoras e/ou pelos governos com base num sistema tarifário. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente”. Não é possível prever as alterações que serão feitas no futuro relativamente a tais tarifas ou, caso tais alterações ocorram, as consequências que as mesmas irão ter na actividade, situação financeira e resultados operacionais da EDP Renováveis. Não pode haver qualquer garantia de que os preços de mercado para a electricidade se manterão em níveis que permitam manter as margens de lucro e as taxas de retorno sobre o investimento actual. Uma redução dos preços de mercado abaixo dos níveis previstos poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis usa, e pode continuar a usar no futuro, variados contratos financeiros e de futuros sobre matérias primas de modo a reduzir a sua exposição à flutuação dos preços de electricidade. No entanto, a EDP Renováveis pode não ser capaz de cobrir com sucesso a sua exposição ou pode enfrentar outras dificuldades na execução da sua estratégia de cobertura de risco. Por outro lado, o uso de instrumentos financeiros de cobertura de risco pode afectar a capacidade da EDP Renováveis de realizar a totalidade dos benefícios implícitos em eventuais aumentos dos preços de electricidade. Adicionalmente, futuras alterações nos preços da electricidade podem não ser consistentes com os dados históricos ou pressupostos. Se a EDP Renováveis não puder antecipar e proteger-se com sucesso de flutuações nos preços de electricidade, a volatilidade dos preços de electricidade poderá ter um efeito material negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis está sujeita a legislação relacionada com o desenvolvimento, licenciamento, construção e funcionamento de centros electroprodutores de energia renovável.

A actividade, os parques eólicos e os outros projectos de energia renovável da EDP Renováveis estão sujeitos a legislação e/ou regulamentação internacional, nacional, estatal, regional e local relativas ao desenvolvimento, licenciamento, construção e operação de centros electroprodutores. Esta legislação e/ou regulamentação regula, entre outras coisas: a aquisição, o leasing e a utilização de terrenos, as licenças de construção e de transmissão/distribuição de electricidade, conservação ambiental, regulamentação sobre ruído e outras regulamentações sobre saúde e segurança, protecção ambiental e licenças ambientais e regulamentações sobre normas de interligação e gestão dos sistemas de transmissão e distribuição de electricidade incluindo gestão das situações de congestionamento na rede de distribuição e/ou transporte. O não cumprimento de tais regulamentações poderia resultar na revogação de licenças, autorizações ou concessões, ou em sanções, incluindo de natureza penal. Se as respectivas autoridades nas jurisdições em que a EDP Renováveis opera suspenderem o apoio que concedem ou reduzirem o apoio ao desenvolvimento de instalações produtoras de energia renovável, em especial parques eólicos, tais acções poderão ter consequências materiais adversas na actividade situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A regulamentação aplicável à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis varia consoante as jurisdições e está sujeita a alterações que podem tornar tais regulamentações mais restritivas ou de alguma forma menos favoráveis para a EDP Renováveis. Legislação e/ou regulamentação mais restritiva e menos favorável, tal como a obrigação de alterar parques eólicos e outros centros electroprodutores já existentes ou a implementação de procedimentos adicionais de inspecção e monitorização, poderão levar a alterações nas condições de funcionamento e requerer custos materiais mais elevados, aumentar os custos de produção ou, por outro lado, impedir o desenvolvimento da actividade da EDP Renováveis. Adicionalmente, podem ser criadas leis e regulamentações adicionais, inclusivamente as aprovadas como resultado de acções interpostas por terceiros ou por grupos de pressão com interesses especiais. A EDP Renováveis também é afectada por outras leis e regulamentações, que também podem ser alteradas periodicamente. Por exemplo, como consequência de uma decisão do Supremo Tribunal Espanhol datada de Maio de 2007, recentemente verificou-se um aumento dos impostos no sector imobiliário em Espanha (“IBI”), aumentando os custos de construção e funcionamento dos parques eólicos da EDP Renováveis neste país. A EDP Renováveis não pode garantir que, no futuro, as leis e regulamentações vigentes não serão rápida e/ou significativamente modificadas, quer por pressão pública ou por iniciativa de entidades reguladoras. Tais alterações poderão ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A expansão da actividade da EDP Renováveis depende da localização e da obtenção de direitos sobre locais adequados e da obtenção e manutenção de licenças de construção e de operação para os parques eólicos e outros centros electroprodutores de energia renovável.

A EDP Renováveis enfrenta vários desafios para localizar e obter locais adequados e para obter e manter as licenças de construção e operação para os parques eólicos e outras instalações de energia renovável, os quais são todos cruciais para a capacidade de expandir a actividade da EDP Renováveis.

Disponibilidade geográfica limitada

Os parques eólicos requerem condições especiais, que só se encontram num número limitado de locais geográficos. Além disso, um conjunto de factores, tais como as restrições de carácter topográfico, a proximidade e a disponibilidade interligação com as redes de transporte e distribuição de electricidade, a proximidade de áreas de densidade populacional, reservas naturais, aeroportos e instalações militares, limita o número de locais apropriados para a instalação de parques eólicos e de outros centros electroprodutores.

Aumento da concorrência na obtenção de propriedade ou outros direitos, sobre terrenos

A capacidade da EDP Renováveis para localizar e obter a propriedade ou outros direitos sobre os terrenos adequados à instalação de centros electroprodutores encontra-se sujeita a concorrência por parte de um número crescente de empresas produtoras de electricidade através de energias renováveis as quais detêm capacidade financeira suficiente para fazer os investimentos necessários para pesquisa, localização e obtenção da propriedade ou direitos sobre esses terrenos e obterem os direitos de interligação e transporte de electricidade.

Incertezas relativamente aos titulares do direito de propriedade e de outros direitos sobre imóveis

A EDP Renováveis está ainda sujeita a incertezas relacionadas com os titulares do direito de propriedade ou outros direitos sobre os imóveis, incluindo direitos de arrendamento, que foram obtidos, ou que têm de ser obtidos, para instalação dos parques eólicos ou outros centros

electroprodutores. Isto poderá acontecer em países que tenham sistemas de registo predial ou regimes semelhantes, e uma falha na realização de um registo de um direito sobre um imóvel, ou de o realizar antes de outras partes que, agindo de boa fé, efectuem o registo de um direito sobre tal imóvel, poderá comprometer as reivindicações da EDP Renováveis em relação a esse imóvel. Em países onde não existem estes regimes, a propriedade ou os direitos constituídos sobre um imóvel podem ser difíceis de rastrear ou identificar e, como tal, as reivindicações e/ou direitos constituídos sobre esses imóveis poderão ser sujeitas a contestação por terceiros. O mesmo se aplica relativamente à maior parte dos imóveis utilizados para as operações da EDP Renováveis em Portugal e em Espanha, que constituem uma parcela considerável das operações totais da EDP Renováveis.

Riscos associados com construções e infra-estruturas adjacentes

O funcionamento dos parques eólicos da EDP Renováveis depende, em parte, das condições eólicas dos respectivos locais geográficos. Contudo, os recursos do vento podem ser reduzidos devido aos “efeitos de interferência” negativos que ocorrem aquando da interrupção das correntes de vento provocada pela construção de novas estruturas em quaisquer das áreas que circundam os parques eólicos. As estruturas podem incluir novos edifícios, árvores ou turbinas eólicas construídas por outros promotores junto ou nas proximidades dos parques eólicos da EDP Renováveis. Embora a EDP Renováveis procure adquirir locais suficientemente espaçosos para permitir a preservação dos recursos eólicos em tais circunstâncias, não pode garantir que os proprietários de locais adjacentes aos parques eólicos não venham a arrendar o seu terreno a terceiros que possam construir estruturas que interfiram com a livre corrente do vento sobre os parques eólicos da EDP Renováveis. Tais empreendimentos podem prejudicar a produção de energia dos parques eólicos da EDP Renováveis.

Dependência na obtenção de licenças para ligação às redes de transporte e distribuição de electricidade

Em determinados países da Europa os direitos de interligação às redes de transporte e distribuição de electricidade (que são cruciais para o desenvolvimento de parques eólicos) podem ser concedidos mediante processos de concurso. No passado, a EDP Renováveis conseguiu obter com sucesso alguns direitos de interligação. Contudo, a EDP Renováveis não pode assegurar que, de futuro, conseguirá obter tais direitos de interligação às redes de transporte e distribuição de electricidade nestes processos de concurso e a concorrência significativa que pode ter que enfrentar em tais circunstâncias poderá limitar a capacidade da EDP Renováveis para obter tais direitos de interligação. De igual modo, nos E.U.A. e em determinados países da Europa existem procedimentos para assegurar uma interligação às redes de transporte e distribuição de electricidade que podem depender de inúmeros factores, incluindo: concorrência, fiabilidade e existência de uma infra-estrutura local adequada, e custo das instalações de interligação. Dado que muitos destes factores estão fora do controlo da EDP Renováveis, a EDP Renováveis não pode garantir que conseguirá obter tais direitos de interligação. A incapacidade de obter direitos de interligação poderá causar demoras ou obstar o desenvolvimento dos projectos da EDP Renováveis.

Dependência na obtenção de licenças de construção e operação

Para construir, manter e operar centros electroprodutores, incluindo parques eólicos, a EDP Renováveis tem de obter licenças de construção e operação junto de várias entidades. Os procedimentos para concessão das licenças de construção e operação variam conforme o país e, no mesmo país, podem variar conforme o estado, a região ou as entidades locais, podendo algumas jurisdições rejeitar os pedidos de licença por uma série de razões. O processo para obter tais licenças

pode também ser obstruído ou atrasado por oposição pública. Ver “A falta de apoio ou uma resposta negativa por parte do público a projectos de energia renovável pode diminuir a capacidade da EDP Renováveis para construir e operar centros electroprodutores de energia renovável.”. Para além disso, uma decisão de concessão de uma licença pode ser posta em questão, em algumas jurisdições, mesmo depois da licença ter sido concedida. Por outro lado, a EDP Renováveis tem que cumprir as condições constantes das referidas licenças e, caso não o faça, pode resultar em multas ou sanções e/ou as licenças que tenham sido concedidas poderão ser revogadas ou suspensas.

Outras restrições sobre o uso de terrenos

Outras restrições à actividade da EDP Renováveis incluem a exigência de ónus ou encargos administrativos (incluindo servidões de passagem), restrições associadas com a proximidade do local a habitações ou restrições associadas à protecção ambiental, tais como direitos relativos aos minerais, aves, morcegos, flora e outra fauna.

Caso a EDP Renováveis não seja capaz de localizar e obter direitos sobre terrenos, converter opções em contratos de *leasing* de longa duração, renovar actuais subsídios federais e obter novos subsídios federais para a construção e subsequente operação e manutenção dos seus parques eólicos, ultrapassar os “efeitos de interferência” de construções adjacentes ou obter e manter as concessões e licenças requeridas, a EDP Renováveis poderá não ser capaz de construir projectos e iniciar operações atempadamente, ou manter e continuar as operações existentes, qualquer um dos quais poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode ter dificuldades em adquirir ou deter imóveis ou direitos sobre esses imóveis em certos Estados dos E.U.A. que tenham aprovado legislação relativa à proibição de aquisição ou detenção de imóveis ou direitos sobre esses imóveis nesses estados por pessoas ou entidades estrangeiras.

A EDP Renováveis, através de diversas subsidiárias da Horizon, é titular de vários tipos de direitos reais ou interesses sobre imóveis em diversos Estados nos E.U.A. Em alguns Estados nos quais a EDP Renováveis é titular, ou espera vir a ser titular, de direitos reais ou interesses sobre imóveis, aprovaram legislação que, nos termos em que se encontra redigida, proíbe entidades ou pessoas estrangeiras, de adquirirem certos tipos de direitos reais ou interesses sobre imóveis.

Não obstante, a EDP Renováveis acredita que aos direitos reais e interesses de que é actualmente titular, ou de que possa vir a ser titular no futuro, não é aplicável a legislação acima referida, na medida em que os E.U.A. celebraram tratados internacionais com Portugal e Espanha que, conjuntamente com outros tratados celebrados pelos E.U.A. que atribuem certos direitos a cidadãos de outros países, atribuem aos cidadãos portugueses e espanhóis os direitos que são negados aos estrangeiros pela referida legislação.

Apesar de alguma da legislação referida conter linguagem explícita reconhecendo a prevalência dos direitos conferidos pelos tratados internacionais celebrados pelos E.U.A., é possível que os funcionários do governo dos E.U.A. possam decidir que não concordam com a interpretação dos tratados internacionais relevantes acima referida e/ou com a interpretação da legislação dos diversos estados que reconhece esses direitos e optem por intentar acções contra a EDP Renováveis ao abrigo das leis estatais. Caso tais acções venham a ser intentadas, o tribunal relevante poderá decidir que a legislação estatal se aplica à EDP Renováveis e a EDP Renováveis poderá ser obrigada a alienar os

direitos reais ou interesses que detém sobre imóveis nesse(s) Estado(s), sem prejuízo do direito da EDP Renováveis a interpor recurso contra essas decisões, o que pode significar ainda que a EDP Renováveis se pode ver obrigada a vender a totalidade, ou parte, dos parques eólicos que estejam localizados naquele(s) Estado(s). A venda dos parques eólicos ou dos direitos reais ou interesses sobre os imóveis onde esses parques eólicos estejam localizados poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode enfrentar obstáculos e atrasos na construção dos centros electroprodutores.

A EDP Renováveis enfrenta riscos relacionados com a construção dos parques eólicos e outros centros electroprodutores de energia renovável, incluindo os riscos de atrasos nos calendários de construção e conclusão dos projectos no âmbito do orçamento e das especificações requeridas. A EDP Renováveis pode também enfrentar vários contratempos, tais como condições climáticas adversas, dificuldades na ligação às redes de transporte e distribuição de electricidade, defeitos de construção, incumprimentos de prazos de entrega por parte de fornecedores, atrasos imprevistos na obtenção de licenças e autorizações ou acções judiciais instauradas por terceiros.

Em geral, a EDP Renováveis contrata fornecedores de turbinas eólicas para a produção, transporte, instalação e comissionamento das turbinas, e confia a terceiros contraentes a construção do parque eólico. Nos E.U.A., a EDP Renováveis contratou, em determinadas circunstâncias, o transporte e instalação de turbinas com entidades que não o produtor das mesmas. Embora a EDP Renováveis contrate com fornecedores, terceiros e engenheiros civis com os quais pode até ter relações de longa data, estes projectos dependem do sucesso desses trabalhos e podem estar sujeitos a factores fora do controlo da EDP Renováveis, incluindo acções e omissões por parte de fornecedores, empreiteiros e engenheiros.

Quaisquer contratempos, atrasos de fornecimento, de construção, incapacidade de encontrar os empreiteiros ou engenheiros adequados ou problemas relacionados com os trabalhos realizados pelos empreiteiros e engenheiros que a EDP Renováveis contrata, podem dar origem a atrasos na conclusão de um projecto e a aumentos dos custos de construção ou orçamentados, que poderão ter um efeito material negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis depende da disponibilidade de turbinas e outros elementos de montagem e transporte para construir os centros electroprodutores de energia renovável e para desenvolver a actividade de produção de electricidade.

A EDP Renováveis depende do fornecimento e montagem de turbinas para a construção de parques eólicos e outros centros electroprodutores e, por outro lado, de meios de transporte, tais como camiões, gruas e, bem assim, outros elementos de construção, tais como transformadores. No caso das turbinas, em particular, o número de fornecedores é limitado. A actual procura de turbinas na Europa e nos E.U.A. alegadamente excede a capacidade de produção das mesmas, o que terá dado origem recentemente a falhas de fornecimento, a atrasos nas entregas e a aumentos nos preços das turbinas e outros equipamentos necessários. Embora, por referência a 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis tenha celebrado contratos de fornecimento de turbinas eólicas para assegurar o fornecimento de 100% das turbinas que planeia instalar em 2008 e 2009 e de aproximadamente 70% das turbinas que planeia instalar em 2010, não pode assegurar que, no futuro, seja possível adquirir uma quantidade suficiente de turbinas (e outros equipamentos necessários) para satisfazer os objectivos comerciais, ou que os fornecedores de turbinas não dêem prioridade a outros participantes

do mercado, incluindo os concorrentes da EDP Renováveis ou ainda que o preço dessas turbinas não venha a pôr em causa a viabilidade de alguns projectos de construção de parques eólicos. Qualquer atraso significativo por parte dos principais fornecedores no cumprimento das suas obrigações contratuais, ou qualquer falta de capacidade dos principais fornecedores em cumprir as suas obrigações poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis. Por outro lado, a EDP Renováveis opera num mercado em que os fornecedores de turbinas têm, actualmente, um forte poder negocial e, embora tenha estabelecido um sistema de contratos-quadro com os principais fornecedores de turbinas na Europa e nos E.U.A., não pode garantir que será capaz, no futuro, de obter um fornecimento de turbinas adequado e outros equipamentos necessários.

A EDP Renováveis depende de terceiros para efectuar o transporte e distribuição da electricidade produzida.

De uma maneira geral, para proceder à venda de electricidade que produz, a EDP Renováveis contrata com terceiros que detenham ou operem redes de transporte e/ou distribuição de electricidade. A EDP Renováveis não detém ou controla as redes de transporte e/ou distribuição de electricidade, a não ser em certos casos limitados em que são necessárias redes de transporte e/ou distribuição para interligar os parques eólicos da EDP Renováveis às respectivas redes. Muitos dos potenciais projectos eólicos da EDP Renováveis estão localizados em áreas remotas, com capacidade de injeção de electricidade na rede de transporte ou distribuição limitada, e onde existe grande concorrência para a capacidade disponível. Em alguns mercados, como em Portugal e Espanha, a ligação da rede de transporte ou distribuição de electricidade é atribuída pela respectiva entidade governamental, central ou regional ou por processo de concurso público que pode ser disputado. Noutros mercados, tais como E.U.A e França, um sistema “*queue*” é utilizado para requerer a ligação à rede de transporte ou distribuição de electricidade. A distância entre uma ligação à rede de transporte ou distribuição e um parque eólico ou outro centro electroprodutor tem um impacto directo nos custos de construção do parque eólico ou do centro electroprodutor, e quanto maior for a distância entre a ligação à rede de transporte e a instalação, mais dispendiosos serão os custos de construção da instalação. Adicionalmente, em determinados casos, poderá ser necessário realizar reparação de correcção ou melhoria nas redes de transporte ou distribuição de electricidade, o que implica um aumento do custo de construção do parque eólico ou do centro electroprodutor.

As redes de transporte e/ou distribuição de electricidade podem estar sujeitas a interrupções não planeadas, devido a falhas nos sistemas, ou a interrupções planeadas, sobre as quais a EDP Renováveis não tem qualquer controlo. Os parques eólicos e outros centros electroprodutores também podem encontrar restrições de funcionamento no caso de congestionamento nas redes de transporte e/ou distribuição ou por outros motivos alheios ao controlo da EDP Renováveis. Além disto, no caso de falha nas instalações de transporte e/ou de distribuição ou numa situação em que haja limitações devido a saturação ou outros motivos, para além de a EDP Renováveis poder perder receitas, pode ser responsabilizada por danos ocorridos com os seus clientes, tais como os seus custos adicionais por adquirirem um fornecimento alternativo às condições de mercado então praticadas. A perda de rendimentos e a potencial responsabilidade poderão ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode ser obrigada a pagar determinados custos relacionados com a produção de electricidade através de energia eólica ou custos relacionados com a instabilidade na produção de electricidade através de energia eólica.

Alguns dos parques eólicos da EDP Renováveis poderão ser responsabilizados pelo pagamento de

determinados custos relacionados com a produção de electricidade através de energia eólica ou relacionados com a instabilidade na produção de electricidade através de energia eólica às entidades que lhes adquiram a electricidade produzida ou aos operadores das redes de transporte ou distribuição de electricidade, em resultado de obrigações legais, regulamentares ou contratuais, caso os níveis reais de produção difiram dos níveis projectados. Estes pagamentos destinam-se a compensar as entidades que adquirem a electricidade produzida e/ou os operadores das redes de transporte ou distribuição de electricidade, conforme aplicável, por custos operacionais em que estes possam incorrer em resultado da variabilidade dos níveis de produção de electricidade de um parque eólico, e que podem incluir os custos relacionados com o arranque de outros centros electroprodutores para suprir as falhas na produção de electricidade pelos parques eólicos, ou outras medidas de reposição do equilíbrio na rede de transporte ou distribuição, ambas as medidas a serem tomadas pelas entidades que adquirem a electricidade produzida e/ou os operadores das redes de transporte ou distribuição de electricidade, conforme aplicável. Normalmente, estes custos relacionados com a produção de electricidade através de energia eólica ou custos relacionados com a instabilidade na produção de electricidade através de energia eólica aumentam quando a quota de produção de electricidade através de energia eólica se torna também ela maior num dado mercado. No caso de a EDP Renováveis ter de pagar estes custos relacionados com a produção de electricidade através de energia eólica ou custos relacionados com a instabilidade na produção de electricidade através de energia eólica, as suas receitas poderão ficar aquém do esperado o que poderá ter consequências materiais adversas na actividade situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A competitividade do preço de produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável pode ser prejudicada por uma redução da procura de energia renovável, como consequência de uma futura redução dos custos dos combustíveis fósseis ou de concorrência futura por parte de outras fontes de energia renovável.

A procura de projectos que produzam electricidade a partir de fontes de energia renovável, tais como a energia eólica, depende em parte da comparação do custo de produção de energia a partir de tais fontes renováveis com o custo de produção a partir de outras fontes de energia. O custo da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis é determinado principalmente pelo custo da construção, financiamento e manutenção do projecto. No caso dos parques eólicos, o custo também varia consoante as condições do vento. Embora as probabilidades de desenvolvimento de fontes de energia renováveis não dependerem unicamente da sua competitividade económica, os termos em que fornecimentos de petróleo, carvão, gás natural e outros combustíveis fósseis, bem como o urânio, podem ser obtidos e os custos relacionados com a construção de centros electroprodutores que utilizem estas fontes primárias de energia, são factores chave para determinar o interesse económico na utilização destas fontes de energia primária em vez de fontes renováveis. Os elevados preços de combustíveis fósseis que se têm vindo a verificar no passado recente, em especial dos preços do petróleo e gás natural, vieram realçar a competitividade do preço da electricidade obtida a partir de fontes de energias renováveis. No mesmo sentido, a introdução na U.E. de um sistema de atribuição de licenças de emissão de CO₂ (dióxido de carbono) transaccionáveis reforçam esta competitividade.

Um número de factores pode enfraquecer a procura de electricidade produzida através de fontes de energia renováveis, incluindo a redução na competitividade da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis em termos de custo de produção, progresso tecnológico na exploração de outras fontes de energia, descoberta de grandes novos depósitos de petróleo, gás natural ou carvão, uma queda nos preços desses combustíveis ou das licenças de emissão de CO₂ (dióxido de

carbono). Uma redução da procura de energia renovável poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira e resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis também pode deparar-se com a concorrência de produtores de electricidade através de outros tipos de energias renováveis que não as utilizadas pela EDP Renováveis. Em especial, as tecnologias de energias renováveis que actualmente são consideradas como sendo economicamente menos viáveis do que a energia eólica devido ao custo dos equipamentos, características da produção de energia, logística de fornecimento de combustíveis ou outros factores podem tornar-se mais competitivos e atractivos no futuro. A concorrência desses produtores pode aumentar se a tecnologia utilizada para produzir electricidade a partir destas outras fontes de energia renováveis se tornar mais sofisticada ou se os governos nacionais escolherem fortalecer o seu apoio a tais fontes de energia renovável em vez, ou em detrimento, da energia eólica. Embora a EDP Renováveis esteja a explorar activamente oportunidades em outras energias renováveis, não existe garantia de que a EDP Renováveis vá escolher ou seja capaz de desenvolver com sucesso projectos que utilizem essas tecnologias. No caso de a EDP Renováveis não conseguir incorporar com sucesso projectos de energia renováveis mais competitivas no seu “*portfolio*” ou competir com produtores de electricidade através de outras fontes energia renovável, tal, pode ter consequências materiais negativas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis opera uma actividade de capital intensivo e um aumento significativo dos custos de capital poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

As despesas de construção e de capital (“CAPEX”) que a EDP Renováveis tem de suportar são significativas e a recuperação do capital investido num parque eólico ou outro centro electroprodutor só é possível decorrido um período de tempo substancial. O investimento de capital necessário para desenvolver e construir um parque eólico ou outro centro electroprodutor varia com base no custo dos activos fixos necessários, tais como turbinas, que representam aproximadamente 70% a 80% dos custos totais de investimento nos parques eólicos da Europa e aproximadamente 65% a 75% dos custos totais de investimento nos parques eólicos dos E.U.A.. O preço deste equipamento e/ou trabalhos de construção civil pode aumentar, ou continuar a aumentar no caso específico das turbinas, se a procura no mercado para tal equipamento for superior à oferta disponível, ou caso os preços de componentes chave e matérias-primas usadas para construir tal equipamento aumentem. Outros factores que afectam o montante de investimento de capital necessário incluem, entre outros, os custos de construção e os custos de interligação às redes de transporte de electricidade. Um aumento significativo dos custos para desenvolver e construir parques eólicos e centros electroprodutores poderá ter consequências materiais adversas na capacidade da EDP renováveis atingir os seus objectivos e na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis enfrenta riscos associados à concorrência de outros produtores de electricidade a partir de fontes de energia renovável.

No sector das energias renováveis, a concorrência existe fundamentalmente no acesso ou aquisição de locais com melhores recursos eólicos e com maior potencial e facilidade de ligação às redes de transporte ou distribuição de electricidade, em concursos para aquisição de direitos de interligação às redes de transporte ou distribuição de electricidade, na garantia de fornecimento e montagem de turbinas, na qualidade das tecnologias usadas, no preço da electricidade produzida (nas jurisdições com contratos bilaterais negociados) e no âmbito e qualidade dos serviços prestados (incluindo operação e manutenção). Embora a EDP Renováveis analise cuidadosamente estes factores

competitivos, alguns concorrentes que procuram expandir-se no sector da energia renovável, incluindo grandes produtores com historial em termos de operações, na Europa e grandes produtores nos E.U.A., podem ser financeiramente mais fortes do que a EDP Renováveis, o que lhes pode permitir conseguir novos projectos a custos mais elevados. Embora a EDP Renováveis se esforce por manter a competitividade, não pode garantir que será capaz de ser bem sucedida face à actual ou futura concorrência. O fortalecimento da concorrência no sector da energia renovável poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis tem que acompanhar as mudanças tecnológicas que ocorrem num sector em rápido desenvolvimento das energias renováveis para manter e aumentar as operações comerciais.

As tecnologias usadas no sector da energia renovável podem mudar e desenvolver-se rapidamente. Além disso, as técnicas para produzir electricidade a partir de fontes de energia renováveis estão em constante aperfeiçoamento, tornando-se cada vez mais complexas. Para manter a competitividade e expandir a actividade, a EDP Renováveis tem efectivamente que se adaptar às mudanças tecnológicas. As tecnologias envolvidas na indústria eólica como, por exemplo, as turbinas, a produção de electricidade e as tecnologias de transporte de electricidade, têm sido sujeitas a um ritmo muito acelerado de actualizações e alterações. No caso da EDP Renováveis não dar resposta às alterações tecnológicas actuais e futuras no sector de uma forma efectiva e atempada, poderá ter um efeito material adverso na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode não conseguir executar com sucesso a estratégia de negócio que definiu.

A capacidade da EDP Renováveis para executar com sucesso a sua estratégia empresarial e de negócio e atingir os seus objectivos encontra-se dependente de um conjunto de factores, incluindo a capacidade para executar, desenvolver e aumentar o seu “*portfolio*” de projectos e de operar com sucesso os seus activos existentes e futuros, a capacidade para contratar em tempo novas turbinas e a possibilidade de os fornecedores de turbinas e contraentes as fornecerem no devido prazo. A capacidade para executar o respectivo plano de negócios está ainda sujeita a uma variedade de riscos adicionais, incluindo os referidos neste capítulo. Por outro lado, muitos destes factores de risco encontram-se relacionados com matérias que estão fora do controlo da EDP Renováveis. Nessa medida, a EDP Renováveis não pode assegurar que será capaz de executar com sucesso, ou de todo, a sua estratégia de negócio e empresarial e atingir os objectivos fixados nos prazos definidos, ou de todo, e a incapacidade da EDP Renováveis em executar a sua estratégia de negócio e empresarial e atingir os objectivos fixados nos prazos definidos, ou de todo, pode ter um efeito material adverso na actividade, situação financeira e resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis não detém integralmente alguns dos activos ou subsidiárias, e trabalha em conjunto com determinados parceiros locais, o que pode condicionar a capacidade de executar com sucesso a sua estratégia empresarial.

A EDP Renováveis não detém integralmente alguns dos seus activos ou subsidiárias e, por conseguinte, o controlo sobre tais activos e subsidiárias pode encontrar-se sujeito aos termos e condições de determinados acordos e/ou contratos. Em especial, algumas das subsidiárias que operam na Europa estão sujeitas a acordos parassociais com terceiros. Na sequência da constituição da NEO pela EDP e pela Hidrocantábrico, foi celebrado, em Maio de 2005, um acordo parassocial relativo à NEO entre a EDP e a Caja de Ahorros de Astúrias (“Cajastur”), um banco de poupanças

regional em Espanha que detém uma participação de 3% no capital social da Hidrocontábrico. O acordo de accionistas estipula que a EDP e a Cajastur devem aprovar conjuntamente determinadas matérias reservadas relacionadas com a NEO, incluindo fusões, alienações, dissolução e liquidação da NEO e, até 31 de Dezembro de 2008, certos desinvestimentos relevantes e a celebração de contratos fora do curso normal da actividade da NEO.

Para além disso, a EDP Renováveis tem contribuído com todos os seus parques eólicos em funcionamento nos E.U.A. para Estruturas de Parceria, de forma a utilizar inteiramente os benefícios fiscais disponíveis nos E.U.A.. Ao abrigo de um contrato de responsabilidade limitada relativo a cada Estrutura de Parceria, a EDP Renováveis detém o controlo operacional e de gestão corrente da empresa de responsabilidade limitada que detém os activos dos respectivos parques eólicos. No entanto, os investidores mantêm os direitos de aprovação em relação a determinadas decisões importantes, incluindo as despesas de capital superiores aos níveis de um determinado patamar, substituições de contratos fundamentais, insolvência e vendas de activos relacionados com projectos. Ver “Actividade do Emitente e Oferente – Análise geográfica das actividades de energia eólica da EDP Renováveis – América do Norte – Estruturas de Parceria com investidores institucionais.”.

Além disso, em alguns países, na Europa, e nomeadamente Espanha, Portugal e Bélgica, a EDP Renováveis exerce algumas das suas actividades licenciadas e outros projectos de desenvolvimento de actividades mediante uma ou mais sociedades detidas em conjunto com parceiros locais. Em geral, os parceiros locais podem estar envolvidos no fornecimento de novos projectos e a execução de variadas actividades ao longo da fase de desenvolvimento. A EDP Renováveis geralmente celebra tais parcerias onde acredita ser possível beneficiar da visão sólida e experiência das empresas industriais locais, bancos regionais e outros parceiros locais. No entanto, em troca pela sua assistência, estes parceiros locais recebem em certos casos uma opção de compra de participações minoritárias em sociedades conjuntas que detenham os parques eólicos relevantes. Por motivos históricos, a EDP Renováveis detém igualmente participações minoritárias em sociedades que desenvolvem determinados projectos. Como tal, a EDP Renováveis não exercerá integralmente o controlo jurídico ou económico daquelas sociedades conjuntas ou activos.

A EDP Renováveis pode não conseguir executar com sucesso ou na totalidade a sua estratégia empresarial em relação aos activos, projectos ou subsidiárias que não detém integralmente ou que não controla. Além disso, no caso de se verificar qualquer desacordo ou diferença de opinião com outros accionistas e investidores, ou parceiros locais, ou caso sejam rescindidos um ou mais acordos parassociais ou de parceria, a EDP Renováveis poderá ficar privada de um importante motor das suas oportunidades de desenvolvimento, o que poder ter um efeito material adverso na actividade, situação financeira e resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis não pode assegurar que as actividades de expansão das suas operações e a integração de novas actividades serão implementadas com sucesso ou finalizadas de acordo com os prazos previstos.

A EDP Renováveis registou um crescimento da capacidade instalada bruta de 3,8 vezes entre final de 2005 e final de 2007. Em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis tinha 2.063MW, 87MW e 1.556MW de capacidade instalada bruta na Península Ibérica, noutras regiões da Europa e nos E.U.A., respectivamente. Esta expansão foi obtida através do desenvolvimento de projectos em “greenfield” ou em “pipeline” e em “prospects”, e ainda, em menor número, através da aquisição de projectos em operação ou em construção, que foram adquiridos pela EDP Renováveis através de diversas transacções. A 31 de Março de 2008, aproximadamente 84,3% do total de capacidade

instalada bruta da EDP Renováveis (incluindo a capacidade comissionada pela Horizon antes da aquisição pela EDP da Horizon em Julho de 2007) resultou do desenvolvimento de projectos em “*greenfield*”, em “*pipeline*” e em “*prospects*” que foram adquiridos pela EDP Renováveis. Ao longo deste tempo a EDP Renováveis efectuou várias aquisições, incluindo, em 2005, a aquisição das actividades no sector das energias renováveis do grupo Nuon (“Nuon”), em Espanha e em França, em 2006, a aquisição do Grupo de sociedades Agrupación Eólica com operações em Espanha e em França e em 2007, a aquisição de diversas sociedades do Grupo Relax, na Polónia e da Horizon nos E.U.A.. A aquisição da Horizon pela EDP Renováveis aumentou a capacidade instalada bruta da EDP Renováveis em 47,7% e o número de trabalhadores da EDP Renováveis em 54,0%. Ver “Actividade do Emitente e Oferente – Historial” e “O modelo de negócio da EDP Renováveis.”.

A EDP Renováveis prevê no futuro, continuar a efectuar aquisições com o objectivo de aumentar o seu “*pipeline*” ou outras actividades no sector das energias renováveis. Algumas destas aquisições ou investimentos podem ser pagos, total ou parcialmente, com as Acções da EDP Renováveis, resultando na possível diluição das participações dos actuais accionistas. Estas transacções apresentam alguns riscos quanto à integração das empresas adquiridas e do pessoal das mesmas, incluindo a incapacidade de alcançar sinergias projectadas, dificuldade em manter padrões uniformes, controlos, políticas e procedimentos, reconhecimento de responsabilidades ou custos inesperados, ou o efeito de legislação e regulamentação aplicáveis a tais transacções. Além disso, a expansão extremamente rápida das suas operações comerciais aumentou a complexidade das operações e pode representar um esforço significativo sobre os recursos da EDP Renováveis na área da gestão, operacionais, financeiros e outros recursos e sobre os seus procedimentos de controlo. A capacidade da EDP Renováveis para gerir o crescimento dependerá muito da capacidade de (i) desenvolver sistemas eficientes e integrados de gestão e apoio, (ii) padronizar a tecnologia e desenvolvimentos operacionais nos mercados geográficos, (iii) controlar custos, (iv) manter controlos de qualidade eficazes enquanto expande a informação interna, sistemas de contabilidade e de gestão, (v) atrair, integrar e manter pessoal adicional qualificado e (vi) acompanhar as operações de forma eficiente. Se a EDP Renováveis não conseguir atingir estas medidas necessárias, pode não conseguir integrar com sucesso estas aquisições na sua actual estrutura de negócio e de operações.

Adicionalmente, a equipa de gestão da EDP Renováveis terá que dedicar tempo à integração das actividades adquiridas. Se a EDP Renováveis não conseguir gerir o processo de integração de forma eficaz ou se forem interrompidas quaisquer actividades comerciais importantes como resultado do processo de integração, as operações comerciais da EDP Renováveis poderão ser materialmente afectadas de forma negativa. A EDP Renováveis não pode garantir que será capaz de implementar com sucesso as medidas necessárias a um ritmo consistente com o crescimento da sua actividade e de forma eficaz, ou que será capaz de gerir com eficácia o crescimento, o que poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Além disso, os termos e as condições de financiamento dessas aquisições ou investimentos poderão ter um efeito adverso na situação financeira da EDP Renováveis, particularmente se forem efectuados com recurso a dívida. Assim sendo, a EDP Renováveis não pode garantir que vai ser bem sucedida nos novos mercados geográficos e/ou actividades para os quais se expanda e que continuará a ter sucesso nos mercados geográficos e actividades existentes. Embora a EDP Renováveis acredite que a expansão e a entrada em novos mercados geográficos e actividades contribuirá para o crescimento e futura rentabilidade, não pode garantir que conseguirá atingir todos os seus objectivos comerciais, ou que alcançará o mesmo nível de rentabilidade que tem sido historicamente atingido pelas actividades da EDP Renováveis geridas separadamente.

A maior parte dos activos e volume de negócios da EDP Renováveis está concentrada nas suas actividades em Espanha e nos E.U.A. e quaisquer alterações nas regulamentações, aumentos de custos ou diminuição da procura nestas jurisdições podem ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Actualmente, a maior parte das actividades da EDP Renováveis encontra-se localizada em Espanha e nos E.U.A.. As operações em Espanha e nos E.U.A. representam 50,5% e 22,2%, respectivamente, das receitas (retorno) referentes aos três meses findos em 31 de Março de 2008, e 44,2% e 42,0%, respectivamente, da capacidade instalada bruta, em 31 de Março de 2008. Entre outros factores, quaisquer questões materiais na legislação ou regulamentação ou alterações significativas na legislação ou regulamentação, aceitação por parte do consumidor, aumentos de custos ou diminuição da procura nestas jurisdições específicas podem limitar significativamente a capacidade de gerar receitas e poderão ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis. Igualmente, uma recessão prolongada naqueles países poderá conduzir à redução da procura de electricidade ou à redução da aceitação pública ou do apoio governamental aos subsídios e incentivos atribuídos às energias renováveis, o que pode ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Os pressupostos básicos e fundamentais usados para a classificação do estado de desenvolvimento dos projectos da EDP Renováveis foram desenvolvidos internamente e não foram auditados ou verificados por terceiros.

As categorias de classificação do estado de desenvolvimento dos projectos da EDP Renováveis são utilizadas para fins de planeamento interno e não são utilizadas por outras empresas do sector, além de não terem sido verificadas nem auditadas por terceiros. A EDP Renováveis desenvolve uma metodologia de classificação do estado de desenvolvimento dos seus projectos que divide os projectos em projectos em “*pipeline*” (que, por sua vez são sub-divididos em três níveis, “Nível 1”, “Nível 2”, “Nível 3”) e em projectos em “*prospects*”, em cada caso, com base em indicadores objectivos fundados em factos, que foram estabelecidos com base na experiência de desenvolvimento de projectos da EDP Renováveis. Foi aplicada a mesma classificação do estado de desenvolvimento dos projectos em todos os países onde a EDP Renováveis opera. Contudo, e embora os princípios que são aplicados para agrupar os projectos em cada uma destas categorias sejam semelhantes em todos os países onde a EDP Renováveis opera, os indicadores específicos para se qualificar em cada categoria variam de país para país. Isto deve-se ao facto de as fases de desenvolvimento e negociação que estão implícitos na colocação de um parque eólico em funcionamento, variarem de país para país, nomeadamente devido aos diferentes processos regulatórios e de licenciamento, e a outras considerações jurídicas e práticas, que se aplicam a cada país. Ver – Actividade do Emitente e Oferente – O modelo de negócio da EDP Renováveis – Projectos em “*pipeline*”. Nenhuma metodologia genérica de classificação do estado de desenvolvimento de projectos é utilizada na indústria da energia renovável e a EDP Renováveis espera que esta metodologia de classificação seja diferenciadora da que é utilizada por outras empresas do sector. Como tal, a descrição do estado de desenvolvimento dos projectos pode não ser comparável com as de outras empresas. Além disso, a EDP Renováveis não pode garantir que os seus projectos em “*pipeline*” ou em “*prospects*” venham a ser concretizadas, de todo, ou no calendário previsto, ou que as projecções ou estimativas relativas aos seus projectos em “*pipeline*” venham a corresponder a capacidades instaladas no futuro e como tal, a capacidade futura efectivamente instalada poderá diferir materialmente das actuais expectativas.

A EDP Renováveis depende de um número limitado de fornecedores de turbinas eólicas e outros fornecedores e prestadores de serviços e a perda dessas relações comerciais poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira e nos resultados operacionais da EDP Renováveis.

Existe um número limitado de fornecedores de turbinas eólicas, e a actual procura conjuntural de turbinas a nível mundial alegadamente excede a capacidade de produção. A EDP Renováveis mantém relações com todos os principais fornecedores de turbinas eólicas no mercado e tenciona aumentar a diversificação no futuro. Contudo, no passado, o fornecimento de turbinas eólicas tem estado relativamente concentrado. Em 31 de Março de 2008 os dois maiores fornecedores da EDP Renováveis, Vestas Wind Systems A/S (“Vestas”) e Gamesa Corporación Tecnológica, S.A. (“Gamesa”), forneceram 46,3% e 32,3%, respectivamente, das turbinas eólicas em utilização nos parques eólicos da EDP Renováveis. Os fornecedores de turbinas eólicas da EDP Renováveis também prestam geralmente serviços de operação e manutenção durante o período de garantia que, normalmente, é de dois a cinco anos, excepto quando for negociado outro período nos contratos.

Outro conjunto de fornecedores importante para a actividade da EDP Renováveis engloba os empreiteiros que assumem a construção de parques eólicos. Estes empreiteiros gerem fornecedores de equipamentos para os parques eólicos, construção civil e instalação eléctrica. Ver “A EDP Renováveis pode enfrentar obstáculos e atrasos na construção dos centros electroprodutores” e “Actividade do Oferente e Emitente – Fornecedores”.

Embora a EDP Renováveis procure aumentar e equilibrar a base de fornecedores e prestadores de serviços, a dependência da EDP Renováveis face a um número limitado de fornecedores de turbinas eólicas e as actuais relações da EDP Renováveis com outros fornecedores e prestadores de serviços pode expor a EDP Renováveis a um conjunto de riscos, entre os quais a perda de qualquer um desses fornecedores ou prestadores de serviços, a incapacidade de encontrar fornecedores substitutos ou prestadores de serviços, a incapacidade de adquirir turbinas, equipamento e serviços de engenharia, de construção e de operação e manutenção aos preços actualmente praticados pelos fornecedores da EDP Renováveis, ou uma alteração nos termos dos contratos de fornecimento, engenharia e construção ou operação e manutenção em vigor, tal como um aumento nos preços dos serviços de manutenção ou das peças sobressalentes. Da mesma forma, não existem garantias que os actuais fornecedores, ou outros, mantenham os mesmos níveis de preço e serviço em novas geografias onde a EDP Renováveis venha a instalar-se no futuro. Quaisquer destes factores poderá ter consequências adversas na capacidade para construir e manter parques eólicos ou na rentabilidade do desenvolvimento e funcionamento de parques eólicos da EDP Renováveis, e consequentemente a actividade, situação financeira e resultados operacionais da EDP Renováveis.

A produção de electricidade e, por sua vez, os rendimentos da EDP Renováveis dependem fortemente do desempenho do equipamento que é utilizado nos parques eólicos.

Como todas as empresas de produção de energia eólica, a actividade e capacidade de gerar receitas da EDP Renováveis depende da disponibilidade e desempenho do equipamento necessário para operar um parque eólico, incluindo, em particular, os componentes de uma turbina eólica e transformadores. Falhas mecânicas ou outros defeitos no equipamento, ou acidentes que resultem no não funcionamento ou no sub-desempenho de uma turbina eólica ou de um transformador terão impacto directo nas receitas e na rentabilidade de um parque eólico. Para a EDP Renováveis o custo destas falhas ou defeitos é mitigado, na medida em que a EDP Renováveis beneficia de garantias prestadas pelos fornecedores das turbinas eólicas (na sua capacidade de fornecedor das turbinas ou responsável pela sua operação e manutenção) para cobrir os custos de reparação e /ou substituição de

componentes defeituosos ou falhas mecânicas. Ao abrigo das garantias de desempenho (que incluem a garantia de certos níveis de desempenho de potência a determinada velocidade e condições do vento (também designadas “garantias de curva de potência”) e níveis garantidos de disponibilidade (também designadas “garantias de disponibilidade”), o fornecedor da turbina eólica compromete-se a compensar a EDP Renováveis, sujeito a determinados limites de responsabilidade, por perda de receita e, nos E.U.A., pela perda de benefícios dos PTC, em resultado da quebra no desempenho ou de períodos excessivos de indisponibilidade do centro electroprodutor.

No entanto, apesar de a EDP Renováveis receber normalmente indemnizações dos fornecedores de turbinas pela perda de desempenho e disponibilidade (até um limite máximo acordado), não há garantias de que essas indemnizações compensarão totalmente a perda e descida concomitante das receitas da EDP Renováveis. Estas garantias estão também frequentemente ligadas a certas causas específicas (por exemplo, a falha mecânica de uma turbina) e podem excluir outras causas de não disponibilidade do centro electroprodutor, tais como interrupções, não previstas, de produção de electricidade, que podem durar algumas horas, e interrupções previstas de produção e/ou transporte e distribuição de electricidade, que podem durar vários dias. Por fim, o tempo e as despesas necessárias para executar garantias de desempenho e de disponibilidade por perda de receitas podem resultar em atrasos na geração de “*cash flows*” nos diversos períodos financeiros ou um rendimento líquido inferior ao previsto. O facto destas indemnizações e destes pagamentos não compensarem adequadamente a EDP Renováveis pela perda de receitas poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Além disso, tanto as garantias de desempenho como as garantias de disponibilidade têm normalmente uma duração limitada (geralmente dois a cinco anos) e podem também estar condicionadas pelo facto de o fornecedor de turbinas ser contratado para prestar os serviços de manutenção. As turbinas eólicas podem ter uma vida útil prevista de 20 anos, a partir da data de instalação (os modelos financeiros da EDP Renováveis assumem este período de vida útil), e quaisquer perdas resultantes de fraco desempenho ou de não disponibilidade em resultado de falhas mecânicas decorrerão geralmente por conta da EDP Renováveis (quer directamente, quer através de um aumento dos prémios de seguro resultantes de reclamações dessas falhas) para o restante período de vida útil de cada turbina eólica, após o termo das respectivas garantias. A ocorrência de tais despesas poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Adicionalmente, em resultado do recente aumento global da procura de turbinas eólicas, o custo de aquisição de turbinas eólicas com garantias de desempenho e de disponibilidade aumentou. Presentemente, nos seus contratos, os fornecedores impõem, de forma genérica, termos mais restritos aos proprietários de parques eólicos, incluindo, em certos casos, prazos iniciais de garantia mais curtos e reduções dos níveis de garantias de desempenho. Nos últimos tempos alguns produtores de turbinas eólicas têm vindo a diminuir o período de garantia inicial concedida (tipicamente 5 anos). Garantias ou períodos de garantia mais curtos podem ter um impacto sobre o custo total de um projecto, pois os proprietários dos parques eólicos assumem, mais cedo na vida do projecto a necessidade de prolongar as garantias com novos contratos ou alternativamente o risco de defeitos ou falha mecânica. No caso das turbinas eólicas ou outro equipamento funcionarem mal ou não terem o desempenho adequado após o termo do período da respectiva garantia e, no caso de as apólices de seguro não cobrirem os custos associados ou a interrupção da actividade, a EDP Renováveis terá de reparar ou até mesmo substituir o equipamento, o que poderá ser oneroso. Na medida em que seja possível recuperar tais custos ao abrigo das apólices de seguro, os prémios de

seguro também poderão aumentar. Períodos de paragem e as quebras de produção deles resultantes, bem como os custos associados com a reparação ou substituição de equipamento danificado, e não cobertos pela garantia, pela garantia de desempenho ou, de qualquer outro modo recuperáveis através de seguro, poderão ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Muitos dos parques eólicos da EDP Renováveis na Europa alcançaram níveis de disponibilidade relativamente altos, nomeadamente em Espanha e Portugal. No entanto, as operações nos E.U.A. depararam-se com alguns problemas ao nível técnico e de pessoal que implicaram a realização de reparações de correcção ou melhoria, afectando negativamente os níveis de disponibilidade em 3 parques eólicos durante 2007. Embora a EDP Renováveis esteja agora a trabalhar em estreita colaboração com os fabricantes de turbinas eólicas no sentido de resolver os problemas e prevenir a sua recorrência, com vista a melhorar os níveis de disponibilidade para, pelo menos, 97%, durante a vida útil de cada parque eólico, não há garantias de que a EDP Renováveis o consiga fazer. Ver “Actividade do Emitente e Oferente – Operação e Manutenção – Níveis de disponibilidade e eficiência”. Para além disso, não pode existir qualquer garantia de que a EDP Renováveis consiga manter altos níveis de disponibilidade noutros parques eólicos na Europa ou nos E.U.A..

A EDP Renováveis está exposta a certos riscos relativos à sua estratégia de operação e manutenção.

Diversos fornecedores de turbinas eólicas da EDP Renováveis prestam serviços de operação e manutenção (“O&M”) durante dois a cinco anos, ao abrigo de contratos de O&M, após a entrada em funcionamento de cada parque eólico. Na Europa, no entanto, a EDP Renováveis está cada vez mais a ocupar-se internamente (insourcing) de actividades de O&M após o termo dos referidos contratos, devido à experiência significativa na operação e manutenção de parques eólicos e ao aumento do preço pedido pelos fornecedores de turbina pelos referidos serviços. Do mesmo modo, a EDP Renováveis está a considerar vir a adoptar nos E.U.A. uma estratégia de O&M semelhante no futuro, à medida que a actividade se for desenvolvendo e a estratégia seguida na Europa se revelar acertada. Nessas circunstâncias em que a EDP Renováveis assume a responsabilidade por actividades de O&M, a EDP Renováveis planeia as datas de manutenção das turbinas, controla os parques eólicos à distância e coordena o envio de pessoal de assistência quando necessário. A maioria do pessoal que executa estas operações pertence a empresas externas especializadas com as quais são celebrados contratos por períodos de entre 2 e 3 anos.

As operações da EDP Renováveis, para funcionarem adequadamente, dependem bastante da tecnologia informática, da informação e das comunicações e de sistemas similares. De tempos a tempos, existem interrupções e atrasos nos sistemas. Se a EDP Renováveis não for capaz, sempre que necessário, de instalar software e hardware, de melhorar de forma eficaz a infra-estrutura dos sistemas e da rede, bem como, de tomar outras medidas para proteger e melhorar a eficácia dos sistemas, nomeadamente assegurando a redundância dos sistemas críticos, o funcionamento dos sistemas da EDP Renováveis poderá sofrer interrupções ou atrasos. Para além disso, qualquer falha ou impossibilidade de ligação do centro de telecondução e despacho da EDP Renováveis ao sistema de controlo e informação em cada parque eólico poderá resultar no não funcionamento dos parques eólicos a níveis de eficiência óptimos. Adicionalmente, os sistemas de computadores, comunicações e operações utilizados pela EDP Renováveis poderão ser danificados ou interrompidos devido a desastres naturais, perda de energia, falhas de telecomunicações, actos de guerra ou terrorismo, casos fortuitos, vírus informáticos, avarias físicas ou electrónicas e outros acontecimentos ou perturbações semelhantes. A ocorrência de qualquer um destes acontecimentos poderá reflectir-se de forma

adversa na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis depende de determinados quadros superiores e funcionários chave.

O desenvolvimento histórico da EDP Renováveis, bem como o desenvolvimento anterior das suas principais subsidiárias NEO e Horizon, tem sido substancialmente atribuído ao papel desempenhado por quadros superiores e por funcionários chave da EDP Renováveis. Embora a EDP Renováveis tenha fortalecido as suas equipas, recrutando vários executivos de alto nível que trazem experiência comprovada em todas as áreas da administração conjuntamente com, em muitos casos, uma grande experiência no sector da energia e das energias renováveis, o sucesso futuro da EDP Renováveis depende significativamente do total envolvimento destes executivos chave e da capacidade da EDP Renováveis de continuar a reter e recrutar pessoal de alto nível. Além disso, a concorrência na contratação de pessoal qualificado com experiência relevante em países onde a EDP Renováveis opera ou onde poderá vir a operar é intensa, devido à escassez de indivíduos qualificados na indústria em rápido crescimento das energias renováveis e, em particular, na energia eólica. A EDP Renováveis pode ter de oferecer compensações mais elevadas e outros benefícios por forma a atrair e reter pessoal chave. A incapacidade de retenção desses executivos e funcionários chave ou, em alternativa, de os substituir adequadamente ou contratar novos executivos e funcionários qualificados à medida que a actividade cresça, poderá afectar negativamente a capacidade de realização dos objectivos e a estratégia comercial, tendo assim um efeito adverso na actividade, condição financeira ou nos resultados das operações da EDP Renováveis.

Os activos da EDP Renováveis poderão ser prejudicados por catástrofes naturais e provocadas pelo Homem e a EDP Renováveis pode incorrer em responsabilidades civis ou outras perdas e danos daí resultantes.

Os activos da EDP Renováveis incluem torres, geradores, pás, e outros componentes de turbinas eólicas, transformadores, infraestruturas de transporte de electricidade e outro equipamento necessário aos parques eólicos, edifícios, veículos e outros equipamentos. Estes activos podem ser danificados por fogo, tremores de terra, actos de terrorismo e outros desastres naturais ou de natureza humana. Embora a EDP Renováveis tente tomar precauções contra tais desastres, tal como manter estratégias de recuperação e obter níveis de cobertura de seguro que considera comercialmente adequados, caso ocorra qualquer dano substancial a EDP Renováveis pode estar sujeita a perdas e danos não recuperáveis ao abrigo das apólices de seguro em vigor, o que poderá ter consequências adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode ainda incorrer em responsabilidade civil ou em multas no decurso normal da actividade, em resultado de prejuízos causados a terceiros por via das referidas catástrofes naturais e provocadas pelo Homem. Estas responsabilidades podem dar origem a pagamentos de indemnização, conforme as leis aplicáveis, que podem não estar totalmente cobertos pelas apólices de seguro, o que poderá ter consequências adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis não pode segurar-se contra todos os riscos potenciais e pode ficar sujeita a prémios de seguro mais elevados.

A actividade da EDP Renováveis está exposta aos riscos inerentes à construção e funcionamento de parques eólicos e outros centros electroprodutores de energias renováveis, tais como avarias mecânicas, defeitos de fabrico, desastres naturais, ataques terroristas, sabotagem e ferimentos pessoais. A EDP Renováveis está também exposta a riscos ambientais. A EDP Renováveis contratou

apólices de seguro para cobrir determinados riscos associados à sua actividade e contratou cobertura de seguro que pensa ser adequada à sua estrutura comercial e perfil de risco. Contudo, a EDP Renováveis não pode assegurar que as suas actuais apólices de seguro segurem totalmente contra todos os riscos e perdas que possam acontecer no futuro. Adicionalmente, como a EDP Renováveis não fez nenhum pedido de indemnização material ao abrigo das apólices de seguro que tornasse qualquer apólice nula ou que resultasse num aumento dos prémios a pagar relativamente a qualquer apólice, as suas apólices de seguro estão sujeitas a uma revisão anual pela seguradora e não pode assegurar que tais apólices sejam sequer renovadas, ou que o sejam em termos semelhantes ou favoráveis. Caso incorra numa perda grave não segura ou uma perda que exceda significativamente os limites das suas apólices de seguro, ou as suas apólices sejam revistas desfavoravelmente, estes eventos poderão ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais.

O não pagamento por parte de clientes ao abrigo de contratos a longo prazo de venda de electricidade poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Em algumas jurisdições, incluindo nos E.U.A. e a Bélgica, a EDP Renováveis tem contratos de longo prazo de venda de electricidade. A EDP Renováveis toma em consideração a notação de risco (“rating”) de qualquer contraparte no contexto de potenciais contratos de aquisição de electricidade. Contudo, a EDP Renováveis não pode ter qualquer garantia de que os seus clientes cumprirão as suas obrigações contratuais de pagamento, ou que os seus clientes não serão sujeitos a processos de insolvência ou liquidação durante o período em que os contratos de venda de electricidade estejam em vigor ou que as garantias crédito recebidas de tais clientes serão suficientes para cobrir as perdas, caso a contraparte deixe de cumprir. Qualquer incumprimento significativo, insolvência ou liquidação dos clientes poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode não ter capacidade de financiar as suas despesas de capital programadas – (“CAPEX”).

As actividades comerciais da EDP Renováveis exigem despesas de capital (“CAPEX”) significativas. Em particular, a EDP Renováveis, fixou como meta um crescimento da capacidade instalada de, em média, 1,4 GW por ano, ou 2,9 vezes, no período entre 2008 e 2012, de modo a que se atinja uma capacidade instalada bruta de mais de 10.500 MW no final de 2012. Para atingir estes objectivos, a EDP Renováveis espera realizar investimentos (“CAPEX”) significativos nos próximos anos. A EDP Renováveis espera financiar uma parte destes investimentos com os “cash flows” gerados pelas suas actividades, Estruturas de Parceria iguais ou semelhantes às existentes nos E.U.A., suprimentos de accionistas e os resultados da presente Oferta. Contudo, caso as operações da EDP Renováveis não consigam gerar “cash flows” suficientes, a EDP Renováveis pode ter de recorrer a fontes externas para financiar determinados investimentos planeados, nomeadamente através de empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais. A EDP Renováveis não pode dar qualquer garantia de que terá capacidade para angariar os financiamentos exigidos para as suas despesas de capital (“CAPEX”) planeadas em condições aceitáveis, ou que conseguirá sequer angariá-los. Ver “A EDP Renováveis pode não ser capaz de renovar o financiamento contraído, ou manter o apoio ao crédito de que beneficia, junto do Grupo EDP”. Caso não consiga angariar tal financiamento, poderá ver-se forçada a reduzir os seus investimentos planeados. Qualquer redução deste tipo poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

As actividades de desenvolvimento e construção estão sujeitas a regulamentação ambiental, de saúde e segurança, e as actividades de operação e manutenção são susceptíveis de gerar acidentes industriais e riscos ambientais, de segurança ou outros.

A EDP Renováveis está sujeita a várias leis e regulamentações de segurança e de protecção ambiental em todas as jurisdições onde opera. Alguns aspectos das suas actividades são inerentemente de risco, incluindo a instalação, activação e operação e manutenção de turbinas eólicas. A EDP Renováveis encontra-se igualmente sujeita a leis e regulamentações para o controlo de actividades de risco e uso de terras, para evitar e controlar a poluição e reintegrar e proteger a vida selvagem e a qualidade do ambiente. Estas leis e regulamentações exigem que a EDP Renováveis obtenha e mantenha licenças e autorizações e implemente programas de saúde e segurança e procedimentos para controlar riscos associados com a localização, construção, funcionamento e desactivação de parques eólicos, bem como administrar o funcionamento do dia-a-dia. Estes riscos podem aumentar o tempo, o custo e as dificuldades associadas a tais actividades comerciais. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente”.

Os projectos eólicos e outros projectos de energia renovável da EDP Renováveis estão sujeitos a acidentes industriais. Os funcionários ou terceiros podem sofrer danos corporais ou morrer em resultado de tais acidentes. Embora a EDP Renováveis acredite que as suas turbinas, estruturas de suporte e acesso civil e mecânico e infraestruturas eléctricas foram bem concebidas, fabricadas e construídas e saiba que são submetidas a testes rigorosos de controlo de qualidade e garantia de qualidade, o respectivo processo de concepção, fabrico e construção é controlado, em última instância, pelos fornecedores ou fabricantes de turbinas e empreiteiros e não pela EDP Renováveis e não há qualquer garantia de que não possa haver acidentes durante a instalação ou o funcionamento dessas turbinas e demais infraestruturas. Adicionalmente, os parques eólicos e outros centros electroprodutores e os funcionários da EDP Renováveis podem estar sujeitos a danos que ocorram fora do curso normal da actividade, incluindo desastres naturais e catástrofes. Tais acidentes ou acontecimentos podem causar danos graves aos parques eólicos e outras instalações, sendo necessárias grandes reparações ou a substituição de equipamento dispendioso, podendo assim limitar a capacidade de funcionamento e a geração de receitas em tais instalações durante um determinado período de tempo. Tais incidentes poderão também causar danos significativos a recursos naturais ou a propriedades de terceiros, ou danos pessoais, que poderão conduzir a significativas reclamações contra a EDP Renováveis e/ou contra as suas subsidiárias. A cobertura de seguro poderá tornar-se indisponível ou ser insuficiente para cobrir perdas ou responsabilidades relativas a alguns destes riscos.

Além disso, as consequências destes acontecimentos podem dar origem a perigos ambientais ou de saúde e poluição, revelando-se um incómodo para as populações vizinhas. Poderão exigir à EDP Renováveis o pagamento de indemnizações, multas ou coimas, limpeza de danos ambientais ou o encerramento de parques eólicos ou outras instalações para o cumprimento das regulamentações ambientais ou de saúde e segurança. Em algumas jurisdições onde a EDP Renováveis opera, incluindo os E.U.A., as leis ambientais impõem responsabilidade e, por vezes, responsabilidade sem culpa, pela libertação de substâncias perigosas no ambiente. Face a estas leis e regulamentações, a EDP Renováveis pode ser responsável em relação a centros electroprodutores em operação ou futuros ou em relação a instalações de terceiros. A violação das leis ambientais em algumas jurisdições pode também resultar em sanções penais, incluindo, em alguns casos relativamente a certas violações de leis de protecção de aves migratórias e espécies em vias de extinção. Além disso, a alteração de legislação ou regulamentações de saúde e segurança poderá afectar no futuro a concepção de turbinas eólicas ou a forma como os parques eólicos da EDP Renováveis serão

construídos, de modo a poder afectar adversamente o respectivo desempenho operacional ou a rentabilidade da EDP Renováveis, podendo ter consequências materiais na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis incorre e continuará a incorrer em despesas de capital (“CAPEX”) e despesas operacionais (“OPEX”) e outros custos no curso normal da actividade para cumprir as leis ambientais e de segurança e regulamentações nas jurisdições onde opera. Embora não estejam actualmente previstas quaisquer despesas de capital significativas relativas a regulamentações ambientais fora do curso normal da actividade, a EDP Renováveis não pode assegurar que tais despesas de capital significativas não venham a ocorrer ou a ser necessárias no futuro. Adicionalmente, pode incorrer em custos fora do curso normal da actividade para compensar algum dano ambiental ou outro causado pelos seus parques eólicos ou por outros centros electroprodutores ou para reparar danos resultantes de algum acidente ou acto de sabotagem. O desempenho operacional e a rentabilidade dos parques eólicos ou dos outros centros electroprodutores da EDP Renováveis poderão ser igualmente afectados por alterações nos regulamentos de saúde e segurança no futuro. A ocorrência de qualquer um destes acontecimentos poderá reflectir-se de forma adversa na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis é parte em certos processos litigiosos.

No curso normal da actividade a EDP Renováveis foi e poderá ser no futuro constituída como parte em acções judiciais, reclamações e disputas relacionadas com as suas actividades. Estas acções judiciais podem incluir reclamações de carácter ambiental, recursos de licenças, reclamações relativas a emprego e disputas contratuais ou reclamações por danos pessoais ou danos de propriedade relativos a serviços prestados pela EDP Renováveis ou a terrenos nos locais dos projectos ou construções, ou acções judiciais interpostas por entidades reguladoras ou fiscais. Qualquer litígio material pode ter consequências financeiras adversas para a EDP Renováveis e a EDP Renováveis pode não ter fundos próprios adequados para fazer face a eventuais perdas associadas com litígios e que não estejam cobertas por seguro. Adicionalmente, qualquer resultado negativo relativo a qualquer acção judicial em que esteja envolvida poderá afectar negativamente a reputação da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode enfrentar disputas laborais que poderão interferir com as suas operações e actividade.

A EDP Renováveis considera que mantém relações de trabalho satisfatórias com os seus funcionários e trabalhadores. No entanto, a EDP Renováveis continua sujeita ao risco de litígios laborais e de relações adversas com os seus funcionários e trabalhadores; tais litígios e relações adversas podem perturbar as operações e afectar negativamente a actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis. Os actuais contratos de trabalho não impedem, no futuro, uma greve ou interrupção laboral em qualquer das actuais instalações da EDP Renováveis. Qualquer interrupção laboral poderá ter um efeito negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode ser obrigada a desmantelar instalações e retirar turbinas após o termo do contrato.

Em algumas jurisdições a EDP Renováveis pode ser obrigada legal e/ou contratualmente a desmantelar os parques eólicos e outras instalações de energia renovável e a recuperar o local no fim do respectivo prazo de funcionamento. Em alguns casos, à EDP Renováveis é exigido uma garantia para assegurar o cumprimento das obrigações. A EDP Renováveis constitui provisões nas suas demonstrações financeiras para fazer face a estas despesas, com base na sua melhor estimativa dos

custos a incorrer. Assim, qualquer alteração dos pressupostos utilizados nas estimativas efectuadas poderá originar um aumento significativo ou não antecipado, nos custos de desmantelamento que poderá ter um efeito negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

2.2 Factores de risco relacionados com a estrutura accionista do Emitente e Oferente

A EDP continuará a exercer um controlo significativo sobre a EDP Renováveis após a Oferta e os seus interesses poderão diferir dos interesses dos demais accionistas.

Após a Oferta, a EDP deterá, directamente 60% (através da sua sucursal em Espanha) e indirectamente, 15% (através da Hidrocantábrico) do capital social da EDP Renováveis (assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”). Em consequência, a EDP terá a capacidade de influenciar substancialmente todos os assuntos que requeiram aprovação por uma maioria dos accionistas da EDP Renováveis, incluindo a declaração de dividendos, o direito de nomear uma maioria dos membros do Conselho de Administração (que toma as principais decisões relativas à actividade da EDP Renováveis e nomeia o presidente da comissão executiva), a adopção de alterações nos estatutos da EDP Renováveis e ao capital social da EDP Renováveis, bem como a condução no dia-a-dia das operações da EDP Renováveis. A EDP terá também a capacidade de introduzir ou evitar uma alteração na estrutura de controlo da EDP Renováveis. Por outro lado, os interesses da EDP podem divergir dos interesses da EDP Renováveis ou dos interesses dos demais accionistas da EDP Renováveis após a Oferta. Caso os interesses da EDP estejam em conflito com os interesses da EDP Renováveis ou com os interesses dos demais accionistas da EDP Renováveis ou se a EDP se envolver em actividades ou prosseguir objectivos estratégicos que estejam em conflito com os interesses da EDP Renováveis ou com os interesses dos demais accionistas da EDP Renováveis, tanto a EDP Renováveis como os demais accionistas podem ficar em situação de desvantagem.

A EDP Renováveis celebrou, em 7 de Maio de 2008, um Acordo-Quadro com a EDP, concebido para regular os princípios aplicáveis às relações comerciais, presentes e futuras, entre as partes e que estabelece, entre outras matérias, o objecto das actividades de cada sociedade, numa tentativa de evitar e resolver conflitos de interesse que possam vir a surgir entre a EDP Renováveis e a EDP. O Acordo-Quadro requer que a EDP, na sua qualidade de accionista da EDP Renováveis, aprove a deliberação da EDP Renováveis no sentido da criação de uma comissão de operações relacionadas (a “Comissão OR”) pela EDP Renováveis, pouco tempo após a Oferta. A Comissão OR deve ser responsável por supervisionar e regular as relações jurídicas e comerciais entre a EDP e a EDP Renováveis e deverá reportar ao conselho de administração o nível de cumprimento das disposições relevantes do Acordo-Quadro. O Acordo-Quadro estabelece o âmbito do negócio das energias renováveis da EDP Renováveis e das restantes sociedades do Grupo EDP e determina que a EDP Renováveis e as restantes sociedades do Grupo EDP não devem prosseguir, ou investir em empresas que prossigam, as actividades no sector das energias renováveis levadas a cabo pelas restantes sociedades do Grupo EDP e pela EDP Renováveis, respectivamente, sem obter o acordo prévio da contraparte. A EDP Renováveis e as restantes sociedades do Grupo EDP devem imediatamente comunicar à contraparte quaisquer oportunidades de negócio das quais tomem conhecimento e que recaiam no âmbito das actividades prosseguidas por essa contraparte, beneficiando a contraparte de direito de preferência na prossecução dessas oportunidades de negócio. A EDP Renováveis e a EDP acordaram ainda em proceder à transmissão de quaisquer activos que a EDP Renováveis ou as demais sociedades do Grupo EDP venham a adquirir numa qualquer transacção e que estejam compreendidos no âmbito do negócio das energias renováveis prosseguido pela contraparte. Ver “ –

Informação Adicional – Contratos Significativos – Acordo-Quadro e acordos de implementação do Acordo-Quadro.”.

Não obstante o anteriormente exposto, a EDP Renováveis não pode assegurar que o Acordo-Quadro será implementado com sucesso ou que pode resolver com sucesso quaisquer conflitos de interesse com a EDP. Por outro lado, as cláusulas de não-concorrência previstas no Acordo-Quadro podem vir a limitar o âmbito de actuação da EDP Renováveis. A EDP Renováveis não pode assegurar que a EDP não poderá originar no futuro alterações aos termos do Acordo-Quadro com o objectivo de diluir ou remover protecções que beneficiam investidores minoritários. Contudo, foi transmitida à EDP Renováveis a intenção de a EDP desenvolver os seus melhores esforços para cumprir o disposto no Acordo-Quadro, para além de que compete à Comissão de Operações Relacionadas acompanhar a execução do referido Acordo-Quadro.

As relações com a EDP poderão cessar.

Após a Oferta, a EDP Renováveis continuará a depender em parte da EDP para continuar a desenvolver e operar a sua actividade. O Acordo-Quadro também estabelece o âmbito dos contratos comerciais que a EDP Renováveis e a EDP pretendam celebrar e determina certos princípios gerais para regular os acordos que a EDP Renováveis e a EDP devem celebrar de modo a implementar o Acordo-Quadro. Os acordos incluem: (i) um acordo de serviços empresariais, técnicos, de engenharia e outros serviços de gestão (o “Contrato de Serviços de Gestão”), (ii) dois acordos de financiamento e um acordo de prestação de garantias (os “Contratos de Financiamento” e o “Contrato de Garantias”); (iii) um acordo não exclusivo de utilização de marca e de propriedade intelectual (o “Contrato de Marca Comercial”) e (iv) um acordo de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia (o “Contrato de Pesquisa e Desenvolvimento”).

O Acordo-Quadro deverá permanecer em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, desde que a detenção se mantenha efectiva, tendo em consideração que no caso de a participação da EDP cair para 50% ou menos, o Acordo-Quadro permanece em vigor pelo tempo em que mais de 50% dos administradores da EDP Renováveis tenham sido nomeados pela EDP. Não existem garantias de que a EDP manterá um interesse maioritário nas Acções da EDP Renováveis ou que a maioria dos administradores da EDP Renováveis continuem a ser nomeados pela EDP. Caso o Acordo-Quadro deixe de ser eficaz ou cesse, a EDP já não se encontrará impedida de prosseguir oportunidades no âmbito do negócio das energias renováveis prosseguido pela EDP Renováveis. Por outro lado, nessas mesmas circunstâncias, cessará a obrigação da EDP de informar a EDP Renováveis da existência de oportunidades no âmbito do negócio das energias renováveis prosseguido pela EDP Renováveis quando delas tenha conhecimento. Também poderá deixar de ser exigido à EDP que trabalhe com a Sociedade para celebrar os variados acordos legais e comerciais de implementação do Acordo-Quadro acima referidos e, em consequência, a EDP Renováveis terá de celebrar outros acordos para a prestação dos serviços, suporte e funções até então fornecidas pela EDP. A EDP Renováveis não pode assegurar que conseguirá celebrar outros acordos ou que não enfrente atrasos ou outras dificuldades ou que não vai estar sujeita a custos acrescidos ao celebrar esses acordos ou que quaisquer acordos que sejam celebrados impliquem a prestação à EDP Renováveis de serviços, suporte e funções de qualidade idêntica aquela que era prestada pela EDP. A ocorrência de quaisquer um destes eventos poderá ter um efeito negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis beneficia actualmente do uso da marca comercial e logótipo “EDP” que utiliza

para distinguir os serviços que presta dos serviços dos seus concorrentes. A EDP Renováveis celebrou um Contrato de Marca Comercial com vista à obtenção do direito de usar a marca comercial e nome de domínio “EDP” para as actividades de energia renovável e actividades acessórias ou complementares que a EDP Renováveis desenvolve. No caso de a EDP deixar de deter, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, ou no caso de apenas 50%, ou menos, dos administradores da EDP Renováveis serem nomeados pela EDP, deixará de impender sobre a EDP a obrigação de manter em vigor o Contrato de Marca Comercial. Se o Contrato de Marca Comercial não se mantiver em vigor, a EDP Renováveis poderá ser forçada a usar outra marca para a sua actividade, o que poderá resultar numa perda de reconhecimento de marca e/ou confusão do cliente e pode ter que afectar recursos significativos à publicidade e ao marketing da nova marca. Adicionalmente, qualquer publicidade negativa atribuível à EDP, que possa causar danos materiais na reputação da marca, poderá ter um efeito negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis pode não ser capaz de renovar o financiamento contraído, ou manter o apoio ao crédito de que beneficia, junto do Grupo EDP.

O financiamento por membros do Grupo EDP tem sido, historicamente, a principal forma de financiamento da EDP Renováveis (complementada por, no caso das operações nos E.U.A., financiamento de investidores institucionais com ligação a Estruturas de Parceria). O endividamento total junto da EDP e/ou sociedades do Grupo EDP, a 31 de Março de 2008, era de 2.375,6 milhões de Euros. Espera-se que uma parte substancial da dívida seja paga com os resultados da Oferta e que, nessa altura, a EDP continue a dar apoio de crédito na forma de suprimentos correntes. Apesar de a EDP ter manifestado a sua intenção de continuar a prestar à EDP Renováveis apoio ao crédito, pelo menos no curto e médio prazo, não se encontra contratualmente obrigada a conceder crédito à EDP Renováveis em condições de mercado, ou de todo. Caso a EDP deixe de conceder financiamentos à EDP Renováveis a taxas de mercado ou de todo, a EDP Renováveis pode ver-se obrigada a procurar fontes de financiamento alternativas junto de terceiros na forma de empréstimos bancários ou ofertas nos mercados de capital, que podem ter de ser efectuados em termos não aceitáveis ou desfavoráveis. Se a EDP Renováveis não for capaz de obter financiamento adequado em termos aceitáveis, ou de todo, a EDP Renováveis poderá não ser capaz de atingir os seus objectivos nos prazos previstos, ou de todo. Além disso, alguns dos contratos de financiamento da EDP Renováveis com terceiros não relacionados com o Grupo EDP contêm cláusulas de amortização antecipada que seriam aplicadas se a EDP reduzisse a sua participação no capital social da EDP Renováveis para menos de 51%. Ver “Transacções com entidades terceiras especialmente relacionadas – Contratos com a EDP e empresas do Grupo EDP – Contratos de Financiamento e de Garantias”, “Capitalização e Endividamento” e “Análise da Gestão e da Situação Financeira e dos Resultados das Operações do Emitente e Oferente”.

Por outro lado, no desenvolvimento das suas actividades, a EDP Renováveis celebrou um conjunto de contratos de aquisição de equipamento, de construção e de venda de electricidade e participa em Estruturas de Parceria, cujas contrapartes muitas vezes impõem à EDP Renováveis a entrega de garantias para as obrigações assumidas. Normalmente, à EDP Renováveis é exigido a entrega de garantias bancárias (“*letters of credit*”) emitidas por bancos ou garantias da sociedade-mãe para cobrir as referidas obrigações e, por sua vez, a EDP Renováveis requer que lhe sejam entregues garantias das sociedades-mãe, garantias bancárias (“*letters of credit*”), obrigações ou dinheiro para cobrir a exposição das contrapartes nos contratos. Ver “O não pagamento por parte de clientes ao abrigo de contratos a longo prazo de venda de electricidade poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.”. A não disponibilização destas

garantias pela EDP Renováveis ou uma diminuição na credibilidade de crédito (“*creditworthiness*”) do Grupo EDP pode prejudicar a capacidade da EDP Renováveis de celebrar os referidos contratos e, nessa medida, poderá ter um efeito negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Não existe a garantia de que a EDP continue a conceder financiamentos à EDP Renováveis após a Oferta, ou que as cláusulas de vencimento antecipado dos contratos de financiamento não sejam accionadas. A ocorrência de tais factos poderão ter efeitos materiais negativos na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

2.3 Riscos associados à Oferta, aos valores mobiliários objecto da Oferta, aos mercados financeiros e à apresentação de informação financeira.

A venda de um número substancial de Acções em mercado regulamentado após a Oferta poderá levar a uma redução do preço das Acções da EDP Renováveis.

A ocorrência de vendas de um número substancial das Acções no mercado após a Oferta, ou a percepção que essa venda possa vir a verificar-se, poderá afectar negativamente o preço de mercado das Acções da EDP Renováveis. Após a Oferta, a EDP irá deter directamente 60% (através da sua sucursal em Espanha) e indirectamente 15% (através da Hidrocantábrico) do capital social da EDP Renováveis (assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”). A EDP Renováveis comprometeu-se junto do Sindicato de Venda Institucional a não emitir ou praticar quaisquer actos destinados à emissão de Acções ou valores mobiliários convertíveis ou com direito de subscrição/troca de Acções, “*warrants*” ou outros valores mobiliários equivalentes, por um período de 180 dias após a admissão à negociação das Acções representativas do seu capital social no Eurolist by Euronext Lisbon, salvo com o prévio consentimento escrito de cada um dos membros do Sindicato de Venda Institucional. A EDP Renováveis comprometeu-se ainda a, nas condições acima referidas, não celebrar quaisquer contratos de “*swap*”, outros derivados ou qualquer outro contrato ou transacção com um efeito económico equivalente à transmissão, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, da titularidade das Acções representativas do seu capital social, quer tal “*swap*” ou transacção seja liquidado em dinheiro, mediante a entrega de Acções ou de quaisquer valores mobiliários convertíveis ou com direito de subscrição / troca de Acções ou por outra forma. Estes compromissos não são, contudo, aplicáveis a transmissões de Acções entre sociedades do mesmo grupo societário (nos termos do disposto no artigo 4 da “*Ley 24/1988, del Mercado de Valores*”) e à transmissão de Acções (que não seja liquidada em dinheiro) no contexto da execução de uma aquisição pela EDP, desde que os adquirentes de tais acções acordem ficar vinculados pelas restrições em termos análogos àqueles estabelecidos acima pelo remanescente do referido período de 180 dias.

Por seu turno, a EDP comprometeu-se junto do Sindicato de Venda Institucional a não alienar por qualquer forma as Acções de que seja titular (incluindo, directa ou indirectamente, oferecer, onerar, prometer vender, transferir qualquer opção ou direito à aquisição, adquirir qualquer opção ou direito a transferir, conceder qualquer opção, direito ou “*warrant*” para a aquisição ou, de qualquer outro modo, transferir ou dispor de quaisquer Acções ou valores mobiliários) por um período de 180 dias após a admissão à negociação das Acções Eurolist by Euronext Lisbon, salvo com o prévio consentimento escrito de cada um dos membros do Sindicato de Venda Institucional. A EDP comprometeu-se ainda a, nas condições acima referidas, não celebrar quaisquer contratos de “*swap*”, outros derivados ou qualquer outro contrato ou transacção com um efeito económico equivalente à transmissão, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, da propriedade das Acções representativas do capital social da EDP Renováveis, quer tal “*swap*” ou transacção seja liquidado em

dinheiro, mediante a entrega de Acções ou de quaisquer valores mobiliários convertíveis ou com direito de subscrição/troca de Acções ou por outra forma. Estes compromissos não são, contudo, aplicáveis a quaisquer Acções emitidas ou a opções de compra de Acções concedidas em planos de benefícios atribuídos aos trabalhadores da EDP Renováveis nos termos descritos neste Prospecto, às transmissões de Acções entre sociedades do mesmo grupo societário (nos termos do disposto no artigo 4 da “*Ley 24/1988, del Mercado de Valores*”) e à emissão e/ou transmissão de Acções (que não seja liquidada em dinheiro) no contexto da execução de uma aquisição pela EDP, desde que os adquirentes de tais acções acordem ficar vinculados pelas restrições em termos análogos àqueles estabelecidos acima pelo remanescente do referido período de 180 dias.. Ver “Plano de Distribuição - Acordo de Lock-Up.”.

Após o termo do período de lock-up especificado, quer a EDP quer a Hidrocontábrico poderão vender as suas Acções e a EDP Renováveis poderá emitir novas Acções a transaccionar de forma pública ou privada. Apesar de a EDP e/ou a Hidrocontábrico não terem dado indicação de terem qualquer intenção actual de vender a totalidade ou parte das Acções que irão deter após a Oferta, tais vendas, ou quaisquer emissões de novas Acções pela EDP Renováveis poderão afectar negativamente o preço das Acções.

Não existe um mercado secundário para as Acções e é possível que não se desenvolva uma actividade significativa de transacção das mesmas sem mercado secundário.

Antes da admissão à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon, não haverá mercado público para as Acções. O preço de oferta das Acções na Oferta será determinado pela EDP Renováveis e pelo Sindicato de Venda Institucional com base, entre outras coisas, nas condições económicas e avaliação do mercado à data da fixação do preço de oferta, nas receitas e rendimentos da EDP Renováveis, nas avaliações de mercado de outras sociedades dedicadas a actividades semelhantes, no estado actual das operações da EDP Renováveis, na administração da EDP Renováveis, nos indicadores de interesse de investidores potenciais nas Acções e noutros factores considerados relevantes. A EDP Renováveis não pode garantir que o preço de oferta reflita de modo preciso o preço de mercado das Acções após a Oferta, nem pode garantir que irá desenvolver ou sustentar um mercado secundário activo de negociação das Acções. No caso de não se desenvolver um mercado secundário activo de negociação, a liquidez e preço de negociação das Acções poderão ser afectados negativamente. Os investidores na Oferta irão verificar, nesse caso, uma diluição imediata, que representará a diferença entre o preço de oferta por Acção e o valor contabilístico tangível líquido por Acção, ajustado à Oferta. Ver “Diluição.” Além disso, a variação do preço da oferta indicativa e o preço de oferta são determinados sem recorrer a uma avaliação independente.

Acresce que, em virtude da faculdade de revogação do Contrato de Venda Institucional por ocorrência de causas de força maior de que o Sindicato de Venda Institucional dispõe, até ao momento imediatamente anterior ao início da sessão de bolsa em que as Acções são admitidas à negociação, a eventual realização de operações fora de bolsa até essa data pode não ser susceptível de liquidação se o Sindicato de Venda Institucional exercer aquela faculdade, na medida em que as acções subscritas na OPS serão imediatamente objecto de recompra e amortização através de redução de capital.

O preço de mercado das Acções pode ser volátil e os investidores podem não ser capazes de voltar a negociar as suas Acções ao preço que pagaram ou a um preço superior.

Os mercados de acções sofreram flutuações significativas nos últimos anos, sendo que muitas vezes estas variações não estiveram relacionadas com o desempenho das sociedades cujas acções são

negociadas. As flutuações de mercado, bem como as condições económicas podem afectar negativamente o preço das Acções. O preço de mercado das Acções após a Oferta pode ser volátil, e poderá ser afectado por vários factores relacionados com a EDP Renováveis, com os concorrentes da EDP Renováveis, com condições económicas gerais ou condições de mercado específicas na indústria das energias renováveis. Adicionalmente, o preço de transacção das Acções poderá ser afectado significativamente devido a factores de desempenho e da indústria, tais como variações nas receitas da EDP Renováveis, ou os resultados dos concorrentes da EDP Renováveis em períodos sucessivos, anúncios feitos por concorrentes ou outras empresas a operar em actividades semelhantes e/ou anúncios respeitantes ao sector das energias renováveis, incluindo os relativos ao desempenho financeiro e operacional dessas empresas, ou mudanças tecnológicas neste sector, publicidade negativa, alterações na estrutura accionista da EDP Renováveis, na equipa de gestão da EDP Renováveis ou em pessoal chave da EDP Renováveis ou outros factores.

Os accionistas que não se encontram localizados em Espanha ou em Portugal poderão não conseguir exercer direitos de preferência na subscrição de Acções ou outros valores mobiliários que atribuem direitos de subscrição de novas Acções.

De acordo com a lei de Espanha os accionistas têm direitos de preferência renunciáveis para subscrever, numa base pro-rata, emissões de novas acções ou outros valores mobiliários que atribuem direitos de subscrição de novas acções. No entanto, sujeito a restrições e regulamentos nas suas respectivas jurisdições, os accionistas que não se encontram localizados em Espanha ou em Portugal podem ver-se impedidos de exercer os seus direitos de preferência na subscrição de Acções ou outros valores mobiliários que atribuem direitos de subscrição de novas Acções. Por exemplo, a não ser que um relatório de proposta de venda de Acções ao abrigo da “*Securities Act*” esteja disponível ou esteja disponível uma isenção da obrigatoriedade de registo sob os requisitos da “*Securities Act*”, os accionistas nacionais dos E.U.A. (conforme definido no Regulamento S) não poderão exercer os seus direitos de preferência na subscrição de Acções ou outros valores mobiliários que atribuem direitos de subscrição de novas Acções. Não poderá haver garantia de que a EDP Renováveis irá apresentar um relatório de proposta de venda de Acções em tais circunstâncias ou que, caso seja apresentado, que este entre em vigor ou que esteja disponível uma isenção relevante para accionistas nacionais dos E.U.A.. No caso de um accionista nacional dos E.U.A., ou outro accionista que não se encontre localizado em Espanha ou em Portugal, não conseguir exercer o seu direito de preferência na subscrição de Acções ou outros valores mobiliários que atribuem direitos de subscrição de novas Acções, a participação social desse accionista desse accionista sofrerá uma diluição.

Os direitos de accionistas minoritários que não se encontram localizados em Espanha podem ser restringidos quando comparados com os direitos de accionistas minoritários localizados em Espanha.

Os direitos dos accionistas, bem como outras matérias que afectem esses direitos podem ser diferentes em Espanha comparativamente aos que se encontram fora de Espanha e a possibilidade de um investidor de exercer tais direitos poderá ser limitada. Além disso, sentenças proferidas contra a EDP Renováveis ou contra qualquer um dos seus funcionários ou administradores em tribunais fora de Espanha podem não ser executáveis em Espanha.

A EDP Renováveis depende da distribuição de dividendos das suas subsidiárias para o pagamento de dividendos aos seus accionistas, mas a capacidade das suas subsidiárias de pagar dividendos está sujeita a determinadas condições e restrições.

A EDP Renováveis desenvolve as suas operações através das suas subsidiárias e, em resultado disso,

depende das suas subsidiárias para receber dividendos de forma a ter fundos para pagar dividendos aos seus accionistas. Cada uma das suas subsidiárias está sujeita a várias restrições no pagamento de dividendos, baseado na respectiva jurisdição do país de constituição. Por exemplo, uma jurisdição poderá limitar o montante de dividendos que uma companhia possa pagar, as fontes dos fundos a utilizar para pagar dividendos, ou exigir que certas percentagens de lucros sejam retidas como reservas. Para além disso, o pagamento de dividendos por certas subsidiárias da EDP Renováveis está restrito por contratos de financiamento. Ver “Política de Dividendos” e “Direito a Receber Dividendos” Estas restrições podem impossibilitar as subsidiárias da EDP Renováveis de pagar dividendos, o que, por sua vez, pode limitar a capacidade da EDP Renováveis de pagar dividendos aos seus accionistas. Por outro lado, o pagamento de dividendos futuros depende das condições existentes à data, incluindo os proveitos (líquidos e lucros), condição financeira, projectos futuros e condições do negócio da EDP Renováveis e ainda de outros factores relevantes. Os accionistas da EDP Renováveis podem encontrar-se sujeitos a retenção na fonte, entre outros impostos, aquando da distribuição de dividendos ou outros montantes que lhes sejam devidos e que estejam relacionados com a detenção ou alienação das Acções. Ver “Regime Fiscal”.

Accionistas em países com moedas diferentes do Euro têm um risco de investimento adicional devido às flutuações das taxas cambiais relacionadas com a detenção das Acções.

As Acções serão cotadas em Euros e transaccionadas em Euros e quaisquer pagamentos futuros de dividendos relativos às Acções serão definidos em Euros. O Euro sofreu flutuações de valor significativas nos últimos tempos contra moedas importantes a nível mundial, incluindo o Dólar Americano. Contudo, qualquer produto da venda das Acções ou pagamento de dividendos que seja recebido em Dólares Americanos ou em qualquer outra moeda diferente do Euro poderá ser negativamente afectado pela desvalorização do Euro face ao Dólar Americano ou a essas outras moedas.

Flutuações nas taxas de câmbio podem afectar a situação financeira e os resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis enfrenta riscos cambiais relacionados com transacções celebradas no passado pelas suas subsidiárias que celebraram no passado, e poderão vir a celebrar no futuro, designadamente devido a contratos denominados em moeda diferente daquela em que os seus proveitos são gerados ou que incorreram no passado, e virão a incorrer no futuro, em custos substanciais em moedas diferentes daquela em que os seus proveitos são gerados. Em particular, alguns dos contratos de fornecimento de turbinas eólicas relativos a turbinas eólicas a serem instaladas nos E.U.A. e na Polónia são, ou podem vir a ser, denominados, total ou parcialmente, em Euros, enquanto que as receitas provenientes dessas operações serão em Dólares Americanos e em Zlotis Polacos, respectivamente. Embora a EDP Renováveis assuma uma política de mitigação deste risco de taxas de câmbio através do matching de custos e receitas na mesma moeda ou através de produtos financeiros de hedging, em alguns casos a flutuação significativa das taxas de câmbio entre estas moedas, e a desvalorização destas moedas (em especial do Dólar Americano e do Zloti Polaco face ao Euro) poderão ter um efeito material negativo na situação financeira ou nos resultados operacionais da EDP Renováveis.

Por outro lado, a situação financeira e os resultados operacionais das subsidiárias da EDP Renováveis são apresentados nas moedas locais (em especial, Euro, Dólar Americano e Zloti Polaco) e depois convertidos para Euros, conforme aplicável, para inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis que são apresentadas em Euros. As taxas de câmbio entre estas moedas, em particular entre o Dólar Americano e o Zloti Polaco face ao Euro, podem fluctuar

significativamente. Estes riscos de flutuação na taxa de câmbio poderão ter um efeito material negativo na situação financeira ou nos resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis procurou no passado, e procurará no futuro, cobrir os riscos de flutuações cambiais primordialmente através do acerto entre proveitos e custos na mesma moeda, e bem assim, através da celebração de contratos de cobertura de risco (“*hedging*”) incluindo contratos de futuros sobre taxas de câmbio e outras estruturas de cobertura de risco. A EDP Renováveis não pode assegurar que os seus esforços para mitigar os efeitos das flutuações das taxas de câmbio serão bem sucedidos, que continuará a realizar actividades de cobertura de risco (“*hedging*”), ou que quaisquer contratos de cobertura de risco (“*hedging*”) actuais ou futuros que celebre protejam adequadamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais dos efeitos das flutuações de taxas de câmbio, que estas actividades não venham a resultar em perdas adicionais ou que os demais procedimentos de gestão de risco funcionem com sucesso. A ocorrência de algum destes eventos pode ter um efeito material negativo na situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

Flutuações das taxas de juro poderão ter um efeito material negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis enfrenta riscos relacionados com a flutuação nas taxas de juro dos financiamentos que contraiu no passado e virá a contrair no futuro. Estes financiamentos incluem, em particular, financiamento por membros do Grupo EDP e, no caso de operações nos E.U.A., financiamento de investidores institucionais com ligação a Estruturas de Parceria, bem como, em menor grau, estruturas de “*project finance*” e financiamento por terceiras entidades não relacionadas com o Grupo EDP. Alguns destes financiamentos são, ou podem vir a ser, remunerados, total ou parcialmente, com base em taxas de juro variáveis e, um aumento dessas taxas de juro iria implicar um aumento dos montantes de juro pagos pela EDP Renováveis. Aumentos futuros nas taxas de juro poderão igualmente significar um aumento no custo de novos financiamentos a contrair pela EDP Renováveis comparativamente aos custos actuais de financiamento e, nessa medida, reduzir o retorno gerado pelos projectos da EDP Renováveis, independentemente do financiamento ser remunerado a taxas de juro fixas ou variáveis.

A EDP Renováveis procurou no passado, e procurará no futuro, cobrir os riscos de flutuações nas taxas de juro primordialmente através da celebração de contratos de cobertura de risco (“*hedging*”) incluindo “*swaps*” de taxa de juro. A EDP Renováveis não pode assegurar que os seus esforços para mitigar os efeitos das flutuações das taxas de juro serão bem sucedidos, que continuará a realizar actividades de cobertura de risco (“*hedging*”), ou que quaisquer contratos de cobertura de risco (“*hedging*”) actuais ou futuros que celebre protejam adequadamente os seus resultados operacionais dos efeitos das flutuações de taxas de juro, não venham a resultar em perdas adicionais ou que os demais procedimentos de gestão de risco funcionem com sucesso. O insucesso em atingir estes propósitos pode ter um efeito material negativo na situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis está sujeita a riscos adicionais resultantes da natureza internacional da sua actividade, o que pode afectar materialmente os seus resultados financeiros.

A EDP Renováveis tem operações substanciais em Espanha, Portugal, e nos E.U.A. e também tem operações em França, na Bélgica e na Polónia. A EDP Renováveis planeia expandir as suas operações nesses países e está a considerar expandir as suas actividades para outros mercados. Assim, enfrenta vários riscos associados com o facto de operar numa série de países diferentes, em especial

países que não pertencem à U.E., o que pode ter um efeito material negativo na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis. Estes riscos incluem mas não estão limitados ao cumprimento das leis e respectivas alterações, bem como dos regulamentos aplicáveis a empresas estrangeiras, a ausência, perda ou não renovação de tratados favoráveis ou contratos semelhantes com autoridades fiscais estrangeiras ou instabilidade política, social e económica em países nos quais opera.

Devido ao curto historial da EDP Renováveis como grupo único, as demonstrações financeiras históricas disponíveis para o Grupo EDP Renováveis referem-se ao período entre 4 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2007, enquanto as demonstrações financeiras históricas de cada uma das principais empresas antecessoras não se poderão comparar aos resultados consolidados em períodos futuros.

A EDP Renováveis foi criada a 4 de Dezembro de 2007 e tem um historial de funcionamento relativamente curto como grupo único. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas disponíveis da EDP Renováveis para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, incluídas noutra parte deste Prospecto, apenas reflectem as operações desde o dia 4 de Dezembro de 2007 até ao dia 31 de Dezembro de 2007, um período de menos de um mês. As demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas, da EDP Renováveis para os três meses findos em 31 de Março de 2008, igualmente incluídas noutra parte deste Prospecto, apenas cobrem um período de três meses. Além disso, não há demonstrações financeiras disponíveis relativas a um período comparável anterior, com o qual estas demonstrações financeiras possam ser analisadas. As demonstrações financeiras históricas para as principais empresas antecessoras da EDP Renováveis, a NEO e a Horizon, incluídas noutra parte deste Prospecto, não serão comparáveis em períodos futuros e podem não ser indicadoras dos seus resultados de funcionamento futuros, da condição financeira ou dos *cash flows*.

A informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, apresentada neste Prospecto pode não ser um indicativo de futuros resultados de operações.

A EDP Renováveis incluiu no presente Prospecto informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, para o ano que terminou em 31 de Dezembro de 2007. Esta informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, foi preparada apenas para fins ilustrativos e apresenta o balanço consolidado pró-forma e a demonstração dos resultados pró-forma da EDP Renováveis, conforme nas demonstrações financeiras auditadas da NEO e da Horizon para o ano que cessou em 31 de Dezembro de 2007.

Para efeitos da preparação das demonstrações financeiras pró-forma sujeitas a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, foram assumidos os seguintes pressupostos:

- a) que a EDP Renováveis teria sido constituída e iniciado as suas actividades em 1 de Janeiro de 2007;
- b) que os grupos NEO (em 60%) e Horizon (em 100%) foram consolidados na EDP Renováveis como se tivessem pertencido ao grupo EDP Renováveis desde o dia 1 de Janeiro de 2007;
- c) que a aquisição da Horizon pelo grupo EDP e da Relax Wind Parks pelo grupo NEO ocorreram em 1 de Janeiro de 2007, sob as mesmas condições históricas;
- d) não foram consideradas alterações nos ajustamentos históricos de justo valor aos activos e

- passivos associados às combinações empresariais ocorridas durante 2007;
- e) que os financiamentos relativos às aquisições ocorridas durante 2007 teriam sido obtidos nas mesmas condições com referência a 1 de Janeiro de 2007.

A informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, constitui uma situação hipotética e, como tal, não representa a posição financeira actual nem os resultados da EDP Renováveis e não tem por fim representar o que teriam sido na realidade os resultados operacionais ou situação financeira caso aqueles eventos tivessem tido lugar em 1 de Janeiro de 2007, nem tem por fim projectar os resultados operacionais para qualquer período futuro ou a situação financeira em qualquer data futura. Por outro lado, a informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, não reflecte qualquer ajuste aos activos e responsabilidades que possam advir da recente reestruturação (incluindo a aquisição de activos e operações desde 31 de Dezembro de 2007 e activos e responsabilidades que tenha sido contratado ou que esteja planeado adquirir), derivando o impacto de quaisquer potenciais sinergias das aquisições, de quaisquer despesas gerais adicionais que possam resultar das aquisições.

Em resultado do acima exposto, não se deve ler a informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004 apresentada neste Prospecto como um indicativo de resultados operacionais futuros para a actividade combinada do Grupo EDP Renováveis e chama-se a atenção dos investidores para o facto de a informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, não constituir por si só uma base suficiente para a tomada da sua decisão de investimento. Ver “Informação Financeira Seleccionada” e “Anexo A – Demonstrações Financeiras e Contas Pró - Forma”.

Rating

A Oferta não foi objecto de notação de risco por qualquer sociedade de prestação de serviços de notação de risco (*rating*) registada na CMVM.

CAPÍTULO 3 – MOTIVOS DA OFERTA E AFECTAÇÃO DAS RECEITAS

A EDP Renováveis estima que as receitas líquidas emergentes da Oferta, após a dedução dos honorários, comissões e despesas da Oferta, serão de, aproximadamente 1.547,4 milhões de Euro, tendo como pressuposto um valor exemplificativo de 8,15 Euros por Acção (ponto médio do intervalo de preços da Oferta), e assumindo o não exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”). Assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”), e por aplicação do mesmo pressuposto do valor por Acção, a EDP Renováveis estima que as receitas líquidas emergentes da Oferta, após a dedução dos honorários, comissões e despesas da Oferta, sejam de, aproximadamente 1.780,9 milhões de Euros.

Um dos objectivos da Oferta é a obtenção de fundos para financiar a estratégia de negócio da EDP Renováveis. Por outro lado, a EDP Renováveis pretende utilizar parte das receitas líquidas emergentes da Oferta para proceder ao reembolso de grande parte da dívida contraída junto do Grupo EDP que, por referencia a 31 de Março de 2008, era de 2.375,6 milhões de Euros.

A EDP Renováveis terá de suportar despesas relacionadas com a Oferta que se estimam ser num montante entre 52,0 milhões de Euros e 60,7 milhões de Euros, incluindo imposto sobre operações societárias (“*impuesto sobre operaciones societárias*”) em Espanha no montante de 1% sobre o valor total do aumento de capital.

CAPÍTULO 4 – DILUIÇÃO

À data do presente Prospecto, a EDP é titular de 541.027.156 Acções e a Hidrocantábrico é titular de 135.256.700 Acções representativas de, respectivamente, 80% e de 20% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da EDP Renováveis.

O número máximo de Acções a dispersar pelo Emitente e Oferente na Oferta é de 225.127.952 Acções representativas de 25% do capital social da EDP Renováveis após o Aumento de Capital incluindo um número máximo de 29.403.646 Acções representativas de 3,26% do capital social da EDP Renováveis que pode ser dispersado pelo Emitente e Oferente no âmbito da distribuição do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”).

Verificando-se a dispersão da totalidade das Acções e do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”), em virtude do exercício da respectiva opção de compra pelo Sindicato de Venda Institucional, os direitos de voto imputáveis à EDP, nos termos do artigo 5.º do código espanhol de ofertas públicas de aquisição (aprovado pelo Real-Decreto 1066/2007, de 27 de Julho) e por efeito das participações sociais da titularidade da EDP, em particular na Hidrocantábrico, passará a ser de 75% dos direitos de voto da EDP Renováveis, correspondendo esta percentagem a 676.283.856 Acções representativas do capital social da EDP Renováveis. Por sua vez, à Hidrocantábrico passará a ser imputável, nos termos do artigo 5.º do código espanhol de ofertas públicas de aquisição, 15% dos direitos de voto da EDP Renováveis, correspondendo esta percentagem a 135.256.700 Acções representativas do capital social da EDP Renováveis. O número de Acções da EDP Renováveis em “*free float*” após a Oferta será de 225.427.952, correspondendo a 25% do respectivo capital social, incluindo o lote suplementar de acções (“*greenshoe*”).

O quadro seguinte identifica as participações sociais e respectivos direitos de voto detidos pelos principais accionistas da EDP Renováveis à data do presente Prospecto e a estimativa das participações sociais e respectivos direitos de voto que serão detidos após a realização da Oferta, assumindo a dispersão da totalidade das Acções, incluindo o Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”).

Accionistas	À data do Prospecto		Estimativa após a Oferta	
	Acções	% capital e dtos votos	Acções	% capital e dtos votos
EDP – Energias de Portugal, S.A. actuando através da EDP – Energias de Portugal, S.A., Sucursal en España S.A.	541.027.156	80	541.027.156	60
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. (9)	135.256.700	20	135.256.700	15
“Free float”	-	-	225.427.952	25

(9) Os direitos de voto resultantes desta participação são imputáveis à EDP – Energias de Portugal, S.A. actuando através da EDP – Energias de Portugal, S.A., Sucursal en España S.A., nos termos do artigo 5.º da lei espanhola de ofertas públicas de aquisição.

A realização de futuras emissões de Acções representativas do capital social da EDP Renováveis poderá implicar uma diluição das participações sociais dos actuais accionistas da EDP Renováveis e, bem assim, dos accionistas que adquirem Acções na OPS.

No caso de não se desenvolver um mercado secundário activo de negociação das Acções, a liquidez e preço de negociação das Acções poderão ser afectados negativamente.

CAPÍTULO 5 – RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO

A forma e o conteúdo do presente Prospecto obedecem ao preceituado no Cód.VM, ao disposto no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril, objecto da rectificação publicada no Jornal Oficial n.º L 215, de 16 de Junho de 2004, e demais legislação aplicável.

No âmbito da responsabilidade que lhes é atribuída nos termos do disposto nos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM, as entidades a seguir indicadas são responsáveis pela completude, veracidade, actualidade, clareza, objectividade e licitude da informação nele contidas à data da sua publicação.

5.1 Identificação dos responsáveis pela informação contida no Prospecto

Nos termos dos artigos 149.º e 243.º do Cód.VM são responsáveis pelo conteúdo da informação contida no Prospecto:

- a) **O Emitente e Oferente**
EDP Renováveis, com sede na Plaza de la Gesta, n.º 2, Oviedo, Espanha.

- b) **Os membros do órgão de administração do Emitente e Oferente**

Conselho de Administração do Emitente e Oferente

António Mexia;
Ana Maria Fernandes;
António Martins da Costa;
Nuno Alves; e
João Manso Neto.

- c) **O Auditor Externo do Emitente e Oferente ou de entidades do seu grupo**
A **KPMG Auditores, S.L.**, é uma sociedade registada com o número S0702, no Registo Oficial de Auditores Espanhol, domiciliada em Madrid, no Paseo de la Castellana, 95, portadora do número de contribuinte B-78510153. As demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas à data de 31 de Março de 2008 e para o período de 3 meses findo nessa data e as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas à data de 31 de Dezembro de 2007 e para o período de 4 de Dezembro de 2007 (data de constituição da EDP Renováveis) a 31 de Dezembro de 2007, foram auditadas pela KPMG Auditores, S.L. conforme referido nos respectivos relatórios apresentados em anexo a este Prospecto. A informação financeira pró-forma está sujeita a relatório elaborado pelo auditor da EDP Renováveis, KPMG Auditores, S.L., nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004, da Comissão, de 29 de Abril. As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores, S.L. conforme referido nos respectivos relatórios apresentados em anexo a este Prospecto.
A **KPMG LLP** é uma sociedade domiciliada em 700 Louisiana Street, Houston TX 77002. As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Horizon referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 foram auditadas pela KPMG LLP, conforme referido nos respectivos relatórios apresentados em anexo a este Prospecto.

d) Os intermediários financeiros encarregados da assistência à OPS

O **Espírito Santo Investment**, com sede no Edifício Quartz, Rua Alexandre Herculano, n.º 38, Lisboa, com o número de autorização 108 para o exercício da actividade emitido pela CMVM, o **Millennium investment banking**, com sede na Avenida José Malhoa, n.º 27 em Lisboa, com o número de autorização 126 para o exercício da actividade emitido pela CMVM e o **CaixaBI**, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, com o número de autorização 102 para o exercício da actividade emitido pela CMVM enquanto intermediários financeiros responsáveis pela assistência na OPS.

e) Os consultores jurídicos da operação

A **Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, Sociedade de Advogados, RL**, com escritório na Rua Castilho, n.º 165, em Lisboa, com o número de identificação fiscal 503 095 303, na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa a Portugal, dos Capítulos “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente” e “Regime Fiscal”.

A **Cleary, Gottlieb, Steen & Hamilton LLP**, com escritório na City Place House, 55 Basinghall Street em Londres, com o número de identificação fiscal GB 244317184, na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa aos E.U.A., do Capítulo “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente”.

A **SJ Berwin, LLP**, com escritório na Calle Claudio Coello, n.º 37, 1.º, em Madrid, com o número de identificação fiscal A-82376880 na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa a Espanha, França e Bélgica, dos Capítulos “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente” e “Regime Fiscal”.

A **Chadbourne & Parke Radzikowski, Szubielska i Wspólnicy sp. k.**, com escritório na ul. Emilii Plater 53, em Varsóvia, com o número de identificação fiscal PL5252291040, na qualidade de advogados do Emitente e Oferente, responsáveis pela elaboração da componente jurídica relativa à Polónia, do Capítulo “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente”.

5.2 Disposições legais relevantes sobre responsabilidade pela informação

Nos termos do artigo 149.º, n.º 3 do Cód.VM, a responsabilidade das pessoas acima referidas é excluída se provarem que o destinatário tinha ou devia ter conhecimento da deficiência de conteúdo do Prospecto à data da emissão da sua declaração contratual ou em momento em que a respectiva revogação ainda era possível.

Nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, a responsabilidade é ainda excluída se eventuais danos resultarem apenas do sumário de Prospecto ou de qualquer das suas traduções, salvo se o mesmo contiver menções enganosas, inexatas ou incoerentes, quando lido em conjunto com os outros documentos que compõem o Prospecto.

Em conformidade com a alínea a) do artigo 150.º do Cód.VM, o Oferente responde independentemente de culpa, em caso de responsabilidade dos membros do seu órgão de administração, dos intermediários financeiros encarregados da assistência à Oferta ou das demais

peessoas supra referidas que tenham aceite ser nomeadas como responsáveis por qualquer informação contida no presente Prospecto. De acordo com a alínea b) do mesmo preceito, o Emitente e Oferente responde independentemente de culpa, em caso de responsabilidade dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, das sociedades de revisores oficiais de contas ou do Auditor Externo supra identificados ou das demais pessoas supra referidas que tenham certificado ou, de qualquer modo, apreciado os documentos de prestação de contas em que o Prospecto se baseia.

No que respeita à presente Oferta, nos termos do artigo 153.º do CódVM, o direito à indemnização “deve ser exercido no prazo de seis meses após o conhecimento da deficiência do conteúdo do prospecto e cessa, em qualquer caso, decorridos dois anos contados desde a data da divulgação do resultado da oferta”.

No que respeita à admissão à negociação das Acções, nos termos da alínea b) do artigo 243.º, do Cód.VM, o direito à indemnização “deve ser exercido no prazo de seis meses após o conhecimento da deficiência do prospecto ou da sua alteração e cessa, em qualquer caso, decorridos dois anos a contar da divulgação do prospecto de admissão ou da alteração que contém a informação ou previsão desconforme”.

Os referidos prazos contam-se a partir da data de admissão das Acções.

5.3 Declaração emitida pelos responsáveis pela informação contida no Prospecto

As pessoas e entidades mencionadas no ponto 5.1. supra, na sua qualidade de responsáveis pela informação contida no presente Prospecto ou em determinada(s) parte(s) do mesmo, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento e após terem efectuado todas as diligências razoáveis para se certificarem de que tal é o caso, a informação constante do presente Prospecto ou da(s) parte(s) do presente Prospecto pelas quais são responsáveis está em conformidade com os factos, não existindo quaisquer omissões susceptíveis de afectar o seu alcance.

CAPÍTULO 6 – INFORMAÇÃO FINANCEIRA SELECCIONADA

O presente capítulo apresenta a informação financeira seleccionada e consolidada da EDP Renováveis e das suas principais subsidiárias, NEO e Horizon, que foi recolhida a partir das seguintes demonstrações financeiras, que se encontram anexas ao presente Prospecto:

- a) as demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas da EDP Renováveis referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2008;
- b) as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007 e referentes ao período entre 4 de Dezembro de 2007 (data de constituição) e 31 de Dezembro de 2007;
- c) as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007; e
- d) as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Horizon referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007.
- e) as demonstrações financeiras pró-forma da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas da EDP Renováveis referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2008 e as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007 e referentes ao período entre 4 de Dezembro de 2007 (data da constituição) e 31 de Dezembro de 2007 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia (“International Financial Reporting Standards – U.E.” ou “IFRS – U.E.”). A EDP Renováveis adoptou como princípios contabilísticos as IFRS – U.E. desde a data da sua constituição e as suas primeiras demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS – U.E. são as referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2007. As demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis foram auditadas pela KPMG, Auditores, S.L. conforme referido no seu relatório incluído em anexo ao presente Prospecto. As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 foram elaboradas em conformidade com as IFRS – U.E. e expressas em Euros, tendo sido auditadas pela KPMG, Auditores, S.L.. As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Horizon referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 foram elaboradas em conformidade com as IFRS e expressas em Dólares Americanos, tendo sido auditadas pela KPMG LLP. A informação financeira pró-forma está sujeita a relatório elaborado pelo auditor da EDP Renováveis, KPMG Auditores, S.L., nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004, da Comissão, de 29 de Abril.

O presente capítulo inclui igualmente dados operacionais seleccionados da EDP Renováveis referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2008 e aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007. Os dados operacionais seleccionados (incluindo dados relativos à capacidade e à produção) apresentados relativamente ao período subsequente à criação da EDP Renováveis, em 4 de Dezembro de 2007, referem-se geralmente aos dados operacionais do Grupo EDP Renováveis. Os dados operacionais seleccionados (incluindo dados relativos à capacidade e à produção) apresentados relativamente ao período anterior à criação da EDP Renováveis referem-se geralmente aos dados operacionais das actividades no sector das energias renováveis do Grupo EDP, que foram consolidadas na EDP Renováveis à data da sua criação, compreendendo principalmente: (i) no período anterior a Abril de 2005, várias subsidiárias da EDP, incluindo a Genesa e a Enernova, (ii) no período entre Abril de 2005 e Julho de 2007, a NEO e as suas subsidiárias, nas quais foram consolidadas a Genesa, a Enernova e outras subsidiárias da EDP, em Abril de 2005 e (iii) no período

entre Julho de 2007 e Dezembro de 2007, a NEO e as suas subsidiárias, e a Horizon e as suas subsidiárias.

Informação financeira seleccionada, consolidada, condensada e não auditada da EDP Renováveis referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2008, e demonstrações financeiras seleccionadas, consolidadas e auditadas da EDP Renováveis a 31 de Dezembro de 2007 e referentes ao período entre 4 de Dezembro de 2007 (data da constituição) e 31 de Dezembro de 2007, elaboradas em conformidade com as IFRS – U.E.

Demonstração dos resultados:

	Trimestre findo em 31 de Março, 2008	Período de 4 de Dezembro a 31 de Dezembro 2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
Volume de negócios.....	142.173	14.363
Custos com aquisição de electricidade	(121)	(158)
Variação nos inventários e custos das matérias primas e consumíveis ..	(931)	(501)
	141.121	13.704
Outros proveitos de exploração.....	19.783	1.749
Fornecimentos e serviços externos.....	(19.844)	(2.927)
Custos com o pessoal.....	(8.475)	(999)
Custos com benefícios aos empregados	(218)	(23)
Outros custos de exploração	(6.865)	(792)
Total dos proveitos/custos de exploração.....	(15.619)	(2.992)
Amortizações do exercício	(45.484)	(6.885)
Compensação de amortizações/subsídios ao investimento	176	468
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	2.363	888
Outros proveitos financeiros.....	4.351	955
Outros custos financeiros.....	(45.026)	(4.924)
Ganhos / (perdas) em associadas	615	203
Resultado antes de impostos.....	42.497	1.417
Imposto sobre os lucros	(11.982)	(47)
Resultado líquido do período	30.515	1.370
Resultado por acção básico e diluído – Euros.....	0,54	1,20

Balanço:

	31 de Março, 2008	31 de Dezembro, 2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
Activo		
Activos fixos tangíveis	5.050.504	4.839.482
Outros activos intangíveis	22.530	22.958
Goodwill.....	1.210.527	1.245.078
Investimentos financeiros em empresas associadas	32.818	32.360
Activos financeiros disponíveis para venda	7.436	7.951
Activos por impostos diferidos.....	16.841	16.719
Devedores e outros activos.....	99.740	100.462
Total dos Activos Não Correntes	6.440.396	6.265.010
Inventários	4.503	39.024
Clientes	81.343	60.885
Devedores e outros activos.....	217.530	99.251
Impostos a receber	104.726	96.835
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	56.261	44.839
Caixa e equivalentes de caixa	186.066	388.492
Activos detidos para venda.....	1.678	2.641
Total dos Activos Correntes	652.107	731.967
Total do Activo	7.092.503	6.996.977
Capitais Próprios		
Capital	2.081.419	18.873
Prémios de emissão de acções	-	1.882.338
Reservas e resultados acumulados	74.984	129.844
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis.....	26.626	1.093
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis	2.183.029	2.032.148
Interesses minoritários.....	71.589	185.587
Total dos Capitais Próprios	2.254.618	2.217.735
Passivo		
Dívida financeira de médio/longo prazo	2.498.147	2.364.629
Benefícios aos empregados	1.214	1.211
Provisões	30.485	22.597
Passivos por impostos diferidos.....	276.218	278.470
Credores e outros passivos.....	1.116.958	1.183.053
Total de Passivos Não Correntes	3.923.022	3.849.960
Dívida Financeira de curto prazo.....	403.021	517.444
Credores e outros passivos.....	483.494	398.193
Impostos a pagar.....	28.348	13.645

Total dos Passivos Correntes.....	914.863	929.282
Total do Passivo.....	4.837.885	4.779.242
Total dos Capitais Próprios e Passivo.....	7.092.503	6.996.977

Informação seleccionada relativa à demonstração dos fluxos de caixa:

	Trimestre findo em 31 de Março,	Período de 4 de Dezembro a 31 de Dezembro
	2008	2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
Fluxos das actividades operacionais.....	88.872	(22.646)
Fluxos das actividades de investimento	(288.514)	(138.531)
Fluxos das actividades de financiamento.....	7.807	270.858
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(191.835)	109.681
Efeito das diferenças de câmbio.....	(10.592)	(269)
Caixa e seus equivalentes no início do período.....	388.492	-
Variação de caixa por entradas no perímetro de consolidação	-	279.080
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período.....	186.066	388.492

EBITDA:

	Trimestre findo em 31 de Março,	Período de 4 de Dezembro a 31 de Dezembro
	2008	2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
EBITDA ⁽⁶⁾	125.502	10.712
Margem EBITDA ⁽⁷⁾	89%	78%

⁽⁶⁾ O EBITDA representa lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Incluiu-se o EBITDA na medida em que este é frequentemente utilizado por determinados investidores, analistas de valores mobiliários e outras partes interessadas na avaliação de empresas similares. Contudo, visto que o cálculo do EBITDA não é efectuado da mesma forma em todas as empresas, a apresentação do EBITDA pela EDP Renováveis poderá não ser comparável no que respeita a valores sob a mesma designação de outras empresas. O EBITDA não é um item reconhecido pelas IFRS e não deverá ser considerado como uma alternativa ao lucro resultante das operações, ao lucro operacional, ou a qualquer outro indicador do desempenho operacional de uma sociedade exigido pelas IFRS. O EBITDA não deverá de modo algum ser comparado ao lucro operacional, ao rendimento líquido ou ao fluxo de caixa resultante das actividades da EDP Renováveis, nem deverá ser utilizado como um indicador de rentabilidade ou liquidez passada ou futura.

⁽⁷⁾ A margem EBITDA corresponde ao EBITDA/lucro bruto (definido como receitas menos custos de vendas).

Informação financeira seleccionada, consolidada e auditada da NEO referente aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, elaborada em conformidade com as IFRS – U.E.

Demonstração dos resultados:

	Ano findo a 31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
Volume de negócios.....	262.506	212.306
Custos com aquisição de electricidade.....	(206)	(156)
Varição nos inventários e custos das matérias-primas e consumíveis....	(19.432)	(34.427)
	<u>242.868</u>	<u>177.723</u>
Outros proveitos de exploração.....	6.097	2.915
Fornecimentos e serviços externos.....	(38.829)	(23.632)
Custos com o pessoal.....	(12.919)	(11.456)
Custos com benefícios aos empregados.....	(96)	(68)
Outros custos de exploração.....	(6.970)	(11.988)
Total dos proveitos/custos de exploração.....	<u>(52.717)</u>	<u>(44.229)</u>
Provisões do exercício.....	-	(27)
Amortizações do exercício.....	(91.196)	(71.139)
Imparidade de activos tangíveis e intangíveis.....	-	(14.134)
Compensação de amortizações/ subsídios ao investimento.....	156	253
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros.....	6.736	39
Outros proveitos financeiros.....	13.457	5.599
Outros custos financeiros.....	(113.691)	(57.929)
Ganhos / (perdas) em associadas.....	3.048	3.763
Resultado antes de impostos.....	<u>8.661</u>	<u>(81)</u>
Imposto sobre os lucros.....	(3.972)	27.788
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação.....	<u>4.689</u>	<u>27.707</u>
Perdas na alienação de operações em descontinuação, líquidas de impostos.....	-	(5.624)
Resultado líquido do exercício.....	<u>4.689</u>	<u>22.083</u>
Resultado por acção básico e diluído – Euros.....	0,70	7,56

Balanço:

	31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Euros)</i>	

Activo		
Activos fixos tangíveis	2.666.280	2.150.708
Outros activos intangíveis	12.617	8.725
Goodwill.....	705.725	504.517
Investimentos financeiros em empresas associadas	30.109	30.737
Outros activos não correntes.....	84.638	44.182
Activos por impostos diferidos.....	16.694	15.913
Total dos Activos Não Correntes	3.516.063	2.754.782
Inventários	39.024	16.202
Clientes	49.215	53.187
Devedores e outros activos.....	8.567	7.131
Impostos a receber	96.725	61.084
Outros activos financeiros correntes.....	74.763	190.902
Caixa e equivalentes de caixa	89.357	115.882
Total dos Activos Correntes	357.651	444.388
Total do Activo	3.873.714	3.199.170
Capitais Próprios		
Capital.....	30.000	28.504
Prémios de emissão de acções	242.159	241.453
Reservas e resultados acumulados	27.512	3.693
Resultado líquido atribuível aos accionistas da NEO.....	2.004	20.070
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da NEO	301.675	293.720
Interesses minoritários.....	65.885	80.184
Total dos Capitais Próprios	367.560	373.904
Passivo		
Dívida financeira de médio/longo prazo	2.364.654	1.391.723
Benefícios aos empregados	1.211	3.753
Provisões	9.008	13.224
Passivos por impostos diferidos.....	278.422	284.256
Credores e outros passivos.....	324.019	114.786
Total de Passivos Não Correntes	2.977.314	1.807.742
Dívida Financeira de curto prazo.....	196.518	792.717
Credores e outros passivos.....	321.594	209.898
Impostos a pagar.....	10.728	14.909
Total dos Passivos Correntes.....	528.840	1.017.524
Total do Passivo.....	3.506.154	2.825.266
Total dos Capitais Próprios e Passivo.....	3.873.714	3.199.170

Informação seleccionada relativa à demonstração dos fluxos de caixa:

	Ano findo em 31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
Fluxos das actividades operacionais.....	117.260	110.101
Fluxos das actividades de investimento	(517.964)	(735.540)
Fluxos das actividades de financiamento.....	374.179	658.680
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(26.525)	33.241
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do exercício	115.882	82.641
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do exercício	89.357	115.882
Operações em descontinuação	-	(2.982)
Caixa e seus equivalentes de caixa de actividades em continuação no fim do exercício	89.357	112.900

EBITDA:

	Ano findo em 31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Euros)</i>	
EBITDA ^(*)	190.151	133.494
Margem EBITDA ^(*)	78%	75%

Informação financeira seleccionada, consolidada e auditada da Horizon referente aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, elaborada em conformidade com as IFRS

Demonstração dos resultados:

	Ano findo em 31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Dólares Americanos)</i>	
Volume de negócios.....	71.107	38.565
Custos com aquisição de electricidade	(263)	(94)
	70.844	38.471
Outros proveitos de exploração.....	20.751	6.491
Fornecimentos e serviços externos.....	(23.042)	(12.982)
Custos com o pessoal.....	(16.766)	(12.734)
Custos com benefícios aos empregados	(1.810)	(709)
Custos com plano de incentivos anteriores à aquisição da EDP	(75.208)	-

^(*) O EBITDA representa lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Incluiu-se o EBITDA na medida em que este é frequentemente utilizado por determinados investidores, analistas de valores mobiliários e outras partes interessadas na avaliação de empresas similares. Contudo, visto que o cálculo do EBITDA não é efectuado da mesma forma em todas as empresas, a apresentação do EBITDA pela EDP Renováveis poderá não ser comparável no que respeita a valores sob a mesma designação de outras empresas. O EBITDA não é um item reconhecido pelas IFRS e não deverá ser considerado como uma alternativa ao lucro resultante das operações, ao lucro operacional, ou a qualquer outro indicador do desempenho operacional de uma sociedade exigido pelas IFRS. O EBITDA não deverá de modo algum ser comparado ao lucro operacional, ao rendimento líquido ou ao fluxo de caixa resultante das actividades da EDP Renováveis, nem deverá ser utilizado como um indicador de rentabilidade ou liquidez passada ou futura.

^(*) A margem EBITDA corresponde ao EBITDA/lucro bruto (definido como receitas menos custos de vendas).

Outros custos de exploração	(8.356)	(6.054)
Total dos proveitos / (custos) de exploração.....	(104.431)	(25.988)
Amortizações do exercício	(38.115)	(16.756)
Imparidade de activos	-	(5.992)
Outros proveitos financeiros.....	11.483	10.763
Outros custos financeiros.....	(13.390)	(1.578)
Ganhos / (perdas) em Associadas.....	(246)	957
Resultado antes de impostos.....	(73.855)	(123)
Imposto sobre os lucros.....	-	-
Resultado líquido do exercício	(73.855)	(123)

Balanço:

	31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Dólares Americanos)</i>	
Activo		
Activos fixos tangíveis	2.637.023	1.210.600
Activos intangíveis.....	18.932	20.982
Investimentos financeiros em empresas associadas	406	1.438
Devedores e outros activos.....	17.130	7.216
Total dos Activos Não Correntes	2.673.491	1.240.236
Cientes	17.277	4.773
Devedores e outros activos.....	33.822	46.670
Caixa e equivalentes de caixa	440.046	56.953
Activos detidos para venda.....	3.887	2.500
Total dos Activos Correntes	495.032	110.896
Total do Activo	3.168.523	1.351.132
Capitais Próprios		
Capital.....	1.532.515	979.807
Reservas e resultados acumulados	19.419	181
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Horizon	(73.855)	(123)
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da Horizon	1.478.079	979.865
Interesses minoritários.....	38	38
Total dos Capitais Próprios	1.478.117	979.903
Passivo		
Dívida financeira de médio/longo prazo	-	230.677
Passivo com investidores institucionais em parques eólicos.....	1.079.451	15.500
Provisões	20.004	5.740

Credores e outros passivos.....	1.359	4.595
Total de Passivos Não Correntes	1.100.814	256.512
Dívida Financeira de curto prazo.....	-	20.879
Dívida a empresas do grupo	497.562	-
Credores e outros passivos.....	92.030	93.838
Total dos Passivos Correntes.....	589.592	114.717
Total do Passivo.....	1.690.406	371.229
Total dos Capitais Próprios e Passivo.....	3.168.523	1.351.132

Informação seleccionada relativa à demonstração dos fluxos de caixa:

	Ano findo em 31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Dólares Americanos)</i>	
Fluxos das actividades operacionais.....	18.904	17.466
Fluxos das actividades de investimento	(1.392.713)	(689.369)
Fluxos das actividades de financiamento.....	1.755.411	685.163
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	381.602	13.260
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.953	43.693
Efeito das diferenças de câmbio.....	1.491	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	440.046	56.953

EBITDA:

	Ano findo em 31 de Dezembro	
	2007	2006
	<i>(Milhares de Dólares Americanos)</i>	
EBITDA ⁽¹⁰⁾	(33.587)	12.483
Margem EBITDA ⁽¹¹⁾	(47%)	32%

⁽¹⁰⁾ O EBITDA representa lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Incluiu-se o EBITDA na medida em que este é frequentemente utilizado por determinados investidores, analistas de valores mobiliários e outras partes interessadas na avaliação de empresas similares. Contudo, visto que o cálculo do EBITDA não é efectuado da mesma forma em todas as empresas, a apresentação do EBITDA pela EDP Renováveis poderá não ser comparável no que respeita a valores sob a mesma designação de outras empresas. O EBITDA não é um item reconhecido pelas IFRS e não deverá ser considerado como uma alternativa ao lucro resultante das operações, ao lucro operacional, ou a qualquer outro indicador do desempenho operacional de uma sociedade exigido pelas IFRS. O EBITDA não deverá de modo algum ser comparado ao lucro operacional, ao rendimento líquido ou ao fluxo de caixa resultante das actividades da EDP Renováveis, nem deverá ser utilizado como um indicador de rentabilidade ou liquidez passada ou futura.

⁽¹¹⁾ A margem EBITDA corresponde ao EBITDA/lucro bruto (definido como receitas menos custos de vendas).

Dados Operacionais Seleccionados da EDP Renováveis

31 de Março de 2008										
Capacidade eólica ⁽¹²⁾	Capacidade instalada	Capacidade em construção	Pipeline							“Prospects”
			Total	% do pipeline		% do pipeline		Nível 3	% do pipeline	
				Nível 1	Nível 2					
<i>(em MW brutos, excepto %)</i>										
Península Ibérica :										
Espanha	1.639	492	3.182	648	20,4	621	19,5	1.913	60,1	2.500
Portugal.....	424	93	578	561	97,1	-	-	17 ⁽¹³⁾	2,9	232
Resto da Europa:										
França e Bélgica ⁽¹⁴⁾ ...	87	59	362	124	34,3	116	32,1	122	33,6	394
Polónia.....	0	-	830	120	14,5	456	54,9	254	30,6	192
América do Norte:										
Estados Unidos.....	1.556	505	11.258	627	5,6	2.813	25,0	7.818	69,4	5.143
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216
Total.....	3.706	1.150	16.210	2.080	12,8	4.006	24,7	10.124	62,5	8.677

31 de Março de 2008							
Capacidade instalada	eólica	Capacidade bruta	% da capacidade bruta total	Capacidade consolidada	% da capacidade consolidada total	Capacidade líquida	% da capacidade líquida total
(em MW, excepto %)							
Península Ibérica :							
Espanha.....		1.639	44,2	1.265	40,8	1.215	39,7
Portugal.....		424	11,4	424	13,7	419	13,7
Resto da Europa:							
França e Bélgica ⁽¹⁵⁾ ..		87	2,3	87	2,8	87	2,8
Polónia.....		0	0	0	0	0	0
América do Norte:							

⁽¹²⁾ Ver “Actividade do Emitente e Oferente – A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica – Medição de capacidade e da produção,” “Actividade do Emitente e Oferente – A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica – Classificação dos projectos em desenvolvimento,” “Actividade do Emitente e Oferente – A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica – Projectos em “pipeline”” e “Actividade do Emitente e Oferente – A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica – Projectos em “prospects”” para uma explicação sobre o modo como a EDP Renováveis procede à classificação da capacidade em diversas categorias e níveis.

⁽¹³⁾ Corresponde à capacidade de dois parques eólicos em Portugal nas fases iniciais de desenvolvimento, relativamente aos quais a DGEG concedeu uma licença de funcionamento que foi subsequentemente revogada por motivos administrativos. A decisão de revogação encontra-se presentemente pendente de decisão judicial.

⁽¹⁴⁾ Não reflecte a capacidade dos parques e projectos eólicos em desenvolvimento em França, adquiridos pela EDP Renováveis em Abril de 2008 ao grupo Eole76, que compreende 35 MW de capacidade instalada bruta, 8 MW de capacidade bruta em construção, 258 MW brutos de projectos em “pipeline” (12 MW brutos em Nível 1, 13 MW brutos em Nível 2 e 232 MW brutos em Nível 3) e 294 MW em projectos em “prospects”.

⁽¹⁵⁾ Não reflecte a capacidade dos parques e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França, adquiridos pela EDP Renováveis em Abril de 2008 ao grupo Eole76, que compreende 35 MW de capacidade instalada bruta.

Estados Unidos ⁽¹⁶⁾ ...	1.556	42	1.321	42,7	1.339	43,8
Total.....	3.706	100%	3.097	100%	3.060	100%

Capacidade instalada	eólica	31 de Dezembro			CAGR %	31 de Março,
		2005	2006	2007	(2005-2007)	2008
		<i>(em MW brutos, excepto %)</i>				
Península Ibérica :						
	Espanha.....	736	1.213	1.639	49,2	1.639
	Portugal.....	215	326	424	40,4	424
Resto da Europa:						
	França e Bélgica.....	0	29	87	205,3 ⁽¹⁷⁾	87 ⁽¹⁸⁾
	Polónia	---	---	---	---	---
América do Norte:						
	Estados Unidos.....	---	---	1.490 ⁽¹⁹⁾	---	1.556 ⁽²⁰⁾
Total.....		951	1.568	3.639	95,6	3.706

Produção de energia eólica	Ano findo em 31 de Dezembro			CAGR %	Trimestre findo em 31 de Março,
	2005	2006	2007	(2005-2007)	2008
	<i>(em GWh consolidado, excepto %)</i>				
Península Ibérica :					
Espanha.....	523	1.419	2.056	98,3	730 ⁽²¹⁾
Portugal.....	349	483	735	45,1	286
Resto da Europa:					
França e Bélgica.....	---	---	119	---	56
Polónia	---	---	---	---	0
América do Norte:					
Estados Unidos.....	---	---	866 ⁽²²⁾	---	960
Total.....	872	1.902	3.776	108,1	2.032

⁽¹⁶⁾ Do total da capacidade instalada da EDP Renováveis nos E.U.A., 52 MW brutos (correspondendo a 52 MW consolidados e 52 MW líquidos) estavam construídos e mecanicamente concluídos mas ainda aguardavam comissionamento em 31 de Março de 2008.

⁽¹⁷⁾ CAGR para o período de 2006-2007.

⁽¹⁸⁾ Não reflecte a capacidade dos parques e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França, adquiridos pela EDP Renováveis em Abril de 2008 ao grupo Eole76, que compreende 35 MW de capacidade instalada bruta.

⁽¹⁹⁾ Destes, 131 MW brutos estavam construídos e mecanicamente concluídos mas ainda não tinham entrado em funcionamento em 31 de Dezembro de 2007.

⁽²⁰⁾ Destes, 52 MW brutos estavam construídos e mecanicamente concluídos mas ainda aguardavam comissionamento em 31 de Março de 2008.

⁽²¹⁾ Não inclui a produção de electricidade relativa aos 102 MW de capacidade instalada bruta do parque eólico de Pebema em Espanha (cuja operação esteve interrompida durante o primeiro trimestre de 2008).

⁽²²⁾ Inclui apenas a electricidade produzida pela Horizon após a aquisição da Horizon pela EDP em Julho de 2007. A produção total consolidada de energia eólica da Horizon no ano findo em 31 de Dezembro de 2007 foi de 1465 GWh consolidados.

Preços médios da electricidade	Ano findo em 31 de Dezembro		CAGR %	Trimestre findo em 31 de Março,
	2006	2007	(2005-2007)	2008
	<i>(em € por MWh consolidado, excepto %)</i>			
Península Ibérica :				
Espanha.....	90,2	78	(13,3 %)	97,6
Portugal.....	91,3	95,8	5,5 %	99,5
Resto da Europa:				
França e Bélgica.....	---	78,6	---	83,9
Polónia	---	---	---	---
	<i>(em dólares americanos por MWh consolidado, excepto %)</i>			
América do Norte:				
Estados Unidos	50,2 ⁽²⁴⁾	49,4 ⁽²⁵⁾	(1,6 %)	49,4

Informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004

O presente capítulo inclui informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, da EDP Renováveis que foi extraída da informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007 e que se encontra anexa ao presente Prospecto da oferta.

A presente informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, foi elaborada apenas para fins ilustrativos e apresenta o balanço consolidado pró-forma e a demonstração dos resultados pró-forma da EDP Renováveis, com base nas demonstrações financeiras auditadas da NEO e da Horizon referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

Para efeitos da preparação das demonstrações financeiras pró-forma sujeitas a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, foram assumidos os seguintes pressupostos:

- que a EDP Renováveis teria sido constituída e iniciado as suas actividades em 1 de Janeiro de 2007;
- que os grupos NEO (em 60%) e Horizon (em 100%) foram consolidados na EDP Renováveis como se tivessem pertencido ao grupo EDP Renováveis desde o dia 1 de Janeiro de 2007;
- que a aquisição da Horizon pelo grupo EDP e da Relax Wind Parks pelo grupo NEO ocorreram em 1 de Janeiro de 2007, sob as mesmas condições históricas;
- não foram consideradas alterações nos ajustamentos históricos de justo valor aos activos e passivos associados às combinações empresariais ocorridas durante 2007;

⁽²³⁾ Os preços médios da electricidade nos E.U.A. são calculados dividindo o volume de negócios (ajustado em relação a quaisquer garantias de preço para a energia em funcionamento que não sejam contabilizadas como receitas) pelos MWhs consolidados gerados.

⁽²⁴⁾ Inclui o preço médio da electricidade praticado pela Horizon antes da aquisição da Horizon pela EDP em Julho de 2007.

⁽²⁵⁾ Inclui o preço médio da electricidade praticado pela Horizon antes da aquisição da Horizon pela EDP em Julho de 2007.

- e) que os financiamentos relativos às aquisições ocorridas durante 2007 teriam sido obtidos nas mesmas condições com referência a 1 de Janeiro de 2007.

A informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, constitui uma situação hipotética e como tal, não representa a informação financeira actual, nem os resultados da EDP Renováveis e não pretende representar quais seriam os resultados operacionais ou a situação financeira da EDP Renováveis caso estes acontecimentos tivessem ocorrido em 1 de Janeiro de 2007, tal como não pretende projectar os resultados operacionais da EDP Renováveis em relação a qualquer período futuro ou a situação financeira da EDP Renováveis em qualquer data futura.

Em resultado do acima exposto a informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, não deve ser lida como um indicador dos resultados operacionais futuros para a actividade combinada do grupo EDP Renováveis e chama-se a atenção dos investidores para o facto de a informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, não constituir por si só uma base suficiente para a tomada da sua decisão de investimento. Ver “Factores de Risco – A informação financeira pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, apresentada neste Prospecto pode não ser um indicativo dos resultados futuros de operações” e “Anexo – Demonstrações Financeiras e Contas Pró - Forma.”

Informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril de 2004, referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007, elaborados em conformidade com as IFRS

Demonstração dos resultados pró-forma:

	Ano findo em 31 de Dezembro de 2007
	(Milhares de Euros)
Volume de negócios.....	315.794
Custos com aquisição de electricidade.....	(398)
Variação nos Inventários e custos de matérias primas e consumíveis	(19.432)
	295.965
Outros proveitos de exploração.....	31.505
Fornecimentos e serviços externos	(56.593)
Custos com o pessoal.....	(25.204)
Custos com benefícios aos empregados	(1.415)
Outros custos de exploração	(14.604)
Total dos proveitos/custos de exploração.....	(66.309)
	229.655
Amortizações do exercício.....	(125.536)

Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros.....	6.736
Outros proveitos financeiros	22.528
Outros custos financeiros.....	(126.812)
Ganhos / perdas em associadas.....	2.869
Resultado antes de impostos.....	9.440
Imposto sobre os lucros	(3.054)
Resultado líquido do exercício.....	6.385
Resultado por acção básico e diluído ⁽²⁶⁾ – Euros	2,13

EBITDA:

	Ano findo em 31 de Dezembro
	<i>(Milhares de Euros)</i>
EBITDA ⁽²⁷⁾	229.655
Margem EBITDA ⁽²⁸⁾	78%

Balanço pró-forma:

	31 de Dezembro de 2007
	<i>(Milhares de Euros)</i>
Activo	
Activos fixos tangíveis	4.835.447
Outros activos intangíveis	22.731
Goodwill.....	1.245.077
Investimentos financeiros em empresas associadas	32.360
Activos financeiros disponíveis para venda	7.879
Activos por impostos diferidos	16.719
Devedores e outros activos.....	98.554
Total dos Activos Não Correntes	6.258.768
Inventários	39.024
Clientes	60.885

⁽²⁶⁾ O cálculo do resultado por acção básico e diluído foi efectuado considerando como número médio de acções o número de acções existentes a 31 de Dezembro de 2007, o qual correspondia a 1.887.298.

⁽²⁷⁾ O EBITDA representa lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Incluiu-se o EBITDA na medida em que este é frequentemente utilizado por determinados investidores, analistas de valores mobiliários e outras partes interessadas na avaliação de empresas similares. Contudo, visto que o cálculo do EBITDA não é efectuado da mesma forma em todas as empresas, a apresentação do EBITDA pela EDP Renováveis poderá não ser comparável no que respeita a valores sob a mesma designação de outras empresas. O EBITDA não é um item reconhecido pelas IFRS e não deverá ser considerado como uma alternativa ao lucro resultante das operações, ao lucro operacional, ou a qualquer outro indicador do desempenho operacional de uma sociedade exigido pelas IFRS. O EBITDA não deverá de modo algum ser comparado ao lucro operacional, ao rendimento líquido ou ao fluxo de caixa resultante das actividades da EDP Renováveis, nem deverá ser utilizado como um indicador de rentabilidade ou liquidez passada ou futura.

⁽²⁸⁾ A margem EBITDA corresponde ao EBITDA/lucro bruto (definido como receitas menos custos de vendas).

Devedores e outros activos.....	99.251
Impostos a receber	96.835
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	44.839
Caixa e equivalentes de caixa	388.492
Activos detidos para venda.....	2.640
Total dos Activos Correntes	731.967
Total do Activo	6.990.735
Capitais Próprios	
Capital	18.873
Prémios de emissão de acções	1.882.338
Reservas e resultados acumulados	131.276
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis	4.021
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis	2.036.508
Interesses minoritários.....	184.465
Total dos Capitais Próprios	2.220.973
Passivo	
Dívida financeira de médio/longo prazo	2.364.629
Benefícios aos empregados	1.211
Provisões	22.597
Passivos por impostos diferidos.....	278.469
Credores e outros passivos.....	1.171.515
Total de Passivos Não Correntes	3.838.421
Dívida Financeira de curto prazo.....	520.491
Credores e outros passivos.....	398.194
Impostos a pagar.....	12.655
Total dos Passivos Correntes	931.340
Total do Passivo	4.769.761
Total dos Capitais Próprios e Passivo	6.990.735

CAPÍTULO 7 – CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

O quadro abaixo apresenta os activos financeiros e a capitalização da EDP Renováveis à data 31 de Março de 2008: (i) numa base actual à data de 31 de Março de 2008, conforme as demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas aquela data (ii) ajustados de acordo com o aumento de capital social da EDP Renováveis deliberado, em 7 de Maio de 2008, mediante a entrada em espécie de € 1.300 milhões relativos a suprimentos prestados à EDP Renováveis, e (iii) ajustados para a Oferta após o aumento de capital e previamente à aplicação das receitas, utilizando, para efeitos exemplificativos, um preço de oferta de € 8,15 por acção (ponto médio do intervalo de preços da Oferta). Os valores são indicados em conformidade com as IFRS. Ver “Motivos da oferta e afectação das receitas” uma descrição do modo como a EDP Renováveis pretende aplicar as receitas provenientes da Oferta.

O quadro abaixo deverá ser consultado em conjugação com os capítulos “Informação Financeira Seleccionada” e “Análise da exploração e da situação financeira do Emitente e Oferente” assim como as demonstrações financeiras e notas relacionadas que se encontram anexas ao presente Prospecto.

Capitalização e endividamento

	31 de Março de 2008		
	Actual	Conforme ajustado pela conversão de suprimentos para o aumento de capital (Milhares de Euros)	Conforme ajustado para a Oferta
Capitais próprios e interesses minoritários			
Capital social	2.081.419	3.381.419	4.508.559
Prémio de emissão.....	0	0	653.744
Reservas e resultados acumulados.....	74.984	74.984	74.984
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis	26.626	26.626	26.626
Interesses Minoritários	71.589	71.589	71.589
Total Capitais Próprios.....	2.254.618	3.554.618	5.335.502
Dívida financeira de curto prazo.....	403.021	323.046	323.046
Dívida financeira a médio e longo prazo.....	2.498.147	1.278.122	1.278.122
Dívida financeira total.....	2.901.168	1.601.168	1.601.168
Passivo resultante de Estruturas de Parceria com investidores institucionais em parques eólicos nos E.U.A.	678.389	678.389	678.389
Capitalização Total.....	5.834.175	5.834.175	7.615.059

A dívida financeira, a 31 de Março de 2008, inclui 16,8 milhões de Euros, sobre os quais foram emitidas garantias financeiras pela EDP, bem como financiamentos contratados em regime de “project

finance” que totalizavam, a 31 de Março de 2008, 487,6 milhões de Euros, dos quais 38,4 milhões de Euros vencem em prazo inferior a um ano (sendo a restante dívida de médio e longo prazo), e cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos.

Da dívida financeira total, 2.375,6 milhões de Euros foram obtidos junto de entidades relacionadas pertencentes ao Grupo EDP.

Imediatamente antes da Oferta, a EDP Renováveis tinha emitidas 676.283.856 Acções. Com a conclusão da Oferta, a EDP Renováveis terá emitidas (i) 872.308.162 acções, assumindo o não exercício integral do Lote Suplementar de Acções, ou (ii) 901.711.808 Acções, assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções.

Endividamento Líquido

31 de Março de 2008

	Actual	Conforme ajustado pela conversão de suplementos para o aumento de capital (Milhares de Euros)	Conforme ajustado para a Oferta
A. Caixa e seus equivalentes	186.066	186.066	1.966.950
B. Liquidez (A)	186.066	186.066	1.966.950
C. Dívida ao Grupo EDP curto prazo	326.631	246.656	246.656
D. Empréstimos bancários curto prazo	76.390	76.390	76.390
E. Dívida corrente (C+D)	403.021	323.046	323.046
F. Dívida financeira líquida corrente (E-B)	216.955	136.980	(1.643.904)
G. Dívida ao Grupo EDP médio e longo prazo	2.048.947	828.922	828.922
H. Empréstimos bancários médio e longo prazo	449.200	449.200	449.200
I. Dívida financeira não corrente (G+H)	2.498.147	1.278.122	1.278.122
J. Dívida financeira líquida (F+I)	2.715.102	1.415.102	(365.782)
k. Passivo resultante de Estruturas de Parceria com investidores institucionais em parques eólicos nos E.U.A.	678.389	678.389	678.389

CAPÍTULO 8 – DESCRIÇÃO DA OFERTA

8.1 Informação Relativa aos Valores Mobiliários a Oferecer/Admitir à Negociação

8.1.1 Tipo e categoria dos valores mobiliários

Os valores mobiliários objecto da Oferta são um máximo de 225.427.952 Acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 5 Euros cada uma, representativas de até 25% do capital social da EDP Renováveis, após o Aumento de Capital.

A Oferta será dividida entre uma Oferta Pública de Subscrição, tendo por objecto um máximo de 45.085.590 Acções e uma Venda Institucional na qual serão alienadas até um máximo de 180.342.362 Acções (asumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”)).

A Oferta Pública de Subscrição é dirigida a Trabalhadores do Grupo EDP, aos Accionistas da EDP e ao público em geral, ao passo que a Venda Institucional compreende a oferta de Acções a um conjunto de investidores qualificados seleccionados pela EDP Renováveis e pelo Sindicato de Venda Institucional, sem prejuízo dos mecanismos de comunicabilidade adiante descritos.

Poderá ainda ser contratada com o Sindicato de Venda Institucional a subscrição de um Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”) a emitir pela EDP Renováveis, caso tal se revele necessário para assegurar os compromissos assumidos pelos mesmos na colocação de Acções no âmbito da Venda Institucional.

8.1.2. Legislação ao abrigo da qual os títulos foram criados

Todas as Acções a serem subscritas nos termos da Oferta foram criadas nos termos da legislação espanhola aplicável, tendo o seu registo sob a forma de representação escritural sido realizada junto da Interbolsa de acordo com a legislação portuguesa aplicável.

8.1.3. Modalidades e formas de representação dos valores mobiliários

As Acções são ordinárias, nominativas e escriturais. O código ISIN das Acções representativas do capital social actualmente existentes é o ES0127797019. Após a respectiva admissão à negociação, as Acções representativas do capital social da EDP Renováveis terão o mesmo código ISIN, podendo as Acções oferecidas aos Trabalhadores do Grupo EDP vir a ter um código ISIN autónomo.

A entrega das Acções aos investidores que participem na Oferta será efectuada através da inscrição das Acções nas contas de registo individualizado de valores mobiliários da titularidade dos respectivos adquirentes, domiciliadas junto de intermediários financeiros legalmente habilitados para prestar a actividade de registo e depósito de valores mobiliários escriturais e que tenham conta aberta junto da CVM.

A CVM é gerida pela Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. que tem a sua morada na Avenida da Boavista, 3433, no Porto.

Serão admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon um máximo de 901.711.808 Acções, correspondentes ao código ISIN ES0127797019 que serão transaccionadas sob o símbolo EDPR. As

Acções adquiridas pelos Trabalhadores do Grupo EDP apenas poderão ser admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon após o decurso do período de indisponibilidade.

8.1.4. Moeda em que os valores mobiliários são emitidos

As Acções encontram-se denominadas em Euro.

8.1.5. Direitos, incluindo eventuais restrições dos mesmos, inerentes aos valores mobiliários e o procedimento a observar para o exercício desses direitos

Todas as Acções da EDP Renováveis são da mesma categoria. Nos termos da *Ley de Sociedades Anónimas* espanhola, aprovada pelo Real Decreto 1564/1989, de 22 de Dezembro de 1989 (a “*Ley de Sociedades Anónimas*”) e dos estatutos da EDP Renováveis o detentor de uma acção adquire a condição de accionista com todos os direitos e as obrigações inerentes estabelecidos na *Ley de Sociedades Anónimas* e nos estatutos da EDP Renováveis. Os direitos mais importantes inerentes às Acções podem ser sumariados da seguinte forma: o direito de participação nos dividendos, o direito a obter informação geral relacionada com quaisquer matérias a serem discutidas nas assembleias gerais, os direitos gerais de comparência, direitos de voto e de impugnação de deliberações sociais, o direito de preferência no caso de aumentos de capital e o direito de participar nas distribuições no caso de dissolução da EDP Renováveis.

Além disso, é necessário atender ao facto de a detenção ou a titularidade de uma ou mais Acções na EDP Renováveis implicar uma conformação absoluta do accionista com o conteúdo dos estatutos. Adicionalmente, a titularidade de uma acção implica a conformação com os contratos celebrados pelos órgãos societários da EDP Renováveis, e o respeito pelos poderes concedidos ao mesmos, sem prejuízo do direito a contestação.

Para uma informação mais detalhada sobre os direitos e restrições inerentes às Acções Ver “15.3 – Estatutos e Legislação”. No que respeita ao regime fiscal aplicável à titularidade e transmissão das Acções Ver “Capítulo 9 – Regime Fiscal”.

8.1.6. Declaração sobre as deliberações, autorizações e aprovações ao abrigo das quais os valores mobiliários irão ser oferecidos

As principais deliberações aprovadas pela EDP Renováveis em relação à Oferta são as seguintes:

- a) Em 13 de Maio de 2008, a assembleia geral da EDP Renováveis aprovou aumentar o capital social da Sociedade num montante nominal de até €1.127.139.760, através da emissão de até 225.427.952 Acções. Este aumento de capital social deverá ser efectuado em 3 tranches, a primeira destinada aos segmentos da Oferta dirigidos aos Trabalhadores do Grupo EDP (Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP), aos Accionistas da EDP (Segmento B – Accionistas da EDP) e ao público em geral (Segmento C – publico em geral), a segunda destinada à liquidação física da Venda Institucional e a terceira, destinada à liquidação física do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”). Nessa assembleia geral, foi igualmente aprovado o pedido de admissão à negociação das Acções representativas do capital social da EDP Renováveis no Eurolist by Euronext Lisbon e o conselho de administração da EDP Renováveis foi autorizado a fixar os termos e condições concretos relativos (i) à Oferta e (ii) ao aumento do capital social. Foi ainda deliberado que, no caso de uma subscrição incompleta, o aumento de capital poderia ser executado no montante efectivamente subscrito, alterando-se os estatutos da EDP Renováveis em conformidade. De forma a viabilizar a realização de uma Oferta dirigida a investidores de retalho e institucionais, os accionistas da EDP Renováveis

renunciaram, na mesma assembleia geral, ao direito de preferência na subscrição de Acções.

- b) Em 13 de Maio de 2008, o conselho de administração da EDP Renováveis, em execução da deliberação da assembleia geral relativa à Oferta e ao aumento de capital, aprovou:
- i) O Prospecto da Oferta Pública de Subscrição e de Admissão à Negociação no Eurolist by Euronext Lisbon e o International Offering Memorandum;
 - ii) O aumento do capital social da Sociedade num montante de até 1.127.139.760 Euros, através da emissão de até 225.427.952 Acções, o qual deverá ser efectuado em 3 tranches, a primeira destinada à liquidação física dos segmentos da Oferta dirigidos aos Trabalhadores do Grupo EDP (Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP), aos Accionistas da EDP (Segmento B – Accionistas da EDP) e ao público em geral (Segmento C – publico em geral), a segunda destinada à liquidação física da Venda Institucional e a terceira, destinada à liquidação física do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”); e
 - iii) No caso de uma subscrição incompleta, que o aumento de capital social poderia ser executado no montante efectivamente subscrito, alterando-se os estatutos da EDP Renováveis em conformidade.

Na mesma deliberação foram ainda delegados a favor da Sra. Dra. Ana Maria Machado Fernandes, do Sr. Dr. João Manuel Manso Neto, do Sr. Eng. Nuno Maria Pestana de Almeida Alves, do Sr. Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia e do Sr. Eng. António Fernando Melo Martins da Costa os seguintes poderes em relação à Oferta e ao aumento de capital:

- i) Fixar as condições do aumento de capital não determinadas pelo conselho de administração;
 - ii) Executar o aumento de capital acordado;
 - iii) Dar nova redacção ao artigo 5.º dos estatutos da Sociedade relativo ao capital social; e
 - iv) Fixar as condições da Oferta em tudo o que não estiver previsto.
- c) Em 14 de Maio de 2008, o conselho de administração da EDP Renováveis aprovou a seguinte deliberação em relação à Oferta:
- O preço das novas Acções emitidas em virtude do aumento de capital teriam para as três tranches o valor nominal de 5 Euros cada uma, ficando o prémio de emissão situado entre 2,40 Euros e 3,90 Euros para a tranche destinada à liquidação física dos segmentos da Oferta dirigidos aos Trabalhadores do Grupo EDP (sem prejuízo do desconto de 5% aplicável ao Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP), aos Accionistas da EDP e ao público em geral, entre 2,40 Euros e 3,90 Euros para a tranche destinada à liquidação física da Venda Institucional e para a tranche destinada à liquidação física do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”), o que implica um preço a pagar por acção, incluindo valor nominal e prémio de emissão, entre 7,40 Euros e 8,90 Euros para cada uma das tranches.

O Emitente e Oferente declara que a Oferta se encontra conforme às deliberações supra referidas.

8.1.7. Eventuais restrições à livre transmissão e oneração das Acções

Nos termos da *Ley de Sociedades Anónimas*, não existem restrições à transmissão e oneração das Acções.

Não obstante o acima mencionado é necessário atender ao facto de que em circunstâncias excepcionais pode existir a necessidade de obter uma autorização prévia com vista a prosseguir uma aquisição das Acções nos termos de legislação especial espanhola do sector energético.

Nos termos do disposto na disposição adicional 11 da Lei 34/1998, de 7 de Outubro sobre Hidrocarbonetos, a aquisição de participações sociais de valor superior a 10% ou qualquer outra que implique o exercício de uma influência significativa na EDP Renováveis, pode ser sujeita a uma autorização prévia da Comissão Nacional de Energia Espanhola (*“Comisión Nacional de la Energía”*). As autorizações apenas podem ser rejeitadas no caso das referidas aquisições implicarem um risco significativo ou um efeito negativo em certas actividades prosseguidas pela EDP Renováveis. As autorizações podem ser concedidas se os adquirentes cumprirem com certas condições de modo a evitar os riscos significativos e os efeitos negativos acima referidos.

Certas aquisições de participações sociais na EDP Renováveis podem ser afectadas por uma suspensão dos direitos de voto ou dos direitos de natureza política inerentes às Acções, tais como:

- a) de acordo com a disposição adicional 27 da Lei 55/1999 de 29 de Dezembro, com as alterações da Lei 62/2003 de 30 de Dezembro, quando uma entidade pública (que, de acordo com a Disposição Adicional 27 da Lei 55/1999, deve entender-se de forma ampla, na medida em que incluiu qualquer tipo de entidade de natureza ou capitais públicos e, bem assim, as entidades privadas controladas, ou participadas maioritariamente, pela Administração Pública, independentemente da forma jurídica que umas e outras adoptem) adquire, directa ou indirectamente, uma participação social de, pelo menos, 3% na EDP Renováveis, os direitos de natureza política correspondentes à referida participação social serão automaticamente suspensos enquanto o Governo Espanhol analisa a aquisição ⁽²⁹⁾. O exercício de direitos de voto pode ser autorizado pelo Governo Espanhol, com ou sem condições. Muito recentemente, o Supremo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias declarou que a disposição adicional 27 viola o direito europeu, no entanto a disposição 27 ainda não foi revogada.
- b) a secção 34 do Real Decreto 6/2000 de 23 de Junho, visa regular (i) a aquisição de participações sociais qualificadas (3% ou mais) por operadores principais em outros operadores principais do mesmo mercado ou sector, (ii) assim como as aquisições de participações qualificadas pelo mesmo sujeito (singular ou colectivo) em mais do que um operador principal. No caso de operadores principais adquirirem participações sociais qualificadas em outros operadores principais, os direitos de voto correspondentes a essas participações sociais são suspensos automaticamente assim como a capacidade de nomear administradores. De modo semelhante, se um sujeito adquirir participações sociais significativas em dois ou mais operadores principais, o referido sujeito apenas poderá votar e nomear administradores em um dos principais operadores. Estas restrições podem ser revogadas pela Comissão Nacional de Energia Espanhola (*“Comisión Nacional de la Energía”*).

Para além do referido nos parágrafos acima, existe ainda um mecanismo de bloqueio de Acções (*“lock-up”*) previsto no Contrato de Venda Institucional. Ver ponto 8.4, “Acordo de Lock – Up”

As Acções subscritas por Trabalhadores do Grupo EDP ficarão sujeitas a um regime de

⁽²⁹⁾ A aquisição é apreciada no âmbito de um procedimento instruído pela Secretaria Geral de Energia (*“Secretaría General de la Energía”*) do qual é dado conhecimento à Comissão Nacional de Energia Espanhola (*“Comisión Nacional de la Energía”*) e à Comissão Delegada do Governo para Assuntos Económicos (*“Comisión Delegada del Gobierno para Asuntos Económicos”*) e deliberada em Conselho de Ministros. O procedimento dura, em regra, cerca de dois meses e destina-se a atribuir ao accionista a permissão para o exercício dos direitos políticos inerentes à sua participação social, cujo exercício foi imediatamente suspenso na data de aquisição da mesma. A deliberação do Conselho de Ministros deve orientar-se por princípios de objectividade, transparência, equidade e deve ter em consideração o equilíbrio e bom funcionamento dos mercados e do sistema energético.

indisponibilidade quanto à sua transmissão ou oneração, por um prazo de 45 dias, a contar da data da Sessão Especial de Mercado Regulamentado destinada ao apuramento dos resultados da Oferta Pública de Subscrição.

8.1.8. Eventuais ofertas públicas de aquisição obrigatórias

O regime jurídico a que a EDP Renováveis ficará sujeita, após a admissão das Acções à negociação em mercado regulamentado, em relação à matéria das ofertas públicas de aquisição obrigatórias decorre da Directiva 2004/25/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa às ofertas públicas de aquisição (Directiva das OPA) e da respectiva legislação de implementação, designadamente, o disposto nos artigos 108.º e 145.º – A do Cód.VM, na Lei 24/1988, sobre o Mercado de Valores Mobiliários, com data de 28 de Julho de 1988 e no Real Decreto 1066/2007, com data de 27 de Julho de 2007 que transpõe a Directiva das OPA.

De acordo com a Directiva das OPA e legislação de implementação, as matérias respeitantes à imputação de direitos de voto, à informação que deverá ser dada aos trabalhadores da EDP Renováveis, aos limites relevantes para efeitos de constituição do dever de lançamento de OPA, às excepções à obrigação de lançamento de OPA, assim como às condições nos termos das quais o órgão de administração pode efectuar medidas susceptíveis de distorcer o desenvolvimento da oferta pública de aquisição são reguladas pela lei espanhola, encontrando-se estabelecidas no código espanhol de ofertas públicas de aquisição contido principalmente na Lei 24/1988, sobre o Mercado de Valores Mobiliários, datada de 28 de Julho de 1988, e no Real Decreto 1066/2007, datado de 27 de Julho de 2007, que transpõe para o direito espanhol a Directiva das Ofertas Públicas de Aquisição (Directiva n.º 2004/25/CE).

De acordo com o referido código espanhol de ofertas públicas de aquisição, caso uma pessoa (singular ou colectiva) assuma o controlo de uma sociedade cotada (quer por meio de aquisição de acções na sociedade, de valores mobiliários que confirmem directa ou indirectamente direitos de voto na sociedade, ou através da celebração de acordos parassociais com detentores de valores mobiliários) fica constituída no dever de lançamento de uma oferta pública de aquisição.

Considera-se que uma pessoa obteve o controlo de uma sociedade visada, de modo individual ou conjuntamente com partes concertadas, sempre que:

- a) adquire, directa ou indirectamente, uma percentagem de direitos de voto igual ou superior a 30% da sociedade visada; ou
- b) adquire uma percentagem inferior a 30% dos direitos de voto e nomeia, nos 24 meses seguintes à data de aquisição dessa percentagem, um número de administradores que, conjuntamente com os já nomeados (se algum), representa mais de metade dos membros do órgão de administração da sociedade visada.

O código espanhol de ofertas públicas de aquisição prevê que os administradores são considerados como tendo sido nomeados pelo oferente ou por partes concertadas, salvo existindo prova em contrário, sempre que:

- a) o administrador tenha sido nomeado pelo detentor dos valores mobiliários na sociedade visada ou pela entidade que faça parte do mesmo grupo, em virtude do direito de nomear administradores;
- b) os administradores nomeados sejam actualmente executivos de topo, trabalhadores ou prestadores de serviços do detentor dos valores mobiliários na sociedade visada ou por qualquer entidade que faça parte do mesmo grupo;

- c) durante os doze meses anteriores à nomeação, os administradores nomeados tenham sido executivos, trabalhadores ou prestadores de serviços do detentor de valores mobiliários na sociedade visada ou de qualquer entidade que faça parte do mesmo grupo;
- d) a deliberação que tenha aprovado a nomeação do administrador não pudesse ter sido aprovada, não fora os votos do detentor de valores mobiliários na sociedade visada, da entidade que faça parte do mesmo grupo ou dos administradores nomeados anteriormente pelo referido detentor;
- e) o administrador nomeado seja o detentor de valores mobiliários na sociedade visada ou na entidade que faça parte do mesmo grupo; ou
- f) nos termos da documentação relevante da sociedade visada ou do detentor de valores mobiliários na sociedade visada, fique claro que o administrador nomeado foi nomeado por quem represente o detentor de valores mobiliários na sociedade visada.

Sem prejuízo de requisitos adicionais que possam ser estabelecidos pela legislação de direito do trabalho, o código espanhol de ofertas públicas de aquisição determina que a administração ou os órgãos de gestão da sociedade alvo assim como o oferente devem:

- a) informar o representante dos trabalhadores acerca da oferta pública de aquisição assim que esta se tenha tornado pública;
- b) fornecer um prospecto da oferta pública de aquisição ao representante dos trabalhadores assim que esta se tenha sido tornado público; e
- c) disponibilizar aos representantes de trabalhadores o prospecto da oferta pública de aquisição e documentos relacionados assim que esta tenha sido tornada pública.

A CNMV pode isentar a pessoa que esteja obrigada a lançar a oferta pública de aquisição obrigatória desse dever quando um terceiro seja detentor de direitos de voto iguais ou superiores aos detidos pelo obrigado (de modo individual ou conjuntamente com partes concertadas). Nesse caso, esta exceção fica sujeita à condição de que o terceiro não reduza a sua participação na sociedade visada abaixo da participação detida pelo obrigado ou de que o obrigado não nomeie mais de metade dos membros do órgão de administração da sociedade visada. A possibilidade de utilização desta exceção depende de requerimento da parte interessada junto da CNMV e deve igualmente ser comunicada à sociedade visada. Uma vez efectuado o pedido, a sociedade visada dispõe de três dias úteis para apresentar os seus comentários à CNMV. A CNMV deve notificar e publicar a sua decisão em dez dias úteis contados da entrada do pedido ou do registo junto da CNMV dos documentos e informação consideradas adequadas.

O código espanhol de ofertas públicas de aquisição consagra ainda um número de excepções ao lançamento de uma oferta pública obrigatória que podem ser sumariadas nos seguintes termos:

- a) aquisições, alocações e transacções levadas a cabo por instituições públicas espanholas específicas no exercício das suas funções (por exemplo, *Fondos de Garantía de Depósitos en Establecimientos Bancarios*, *Cajas de Ahorro*, *Cooperativas de Crédito*, *Fondo de Garantía de Inversiones* e o *Consortio de Compensación de Seguros*);
- b) aquisições e transacções executadas ao abrigo da legislação espanhola relativa a expropriações e as que derivem do exercício de poderes públicos pelas autoridades competentes, nos termos da legislação em vigor;
- c) sempre que todos os detentores de valores mobiliários da sociedade visada acordem unanimemente na venda ou “*swap*”, total ou parcial, dos seus valores mobiliários ou renunciem à venda ou “*swap*” no decurso da oferta pública de aquisição;
- d) aquisições ou outras transacções resultantes da conversão ou capitalização de empréstimos de

sociedades cotadas cuja viabilidade financeira se encontre perante problemas sérios e iminentes, desde que estas transacções tenham sido concebidas para garantir a recuperação financeira da sociedade a longo prazo;

- e) certas aquisições (“*inter vivos*” ou “*mortis causa*”) sem carácter oneroso (por exemplo, testamentos e doações), desde que o adquirente nas aquisições “*inter vivos*” não tenha adquirido acções ou outros valores mobiliários na sociedade visada que garantam o direito de adquirir acções ou valores mobiliários nos doze meses anteriores e que não exista qualquer acordo ou concertação com o transmitente;
- f) relações de domínio alcançadas após uma oferta pública de aquisição voluntária na qual a oferta foi feita a um preço equitativo ou que tenha sido aceite por detentores de valores mobiliários a quem a oferta tenha sido dirigida e que representem mais de 50% dos direitos de voto (excluindo os valores mobiliários detidos ou controlados pelo oferente no momento do lançamento da oferta pública de aquisição);
- g) relações de domínio alcançadas no caso de fusão desde que todas as seguintes condições se encontrem reunidas: o accionista que tenha alcançado o controlo da sociedade visada não vote a favor da fusão e possa ser provado que a fusão tem um objectivo principal de natureza industrial ou comercial que não a obtenção do controlo da sociedade visada.

Em relação às condições nos termos das quais o órgão de administração de uma sociedade com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado pode iniciar medidas que podem distorcer o desenvolvimento de uma oferta pública de aquisição, o código espanhol das ofertas públicas de aquisição, estabelece as seguintes normas:

- a) existe uma proibição geral aplicável desde o anúncio de uma oferta pública de aquisição até à publicação dos seus resultados, nos termos da qual a administração e os órgãos de gestão da sociedade alvo, comissões, membros de quaisquer comissões, representantes, entidades que formem parte do mesmo grupo e quaisquer partes concertadas, devem obter autorização prévia da assembleia geral da sociedade alvo, antes de poderem tomar quaisquer medidas (outras que não a procura de oferentes adicionais) que possam distorcer o sucesso da oferta. Especialmente, o código das ofertas públicas de aquisição espanhol enuncia os seguintes exemplos não exaustivos de medidas que não podem ser tomadas pela sociedade alvo: decidir ou iniciar quaisquer emissões de valores mobiliários que possam frustrar o sucesso da oferta, promover ou realizar (seja directa ou indirectamente) transacções sobre valores mobiliários que possam frustrar o sucesso da oferta, penhorar, realizar a venda ou locação de bens imóveis ou outros activos da sociedade alvo, distribuir dividendos extraordinários ou quaisquer remunerações que não sigam a política geral da sociedade alvo com excepção daquelas decisões previamente tomadas pelos órgãos sociais competentes e tornadas públicas;
- b) a assembleia geral da sociedade alvo tem de aprovar e confirmar as decisões não implementadas (seja no todo ou em parte) que não estão circunscritas ao normal decurso da actividade da sociedade alvo e que são aptas de frustrar o sucesso da oferta;
- c) sujeito à autorização da sociedade alvo, a ser prestada no período de 18 meses contado da data do anúncio da oferta pública de aquisição, o conselho de administração da sociedade alvo será isento da norma que proíbe a tomada de medidas de frustração contra um oferente estrangeiro cujo conselho de administração não esteja sujeito a uma norma de passividade semelhante; e
- d) as medidas defensivas incluídas no contrato de sociedade de uma sociedade anónima e as restrições à transmissão e aos direitos de voto incluídas num contrato celebrado entre os accionistas de uma sociedade anónima permanecerão inalterados sempre que a sociedade é alvo de uma oferta pública de aquisição, salvo deliberação dos accionistas em sentido contrário

(caso em que, normalmente, qualquer accionista cujos direito sejam diluídos ou afectados negativamente terão direito a uma compensação a cargo da sociedade alvo).

A oferta pública de aquisição obrigatória tem de ser endereçada a:

- a) todos os accionistas da sociedade alvo, incluindo os detentores de acções sem direito de voto que à data de lançamento da oferta gozem de direitos de voto em virtude da lei espanhola em vigor; e
- b) todos os detentores de obrigações convertíveis e permutáveis e direitos de subscrição.

O oferente não é obrigado a estender a oferta a detentores de “*warrants*”, instrumentos financeiros e valores mobiliários (que podem conceder a opção de adquirir ou subscrever acções na sociedade alvo) que não sejam acções, obrigações convertíveis e permutáveis e direitos de subscrição.

No entanto, sempre que o oferente tenha alargado a oferta pública a quaisquer detentores de instrumentos financeiros e valores mobiliários que não sejam acções, obrigações convertíveis e permutáveis, é desencadeada a obrigação do oferente de estender a oferta pública a todos os detentores de tais instrumentos financeiros e valores mobiliários.

Segundo a Directiva das OPA e legislação de implementação, a CNMV será a autoridade competente para autorizar a utilização das excepções indicadas, devendo adoptar a sua decisão no prazo de quinze dias contados a partir da submissão à CNMV do pedido de isenção pelo accionista relevante.

Por outro lado e igualmente de acordo com a Directiva das OPA e legislação de implementação as matérias relativas à contrapartida proposta ou obrigatória, ao processamento da oferta, ao conteúdo e registo do prospecto da oferta e à divulgação da oferta encontram-se submetidas às regras estabelecidas no direito nacional, em particular no Cód.VM e no Regulamento da CMVM n.º 3/2006.

Nos termos do disposto no artigo 177.º do Cód.VM, a contrapartida de uma OPA pode consistir em dinheiro, em valores mobiliários, emitidos ou a emitir, ou ser mista. Quando a contrapartida oferecida consista em dinheiro, o oferente deve, previamente ao registo da OPA, depositar o seu montante total junto de uma instituição de crédito ou apresentar uma garantia bancária adequada para o efeito.

Por seu turno, a contrapartida oferecida apenas pode consistir em valores mobiliários, na medida em que apresentem adequada liquidez e sejam de fácil avaliação. Em conformidade com o disposto no artigo 15.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2006, antes do registo de oferta pública de aquisição em que a contrapartida inclua valores mobiliários a emitir por entidade diferente do oferente, este deve assegurar a emissão dos valores mobiliários que compõem a contrapartida.

No caso de uma oferta pública de aquisição obrigatória, a contrapartida não pode ser inferior ao mais elevado dos seguintes montantes:

- a) o maior preço pago pelo oferente, ou por qualquer das pessoas que, em relação a ele, estejam em alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, pela aquisição de valores mobiliários da mesma categoria, nos seis meses imediatamente anteriores à data da publicação do anúncio preliminar da OPA;
- b) o preço médio ponderado desses valores mobiliários apurado em mercado regulamentado durante o mesmo período.

Todavia, se a contrapartida não puder ser determinada por recurso aos critérios acima indicados ou

se a CMVM entender que a contrapartida, em dinheiro ou em valores mobiliários, proposta pelo oferente não se encontra devidamente justificada ou não é equitativa, por ser insuficiente ou excessiva, a contrapartida mínima será fixada a expensas do oferente por auditor independente designado pela CMVM.

Nos termos do número 3 do artigo 188.º do Cód.VM, a contrapartida, em dinheiro ou em valores mobiliários, proposta pelo oferente de uma OPA obrigatória presume-se não equitativa se:

- a) o preço mais elevado tiver sido fixado mediante acordo entre o adquirente e o alienante através de negociação particular;
- b) os valores mobiliários em causa apresentarem liquidez reduzida por referência ao mercado regulamentado em que se encontrem admitidos à negociação;
- c) tiver sido fixada com base no preço de mercado dos valores mobiliários em causa e aquele ou o mercado regulamentado em que se encontrem admitidos à negociação tiverem sido afectados por acontecimentos excepcionais.

A contrapartida na OPA obrigatória pode consistir em dinheiro ou em valores mobiliários. Porém, apenas se admite a entrega de valores mobiliários em contrapartida desde que se encontrem preenchidas duas condições cumulativas: (i) os valores mobiliários oferecidos como contrapartida sejam do mesmo tipo dos que são objecto da OPA; (ii) esses valores mobiliários encontrem-se admitidos ou sejam da mesma categoria de valores mobiliários de comprovada liquidez admitidos à negociação em mercado regulamentado. Porém, independentemente de se encontrarem verificadas as referidas condições, se o oferente ou pessoas que se encontrem em alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM tiverem adquirido, nos 6 meses anteriores ao anúncio preliminar e até ao encerramento da OPA, quaisquer acções representativas do capital social da sociedade visada com pagamento em dinheiro, deverá ser oferecida contrapartida equivalente em dinheiro.

Atendendo ao impacto que as transacções sobre acções representativas do capital social da sociedade visada pode assumir na contrapartida de uma OPA, importa considerar que, no contexto de ofertas públicas de aquisição, as regras estabelecidas no artigo 180.º do Cód.VM para a negociação de acções na sociedade alvo são as seguintes:

- a) o oferente e as pessoas que com este estejam em qualquer das situações previstas no artigo 20.º Cód.VM, não podem negociar fora de bolsa valores mobiliários objecto da OPA ou que integrem a contrapartida oferecida, salvo se forem autorizados pela CMVM, com parecer prévio da sociedade visada;
- b) o oferente e as pessoas que com o oferente estejam em qualquer das situações previstas no artigo 20.º do Cód.VM deverão informar diariamente a CMVM sobre as transacções realizadas;
- c) sem prejuízo das limitações referidas e da obrigação de informação, o oferente é livre de adquirir e alienar, em mercado regulamentado, valores mobiliários objecto da OPA.

No entanto, encontrando-se a OPA sujeita à condição de aquisição de uma quantidade ou percentagem mínima de valores mobiliários, todas as aquisições de valores mobiliários que o oferente e as pessoas que com este estejam em qualquer das situações previstas no artigo 20.º Cód.VM realizem após o anúncio preliminar serão imputadas no cálculo da quantidade mínima que aquele se propõe adquirir, como se de aquisições realizadas na oferta se tratassem.

Por último, a CMVM dispõe de competência para determinar a revisão da contrapartida de OPA voluntária se, por efeito de aquisições realizadas na pendência da oferta, a contrapartida inicial não se mostrar equitativa. Tratando-se de OPA obrigatória, o oferente encontra-se vinculado a aumentar a

contrapartida para valor não inferior ao preço mais alto pago pelos valores mobiliários adquiridos.

O oferente, a sociedade visada, os seus accionistas e os titulares dos órgãos sociais, bem como todos os prestadores de serviços a título permanente ou ocasional devem guardar segredo sobre a preparação da OPA até à publicação do respectivo anúncio preliminar.

O anúncio preliminar constitui o elemento informativo que dá início ao processo da oferta pública de aquisição, devendo o oferente, após a tomada da decisão de lançamento de uma OPA, comunicar à CMVM, à sociedade visada e às entidades gestoras dos mercados regulamentados em que os valores mobiliários se encontrem admitidos à negociação pelo oferente e proceder de imediato à respectiva publicação.

Para além do anúncio preliminar, a instrução do pedido de lançamento de oferta pública de aquisição e de registo do respectivo prospecto é realizada com os projectos de anúncio de lançamento e de projecto de prospecto, o último dos quais segue a estrutura geral extabelecida no artigo 19.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2006, o comprovativo do depósito da contrapartida e/ou de bloqueio dos valores mobiliários emitidos que constituam a contrapartida.

8.1.9. Ofertas públicas de aquisição lançadas por terceiros durante o último exercício e o exercício em curso

Não foram lançadas por terceiros quaisquer ofertas públicas de aquisição sobre as Acções representativas do capital social do Emitente e Oferente durante o último exercício e/ou durante o exercício em curso.

8.2. Condições da Oferta

8.2.1. Condições, estatísticas da Oferta, calendário previsto e modalidades de subscrição

Condições, estatísticas da Oferta, calendário previsto e modalidades de subscrição

A Oferta Pública de Subscrição é parte integrante da Oferta que visa a dispersão de um máximo de 45.085.590 Acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, representativas de 5% do capital social da EDP Renováveis após o Aumento de Capital e posterior admissão à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon das Acções representativas da totalidade do capital social da EDP Renováveis.

A Oferta integra:

- a) uma Oferta Pública de Subscrição de 45.085.590 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, dirigida a Trabalhadores do Grupo EDP a Accionistas da EDP e ao público em geral, e
- b) uma Venda Institucional de um máximo de 180.342.362 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, dirigida a investidores qualificados nos mercados nacional e internacional (assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”)).

Não existe garantia da integral colocação da emissão de acções no âmbito da OPS, pelo que, no caso de não ser totalmente subscrita e conforme deliberado pela assembleia geral de accionistas da EDP Renováveis realizada em 13 de Maio de 2008 e pelo conselho de administração da EDP Renováveis

em 13 de Maio de 2008 foi estabelecido que o aumento de capital ficará limitado às subscrições recolhidas em conformidade com o disposto na lei espanhola das sociedades (“*Ley de Sociedades Anónimas*”).

As Acções subscritas no Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP ficam sujeitas a um regime de indisponibilidade quanto à sua transmissão ou oneração, por um prazo de 45 dias, a contar da data da Sessão Especial de Mercado Regulamentado destinada ao apuramento dos resultados da Oferta Pública de Subscrição.

A presente Oferta Pública de Subscrição, como qualquer oferta qualificada como pública pelo Cód.VM, encontra-se sujeita à possibilidade de se verificar qualquer das vicissitudes referidas nos artigos 128.º e seguintes do Cód.VM, melhor descritas *infra*.

A celebração pelo Sindicato de Venda Institucional do Contrato de Venda Institucional é condição de eficácia da OPS.

Na medida em que e exclusivamente no caso em que o Sindicato da Venda Institucional exerça, até ao momento imediatamente anterior ao início da sessão de bolsa do primeiro dia de negociação das Acções no Eurolist by Euronext Lisbon, a faculdade de revogação do Contrato de Venda Institucional por causas de força maior, a Sociedade adquirirá as Acções que tenham sido subscritas no aumento de capital a que se refere a presente OPS e, de imediato, procederá à sua amortização, através de redução de capital.

Assim, presumir-se-á, de forma inilidível, que a emissão de uma ordem de subscrição de acções representativas do capital social da EDP Renováveis no âmbito da OPS constitui uma manifestação expressa de aceitação de venda das referidas acções à Sociedade pelos subscritores da OPS, nas condições de preço indicadas a seguir.

O preço de compra devido pela Sociedade aos subscritores da OPS será equivalente ao total do valor nominal das acções e do seu prémio de emissão suportado pelos subscritores, acrescido de juros à taxa legal espanhola desde a data de liquidação financeira da OPS até à data de pagamento do valor de recompra daquelas acções, bem como do valor das taxas de subscrição e das taxas de operações de bolsa efectivamente suportado pelos subscritores.

Para uma descrição detalhada dos destinatários da Oferta Pública de Subscrição ver secção “Plano de distribuição e atribuição” *infra*.

Período da OPS e processo de subscrição das Acções

As Acções a oferecer na OPS poderão ser subscritas durante o período que decorrerá entre as 8h30m do dia 19 de Maio de 2008 e as 15h00 do dia 30 de Maio de 2008, inclusive.

O 1º período da OPS, relevante para efeitos das condições preferenciais de atribuição de Acções com maior coeficiente em caso de rateio no Segmento C – público em geral, descritas no ponto 8.2.2, “Critérios de Rateio na OPS e Arredondamento” do presente Prospecto, decorre a partir do dia 19 de Maio de 2008 e até ao dia 26 de Maio de 2008, inclusive. O 2º período da OPS decorre a partir do dia 27 de Maio de 2008 e até ao dia 30 de Maio de 2008.

As ordens de subscrição poderão ser revogadas até cinco dias antes de findar o prazo da OPS, por comunicação ao intermediário financeiro que a recebeu, ou seja, são revogáveis até ao dia 26 de Maio de 2008, inclusive.

As ordens de subscrição poderão ser apresentadas junto dos intermediários financeiros legalmente habilitados a prestar o serviço de registo e depósito de valores mobiliários escriturais. Será disponibilizado aos intermediários financeiros que o desejem receber, um modelo de boletim para transmissão de ordens de subscrição para cada um dos segmentos da OPS, sendo, no entanto, a sua utilização facultativa, desde que esteja assegurado um mecanismo de transmissão da ordem de subscrição equivalente.

Os referidos modelos de boletins deverão ser solicitados ao CaixaBI (através do telefone 21 313 73 73 ou do fax 21 313 74 17), ao Espírito Santo Investment (através do telefone 21 319 69 04 ou do fax 21 319 69 82) ou ao Millennium investment banking (através do telefone 21 721 86 56 ou do fax 21 110 11 35).

É da responsabilidade dos intermediários financeiros que recebam as ordens de subscrição o controlo da veracidade e da autenticidade dos elementos apresentados pelos investidores, bem como da qualidade em que os ordenantes actuem, face aos requisitos legais impostos pelas condições da presente operação, não podendo, no entanto, e salvo em caso de dolo, ser responsabilizados pela sua eventual falsidade.

Durante o prazo da OPS, os intermediários financeiros transmitirão diariamente à Euronext Lisbon, via Serviço de Centralização de Ordens em Ofertas Públicas, no período entre as 8:00 horas e as 19:00 horas, as ordens de subscrição recolhidas, bem como as anulações e/ou alterações das ordens de subscrição recolhidas. A confirmação das ordens transmitidas é disponibilizada pela Euronext Lisbon, pelo mesmo sistema, imediatamente após o envio do ficheiro.

Os intermediários financeiros deverão igualmente enviar ao CaixaBI, ao Espírito Santo Investment e ao Millennium investment banking, desde o primeiro dia do período de transmissão de ordens, o resultado diário da respectiva transmissão de ordens de subscrição por cada segmento.

Cada investidor poderá transmitir ordens de subscrição de Acções cumulativamente nos diferentes segmentos da OPS, desde que preencha os requisitos fixados para concorrer a cada um desses segmentos.

Método, prazos de pagamento e entrega das Acções na OPS

O pagamento do preço de subscrição das Acções será efectuado em numerário e integralmente no acto de subscrição.

O subscritor suportará ainda os encargos eventualmente cobrados pelo intermediário financeiro junto do qual efectue a sua ordem de subscrição.

A liquidação financeira da OPS ocorrerá no dia útil seguinte à Sessão Especial de Mercado Regulamentado, ou seja, deverá ter lugar no dia 3 de Junho de 2008.

A liquidação física da OPS está prevista para ocorrer no final do dia útil seguinte à Sessão Especial de

Mercado Regulamentado/no início do segundo dia útil seguinte à Especial de Mercado Regulamentado, ou seja, deverá ter lugar no final do dia 3 de Junho de 2008, sujeito à prévia obtenção do registo da escritura pública de aumento de capital social pelo “*Registo Mercantil de Asturias*”. A liquidação da OPS será efectuada através da inscrição das Acções nas contas de registo de valores mobiliários da titularidade dos respectivos adquirentes, domiciliadas junto dos intermediários financeiros legalmente habilitados para prestar a actividade de registo e depósito de valores mobiliários escriturais.

O montante provisionado para pagamento a contado, correspondente ao valor das Acções pretendidas e não atribuídas, ficará disponível junto do intermediário financeiro a quem haja sido entregue a respectiva ordem de subscrição.

As eventuais despesas pela manutenção de contas de registo de valores mobiliários dependem do que estiver fixado, a cada momento, nos preços dos intermediários financeiros para este tipo de serviços.

Apuramento e Divulgação dos resultados da OPS

Foi requerida à Euronext Lisbon a realização de uma Sessão Especial de Mercado Regulamentado para apuramento dos resultados da OPS que terá lugar previsivelmente no próximo dia 2 de Junho de 2008, em hora a designar no respectivo aviso da Sessão Especial de Mercado Regulamentado. Os resultados da OPS serão divulgados logo após o seu apuramento e publicados no sítio na internet da CMVM em www.cmvm.pt, e no sítio na internet da Euronext Lisbon em www.euronext.com e no boletim de cotações da Euronext Lisbon.

Momento e circunstâncias em que a Oferta pode ser alterada, retirada ou suspensa

Nos termos do disposto no artigo 128.º do Cód.VM, em caso de alteração imprevisível e substancial das circunstâncias que, de modo cognoscível pelos destinatários da OPS, haja fundado a decisão de lançamento da Oferta, excedendo os riscos a esta inerentes, pode o Emitente e Oferente, em prazo razoável e mediante autorização da CMVM, modificar a Oferta Pública de Subscrição ou revogá-la. A modificação da OPS constitui fundamento de prorrogação do respectivo prazo, decidida pela CMVM por sua iniciativa ou a requerimento do Emitente e Oferente. Nesse caso, as ordens de subscrição manifestadas na OPS anteriormente à modificação consideram-se eficazes para a OPS modificada, sem prejuízo da possibilidade da sua revogação pelos investidores.

Nos termos do disposto no artigo 131.º do Cód.VM, a CMVM deve ordenar a retirada da Oferta Pública de Subscrição se verificar que esta enferma de alguma ilegalidade ou violação de regulamento insanáveis. A decisão de retirada é publicada, a expensas do Emitente e Oferente, através de meios iguais aos utilizados para a divulgação do Prospecto. A revogação e a retirada da OPS determinam a ineficácia da mesma e das ordens de subscrição anteriores ou posteriores à revogação, devendo ser restituído tudo o que foi entregue, tal como estabelecido pelo artigo 132.º do Cód.VM.

De acordo com o disposto no artigo 133.º do Cód.VM, a CMVM deve proceder à suspensão da Oferta Pública de Subscrição quando verifique alguma ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. A mesma disposição legal determina que o Emitente e Oferente deverá suspender a OPS até à publicação de adenda ou de rectificação do Prospecto aprovada pela CMVM se, entre a data de aprovação do Prospecto, o fim do período da OPS e a data de admissão à negociação das Acções, for

detectada alguma deficiência no Prospecto ou ocorrer qualquer facto novo ou se tome conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no Prospecto, que sejam relevantes para a decisão a tomar pelos destinatários da OPS.

A suspensão da OPS faculta aos destinatários a possibilidade de revogar a sua ordem de subscrição até ao quinto dia posterior ao termo da suspensão, com direito à restituição do que tenha sido entregue. Cada período de suspensão da OPS não pode ser superior a 10 dias úteis. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CMVM deve ordenar a retirada da OPS.

A celebração pelo Sindicato de Venda Institucional do Contrato de Venda Institucional é condição de eficácia da OPS.

Na medida em que e exclusivamente no caso em que o Sindicato da Venda Institucional exerça, até ao momento imediatamente anterior ao início da sessão de bolsa do primeiro dia de negociação das Acções no Eurolist by Euronext Lisbon, a faculdade de revogação do Contrato de Venda Institucional por causas de força maior, a Sociedade adquirirá as Acções que tenham sido subscritas no aumento de capital a que se refere a presente OPS e, de imediato, procederá à sua amortização, através de redução de capital.

Assim, presumir-se-á, de forma inilidível, que a emissão de uma ordem de subscrição de acções representativas do capital social da EDP Renováveis no âmbito da OPS constitui uma manifestação expressa de aceitação de venda das referidas acções à Sociedade pelos subscritores da OPS, nas condições de preço indicadas a seguir.

O preço de compra devido pela Sociedade aos subscritores da OPS será equivalente ao total do valor nominal das acções e do seu prémio de emissão suportado pelos subscritores, acrescido de juros à taxa legal espanhola desde a data de liquidação financeira da OPS até à data de pagamento do valor de recompra daquelas acções, bem como do valor das taxas de subscrição e das taxas de operações de bolsa efectivamente suportado pelos subscritores.

Calendário previsto

De seguida apresenta-se um quadro que resume as datas previstas que se consideram mais relevantes ao longo das principais fases da Oferta Pública de Subscrição e do processo de admissão à negociação:

Descrição das principais fases da Oferta	Data prevista
Disponibilização do Prospecto	15 de Maio de 2008
Período de recepção das ordens de subscrição na OPS	19 a 30 de Maio de 2008
1.º Período da OPS	19 a 26 de Maio de 2008
2.º Período da OPS	27 a 30 de Maio de 2008
Data em que as ordens de subscrição na OPS se tornam irrevogáveis (inclusive)	27 de Maio de 2008

Período de <i>bookbuilding</i> para a Venda Institucional	19 a 30 de Maio de 2008
Envio pelos intermediários financeiros das ordens de subscrição recebidas para a OPS à Euronext Lisbon	Diariamente desde as 8:00 horas às 19:00 horas, do dia 19 ao dia 30 de Maio de 2008
Fixação do preço final da OPS e da Venda Institucional	2 de Junho de 2008
Alocação de Acções na Venda Institucional	2 de Junho de 2008
Data da Sessão Especial de Mercado Regulamentado para apuramento dos resultados da OPS	2 de Junho de 2008
Liquidação financeira e física das Acções subscritas na OPS ⁽³⁰⁾	3 de Junho de 2008
Data prevista para a admissão à negociação das Acções da EDP Renováveis, S.A. objecto da OPS ⁽³⁰⁾	4 de Junho de 2008
Liquidação física e financeira das Acções alienadas na Venda Institucional	5 de Junho de 2008
Data prevista para a admissão à negociação das Acções da EDP Renováveis, S.A. objecto da Venda Institucional ⁽³¹⁾	6 de Junho de 2008
Prazo para exercício do Lote Suplementar de Acções (“ <i>greenshoe</i> ”)	Até 30 dias após a admissão à negociação das acções da EDP Renováveis, S.A. objecto da OPS
Fim do período de indisponibilidade para as Acções destinadas a Trabalhadores do Grupo EDP	17 de Julho de 2008

8.2.2. Plano de distribuição e atribuição

As Acções objecto da OPS serão oferecidas à subscrição pelos seguintes segmentos: (i) Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP; (ii) Segmento B – Accionistas da EDP e (iii) Segmento C – público em geral.

Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP

São considerados Trabalhadores do Grupo EDP para efeitos de subscrição no Segmento A da Oferta as pessoas que, em 27 de Abril de 2008, (i) estejam ao serviço da EDP ou de quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controlo*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM, (ii) sejam membros dos órgãos sociais da EDP ou de quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma

⁽³⁰⁾ A verificação deste evento (liquidação física) encontra-se sujeita à obtenção do registo de aumento de capital no “*Registro Mercantil de Asturias*”, prevendo-se que o mesmo venha a ocorrer em 3 de Junho de 2008 ou em data próxima. A EDP Renováveis não pode, contudo, garantir a obtenção do registo naquela data ou em data próxima.

⁽³¹⁾ A verificação deste evento encontra-se sujeita à obtenção do registo de aumento de capital na conservatória do registo comercial das Astúrias, prevendo-se que o mesmo venha a ocorrer em 5 de Junho de 2008 ou em data próxima. A EDP Renováveis não pode, contudo, garantir a obtenção do registo naquela data ou em data próxima.

participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controló*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM, (iii) sejam antigos trabalhadores da EDP ou de quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controló*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM, e sejam igualmente beneficiários do fundo de pensões da EDP, excluindo, em qualquer caso, as pessoas despedidas em consequência de processo disciplinar e as pessoas cujo contrato de trabalho tenha cessado por sua iniciativa, neste último caso quando tiverem passado a trabalhar noutras empresas com o mesmo objecto social que a EDP ou que quaisquer sociedades nas quais a EDP tenha uma participação social mínima de 50% ou nas quais a EDP exerça uma influência dominante (“*controló*”), nos termos do artigo 21.º do Cód.VM.

Os Trabalhadores do Grupo EDP podem individualmente, e no segmento que lhes é reservado, dar ordens de subscrição até um máximo de 1.200 Acções, devendo as ordens de subscrição ser expressas em múltiplos de 10 Acções. No caso de não ser observado este limite, serão as respectivas ordens de subscrição a ele reduzidas.

A cada Trabalhador do Grupo EDP é garantida a atribuição da totalidade das Acções objecto das ordens de subscrição efectuadas neste segmento, sujeita ao limite máximo definido.

A qualidade de Trabalhador do Grupo EDP será demonstrada, para efeitos da Oferta, através de documento emitido pela EDP contendo essa informação.

Para além das ordens de subscrição dadas no âmbito do Segmento A, os Trabalhadores do Grupo EDP, poderão ainda dar ordens de subscrição no âmbito do Segmento B – Accionistas da EDP e Segmento C – público em geral, dentro dos limites e de acordo com os critérios de atribuição previstos para esse segmento.

As Acções adquiridas neste segmento ficarão sujeitas a um regime de indisponibilidade quanto à sua transmissão ou oneração, por um prazo de 45 dias, a contar da data da Sessão Especial de Mercado Regulamentado destinada ao apuramento dos resultados da Oferta Pública de Subscrição.

Segmento B – Accionistas da EDP

Os Accionistas da EDP que dêem ordens de subscrição no Segmento B beneficiam de um direito de alocação prioritário de Acções face às ordens dadas no Segmento C – público em geral.

Para este efeito, são considerados Accionistas da EDP os investidores que sejam titulares de acções representativas do capital social da EDP – Energias de Portugal, S.A. (ISIN: PTEDP0AM0009) à data de 15 de Maio de 2008, fazendo prova dessa qualidade através da apresentação de certificado emitido pelo respectivo intermediário financeiro de acordo com o Artigo 78.º do Código dos Valores Mobiliários, excepto se a ordem for transmitida junto do intermediário financeiro onde o Accionista da EDP tenha as suas acções EDP depositadas na data de referência, caso em que caberá ao próprio intermediário financeiro verificar a veracidade da informação prestada pelo investidor.

Aos Accionistas da EDP é garantida a atribuição de 60 Acções no âmbito do Segmento B, independentemente do número de acções da EDP de que sejam titulares, excepto se, da aplicação deste critério resultar uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP, caso em que a atribuição será efectuada nos termos referidos neste Capítulo em “Critérios de

rateio da OPS e arredondamento”.

Os Accionistas da EDP podem subscrever no âmbito do segmento B, uma quantidade máxima de Acções correspondente a 1% do número de acções por si detidas no capital social da EDP na data de referência, sujeito a um máximo de 60.000 Acções da EDP Renováveis. Caso no entanto, a quantidade de Acções da EDP Renováveis correspondente a 1% do número de acções detidas pelo investidor no capital social da EDP na data de referência seja inferior a 7.000, a ordem máxima neste segmento para esse investidor será de 60 Acções, uma vez que se trata da quantidade garantida, independentemente do número de acções EDP detidas na data de referência.

Cada Accionista da EDP poderá manifestar apenas uma ordem no Segmento B – Accionistas da EDP. Caso detenha acções EDP depositadas em mais do que um intermediário financeiro, e para efeitos de determinação do número de acções EDP relevante para efeitos de cálculo do número de Acções EDP Renováveis que cada accionista da EDP tem direito a subscrever no Segmento B – Accionistas da EDP, o investidor deverá somar a totalidade das acções EDP detidas nos vários intermediários financeiros, devendo fazer prova da titularidade das mesmas.

Para efeitos de cálculo do número de Acções da EDP Renováveis que cada investidor tem direito a subscrever neste segmento, o número resultante da multiplicação de 1% pelo número de acções da EDP de que era titular à data de 15 de Maio de 2008, será arredondado por defeito para o múltiplo de 10 mais próximo. No caso de não serem observados os limites atrás referidos, serão as respectivas ordens de subscrição a ele reduzidas. As ordens de subscrição deverão ser expressas em múltiplos de 10 Acções.

Assim, a ordem de subscrição máxima para os Accionistas da EDP será a seguinte de acordo com o número de acções EDP detidas na data de referência:

N.º de acções EDP detidas em 15 de Maio	Ordem de subscrição máxima no Segmento B
Menos de 7.000 acções EDP	60 Acções
Maior ou igual a 7.000 acções EDP	1% do numero de Acções detidas da EDP em 15 de Maio de 2008, sujeito em qualquer caso a um máximo de 60.000 Acções

A atribuição de Acções aos Accionistas da EDP de acordo com os limites referidos, em caso algum, pode resultar na atribuição de um número de Acções no Segmento B, superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP. Na eventualidade de as ordens de subscrição manifestadas pelos Accionistas da EDP conduzirem, por força da aplicação dos referidos critérios de atribuição, a uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior ao referido limite, a atribuição será efectuada nos termos referidos neste Capítulo em “Critérios de rateio da OPS e arredondamento”.

Para além das ordens de subscrição dadas no âmbito do Segmento B, os Accionistas da EDP, poderão ainda dar ordens de subscrição no âmbito dos restantes segmentos da OPS, dentro dos limites e de acordo com os critérios de atribuição previstos para esses segmentos.

Segmento C – público em geral

Os investidores podem individualmente dar ordens de subscrição no Segmento C até um limite

máximo de 30.000 Acções, devendo as ordens de subscrição ser expressas em múltiplos de 10 Acções. No caso de não ser observado este limite, serão as respectivas ordens de subscrição a ele reduzidas.

Estas ordens de subscrição ficam sujeitas a rateio, se necessário, nos termos referidos neste Capítulo em “Critérios de rateio da OPS e arredondamento”.

Adicionalmente, as Acções que não sejam eventualmente colocadas na sua totalidade no âmbito da OPS, acrescerão às Acções que são objecto da Venda Institucional.

Critérios de rateio da OPS e arredondamento

No Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP é garantida a atribuição da totalidade das Acções objecto das ordens de subscrição efectuadas neste segmento, sujeita ao limite máximo definido.

No Segmento B – Accionistas da EDP, a atribuição prioritária aos Accionistas da EDP efectuar-se-á de acordo com os seguintes princípios:

- 1.º Atribuição de 60 Acções a todos os Accionistas da EDP ou da quantidade solicitada, caso a ordem de subscrição manifestada seja menor. Caso da aplicação deste critério resulte uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP, a quantidade de 60 Acções será reduzida no número de Acções necessário para atribuir uma quantidade, em lotes de 10 Acções, igual a todos os Accionistas da EDP que deram uma ordem de subscrição, sendo os lotes de 10 Acções que remanescerem do processo de arredondamento atribuídos por sorteio de um lote por cada ordem.
- 2.º Após a atribuição descrita no parágrafo anterior proceder-se-á à atribuição da quantidade a que cada Accionista da EDP teria direito a subscrever com base no número de acções da EDP detidas na data de referência. Caso, da aplicação deste critério, resulte uma atribuição de Acções aos Accionistas da EDP superior à quantidade de Acções objecto da OPS deduzida da quantidade alocada ao Segmento A – Trabalhadores do Grupo EDP, proceder-se-á a rateio, proporcionalmente ao número de Acções pedido e ainda não satisfeito, em lotes de 10 Acções, com arredondamento por defeito. Os lotes de 10 Acções que remanescerem do processo de arredondamento serão atribuídos por sorteio de um lote por cada ordem que, após a aplicação do factor de rateio, mais próximas ficarem da atribuição de mais um lote. Em caso de necessidade por igualdade de situação entre as últimas ordens a satisfazer, proceder-se-á à atribuição do último ou últimos lotes por sorteio.

Após a atribuição das Acções garantidas aos Trabalhadores do Grupo EDP e da atribuição prioritária de Acções aos Accionistas da EDP, com respeito pelos limites estabelecidos, são atribuídas as Acções objecto dos pedidos de subscrição efectuados no Segmento C – público em geral.

Havendo necessidade de rateio face às ordens de subscrição manifestadas no Segmento C serão seguidos os critérios abaixo enunciados para a atribuição das Acções. Em qualquer caso, a atribuição das Acções a cada ordem de subscrição no Segmento C far-se-á em lotes de 10 Acções, de acordo com os seguintes princípios:

- 1.º O conjunto de ordens de subscrição transmitidas durante o 1º período da OPS, compreendido entre o 1º dia útil e o 5º dia útil do período da OPS inclusive, beneficiam de um coeficiente de alocação superior ao das demais ordens, na percentagem de 100%, salvo se com menor

- percentagem possam ser integralmente satisfeitas;
- 2.º As Acções a atribuir a cada ordem serão iguais ao maior número inteiro múltiplo de 10 contido na multiplicação do respectivo coeficiente pela quantidade da ordem;
 - 3.º As Acções que remanescerem em resultado do processo de atribuição previsto nos números anteriores serão atribuídas em lotes de 10 Acções, por sorteio, primeiramente entre o conjunto das ordens de subscrição manifestadas durante o primeiro período da OPS e após a satisfação de cada uma destas com um lote cada, entre as demais ordens de subscrição.

Venda Institucional

A Oferta, da qual a OPS é parte integrante, terá igualmente lugar através de uma Venda Institucional de Acções destinada a investidores qualificados nos mercados nacional e internacional. Esta Venda Institucional tem por objecto um máximo de 180.342.362 Acções. Este lote de Acções poderá ser acrescido ou diminuído, dependendo do eventual exercício dos mecanismos de *clawback* e *clawforward*, *infra* descritos.

Esta Venda Institucional será objecto de um Contrato de Venda Institucional a celebrar entre a EDP Renováveis e o Sindicato de Venda Institucional.

Por forma a facilitar a liquidação da Venda Institucional, a EDP procederá ao empréstimo aos intermediários financeiros encarregues da colocação da Venda Institucional de 150.938.716 Acções, previamente admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon nos termos de um contrato de empréstimo de Acções.

Na data de liquidação da Venda Institucional, os intermediários financeiros encarregues da colocação da Venda Institucional, em cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Venda Institucional e do contrato de empréstimo de Acções a celebrar, transferirão para a EDP Renováveis o montante correspondente ao valor das Acções objecto da Venda Institucional, por forma a possibilitar à EDP Renováveis a realização do aumento de capital correspondente à Venda Institucional, que se espera tenha lugar no dia da liquidação financeira da Venda Institucional, incluindo o registo do aumento de capital junto da competente conservatória do registo comercial de Espanha. Após a obtenção desse registo, a EDP Renováveis adoptará os procedimentos necessários para que as novas Acções emitidas sejam inscritas junto da Interbolsa e para que estas sejam admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon, procedendo-se imediatamente à entrega dessas Acções à EDP.

Mecanismos de Clawback / Clawforward e opção de distribuição do Lote Suplementar de Acções (“greenshoe”)

No âmbito da Oferta que integra a OPS e a Venda Institucional estão previstas regras de comunicabilidade dos lotes de Acções oferecidos à subscrição na OPS e na Venda Institucional, usualmente designados por mecanismos de “*clawback*” e “*clawforward*”. Assim, se a procura verificada na OPS exceder as Acções objecto da mesma, o lote destinado à Venda Institucional poderá ser reduzido em percentagem não superior a 30% das Acções inicialmente destinadas à OPS, acrescendo a esta última a quantidade de Acções reduzida àquele lote. Por outro lado, se a procura verificada na Venda Institucional exceder as Acções objecto desta, o lote destinado à Venda Institucional poderá ser aumentado em percentagem não superior a 30% das Acções inicialmente destinadas à OPS, reduzindo-se no correspondente montante o lote de Acções destinado à OPS.

A decisão de exercício de um dos mecanismos descritos no parágrafo anterior será tomada pela EDP Renováveis, após análise da procura registada na OPS e na Venda Institucional e recomendação do Sindicato de Venda Institucional.

Poderá ainda ser contratada com o Sindicato de Venda Institucional a subscrição de um Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”) a emitir pela EDP Renováveis, caso tal se revele necessário para assegurar os compromissos assumidos pelos mesmos na colocação de Acções no âmbito da Venda Institucional. O referido Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”) não pode ter por objecto Acções representativas de uma percentagem superior a 15% da quantidade total das Acções objecto da Oferta e a respectiva intenção de exercer a opção de subscrição do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”) deve ser comunicado à EDP pelo Sindicato de Venda Institucional até ao 30º dia a contar da data de admissão à negociação das Acções na Euronext Lisbon. O regime e o preço unitário das Acções objecto do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”) são iguais ao das Acções objecto da Venda Institucional.

8.2.3. Fixação dos preços

A Oferta é realizada através de uma OPS dirigida aos investidores descritos no ponto 8.2.2 do presente Prospecto e de uma Venda Institucional dirigida a investidores qualificados nos mercados nacional e internacional, com recurso ao método de “*bookbuilding*”.

O método de “*bookbuilding*” é um método de fixação de preço com base na consulta alargada efectuada a determinados investidores qualificados, nacionais e estrangeiros, com vista a apurar o interesse na subscrição/aquisição de Acções permitindo, desta forma, que o preço de subscrição/aquisição das Acções reflecta o resultado dessa consulta alargada. Com este processo visa-se adaptar as condições da oferta à correspondente procura, permitindo que seja o mercado a ditar o preço final das Acções.

A Oferta é inicialmente realizada com base num intervalo de preços, dentro do qual se fixará o preço final da OPS. Este intervalo de preço, entre 7,40 Euros e 8,90 Euros, foi definido pela EDP Renováveis com base na recomendação do Sindicato de Venda Institucional.

A fixação do preço final será efectuada pela EDP Renováveis no final do período da OPS, com base na recomendação do Sindicato de Venda Institucional. O preço fixado para a OPS deverá ter em conta as condições dos mercados nacional e internacional, e situar-se-á obrigatoriamente dentro do intervalo de preços desta OPS. O preço de subscrição será divulgado ao público no dia da Sessão Especial de Mercado Regulamentado.

Mais concretamente, o preço de subscrição será determinado da seguinte forma:

- 1.º O preço de subscrição da OPS será fixado entre o mínimo de 7,40 Euros e o máximo de 8,90 Euros.
- 2.º O preço de venda unitário das Acções na Venda Institucional não poderá ser inferior ao preço de subscrição final que venha a ser fixado para a OPS.

Os Trabalhadores do Grupo EDP beneficiarão de um desconto de 5% relativamente ao preço de subscrição fixado para a OPS.

8.2.4. Colocação e tomada firme

O Espírito Santo Investment, com sede no Edifício Quartzo, Rua Alexandre Herculano, n.º 38, Lisboa, o Millennium investment banking, com sede na Avenida José Malhoa, n.º 27 em Lisboa e o CaixaBI, com sede na Rua Barata Salgueiro, n.º 33, em Lisboa, são os intermediários financeiros responsáveis pela prestação dos serviços de assistência ao Oferente na preparação, lançamento e execução da OPS e de assessoria ao processo de admissão à negociação das Acções representativas do capital social do Emitente e Oferente no Eurolist by Euronext Lisbon.

Foi constituído um sindicato para a colocação das Acções na OPS, constituído pelos seguintes intermediários financeiros:

Chefes do Consócio:	Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Banco Millennium BCP Investimento, S.A. Caixa – Banco de Investimento, S.A.
Líderes conjuntos:	Banco Comercial Português, S.A. Banco ActivoBank (Portugal), S.A. Banco Espírito Santo, S.A. Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. Caixa Geral de Depósitos, S.A.
Co-managers:	Banco BPI, S.A. Banco Português de Investimento, S.A. Banif – Banco de Investimento, S.A. Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. Caixa Económica Montepio Geral

A UBS AG foi encarregue de prestar serviços relativos à oferta a Trabalhadores do Grupo EDP que não sejam residentes em Portugal, relativamente aos quais será transmitida à Euronext Lisbon uma ordem global de subscrição por conta dos participantes.

Será celebrado pela EDP Renováveis, pela EDP e pelo Sindicato de Venda Institucional um contrato de colocação relativamente às Acções objecto da Venda Institucional que é parte da Oferta, e que integra as seguintes instituições financeiras:

Caixa – Banco de Investimento, S.A.
Citigroup Global Markets Limited
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.
Morgan Stanley & Co. International plc.
UBS Limited
JP Morgan Securities Limited
Deutsche Bank AG
Merril Lynch International
Santander Investment, S.A.
Société Générale

A OPS não é objecto de tomada firme nem de garantia de colocação.

Qualquer entidade financeira devidamente habilitada a receber ordens de subscrição poderá assumir a função de entidade receptora de ordens de subscrição e entidade registadora.

8.2.5 Interesses de pessoas singulares e colectivas envolvidas na Oferta

Pela prestação dos serviços de assistência e colocação à Oferta, os Coordenadores Globais da OPS e os membros do Sindicato de Venda Institucional serão remunerados através de uma comissão global de 1% sobre o montante total das receitas da Oferta recebidas pelo Emitente e Oferente (incluindo as receitas provenientes da subscrição do Lote Suplementar de Acções).

A EDP Renováveis poderá igualmente pagar aos Coordenadores Globais da OPS e aos membros do Sindicato de Venda Institucional uma comissão de incentivo com um valor máximo de 0,5% do montante total das receitas da Oferta recebidas pelo Emitente e Oferente, sendo o pagamento dessa comissão de incentivo e o seu eventual montante decididos de forma totalmente discricionária pela EDP Renováveis.

8.3. Admissão à Negociação e Modalidades de Negociação

8.3.1. Admissão à negociação

As Acções representativas do capital social da EDP Renováveis não se encontram admitidas à negociação em mercado regulamentado.

Foi solicitada a admissão à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon de um máximo de 901.711.808 Acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal unitário de 5 Euros, representativas da totalidade do capital social da EDP Renováveis. O código ISIN destas Acções é o ES0127797019 e serão transaccionadas no Eurolist by Euronext Lisbon sob o símbolo EDPR. As Acções adquiridas pelos Trabalhadores do Grupo EDP apenas poderão ser admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon após o decurso do período de indisponibilidade que termina a 17 de Julho de 2008.

É previsível que a admissão à negociação em mercado regulamentado das Acções objecto da OPS, caso venha a ser decidida favoravelmente pela Euronext Lisbon, ocorra em 4 de Junho de 2008, ou em data aproximada. Por seu turno, é previsível que a admissão à negociação das Acções objecto da Venda Institucional, caso venha a ser decidida favoravelmente pela Euronext Lisbon, ocorra em 6 de Junho de 2008, ou em data aproximada.

O serviço financeiro das Acções, nomeadamente no que respeita ao pagamento de dividendos, será assegurado pelo intermediário financeiro que venha a ser designado para o efeito, podendo vir a ser cobradas comissões por esse serviço, bem como pelo serviço de registo de Acções.

8.3.2. Mercados em que as Acções já foram admitidas

As Acções não se encontram, nem se encontraram no passado, admitidas em nenhum outro mercado regulamentado.

8.3.3. Subscrição ou colocação em privado das Acções

Não aplicável.

8.3.4. Criadores de Mercado

Não aplicável.

8.3.5. Estabilização

No âmbito da Oferta, a Morgan Stanley, na qualidade de agente de estabilização, actuando em representação e por conta dos Coordenadores Globais da OPS, poderá (sem que esteja porém a isso obrigada), sujeita ao cumprimento das disposições legais aplicáveis, designadamente do Regulamento (CE) n.º 2273/2003, da Comissão, de 22 de Dezembro, realizar operações em mercado regulamentado, não regulamentado ou fora de mercado, com vista a estabilizar o preço das Acções a um valor superior àquele que poderia de outro modo resultar do funcionamento do mercado.

As operações de estabilização poderão ser realizadas a partir de 4 de Junho de 2008 e até um máximo de 30 dias, contados a partir daquela data, não existindo garantias de que as mesmas venham a ser efectivamente realizadas. Uma vez iniciadas as operações de estabilização poderão ser interrompidas a todo o momento. O agente de estabilização não pretende divulgar as condições de qualquer operação de estabilização, para além dos termos e condições legalmente exigidos.

8.4. Acordo de Lock-Up

A EDP Renováveis comprometeu-se junto do Sindicato de Venda Institucional a não emitir ou praticar quaisquer actos destinados à emissão de Acções ou valores mobiliários convertíveis ou com direito de subscrição/troca de Acções, “*warrants*” ou outros valores mobiliários equivalentes, por um período de 180 dias após a admissão à negociação das Acções representativas do seu capital social no Eurolist by Euronext Lisbon, salvo com o prévio consentimento escrito de cada um dos membros do Sindicato de Venda Institucional. A EDP Renováveis comprometeu-se ainda a, nas condições acima referidas, não celebrar quaisquer contratos de “*swap*”, outros derivados ou qualquer outro contrato ou transacção com um efeito económico equivalente à transmissão, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, da titularidade das Acções representativas do seu capital social, quer tal “*swap*” ou transacção seja liquidado em dinheiro, mediante a entrega de Acções ou de quaisquer valores mobiliários convertíveis ou com direito de subscrição / troca de Acções ou por outra forma. Estes compromissos não são, contudo, aplicáveis a transmissões de Acções entre sociedades do mesmo grupo societário (nos termos do disposto no artigo 4 da “*Ley 24/1988, del Mercado de Valores*”) e à transmissão de Acções (que não seja liquidada em dinheiro) no contexto da execução de uma aquisição pela EDP, desde que os adquirentes de tais acções acordem ficar vinculados pelas restrições em termos análogos àqueles estabelecidos acima pelo remanescente do referido período de 180 dias.

Por seu turno, a EDP comprometeu-se junto do Sindicato de Venda Institucional a não alienar por qualquer forma as Acções de que seja titular (incluindo, directa ou indirectamente, oferecer, onerar, prometer vender, transferir qualquer opção ou direito à aquisição, adquirir qualquer opção ou direito a transferir, conceder qualquer opção, direito ou “*warrant*” para a aquisição ou, de qualquer outro modo, transferir ou dispor de quaisquer Acções ou valores mobiliários) por um período de 180 dias após a admissão à negociação das Acções Eurolist by Euronext Lisbon, salvo com o prévio consentimento escrito de cada um dos membros do Sindicato de Venda Institucional. A EDP comprometeu-se ainda a, nas condições acima referidas, não celebrar quaisquer contratos de “*swap*”, outros derivados ou qualquer outro contrato ou transacção com um efeito económico equivalente à transmissão, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, da propriedade das Acções representativas do capital social da EDP Renováveis, quer tal “*swap*” ou transacção seja liquidado em dinheiro, mediante a entrega de Acções ou de quaisquer valores mobiliários convertíveis ou com direito de subscrição/troca de Acções ou por outra forma. Estes compromissos não são, contudo,

aplicáveis a quaisquer Acções emitidas ou a opções de compra de Acções concedidas em planos de benefícios atribuídos aos trabalhadores da EDP Renováveis nos termos descritos neste Prospecto, às transmissões de Acções entre sociedades do mesmo grupo societário (nos termos do disposto no artigo 4 da “*Ley 24/1988, del Mercado de Valores*”) e à emissão e/ou transmissão de Acções (que não seja liquidada em dinheiro) no contexto da execução de uma aquisição pela EDP, desde que os adquirentes de tais acções acordem ficar vinculados pelas restrições em termos análogos àqueles estabelecidos acima pelo remanescente do referido período de 180 dias.

CAPÍTULO 9 – REGIME FISCAL

9.1. Considerações sobre o regime fiscal em Portugal

Enquadramento

O presente capítulo constitui um resumo do regime fiscal aplicável em Portugal, à data do presente Prospecto, à compra, titularidade e alienação de acções. O enquadramento descrito é o geral e está sujeito a alterações, incluindo a alterações com efeito retroactivo. O presente capítulo não representa uma análise completa de potenciais efeitos fiscais da decisão de investir nas acções. Não foram tomados em consideração regimes transitórios eventualmente aplicáveis. Os potenciais investidores devem consultar os seus próprios consultores sobre as consequências e implicações da subscrição, aquisição, titularidade e disposição de acções à luz das suas circunstâncias particulares, incluindo as implicações de outros ordenamentos jurídicos. As consequências fiscais podem variar de acordo com as disposições de convenções para evitar a dupla tributação (“Convenções”) ou características particulares dos investidores.

No presente capítulo assume-se que as Acções serão caracterizadas pela Administração Fiscal portuguesa como “acções” conforme definidas na lei portuguesa e que o Emitente e Oferente é uma entidade residente noutro Estado membro da União Europeia que preenche os requisitos e condições estabelecidos no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, de 23 de Julho. As referências a “acções”, “dividendos” e “mais-valias” nos parágrafos subsequentes significam “acções”, “dividendos” e “mais-valias” para efeitos da legislação fiscal portuguesa. As afirmações seguintes não tomam em consideração quaisquer outras definições de “acções”, “dividendos” e “mais-valias” que possam prevalecer segundo outra lei ou qualquer outra documentação.

Residentes e não residentes com estabelecimento estável em Portugal

Dividendos

Pessoas singulares

Os dividendos pagos por pessoas colectivas não residentes a pessoas singulares, quer residentes como não residentes para efeitos fiscais em Portugal, não estão sujeitos, em regra, a retenção na fonte de IRS. Contudo, as entidades residentes para efeitos fiscais em Portugal que paguem ou coloquem à disposição dos respectivos titulares, residentes em território português, dividendos de acções emitidas por entidades que não tenham em Portugal domicílio a que possam imputar o pagamento, quer sejam mandatados por estas ou pelos titulares, ou ajam por conta de umas ou de outros, devem deduzir a importância correspondente à taxa de 20% sobre os rendimentos ilíquidos com carácter liberatório, sem prejuízo de opção pelo englobamento. Caso seja exercida a opção pelo englobamento, os dividendos auferidos são apenas considerados em 50% do seu valor, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final, a taxas progressivas que podem atingir 42%. O Investidor deve dispor de prova de que a entidade cumpre os requisitos e condições estabelecidos no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, de 23 de Julho, efectuada através de declaração confirmada e autenticada pelas autoridades fiscais competentes do Estado membro da União Europeia de que é residente. Sendo exercida a opção pelo englobamento, o investidor terá direito a crédito de imposto por dupla tributação internacional relativamente a imposto pago no

estrangeiro, nos termos das Convenções em vigor, com o limite da colecta do IRS incidente sobre os dividendos.

Pessoas colectivas

Os dividendos pagos por pessoas colectivas não residentes a pessoas colectivas, quer residentes como não residentes para efeitos fiscais em Portugal, não estão sujeitos, em regra, a retenção na fonte de IRC. Os dividendos estão sujeitos a IRC, à taxa geral de 25%, a que pode acrescer Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável.

Para efeitos de determinação do lucro tributável, são dedutíveis 50% dos rendimentos incluídos na base tributável correspondentes a dividendos pagos pelo Emitente e Oferente. O Investidor deve dispor de prova de que a entidade cumpre os requisitos e condições estabelecidos no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, de 23 de Julho, efectuada através de declaração confirmada e autenticada pelas autoridades fiscais competentes do Estado membro da União Europeia de que é residente.

Quando o sujeito passivo pessoa colectiva (i) não seja abrangido pelo regime de transparência fiscal; (ii) detenha directamente uma participação no capital da sociedade que distribui os dividendos não inferior a 10% ou com um valor de aquisição não inferior a 20.000.000 Euros; (iii) e a dita participação tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data de colocação à disposição dos dividendos ou, se detida há menos tempo, a mesma seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período, a totalidade dos rendimentos incluídos na base tributável correspondentes aos dividendos pagos pelo Emitente e Oferente. O Investidor deve dispor de prova de que a entidade cumpre os requisitos e condições estabelecidos no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, de 23 de Julho, efectuada através de declaração confirmada e autenticada pelas autoridades fiscais competentes do Estado membro da União Europeia de que é residente.

No caso de partes de capital detidas por sociedades gestoras de participações sociais (“SGPS”) e por sociedades de capital de risco (“SCR”), são igualmente dedutíveis na sua totalidade os resultados incluídos na base tributável correspondentes a lucros distribuídos, neste caso sem dependência dos requisitos antes enunciados respeitantes à percentagem de participação ou ao valor de aquisição da participação. Não existe obrigação de efectuar retenção na fonte de IRC nas situações antes descritas, desde que a participação tenha permanecido na titularidade da entidade beneficiária dos rendimentos, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação dos dividendos à disposição.

Ganhos ou perdas na transmissão de acções a título oneroso

Pessoas singulares

Estão excluídas de tributação as mais-valias realizadas com a alienação de acções detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses. Esta exclusão não abrange as mais-valias provenientes de acções de sociedades cujo activo seja constituído, directa ou indirectamente, em mais de 50%, por bens imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis situados em território português.

O saldo anual positivo entre as mais-valias não excluídas de tributação e as menos-valias realizadas com a alienação de acções (e outros activos) é tributado à taxa especial de IRS de 10%, sem prejuízo do seu englobamento por opção dos respectivos titulares e tributação a taxas progressivas que podem atingir 42%.

Para apuramento do referido saldo, positivo ou negativo, não relevam as perdas apuradas quando a contraparte da operação estiver sujeita no país, território ou região de domicílio a um regime fiscal claramente mais favorável, constantes da lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro.

Pessoas colectivas

Consideram-se proveitos ou ganhos ou custos ou perdas, para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC, as mais-valias ou as menos-valias realizadas. A taxa de IRC é de 25%, a que pode acrescer a Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável.

Para efeitos de determinação do lucro tributável, a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital é considerada em apenas 50% do seu valor, desde que respeitadas as seguintes condições:

- a) O valor de realização deve ser reinvestido no exercício anterior e ao fim do segundo exercício seguinte ao da realização (i) na aquisição de participações no capital de sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial; (ii) na aquisição de títulos do Estado Português; (iii) e/ou na aquisição, fabricação ou construção de elementos do activo imobilizado corpóreo afectos à exploração, com excepção dos bens adquiridos em estado de uso a sujeito passivo de IRS ou IRC com o qual existam relações especiais nos termos do artigo 58.º, n.º 4 do Código do IRC (“entidades relacionadas”);
- b) As participações de capital alienadas devem ter sido detidas por período não inferior a um ano e corresponder a, pelo menos, 10% do capital da sociedade participada ou ter um valor de aquisição não inferior a 20.000.000 Euros, devendo as partes de capital e os títulos do Estado Português adquiridos ser detidos por igual período;
- c) As transmissões onerosas e aquisições de partes de capital não podem ser efectuadas com (i) entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em país, território ou região sujeito a um regime fiscal mais favorável, constantes da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, (ii) entidades relacionadas, excepto quando se destinem à realização de capital social, caso em que o reinvestimento se considerará totalmente concretizado quando o valor das participações sociais assim realizadas não seja inferior ao valor de mercado daquelas transmissões.

Não sendo concretizado o reinvestimento até ao fim do segundo exercício seguinte ao da realização, considera-se como proveito ou ganho desse exercício a parte da diferença acima referida ainda não incluída no lucro tributável, majorada em 15%.

A diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias realizadas mediante a transmissão onerosa de partes de capital, incluindo a sua remição e amortização com redução de capital, concorre para a formação do lucro tributável em IRC em apenas 50% do seu valor. Não são, contudo, dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC as perdas realizadas na alienação de partes de capital detidas por período inferior a três anos quando tenham sido adquiridas (i) a entidades relacionadas; (ii) a entidades com domicílio em país, território ou região com um regime de tributação claramente mais favorável, constantes da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro; (iii) ou a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação.

Não são igualmente dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC as perdas realizadas na alienação de partes de capital a (i) entidades relacionadas; (ii) a entidades com domicílio

em país, território ou região com um regime de tributação claramente mais favorável, constantes da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro; (iii) ou a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação.

Não são, por fim, dedutíveis para os efeitos referidos as perdas suportadas com a transmissão onerosa de partes de capital sempre que a entidade alienante tenha resultado de transformação, incluindo a modificação do objecto social, de sociedade à qual fosse aplicável regime fiscal diverso relativamente a estes custos ou perdas e tenham decorrido menos de três anos entre a data da verificação desse facto e a data da transmissão.

As mais-valias e as menos-valias realizadas por SGPS e SCR mediante a transmissão onerosa de acções detidas por um período não inferior a um ano, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do respectivo lucro tributável, ou seja, não são tributadas, no primeiro caso, e não são dedutíveis, no segundo. O regime descrito não é aplicável, relativamente às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados, quando as partes de capital tenham sido adquiridas a:

- a) entidades relacionadas;
- b) entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável, constantes da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro;
- c) entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, e tenham sido detidas pela alienante por período inferior a três anos e ainda quando a alienante tenha resultado de transformação de sociedade à qual não fosse aplicável este regime relativamente às mais-valias das partes de capital, desde que, neste último caso, tenham decorrido menos de três anos entre a data da transformação e a data da transmissão.

Transmissão de acções a título gratuito

Pessoas singulares

Estão sujeitas a Imposto do Selo à taxa de 10% as transmissões a título gratuito (por vida ou em morte) de acções a favor de pessoas singulares domiciliadas em território nacional. O cônjuge, ascendentes ou descendentes beneficiam de isenção de Imposto de Selo nas transmissões gratuitas de acções a seu favor.

Pessoas colectivas

Não estão sujeitas a Imposto do Selo as transmissões a título gratuito de acções a favor de pessoas colectivas residentes sujeitas a IRC, ainda que dele isentas. No entanto, dando origem a variações patrimoniais positivas, concorrem para a formação do lucro tributável em sede de IRC, à taxa geral de 25%, a que pode acrescer Derrama à taxa máxima de 1,5%.

9.2. Considerações sobre o regime fiscal em Espanha

Este capítulo inclui uma descrição geral, de acordo com a legislação espanhola em vigor, à data de aprovação do presente documento, do tratamento fiscal da aquisição, titularidade e, se aplicável, transmissão subsequente das Acções. Esta descrição não especifica todas as possíveis implicações fiscais das transacções supra mencionadas ou o regime fiscal aplicável a todas as categorias de accionistas, algumas das quais (como por exemplo, fundos de pensões, instituições financeiras e entidades colectivas de investimento, entre outros) podem estar sujeitas a normas especiais. Esta

descrição também não tem em consideração os regimes fiscais em vigor nos territórios do País Basco e Navarra, nem as leis aprovadas pelos vários governos regionais que, relativamente a certos impostos, podem ser aplicáveis aos accionistas. Assim, investidores e potenciais investidores são aconselhados a consultar os seus advogados e consultores fiscais, que serão capazes de lhes fornecer uma consulta fiscal personalizada tendo em conta as suas circunstâncias específicas e de os actualizar relativamente a quaisquer alterações que possam ocorrer no futuro na legislação em vigor ou na interpretação dessa legislação.

Impostos indirectos aplicáveis à aquisição e transmissão das Acções

A aquisição e eventual transmissão posterior das Acções serão isentas de Imposto sobre Transmissão de Acções e de Imposto Selo (Impuesto sobre Transmisiones Patrimoniales y Actos Jurídicos Documentados) e de Imposto sobre o valor acrescentado (Impuesto sobre el Valor Añadido), de acordo com o disposto no artigo 108 do Acto 24/1998 de 28 de Julho, no “Securities Market” (o “Securities Market Act”) e disposições conexas da legislação que regula esses impostos.

Impostos Directos provenientes da titularidade e transmissão subsequente das Acções

Accionistas residentes em Espanha

Esta secção descreve o tratamento fiscal aplicável a accionistas que são os beneficiários efectivos das Acções da EDP Renováveis e que têm residência fiscal em Espanha, assim como àqueles accionistas não residentes sujeitos ao Imposto de Não Residentes (Impuesto sobre la Renta de no Residentes, “IRNR”) que actuem através de um estabelecimento estável em Espanha, e aos accionistas que sejam pessoas singulares com residência em outros Estados Membros da União Europeia (excepto em territórios classificados como paraísos fiscais) que optem por ser sujeitos passivos de imposto de acordo com o Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares (Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas, “IRPF”), de acordo com as disposições do Artigo 46 do texto consolidado do Acto do Imposto sobre Não Residentes (o Acto “IRNR”), que foi aprovado pelo Decreto 5/2004 de 5 de Março de 2004.

Sem prejuízo das disposições das Convenções para evitar a Dupla Tributação assinadas por Espanha (as “Convenções”), o estatuto de accionista residente em Espanha, para estes efeitos, é aplicável: (i) a entidades residentes em território espanhol de acordo com o Artigo 8 do texto consolidada do Acto sobre o Imposto Societário espanhol (o Acto “CT”), que foi aprovado pelo Real Decreto 4/2004 de 5 de Março 2004; (ii) a pessoas singulares que tenham a sua residência habitual em Espanha, de acordo com o Artigo 9.1 do Acto dos Impostos sobre os Rendimentos Singulares (o Acto “IRPF”), que foi aprovado pelo Acto 35/2006 de 28 de Novembro de 2006; e (iii) aos residentes no estrangeiro que sejam membros de missões diplomáticas espanholas, Consulados espanhóis e outros cargos oficiais, nos termos do Artigo 10.1 do Acto IRPF. O estatuto de residente fiscal em Espanha será do mesmo modo aplicável aos accionistas que sejam pessoas singulares que, tendo de forma descontinuada a sua residência fiscal em Espanha, sejam capazes de comprovar a sua nova residência fiscal num paraíso fiscal, pelo exercício em que teve lugar a alteração de residência fiscal e pelos quatro exercícios fiscais seguintes.

As pessoas singulares que adquiram residência fiscal em Espanha como resultado da sua redomiciliação para território espanhol podem optar por pagar IRPF ou IRNR durante o ano no qual a alteração de residência teve lugar e nos cinco anos seguintes, desde que sejam satisfeitos os

requisitos do Artigo 93 do IRPF.

Pessoas singulares

Rendimentos de capitais

De acordo com o disposto no artigo 25 do Acto IRPF, consideram-se rendimentos de investimentos em valores mobiliários, entre outros, dividendos, prémios de comparência em assembleias gerais, ganhos e perdas provenientes do estabelecimento ou da cessão de direitos ou poderes de uso ou de fruição dos valores mobiliários, e em geral, a distribuição dos lucros de uma sociedade, assim como quaisquer outros benefícios recebidos de uma sociedade na qualidade de accionista.

Os rendimentos de capitais obtidos pelos accionistas em resultado da titularidade das Acções serão incluídos pelo montante líquido obtido pela dedução, se aplicável, do montante bruto das despesas de administração e custódia, na matéria colectável de rendimentos da poupança do ano em que tais rendimentos são devidos ao beneficiário, e serão tributados à taxa fixa de 18%, sem qualquer dedução de crédito de imposto por dupla tributação.

No entanto, de acordo com a Secção Y do artigo 7 do Acto IRPF, uma isenção de IRPF, sujeita a um limite de €1.500 por ano, será aplicável aos dividendos, prémios de comparência na assembleia geral e participação nos lucros da EDP Renováveis, assim como aos rendimentos obtidos de qualquer tipo de activos, excepto a atribuição de Acções gratuitas, que nos termos dos estatutos ou de deliberação dos órgãos da sociedade concedam ao accionista o direito de participar nos nossos lucros.

A isenção mencionada não será aplicável a dividendos provenientes de valores mobiliários adquiridos nos dois meses anteriores à data de distribuição dos dividendos se, posteriormente a essa data, no mesmo período, houver uma transmissão de valores mobiliários do mesmo tipo.

Os accionistas, em geral, também serão sujeitos a uma retenção na fonte por conta do IRPF de 18% do montante total dos lucros distribuídos. A retenção na fonte será creditada contra o imposto final devido no que respeita ao IRPF e, se este for insuficiente, o sujeito passivo terá direito ao reembolso nos termos do artigo 103 do Acto IRPF.

Mais-valias e Menos-valias

As alterações no património líquido dos sujeitos passivos de IRPF que resultem de uma alteração nos activos e obrigações darão lugar a mais ou menos-valias que, em caso de transmissão a título oneroso das Acções emitidas, serão quantificados de acordo com a diferença negativa ou positiva, respectivamente, entre o preço de aquisição dos valores mobiliários e o seu preço de venda, o qual será determinado de acordo com (i) a sua cotação oficial na data das vendas, ou (ii) o preço acordado para a venda, se superior à cotação oficial. Tanto o preço de aquisição como o preço de transmissão será aumentado ou reduzido, respectivamente, pelas despesas e impostos inerentes em tais transacções.

As mais e menos-valias geradas como resultado da transmissão das Acções pelos accionistas serão incluídos nas suas matérias colectáveis dos rendimentos de poupanças respectivas para o ano no qual a alteração no património líquido teve lugar, e tributadas à taxa fixa de 18% independentemente do período de detenção durante o qual os ganhos e as perdas foram gerados.

Por último, determinadas perdas resultantes da transmissão de Acções não serão calculadas como menos-valias se valores mobiliários do mesmo tipo tiverem sido adquiridos durante o período entre os dois meses anteriores e os dois meses posteriores à data da transmissão que originou a menos-valia.

Imposto sobre o património líquido

Os Accionistas que são pessoas singulares com residência em Espanha de acordo com o disposto no artigo 9 do Acto IIRPF encontram-se sujeitos ao Imposto sobre o Património (Impuesto sobre el Patrimonio, o “IP”) pelo seu património total em 31 de Dezembro de cada ano, independentemente do local onde os activos estejam localizados ou onde os direitos relacionados possam ser exercidos. Sem prejuízo de regulamentos específicos aprovados, quando tal seja o caso, por cada governo regional, os artigos 28 e 30 do Acto 19/1991 de 6 de Junho de 1991 estabelecem para estes efeitos, respectivamente, uma isenção no limiar dos €108.182,18 para 2008 e um escalão de imposto com taxas marginais desde 0,2% a 2,5%.

A obrigação de apresentação de declaração existirá no que respeita a este imposto se a matéria colectável do sujeito passivo for superior ao mínimo isento acima referido ou, mesmo no caso desta circunstância não se encontrar preenchida, se o valor das propriedades e dos direitos do sujeito passivo for superior a €601.012,10 em 2008. A este respeito, essas pessoas singulares com residência fiscal em Espanha que adquiriram Acções e são obrigadas a apresentar uma declaração de IP devem declarar as Acções que detêm em 31 de Dezembro de cada ano, que serão calculadas de acordo com a cotação média para o quarto trimestre daquele ano. Esta cotação média é publicada em cada ano pelo Ministro da Economia e das Finanças Espanhol.

Imposto sobre sucessões e doações

As transmissões de Acções por sucessão ou doação a pessoas singulares com residência em Espanha estão sujeitas ao Imposto sobre Sucessões e Doações (Impuesto sobre Sucesiones y Donaciones, “ISD”) de acordo com os termos estabelecidos no Acto 29/1987 de 18 de Dezembro de 1987. A pessoa sujeita a este imposto é a que adquire as Acções, sem prejuízo de leis e regulamentos específicos que podem ter sido aprovados por cada governo regional. A taxa de imposto inicial aplicável à matéria colectável líquida do ISD varia entre 7,65% e 34%; no entanto, uma vez determinada a obrigação de imposto, são aplicados uma série de multiplicadores, que dependem do património líquido preexistente e o grau de parentesco do cessionário. De acordo com os multiplicadores estabelecidos pelo Acto sobre Sucessões e Doações (o Acto “ISD”), o qual é aplicável na ausência de multiplicadores especialmente aprovados pelo governo regional correspondente, a taxa actual de ISD pode chegar eventualmente aos 81,6%.

Pessoas Colectivas

Dividendos

Os sujeitos passivos sujeitos ao CT ou aqueles que, enquanto sujeitos ao IRNR, operam em Espanha através de um estabelecimento estável, incluirão na sua matéria colectável o valor total de dividendos ou das participação nos lucros recebidos em resultado da titularidade das Acções, assim como as despesas inerentes à participação social, nos termos estabelecidos no artigo 10 e seguintes do Acto

CT, pagando geralmente imposto a uma taxa de 30%.

Se nenhuma das circunstâncias de exclusão estabelecidas no artigo 30 do Acto for aplicável, os sujeitos passivos devedores deste imposto terão direito a uma dedução de 50% da obrigação total do imposto na matéria colectável abrangida pelos dividendos ou pelas participações nos lucros obtidas.

A este respeito, a matéria colectável é considerada como sendo o valor total de tais dividendos e participação nos lucros.

A dedução acima referida será de 100% quando, considerando que os restantes requisitos especificados na lei encontram-se preenchidos, os dividendos ou a participação nos lucros provenham da detenção de uma participação, directa ou indirectamente, de 5% ou mais, e desde que a participação seja detida de forma ininterrupta durante o ano que precede a data na qual a distribuição de lucros é devida ou, na falta da mesma, que seja mantida durante o tempo necessário para completar o ano.

Os sujeitos passivos de CT serão sujeitos a uma retenção por conta dos referidos impostos de 18% do montante total dos lucros distribuídos, salvo se se qualificarem para uma das isenções de retenção estabelecidas nas leis e regulamentos aplicáveis (tais como a possibilidade de aplicação da dedução por dupla tributação de 100% dos dividendos recebidos). A retenção aplicada será deduzida à obrigação de imposto devida a título de CT, e se esta for inferior à retenção, o reembolso previsto no artigo 139 do CT será aplicável.

Rendimentos na transmissão de Acções

Os ganhos ou perdas provenientes da transmissão de Acções a título oneroso ou por doação, ou de qualquer outra alienação das Acções, serão incluídos na matéria colectável dos sujeitos passivos de CT, ou sujeitos passivos de IRNR que operem através de estabelecimento estável em Espanha, como estabelecido nos artigos 10 e seguintes do Acto CT, pagando geralmente imposto a uma taxa de 30%.

Para além disso, nos termos estabelecidos no artigo 30.5 do Acto CT, a transmissão de Acções por sujeitos passivos deste imposto podem conceder ao cedente um direito de crédito de imposto por dupla tributação, e, se aplicável, pode qualificá-los para a dedução para o reinvestimento de lucros extraordinários, de acordo com o disposto no artigo 42 do Acto CT, no que respeita à parte dos rendimentos que não beneficiaram da dedução, desde que sejam satisfeitos os requisitos do artigo.

Por último, no caso de aquisição não onerosa das Acções por um sujeito passivo de CT, os rendimentos gerados por esta última serão do mesmo modo tributados de acordo com as normas deste imposto, não sendo aplicável o ISD.

9.3. Accionistas não residentes em Espanha

Esta secção analisa o tratamento fiscal aplicável aos accionistas não residentes em Espanha que são os beneficiários efectivos dos valores mobiliários, excluindo aqueles que operam em Espanha através de um estabelecimento estável e aqueles que optem por ser tributados como residentes em Espanha de acordo com os regimes acima descritos.

O estatuto de accionistas não residentes aplica-se a pessoas singulares que não sejam sujeitos passivos de IRPF e a entidades não residentes em Espanha de acordo com os termos do artigo 6 do IRNR.

As normas fiscais abaixo descritas são de natureza geral. Por isso, as circunstâncias específicas de cada sujeito passivo devem ser tidas em conta, a par com as disposições que podem ser aplicáveis ao abrigo das Convenções celebradas por outros países e Espanha.

Regime Fiscal dos Não Residentes

Dividendos

Os Dividendos e outros rendimentos resultantes da detenção de uma participação numa sociedade obtida por pessoas singulares ou por entidades não residentes em Espanha que operem para estes efeitos sem aí terem um estabelecimento estável serão sujeitos ao IRNR à taxa geral de imposto de 18% do montante bruto recebido, salvo se for aplicável uma taxa inferior ou uma isenção estabelecida numa Convenção assinada por Espanha. Adicionalmente, é aplicável uma isenção aos dividendos que são obtidos, sem a existência de um estabelecimento estável em Espanha, por pessoas singulares com residência fiscal na União Europeia ou países ou territórios com os quais haja uma troca efectiva de informação fiscal, sujeita a um limite de 1.500 Euros, calculados durante cada ano civil. Tal isenção não será aplicável aos rendimentos obtidos através de países ou territórios classificados oficialmente como paraísos fiscais.

Como regra geral, a EDP Renováveis aplicará uma retenção de 18% por conta do IRNR no momento em que o dividendo é pago.

No entanto se, devido à residência fiscal do beneficiário, for aplicável uma Convenção na qual a Espanha seja parte ou uma isenção, a isenção ou a taxa inferior de imposto, se qualquer uma, especificada na Convenção, será aplicável aos rendimentos deste tipo, perante a certificação prévia da residência fiscal do accionista na forma estabelecida nas leis e regulamentos aplicáveis. Para estes efeitos, quando o processo de pagamento envolve instituições financeiras domiciliadas, residentes ou representadas em Espanha que sejam custodiantes ou que gerem a cobrança dos rendimentos dos valores mobiliários relevantes, existe actualmente um procedimento especial aprovado pelo Decreto Regulamentar de 13 de Abril de 2000 do Ministro de Economia e das Finanças espanhol para a aplicação de retenções a não residentes à taxa aplicável em cada caso, ou para a não aplicação da retenção.

De acordo com estas normas, no momento em que os dividendos são distribuídos, a EDP Renováveis aplicará uma retenção do montante bruto dos dividendos à taxa de 18% e transfere o montante líquido para os custodiantes. Tais custodiantes se, em troca, demonstrarem pela forma específica o direito dos seus clientes à aplicação de taxas inferiores ou à isenção de retenção (propósito para o qual os clientes devem dar aos custodiantes, antes do décimo dia do mês seguinte ao mês de distribuição dos dividendos, um certificado de residente fiscal emitido pela autoridade fiscal competente do seu país de residência, com uma indicação expressa, quando tal seja o caso, de que o investidor é residente nos termos da Convenção; ou, nos casos em que um limite de tributação é aplicável ao abrigo da Convenção que é implementada via um Decreto Regulamentar estabelecendo o uso de um formulário específico, o referido formulário em vez do certificado) receberão imediatamente, para pagamento aos clientes, o montante retido em excesso. O certificado de residência acima referido é válido, para este efeito, por um ano a contar da data da sua emissão.

Se uma isenção é aplicável ou, por força de uma Convenção, a taxa de retenção é inferior a 18%, e o accionista não tenha sido capaz de demonstrar a sua residência fiscal dentro do limite estabelecido,

para esse efeito, pelo Regulamento Ministerial de 13 de Abril de 2000, ou por qualquer razão não seja aplicável o procedimento definido no Regulamento Ministerial de 13 de Abril de 2000, o accionista pode requerer à administração fiscal o reembolso da retenção em excesso sujeito ao procedimento e usando o formulário nos termos do disposto no Regulamento Ministerial de 23 de Dezembro de 2003. Os accionistas são aconselhados a consultar com os seus consultores a forma a proceder em cada caso de modo a requerer o reembolso à administração fiscal espanhola.

O procedimento estabelecido no Decreto Regulamentar do Ministro da Economia e das Finanças espanhol de 13 de Abril de 2000 que é acima descrito não será aplicável no que respeita aos dividendos ou participação nos lucros que, sujeitos a um limite de €1.500, sejam isentos do IRNR nos termos acima referidos. Neste caso, a EDP Renováveis aplicará, no momento da distribuição dos dividendos, uma retenção por conta do IRNR de 18%, e os accionistas, se aplicável, terão o direito de requerer à administração fiscal o reembolso da retenção em excesso sujeito ao procedimento estabelecido no Regulamento Ministerial de 23 de Dezembro de 2003.

Em qualquer circunstância, uma vez aplicada a relevante retenção do IRNR ou reconhecida a isenção, os accionistas não residentes não serão obrigados a requerer um reembolso de IRNR em Espanha.

Mais-valias e menos-valias

De acordo com o disposto no Acto IRNR, as mais-valias obtidas por uma pessoa singular não residente ou por entidades sem um estabelecimento estável em Espanha na transmissão de Acções, ou quaisquer outras mais-valias relacionadas com tais Acções, serão sujeitas a imposto ao abrigo do IRNR. Em particular, as mais-valias provenientes da transmissão de Acções serão tributadas ao abrigo do IRNR a uma taxa de 18%, salvo se for aplicável uma isenção doméstica ou uma Convenção assinada por Espanha, ao abrigo da qual sejam aplicáveis as disposições da referida Convenção.

Para além disso, pela aplicação da lei interna espanhola, serão isentos os seguintes ganhos de capital:

- a) Os provenientes da venda de Acções em mercados oficiais secundários de valores mobiliários, obtidos sem a existência de um estabelecimento estável por pessoas singulares ou por entidades residentes num país com o qual a Espanha tenha assinado uma Convenção com uma cláusula de troca de informação, desde que não tenham sido obtidos através de países ou territórios classificados por lei como paraísos fiscais.
- b) Os provenientes da transmissão de Acções obtidos sem a existência de um estabelecimento estável por pessoas singulares ou por entidades residentes num Estado membro da União Europeia ou por estabelecimentos estáveis desses residentes localizados em outro Estado membro da União Europeia, desde que não tenham sido obtidos através de países ou territórios classificados por lei como paraísos fiscais. A isenção não é extensível às mais-valias provenientes da transmissão de Acções ou direitos de uma entidade se (i) os bens da entidade consistem, directa ou indirectamente, em bens imóveis localizados em Espanha, ou (ii) em qualquer momento durante os doze meses anteriores à transmissão o sujeito passivo, directa ou indirectamente, tenha detido 25% ou mais do capital ou do activo líquido da sociedade emitente.

As mais ou menos-valias serão calculadas e sujeitas a tributação separadamente para cada transmissão, sem ser permitida qualquer compensação de mais ou menos-valias de diferentes

transmissões, e a sua quantificação será levada a cabo pela aplicação das normas do artigo 24 do Acto IRNR.

De acordo com o disposto no Acto IRNR, as mais-valias obtidas por não residentes sem o envolvimento de um estabelecimento estável não serão sujeitos a retenção ou pagamento por conta do IRNR.

Os accionistas não residentes serão obrigados a apresentar uma declaração e, se aplicável, determinar e pagar a obrigação de imposto correspondente. A declaração e o pagamento podem ser feitos pelo representante fiscal dos accionistas não residentes em Espanha ou pelo custodiante ou gestor das Acções, sujeito ao procedimento e utilizando o formulário estabelecido pelo Regulamento Ministerial de 23 de Dezembro de 2003.

Se for aplicável uma isenção, seja ao abrigo da lei espanhola ou de Convenção, os investidores não residentes devem demonstrar o seu direito a tal isenção pela submissão de certificado de residência fiscal emitido pela autoridade fiscal competente do seu país de residência (que, nesse caso, deve indicar expressamente que o investidor é residente nos termos da Convenção aplicável) ou de formulário, se qualquer, estabelecido pelo Despacho Regulamentar de implementação da Convenção aplicável. O referido certificado de residência é válido, para estes efeitos, por um ano a contar da data da sua emissão.

Imposto sobre o património líquido

Sem prejuízo das disposições das Convenções assinadas por Espanha, o IP será aplicável a pessoas singulares que não tenham a sua residência habitual em Espanha como estabelecido no artigo 9 do Acto IRPF e que em 31 de Dezembro de cada ano detenham propriedade localizada em Espanha ou direitos que possam ser exercidos ou estejam para ser cumpridos em Espanha. Tais propriedades ou direitos serão os únicos tributados em Espanha ao abrigo do IP, sem ter sido feita qualquer redução à isenção mínima como acima especificado, e aplicando o escalão geral do imposto, com taxas marginais que variam entre 0,2% e 2,5% em 2008. A este respeito, é importante ter em conta que a posição das autoridades espanholas é a de que as Acções de uma sociedade espanhola devem ser consideradas propriedade localizada em Espanha para efeitos fiscais.

No caso de estarem sujeitas ao IP, o valor das Acções detidas por pessoas singulares não residentes e admitidas à negociação num mercado oficial secundário espanhol de valores mobiliários é determinado pela cotação média para o quarto trimestre de cada ano. A referida cotação média é publicada em cada ano pelo Ministério da Economia e das Finanças para os efeitos deste imposto. Este imposto é aplicado por meio de autoliquidação que deve ser entregue pelo sujeito passivo, ou pelo representante fiscal do sujeito passivo em Espanha ou o custodiante ou gestor das Acções do sujeito passivo em Espanha, sujeito ao procedimento e utilizando o formulário estabelecido pelo Regulamento Ministerial de 23 de Dezembro de 2003.

Os accionistas não residentes em Espanha são aconselhados a consultar com os seus advogados ou consultores fiscais acerca dos termos segundo os quais o IP será aplicável em cada caso específico.

Imposto sobre sucessões e doações

Sem prejuízo das disposições das Convenções nas quais Espanha seja parte, as aquisições a título

gratuito por pessoas singulares não residentes em Espanha, independentemente da residência do cedente, serão sujeitas a ISD se a aquisição envolver propriedades localizadas em Espanha ou direitos que podem ser exercidos ou que estejam para ser cumpridos em Espanha. Neste sentido, a posição das autoridades espanholas é a de que as Acções de uma sociedade espanhola devem ser consideradas como propriedade localizada em Espanha para efeitos fiscais.

Sociedades não residentes em Espanha não estão sujeitas a este imposto e os rendimentos que obtenham a título gratuito serão geralmente tributados como mais-valias de acordo com as normas do IRNR acima descritas, sem prejuízo das disposições de tais Convenções que podem ser aplicáveis. Os accionistas não residentes em Espanha são aconselhados a consultar com os seus consultores fiscais acerca dos termos segundo os quais o ISD será aplicável em cada caso específico.

9.4. Convenção para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento

Nos termos da “Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento”, celebrada entre Portugal e Espanha, os dividendos pagos por sociedades residentes em Espanha a um residente em Portugal podem ser tributados em Espanha. Porém, caso o residente em Portugal seja o beneficiário efectivo desses rendimentos, o imposto em Espanha não pode exceder: a) 10% do montante bruto dos dividendos, caso o residente seja uma sociedade que detenha, directamente, pelo menos 25% da sociedade que paga os dividendos; ou b) 15% do montante bruto dos dividendos, nos restantes casos. A limitação de imposto em Espanha não será aplicável quando os dividendos sejam auferidos por uma sociedade residente em Portugal em cujo capital participem, directa ou indirectamente, em mais de 50%, sócios não residentes em Portugal, salvo se essa sociedade residente em Portugal exercer actividades comerciais ou industriais substantivas, distintas da simples gestão de valores ou de outros activos.

O Estado Português permitirá a dedução do imposto sobre o rendimento do residente em Portugal aos beneficiários dos dividendos numa importância igual ao imposto pago em Espanha. A importância a deduzir não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados em Espanha (32).

No caso de uma sociedade residente de Portugal auferir rendimentos de uma sociedade residente de Espanha, em que a primeira detenha directamente uma participação no capital não inferior a 25%, Portugal permitirá a dedução, para efeitos de determinação do lucro tributável sujeito ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, de 95% desses dividendos incluídos na base tributável, nos termos e condições estabelecidos na legislação portuguesa.

(32) Assim, se uma sociedade com lucros em Portugal de 100.000 Euros obtivesse, no mesmo exercício, lucros em Espanha no valor de 10.000 Euros, os quais teriam sido tributados em Espanha à taxa de 50% – a que corresponderiam 5.000 Euros de imposto pago – a importância a deduzir ao IRC global de 28.750 Euros (ou seja, 25% x 115.000) seria a fracção correspondente ao lucro de 15.000 Euros (ou seja, 3.750 Euros), por ser menor que o imposto pago em Espanha.

CAPÍTULO 10 – DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE DO EMITENTE E OFERENTE

10.1. A indústria das energias renováveis

Alguns dados de mercado e estatísticos e algumas previsões de dados sobre a indústria utilizados no presente Prospecto foram obtidos ou retirados de fontes externas, incluindo de pesquisas privadas e públicas, de estudos ou de dados e relatórios compilados, pela, entre outras, “Emerging Energy Research, LLC” (“EER”), pela “European Wind Energy Associations” (“EWEA”), pela “American Wind Energy Association’s” (“AWEA”), pela BTM Consult ApS (“BTM”) e pela Comissão Europeia (“CE”). As publicações sobre a indústria elaboradas pela EER incluem determinadas previsões que têm por base um cenário de crescimento reduzido, um cenário de caso base e um cenário de crescimento elevado; todas as projecções da EER incluídas infra ou em qualquer outro local do presente Prospecto foram retiradas do cenário de caso base e abrangem, se aplicável, a capacidade eólica “offshore” instalada. As publicações sobre a indústria declaram geralmente que as informações nelas contidas provêm de fontes consideradas fidedignas mas que a sua exactidão e exaustão não são garantidas. O estudo de mercado, apesar de o considerarmos fidedigno para os efeitos do presente Prospecto e estar reproduzido com exactidão, não foi sujeito a verificação independente.

O Prospecto contém igualmente declarações relativas à indústria e menções à posição comparativa da EDP Renováveis em termos concorrenciais na indústria que não se basearam em dados estatísticos publicados ou em informação obtida através de terceiros independentes, constituindo pelo contrário estimativas internas baseadas na experiência da EDP Renováveis e na sua investigação acerca das condições de mercado. A EDP Renováveis não pode garantir que qualquer destas suposições é exacta ou reflecte a posição da EDP Renováveis na indústria, sendo que nenhuma das suas pesquisas internas ou informações foi verificada de forma independente.

Alguns dados numéricos referidos neste Prospecto foram arredondados. Assim, em tabelas ou outros locais deste Prospecto, os valores indicados como correspondendo a valores totais podem resultar simplesmente da soma aritmética dos dados numéricos que lhes estão por base. Por outro lado, determinadas percentagens referidas em tabelas deste Prospecto reflectem cálculos que têm por base informação numérica, cujos valores não foram ainda arredondados e, desse modo, podem não corresponder exactamente às percentagens que resultariam se os respectivos cálculos resultassem dos dados numéricos arredondados.

As previsões e as declarações prospectivas apresentadas no presente capítulo não são garantias de desempenho futuro, podendo os acontecimentos e as circunstâncias diferir materialmente das expectativas actuais. Haverá múltiplos factores que poderão causar ou contribuir para tais divergências. Ver “Factores de Risco” e “Declarações Relativas ao Futuro”. As informações relativas ao mercado e as previsões efectuadas quanto à indústria incluídas no Prospecto foram obtidas através de pesquisas de mercado, informações disponíveis publicamente e publicações e organizações ligadas à indústria, incluindo entre outros:

- “American Wind Energy Association” (“AWEA”), “Annual Rankings Report”, de Abril de 2008;
- AWEA, “2007 Market Report”, de Janeiro de 2008;
- “Asociación Empresarial Eólica” (“AEE”), “Press Release”, de 17 de Janeiro de 2008;
- “BTM Consult ApS”, “World Market Update 2007 (“BTM”) – Forecast 2008-2012”, de Março de 2008;
- “Emerging Energy Research, LLC” (“EER”), “European Wind Power, Markets and Strategies, 2007-2015”, de Junho de 2007;
- EER, “European Wind Energy Markets – Market Forecasts 2007-2015”, de Novembro de 2007;

- EER, “*European Wind Plant Ownership –Rankings 2007*”, de Março de 2008;
- EER, “*France Wind Plant Ownership – Rankings 2007*”, de Março 2008;
- EER, “*Global Wind Energy Markets – Market Forecasts 2007-2015*”, de Novembro de 2007;
- EER, “*Global Wind Plant Ownership – Rankings 2007*”, de Março de 2008;
- EER, “*US/Canada Wind Energy Markets – Market Forecasts 2007-2015*”, de Novembro de 2007;
- EER, “*US/Canada Wind Plant Ownership – Rankings 2007*”, de Março de 2008;
- EER, “*US Wind Power Markets and Strategies, 2007-2015*”, de Junho de 2007;
- “*Energy Information Administration*” (“EIA”), “*Form ELA-P60 Annual Electric Generator Report, 1985-1988*”;
- EIA, “*Form ELA-P60, Annual Electric Generator Report*” e “*Form ELA-86, Annual Monthly Power Producer Report, 1989-1999*”;
- EIA “*Form ELA-P60A, Annual Electric Generator Report Utility*” e “*Form ELA-P60B, Annual Electric Generator Report Non-Utility, 1999-2000*”;
- Comissão Europeia (“CE”), “*Renewable Energy Road Map*”, COM (2006) 848 final, de 10 de Janeiro de 2007;
- CE, Proposta de Directiva acerca da promoção do uso de energia a partir de fontes renováveis, versão final, de 23 de Janeiro de 2008;
- CE, “*World Energy Technology Outlook 2050*”, de 2006;
- CE, “*Action Plan for Energy Efficiency: Realising the Potential*”, COM (2006) 545 final, de 19 de Outubro de 2006;
- U.E., Directiva 2001/77/CE acerca da promoção de energia eléctrica produzida a partir de fontes renováveis no mercado interno, de 27 de Outubro de 2001;
- “*European Wind Energy Association*” (“EWEA”), “*Wind Power installed in Europe by end of 2007 (cumulative) – Onshore*”, de Janeiro de 2008;
- “*Global Wind Energy Council*” (“GWEC”), “*Press Release*”, de 27 de Março de 2008;
- Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (“INEGI”), Parques Eólicos em Portugal, de Dezembro de 2007;
- “*Latin American Wind Energy Association*” (“LAWEA”), “*Newsletters – Various*”, de 2008;
- “*Secretaría General de Energía*”, “*Informe de Sostenibilidad Ambiental de la Planificación de los Sectores de Electricidad y Gas*”, de Julho de 2007;
- “*Wood Mackenzie Research and Consulting*”, “*Research Report*”, de Fevereiro de 2008; e
- Programa Ambiental das Nações Unidas (“PANU”), “*Global Trends in Sustainable Energy Investment 2007: Analysis of Trends and Issues in the Financing of Renewable Energy and Energy Efficient in OECD and Developing Countries*”, de 2007.

Enquadramento

No decurso da recente volatilidade dos preços nos mercados petrolífero e do gás natural, as preocupações globais relativamente à manutenção do fornecimento sustentável de energia, a longo prazo, ao mais baixo custo possível têm vindo a crescer. Simultaneamente, a solidificação do consenso científico internacional sobre a realidade das alterações climáticas globais causadas pelas emissões de gases que provocam efeito de estufa veio promover a transição no sentido de ser criado um conjunto de alternativas na área da produção de energia com emissões reduzidas de CO₂. Neste contexto, à medida que cada vez mais países procuram proteger o seu meio ambiente e criar um conjunto de alternativas seguras, as políticas de energias renováveis começam a proliferar pelo

mundo inteiro em linha com uma procura crescente de energia. Em muitos países estas políticas estão suportadas pelo Protocolo de Quioto (o “Protocolo de Quioto”) das Nações Unidas (as “NU”) ratificado largamente em 1997 e o qual entrou em vigor em 2005. Ver “ – Apoio governamental ao fornecimento de energia renovável”.

Verificou-se um rápido crescimento do investimento em projectos de produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis, como decorre do investimento global em energias renováveis e projectos conexos realizados em 2006, com um valor estimado em 71 mil milhões de Dólares Americanos, de acordo com o relatório do “*Global Trends in Sustainable Energy Investment*” do Programa Ambiental das Nações Unidas, de 2007. Isto representa um aumento de 43 %, sobre o valor estimado de 50 mil milhões de Dólares Americanos gastos em 2005 e que corresponde aproximadamente a 18 % do investimento global na produção de energia baseada nas diversas tecnologias existentes. As tecnologias de produção de energias renováveis incluem, entre outras, a energia eólica, a hídrica (incluindo hídricas de grande dimensão e mini-hídricas), a biomassa, a energia das ondas e das marés e a energia solar (incluindo térmica e fotovoltaica).

Segundo o relatório *World Energy Outlook 2007* da “*International Energy Agency*” - Agência Internacional da Energia (a “IEA”), a quota das energias renováveis na produção de energia eléctrica a nível mundial cresceu de 1,4% em 1990 para 2,2% em 2005, o que representa uma taxa composta de crescimento anual (“CAGR”) de 6,0%, enquanto o mercado mundial de produção de energia eléctrica cresceu a uma taxa de 2,9% durante o mesmo período. As tecnologias na área da energia podem ser avaliadas em termos de independência energética e impacto no ambiente. As tecnologias mais tradicionais em matéria de energia, nomeadamente o carvão e o fuelóleo, não apresentam um desempenho particularmente satisfatório de acordo com nenhum dos critérios referidos. A energia produzida através de fontes renováveis em conjunto com as turbinas a gás de ciclo combinado (“CCGT”) têm um resultado positivo em ambas as categorias. Contrariamente ao fuelóleo e ao carvão (e, em menor medida, às CCGT), as tecnologias de energias renováveis produzem níveis baixos de emissões de CO₂. Em termos de independência energética, em comparação com outras tecnologias, a exposição das tecnologias das energias renováveis às variações dos preços de mercado e aos problemas associados à disponibilidade e ao acesso ao fornecimento de energia é mais reduzida.

Apoio governamental ao fornecimento de energia renovável

O Protocolo de Quioto

O nível de concentração de CO₂ (dióxido de carbono) para a atmosfera cresceu aproximadamente mais de 22%, de 315 partículas por milhão (ppm) em 1960, para 384 ppm em 2007 e deste modo, recentemente tem-se verificado um aumento do apoio à produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis através de acções recentes no sentido de reduzir as emissões de gases que podem provocar alterações climáticas. A implementação de encargos adicionais relacionados com a emissão de CO₂, por meio de mecanismos como a tributação, os limites em matéria de emissões de CO₂, e a afectação de créditos de carbono aumentaram a competitividade das fontes de produção de energia eléctrica não emissoras de CO₂, como a produção eólica.

Os esforços internacionais no sentido de reduzir as emissões de CO₂ aumentaram substancialmente em resultado do Protocolo de Quioto. O Protocolo de Quioto obteve o compromisso dos governos signatários para reduzirem as suas emissões de CO₂ que provocam efeito de estufa em média para 5,2% abaixo dos níveis de 1990 até 2012. A 6 de Junho de 2007, 174 países (bem como a U.E.), no

seu todo) ratificaram ou aderiram ao Protocolo de Quioto.

Iniciativas na Europa

A existência de uma forte política de apoio, tanto a nível da U.E., como a nível nacional na Europa, veio estimular um crescimento acelerado na produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis. A Directiva da U.E. acerca da promoção da energia eléctrica produzida a partir de fontes de energia renováveis no mercado eléctrico interno (Directiva 2001/77/CE) (a “Directiva da Energia Renovável”), em vigor desde 2002, constitui o motor principal em que assenta a actual política europeia. A Directiva da Energia Renovável exige que cada Estado Membro estabeleça uma proporção específica do seu consumo de energia eléctrica a partir de fontes renováveis até 2010. A Comissão Europeia (“CE”) emitiu adicionalmente um “Plano de Acção para a Eficiência Energética”, em Outubro de 2006 (COM (2006) 545), estabelecendo, entre outras, as seguintes metas:

Metas Energéticas da U.E. ⁽³³⁾	Metas do Conselho Europeu de Bruxelas Publicadas
Redução das emissões (compromisso obrigatório)	20%, caso seja unilateral para a U.E.; ou 30%, caso os outros países desenvolvidos transponham os objectivos da Directiva da Energia Renovável para a sua legislação.
Quota das renováveis no mix energético (obrigatório)	20% do mix energético total; 10% dos combustíveis para transportes em biocombustíveis.
Conservação de energia (não obrigatório)	Melhoria em 20% da eficiência energética até 2020.

A CE publicou as metas para a quota de consumo de energias renováveis no total de energia consumida para um aumento até cerca de 2,4 vezes do consumo de energias renováveis para o período de 2005 a 2020. Tal reflecte um crescimento de 8,5% do consumo de energia total em 2005 para 20% em 2020. Prevê-se que a proporção face ao consumo de energias renováveis no total do consumo de electricidade aumente de 14% em 2005 para entre 34% e 43%, em 2020, do consumo de energia eléctrica global, segundo o “*Renewable Energy Road Map*”, COM (2006) 848 em 10 de Janeiro de 2007, e a “Proposta de Directiva acerca do incentivo ao uso de energia de fontes renováveis”, de 23 de Janeiro de 2007.

Iniciativas nos E.U.A.

Nos E.U.A., apesar do governo federal ter indicado a sua intenção de não ratificar o Protocolo de Quioto, o ambiente político actual, a pressão de organizações ambientalistas e a crescente opinião pública favorável, têm considerado essencial do ponto de vista político o desenvolvimento da energia renovável nos E.U.A.. O apoio do governo tem-se manifestado através de “créditos fiscais de produção federais” (“PTCs”) que garantem aos produtores de energias renováveis créditos fiscais e benefícios relacionados com a quantidade de energia eléctrica de fonte renovável produzida durante um período de tempo determinado. Estima-se que os PTCs sejam renovados e mantidos pelo governo federal nos próximos anos, não obstante não pode existir qualquer garantia de que os PTCs

⁽³³⁾ Fonte: CE, “*Renewable Energy Road Map*”, COM (2006) 848 final, 10 de Janeiro de 2007; CE, “Proposta de Directiva acerca do incentivo ao uso de fontes de energia renováveis”, 23 de Janeiro de 2008 As metas energéticas referem-se à UE como um todo e não foram afectadas aos Estados Membros individualmente considerados da UE.

serão estendidos ou renovados para os parques eólicos que entrarão em operação após 2008. Muitos Estados aprovaram ainda legislação, principalmente no âmbito da “*Renewable Portfolio Standards*” (“RPS”), a qual exige que determinada quota do fornecimento energético dos serviços públicos seja produzida a partir de fontes de energia renováveis. Segundo a DSIRE, em 31 de Março de 2008, 29 estados e o “*District of Columbia*” aprovaram metas de energias renováveis (quatro dos quais em regime cumprimento voluntário das metas, em vez de obrigatório), em comparação com apenas 13 Estados em 2003. Existe igualmente uma crescente convergência com vista ao estabelecimento de um RPS a nível federal.

Estima-se ainda que a produção de energia renovável seja reforçada pela fixação de metas de redução das emissões de CO₂ e que exista um consenso crescente de que o mercado de CO₂ possa ter início em 2012 nos E.U.A.. O “mercado de CO₂”, mais genericamente reconhecido como o “mercado de emissões de CO₂”, consiste numa abordagem administrativa utilizada para controlar a poluição através da concessão de incentivos económicos para alcançar reduções nas emissões de poluentes. A comercialização de CO₂ envolve a comercialização de certificados que representam o direito de emitir um montante específico de emissões de CO₂, sujeito a um limite governamental ou internacional. É genericamente considerada uma forma eficiente de obter uma redução global do nível de emissões, assumindo que os custos de transacção envolvidos na participação no mercado são mantidos em níveis razoáveis, sendo a comercialização de emissões um dos mecanismos de flexibilidade previstos pelo Protocolo de Quioto, e destina-se a permitir aos países aderentes atingir as suas metas de emissões. Estima-se que, ao abrigo deste mecanismo, os países com custos de redução de emissão internos elevados adquiram certificados aos países com baixos custos de redução de emissão internos e que os países possam individualmente estabelecer regimes de comercialização semelhantes para as sociedades nacionais. Com efeito, o comprador paga uma taxa por poluir, enquanto que o vendedor está a ser recompensado por ter reduzido as suas emissões mais do que se encontra estabelecido como objectivo para as suas emissões.

Crescimento projectado

O quadro seguinte demonstra uma estimativa da expectativa de crescimento da quota de energias renováveis face à produção total de energia eléctrica por região:

Quota de produção de energia renováveis por região ⁽³⁴⁾ ⁽³⁵⁾			
	2005	2030	
		Cenário de referência ⁽³⁶⁾	Cenário de Política Alternativa ⁽³⁷⁾
	(%)	(%)	(%)
OCDE América do Norte	15%	19%	23%
OCDE Europa	19%	31%	42%
OCDE Pacífico	9%	12%	17%
África	17%	23%	35%

⁽³⁴⁾ Fonte: CE – “*World Energy Technology Outlook, 2050*”, de 2006; IEA – “*World Energy Outlook 2007*”, de 2007.

⁽³⁵⁾ Inclui a energia eléctrica produzida através de centros electroprodutores a partir de fontes hidráulicas de grande dimensão.

⁽³⁶⁾ O cenário de referência tem em consideração as novas políticas aprovadas em 2006.

⁽³⁷⁾ O cenário de política alternativa presume que as políticas que têm sido consideradas por todo o mundo são implementadas.

América Latina

71%

58%

66%

De acordo com os dados do “*World Energy Technology Outlook*” (“WETO”), retirados do “*carbon constraint case*”, estima-se que a quota de produção de energia a partir de fontes renováveis cresça, a nível global, de 21,6% em 2020, para 25,5% em 2030, e para 30,2% até 2050.

Energia eólica e outras tecnologias de energia renovável

As principais tecnologias para produção de energia eléctrica a partir fontes renováveis são a energia eólica, a hídrica (incluindo as grandes hidroeléctricas e as mini-hídricas), a biomassa, a energia geotérmica e solar (incluindo a térmica e a fotovoltaica). Algumas destas tecnologias têm aplicação limitada: a utilização da biomassa pode ser limitada devido aos desafios que se colocam em matéria de logística do abastecimento de combustível, à disponibilidade e à competitividade; a energia hídrica e geotérmica podem ser limitadas devido a factores geográficos e geológicos; e a energia solar apesar de estar em rápido crescimento, ainda se encontra numa fase relativamente precoce do seu desenvolvimento, evidenciando custos de instalação mais onerosos que outras fontes renováveis de produção de energia eléctrica. Em contraste, a produção de energia eólica foi a que atingiu o maior crescimento em termos de capacidade instalada. É não poluente, constitui uma forma de energia sustentável e é uma tecnologia com algum nível de maturidade, testada, economicamente eficiente e com um espectro de aplicação muito abrangente.

Para além disso, a produção de energia eólica apresenta níveis baixos de dependência de energia primária, tem prazos relativamente curtos de colocação no mercado (cerca de um a três anos), é facilmente escalável e tem um crescente apoio regulatório. Em comparação, o carvão, por exemplo, emite níveis altos de CO₂, tem prazos de colocação no mercado muito superiores (cerca de quatro a sete anos), e apresenta custos económicos desfavoráveis, com um cada vez menor apoio da opinião pública. A energia nuclear mantém níveis baixos de emissão de CO₂, é pouco dependente de energia primária, mas tem um prazo longo de colocação no mercado (cerca de 10 anos), e não tem claramente apoio da opinião pública. O gás natural é de uma maneira geral relativamente neutro, mas caracteriza-se por aumentar a dependência em relação à energia primária e por apresentar preços altos como foi acima demonstrado e volatilidade.

A Economia da tecnologia da energia eólica

Os progressos tecnológicos no campo da energia eólica e os incentivos do governo nesta área contribuíram decisivamente para uma melhoria no sector da produção de energia eólica, e os custos com a produção de energia eólica são agora considerados competitivos em relação a outras tecnologias tradicionais de produção de energia renovável. Segundo a AWEA, nos últimos 20 anos, o custo da produção de energia eléctrica a partir de sistemas eólicos de escala industrial decresceu mais de 80%. Este decréscimo acentuou-se devido a crescentes economias de escala e eficiência em resultado, entre outros, dos avanços na tecnologia das turbinas eólicas, dos progressos na investigação e desenvolvimento, baseados numa procura sustentada e numa concorrência natural entre fabricantes, assim como de processos de fabrico aperfeiçoados.

O crescimento de competitividade relativamente aos custos com a produção de energia eólica tiveram como causas os seguintes factores, em particular:

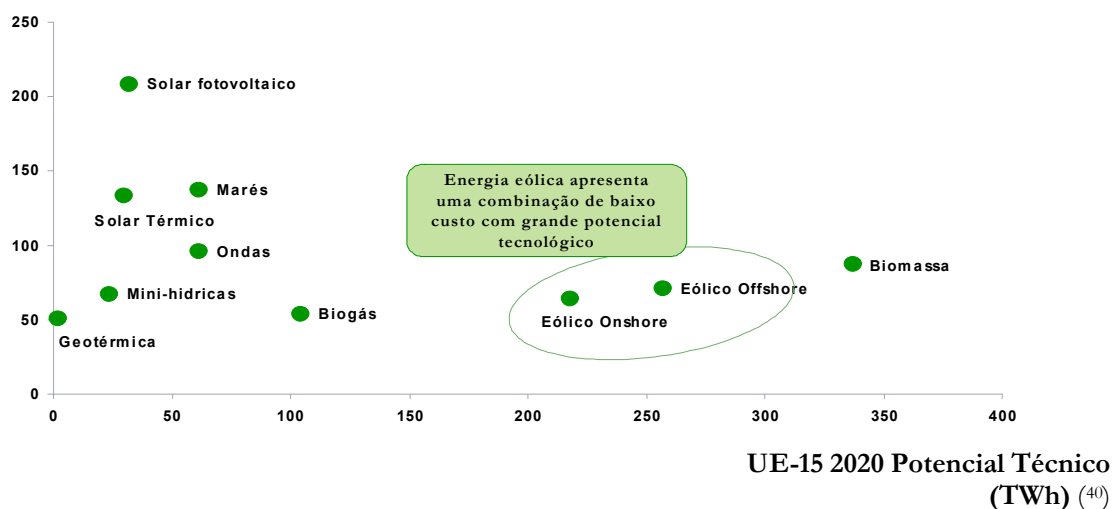
- a) avanços na tecnologia das turbinas eólicas: a eficiência da produção de energia eólica depende significativamente das capacidades de produção das turbinas eólicas e eficiências operacionais.

A capacidade média das turbinas tem aumentado de um intervalo de 0,05 MW a 0,3 MW em 1990 para cerca de 2 MW a 3 MW à presente data. Os diâmetros dos rotores das turbinas têm aumentado de forma similar de uma média de 30 metros em 1990 para uma média de 120 metros em 2008. Como consequência, os custos de investimento em turbinas e na produção de energia eólica decresceram de € 1,6 milhões/MW em 1990 para € 1,2-1,3 milhões/MW em 2008 (ajustados à inflação), de acordo com a IEA;

- b) valor de recuperação: uma parte do valor dos parques eólicos pode ser recuperado após os vinte anos de vida útil estimada, através da repotenciação do parque por substituição das turbinas antigas e colocação de novas. Por exemplo, aproximadamente 20% do investimento inicial capitalizado pode ser recuperado por re-utilização das infra-estruturas já existentes (acessos, construção civil, rede eléctrica e de interligação), arrendamentos e outros;
- c) potencial técnico vs. custos nivelados: a energia eólica beneficia de um elevado potencial técnico e de custos nivelados relativamente baixos (sendo o valor actual dos custos totais de construção e de colocação em funcionamento de uma instalação de produção ajustados à sua vida útil), em comparação com outras tecnologias de produção a partir de energias renováveis, como demonstrado pelo quadro seguinte:

Estimativas para 2020 da U.E. sobre a relação entre o potencial tecnológico e os custos nivelados de várias tecnologias ⁽³⁸⁾

Custos nivelados 2020 ⁽³⁹⁾
(€/MWh)



- d) aumento da dependência energética: o crescimento da procura global de energia eléctrica aumentou a dependência energética. De acordo com a “U.S. National Oceanic and Atmospheric Administration” (a “US-NOAA”), a IEA e a Eurostat da CE (“Eurostat”), estima-se que a procura global de energia eléctrica aumente aproximadamente 98% de 2005 até ao final de 2030, de 15.000 TWh até aproximadamente 30.000 TWh. De acordo com US-NOAA, IEA e

⁽³⁸⁾ Fonte: Custos nivelados para a UE – Potencial e custo de energia eléctrica renovável na Europa (2007). Potencial técnico segundo estimativas da EDP Renováveis para 2007.

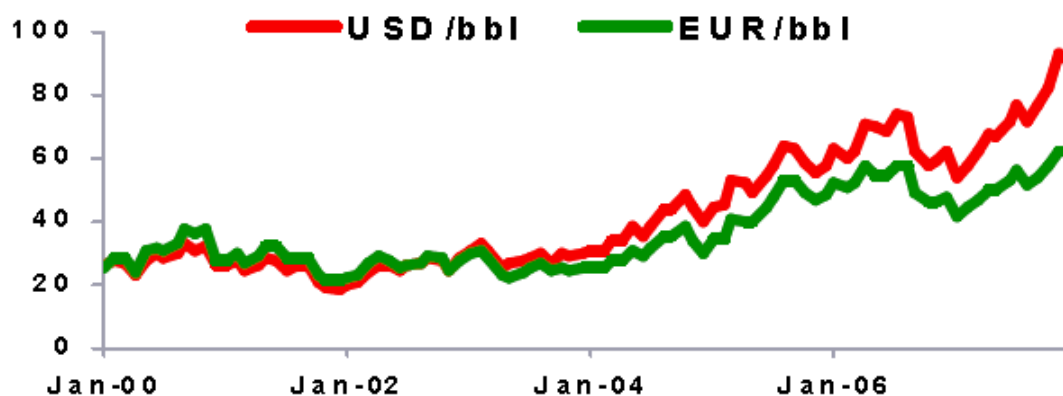
⁽³⁹⁾ Potencial adicional realizável até 2020.

⁽⁴⁰⁾ Potencial adicional realizável até 2020.

Eurostat, estima-se que o nível de importações líquidas do fornecimento de energia eléctrica, que reflecte o nível de dependência energética, aumente de 50% em 2000 para 56% em 2005 e 67% no final de 2030, face ao consumo de energia eléctrica global. Estes aumentos na dependência energética resultam numa maior pressão sobre os preços dos combustíveis fósseis e aumentos generalizados dos preços nos mercados de energia, resultando nos actuais preços históricos dos combustíveis fósseis e na competitividade relativa dos preços da energia eléctrica produzida a partir de fontes de energia renováveis.

O gráfico infra demonstra a evolução das tendências de crescimento dos preços do petróleo e do carvão nos anos recentes:

Evolução do preço do barril de petróleo Brent ⁽⁴¹⁾
Janeiro 2000 – Dezembro 2007



Estima-se, tendo em consideração a evolução registada, que os preços dos combustíveis fósseis venham a apresentar maiores flutuações, assim como aumentos generalizados dos mesmos. Adicionalmente, são estimadas subidas nos preços da energia nos E.U.A., uma vez mais em resultado de uma subida dos custos dos combustíveis convencionais e do aumento na relação dos custos de capital face às tecnologias de produção convencionais. O quadro seguinte reflecte a evolução recente e prevista dos preços da energia em várias regiões dos E.U.A.:

Evolução projectada dos preços da energia eléctrica				
(US\$/MWh) (⁽⁴²⁾)	New York Independent System Operator (NYISO)	Electric Reliability Council of Texas (ERCOT)	Califórnia Independent System Operator (CAISO)	Pennsylvania, New Jersey, Maryland (PJM)
2007	56,6	57,5	54,5	35,4
2008	63,8	66,9	62,1	40,5
2009	67,8	71,2	65,2	43,9

⁽⁴¹⁾Fonte: Reuters (2007) ; EIA (2007)

⁽⁴²⁾ Fonte: "Wood MacKenzie", tal como publicado em Fevereiro de 2008.

2010	67,9	68,2	62,9	46,2
------	------	------	------	------

Os factores acima descritos têm, em conjunto com outros factores, resultado em taxas de crescimento elevadas da produção de energia eólica comparativamente com os outros tipos de energia existentes. O quadro seguinte apresenta o CAGR nos diferentes sectores de energia nos E.U.A. para o período entre 1996 e 2006:

Tipo de Tecnologia⁽⁴³⁾	Crescimento do Sector energético 1996-2006 CAGR (%)
Eólica	20,1%
Gás Natural	7,1%
Petróleo	2,6%
Hidroelétrica	0,2%
Carvão	0,1%
Nuclear	(0,1)%

Prevê-se que estes factores resultem no crescimento progressivo da produção de energia eólica, a qual estima-se que represente até 50% de toda a energia produzida pelas restantes tecnologias energéticas renováveis entre 2020-2030, como se demonstra no quadro seguinte:

	Percentagem da quota adicionada de TWh por tecnologia de produção de energia renovável, 1990-2030) ⁽⁴⁴⁾		
	1990-2005	2005-2020	2020-2030
Eólica	12%	33%	50%
Outras tecnologias	89%	67%	50%

10.2. O Mercado da Energia Eólica

A capacidade eólica instalada global cresceu a uma taxa anual de 25,7%, desde 2001 até 2007, de acordo com o “*Global Wind Energy Council*” (“GWEC”), tendo atingido uma capacidade instalada total de 94.122 MW de acordo com o GWEC, ou de 91.379 MW em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as estimativas do EER. Esta capacidade instalada no final do ano de 2007 reflecte um crescimento de 27% em comparação com o mercado de 2006, de acordo com o GWEC.

Alguns dos fornecedores de turbinas expandiram a sua capacidade de produção, o que, segundo a EER, poderá permitir no futuro taxas de crescimento ainda mais elevadas.

Mercados globais da energia eólica

Enquadramento

Segundo o GWEC, em 31 de Dezembro de 2007, os cinco países com maior capacidade de produção de energia eólica instalada total eram a Alemanha (22,3GW), os E.U.A. (16,8GW), a Espanha

⁽⁴³⁾ Fonte: Estimativas da “*Energy Information Administration, United States*” (“EIA”), 1949-1984, Form EIA-P60 “*Annual Electric Generator Report*”, 1985-1988; EIA, Form EIA, P60 “*Annual Electric Generator Report*” e Form EIA-86 “*Annual Monthly Power Producer Report*”, 1989-1999 EIA, Form EIA-P60A, “*Annual Electric Generator Report Utility*” e Form EIA-P60B, “*Annual Electric Generator Report Non-Utility*”, 1999-2000, EIA, Form EIA-P60 “*Annual Electric Generator Report*”, 2001 Forward.

⁽⁴⁴⁾ Fonte: CE – “*World Energy Technology Outlook 2050*”, de 2006; IEA – “*World Energy Outlook 2007*”, de 2007.

(15,1GW), a Índia (8,0GW) e a China (6,1GW). Em termos de valor económico, em 2007, o valor do mercado global da energia eólica era de aproximadamente €25 mil milhões ou 36 mil milhões de Dólares Americanos, em termos de custos dos novos componentes para as instalações.

Crescimento

No seu cenário de caso base, a EER estima um crescimento da capacidade eólica global instalada na ordem dos 16,1% durante 2008, atingindo-se uma capacidade eólica instalada de 109.242 MW até ao final do ano. Estima-se que a capacidade eólica instalada venha a crescer, a nível global, a uma CAGR de 11,1% entre 2007 e 2015, atingindo os 264.053 MW em 2015. Estima-se ainda que a capacidade eólica anual instalada adicional venha a crescer anualmente de 20.073 MW, em 2007, para mais de 24.000 MW, em 2015. O quadro seguinte apresenta as previsões da EER em matéria de crescimento da capacidade eólica instalada global e regional para o período de 2007 até 2015:

	Capacidade eólica instalada acumulada ⁽⁴⁵⁾									CAGR
	Previsão									Previsão
	2007 ⁽⁴⁶⁾	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007-2015
	<i>(em MW líquidos)</i>									<i>(%)</i>
Europa.....	56.057	64.597	73.574	83.012	92.521	102.475	112.914	124.103	135.727	11,7
América do Norte.....	17.922	24.326	30.830	37.321	43.810	50.496	57.276	64.406	71.786	18,9
Ásia Pacífico ...	16.117	21.115	26.705	32.615	39.185	46.330	55.220	63.435	73.825	21,0
Restantes países.....	1.284	1.895	2.429	3.229	4.114	5.169	6.359	7.809	9.447	28,3
Capacidade total.....	91.379	111.933	133.538	156.177	179.630	204.470	230.794	259.753	290.787	15,6

De acordo com as projecções da EER, no futuro, o mercado global da energia eólica irá continuar a diversificar-se geograficamente da Europa para a América do Norte e para a Ásia Pacífico. De acordo com a EER, estima-se que os E.U.A. e Espanha apresentem o maior crescimento em termos de capacidade eólica instalada no período de 2007 a 2015. O quadro seguinte estabelece o acréscimo total previsto em capacidade eólica instalada para os E.U.A. e diversos países europeus para o período de 2007 a 2015:

Países	Previsão de crescimento em capacidade eólica instalada para o período de 2007 a 2015 ⁽⁴⁷⁾ <i>(em MW líquidos)</i>
E.U.A. ⁽⁴⁸⁾	41.433
Espanha ⁽⁴⁹⁾	18.900
Canadá	12.432
França ⁽⁵⁰⁾	10.480

⁽⁴⁵⁾ Fonte: EER, “Global Wind Energy Markets 2007-2015”, tal como publicado em Novembro de 2007 (baseado no cenário de caso base).

⁽⁴⁶⁾ Os resultados para 2007 foram retirados de uma estimativa efectuada pela EER, e diferem dos actuais resultados em 31 de Dezembro de 2007, publicados em Janeiro de 2008 pela EWEA e pela AWEA que compõem a análise por cada país para o ano de 2007.

⁽⁴⁷⁾ Fonte: EER, tal como publicado em Novembro de 2007 (baseado no cenário de caso base); Latin American Wind Energy Association (“LAWEA”), para o Brasil e México, tal como publicado em Março de 2008.

⁽⁴⁸⁾ País onde a EDP Renováveis desenvolve actividades actualmente.

⁽⁴⁹⁾ País onde a EDP Renováveis desenvolve actividades actualmente.

⁽⁵⁰⁾ País onde a EDP Renováveis desenvolve actividades actualmente.

Alemanha	10.295
Reino Unido	9.980
Portugal ⁽⁵¹⁾	6.075
Itália	6.010
Brasil ⁽⁵²⁾	5.000
México	5.000
Polónia ⁽⁵³⁾	2.780
Grécia	2.310
Suécia	2.233
Turquia	1.930
Noruega	1.800
Irlanda	1.100
Bélgica ⁽⁵⁴⁾	920
Países-Baixos	745
Dinamarca	485
Áustria	160

Panorama concorrencial

A EDP Renováveis é o quarto maior grupo a nível mundial na produção de energia eólica, com base na capacidade instalada líquida, à data de 31 de Dezembro de 2007 (assumindo a transmissão da actividade de produção a partir de fontes de renováveis da Endesa para a Acciona). Apresenta a maior taxa de crescimento anual a nível global de 168%, para o período entre o final do ano de 2006 e o final do ano de 2007, em comparação com os outros cinco principais operadores no mercado das energias renováveis, de acordo com os dados da EER e com as estimativas da EDP Renováveis. O quadro seguinte apresenta a capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007 e o crescimento em 2006-2007 da capacidade eólica instalada, tanto em termos de MW líquidos, como em termos percentuais, das maiores empresas presentes no mercado global da energia eólica:

Classificação ⁽⁵⁵⁾	Sociedade	Capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007	Evolução crescente da capacidade de energia eólica instalada para o período 2006-2007	
			(em MW líquidos)	(%)
1	Iberdrola Renovables	6.920	3.125	82
2	FPL	5.080	1.065	27
3	Acciona e Endesa ⁽⁵⁶⁾	4.018	558 ⁽⁵⁷⁾	16 ⁽⁵⁸⁾
4	EDP Renováveis	2.862	1.068	168
5	Babcock & Brown	2.396	889	59

⁽⁵¹⁾ País onde a EDP Renováveis desenvolve actividades actualmente.

⁽⁵²⁾ A EDP Renováveis anunciou a sua intenção participar numa “*Joint Venture*” com a subsidiária das energias renováveis da EDP Energias do Brasil, S.A. para explorar e potencialmente desenvolver projectos de energia eólica no Brasil.

⁽⁵³⁾ País onde a EDP Renováveis desenvolve actividades actualmente.

⁽⁵⁴⁾ País onde a EDP Renováveis desenvolve actividades actualmente.

⁽⁵⁵⁾ Fonte: EER, “*Global Wind Plant Ownership Rankings*”, a 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Março de 2008; e nas estimativas da EDP Renováveis baseadas na informação a 31 de Dezembro de 2007.

⁽⁵⁶⁾ Assume a transmissão da actividade de produção a partir de fontes renováveis da Endesa para a Acciona. Os activos da Endesa estão a ser presentemente reestruturados após a aquisição da sociedade pela Acciona e a Enel no final de 2007. A EDP Renováveis ficará classificada na terceira posição, assumindo que a actividade de produção de energia eléctrica da Endesa não será transferida para a Acciona.

⁽⁵⁷⁾ O resultado é uma agregação pró-forma do crescimento anual da Acciona e da Endesa.

⁽⁵⁸⁾ O resultado é uma agregação pró-forma do crescimento anual da Acciona e da Endesa.

6	Long Yuan	1.662	801	93
7	E.ON	1.241	786	172
8	International Power	1.035	695	204
9	EDF Energies Nouvelles	1.024	283	38
10	MidAmerica Energy	938	342	57

No período entre o final de 2005 e o final de 2007, a EDP Renováveis apresentou um crescimento de aproximadamente 3,8 vezes, o maior crescimento verificado entre os principais intervenientes no mercado durante o mesmo período. Deste modo, de acordo com a EER e com estimativas da EDP Renováveis, esta terá ascendido na classificação a nível mundial da nona para a quarta posição, em termos de capacidade eólica bruta instalada, no período entre o final de 2005 e o final de 2007.

Os intervenientes líderes no mercado, muitas vezes, desenvolvem um leque de actividades em que as receitas são divididas pelas diversas áreas de negócio das energias renováveis, instrumentos de desenvolvimento, ou outras formas de actividades de produção de energia a partir de fontes não renováveis. Contudo, a EDP Renováveis é o único operador líder no mercado cujos proveitos de 2007 são exclusivamente resultantes da actividade das energias renováveis. Outras empresas líderes nas energias renováveis, tais como a Iberdrola Renovables, FPL e a Acciona, obtiveram receitas em 2007 que resultaram significativamente de operações ou actividades em sectores de energias não renováveis, de acordo com os seus resultados publicados.

Mercados Europeus de Energia Eólica

Enquadramento

O mercado europeu de energia eólica encontra-se em período de consolidação, com a actividade de fusões e aquisições a revelar-se, segundo a EER, uma estratégia chave para o crescimento. A Europa é a região com maior capacidade instalada e estima-se que venha a atingir o maior nível de crescimento, em termos absolutos, embora se estime também que a América do Norte e a região da Ásia Pacífico venham a ultrapassar o crescimento da Europa em termos relativos.

Crescimento

Em 2007, a Europa evidenciou um crescimento elevado na sua capacidade regional, contribuindo, segundo a EWEA, com 43,2% da capacidade eólica adicional instalada a nível global e atingindo uma capacidade eólica instalada de 57.136 MW. O mercado europeu, em termos de capacidade eólica instalada apresentou um crescimento muito significativo que se ficou a dever, em primeiro lugar, a um crescimento elevado na Alemanha e em Espanha, que tiveram, respectivamente, um acréscimo de 1.667 MW e de 3.522 MW. O crescimento elevado do mercado europeu em 2007 ficou também a dever-se a um forte crescimento nos mercados europeus de energia eólica considerados “emergentes,” como a França, a Itália, Portugal e o Reino Unido.

A EER estima igualmente que a capacidade eólica instalada na Europa irá crescer a uma média de 9.000 MW por ano, crescendo a partir de uma base instalada total de 57.136 MW no final do ano de 2007, de acordo com a EWEA, até 130.527 MW em 2015, de acordo com a EER. Devido ao rápido crescimento esperado a nível mundial, espera-se que o mercado europeu venha a representar 49,5% da capacidade eólica instalada a nível global em 2015, em comparação com 60,1% em 2007, segundo a EER. O quadro seguinte apresenta as estimativas da EER em termos de crescimento da capacidade eólica para a Europa, para cada país, para o período de 2007 a 2015.

Capacidade eólica instalada acumulada ⁽⁵⁹⁾										CAGR
	Actual ⁽⁶⁰⁾	Previsão ⁽⁶¹⁾							Previsão 2007 - 2015	
	Final de 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
		<i>(em MW líquidos)</i>								(%)
Áustria.....	985	1.004	1.024	1.044	1.064	1.084	1.104	1.124	1.144	1,9%
Bélgica.....	287	383	433	573	623	853	903	1.053	1.203	19,6%
Bulgária.....	70	65	110	160	205	245	315	385	455	26,4%
República Checa.....	117	150	210	270	330	395	460	525	590	22,4%
Dinamarca...	3.139	3.165	3.380	3.590	3.598	3.606	3.614	3.622	3.630	1,8%
Finlândia.....	110	165	210	255	300	345	390	435	480	20,2%
França.....	2.455	3.465	4.585	5.710	6.885	8.110	9.510	11.110	12.910	23,1%
Alemanha....	22.289	24.052	25.517	26.917	28.242	29.517	30.632	31.707	32.717	4,9%
Grécia.....	871	970	1.150	1.370	1.630	1.930	2.280	2.680	3.130	17,3%
Hungria.....	65	157	212	267	322	382	442	502	562	30,9%
Irlanda.....	805	1.135	1.255	1.355	1.455	1.555	1.655	1.855	2.055	12,4%
Itália.....	2.726	3.173	3.793	4.473	5.233	6.033	6.863	7.763	8.633	15,5%
Países- Baixos.....	1.768	1.974	2.054	2.104	2.134	2.149	2.259	2.369	2.479	4,3%
Polónia.....	276	533	783	1.033	1.333	1.633	2.033	2.533	3.083	35,2%
Portugal.....	2.150	3.166	3.941	4.691	5.391	6.041	6.791	7.591	8.491	18,7%
Roménia.....	8	23	58	98	158	218	278	338	398	63,0%
Espanha.....	15.145	15.464	17.764	20.164	22.664	25.164	27.614	30.014	32.314	9,9%
Suécia.....	788	956	1.096	1.321	1.571	1.871	2.221	2.571	2.971	18,0%
Reino Unido.....	2.389	3.342	4.242	5.317	6.542	7.892	9.292	10.842	12.542	23,0%
Outros ⁽⁶²⁾	508	1.255	1.757	2.300	2.841	3.452	4.258	5.084	5.940	36,0%
Total	57.136	64.597	73.574	83.012	92.521	102.475	112.914	124.103	135.727	11,4%
Europa.....										

Panorama concorrencial

Segundo a EER, a EDP Renováveis ocupava o terceiro lugar a nível europeu em termos de produção de energia eólica calculada com base em MW líquidos. O quadro infra apresenta, com base em dados da EER, a capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007 e a evolução anual desde 31 de Dezembro de 2006:

⁽⁵⁹⁾ Fonte: EER, "European Wind Market Forecasts", tal como publicado em Novembro de 2007 (baseado no cenário de caso base e EWEA em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

⁽⁶⁰⁾ Os resultados de 2007 foram retirados da EWEA em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicados em Janeiro de 2008.

⁽⁶¹⁾ Os resultados previstos para o período entre 2008 e 2015 foram retirados do EER, tal como publicados em Novembro de 2007.

⁽⁶²⁾ Pode incluir os países candidatos à União Europeia (Croácia, Antiga Jugoslávia e Turquia), países EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça) e outros (Chipre, Estónia, Ilha Faroé, República da Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Rússia, Eslováquia, Eslovénia e Ucrânia).

Classificação (⁶³)	Sociedade	Capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007	Aumento da capacidade eólica instalada no período de 2006- 2007	
			(em MW líquidos)	(%)
1	Iberdrola Renovables	5.210	1.464	39%
2	Acciona e Endesa(⁶⁴)	3.895	504	15%
3	EDP Renováveis	1.720	651	61%
4	International Power	1.035	695	204%
5	E.ON	992	537	118%
6	Babcock & Brown	954	170	22%
7	Enel	682	198	41%
8	DONG Energy	626	(98)	(14)%
9	Vattenfall	598	106	22%
10	EDF Energies Nouvelles	437	70	19%

A ampla expansão pan-regional dos principais operadores no sector da energia eólica tem conduzido a uma concentração crescente do mercado, liderada em primeiro lugar pelas “utilities” que representam 8 dos 10 primeiros operadores de energia eólica na Europa. Segundo a EER, no final do ano de 2006, quase 20% dos 48,16 GW de capacidade de energia eólica instalada na Europa estava concentrada nas mãos dos 10 principais operadores de energia eólica da região enquanto 32% estavam nas mãos dos 20 principais. A EDP Renováveis ficou classificada na terceira posição entre os maiores produtores de energia eólica na Europa, a seguir à Iberdrola Renovables e à Acciona e Endesa consideradas em conjunto (os activos da Endesa estão actualmente a ser objecto de reestruturação em resultado da aquisição desta empresa pela Acciona e Enel em finais de 2007). Apenas estes quatro produtores de energia eólica têm uma carteira de projectos superior a 1.000 MW. À semelhança da Iberdrola e da Acciona e Endesa, a EDP Renováveis centrou-se na consolidação da sua presença na Península Ibérica, em simultâneo com o estabelecimento de uma presença pan-europeia.

Espanha

Enquadramento

A EER dividiu o sector europeu da energia eólica “onshore” em três tipos de mercados principais – “mercados consolidados”, “em desenvolvimento” e “em crescimento” – com base no nível de maturidade e nas perspectivas de crescimento a curto prazo. Os mercados consolidados correspondem aos mercados com maior penetração e maturidade, os mercados em desenvolvimento correspondem aos mercados em fase actual de crescimento e os mercados em crescimento correspondem aos menos desenvolvidos. Espanha é um mercado em consolidação e trata-se de um dos mercados de energia eólica mais desenvolvidos do mundo. Segundo os dados publicados pela

(⁶³) Fonte: EER, “European Wind Plant Ownership Rankings”, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Março de 2008; e EDP Renováveis baseados em informação da sociedade de 31 de Dezembro de 2007.

(⁶⁴) Assume a transferência da actividade de produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis da Endesa para a Acciona. Os activos da Endesa estão em fase de reestruturação em resultado da aquisição desta empresa pela Acciona e Enel em finais de 2007. A EDP Renováveis manter-se-á classificada na terceira posição, assumindo que a actividade de produção de energia eléctrica a partir de energias renováveis da Endesa não será transferida para a Acciona.

EWEA, a capacidade instalada acumulada em Espanha apresentou uma CAGR de 28,7% durante o período entre o final do ano 2001 e o final do ano 2007, o que corresponde a um crescimento de 3.337 MW em 2001 para 15.145 MW no final do ano de 2007. Em conformidade, em Junho de 2007, a EER considerou a Espanha como o mercado eólico “mais atractivo” da Europa. A EER classifica o mercado europeu através de um sistema de pontuação dependente de cinco factores: recursos eólicos, incentivos de regulação, processo de aprovação do parque eólico, disponibilidade de ligação à rede e concorrência. De acordo com a EWEA, o peso relativo no que concerne a percentagem de produção de energia eólica em Espanha era de 11,8% em 31 de Dezembro de 2007, comparado com o peso da produção da energia eólica de 3,8% na União Europeia, na mesma data.

Crescimento

Segundo o GWEC, em 2007 foram instalados em Espanha 3.522 MW de nova capacidade, tendo este país atingido a segunda posição a nível mundial em termos de nova capacidade eólica instalada, seguidamente aos E.U.A.. Acresce que, Espanha ultrapassou a Alemanha em 2007, passando a ser o mercado com maior crescimento na Europa em termos de capacidade eólica instalada, e estima-se que venha a manter a posição de principal motor de crescimento da Europa até 2015. Apesar de o Governo Espanhol ter procedido recentemente a uma revisão do sistema de incentivos de mercado, introduzindo um limite mínimo e máximo na opção de incentivo variável, estima-se que os valores finais venham assegurar receitas atractivas para os projectos eólicos. Por outro lado, os principais operadores no mercado energético estão já a prosseguir os seus planos de implantação dos pipelines. Como tal, estima-se que a Espanha venha a ser o país com maior crescimento na região, acrescentando à sua capacidade menos de 20 GW entre 2007 e 2015, o que equivale a 24% da capacidade total acrescida na Europa, no seu todo, durante todo este período.

O sucesso do mercado espanhol no desenvolvimento de energia eólica até agora pode ser amplamente atribuído a um mecanismo de apoio a longo prazo que oferece incentivos significativos, e previsibilidade relativamente a receitas para os investidores, e que tem permitido aos promotores de projectos de energia eólica recuperarem o seu investimento num período de tempo relativamente curto. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – Espanha”.

O crescimento da energia eólica foi ainda promovido pelo governo espanhol ao estabelecer a meta de 20.155 MW de capacidade instalada total até 2010, de acordo com o estipulado no Plano das Energias Renováveis para 2005-2010 e no Real Decreto número 661/2007. O Plano das Energias Renováveis para 2005-2010 reviu em alta as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento das Energias Renováveis (2000-2010), e tem como objectivo aumentar a relevância das energias renováveis no balanço da energia nacional. Isto implica que a capacidade de produção de energia eólica instalada deverá crescer aproximadamente 73% nos próximos quatro anos e que em Espanha será instalada em média uma nova capacidade de 2.135 MW anuais. A meta de Espanha, ao abrigo da Directiva da Energia Renovável, é produzir 29,4% de toda a energia eléctrica a partir de fontes renováveis até 2010.

O governo espanhol já demarcou as principais zonas geográficas de desenvolvimento “*offshore*” para facilitar o desenvolvimento do mercado. O governo espanhol estabeleceu como metas alcançar uma capacidade eólica instalada total de 20.155 MW para 2010 e de 29.000 MW para 2016. Adicionalmente a “*Asociación Española de la Industria Eléctrica*” (“Unesa”) estabeleceu como capacidade instalada para 2020, 36.552 MW, sendo que os objectivos regionais para o mesmo ano correspondem a um montante agregado de 39.479 MW. A crescer aos objectivos estabelecidos transversalmente

para o país, os governos regionais fixaram metas quanto à capacidade instalada. O quadro seguinte reflecte as metas de capacidade estabelecidas a nível regional para o curto e médio prazo:

Região espanhola	Objectivo de capacidade eólica instalada a atingir (⁶⁵)	Objectivos de prazo
	(em MW líquidos)	
Andaluzia	500	2013(⁶⁶)
Aragão	1.300	2012
Canárias	440	2015(⁶⁷)
Castela-Mancha	600	2012
Castela Leão	500	2012
Catalunha	500	2012(⁶⁸)
Galiza	2.325	2012(⁶⁹)
País Basco	150	2010(⁷⁰)
Total	6.315	

Tendo em consideração a existência de um sistema de licenciamento formal para o desenvolvimento “*offshore*”, juntamente com um sistema de apoios que será introduzido ao abrigo do novo enquadramento regulatório, estima-se que o mercado “*offshore*” deverá crescer significativamente depois de 2012, e, de acordo com a EER, é expectável que até 2015 sejam instalados 250 MW. A EER estima que, entre 2007 e 2015, Espanha irá acrescentar mais capacidade de produção de energia eólica do que qualquer outro mercado na Europa, aumentando anualmente a capacidade eólica instalada, em média, aproximadamente 2.200 MW. O quadro seguinte apresenta a projecção da capacidade instalada total anual em Espanha entre 2007 e 2015, de acordo com a EER.

Capacidade eólica instalada em Espanha (⁷³)	Real (⁷¹)	Previsão (⁷²)								CAGR
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007- 2015
Acumulada	15.145	15.464	17.764	20.164	22.664	25.164	27.614	30.014	32.314	9,9

Panorama concorrencial

De acordo com os dados da AEE, a EDP Renováveis está classificada na terceira posição em Espanha no sector da energia eólica, com uma quota de mercado de aproximadamente 8% em 31 de Dezembro de 2007, em ambos os casos a classificação é feita com base na capacidade instalada

(⁶⁵) Fonte: Informação fornecida pela EDP Renováveis, em Março de 2008.

(⁶⁶) De acordo com Ordem de 27 de Fevereiro de 2008.

(⁶⁷) De acordo com Ordem de 27 de Fevereiro de 2007.

(⁶⁸) É expectável que sejam concedidos 1.000-1.200 MW.

(⁶⁹) De acordo com Ordem de 6 de Março de 2008.

(⁷⁰) De acordo com Ente Vasco de la Energía “*Estrategia Energética de Euskadi, 3E-2010*”, tal como publicada em Fevereiro de 2005.

(⁷¹) Os resultados actuais do final do ano de 2007 foram retirados da EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

(⁷²) Os resultados das previsões para o período entre 2008 e 2015 foram retirados da EER, tal como publicados em Novembro de 2007.

(⁷³) Fonte: EER, “*European Wind Power Market Forecasts*”, tal como publicados em Novembro de 2007 (baseada no cenário de caso base) e EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

líquida, de acordo com os dados de mercado da Associação Empresarial Eólica Espanhola (*Asociación Empresarial Eólica*) (“AEE”) e da EWEA. A capacidade eólica instalada líquida da EDP Renováveis, em Espanha, cresceu aproximadamente 66% entre o final de 2006 e o final de 2007, representando a taxa de crescimento anual mais elevada para esse período entre todos os produtores de energia eólica espanhóis, segundo a AEE.

O quadro abaixo apresenta a capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007 e o crescimento verificado entre 2006-2007 na capacidade eólica instalada, tanto em termos de MW instalados, como em termos percentuais dos maiores operadores no mercado espanhol de energia eólica, com base nos dados da AEE:

Classificação da AEE ⁽⁷⁴⁾	Sociedade	Capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007	Aumento da capacidade eólica instalada no período de 2006 – 2007	
		(em MW líquidos)	(em MW líquidos)	(%)
1	Iberdrola Renovables.....	4.245	677	19%
2	Acciona e Endesa ⁽⁷⁵⁾	3.945	983	31%
3	EDP Renováveis	1.215	391	47%
4	Enel Union Fenosa.....	595	191	47%
5	Babcock & Brown.....	422	150	55%
6	Gas Natural.....	383	7	2%

Portugal

Enquadramento

O mercado português da energia eólica tem vindo a registar um crescimento consistente desde 2001, ocupando em 31 de Dezembro de 2007 a sétima posição, a nível europeu (a seguir à Alemanha, Espanha, Dinamarca, Itália, França e o Reino Unido), com uma capacidade eólica instalada total de 2.150 MW de acordo com a EWEA. Segundo dados publicados pela EER, a capacidade instalada acumulada em Portugal apresentou uma CAGR de 60,7% no período compreendido entre 2001 e 2007, o que correspondeu a um crescimento de 125 MW em 2001 para 2.150 MW no final do ano de 2007. O peso relativo da produção de energia eólica em Portugal era de 9,3% em 31 de Dezembro de 2007, comparado com o peso da produção de energia eólica de 3,8% na União Europeia na mesma data.

Crescimento

Prevê-se que Portugal irá aumentar a sua capacidade eólica instalada uma média de 725 MW por ano até 2015, com o mercado a crescer até 8.491 MW instalados até ao final do ano de 2015, de acordo com as estimativas da EEA.

Prevê-se ainda que no final de 2012, a capacidade eólica instalada em Portugal venha a estar ligeiramente acima dos 6.000 MW, excedendo a meta de 5.700 MW estabelecida pelo governo para

⁽⁷⁴⁾ Fonte: AEE, “Press Release”, em Janeiro de 2008; informação da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007.

⁽⁷⁵⁾ O resultado inclui a transferência da actividade de produção a partir de energias renováveis da Endesa para a Acciona. Os activos da Endesa estão actualmente a ser reestruturados na sequência da aquisição da sociedade pela Acciona e pela Enel, no final de 2007. A EDP Renováveis manter-se-á classificada na terceira posição caso a actividade de produção a partir de fontes renováveis da Endesa não seja transferida para a Acciona.

esse ano. Dadas as restrições da rede e com excepção das actualmente previstas, não serão concedidas novas licenças no país até 2010-2011, quando é expectável que tenha sido instalada toda a capacidade autorizada e recentemente atribuída. No que concerne o enquadramento regulatório, prevê-se que os sistemas de incentivos de Portugal venham a manter-se estáveis no curto prazo, facilitando assim um fluxo de projectos estável. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente - Portugal.” O quadro seguinte apresenta a previsão da capacidade eólica instalada total em Portugal, numa base anual, entre 2007 e 2015, de acordo com a EER.

Capacidade eólica instalada em Portugal ⁽⁷⁸⁾	Real ⁽⁷⁶⁾	Previsão ⁽⁷⁷⁾								CAGR
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007-2015
					<i>(em MW)</i>					<i>(%)</i>
Acumulada.....	2.150	3.166	3.941	4.691	5.391	6.041	6.791	7.591	8.491	18,7

Panorama concorrencial

No final de 2007, a EDP Renováveis ocupava a segunda posição em Portugal no sector da energia eólica e tinha uma quota de mercado de aproximadamente 19%, com base na capacidade instalada líquida segundo os dados de mercado da EER. A capacidade eólica consolidada da EDP Renováveis instalada em Portugal cresceu aproximadamente 35% entre o final de 2006 e o final de 2007, representando a segunda taxa de crescimento anual mais elevada para aquele período entre todos os produtores de energia eólica em Portugal, de acordo com a EER.

O quadro abaixo reflecte a capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007 e o crescimento da capacidade eólica instalada entre 2006 e 2007, quer em termos de MW instalados líquidos, como em termos percentuais, dos maiores operadores no mercado da energia eólica em Portugal, com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (“INEGI”):

Classificação ⁽⁷⁹⁾	Sociedade	Capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007	Aumento da capacidade eólica instalada para o período de 2006-2007	
		<i>(em MW líquidos)</i>	<i>(em MW líquidos)</i>	<i>(%)</i>
1	Babcock & Brown	525	32	7
2	EDP Renováveis	419	108	35
3	Generg	359	107	42
4	Electrabel	150	70	17
5	Finerge	88	6	1

⁽⁷⁶⁾ Os resultados actuais relativos ao final do ano de 2007 foram retirados da EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicados em Janeiro de 2008.

⁽⁷⁷⁾ Os resultados das previsões para o período entre 2008 e 2015 foram retirados da EER, tal como publicados em Novembro de 2007.

⁽⁷⁸⁾ Fonte: EER, “European Wind Power Market Forecasts”, tal como publicado em Novembro de 2007 (baseado no cenário de caso base) e EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

⁽⁷⁹⁾ Fonte: INEGI, Parques Eólicos em Portugal, de Dezembro de 2007 e publicado na mesma data e informação da EDP Renováveis no final do ano de 2007.

França

Enquadramento

De acordo com a EWEA, no final do ano de 2007, a França era o quinto país europeu com maior capacidade eólica instalada, com 2.454 MW. Enquanto os atrasos na entrega de turbinas em 2005 impediram o crescimento da capacidade instalada em 2006, as melhorias na celeridade da obtenção de licenças em França vieram facilitar a instalação de novos projectos de energia eólica. Historicamente, a regulação tem restringindo o crescimento do mercado de energia eólica francês, e as expectativas de um crescimento sustentado no futuro baseiam-se no pressuposto de que o novo enquadramento regulatório irá provocar o desenvolvimento de projectos de larga escala. Segundo a EWEA, a capacidade instalada acumulada em França evidenciou um crescimento de aproximadamente 31 vezes no período entre 2001 e 2007, passando de 78 MW em 2001, para 2.454 MW no final do ano de 2007. De acordo com a EWEA, o peso relativo em França no que concerne a percentagem de produção de energia eólica era, em 31 de Dezembro de 2007, de 1,2%, comparado com 0,1%, em 2001.

Crescimento

A meta de França ao abrigo da Directiva da Energia Renovável é produzir 21,0% da sua energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis até ao final de 2010. A França é considerada pela EER um mercado em desenvolvimento. De acordo com a mesma EER, estima-se que os mercados em desenvolvimento venham a ser um dos principais motores de crescimento na Europa. Considera-se que o mercado da energia eólica, em França, particularmente, virá a constituir o mercado que apresentará o crescimento mais acelerado em toda a Europa Ocidental, em termos relativos, entre 2008 e o final do ano de 2015. Segundo estimativas da EER, calcula-se que a França venha a atingir 12.910 MW de capacidade instalada até 2015. O quadro seguinte reflecte a estimativa da capacidade eólica instalada acumulada anual em França desde 2007 até 2015:

Capacidade eólica instalada em França ⁽⁸²⁾	Real ⁽⁸⁰⁾	Previsão ⁽⁸¹⁾								CAGR
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007- 2015
Acumulada	2.454	3.465	4.585	5.710	6.885	8.110	9.510	11.110	12.910	23,1

Panorama concorrencial

Segundo a EWEA e a EER, no final do ano de 2007, a EDP Renováveis ocupava a sétima posição em França ao nível da produção de energia eólica e detinha na mesma data uma quota de mercado de

⁽⁸⁰⁾ Os resultados actuais do ano de 2007 foram retirados da EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicados em Janeiro de 2008.

⁽⁸¹⁾ Os resultados das previsões para o período entre 2008 e 2015 foram retirados da EER, tal como publicados em Novembro de 2007.

⁽⁸²⁾ Fonte: EER, "European Wind Power Market Forecasts", tal como publicado em Novembro de 2007 (baseado no cenário de caso base) e EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

aproximadamente 3%, com base na capacidade instalada líquida. O mercado de energia eólica francês encontra-se bastante fragmentado, tendo cada um dos dez principais intervenientes uma capacidade eólica instalada líquida consolidada entre os 50 MW e os 150 MW. Em França, a capacidade eólica instalada e consolidada da EDP Renováveis cresceu aproximadamente 200% entre o final de 2006 e o final de 2007, representando, de acordo com a EER a segunda taxa de crescimento anual mais elevada nesse período entre todas as sociedades produtoras de energia eólica em França.

O quadro seguinte reflecte a capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007 e o crescimento da capacidade eólica instalada entre 2006 e 2007, quer em termos de MW instalados, quer em termos percentuais dos maiores operadores no mercado da energia eólica em França, com base nos dados da EER:

Classificação (⁸³)	Sociedade	Capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007	Aumento da capacidade eólica instalada no período 2006 – 2007	
		(em MW líquidos)	(em MW líquidos)	(%)
1	Gaz de France.....	149	69	86
2	Iberdrola	142	104	273
3	La Compagnie du Vent.....	106	38	55
4	Boralex	103	23	29
5	La Française d'Éoliennes	100	55	122
6	Eole-RES	94	8	9
7	EDP Renováveis (⁸⁴)	87	58	200
8	Babcock & Brown.....	80	22	37
9	Valorem.....	56	56	-
10	EDF-EN.....	56	(2)	(4)

Bélgica

Enquadramento

Segundo a EWEA, a Bélgica é actualmente um dos mercados de energia eólica mais reduzidos da Europa Ocidental, com uma capacidade instalada total, no final de 2007, de apenas 287 MW. No entanto, considerando o forte sistema de apoio implementado em cada uma das três regiões do país (Valónia, Flandres e Bruxelas), juntamente com um enquadramento regulatório estável, as expectativas são no sentido de que os promotores de projectos venham a tirar proveito dos locais disponíveis “*onshore*”, e que se expandam para as áreas “*offshore*” tirando partido dos recursos eólicos disponíveis no mercado belga. De acordo com a EER, a capacidade instalada acumulada na Bélgica

(⁸³) Fonte: EER, “*France Wind Plant Ownership Rankings*”, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Março de 2008.

(⁸⁴) Em Abril de 2008, a EDP Renováveis adquiriu à Eole 76, grupo em França, parques eólicos na região da Normandia com uma capacidade eólica instalada bruta de 35MW (e ainda capacidade eólica adicional em fase de construção, em “*pipeline*” e em “*prospecção*”). Esta aquisição elevaria a EDP Renováveis de sétimo para terceiro maior operador de energia eólica em França, em termos de capacidade eólica instalada (resultante da soma dos 87MW de capacidade instalada bruta em 31 de Dezembro de 2007, com os 35MW de capacidade instalada bruta adquiridos, totalizando assim 122 MW de capacidade instalada bruta total), assumindo que os resultados dos seus concorrentes em 31 de Dezembro de 2007, se manteriam constantes até Abril de 2008.

creceu aproximadamente 8 vezes no período entre 2001 e 2007, passando de 31 MW em 2001 para 287 MW até ao final de 2007. De acordo com a EWEA, o peso relativo da percentagem de produção de energia eólica na Bélgica era de 0,7% em 31 de Dezembro de 2007, comparado com 0,2% em 2001.

Crescimento

O mercado da energia eólica belga é um mercado amadurecido e estima-se que venha a ser o mercado com a mais elevada taxa de crescimento de entre os mercados em consolidação, uma vez que deverá aumentar aproximadamente 900 MW de capacidade de produção de energia eólica instalada entre 2007 e 2015, atingindo uma capacidade instalada total de 1.203 MW em 2015. O mercado é caracterizado por um regime de investimento estável, no qual os produtores de energia eólica belgas têm um preço mínimo de compra garantido para os certificados verdes. O quadro seguinte apresenta a capacidade eólica instalada acumulada e anual na Bélgica, desde 2007 até 2015:

Capacidade eólica instalada na Bélgica ⁽⁸⁷⁾	Real ⁽⁸⁵⁾	Previsão ⁽⁸⁶⁾								CAGR
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2008-2015
		<i>(em MW líquidos)</i>								<i>(%)</i>
Acumulada.....	287	383	433	573	623	853	903	1.053	1.203	19,6

Polónia

Enquadramento

Segundo a EWEA, em 2006, a Polónia teve um aumento de 83 MW na sua capacidade eólica instalada e de 123 MW em 2007, tendo atingido uma capacidade de produção de energia eólica instalada total de 276 MW, no final de 2007. Segundo a EER, a Polónia é um dos mercados de energia eólica mais atraentes na Europa Oriental devido aos recursos eólicos disponíveis no mercado polaco, assim como a um enquadramento regulatório e um sistema de incentivos estáveis. De acordo com a mesma EER, a capacidade instalada acumulada na Polónia cresceu aproximadamente 13 vezes no período entre 2001 e 2007, passando de 22 MW em 2001 para 276 MW até ao final do ano de 2007. De acordo com a EWEA, o peso relativo da percentagem de produção de energia eólica na Polónia era de 0,4% em 31 de Dezembro de 2007, comparado com 0,1% em 2001.

Crescimento

Nos termos da Lei da Energia Polaca, de 2 de Abril de 2004, a qual entrou em vigor em Janeiro de 2005, a meta estabelecida para a Polónia é suprir 10,4% das suas necessidades energéticas a partir de energias renováveis no período entre 2010 e 2014. Considera-se que a Polónia virá a liderar o crescimento futuro no mercado da energia eólica da Europa Oriental e a EER estima que a Polónia virá a representar 37% da energia eólica instalada na região até 2015. Em 2015, segundo a EER,

⁽⁸⁵⁾ Os resultados actuais para o final do ano de 2007 foram retirados da EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicados em Janeiro de 2008.

⁽⁸⁶⁾ Os resultados da previsão para o período entre 2008 e 2015 foram retirados da EER, tal como publicados em Novembro de 2007.

⁽⁸⁷⁾ Fonte: EER, "European Wind Power Market Forecasts", tal como publicado em Novembro 2007 (baseado no cenário de caso base) e EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

estima-se que a Polónia venha a ter aproximadamente 3.083 MW de capacidade eólica instalada total. O quadro seguinte apresenta a capacidade eólica instalada acumulada e anual na Polónia, desde 2007 até 2015:

Capacidade eólica instalada na Polónia ⁽⁹⁰⁾	Real ⁽⁸⁸⁾	Previsão ⁽⁸⁹⁾								CAGR
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007-2015
	<i>(em MW líquidos)</i>									<i>(%)</i>
Acumulada.....	276	533	783	1.033	1.333	1.633	2.033	2.533	3.083	35,2

E.U.A.

Enquadramento

Os E.U.A. são um dos mercados mais atractivos globalmente para a produção de energia eólica, tendo em consideração a capacidade eólica instalada total e a taxa de crescimento anual estimada. Durante 2005 e 2006, a indústria da energia eólica nos E.U.A. apresentou o maior aumento anual a nível mundial, em termos de capacidade eólica instalada. Os E.U.A. são actualmente o segundo maior mercado em termos de capacidade eólica instalada acumulada, a seguir à Alemanha. Adicionalmente, a indústria da energia eólica dos E.U.A. em 2007, instalou uma capacidade de mais de 5.244 MW, os quais, de acordo com a GWEC, representam mais do dobro do valor instalado em 2006 e aproximadamente 30% da nova capacidade de produção de energia do país em 2007. A nova capacidade instalada durante 2007 aumentou a capacidade total de produção de energia eólica dos E.U.A. em 45% num ano, tendo a capacidade instalada total ultrapassado os 16.818 MW em 31 de Dezembro de 2007.

Crescimento

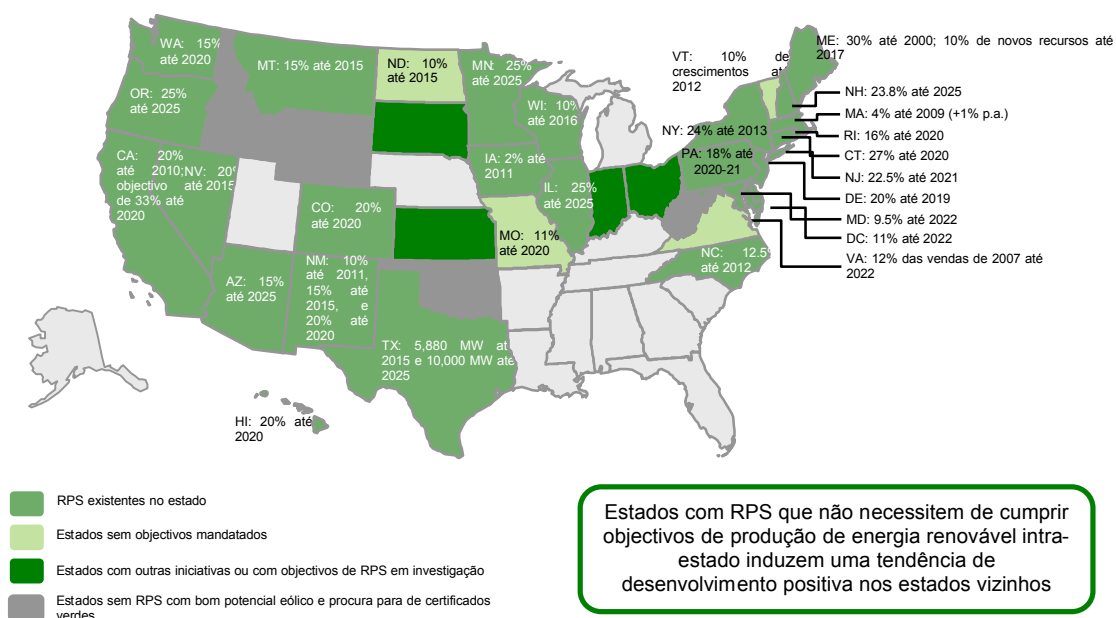
O crescimento do mercado da indústria da energia eólica nos E.U.A. tem-se baseado essencialmente no alargamento dos PTCs, que concedem créditos sobre o imposto de rendimento aos proprietários de instalações eólicas elegíveis, com base na quantidade de energia eólica produzida e vendida durante um período de dez anos, e ainda pelo MACRS, o que permite a aceleração da amortização fiscal de determinadas instalações eólicas. Adicionalmente, em alguns estados, os promotores de parques eólicos beneficiam do regime dos RPS que exige a produção de uma determinada percentagem de energia eléctrica a partir de fontes renováveis. Ver “Legislação que regula o Emitente e Oferente – E.U.A.” De acordo com a DSIRE, desde Março de 2008, existem mais de 30 estados empenhados no desenvolvimento eólico, dos quais 29 têm metas RPS (4 dos quais implementaram metas voluntárias em vez de metas obrigatórias). O quadro seguinte demonstra as metas RPS por cada estado ⁽⁹¹⁾:

⁽⁸⁸⁾ Os resultados actuais relativos ao ano de 2007 foram retirados da EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicados em Janeiro de 2008.

⁽⁸⁹⁾ Os resultados das previsões para o período entre 2008 e 2015 foram retirados da EER, tal como publicados em Novembro de 2007.

⁽⁹⁰⁾ Fonte: EER, “European Wind Power Market Forecasts”, tal como publicado em Novembro de 2007 (baseado no cenário de caso base) e EWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

⁽⁹¹⁾ Fonte: DSIRE, em Março de 2008.



O desenvolvimento de projectos eólicos tem respondido ao nível crescente de procura de energias renováveis nos E.U.A.. De acordo com a EER, estão previstos investimentos superiores a 65 mil milhões de Dólares Americanos em capacidade eólica adicional entre 2007 e 2015. Estima-se que os E.U.A. venham a atingir a primeira posição a nível mundial em termos de capacidade eólica instalada acumulada, com cerca de 19% do mercado eólico global até ao final de 2015.

O mercado dos E.U.A. encontra-se actualmente em recuperação e, segundo a EER, espera-se que venha a apresentar um crescimento significativo no curto prazo. Contudo, no princípio de 2009, é expectável que os aumentos anuais na capacidade de energia eólica nos E.U.A. venham a decrescer provisoriamente até 2011, em consequência directa de maiores restrições no transporte. No entanto, as estimativas para o mercado dos E.U.A. prevêem um crescimento médio de 5.082 MW de nova capacidade eólica instalada, por ano, entre 2007 e 2015, com uma CAGR de 16,6%. O quadro seguinte apresenta a previsão da capacidade eólica instalada acumulada nos E.U.A. entre 2007 e 2015, de acordo com a EER:

Capacidade eólica instalada nos E.U.A. ⁽²⁴⁾	Real ⁽²²⁾	Previsão ⁽²³⁾								CAGR
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2007-2015
Acumulada	16.818	20.943	25.693	30.468	35.577	40.722	45.972	51.622	57.472	16,6

(em MW líquidos)

(%)

Outras entidades detentoras de informação relacionada com esta indústria prevêem um crescimento

⁽²²⁾ Os resultados actuais para 2007 foram retirados da AWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

⁽²³⁾ Os resultados das previsões para o período de 2008 a 2015 foram retirados da EER, tal como publicado em Novembro de 2007.

⁽²⁴⁾ Fonte: EER, "US/Canada Wind Power Market Forecast", tal como publicado em Novembro de 2007 (baseado no cenário de caso base) e AWEA, em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Janeiro de 2008.

ainda mais significativo da capacidade eólica instalada nos E.U.A.. Por exemplo, a BTM Consult ApS estima que a capacidade eólica instalada acumulada nos E.U.A. venha a atingir no total 34.035 MW em 2011 e, aproximadamente, 96.000 MW em 2016, em comparação com as previsões da EER de 35.577 MW em 2011 e de 57.472 MW em 2015. A EER estima que 23% da capacidade eólica adicional a ser instalada nos E.U.A. até ao final de 2015 será instalada no Texas, enquanto que um valor acumulado de 30% será instalado na Califórnia, no Minnesota, em Nova Iorque, no Colorado e em Washington.

Panorama concorrencial

A EDP Renováveis ficou posicionada em terceiro lugar nos E.U.A. na classificação relativa à capacidade eólica instalada líquida, de acordo com as estimativas da EER e da EDP Renováveis, tendo no final de 2007 a EDP Renováveis atingido uma quota de mercado de aproximadamente 7% do total do mercado dos E.U.A.. A capacidade eólica instalada líquida da EDP Renováveis cresceu aproximadamente 43% entre o final de 2006 e o final de 2007, e apresentou a segunda taxa de crescimento mais elevada de entre os três participantes líderes no mercado, em termos de capacidade eólica instalada para o mesmo período.

O quadro abaixo apresenta a capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007 e a evolução anual da capacidade eólica instalada, quer em termos de MW líquidos instalados, como em termos percentuais dos maiores operadores no mercado da energia eólica nos E.U.A., com base nos dados da EER:

Classificação ⁽⁹⁵⁾	Sociedade	Capacidade eólica instalada em 31 de Dezembro de 2007	Aumento da capacidade eólica instalada no período 2006 – 2007	
		(em MW líquidos)	(em MW líquidos)	(%)
1	FPL	5.080	1.065	27
2	Iberdrola Renovables	1.661	561	51
3	EDP Renováveis	1.142	800	234
4	Babcock & Brown	1.113	560	101
5	MidAmerican	938	342	57
6	AES Wind	719	422	142

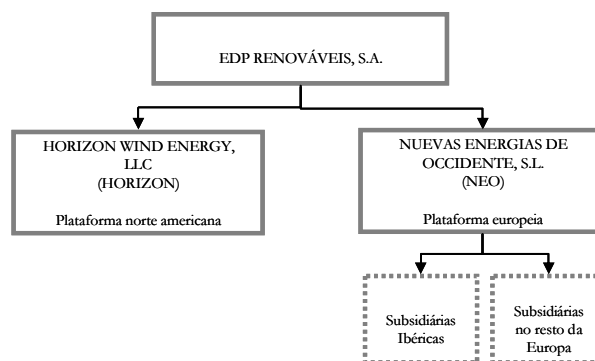
10.3. Organograma

As participações sociais detidas pelo Emitente e Oferente (e os respectivos direitos de voto) nas sociedades que compõem o seu grupo de sociedades são as que constam do organograma seguinte⁽⁹⁶⁾:

⁽⁹⁵⁾ Fonte: EER, “U.S. Wind Plant Ownership Rankings” em 31 de Dezembro de 2007, tal como publicado em Março de 2008 e informação fornecida pela EDP Renováveis de 31 de Dezembro de 2007.

⁽⁹⁶⁾ As instalações operacionais da EDP Renováveis nos E.U.A. estão agrupadas sob três Estruturas de Parceria com investidores institucionais, duas das quais incluem “portfolios” de diversos parques eólicos operacionais: Vento I (que compreende os seguintes parques eólicos: Maple Ridge I, Maple Ridge II, Madison, Blue Canyon II, Lone Star I e Twin Groves), Vento II (que compreende os seguintes parques eólicos: Elkhorn Valley, Prairie Star, Lone Star II e Twin Groves II) e Blue Canyon I.

Na sequência da constituição da NEO pela EDP e pela Hidrocontábrico, foi celebrado, em Maio de 2005, um acordo parassocial relativo à NEO entre a EDP e a Caja de Ahorros de Astúrias (“Cajastur”), um banco de poupanças regional em Espanha que detém uma participação de 3% no capital social da Hidrocontábrico. O acordo de accionistas estipula que a EDP e a Cajastur devem aprovar



10.4. Aspectos gerais

Neste prospecto, as palavras, “seu(s)/sua(s)” referem-se, para o período posterior à criação da EDP Renováveis, à EDP Renováveis e às suas subsidiárias (incluindo as suas principais subsidiárias NEO e Horizon). Para o período anterior à criação da EDP Renováveis, salvo indicação em contrário ou caso decorra do contexto, estas palavras referem-se à actividade da EDP Renováveis, a qual incluiu inicialmente a NEO e, desde Julho de 2007, incluiu também a Horizon.

Quaisquer projecções e outras declarações relativas ao futuro nesta secção não constituem garantia de desempenho futuro e os resultados efectivos poderão diferir materialmente das expectativas actuais. Variados factores poderão causar ou contribuir para tais diferenças. Especificamente, não existe qualquer garantia de que os projectos de EDP Renováveis em construção ou em “pipeline” venham a estar plenamente concluídos ou dentro do prazo previsto ou que os projectos em “prospects” sejam desenvolvidos ou concluídos. Ver “Declarações relativas ao futuro” e “Factores de risco”.

A EDP Renováveis é uma das principais empresas de energias renováveis a actuar no âmbito da concepção, desenvolvimento, gestão e operação de centros electroprodutores que produzem electricidade a partir de fontes de energia renováveis e da venda da electricidade produzida. A EDP Renováveis posicionou-se em quarto lugar a nível mundial em energia eólica, com base na capacidade instalada líquida em 31 de Dezembro de 2007 (assumindo a transferência da actividade de produção a partir de fontes renováveis da Endesa para a Acciona), com a taxa de crescimento anual mais elevada a nível global, no valor de 168% entre o final de 2006 e o final de 2007, no mercado das energias renováveis, de acordo com os dados da EER e a estimativa da EDP Renováveis. A actividade da EDP Renováveis compreende actualmente parques eólicos “onshore” e, em grau mais reduzido, de mini-hídricas. A EDP Renováveis está a explorar igualmente oportunidades noutras tecnologias de

conjuntamente determinadas matérias reservadas relacionadas com a NEO, incluindo fusões, alienações, dissolução e liquidação da NEO e, até 31 de Dezembro de 2008, certos desinvestimentos relevantes e a celebração de contratos fora do curso normal da actividade da NEO.

A Genesa é actualmente detida pela NEO, titular de 80% das acções representativas do respectivo capital social, e pela SPPE – Caja Madrid, o segundo maior banco de aforro espanhol, titular de 20% das acções representativas do respectivo capital social. A Caja Madrid e a NEO são partes num acordo parassocial, com data de 22 de Dezembro de 2006, nos termos do qual a NEO é titular de uma opção de compra (“call option”) sobre as acções detidas pela Caja Madrid. A opção de compra pode ser exercida entre 1 de Janeiro de 2010 e 1 de Janeiro de 2011, ou em qualquer momento anterior a este período, caso a Caja Madrid aumente a sua participação ou adquira uma participação qualificada em sociedades concorrentes.

A NEO tem nove subsidiárias em França: NEO Le Gollot, S.A.S., NEO Keranfouler, S.A.S., Plouvien Breinz, S.A.S., SOCPE DE Suavageons, S.A.R.L., SOCPE DE Saint Jacques, S.A.R.L., SOCPE DE Le Mee, S.A.R.L., Parc Éolien Les Blés d’Or, S.A.R.L., SOCPE Petite Pièce, S.A.R.L. e SOCPE Pièces de Vigne, S.A.R.L.; dez subsidiárias na Polónia: Wind Park Sp. z.o.o., Kip Wind Park I Sp. z.o.o., Kip Wind Park II Sp. z.o.o., Relax Wind Park I Sp. z.o.o., Relax Wind Park III Sp. z.o.o., Relax Wind Park V Sp. z.o.o., Relax Wind Park VI Sp. z.o.o., SK Wind Park Sp. z.o.o., Sokolowo Wind Park Sp. z.o.o. e Zulawy Wind Park I Sp. z.o.o.; e uma subsidiária na Bélgica: Greenwind S.A..

energia renovável, em parceria nomeadamente com a EDP Inovação, a divisão de investigação e desenvolvimento da EDP. A EDP Renováveis opera em três áreas geográficas distintas: a Península Ibérica, outras regiões da Europa (o “Resto da Europa”) e a América do Norte. Actualmente, a EDP Renováveis detém e opera parques eólicos em Espanha, Portugal, França e E.U.A. e mini-hídricas em Espanha. A EDP Renováveis é ainda detentora de vários projectos de energia eólica, que se encontram em diferentes fases de construção e desenvolvimento naqueles e noutros países, tais como a Bélgica e a Polónia. No Brasil, a EDP Renováveis encontra-se em fase de prospecção de mercado com vista ao início do desenvolvimento de projectos naquele país. Por outro lado, a EDP Renováveis encontra-se activamente empenhada na expansão das suas actividades para outras geografias.

O quadro em baixo apresenta algumas informações-chave a nível operacional e financeiro relativas à actividade consolidada da EDP Renováveis à data de e referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007 e referente ao trimestre findo a 31 de Março de 2008:

	À data de e para o ano findo a 31 de Dezembro de 2007	À data de e para o trimestre findo a 31 de Março de 2008
Principais dados operacionais		
Energia eólica:		
Capacidade eólica instalada (em MW brutos)	3.639	3.706
Capacidade eólica em construção (em MW brutos)	663	1.149
Projectos eólicos em “ <i>pipeline</i> ” (em MW brutos)	15.649	16.211
Capacidade em “ <i>prospects</i> ” (em MW brutos)	7.962	8.461
Produção de electricidade (em GWh consolidados):	3.776 ⁽⁹⁷⁾	2.032
Empregados	463	519
Principais dados financeiros		
Volume de negócios (em milhões de €)	315,8 ⁽⁹⁸⁾	142,2
EBITDA (em milhões de €)	229,7 ⁽⁹⁹⁾	125,5
Margem EBITDA ⁽¹⁰⁰⁾ (%)	77,6% ⁽¹⁰¹⁾	88,9%

⁽⁹⁷⁾ Apenas inclui a electricidade produzida pela Horizon depois de ter sido adquirida pela EDP em Julho de 2007. A produção consolidada total da EDP Renováveis para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, incluindo a electricidade produzida pela Horizon antes de ter sido adquirida pela EDP, foi de 4.375 GWh consolidados.

⁽⁹⁸⁾ Todos os dados financeiros relativos ao ano findo a 31 de Dezembro de 2007 são apresentados tendo por base a informação financeira pró-forma, sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis, nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, 29 de Abril.

⁽⁹⁹⁾ Todos os dados financeiros relativos ao ano findo a 31 de Dezembro de 2007 são apresentados tendo por base a informação financeira pró-forma, sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis, nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, 29 de Abril.

⁽¹⁰⁰⁾ O EBITDA representa os resultados antes de juros, impostos sobre o rendimento, depreciação e amortização. O EBITDA é incluído porque é frequentemente utilizado por certos investidores, analistas de valores mobiliários e outras partes interessadas na avaliação de sociedades similares. No entanto, como nem todas as sociedades calculam o EBITDA de forma idêntica, a apresentação da EDP Renováveis do EBITDA pode não ser comparável a medidas denominadas de forma similar de outras sociedades. O EBITDA não é um item reconhecido ao abrigo das IFRS e não deve ser considerado como uma alternativa aos lucros de operações, rendimentos de operações ou qualquer outro indicador da performance operacional de uma sociedade requerida pelas IFRS. O EBITDA não deve de qualquer forma ser comparado com os rendimentos de operação, rendimentos líquidos ou “cash flow” que resultem das actividades da EDP Renováveis nem deve ser utilizada como um indicador da rentabilidade ou liquidez passada ou futura da EDP Renováveis. A margem EBITDA corresponde ao lucro bruto sobre o EBITDA (definido como o volume de negócio menos os custos de venda). Ver “Informação Financeira Seleccionada”.

⁽¹⁰¹⁾ Todos os dados financeiros relativos ao ano findo a 31 de Dezembro de 2007 são apresentados tendo por base a informação financeira pró-forma, sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis, nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, 29 de Abril.

A EDP Renováveis detinha 3.706 MW de capacidade eólica instalada bruta, que representam 99,7 % do total da capacidade renovável bruta instalada da EDP Renováveis à data de 31 de Março de 2008. A EDP Renováveis detém posições de liderança nos mercados de energia eólica em todos os países onde opera. Na Europa, a EDP Renováveis classificou-se em terceiro lugar, em termos de capacidade eólica instalada líquida, à data de 31 de Dezembro de 2007, de acordo com os dados da EER e da EDP Renováveis. Nos E.U.A., a EDP Renováveis classificou-se na terceira posição, em termos de capacidade eólica instalada líquida em 31 de Dezembro de 2007, e na segunda, em termos de crescimento da capacidade eólica instalada líquida desde o final de 2006 até o final de 2007, com base nos dados da EER e da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis acredita que o seu crescimento a longo prazo será impulsionado por condições favoráveis no mercado das energias renováveis, tanto a nível global, como nos países onde a EDP Renováveis opera. Mais especificamente, o apoio em termos políticos e regulatórios, a nível nacional e internacional, às energias renováveis é forte e deverá continuar a crescer, impulsionado principalmente por factores como as crescentes preocupações quanto à segurança do abastecimento de energia, crescimento da procura global de electricidade, infra-estruturas de produção de electricidade envelhecidas, custos crescentes dos combustíveis fósseis, preocupações globais relativas ao efeito do aumento das emissões de dióxido de carbono e das alterações climáticas. Por outro lado, a EDP Renováveis acredita que continuará a beneficiar da tendência positiva da indústria das energias renováveis, incluindo o progresso dos desenvolvimentos tecnológicos e a crescente eficiência económica das tecnologias renováveis, que estão a contribuir para tornar a produção de energias renováveis cada vez mais fiável e competitiva.

A EDP, a principal accionista da EDP Renováveis, é uma empresa verticalmente integrada que actua principalmente no sector energético português, espanhol, brasileiro e dos E.U.A., detendo uma posição relevante no mercado da energia. É a terceira maior empresa de energia da Península Ibérica de acordo com o OMEL e o maior grupo português em termos de capitalização bolsista. Detém, através das várias sociedades que a compõem, operações de dimensão significativa no sector da electricidade e do gás na Europa, no Brasil e nos E.U.A.. Através da EDP Renováveis, a EDP está fortemente empenhada em investir no sector das energias renováveis. A EDP Renováveis acredita que esta constitui uma das principais características diferenciadoras no âmbito da estratégia empresarial que a EDP definiu e da carteira de participações que possui no mercado da energia.

10.5. Historial

EDP Renováveis

A EDP Renováveis foi constituída a 4 de Dezembro de 2007 para desenvolver as actividades em crescimento da EDP na área das energias renováveis na Europa e nos E.U.A. e detém e opera os respectivos activos da EDP na área das energias renováveis. Pouco tempo após a sua criação, a EDP Renováveis adquiriu as suas principais subsidiárias europeias e norte-americanas no sector das energias renováveis, a NEO e a Horizon, respectivamente.

A EDP Renováveis foi constituída como sociedade limitada de direito espanhol que foi objecto de transformação em sociedade anónima, em 18 de Março de 2008, como preparação para a Oferta e, em paralelo, para a admissão à negociação das suas Acções no Eurolist by Euronext Lisbon. Em Dezembro de 2007, a EDP (actuando através da sua sucursal em Espanha) integrou no capital social da EDP Renováveis as suas participações de 60% na NEO e de 100% na Horizon. Em 25 de

Fevereiro de 2008, a Hidrocantábrico integrou a sua participação de 40% na NEO no capital social da EDP Renováveis; por efeito desta última operação a participação da EDP Renováveis na NEO cresceu de 60% para 100%. A Hidrocantábrico, por sua vez, adquiriu uma participação de 20% no capital social da EDP Renováveis. Todas estas contribuições foram realizadas por intermédio de aumentos do capital social da EDP Renováveis.

A EDP

A EDP é a empresa-mãe da EDP Renováveis. Foi constituída como empresa pública em 1976, e é actualmente uma sociedade aberta, constituída e regida pelas leis portuguesas e cujas acções ordinárias estão admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon. O Grupo EDP é um importante operador europeu de energia, constituindo à data do presente Prospecto o terceiro maior grupo do sector na Península Ibérica, de acordo com o Operador del Mercado Ibérico de Energía – Polo Español, S.A. (“OMEL”) e a maior empresa portuguesa, de acordo com a sua capitalização bolsista. A EDP é a única empresa do mercado ibérico de energia com actividades de produção, distribuição e comercialização de electricidade tanto em Portugal como em Espanha, onde controla a Hidrocantábrico. A EDP actua também no sector do gás na Península Ibérica, através da Naturgas Energia Grupo, S.A. (“Naturgas”), em Espanha, e da Portgás S.A. (“Portgás”) e Setgás, S.A. (“Setgás”), em Portugal. Para além da sua posição de liderança do mercado na Península Ibérica, desenvolveu também, e mantém, operações significativas no sector eléctrico no Brasil e nos E.U.A..

As actividades da EDP Renováveis na Europa

As actividades da EDP Renováveis na Europa são actualmente conduzidas através da NEO. A empresa foi constituída pela EDP e pela Hidrocantábrico, e iniciou operações em Abril de 2005. Na altura da sua constituição, a NEO era considerada como um veículo para o desenvolvimento das actividades de energia renovável da EDP, que se situavam principalmente na Península Ibérica. A EDP consolidou na NEO a maioria das suas subsidiárias na Península Ibérica que detinham activos de energias renováveis. Estas entidades incluíam 80% da Genesa em Espanha e a Enernova. A Genesa foi constituída em Maio de 2004 e, em Julho de 2004, as operações da antiga Generaciones Especiales, S.A. e da Sinae Inversiones Eólicas, S.A.U. (“SINAE”) foram objecto de fusão. A Enernova foi criada em Novembro de 1993 e iniciou as suas operações em 1996 com uma capacidade instalada bruta de 10 MW. O primeiro parque eólico das antecessoras da Genesa iniciou actividade em 1992 com uma capacidade instalada bruta de 13 MW.

A actividade da EDP Renováveis cresceu posteriormente através do desenvolvimento das suas operações de energia eólica em Espanha e Portugal e da expansão para outros países europeus. Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2004, a EDP Renováveis tinha uma capacidade instalada bruta de 328 MW e de 530 MW, respectivamente. O crescimento da EDP Renováveis tem sido conseguido principalmente através do desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” e da aquisição de projectos em “*pipeline*” e em “*prospects*” e, em menor grau, de projectos em operação ou em construção. Os eventos mais marcantes na história das operações europeias da EDP Renováveis incluem, entre outros, a aquisição, em Dezembro de 2005, das actividades no sector das energias renováveis em Espanha e em França da empresa holandesa, Nuon, que compreendia 274 MW de capacidade instalada bruta e 1.186 MW de capacidade bruta em projectos eólico em “*pipeline*”, em Espanha, e 30 MW de capacidade bruta em projectos em “*pipeline*” e capacidade em construção em França. Em 31 de Dezembro de 2005, a EDP Renováveis possuía uma capacidade instalada bruta de 951 MW na Europa. Em Outubro de 2006, o consórcio Eólicas de Portugal, no qual a EDP Renováveis detém

uma participação de 40%, foi incumbido pelo Governo Português, ao vencer um concurso público, de desenvolver 1.200 MW de capacidade eólica bruta em Portugal. Em Dezembro de 2006, a EDP Renováveis adquiriu o grupo de empresas Agrupación Eólica, com operações no sector da energia eólica em Espanha e França, compreendendo 155 MW de capacidade instalada bruta, 52 MW suplementares de capacidade bruta em construção e 992 MW de capacidade bruta em projectos eólicos em “*pipeline*”. Estas transacções permitiram à EDP Renováveis consolidar a sua posição em Espanha e criar uma plataforma competitiva em França. Em 31 de Dezembro de 2006, a EDP Renováveis possuía uma capacidade instalada bruta de 1.568 MW na Europa. Em Dezembro de 2007, a EDP Renováveis adquiriu a Relax Wind Parks, cuja carteira compreende projectos eólicos na Polónia, com 1.022 MW de capacidade bruta em projectos eólicos em “*pipeline*”. Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis possuía uma capacidade eólica instalada bruta de 2.150 MW na Europa.

Em Abril de 2008, a EDP Renováveis adquiriu do Grupo Eole76, em França, parques eólicos na região da Normandia com uma capacidade instalada bruta de 35 MW e projectos de parques eólicos em desenvolvimento nas regiões da Normandia e dos Rhônes-Alpes incluindo 8 MW de capacidade bruta em construção, 258 MW de projectos eólicos em “*pipeline*” e 294 MW de projectos eólicos em “*prospects*”. Esta transacção fortaleceu significativamente a posição competitiva da EDP Renováveis em França o que teria permitido à EDP Renováveis alcançar a terceira posição no “*ranking*” dos “*players*” de energia, com base nos dados da EER relativos aos outros “*players*” no mercado, em 31 de Dezembro de 2007.

As actividades da EDP Renováveis nos E.U.A.

As actividades da EDP Renováveis nos E.U.A. são conduzidas através da sua subsidiária Horizon. A Horizon foi constituída no ano 1998, como pequena empresa de energia eólica de capital fechado de Dallas, com uma equipa composta por pai e filho que detinha uma participação de 50%. No ano 2001, adquiriram os restantes 50% das acções da empresa. Em meados de 2005, o Goldman Sachs Group Inc. (“Goldman Sachs”), um dos maiores grupos a nível global na área da banca de investimento e da gestão de títulos e investimentos, adquiriu a empresa, redefinindo a sua estratégia. Até essa data a Horizon desenvolvia parques eólicos para vender a terceiros e, a partir dessa data passou a desenvolver, a deter e a operar parques eólicos. A Sociedade alterou também a sua denominação social para Horizon Wind Energy LLC.

Em Julho de 2007, a EDP adquiriu à Goldman Sachs 100% do capital social da Horizon, que já era então uma empresa líder no desenvolvimento, detenção e operação de produção de energia eólica nos E.U.A.. Em 30 de Junho de 2007, a Horizon possuía uma capacidade instalada bruta de 827 MW, e mais de 9.000 MW de capacidade bruta em construção e projectos em “*pipeline*” (incluindo 729 MW suplementares de capacidade bruta em construção. Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis possuía uma capacidade instalada bruta de 1.490 MW nos E.U.A..

Até ao momento, as actividades da EDP Renováveis nos E.U.A. têm sido baseadas no desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” e que se encontram em fase inicial de desenvolvimento. Isto significa que a expansão nos E.U.A. da EDP Renováveis tem sido sobretudo “*orgânica*” e menos caracterizada pela aquisição de instalações desenvolvidas por terceiros. Ocasionalmente, a EDP Renováveis adquiriu projectos de desenvolvimento em fase inicial nos E.U.A., em localizações que considera atractivas. Por exemplo, através de duas transacções em Dezembro de 2005 e Outubro de 2006, a EDP Renováveis adquiriu da RES América Developments Inc. (uma subsidiária da

Renewable Energy Systems Limited) os direitos relativos a um conjunto de 400 MW de capacidade bruta em projectos no Texas e em Fevereiro de 2008 adquiriu à Hydra Wind, LLC, uma carteira de projectos localizados no Illinois, Indiana e Ohio, com um total agregado de 1.050 MW de capacidade bruta em construção e projectos em “*pipeline*”.

O crescimento das operações eólicas da EDP Renováveis

Como resultado das actividades e das aquisições acima descritas, a EDP Renováveis cresceu de forma muito significativa nos últimos anos, com um incremento de 3,8 vezes em termos de capacidade instalada entre o final de 2005 e o final de 2007. Este crescimento resultou na subida da EDP Renováveis de nono para quarto lugar no “*ranking*” global no mercado de energia eólica em termos de capacidade instalada líquida, com base em dados da EER e nas estimativas da EDP Renováveis. O quadro em baixo apresenta a evolução da capacidade instalada da EDP Renováveis entre 2003 e 2007:

Evolução da Capacidade Instalada		Em 31 de Dezembro				
		2003	2004	2005 (em MW brutos)	2006	2007
Capacidade instalada	eólica	328	530	951	1.568	3.639

As actividades da EDP Renováveis no sector da energia hídrica e das outras energias renováveis

Para além das operações de energia eólica, a EDP Renováveis também opera, através da subsidiária indirecta Genesa, um pequeno número de mini-hídricas em Espanha com uma capacidade instalada agregada de 11 MW (3 MW consolidados e 4 MW líquidos) à data de 31 de Março de 2008. A Genesa operava já outros activos de energias renováveis em Espanha, incluindo energia de biomassa, cogeração e resíduos; no entanto, todos estes activos foram vendidos para a accionista da EDP Renováveis, a Hidrocantábrico, em Março de 2007 e não constituem parte da actividade presente da EDP Renováveis.

A EDP Renováveis está também a explorar oportunidades e a acompanhar de perto os desenvolvimentos a nível regulatório e tecnológico em relação a outras energias renováveis, tais como a energia solar térmica, a energia eólica “*offshore*”, a energia das marés e a energia das ondas, em parceria com a EDP Inovação, a divisão de investigação e desenvolvimento da EDP.

10.6. Actividade do Emitente e Oferente

O modelo de negócio da EDP Renováveis

O modelo de negócio da EDP Renováveis, abaixo descrito, aplica-se genericamente em toda a actividade da EDP Renováveis mas encontra-se sujeito a ajustamentos dependendo da natureza das oportunidades em cada sector das energias renováveis, nos diversos locais em que a EDP Renováveis opera.

⁽¹⁰²⁾ Não inclui a capacidade da Horizon antes da sua aquisição pela EDP em 2007.

Desenvolvimento

Historicamente, a EDP Renováveis tem-se concentrado, e espera continuar a fazê-lo, principalmente em desenvolver projectos em “*greenfield*”, bem como em assegurar activos como direitos de propriedade, licenças e direitos de interligação para parques eólicos que se encontrem em fase de desenvolvimento, mas não ainda em operação ou em construção. De um modo geral, a EDP Renováveis refere-se a projectos em desenvolvimento, embora ainda não em construção, quer como “*pipeline*” quer como “*prospects*”, dependendo do estado de desenvolvimento. Ver “A actividade do Emitente e Oferente – Medição de capacidade e produção”, “A actividade do Emitente e Oferente – Projectos em “*pipeline*” e “A actividade do Emitente e Oferente – Projectos em “*prospects*”. A EDP Renováveis acredita que o desenvolvimento de projectos em “*greenfield*”, suportado pelo seu “*pipeline*” e “*prospects*”, oferece uma importante vantagem competitiva e que estará em melhor posição de maximizar o valor da sua actividade prosseguindo nesta direcção.

A EDP Renováveis acredita também que o seu sólido registo histórico, comprovado no desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” e em “*pipeline*”, coloca a EDP Renováveis numa óptima posição para alcançar o sucesso nesta actividade. Cerca de 84,3 % da sua capacidade instalada bruta total à data de 31 de Março de 2008 (incluindo a capacidade colocada em operação pela Horizon antes da aquisição da Horizon pela EDP em Julho de 2007) era resultante de desenvolvimento “*greenfield*” e de projectos em “*pipeline*” ou de projectos em “*prospects*” adquiridos. Diversos factores facultam à EDP Renováveis vantagens competitivas no que respeita a projectos em “*greenfield*” e em estado inicial de desenvolvimento, comparativamente com outros operadores de menor dimensão no mercado, em particular, as excelentes capacidades de avaliação de recursos eólicos da EDP Renováveis, as relações positivas que a EDP Renováveis estabeleceu com os principais fornecedores de turbinas eólicas, o “*know-how*” de gestão especializado no desenvolvimento e construção, bem como a capacidade de gerar significativas economias de escala.

Como meio de aceder a novos mercados geográficos a EDP Renováveis considera também, adquirir de forma selectiva projectos e activos de energias renováveis em fase de desenvolvimento, ou construção, especialmente quando detidos por empresas com capacidade para desenvolver projectos até à fase de construção final e para operar tais projectos. A EDP Renováveis considera um factor importante na aquisição de projectos em “*pipeline*” ou projectos em “*prospects*” em novas localizações geográficas a existência de activos operacionais como indicador da credibilidade e aptidões de desempenho das equipas locais de desenvolvimento das sociedades alvo.

O quadro a seguir apresenta a experiência no desenvolvimento de projectos da EDP Renováveis na Europa e na América do Norte entre 2002 e 2007, medida em capacidade instalada bruta, dividida em parcelas atribuíveis a projectos em “*greenfield*”, resultante do desenvolvimento de projectos em “*pipeline*” ou “*prospects*” adquiridos, e de projectos em operação ou em construção que foram adquiridos:

Fonte de desenvolvimento de capacidade instalada ⁽¹⁰³⁾	Em 31 de Dezembro					
	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
			<u>(em MW brutos)</u>			
Desenvolvimento de projectos em	206	402	604	989	1.613	3.060

⁽¹⁰³⁾ Os valores do quadro incluem capacidade colocada em funcionamento pela Horizon antes da sua aquisição pela EDP em Julho de 2007.

“greenfield”, de projectos em “pipeline”
ou de projectos em “prospects”

Europa	206	328	530	629	1.066	1.582
América do Norte	-	74	74	360	547	1.478
Aquisição de projectos em funcionamento ou em construção	-	-	-	334	514	579
Europa	-	-	-	322	502	567
América do Norte	-	-	-	12	12	12
Sub-total	206	402	604	1.323	2.127	3.639
Desenvolvidos e vendidos ⁽¹⁰⁴⁾	-	158	158	158	486	486
Total	206	560	762	1.481	2.613	4.125

Controlo e parcerias

De um modo geral, a EDP Renováveis pretende manter o controlo total do desenvolvimento, titularidade e operação dos activos de energia renovável necessários à actividade.

A EDP Renováveis adapta esta política às condições de mercado específicas de cada região ou às condições de outra natureza e, especialmente, aos regimes regulatórios e às realidades económicas de cada um dos países onde opera. Em resultado, em determinadas regiões geográficas a EDP Renováveis pode proceder ao envolvimento directo de partes interessadas locais, não deixando de manter um significativo controlo dos seus projectos. Por exemplo, em vários países da Europa, e especialmente em Espanha, Portugal e na Bélgica, a EDP Renováveis conduz algumas actividades de obtenção de licenças e outras relacionadas com o desenvolvimento de projectos através de uma ou mais sociedades detidas em conjunto com parceiros locais.

Geralmente, a EDP Renováveis celebra este tipo de parcerias quando acredita que pode beneficiar do forte conhecimento local e da experiência das empresas industriais, bancos regionais e outros parceiros locais. Em geral, os parceiros locais podem ser envolvidos na identificação de novos projectos e/ou na condução de várias actividades durante a fase de desenvolvimento. Na Europa e nos E.U.A., a EDP Renováveis trabalha com parceiros locais quando estes detêm fortes relações com as autoridades administrativas e locais, que se revelam valiosas, tanto durante a fase de obtenção de autorizações e licenças, como ao longo do desenvolvimento de projectos. Em troca da sua assistência, estes parceiros locais recebem, em certos casos, uma opção de compra de participações sociais minoritárias nas sociedades que detêm os parques eólicos e, noutros casos, “royalties” ou outro tipo de comissão. Além disso, nos E.U.A. a EDP Renováveis pode ocasionalmente adquirir activos em desenvolvimento por pequenos agentes locais em troca de um pagamento inicial e um “royalty” ou de uma comissão de sucesso quando o projecto entra em operação comercial.

Por outro lado, em determinadas regiões, a EDP Renováveis tem por objectivo envolver directamente as comunidades locais nos seus projectos através de instrumentos que proporcionam benefícios a estas comunidades e à EDP Renováveis. Por exemplo, em certas regiões de Espanha a EDP Renováveis tem vindo a constituir um conjunto de “fundos eólicos” que facilitam o envolvimento das comunidades locais e proporcionam um montante limitado de financiamento dos seus projectos de parques eólicos. A EDP Renováveis está a explorar a viabilidade de estabelecer

⁽¹⁰⁴⁾ Inclui a capacidade desenvolvida e vendida anteriormente pela Horizon nos E.U.A..

fundos semelhantes na Bélgica e em França. As participações nos actuais fundos da EDP Renováveis em Espanha, geridos por bancos regionais espanhóis, estão disponíveis para subscrição apenas por membros das comunidades locais afectados pelo parque eólico em causa. Os investidores recebem pagamentos regulares de dividendos em troca de um investimento inicial. A EDP Renováveis acredita que estes “fundos eólicos” oferecem um conjunto de benefícios significativos. Em particular, facilitam a aceitação e apoio pela comunidade local dos projectos de parques eólicos da EDP Renováveis ao criar um interesse comum no sucesso dos parques eólicos. A EDP Renováveis beneficia também frequentemente das fortes relações que muitos dos bancos regionais têm com as autoridades de licenciamento, administrativas e locais e do interesse comum em assegurar o desenvolvimento com sucesso dos parques eólicos.

Finalmente, a EDP Renováveis considera adquirir participações minoritárias em projectos de energias renováveis quando surjam oportunidades atractivas para investimentos minoritários, geralmente no contexto de uma transacção de maior alcance. A EDP Renováveis detém, por exemplo, uma participação de 40% nas actividades eólicas do consórcio Eólicas de Portugal, que, em 2006, ganhou um concurso para desenvolver 1.200 MW de capacidade eólica em Portugal. Ver “Análise geográfica da actividade da EDP Renováveis no sector da energia eólica – A Península Ibérica – Portugal – consórcio Eólicas de Portugal”. A EDP Renováveis detém também participações minoritárias em determinados projectos por razões históricas. Aquando da aquisição dessas participações minoritárias, a EDP Renováveis normalmente procura estabelecer ou prosseguir mecanismos que permitam a eventual divisão dos activos dos projectos pelos sócios ou accionistas, de modo a permitir à EDP Renováveis obter controlo sobre a porção relevante dos activos numa fase posterior.

Objectivo de capacidade instalada

A EDP Renováveis tem como meta o aumento da sua capacidade instalada bruta numa média de 1,4 GW por ano, ou seja, multiplicar 2,9 vezes a capacidade instalada, no período de 2008 a 2012, tendo em vista alcançar mais de 10.500 MW de capacidade instalada bruta até ao final de 2012. Não existe qualquer garantia de que a EDP Renováveis venha a alcançar plenamente os seus objectivos ou que o faça no prazo previsto. Ver “Declarações relativas ao futuro”, “Factores de risco – Riscos relacionados com a actividade do Emitente e Oferente – A EDP Renováveis pode não conseguir executar com sucesso a estratégia de negócio que definiu” e “Análise da Gestão e da Situação Financeira e dos Resultados das Operações do Emitente e do Oferente – Liquidez e Recursos de Capital.”

A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica

A EDP Renováveis ficou classificada na quarta posição a nível mundial, no mercado de energia eólica, com base na capacidade instalada líquida em 31 de Dezembro de 2007, apresentando a maior taxa de crescimento desde o final de 2006 até o final de 2007, no valor de 168%, quando comparada com outros cinco participantes líderes no mercado das energias renováveis, de acordo com os dados da EER (para os outros participantes no mercado) e de acordo com as estimativas da EDP Renováveis.

A actividade da EDP Renováveis desenvolve-se actualmente em três grandes mercados geográficos distintos: (i) a Península Ibérica, (ii) o Resto da Europa, que compreende a França, a Bélgica e a Polónia, e (iii) a América do Norte, que inclui presentemente os E.U.A.. Para além disso, a EDP

Renováveis tem projectos em “*prospects*” no Brasil e está também a ponderar a expansão das suas actividades eólicas para outros países.

A EDP Renováveis detém posições de liderança nos mercados de energia eólica de todos os países onde presentemente opera parques eólicos. Na Europa, a EDP Renováveis ficou classificada em terceiro lugar em termos de capacidade instalada líquida à data de 31 Dezembro de 2007, de acordo com os dados da EER e da EDP Renováveis. Nos E.U.A. a EDP Renováveis ficou classificada em terceiro, em termos de capacidade eólica instalada líquida em 31 de Dezembro de 2007 e em segundo em termos de crescimento da capacidade instalada líquida desde o final de 2006 até ao final de 2007. Ver “A indústria das energias renováveis”.

O quadro abaixo apresenta informações relativas à capacidade instalada, à capacidade em construção, aos projectos em “*pipeline*” e projectos em “*prospects*” eólicos da EDP Renováveis, por mercado geográfico, à data de 31 de Março de 2008:

À data de 31 de Março de 2008										
Capacidade eólica ⁽¹⁰⁵⁾	Capacidade instalada	Capacidade em construção	“Pipeline”							Projectos em “prospects”
			Total	Nível 1	% do “pipeline”	Nível 2	% do “pipeline”	Nível 3	% do “pipeline”	
				(em MW brutos excepto %)						
Península Ibérica:										
Espanha	1.639	492	3.182	648	20,4 %	621	19,5 %	1.913	60,1 %	2.500
Portugal	424	93	578	561	97,1 %	-	0,0 %	17 ⁽¹⁰⁶⁾	2,9 %	232
Resto da Europa:										
França e Bélgica ⁽¹⁰⁷⁾	87	59	362	124	34,3 %	116	32,1 %	122	33,6 %	394
Polónia	-	-	830	120	14,5%	456	54,9 %	254	30,6%	192
América do Norte:										
E.U.A.	1.556	505	11.258	627	5,6 %	2.813	25,0 %	7.818	69,4 %	5.143
América do Sul:										
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216
Total	3.706	1.150	16.210	2.080	12,8 %	4.006	24,7 %	10.124	62,5 %	8.677

⁽¹⁰⁵⁾ Ver “Medição da capacidade e da produção” “Classificação de projectos em desenvolvimento” “Projectos em “*pipeline*”” e “Projectos em “*prospects*”” abaixo para uma explicação da forma como a EDP Renováveis classifica a sua capacidade eólica em diferentes categorias e níveis.

⁽¹⁰⁶⁾ Corresponde à capacidade de dois parques eólicos em Portugal em fase inicial de desenvolvimento com respeito aos quais uma licença de funcionamento da DGEG foi concedida mas subsequentemente revogada por razões administrativas. A decisão de revogação encontra-se presentemente em recurso judicial.

⁽¹⁰⁷⁾ Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, que inclui 35 MW de capacidade instalada bruta, 8 MW de capacidade bruta em construção, 258 MW de capacidade bruta em projectos eólicos em “*pipeline*” (12 MW de capacidade bruta no Nível 1, 13 MW de capacidade bruta no Nível 2 e 232 MW de capacidade bruta no Nível 3) e 294 MW de capacidade bruta em projectos eólicos em “*prospecção*”.

Descrição de um parque eólico

Um centro electroprodutor eólico, também conhecido como parque eólico, é composto por torres de apoio nas quais são instalados aerogeradores. A torre de um aerogerador, ou turbina eólica “*onshore*” tem, geralmente, uma altura de 55 a 100 metros, variando a potência do gerador entre 1 e 3 MW, e o diâmetro do rotor ronda, habitualmente, entre os 48 e os 102 metros. Cada turbina tem três pás e o vento faz com que estas se movam, o que, por sua vez, faz rodar o rotor ao qual estão ligadas. A energia gerada por este rotor é transmitida para um gerador que produz uma corrente eléctrica, transformando a energia do vento em energia eléctrica.

As duas principais componentes de um parque eólico são as turbinas eólicas e os equipamentos auxiliares. Cada turbina eólica inclui três pás (normalmente feitas de fibra de vidro reforçado e outros materiais sintéticos compostos), um revestimento (normalmente feito de material composto e também denominado por “*navelle*”) que inclui e cobre a caixa de velocidades (quando exista) e o gerador, uma torre de suporte e outros sistemas de suporte secundário (tais como os sistemas hidráulicos e de monitorização). Os equipamentos auxiliares incluem o remanescente da infraestrutura do parque eólico, incluindo estradas de acesso, alicerces de betão, plataformas operacionais, um sistema de recolha de electricidade, uma subestação para transformação da tensão da corrente eléctrica, interligação das infraestruturas à rede de transporte de electricidade e uma instalação de operação e manutenção.

As torres são estabilizadas através de alicerces de betão e ligadas a um sistema de recolha de electricidade. Este sistema de recolha alimenta uma subestação que inclui um transformador eléctrico que converte a tensão baixa/média do sistema de recolha para o nível de alta tensão da rede de transporte e/ou distribuição de electricidade. A subestação permite que a energia seja injectada numa tensão pré-determinada. Para cada 1 MW de capacidade de energia, a produção anual de electricidade varia em média entre 2 a 4 GWh, dependendo dos recursos eólicos dos parques, da disponibilidade de operação da turbina e do tipo de turbina seleccionada.

Diferentes classes de turbinas eólicas são adequadas à utilização em diferentes tipos de localização, o que depende principalmente das características eólicas do parque. As turbinas eólicas estão agrupadas em três principais classes, tal como definido pela “International Electrotechnical Commission”: as turbinas “Classe I” são utilizadas em localizações com ventos anuais de elevada velocidade, as turbinas “Classe II” para ventos anuais de moderada velocidade e as turbinas “Classe III” para ventos anuais de baixa velocidade. Além disso, as turbinas eólicas são também categorizadas, dentro de cada classificação, de acordo com a sua capacidade para sustentar a intensidade da turbulência. A velocidade média anual do vento e as variações dos níveis da turbulência consoante o parque eólico, e a capacidade ou incapacidade de uma empresa de energia eólica seleccionar, obter e instalar adequadamente a classe mais apropriada de turbinas eólicas em parques com uma gama variada de condições eólicas pode por isso revelar-se um forte catalisador de competitividade em termos relativos e da rentabilidade.

A capacidade instalada total de um parque eólico varia de projecto para projecto, já que é fortemente influenciada pelo terreno disponível, pelos acessos ao mesmo e pelos limites impostos pelas autoridades competentes para a concessão de licenças que regem a construção do projecto. Estes factores, por sua vez, são geralmente determinados pelas características da localização, pela capacidade da rede eléctrica de transporte ou distribuição na região, pelas políticas das autoridades responsáveis pelo licenciamento do projecto e pelas contribuições de várias partes interessadas

durante o processo de licenciamento. Os parques eólicos da EDP Renováveis na Europa variam geralmente entre os 10 MW e os 50 MW de dimensão, alcançando por vezes os 120 MW. Nos E.U.A., a dimensão dos parques eólicos é geralmente superior, situando-se normalmente entre os 100 MW e os 300 MW.

Fases de desenvolvimento

O desenvolvimento de parques eólicos envolve um processo com várias fases. As seguintes fases ocorrem em sequências variadas, frequentemente coincidentes, com variações em cada país em função das oportunidades, limitações, regime regulatório e outras características do mercado em causa:

- a) selecção da localização e estudo de viabilidade;
- b) contratos de arrendamento de terrenos;
- c) autorizações e licenças;
- d) interligação; e
- e) construção e colocação em funcionamento.

Seleção da localização e estudo de viabilidade

A primeira fase no desenvolvimento de parques eólicos consiste em identificar uma localização e estudar a sua viabilidade e potencial de se tornar no futuro um parque eólico operacional bem sucedido. A EDP Renováveis procede a exercícios de análise “*table top*” sobre as localizações numa base contínua (aplicando ferramentas avançadas, incluindo software de sistemas de informação geográfica e outras aplicações de software), tarefa após a qual a EDP Renováveis avalia relatórios de vento e outras bases de dados relevantes no sentido de avaliar a sua viabilidade, com base numa série de critérios, incluindo condições do vento, topografia, acesso às redes de transporte ou distribuição de electricidade existentes e planeadas, dimensão, disponibilidade e propriedade do terreno, características ambientais ou aspectos sensíveis da localização que possam estar protegidos por leis e regulamentos locais. Nesta fase, a EDP Renováveis procede geralmente a uma avaliação preliminar sobre a possível existência de “defeitos fatais” ou outros constrangimentos fundamentais que possam impedir o desenvolvimento bem sucedido de uma localização (uma “análise de defeitos fatais”).

Depois de identificada uma potencial localização, a EDP Renováveis conduz uma análise pormenorizada da mesma. Normalmente esta análise consiste em estudos pormenorizados de viabilidade técnica e económica no sentido de verificar e analisar em maior profundidade critérios relevantes como os que anteriormente se descrevem. A EDP Renováveis inicia o processo de desenvolvimento de um parque eólico pela condução de um estudo de extrapolação de dados de vento, através do qual avalia os recursos eólicos de uma localização extrapolando os dados de torres meteorológicas próximas ou dados meteorológicos oficiais de fontes governamentais. O elemento mais importante da análise de uma localização, que decorre de um estudo de extrapolação eólica favorável, envolve normalmente a instalação de uma ou mais torres meteorológicas numa localização para medir os recursos eólicos, incluindo a velocidade, direcção e perfil do vento. Geralmente é necessário um período mínimo de 12 meses de recolha de dados sobre o vento (na localização ou em propriedade adjacente) para avaliar a viabilidade económica de um projecto (através, por exemplo, da avaliação da velocidade, direcção e turbulência), embora o ideal seja recolher dados plurianuais e, em qualquer dos casos, identificar fontes de dados de longo prazo próximas e fiáveis, como estações meteorológicas ou torres de medição de aeroportos. Ver “Avaliação dos recursos eólicos”. Na maioria dos países onde a EDP Renováveis opera, é necessário obter uma licença ou autorização para

instalar uma torre meteorológica e as autoridades poderão exigir um estudo de impacto ambiental que avalie o potencial impacto da torre antes da concessão da referida licença ou autorização. Nas áreas de maior densidade populacional, a EDP Renováveis pode proceder a contactos com as autoridades locais e estudos nas comunidades circundantes, no sentido de avaliar o nível de aceitação geral sobre projectos de energia eólica e, mais especificamente, de um parque eólico na área em causa.

Contratos de arrendamento de terrenos

Uma fase importante do desenvolvimento de parques eólicos consiste em assegurar terrenos no sentido de garantir que estes estarão disponíveis para o desenvolvimento e posterior operação de parques eólicos e isto em termos economicamente viáveis. Geralmente a EDP Renováveis arrenda o terreno no qual os parques eólicos são construídos; celebrando em alguns casos contratos de arrendamento por um determinado número de anos, noutros subscrevendo opções de arrendamento ou contratos-promessas a que se seguem, numa fase posterior, os contratos de arrendamento definitivos. Nos E.U.A., quando necessário, a EDP Renováveis também obtém subsídios federais “*right-of-way*” sobre terrenos federais. Os contratos da EDP Renováveis, incluindo contratos de arrendamento de terrenos, servidões, e subsídios federais “*right-of-way*” para a construção e subsequente operação e manutenção dos parques eólicos da EDP Renováveis, têm normalmente prazos de cerca de 20 a 30 anos dependendo do país, das normas aplicáveis ao mercado e das limitações legais, que não sejam opções, cartas de intenção ou subsídios federais preliminares “*right-of-way*” nos E.U.A., tendo tipicamente cada uma das destas limitações prazos muito mais curtos. Em determinadas jurisdições, um único terreno pode ser detido por vários proprietários. Em certas jurisdições, e em particular em Espanha e em Portugal, os registos prediais podem não conter informações completas e actualizadas sobre os terrenos e os seus proprietários bem como sobre os direitos de passagem, servidões ou outros que sobre eles incidam. Esta situação pode atrasar ou complicar o processo. Em certos casos, o desenvolvimento e as operações podem começar antes de terem sido solucionadas estas problemáticas com estes direitos sobre imóveis. Nos E.U.A., em virtude da dimensão superior dos parques eólicos e do elevado número de proprietários de terrenos potencialmente envolvidos no processo de assegurar os direitos de propriedade, a EDP Renováveis pode organizar uma reunião geral para os proprietários em que procede à sua apresentação, explicando a natureza dos parques eólicos em geral e expondo quaisquer especificidades do projecto relacionadas com o desenvolvimento da região.

Autorizações e licenças

A EDP Renováveis tem de solicitar e obter as necessárias autorizações, licenças e outras aprovações para construir e operar um parque eólico. As autorizações, licenças e outras aprovações específicas que são necessárias para a construção de um parque eólico e os procedimentos relacionados com o processo variam significativamente de país para país e, em alguns casos, de região para região. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente”. O sistema de autorização e licenciamento envolve geralmente um processo de aprovação ambiental, que normalmente se baseia num estudo de impacto ambiental que analisa o potencial impacto do parque eólico no ambiente, na paisagem e na comunidade. Esta fase é essencial para o desenvolvimento do projecto. No estudo de impacto ambiental é frequentemente considerado o contributo de consultores especializados em ambiente, residentes locais (por vezes através de reuniões públicas) e outras partes interessadas. Se a natureza, forma e calendário específicos desta avaliação difere de jurisdição para jurisdição, há factores comuns que são levados em conta pela maioria das autoridades relevantes quando decidem a

autorização, ou não, de um projecto, entre os quais:

- a) o impacto visual do parque eólico na paisagem;
- b) o ruído, particularmente em áreas habitadas;
- c) o impacto ambiental sobre a fauna e a flora;
- d) o efeito sobre localizações históricas, arqueológicas ou protegidas; e
- e) características topográficas e de outra natureza da localização, como as condições do solo e a hidrologia.

São também por vezes solicitadas autorizações e licenças administrativas e de construção ou edificação, que, em certos casos, são atribuídas por entidades reguladoras nacionais como o Ministério da Indústria, em Espanha, ou a Direcção Geral de Energia e Geologia (“DGEG”), em Portugal, e, noutros países, autoridades regionais, municipais ou locais. Por outro lado, é por vezes necessário solicitar uma alteração do direito de utilização do terreno ou de loteamento (o que pode requerer uma despesa significativa) de forma a incluir a produção de energia eólica entre as utilizações autorizadas para a localização ou mesmo colaborar com as comunidades com directrizes de loteamento limitadas, ou inexistentes, para desenvolver directrizes razoáveis através do pedido de autorização da EDP Renováveis para parques eólicos.

Interligação

De forma a que a EDP Renováveis esteja apta a vender e fornecer a electricidade produzida num parque eólico, é necessário assegurar uma ligação às redes de transporte e/ou de distribuição de electricidade. Em muitos dos países onde a EDP Renováveis está presente, dá início a este processo através de uma requisição de ponto de ligação ao operador do sistema de transporte e/ou à companhia de distribuição de electricidade e do direito de interligar um parque eólico à rede. O operador do sistema de transporte e/ou a companhia de distribuição de electricidade conduz determinados estudos de ligação para estabelecer se é necessário alguma modificação da infra-estrutura para possibilitar a ligação à rede de transporte e/ou distribuição de electricidade. A infra-estrutura de interligação necessária deve ser também, geralmente, licenciada e construída, o que é realizado em paralelo com as correspondentes actividades de desenvolvimento de parques eólicos. Nalguns casos, o licenciamento e construção de infra-estruturas é conduzido por operadores do sistema e, assim, o processo pode fugir ao controlo e gestão da EDP Renováveis. Ver “Factores de risco – A EDP Renováveis depende de terceiros para efectuar o transporte e distribuição da electricidade produzida”. Em Portugal, a DGEG atribui direitos a pontos de ligação à rede de transporte de electricidade, garantindo assim a interligação. Estes direitos têm sido recentemente atribuídas por intermédio de concursos públicos. Nos E.U.A., o processo de obtenção dos direitos de interligação é em grande parte regulado e supervisionado pela Comissão Federal de Regulação da Energia dos E.U.A. (“FERC”), que estabelece tarifas que todos os detentores do sistema de transporte de electricidade e operadores de distribuição eléctrica nas jurisdições reguladas pela FERC são obrigados a pagar. A forma do acordo de interligação é também aprovada pela FERC. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – E.U.A.”.

Construção e colocação em funcionamento

A construção e a colocação em funcionamento constituem geralmente a fase final do desenvolvimento de um parque eólico. A construção envolve habitualmente o projecto de engenharia e o trabalho de gestão da construção (incluindo a preparação dos planos de engenharia e construção), terraplanagem e obras de engenharia civil (incluindo a avaliação do solo, a colocação das fundações

das torres e a preparação das estradas de acesso), obra de electricidade (incluindo a colocação dos cabos do sistema de recolha e a instalação do equipamento de ligação à rede de transporte e/ou distribuição de electricidade) e a instalação das turbinas eólicas, incluindo as torres e as pás. Geralmente a EDP Renováveis subcontrata a instalação de turbinas aos seus fornecedores de turbinas e a construção do remanescente do parque eólico a empreiteiros externos. Depois de concluída a construção do parque eólico, tem lugar a sua entrada em funcionamento, o que implica sujeitar as turbinas a uma série de testes para assegurar que o desempenho previsto é alcançado e que a electricidade produzida pelo vento pode ser injectada na rede de transporte e/ou distribuição de electricidade.

Medição de capacidade e produção

Capacidade bruta, consolidada e líquida

“Capacidade bruta” representa a capacidade agregada dos parques eólicos, independentemente do nível da participação da EDP Renováveis em cada uma das sociedades que detêm esses parques eólicos. É calculada incluindo através da totalidade da capacidade dos parques eólicos das sociedades nos quais a EDP Renováveis ou qualquer uma das suas subsidiárias detenha uma participação, mesmo que se trate de uma posição minoritária e sem poder de controlo. Salvo indicação em contrário, todos os valores relativos à capacidade indicados neste Prospecto referem-se a capacidade bruta.

“Capacidade consolidada” representa a capacidade agregada dos parques eólicos detidos por sociedades que a EDP Renováveis controla (ou que controla em conjunto) e relativamente às quais, do ponto de vista contabilístico, inclui total ou parcialmente nos seus resultados operacionais consolidados. É calculada através da totalidade da capacidade instalada dos parques eólicos detidos por sociedades nos quais a EDP Renováveis detém uma participação superior a 50%. Relativamente aos parques eólicos em que a participação da EDP Renováveis é de 50% ou menos, a EDP Renováveis inclui apenas uma porção da capacidade instalada dos parques eólicos proporcional à percentagem da sua participação nas sociedades, na medida em que a EDP Renováveis consolida proporcionalmente os resultados operacionais daqueles parques eólicos para fins contabilísticos.

“Capacidade líquida” representa a capacidade agregada dos parques eólicos detidos por sociedades nas quais a EDP Renováveis detém uma participação, proporcional ao nível da sua participação em cada uma daqueles sociedades. É calculada através da multiplicação da percentagem da participação da EDP Renováveis em cada sociedade, independentemente do controlo conferido por esta participação, pela capacidade total dos parques eólicos detidos por essas sociedades.

“Produção consolidada” representa a electricidade agregada produzida pelos parques eólicos detidos por sociedades que a EDP Renováveis controla (ou que controla em conjunto) e relativamente aos quais, do ponto de vista contabilístico, inclui total ou parcialmente nos seus resultados operacionais consolidados. É calculada através da totalidade da electricidade produzida pelos parques eólicos nos quais a EDP Renováveis detém uma participação superior a 50%. Relativamente aos parques eólicos detidos por sociedades em que a participação da EDP Renováveis é de 50% ou menos, inclui apenas uma porção da electricidade produzida pelos parques eólicos proporcional à percentagem da sua participação naquelas sociedades na medida da consolidação proporcional dos resultados operacionais daqueles parques eólicos para fins contabilísticos. Os principais factores que afectam o volume de electricidade produzida por um parque eólico em qualquer altura são os seguintes: as

condições do vento (especialmente a velocidade do vento), a capacidade das turbinas e a disponibilidade técnica das turbinas (ou seja, a percentagem de tempo durante o qual a turbina é capaz de funcionar quando existe vento disponível).

Capacidade de projectos em diferentes fases de desenvolvimento

“Capacidade instalada” representa a capacidade das turbinas eólicas cuja montagem e instalação foi concluída e que se encontram mecanicamente concluídas, mas que podem, ou não, ter sido colocadas em funcionamento e que podem, ou não, ter começado a produzir electricidade. Em linha com a abordagem geral seguida na Europa, no que respeita aos seus parques eólicos, a EDP Renováveis inclui a capacidade de todas as turbinas em todos os parques eólicos onde exista pelo menos uma turbina que tenha sido completamente montada, e instalada, e que esteja mecanicamente concluída e apta a produzir electricidade e a gerar “*cash flow*” (o que significa que, entre outros aspectos, todas as licenças necessárias deverão ter sido emitidas). No que se refere aos seus parques eólicos nos E.U.A., a EDP Renováveis inclui apenas a capacidade das turbinas que foram instaladas e que se encontram mecanicamente concluídas, mas que podem ou não ter sido comissionadas e podem ou não ter começado a produzir electricidade. A EDP Renováveis acredita que esta divergência histórica de metodologias pode dever-se em parte às dimensões médias dos parques eólicos, que são significativamente superiores nos E.U.A., face aos seus congéneres europeus, razão pela qual o tempo médio entre a instalação da primeira e da última turbina num parque eólico difere significativamente entre os parques eólicos na Europa e nos E.U.A..

“Capacidade em construção” representa a capacidade dos parques eólicos da EDP Renováveis onde o trabalho de construção nas estradas, nos alicerces ou na infra-estrutura eléctrica tenha tido início.

“Capacidade de projectos em “*pipeline*”” representa a capacidade potencial de projectos de parques eólicos que se encontram em “*pipeline*” de desenvolvimento da EDP Renováveis, com base na concretização das etapas necessárias, tal como descrito em maior pormenor em “Projectos em “*pipeline*””.

“Capacidade de projectos em “*prospects*”” representa a capacidade de projectos de parques eólicos que a EDP Renováveis tem em “*prospects*”, com base na ultrapassagem das etapas necessárias, tal como descrito em maior pormenor em “Projectos em “*prospects*””.

Capacidade instalada

O quadro que se segue apresenta a capacidade instalada bruta, consolidada e líquida da EDP Renováveis à data de 31 de Março de 2008 por mercado geográfico:

	Em 31 de Março de 2008					
	Capacidade bruta	% do total da capacidade bruta	Capacidade consolidada	% do total da capacidade consolidada	Capacidade líquida	% do total da capacida de líquida
	(em MW, excepto %)					
Península Ibérica:						
Espanha.....	1.639	44,2 %	1.265	40,8 %	1.215	39,7 %

Portugal.....	424	11,4 %	424	13,7 %	419	13,7 %
Resto da Europa:						
França e Bélgica ⁽¹⁰⁸⁾	87	2,3 %	87	2,8 %	87	2,8 %
Polónia.....	-	-	-	-	-	-
América do Norte:						
E.U.A. ⁽¹⁰⁹⁾	1.556	42,0 %	1.321	42,7 %	1.339	43,8 %
Total.....	3.706	100,0 %	3.097	100,0 %	3.060	100,0%

O quadro a seguir apresenta a capacidade eólica instalada da EDP Renováveis à data de 31 de Dezembro de 2005, 2006 e 2007 e 31 de Março de 2008, por mercado geográfico:

Capacidade eólica instalada	Em 31 de Dezembro de			CAGR 2005-2007	Em 31 de Março de
	2005	2006	2007		2008
	<i>(em MW brutos, excepto %)</i>				
Península Ibérica:					
Espanha.....	736	1.213	1.639	49,2 %	1.639
Portugal.....	215	326	424	40,4 %	424
Resto da Europa:					
França e Bélgica	-	29	87	205,3 % ⁽¹¹⁰⁾	87 ⁽¹¹¹⁾
Polónia.....	-	-	-	-	-
América do Norte:					
E.U.A.	-	-	1.490 ⁽¹¹²⁾	-	1.556 ⁽¹¹³⁾
Total.....	951	1.568	3.639	95,6 %	3.706

Do total da capacidade eólica instalada bruta da EDP Renováveis à data de 31 de Março de 2008, 44,2 % encontravam-se em Espanha, 11,4 % em Portugal, 2,3 % em França e na Bélgica e 42 % nos E.U.A..

Produção

O quadro a seguir apresenta a produção consolidada de energia eólica da EDP Renováveis em cada um dos anos findos a 31 de Dezembro de 2005, 2006 e 2007 e no trimestre findo a 31 de Março de 2008, por mercado geográfico:

⁽¹⁰⁸⁾ Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, os quais incluem 35 MW de capacidade instalada bruta.

⁽¹⁰⁹⁾ Do total de capacidade instalada bruta da EDP Renováveis nos E.U.A., 52 MW (correspondentes a 52 MW consolidados e a 52 MW líquidos) tinham sido instalados e encontravam-se mecanicamente completos mas ainda aguardavam comissionamento à data de 31 de Março de 2008.

⁽¹¹⁰⁾ O CAGR para o período de 2006-2007.

⁽¹¹¹⁾ Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, os quais incluem 35 MW de capacidade instalada bruta.

⁽¹¹²⁾ Destes, 131 MW de capacidade bruta tinham sido instalados e encontravam-se mecanicamente completos mas ainda aguardavam comissionamento à data de 31 de Março de 2007.

⁽¹¹³⁾ Destes, 52 MW de capacidade bruta tinham sido instalados e encontravam-se mecanicamente completos mas ainda aguardavam comissionamento à data de 31 de Março de 2008.

Produção de energia eólica	Em 31 de Dezembro de			CAGR (2005-2007)	Em 31 de Março de
	2005	2006	2007		2008
	<i>(em GWh consolidado, excepto %)</i>				
Península Ibérica:					
Espanha.....	523	1.419	2.056	98,3 %	730 ⁽¹¹⁴⁾
Portugal.....	349	483	735	45,1 %	286
Resto da Europa:					
França e Bélgica.....	---	---	119	---	56
Polónia.....	---	---	---	---	0
América do Norte:					
E.U.A.....	---	---	866 ⁽¹¹⁵⁾	---	960
Total.....	872	1.902	3.776	108,1%	2.032

Factor de carga

O factor de carga (“FC”) de um parque eólico é a relação entre a electricidade líquida produzida durante um período e a electricidade que podia ter sido produzida com a capacidade máxima de produção durante o mesmo período. O quadro abaixo apresenta o FC médio dos parques eólicos da EDP Renováveis por mercado geográfico, apresentado tanto em termos de FC médio para 2004-2007 dos parques eólicos da EDP Renováveis como em termos de FC médio projectado a longo prazo dos parques eólicos operacionais da EDP Renováveis desde 31 de Dezembro de 2007:

Factor de carga	2004-2007 FC médio ⁽¹¹⁶⁾	FC médio projectado a longo prazo ⁽¹¹⁷⁾
	<i>(%)</i>	
Península Ibérica:		
Espanha.....	27,9%	28,0 %
Portugal.....	26,8%	28,0 %
Resto da Europa:		
França e Bélgica.....	24,3%	25,0 %
Polónia.....	-	-
América do Norte:		
E.U.A.	31,7%	35,9 %

Capacidade em construção

O quadro que se segue apresenta a capacidade eólica em construção da EDP Renováveis à data de 31 de Março de 2008 por mercado geográfico:

⁽¹¹⁴⁾ Não reflecte a produção de energia eólica de 102 MW de capacidade instalada bruta do parque eólico Pebema em Espanha (o qual estava fora de serviço no primeiro trimestre de 2008).

⁽¹¹⁵⁾ Apenas inclui a electricidade produzida pela Horizon após a aquisição da Horizon pela EDP em Julho de 2007, o total consolidado de produção de energia eólica da Horizon para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007 foi 1.465 GWh consolidado.

⁽¹¹⁶⁾ Com base no FC médio medido dos parques eólicos que se encontravam em operação por um mínimo de 12 meses.

⁽¹¹⁷⁾ Com base nos estudos internos e/ou de estudos de terceiros de medição do vento (reflectindo um cenário P50 (ou a probabilidade de exceder de 50%)), conduzidos antes do comissionamento dos parques eólicos relevantes; reflecte o FC médio medido. Algumas das projecções foram revistas após a entrada em funcionamento dos parques eólicos com base em dados operacionais actuais.

Capacidade eólica em construção	Em de 31 de Março de 2008	
	Capacidade em construção (em MW brutos, excepto %)	% da capacidade total em construção
Península Ibérica:		
Espanha.....	492	42,8 %
Portugal.....	93	8,1 %
Resto da Europa:		
França e Bélgica ⁽¹¹⁸⁾ ..	59	5,1 %
Polónia	0	0,0 %
América do Norte:		
E.U.A.....	505	43,9 %
Total.....	1.149	100,0 %

Classificação dos projectos em desenvolvimento

As categorias de classificação dos projectos em desenvolvimento da EDP Renováveis são utilizadas para fins de planeamento interno e podem não ser utilizadas por outras empresas do sector, além de não terem sido verificadas nem auditadas por terceiros. Ver “Factores de risco – Os pressupostos básicos e fundamentais usados para a classificação do estado de desenvolvimento dos projectos da EDP Renováveis foram desenvolvidos internamente e não foram auditados ou verificados por terceiros”.

A EDP Renováveis classifica os seus projectos eólicos em desenvolvimento em projectos em “*pipeline*” (que são depois subdivididos no “Nível 1”, no “Nível 2” e no “Nível 3”, cada um dos quais descrito em seguida), e projectos em “*prospects*”, com base em etapas objectivas e com base em factos que a EDP Renováveis estabelece levando em conta a sua experiência no desenvolvimento de projectos. A metodologia de classificação de projectos em desenvolvimento da EDP Renováveis é baseada na análise do progresso atingido e dos marcos alcançados por cada projecto com respeito a cada uma das fases chave no desenvolvimento dos parques eólicos que antecederam a sua construção e entrada em funcionamento (nomeadamente a selecção da localização e a medição do vento; contratos sobre imóveis; interligação e autorizações e licenças) em todos os países em que a EDP Renováveis opera. Se os princípios gerais que a EDP Renováveis aplica ao agrupamento de projectos em cada uma destas categorias são semelhantes nos vários países, as etapas específicas a ultrapassar para a sua classificação em cada uma das categorias variam de país para país. Tal deve-se ao facto de as fases de desenvolvimento e de negócio envolvidas na colocação em funcionamento de um parque eólico variarem de país para país, devido, em especial, às diferenças do processo regulatório e de licenciamento bem como aos constrangimentos principais, característicos de cada país e a outras considerações legais e práticas aplicáveis a cada país. Ver “Fases de desenvolvimento”. Os indícios de maturidade em cada país variam em função da natureza específica destes processos, podendo o alcance de determinadas etapas implicar diferentes níveis de progresso e de maturidade dos projectos de parques eólicos nos diferentes países.

A EDP Renováveis acredita que a sua metodologia de classificação dos projectos reflecte uma abordagem rigorosa e objectiva, que se adequa às características específicas de cada jurisdição e que, em conformidade com aqueles critérios, proporciona um nível significativo de estabilidade e

⁽¹¹⁸⁾ Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, os quais incluem 8 MW de capacidade bruta em construção.

exactidão no que respeita à fase de desenvolvimento e maturidade dos seus projectos em “*pipeline*” e dos seus projectos em “*prospects*”. Em particular, a EDP Renováveis acredita que esta metodologia de classificação fornece à EDP Renováveis uma significativa visibilidade no que respeita à maturidade e ao “*time-to-market*” do seu “*portfolio*” de projectos, a qual por sua vez facilita a capacidade da EDP Renováveis para gerir e alcançar os seus objectivos de crescimento. Em média, a EDP Renováveis estima que os projectos em “*pipeline*” de Nível 1, Nível 2, e Nível 3 estarão provavelmente a operar em mercado em menos de 18 meses, entre 18 meses e 36 meses, e em mais de 36 meses, respectivamente. A EDP Renováveis considera, com base na sua experiência dos diferentes mercados em que opera, que uma abordagem probabilística do seu “*pipeline*” não é a mais adequada para um negócio cujo processo de desenvolvimento se encontra suficientemente clarificado para permitir uma abordagem rigorosa baseada em factos e marcos demonstráveis.

Projectos em “*pipeline*”

Nível 1

A EDP Renováveis inclui no Nível 1 projectos que ultrapassaram com sucesso a fase, ou as fases, mais crítica(s) de desenvolvimento na jurisdição em causa, bem como que tenham alcançado um progresso substancial mínimo nas outras fases importantes do desenvolvimento. As etapas específicas para a classificação nesta categoria variam de jurisdição para jurisdição da forma como a seguir se descreve:

Península Ibérica:

- a) *Espanha:* compreende projectos aos quais foi atribuída uma licença administrativa pelo governo regional respectivo (ou, em certas regiões, inclui projectos para os quais foi assegurada uma ligação à rede de transporte e/ou distribuição de electricidade). Por outro lado, terão sido geralmente ultrapassadas, embora não necessariamente, as seguintes etapas: foi outorgada uma licença ambiental, assegurados contratos de arrendamento para, pelo menos, 90% dos terrenos, definidos planos pormenorizados de engenharia e construção, instaladas torres meteorológicas, disponibilizado um mínimo de dois anos de dados sobre o vento e assegurada uma ligação à rede.
- b) *Portugal:* compreende projectos para os quais a EDP Renováveis detém direitos de interligação à rede de transporte de electricidade atribuída pela DGEG. Com efeito os direitos de interligação à rede são hoje atribuídos preferencialmente por concurso público, e a atribuição destes direitos à EDP Renováveis (ou a um consórcio no qual a EDP Renováveis participe) confere à EDP Renováveis a obrigação de construção dos MW que lhe foram atribuídos no respectivo concurso. Nessa medida a EDP Renováveis acredita que a única etapa relevante para determinar se um projecto em Portugal deve ser classificado nos seus projectos em “*pipeline*” é a concessão de direitos de interligação à rede de transporte de electricidade por parte da DGEG. Os Projectos aos quais tenham sido atribuídos estes direitos são geralmente classificados como projectos em “*pipeline*” do Nível 1 e aqueles que não os tenham recebido não são geralmente incluídos nos seus projectos em “*pipeline*”.

Resto da Europa:

- a) *França e Bélgica:* inclui projectos aos quais foi atribuída uma licença de construção (“*Permis de Construire*” em França “*Permis Unique*” na Bélgica), foi outorgado um acordo do município para o parque eólico (aplicável apenas no caso da França), foi completado o

necessário licenciamento dos planos, foram assegurados contratos de arrendamento para 100% dos terrenos, foi assegurada uma ligação à rede de transporte e/ou distribuição de electricidade e normalmente, mas não necessariamente, instaladas torres meteorológicas e disponibilizado um mínimo de dois anos de dados sobre o vento.

- b) *Polónia:* inclui projectos aos quais foi outorgado um acordo do município, atribuída uma licença ambiental, definidos planos pormenorizados de engenharia e construção, foi assegurada uma ligação à rede de transporte e/ou distribuição e normalmente, mas não necessariamente, assegurados contratos de arrendamento para mais de 90% dos terrenos, foram instaladas torres meteorológicas e disponibilizado um mínimo de um dois anos de dados sobre o vento.

América do Norte:

- a) *E.U.A.:* inclui projectos que receberam (ou para os quais se prevê que recebam no prazo de 6 meses) a totalidade das principais licenças ambientais e de outra natureza, e que tenham sido alvo de estudos, e tenham sido concluídos todos os estudos de maior dimensão, assegurados acordos de arrendamento, opções ou concedidos subsídios federais “*right-of-way*” sem restrições para, pelo menos, 90% a 100% dos terrenos, disponibilizado um mínimo de dois anos de dados sobre o vento no local (nos casos em que existem dados de boa qualidade sobre o vento provenientes de parques eólicos vizinhos, podem existir menos de dois anos de dados sobre o vento para um projecto classificado no Nível 1), conduzidos estudos de interligação pelo operador à rede de transporte de electricidade e obtido um acordo de interligação, na maioria dos casos, ou encontrando-se este em fase de negociação.

Nível 2

A EDP Renováveis classifica no Nível 2 projectos que realizaram significativos progressos no sentido de concluir a fase, ou as fases, mais crítica(s) de desenvolvimento na jurisdição em causa, bem como que tenham alcançado um progresso moderado mínimo nas outras fases importantes do desenvolvimento. As etapas específicas para a classificação nesta categoria variam de jurisdição para jurisdição da forma como seguidamente se descreve:

Península Ibérica:

- a) *Espanha:* inclui projectos para os quais foram definidos planos pormenorizados de engenharia e construção, instaladas torres meteorológicas, disponibilizado um mínimo de um ano de dados sobre o vento e efectuado um pedido de ligação à rede, e normalmente, mas não necessariamente, uma licença ambiental ou uma licença ambiental condicionada, assegurados contratos de arrendamento para 50% a 90% dos terrenos. As extensões e o reapetrechamento de projectos existentes são geralmente, embora nem sempre, incluídos no Nível 2, dependendo das condições específicas da licenças que regulam tais actividades e da regulamentação aplicável em cada região.
- b) *Portugal:* Não aplicável. Ver “Nível 1-Península Ibérica-Portugal”.

Resto da Europa:

- a) *França e Bélgica:* inclui projectos aos quais foi outorgado um acordo do município para o parque eólico, efectuado um pedido de licença de construção, assegurados contratos de arrendamento para 100% dos terrenos no caso da França e 80% dos terrenos no caso da Bélgica, completados os necessários processos de licenciamento dos planos

pormenorizados e normalmente, mas não necessariamente, instaladas torres meteorológicas e assegurado um mínimo de um ano de dados sobre o vento.

- b) *Polónia:* inclui projectos para os quais foi estudado ou efectuado um pedido de licença ambiental, assegurados contratos de arrendamento para 50% a 90% dos terrenos, e concluído um estudo confirmatório de ligação e normalmente, mas não necessariamente, definidos planos pormenorizados preliminares de engenharia e construção, e instaladas torres meteorológicas.

América do Norte:

- a) *E.U.A.:* inclui projectos relativamente aos quais foi lançado um estudo ambiental, obtidas ou solicitadas algumas das licenças de fase inicial, assegurados contratos de arrendamento, opções ou subsídios federais “*right-of-way*” limitados para, pelo menos, 50% a 90% dos terrenos, disponibilizado um mínimo de um ano de dados sobre o vento e concluído um estudo de viabilidade da interligação pelo operador à rede de transporte de electricidade relevante.

Nível 3

No Nível 3, a EDP Renováveis inclui os projectos que fizeram progressos moderados face à conclusão das fases de desenvolvimento importantes na jurisdição relevante. As etapas específicas para a classificação nesta categoria variam de jurisdição para jurisdição como a seguir se descreve:

Península Ibérica:

- a) *Espanha:* compreende projectos em relação aos quais foram concluídos planos de pormenor de engenharia e construção, instaladas torres meteorológicas ou conduzido ou concluído um estudo de extrapolação e normalmente, mas não necessariamente, foram assegurados contratos de arrendamento para 10% a 50% dos terrenos.
- b) *Portugal:* Não aplicável. Ver “Nível 1— Península Ibérica— Portugal.”

Resto da Europa:

- a) *França e Bélgica:* inclui projectos em relação aos quais foi concedido um acordo do município para o parque eólico (aplicável apenas no caso da França), foram assegurados contratos de arrendamento para 10% a 50% dos terrenos, preparados os necessários processos de licenciamento, instaladas torres meteorológicas ou concluído um estudo eólico de extrapolação.
- b) *Polónia:* inclui projectos em relação aos quais foram assegurados contratos de arrendamento para 10% a 90% dos terrenos, preparados planos preliminares de engenharia e construção, instaladas torres meteorológicas ou concluído um estudo eólico de extrapolação.

América do Norte:

- a) *E.U.A.:* inclui projectos para os quais foi conduzida uma análise de “defeitos fatais”, assegurados contratos de arrendamento, opções ou subsídios federais “*right-of-way*” limitados para, pelo menos, 25% a 50% dos terrenos, disponibilizado um mínimo de seis meses de dados sobre o vento, lançado o processo de interligação e solicitada a capacidade de interligação ao sistema operador de distribuição de electricidade relevante.

Os projectos em “pipeline” da EDP Renováveis

O quadro que se segue apresenta os projectos em “pipeline” da EDP Renováveis, por mercado geográfico e fase de desenvolvimento à data de 31 de Março de 2008:

	Em 31 de Março de 2008							
Projectos em “pipeline” por mercado geográfico	“Pipeli ne” total	% Total	Nível 1	% do Nível 1	Nível 2	% do Nível 2	Nível 3	% do Nível 3
	(em MW brutos, excepto %)							
Península Ibérica:								
Espanha	3.183	19,6 %	648	31,1 %	621	15,5 %	1.913	18,9 %
Portugal	578	3,6 %	561	27,0 %	0	0,0 %	17 ⁽¹¹⁹⁾	0,2 %
Resto da Europa:								
França e Bélgica ⁽¹²⁰⁾	362	2,2 %	124	6,0 %	116	2,9 %	122	1,2 %
Polónia.....	830	5,1 %	120	5,8 %	456	11,4 %	254	2,5 %
América do Norte:								
E.U.A.....	11.258	69,5 %	627	30,1 %	2.813	70,2 %	7.818	77,2 %
Total	16.210	100,0 %	2.080	100,0 %	4.006	100,0 %	10.124	100,0 %

A EDP Renováveis acredita que dispõe de um “portfolio” de projectos em “pipeline” de elevada qualidade, uma parte significativa dos quais é relativamente maduro. Abaixo encontram-se sumariados os marcos chave de desenvolvimento alcançados pelos projectos da EDP Renováveis em “pipeline” na Europa e na América do Norte a 31 de Março de 2008:

Europa (Península Ibérica e Resto da Europa)

- Vento: um mínimo de 1 ano de dados sobre o vento encontra-se disponível com respeito a 3.452 MW de capacidade instalada bruta (70%) dos seus projectos em “pipeline”, mais de três anos de dados sobre o vento disponíveis com respeito a cerca de 1.000 MW de capacidade instalada bruta (20%) e o número médio de anos de dados sobre o vento disponíveis é de 3,0 anos.
- Imóveis: foram assegurados contratos sobre imóveis com respeito a 2.798 MW de capacidade instalada bruta (56 %) dos seus projectos em “pipeline”, dos quais 84 % tem mais de 80% dos terrenos assegurados.
- Licenças: Foram alcançadas etapas chave de licenciamento com respeito a 2,782 MW de capacidade instalada bruta (56%), dos quais aproximadamente 1.400 MW de capacidade instalada bruta completaram todos as etapas críticas de licenciamento.

América do Norte

- Vento: um mínimo de 1 ano de dados sobre o vento encontra-se disponível com respeito a 9.238 MW de capacidade bruta (82%) dos seus projectos em “pipeline”, mais

⁽¹¹⁹⁾ Corresponde à capacidade de dois parques eólicos no início das fases de desenvolvimento para os quais foi concedida uma licença pela DGEG anteriormente à utilização de processos concursais, mas que foi posteriormente revogada por motivos administrativos. A decisão de revogação está presentemente em análise judicial.

⁽¹²⁰⁾ Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, os quais incluem 285 MW de capacidade bruta de energia eólica em “pipeline” (12 MW de capacidade bruta no Nível 1, 13 MW de capacidade bruta no Nível 2 e 232 MW de capacidade bruta no Nível 3).

de três anos de dados sobre o vento disponíveis com respeito a cerca de 2.764 MW de capacidade bruta (25 %) e o número médio de anos de dados sobre o vento disponíveis é de 2,37 anos.

- f) Imóveis: foram assegurados contratos sobre imóveis com respeito a 7.954 MW de capacidade bruta (71 %) dos seus projectos em “*pipeline*”.
- g) Interligação: pedidos de interligação com respeito a 9.908 MW de capacidade bruta (88 %) dos seus projectos em “*pipeline*” foram aceites e concluídos estudos de viabilidade (avaliações dos potenciais impactos na fiabilidade na ligação de nova produção à rede de transporte e/ou distribuição de electricidade como um recurso de capacidade, os quais fornecem uma descrição dos requisitos de melhoria da rede, definem o âmbito geral e a duração de trabalho necessários para concluir quaisquer projectos para identificar melhorias no sistema e fornecer estimativas da magnitude dos custos para os projectos para identificar melhorias no sistema) com respeito a 5,860 MW de capacidade bruta (52%) dos nossos projectos em “*pipeline*”.

Projectos em “prospects”

Classificação dos projectos em “prospects”

A EDP Renováveis detém também um conjunto de projectos de energia eólica em fase muito inicial de desenvolvimento que não se classificam ainda como pertencentes aos seus projectos em “*pipeline*” e que a EDP Renováveis descreve como projectos em “*prospects*”. Tal como acontece na classificação dos seus projectos em “*pipeline*”, a EDP Renováveis considera como projectos em “*prospects*” os projectos que ultrapassaram determinadas etapas específicas para a classificação nesta categoria, que variam de jurisdição para jurisdição como seguidamente se descreve:

Península Ibérica:

- a) *Espanha:* compreende projectos para os quais foram concluídos estudos preliminares sobre a fiabilidade dos locais e conduzida uma análise preliminar do vento e normalmente, mas não necessariamente, foram assegurados contratos de arrendamento para até 10% dos terrenos e foi outorgado um acordo do município .
- b) *Portugal:* compreende projectos para os quais foram assegurados contratos-promessa de arrendamento, concluídos estudos preliminares sobre a viabilidade dos locais e normalmente, mas não necessariamente, conduzida uma análise preliminar do vento.

Resto da Europa:

- a) *França e Bélgica:* compreende projectos para os quais foram assegurados quer a submissão de um pedido de acordo do município ou quer pelo menos um contrato de arrendamento para até 10% dos terrenos (aplicável apenas no caso da França), concluídos estudos preliminares relativos à fiabilidade dos locais e conduzida uma análise não exaustiva e preliminar do vento. Para além disso, os projectos eólicos “*offshore*” em “*prospects*” compreendidos nesta categoria, que incluem os projectos para os quais foram concluídos ou submetidos os pedidos dos estudos necessários de modo a candidatarem-se a uma concessão de utilização do domínio marítimo (*Demande de Concessions d'utilisation du domaine public maritime*).
- b) *Polónia:* compreende projectos para os quais foram assegurados contratos de arrendamento para até 10% dos terrenos e concluídos estudos preliminares sobre a viabilidade dos locais.

América do Norte:

- a) *E.U.A.:* compreende localizações para as quais foram celebrados, pelo menos, um contrato de arrendamento, opções e concedidos subsídios federais “*right-f-way*”, foram realizadas análises preliminares de ambiente e de interligação e começou a recolha de dados eólicos no local. Qualquer localização de desenvolvimento com menos de seis meses de dados sobre o vento, independentemente de qualquer outra etapa ultrapassada, é também considerada um projecto em “*prospects*” e não um projecto em “*pipeline*”.

América do Sul:

- a) *Brasil:* compreende projectos para os quais os contratos de arrendamento até cerca de 10% dos terrenos foram assegurados, concluídos estudos preliminares sobre a fiabilidade do local e conduzidas análises eólicas preliminares.

Os projectos em “prospects” da EDP Renováveis

O quadro que se segue apresenta os projectos em “*prospects*” da EDP Renováveis por mercados geográficos à data de 31 de Março de 2008:

Projectos em “prospects” de energia eólica	Em 31 de Março de 2008	
	Total de projectos em “prospects”	% Total
	(em MW brutos, excepto %)	
Península Ibérica:		
Espanha	2.500	28,8 %
Portugal	232	2,7 %
Resto da Europa:		
França e Bélgica ⁽¹²¹⁾	394	4,5 %
Polónia	192	2,2 %
América do Norte:		
E.U.A.	5.143	59,3 %
América do Sul:		
Brasil	216	2,5 %
Total	8.677	100,0 %

Análise geográfica das actividades de energia eólica da EDP Renováveis

A informação a seguir apresenta uma descrição das operações de energia eólica da EDP Renováveis em cada um dos seus três mercados geográficos principais: (i) a Península Ibérica; (ii) o “Resto da Europa”, que actualmente inclui a França, a Bélgica e a Polónia; e (iii) América do Norte, consistindo actualmente nos E.U.A..

A Península Ibérica

Espanha

Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis estima que ocupava a terceira posição em Espanha na produção de energia eólica e uma quota de mercado de aproximadamente 8%, com base na

⁽¹²¹⁾ Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, os quais incluem projectos eólicos em “*prospects*” com uma capacidade bruta de 294 MW.

capacidade instalada líquida, de acordo com os dados da AEE, da EWEA e da EDP Renováveis. A capacidade eólica instalada líquida da EDP Renováveis em Espanha cresceu aproximadamente 47% entre 2006 e o final de 2007, o que representa, segundo os dados da AEE e da EDP Renováveis, uma das taxas de crescimento anual mais elevada daquele período entre os produtores espanhóis de energia eólica líderes. A EDP Renováveis completou a construção de 756 MW de capacidade bruta em Espanha durante 2006 e 2007, os quais representaram aproximadamente 15% do crescimento total da capacidade instalada em Espanha para esse período, de acordo com os dados da *Red Eléctrica de España* (“REE”), o operador espanhol da rede de transporte de electricidade, e da EWEA. Ver “O Mercado da Energia Eólica — Espanha.” As actividades da EDP Renováveis em Espanha são desenvolvidas através da NEO.

Dados financeiros chave

O quadro a seguir apresenta os dados financeiros chave relativos às actividades da EDP Renováveis em Espanha (de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO) em 31 de Dezembro de 2007 e nos três meses findos em 31 de Março de 2008:

	Em 31 de Dezembro de 2007 (¹²²)	Em 31 de Março de 2008 (¹²³)
Espanha	Montante	Montante
	<i>(em milhões de €)</i>	
Volume de negócios.....	161,6	71,2
EBITDA.....	135	62,4

As operações de energia eólica da EDP Renováveis em Espanha representam 50,1% do seu volume de negócios e 49,7% do seu EBITDA no período de três meses findo em Março de 2008.

Principais dados de capacidade e de produção

O quadro a seguir apresenta informações sobre a capacidade eólica instalada da EDP Renováveis, capacidade eólica em construção, projectos em “*pipeline*” e projectos em “*prospects*” em Espanha em 31 de Março de 2008:

Em 31 de Março de 2008											
Espanha	Capacidade eólica instalada	Capacidade eólica em construção	Projectos eólicos em “ <i>Pipeline</i> ”							Project os em “ <i>prospe cts</i> ”	
			Total	% do “ <i>pípe li ne</i> ”		Nível 2	% do “ <i>pipeline</i> ”		Nível 3		% do “ <i>pipeline</i> ”
				Nível 1							
(em MW brutos, excepto %)											
Capacidade.....	1.639	492	3.182	648	20,4 %	621	19,5%	1.913	60,1 %	2.500	

O quadro abaixo apresenta a evolução histórica, em Espanha, da capacidade eólica instalada da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2005, 2006, 2007 e em 31 de Março de 2008, e a sua produção anual consolidada de energia eólica nos anos findos em 31 de Dezembro de 2005, 2006 e 2007 e nos

(¹²²) Reflete o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da NEO em Espanha no ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

(¹²³) Reflete o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da EDP Renováveis em Espanha no período de três meses findo em 31 de Março de 2008.

três meses findos em 31 de Março de 2008:

Espanha ⁽¹²⁴⁾	Em 31 de Dezembro			CAGR (2005- 2007)	Em 31 de Março de 2008
	2005	2006	2007		2008
Capacidade eólica instaladas (em MW brutos, excepto %)	736	1.213	1.639	49,2%	1.639
Produção de energia eólica (em GWh consolidados, excepto %)	523	1.419	2.056	98,3 %	730

O quadro a seguir apresenta a evolução histórica do desenvolvimento de projectos da EDP Renováveis entre 2002 e 2007, em Espanha, medida em capacidade instalada bruta, dividida em parcelas atribuídas ao desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” e projectos em “*pipeline*” ou projectos em “*prospects*”, e os projectos adquiridos que estão em funcionamento ou em construção:

Espanha	Em 31 de Dezembro de						CAGR (2002-2007) (%)
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
			<i>(em MW brutos)</i>				
Desenvolvimento de projectos em “ <i>greenfield</i> ” e projectos em “ <i>pipeline</i> ” ou projectos em “ <i>prospects</i> ”	165	263	394	462	793	1.219	49,2%
Aquisição de projectos em funcionamento ou em construção	-	-	-	274	420	420	23,8 % ⁽¹²⁵⁾
Total	165	263	394	736	1.213	1.639	58,3%

Factor de carga (FC)

O quadro abaixo apresenta o FC médio dos parques eólicos da EDP Renováveis em Espanha, apresentado quer em termos históricos do FC médio para o período entre 2004 e 2007 dos parques eólicos da EDP Renováveis e o projectado a longo prazo, dos parques eólicos em funcionamento à data de 31 de Dezembro de 2007, assim como o FC médio na indústria eólica espanhola, para o período entre 2004 e 2007:

⁽¹²⁴⁾ A capacidade eólica instalada é apresentada em valores brutos, enquanto que a produção de energia eólica é apresentada em valores consolidados.

⁽¹²⁵⁾ O CAGR para o período de 2005-2007.

	Empresa		País
	FC médio de 2004-2007 (¹²⁶)	FC médio projectado para longo prazo (¹²⁷) (%)	FC médio de 2004-2007 (¹²⁸)
Espanha			
FC	27,9%	28,0 %	25,2%

Parques eólicos

Os parques eólicos da EDP Renováveis em Espanha são diversificados em termos geográficos e estão geralmente localizados em áreas com condições eólicas adequadas. O quadro a seguir apresenta a capacidade instalada dos parques eólicos operacionais em Espanha, por região, em 31 de Março de 2008:

Espanha	Em 31 de Março de 2008	
	Capacidade instalada (em MW brutos)	% Total
Andaluzia.....	165	10,1 %
Aragón	327	20,0 %
Astúrias	173	10,5 %
Canárias	26	1,6 %
Castela-La Mancha.....	374	22,8 %
Castilla-León.....	389	23,7 %
Galiza	185	11,3 %
Total	1.639	100,0 %

Portugal

Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis estava classificada em segundo lugar em Portugal no que respeita à produção de energia eólica e tinha uma quota de mercado de aproximadamente 19%, com base na capacidade instalada líquida, de acordo com os dados da Inegi, da EER e da EDP Renováveis. Ver “O Mercado da Energia Eólica – Portugal”. Em Portugal, as operações da EDP Renováveis são realizadas através da Enernova.

Dados financeiros chave

O quadro a seguir apresenta os dados financeiros chave relativos às operações da EDP Renováveis em Portugal (de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO) em 31 de Dezembro de 2007 e nos três meses findos em 31 de Março do 2008:

(¹²⁶) Com base no FC médio medido nos parques eólicos em funcionamento por um mínimo de 12 meses.

(¹²⁷) Com base em análises internas e/ou estudos de medida eólicos de terceiros (reflectindo um cenário P50 (ou a probabilidade de exceder de 50%)) conduzidos previamente ao comissionamento dos parques eólicos relevantes; reflete o FC médio medido. Algumas das projecções foram revistas após a entrada em funcionamento dos parques eólicos com base em dados operacionais actuais.

(¹²⁸) Com base nos REE.

	Em 31 de Dezembro de 2007 (129)	Em 31 de Março de 2008 (130)
Portugal	Montante	Montante
	(em milhões de €)	
Volume de negócios.....	72,2	28,7
EBITDA.....	57,9	23,8

As operações de energia eólica da EDP Renováveis em Portugal representam 20,2% do seu volume de negócios e 18,9% do seu EBITDA no período de três meses findo em Março de 2008.

Principais dados de capacidade e de produção

O quadro a seguir apresenta informações sobre a capacidade eólica instalada da EDP Renováveis, capacidade eólica em construção, projectos eólicos em “*pipeline*” e os projectos eólicos em “*prospects*” em Portugal, em 31 de Março de 2008:

Em 31 de Março de 2008									
Portugal	Capacida de instalada	Capacidad e em construção	Total	Projectos eólicos em “ <i>pipeline</i> ”					Project os em “ <i>prospe cts</i> ”
				% do “ <i>pipeline</i> ”				% do “ <i>pipeline</i> ”	
				Nível 1	Nível 2	% do “ <i>pipeline</i> ”	Nível 3		
				(em MW brutos, excepto %)					
Capacidade.....	424	93	578	561	97,1 %	-	-	17 (131)	232

O quadro infra apresenta a evolução histórica, em Portugal, da capacidade eólica instalada da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2005, 2006, 2007, e em 31 de Março de 2008, e a sua produção anual consolidada de energia eólica nos exercícios em 31 de Dezembro de 2005, 2006 e 2007, e nos três meses findos em 31 de Março de 2008:

Portugal (132)	Em 31 de Dezembro			CAGR (2005-2007)	Em 31 de Março 2008
	2005	2006	2007		
Capacidade eólica instaladas (em MW brutos, excepto %).....	215	326	424	40,4 %	424
Produção de energia eólica (em GWh consolidado, excepto %).....	349	483	735	45,1 %	286

O quadro a seguir apresenta a evolução histórica do desenvolvimento de projectos entre 2002 e 2007,

(129) Reflete o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da NEO em Portugal no ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

(130) Reflete o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da EDP Renováveis em Portugal no período de três meses findo em 31 de Março de 2008.

(131) Inclui a capacidade de dois parques eólicos em Portugal em fase inicial de desenvolvimento com respeito aos quais uma licença de funcionamento da DGEG foi concedida mas subsequentemente revogada por razões administrativas. A decisão de revogação encontra-se presentemente em recurso judicial.

(132) A capacidade eólica instalada é apresentada em valores brutos, enquanto que a produção de energia eólica é apresentada em valores consolidados.

em Portugal, e a medida em capacidade instalada bruta, dividida em parcelas atribuíveis ao desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” e projectos em “*pipeline*” ou projectos em “*prospects*”, e os projectos adquiridos que estão em funcionamento ou em construção:

	Em 31 de Dezembro						CAGR (2002-2007) (%)
	2002	2003	2004 (em MW brutos)	2005	2006	2007	
Portugal							
Desenvolvimento de projectos em “ <i>greenfield</i> ” e projectos em “ <i>pipeline</i> ” ou projectos em “ <i>prospects</i> ”	41	65	136	167	253	321	50,9%
Aquisição de projectos em funcionamento ou em construção.....	0	0	0	48	73	103	46,5 % ⁽¹³³⁾
Total.....	41	65	136	215	326	424	59,6 %

Factor de carga (FC)

O quadro em baixo apresenta o FC médio dos parques eólicos da EDP Renováveis em Portugal, apresentado quer em histórico do FC médio para 2004-2007 dos parques eólicos da EDP Renováveis e o FC médio projectado para longo prazo dos parques eólicos da EDP Renováveis operacionais em 31 de Dezembro de 2007, e o FC médio na indústria eólica portuguesa para o período entre 2004 e 2007:

	Empresa		País
	FC médio para 2004-2007 ⁽¹³⁴⁾	FC médio projectado para longo prazo ⁽¹³⁵⁾ (%)	FC médio para 2004-2007 ⁽¹³⁶⁾
Portugal			
FC	26,8%	28,0 %	24,7%

Parques eólicos

Os parques eólicos da EDP Renováveis em Portugal são diversificados em termos geográficos e geralmente estão localizados em áreas com condições eólicas adequadas. O quadro a seguir apresenta a capacidade instalada dos parques eólicos operacionais da EDP Renováveis em Portugal, por região, em 31 de Março de 2008:

⁽¹³³⁾ CAGR para o período 2005-2007.

⁽¹³⁴⁾ Com base na FC médio medido nos parques eólicos em funcionamento por um mínimo de 12 meses.

⁽¹³⁵⁾ Com base em análises internas e/ou estudos de medição de terceiros (reflectindo um cenário P50 (ou a probabilidade de exceder de 50%)) conduzidos previamente ao comissionamento dos parques eólicos relevantes; reflecte o FC médio medido. Determinadas projecções foram revistos após o comissionamento dos parques eólicos baseados nos dados operacionais reais.

⁽¹³⁶⁾ Com base nos dados da Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN”), a entidade concessionária da rede de transporte de electricidade em Portugal.

Portugal	Em 31 de Março de 2008
	Capacidade instalada
	(em MW brutos)
Norte	156
Centro.....	252
Sul	16
Total	424

Consórcio Eólicas de Portugal

Os planos mais significativos da EDP Renováveis para a expansão em Portugal baseiam-se actualmente na sua participação no consórcio Eólicas de Portugal, que, em 2006, ganhou um concurso público para desenvolver 1200 MW de capacidade eólica em Portugal. Dos 561 MW de capacidade bruta em projectos em “*pipeline*” de Nível 1, em 31 de Março de 2008, 480 MW de capacidade bruta estão relacionados com a participação de 40% da EDP Renováveis neste consórcio, com os remanescentes 81 MW de capacidade bruta relacionados com certos projectos para os quais os direitos de interligação à rede foram atribuídos antes da atribuição desses direitos através de concurso público. Com base nas projecções actuais, a EDP Renováveis prevê que a capacidade relacionada com este consórcio venha a entrar em funcionamento por etapas, com início em 2009 e que esteja totalmente operacional em 2013.

A EDP Renováveis participa no consórcio Eólicas de Portugal em conjunto com outras três parceiras operacionais, a Generg Expansão, S.A. (“Generg”), a Finerge-Gestão de Projectos Energéticos, S.A. (“Finerg”) e a TP-Sociedade Térmica Portuguesa (“TP”) (detida pela ECYR-Endesa Cogeneración y Renovables, SA (“Endesa”), e pela Sonae Capital, SGPS, S.A. (“Sonae Capital”), tendo como parceira industrial a Enercon GmbH (“Enercon”). A Enercon é um dos fabricantes de turbinas líderes a nível global e é reconhecida no mercado pelo seu importante “*know-how*” de investigação e desenvolvimento. A funcionar num complexo industrial em Portugal, realiza a gestão integrada dos processos de produção das turbinas eólicas destinadas a este projecto. Os parceiros operacionais, que incluem a EDP Renováveis, têm uma grande experiência no desenvolvimento e construção de parques eólicos, uma forte presença e um amplo “*know-how*” do mercado de energia eólica português. Por isso, a EDP Renováveis acredita que o consórcio tem acesso a tecnologia avançada e a turbinas garantidas a preços competitivos. Além disso, os parques eólicos operacionais serão construídos em áreas com fortes condições eólicas e com um FC que se estima em cerca de 30%.

Nos termos das regras da proposta apresentada a concurso, o consórcio constituiu uma sociedade comercial, a ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A. (“ENEOP”), com o propósito exclusivo de construir e operar o projecto e os parques eólicos. As regras da proposta previam também que a ENEOP mantivesse a sua estrutura accionista inicial até que o último parque eólico com a capacidade adjudicada entrasse em funcionamento e, em qualquer dos casos, não antes de 2013. A EDP Renováveis celebrou um acordo parassocial com os outros membros do consórcio, ao abrigo do qual a EDP Renováveis e as outras três parceiras operacionais detêm uma participação accionista inicial conjunta de 49%, detendo a Enercon uma participação accionista inicial de 51%. As percentagens destas participações accionistas serão alteradas para 89,9% e 10,1%, respectivamente, em finais de 2009 nos termos do acordo parassocial. A participação da EDP Renováveis, quer no capital agregado inicial, quer no capital subsequente (bem como a participação após a separação,

como a seguir se descreve) dos quatro parceiros operacionais é de 40%, enquanto a Generg, a Finerge e a TP detêm 20% cada uma.

A ENEOP detém duas sub-holdings, em que uma é responsável pela operação dos parques eólicos (a “empresa sub-holding operacional”), por intermédio de veículos separados, com um fim específico, estabelecidos para cada parque eólico, e a outra é responsável pela construção dos parques eólicos (a “empresa sub-holding industrial”). A empresa sub-holding industrial é responsável pelos trabalhos de construção, que incluem a produção de componentes-chave, como pás de rotores, geradores, mecatrónica e torres de betão, pela subcontratação de trabalhos de construção civil e questões associadas a interligações. A relação entre a empresa sub-holding industrial e a empresa sub-holding operacional rege-se por um contrato-quadro em regime de chave-na-mão.

A EDP Renováveis celebrou também um contrato de separação de activos com os outros membros do consórcio, que prevê a separação entre o projecto industrial e os parques eólicos, logo que seja possível, em conformidade com as regras da proposta apresentada a concurso.

Prevê-se que a separação ocorra em 2013, partindo do princípio de que todos os parques eólicos com a capacidade apresentada a concurso vão estar instalados nessa data. Na sequência da referida separação, o capital social da empresa sub-holding industrial será detido pela Enercon, enquanto o capital social da empresa sub-holding operacional será dividido pelos quatro parceiros operacionais na proporção das respectivas participações. Em consequência, a EDP Renováveis prevê deter uma participação de 40% na empresa sub-holding operacional após a separação.

De acordo com a participação da EDP Renováveis na empresa sub-holding operacional, a EDP Renováveis incluiu 40% dos 1.200 MW de capacidade a construir pelo consórcio, ou 480 MW, no cálculo da capacidade bruta dos projectos em “*pipeline*” da EDP Renováveis em Portugal. A EDP Renováveis conta aplicar o método de equivalência patrimonial para consolidar o seu investimento no consórcio até finais de 2012, e consolidar integralmente os 480 MW da capacidade instalada representada pela sua participação de 40% no consórcio, na sequência da separação prevista para 2013.

O consórcio Eólicas de Portugal, estimou que este projecto envolverá um investimento agregado de € 1,7 milhões, criando directamente cerca de 1.800 postos de trabalho e indirectamente 5.500 postos de trabalho, e que resulte na construção de diversos parques eólicos e na produção de volumes significativos de componentes industriais relacionados com o fabrico de turbinas eólicas, dos quais mais de 60% prevêem-se que estarão disponíveis para serem exportados e vendidos.

Resto da Europa

França e Bélgica

A EDP Renováveis ocupava a sétima posição em França, na produção de energia eólica e tinha uma quota de mercado de cerca de 3% em 31 de Dezembro de 2007, com base na capacidade instalada líquida, de acordo com os dados de mercado do EER. O mercado francês da energia eólica está bastante fragmentado, tendo os sete maiores operadores (incluindo a EDP Renováveis) uma capacidade instalada entre 0,09 GW de capacidade líquida e 0,15 GW de capacidade líquida em 31 de Dezembro de 2007. Ver “O Mercado da Energia Eólica – França.”

Em Abril de 2008, a EDP Renováveis adquiriu ao Grupo Eole76, em França, três parques eólicos em operação na região da Normandia com uma capacidade instalada de 35 MW e projectos eólicos em

desenvolvimento nas regiões da Normandia e Rhônes-Alpes que incluem 8 MW de capacidade em construção, 258 MW de capacidade em projectos eólicos em “*pipeline*” e 294 MW de capacidade em projectos em “*prospects*”, medida em cada caso tanto numa base bruta como consolidada. Dos projectos em “*pipeline*” e dos projectos em “*prospects*”, na data de aquisição, as necessárias licenças de construção com respeito a 13 MW já tinham sido recebidas (e espera-se que a capacidade esteja operacional durante 2009 ou 2010) e os pedidos de licença de construção para mais 43 MW já tinham sido submetidos. Esta transacção fortaleceu significativamente a posição competitiva da EDP Renováveis em França, e torna a EDP Renováveis no terceiro maior “*player*” em energia eólica em França, com base nos dados da EER em 31 de Dezembro de 2007, para outros participantes no mercado.

Apesar de os projectos detidos pela EDP Renováveis não se encontrarem ainda em operação na Bélgica, em 31 de Março de 2008 a EDP Renováveis tinha sete projectos eólicos em diferentes fases de desenvolvimento neste país, resultando num “*pipeline*” de 84 MW de capacidade bruta. Com base nas projecções actuais, a EDP Renováveis prevê que os seus primeiros projectos eólicos na Bélgica estejam operacionais a partir de 31 de Dezembro de 2008. As operações da EDP Renováveis em França e na Bélgica são conduzidas através da NEO e são geridas de forma integrada.

Dados financeiros chave

O quadro a seguir apresenta os dados financeiros chave (de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO) relativos às operações da EDP Renováveis em França e na Bélgica em 31 de Dezembro de 2007 e nos três meses findos em 31 de Março de 2008:

	Em 31 de Dezembro de 2007 (¹³⁷)	Em 31 de Março de 2008 (¹³⁸)
França e Bélgica	Montante	Montante
	<i>(em milhões de €)</i>	
Volume de negócios.....	9,4	4,7
EBITDA.....	8,3	4,1

As operações de energia eólica da EDP Renováveis em França e na Bélgica representam 3,3% do seu volume de negócios e 3,3% do seu EBITDA no período de três meses findo em Março de 2008.

Dados chave de capacidade e produção

O quadro a seguir apresenta informações sobre a capacidade eólica instalada da EDP Renováveis, capacidade eólica em construção, projectos eólicos em “*pipeline*” e projectos eólicos em “*prospects*” em França e na Bélgica em 31 de Março de 2008:

(¹³⁷) Reflete o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da NEO em França e na Bélgica no ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

(¹³⁸) Reflete o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da EDP Renováveis em França e na Bélgica no período de três meses findo em 31 de Março de 2008.

França e Bélgica	Em 31 de Março de 2008									
	Capacidade instalada	Capacidade em construção	Projectos eólicos em “pipeline”						Projectos em “prospects”	
			Total	% do “pipeline”		% do “pipeline”		% do “pipeline”		
				Nível 1	”	Nível 2	”	Nível 3		
Capacidade (139)	87	59	362	124	34,3 %	116	32,1 %	122	33,6 %	394

O quadro que se segue apresenta a evolução histórica da capacidade eólica instalada da EDP Renováveis em França e na Bélgica, em 31 de Dezembro de 2005, 2006, 2007 e em 31 de Março de 2008, e a sua produção anual consolidada de energia eólica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005, 2006 e 2007 e nos três meses findos em 31 de Março de 2008:

França e Bélgica (140)	Em 31 de Dezembro de			CAGR(2006-2007) (%)	Nos três meses findos em 31 de Março de 2008
	2005	2006	2007		2008
Capacidade eólica instaladas (em MW brutos, excepto %)(141).....	-	29	87	200,0 %	87 (142)
Produção de energia eólica (em GWh consolidados, excepto %)	-	-	119	-	56

A EDP Renováveis não apresenta informação respeitante à sua experiência no desenvolvimento de projectos em França devido ao relativo curto espaço de tempo durante o qual a EDP Renováveis tem operado em parques eólicos em França.

Factor de carga (FC)

O quadro abaixo apresenta o FC médio dos parques eólicos da EDP Renováveis em França, apresentado quer em histórico do FC médio para 2004-2007 quer a projecção de longo prazo do FC médio dos parques eólicos da EDP Renováveis em funcionamento em 31 de Dezembro de 2007, assim como o FC médio na indústria eólica francesa para 2004-2007;

(139) Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, os quais incluem uma capacidade eólica instalada bruta de 35 MW, 8 MW de capacidade bruta em construção, 258 MW de capacidade bruta em “pipeline” (12 MW de capacidade bruta no Nível 1, 13 MW de capacidade bruta no Nível 2 e 232 MW de capacidade bruta no Nível 3) e 294 MW de capacidade bruta em “prospects”.

(140) Os valores da capacidade e produção apresentados neste quadro estão relacionados apenas com os parques eólicos da EDP Renováveis em França, visto a EDP Renováveis não ter parques eólicos actualmente operacionais na Bélgica.

(141) A capacidade eólica instalada é apresentada em valores brutos, enquanto que a produção de energia eólica é apresentada com uma base consolidada.

(142) Não reflecte a capacidade dos parques eólicos e dos projectos eólicos em desenvolvimento em França que a EDP Renováveis adquiriu em Abril de 2008 ao Grupo Eole76, os quais incluem 35 MW de capacidade instalada bruta.

	Empresa		País
	FC médio para 2004-2007 ⁽¹⁴³⁾	FC médio projectado para longo prazo ⁽¹⁴⁴⁾	FC médio para 2004-2007 ⁽¹⁴⁵⁾
França			
FC	24,3%	(%) 25,0 %	23,7%

Parques eólicos

Os parques eólicos da EDP Renováveis em França são diversificados em termos geográficos e geralmente estão localizados em áreas com fortes condições eólicas. O quadro a seguir apresenta a capacidade instalada dos parques eólicos operacionais da EDP Renováveis em França e na Bélgica, por região, em 31 de Março de 2008:

França e Bélgica	Em 31 de Março de 2008
	Capacidade instalada (em MW brutos)
França:	
Aveyron.....	12
Bretanha.....	51
Loiret.....	12
Pirinéus Centrais.....	12
Bélgica	-
Total	87

Polónia

Embora actualmente a EDP Renováveis não disponha de quaisquer parques eólicos operacionais na Polónia, tem dez projectos eólicos neste país que se encontram em diversas fases de desenvolvimento e que representavam, em 31 de Março de 2008 projectos em “*pipeline*” de 830 MW de capacidade bruta. Foi atribuída à EDP Renováveis, em Março de 2008, a primeira autorização de construção na Polónia para 20MW (primeira fase do parque Margonin com 120 MW). Com base nas projecções actuais, a EDP Renováveis prevê que o seu primeiro parque eólico na Polónia, com uma capacidade instalada bruta de 120 MW, esteja operacional em finais de 2009. As actividades da EDP Renováveis na Polónia são conduzidas através da NEO.

Dados chave de capacidade

O quadro a seguir apresenta informações sobre a capacidade eólica instalada da EDP Renováveis, capacidade eólica em construção, projectos eólicos em “*pipeline*” e projectos eólicos em “*prospects*” na Polónia, em 31 de Março de 2008:

⁽¹⁴³⁾ Com base no FC médio medido dos parques eólicos em funcionamento por um mínimo de 12 meses.

⁽¹⁴⁴⁾ Com base em análise interna e/ou estudos de medição eólicos de terceiros (reflectindo um cenário P50 (ou a probabilidade de exceder em 50%)) conduzidos previamente ao comissionamento dos parques eólicos relevantes; reflecte o FC médio medido. Algumas das projecções foram revistas após a entrada em funcionamento dos parques eólicos com base em dados operacionais actuais.

⁽¹⁴⁵⁾ Com base nos dados para 2001 da Energie Éolienne francesa, a divisão eólica da federação das energias eólicas francesa (Syndicat des énergies renouvelables) e dados para 2004 e 2005 do Ministério da Economia, das Finanças, e do Emprego francês (Ministère de L'Economie, de L'Industrie et de L'Emploi).

Em 31 de Março de 2008										
Polónia	Capacidade instalada	Capacidade e em construção	Projectos em “pipeline”							“Prospects”
			Tota	Níve	% do	Níve	% do	Níve	% do	
			1	11	“pipeline”	12	“pipeline”	13	“pipeline”	
(em MW brutos, excepto %)										
Capacidade	-	-	830	120	14,5 %	456	54,9 %	254	30,6 %	192

América do Norte

E.U.A.

A EDP Renováveis estava classificada em terceiro lugar nos E.U.A. no que respeita às actividades em energia eólica, detendo uma quota de mercado de cerca de 7% em 31 de Dezembro de 2007, sendo que ambas as classificações são realizadas com base na capacidade instalada líquida, de acordo com os dados da EER, da AWEA e da EDP Renováveis. A capacidade instalada líquida da Horizon nos E.U.A., cresceu 0,8 em termos de GW líquidos em 2007, representando a segunda taxa de crescimento anual mais elevada e 15% do total do crescimento daquele período para todos os produtores de energia eólica norte-americanos, em cada caso de acordo com estimativas baseadas em dados da EER e da EDP Renováveis. Ver “O Mercado da Energia Eólica – E.U.A.”. As operações da EDP Renováveis nos E.U.A. são conduzidas através da Horizon.

Dados financeiros chave

O quadro a seguir apresenta os dados financeiros chave (de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Horizon) relativos às operações da EDP Renováveis nos E.U.A. no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e nos três meses findos em 31 de Março do 2008:

E.U.A.	Em 31 de Dezembro de 2007	Em 31 de Março de 2008
	(¹⁴⁶)	(¹⁴⁷)
	Montante	Montante
(em milhões de Dólares Americanos)		
Volume de negócios	71,1	47,7
EBITDA	(33,6)	53,6

Adicionalmente, a EDP Renováveis também obteve outros resultados operacionais provenientes da venda de participações nas Estruturas de Parceria de 17,4 milhões de Dólares Americanos (que correspondem a 12,7 milhões de Euros) no ano findo a 31 de Dezembro de 2007 e 21,8 milhões de Dólares Americanos (que correspondem a 14,4 milhões de Euros) no período de três meses findo em 31 de Março de 2008.

As operações de energia eólica da EDP Renováveis nos E.U.A. representam 22,2% do seu volume de

(¹⁴⁶)Reflecte o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da Horizon no ano findo em 31 de Dezembro de 2007. Inclui o volume de negócios e o EBITDA gerados durante o período anterior à aquisição da Horizon em Julho de 2007.

(¹⁴⁷)Reflecte o volume de negócios e o EBITDA gerados pelas operações de energia eólica da EDP Renováveis nos E.U.A. no período de três meses findo em 31 de Março de 2008, em dólares americanos à taxa de câmbio média de Dólar Americano/Euro de 1,5126.

negócios e 28,2% do seu EBITDA no período de três meses findo em Março de 2008.

Dados chave de capacidade e produção

O quadro a seguir apresenta informações sobre a capacidade instalada, capacidade eólica em construção, projectos em “*pipeline*” e projectos em “*prospects*” da EDP Renováveis nos E.U.A., em 31 de Março de 2008:

E.U.A.	Capaci- dade instala- da	Capacida- de em construã o	Em 31 de Março de 2008							Project os em “prospe cts”
			Projectos em “ <i>pipeline</i> ”							
			Total	Nível 1	% do “ <i>pipeline</i> ”	Nível 2	% do “ <i>pipeline</i> ”	Nível 3	% do “ <i>pipeline</i> ”	
					(em MW brutos, excepto %)					
Capacidade	1.556	505	11.258	627	5,6 %	2.813	25,0 %	7.818	69,4 %	5.143

O quadro que se segue apresenta a evolução histórica da capacidade eólica instalada da EDP Renováveis nos E.U.A.. Em 31 de Dezembro de 2005, 2006, 2007, e em 31 de Março de 2008, e a produção de energia eólica consolidada referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005, 2006 e 2007 e nos três meses findos em 31 de Março de 2008:

E.U.A. ⁽¹⁴⁸⁾	Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de			CAGR (2005-2007) (%)	Nos três meses findos em 31 de Março de 2008
	2005	2006	2007		2008
Capacidade instaladas (em MW brutos, excepto %)	372	559	1.490	100,1 %	1.556
Produção de energia eólica (em GWh consolidados, excepto %)	46	822	1.465 ⁽¹⁴⁹⁾	333,9 %	960

O quadro a seguir apresenta a evolução histórica do desenvolvimento de projectos da Horizon entre 2003 e 2007, nos E.U.A., medida em capacidade instalada bruta, dividida em parcelas atribuíveis ao desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” e projectos em “*pipeline*” ou projectos em “*prospects*”, e os projectos adquiridos que estão em funcionamento ou em construção:

E.U.A. ⁽¹⁵⁰⁾	Em 31 de Dezembro de					CAGR (2003-2007) (%)
	2003	2004	2005	2006	2007	
	(em MW brutos)					
Desenvolvimento de projectos em “ <i>greenfield</i> ” e projectos em “ <i>pipeline</i> ” ou projectos em “ <i>prospects</i> ”	74	74	360	547	1.478	111,4%

⁽¹⁴⁸⁾ A capacidade eólica instalada é apresentada em valores brutos, enquanto que a produção de energia eólica é apresentada numa base consolidada.

⁽¹⁴⁹⁾ Representa a produção total de electricidade da Horizon durante o ano de 2007. A produção de electricidade posterior à aquisição da Horizon pela EDP, a 3 de Julho de 2007, atingiu o valor de 866 GWh.

⁽¹⁵⁰⁾ Os valores indicados no quadro, incluem a capacidade considerada operacional e a energia produzida pela Horizon antes da sua aquisição pela EDP, em Julho de 2007.

Aquisição de projectos em funcionamento ou em construção.....	-	-	12	12	12	- ⁽¹⁵¹⁾
Subtotal	74	74	372	559	1.490	111,8 %
Desenvolvida e vendida.....	158	158	158	486	486	32,4%
Total.....	232	232	530	1.045	1.976	70,8 %

Factor de carga (FC)

Devido à natureza do mercado da energia eólica norte-americano, em que a energia que a EDP Renováveis produz é vendida através de diversos métodos e a preços que diferem entre regiões, os valores do FC não fornecem, por si só, uma indicação útil em termos de rentabilidade. Não obstante, a EDP Renováveis apresenta o FC dos seus parques eólicos operacionais nos E.U.A. para fins de comparação com as suas operações na Europa.

O quadro em baixo apresenta o FC médio dos parques eólicos da EDP Renováveis nos E.U.A., apresentando quer em termos de histórico do FC médio para 2004-2007 quer do FC médio projectado para longo prazo dos parques eólicos da EDP Renováveis em funcionamento em 31 de Dezembro de 2007:

E.U.A.	Empresa	
	FC médio para 2004-2007 ⁽¹⁵²⁾	FC médio projectado para longo prazo ⁽¹⁵³⁾
	(%)	
FC	31,7%	35,9 %

Parques eólicos

Os parques eólicos da EDP Renováveis nos E.U.A. são diversificados em termos geográficos e geralmente estão localizados em áreas com fortes condições eólicas. O quadro a seguir apresenta a capacidade instalada dos parques eólicos da EDP Renováveis operacionais e dos projectos eólicos em “*pipeline*” nos E.U.A., por região, em 31 de Março de 2008:

⁽¹⁵¹⁾ O CAGR para o período 2005-2007.

⁽¹⁵²⁾ Com base no histórico de FC médio dos parques eólicos em funcionamento por um mínimo de 12 meses. Inclui o FC durante o período em que os parques eólicos se encontravam em funcionamento pela Horizon antes da aquisição da Horizon pela EDP em Julho de 2007.

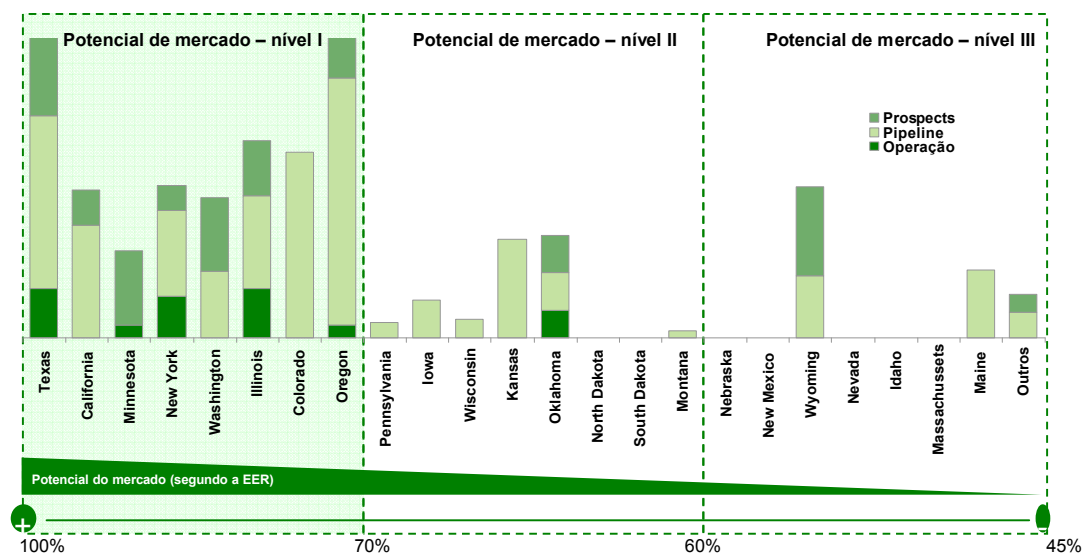
⁽¹⁵³⁾ Com base nas análises internas da Empresa e/ou estudos de medição do vento de terceiros (reflectindo um cenário P50 (ou a probabilidade de exceder de 50%)) conduzidos antes do comissionamento dos parques eólicos relevantes.; reflecte o FC médio medido. Algumas das projecções foram revistas após a entrada em funcionamento dos parques eólicos com base em dados operacionais actuais.

E.U.A. ⁽¹⁵⁴⁾	Em 31 de Março de 2008		Projectos em “ <i>pipeline</i> ”
	Capacidade instalada	Capacidade em construção	
	(em MW brutos)		
Northeast (Maine, New York, Pennsylvania)	333	-	1.423
Great Lakes (Illinois, Indiana, Ohio, Michigan)	396	-	1.351
Upper Midwest (Minnesota, Iowa, Wisconsin, North Dakota, South Dakota)	101	201	201
Northwest (Washington, Oregon, Idaho, Montana)	101	103	2.500
Pacific Southwest (Califórnia, Nevada, Arizona)	-	-	834
Rockies (Colorado, Wyoming, New Mexico)	-	-	1.800
Southwest (Texas, Oklahoma, Kansas)	625	201	3.150
Total	1.556	505	11.258

Actualmente, a EDP Renováveis detém e opera parques eólicos nos seguintes seis estados: Illinois, Minnesota, New York, Oklahoma, Oregon e Texas. A EDP Renováveis implementou, em regra, os seus parques eólicos em estados que a EDP Renováveis acredita terem condições de mercado favoráveis. O quadro seguinte apresenta a avaliação feita pela EER, da capacidade de atractividade de mercado dos diferentes estados dos E.U.A. com base em recursos eólicos, incentivos regulatórios, aprovação do local, ligação à rede e concorrência, e a dimensão do “*portfólio*” eólico da EDP Renováveis (incluindo parques eólicos operacionais, projectos em “*pipeline*” e projectos em “*prospects*”) em cada um desses estados.

⁽¹⁵⁴⁾ Os Estados identificados entre parêntesis junto do nome da região foram incluídos apenas para o efeito de descrição da região e não significam necessariamente que a EDP Renováveis tenha capacidade instalada, capacidade em construção ou projectos em “*pipeline*” em cada um desses Estados.

Posicionamento da EDPR (MW) vs Potencial do mercado (por estado)



A EDP Renováveis vende a electricidade que os seus parques eólicos produzem através de CAE e através da sua venda no mercado “spot” de electricidade (“Merchant Sales”). Tipicamente as “Merchant Sales” não requerem a execução de contratos de venda. Para uma parte dos “Merchant Sales” da EDP Renováveis, foram contratadas coberturas de risco (incluindo contratos para diferenças). Em 31 de Março de 2008, 87,1 % da capacidade instalada líquida da EDP Renováveis era transaccionada através de CAE, 12,9% através de “Merchant Sales” com cobertura de risco (10,3% que inclui o contrato negociado para o parque eólico da Madison que entrará em vigor em Janeiro de 2009) e através de “Merchant Sales” sem cobertura de risco (2,6%). Ver “Adquirentes de electricidade”. Em 31 de Março de 2008, o prazo médio desses contratos era de 14 anos. O quadro a seguir apresenta alguma informação chave dos projectos de parques eólicos operacionais em 31 de Março de 2008 da EDP Renováveis.

Projectos de parques eólicos operacionais	Estrutura de Parceria	Região (Estado)	Capacidade e do projecto (em MW brutos)	Tipo de contrato (155)	Comprador	Rating de crédito do comprador (156)
Blue Canyon I.....	Blue Canyon I	Southwest (Oklahoma)	74	CAE	Western Farmers (157)	BBB+
Blue Canyon II.....	Vento I	Southwest (Oklahoma)	151	CAE	PSC de Oklahoma (158)	Baa1/BBB

(155) Tipicamente “merchant sales” não requerem a execução de um contrato.

(156) Fonte: Bloomberg, 31 de Março de 2008.

(157) Cooperativa eléctrica dos “Western Farmers”.

(158) Empresa de serviço público de Oklahoma.

Elkhorn Valley.....	Vento II	Northwest (Oregon)	101	CAE	Idaho Power Company	Baa1/BBB+
Lone Star I	Vento I	Southwest (Texas)	200	CAE	Direct Energy, LP	Centrica (A3/A) ⁽¹⁵⁹⁾
Lone Star II.....	Vento II	Southwest (Texas)	200 ⁽¹⁶⁰⁾	CAE	J. Aron & Company	Goldman Sachs (AA-) ⁽¹⁶¹⁾
Madison	Vento I	Northeast (New York)	12	Cobertura / Contrato financeiro ⁽¹⁶²⁾ por diferenças	NYPA ⁽¹⁶³⁾	Aa2
Maple Ridge I	Vento I	Northeast (New York)	231	Cobertura / Contrato financeiro por diferenças REC	J Aron & Company NYSERDA ⁽¹⁶⁵⁾	Goldman Sachs (Aa3/AA-) ⁽¹⁶⁴⁾ Não aplicável
Maple Ridge II.....	Vento I	Northeast (New York)	91	Cobertura / Contrato financeiro por diferenças	NYPA ⁽¹⁶⁶⁾	Aa2
Prairie Star.....	Vento II	Upper Midwest (Minnesota)	101	CAE	Great River Energy	BBB+
Twin Groves I	Vento I	Great Lakes (Illinois)	198	CAE	J. Aron & Company	Goldman Sachs (Aa3/AA) ⁽¹⁶⁷⁾ Constellation Energy Group, Inc. (Baa1BBB+) ⁽¹⁶⁹⁾ Constella tion Energy Group, Inc. (Baa1/BBB+) ⁽¹⁷¹⁾
Twin Groves II	Vento II	Great Lakes	198	CAE	Constellatio n Energy ⁽¹⁶⁸⁾	

⁽¹⁵⁹⁾ Ratings de crédito aplicam-se aos garantes do comprador e não para o próprio comprador em si.

⁽¹⁶⁰⁾ Em 31 de Março de 2008, dos 200 MW de capacidade bruta que estavam totalmente instalados e em funcionamento, 52 MW estavam construídos e mecanicamente concluídos, mas ainda aguardavam comissionamento.

⁽¹⁶¹⁾ Ratings de crédito aplicam-se aos garantes do comprador e não para o próprio comprador em si.

⁽¹⁶²⁾ Contrato que produzirá efeitos em Janeiro de 2009.

⁽¹⁶³⁾ Autoridade do sector energético de Nova Iorque.

⁽¹⁶⁴⁾ Ratings de crédito aplicam-se aos garantes do comprador e não para o próprio comprador em si.

⁽¹⁶⁵⁾ Autoridade de Pesquisa e Desenvolvimento do sector energético do Estado de Nova Iorque.

⁽¹⁶⁶⁾ Autoridade do sector energético de Nova Iorque.

⁽¹⁶⁷⁾ Ratings de crédito aplicam-se aos garantes do comprador e não para o próprio comprador em si.

⁽¹⁶⁸⁾ Constellation Energy Commodities Group, Inc..

⁽¹⁶⁹⁾ Ratings de crédito aplicam-se aos garantes do comprador e não para o próprio comprador em si.

	(Illinois)	(¹⁷⁰)
Total.....	<u>1.556</u>	

Estruturas de Parcerias com investidores institucionais

A EDP Renováveis integrou todos os seus parques eólicos em operação nos E.U.A. em sociedades anónimas nas quais investidores institucionais fizeram investimentos de capital. Estas sociedades anónimas são tratadas como parcerias para fins tributários. Estas Estruturas de Parceria são utilizadas principalmente pelo facto de, tal como muitas empresas do mercado de produção de energia eólica norte-americano, a EDP Renováveis não ter rendimentos tributáveis suficientes nos E.U.A. para poder utilizar integralmente todos os benefícios fiscais disponíveis (nomeadamente os PTC e o método de depreciação do MACRS). Ver “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente – E.U.A.”. O relacionamento da EDP Renováveis com os investidores institucionais é estabelecido através de um contrato de operação relativo a cada sociedade anónima que atribui proporcionalmente os “*cash flows*” gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a EDP Renováveis, atribuindo uma grande parte dos benefícios fiscais ao investidor. De um modo geral, os investidores que participaram são grandes instituições financeiras com custos de financiamento relativamente baixos e os rendimentos necessários para poderem utilizar os benefícios fiscais gerados pelos parques eólicos. Ver “Análise da Gestão e da Situação Financeira e dos Resultados das Operações do Emitente e Oferente”. Nos termos dos contratos de operação relativos a cada sociedade anónima, a EDP Renováveis tem geralmente o controlo da gestão corrente e operacional das sociedades anónimas que detêm os respectivos parques eólicos, mediante a aprovação do investidor em relação a determinadas deliberações importantes, incluindo despesas de capital e vendas de activos superiores a certos níveis limite, substituição de grandes contratos e insolvência. Estas Estruturas de Parceria criam dois tipos de acções que conferem os direitos e os benefícios económicos a seguir descritos. As acções que a EDP Renováveis detém são geralmente designadas por “participações de Classe A” e as acções de investidores institucionais são geralmente designadas por “participações de Classe B.”.

À data do presente Prospecto, a EDP Renováveis constituiu três Estruturas de Parceria como descrito abaixo, duas das quais detêm carteiras de vários parques eólicos operacionais. Em 31 de Março de 2008, investidores institucionais investiram um total de 1,13 mil milhões de Dólares Americanos nas três Estruturas de Parceria através da compra pelos mesmos de participações de Classe B.

- a) Blue Canyon I: Em Dezembro de 2003, os três investidores institucionais (ou suas subsidiárias), JP Morgan Chase Co., o Northwest Mutual Life Insurance Company e KEF Equity Investment Corp. compraram participações de Classe B relacionadas com o parque eólico Blue Canyon I. O Blue Canyon I é um projecto de 74 MW de capacidade bruta (mas, em termos de MW consolidados, a sua contribuição é zero pelo facto de a EDP Renováveis ter vendido 75% de participações de Classe A à Babcock & Brown Blue Canyon I LLC e EHN USA LLC). A EDP Renováveis detém 25% das participações de Classe A nesta Estrutura de Parceria e age como gestora operacional do projecto, enquanto a Babcock & Brown Blue Canyon I LLC age como gestora fiscal.
- b) Vento I: Através de diversas transacções em 2007, os parques eólicos operacionais da EDP Renováveis contribuíram com um total da capacidade instalada bruta de 883 MW (722 MW consolidados) para esta Estrutura de Parceria. Os investidores que participaram nesta Estrutura

(¹⁷⁰) Constellation Energy Commodities Group, Inc..

(¹⁷¹) Ratings de crédito aplicam-se aos garantes do comprador e não para o próprio comprador em si.

de Parceria são a JP Morgan Chase & Co., ABN AMRO e Morgan Stanley. A EDP Renováveis detém 100% das participações de Classe A na Estrutura de Parceria.

- c) Vento II: Em Dezembro de 2007, a EDP Renováveis celebrou um contrato com a GE Financial Services e a Wachovia Investment Holdings para a compra de participações numa sociedade anónima que, a prazo, deterá as participações de quatro parques eólicos com uma capacidade total instalada bruta de 600 MW e consolidada de 600 MW. Em 31 de Março de 2008, as participações de três dos parques eólicos foram integrados nesta Estrutura de Parceria, e prevê-se que o último parque eólico venha a integrar esta estrutura (e que espera-se que seja feito um investimento adicional ou investimentos de cerca de 250 milhões de Dólares Americanos quando estiver concluído) no decurso de 2008. A EDP Renováveis detém 100% das participações de Classe A na Estrutura de Parceria.

O quadro abaixo indica os parques eólicos que foram integrados nas carteiras Vento I e Vento II.

Em 31 de Março de 2008		
	Capacidade total instalada	Propriedade
	(em MW brutos)	(em %)
Carteira Vento I	883	---
Maple Ridge I.....	231	50%
Maple Ridge II.....	91	50%
Madison	12	100%
Blue Canyon II	151	100%
Lone Star I.....	200	100%
Twin Groves I	198	100%
Carteira Vento II	600	---
Elkhorn Valley.....	101	100%
Prairie Star	101	100%
Lone Star II ⁽¹⁷²⁾	200	100%
Twin Groves II.....	198	100%

A actividade da EDP Renováveis no sector das mini-hídricas

A energia hídrica, uma forma de produção de electricidade renovável, é produzida utilizando a força do movimento da água para accionar uma turbina hidráulica que gera electricidade. O termo “mini-hídrica” aplica-se geralmente a centros electroprodutores hídricos que têm uma capacidade de produção de 10 MW ou inferior. Em Espanha, o termo “mini-hídrica” aplica-se também a centros electroprodutores hídricos com uma capacidade de 50 MW ou inferior, e são estabelecidas diferentes metas e preços para os centros electroprodutores mini-hídricos espanhóis com capacidades inferiores a 10 MW e centros electroprodutores com capacidades entre os 10 MW e os 50 MW.

Em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis detinha, através da sua participação na Genesa, diversas participações em quatro mini-hídricas em Espanha com uma capacidade global instalada bruta de 11 MW (3 MW consolidados e 4 MW líquidos). As concessões governamentais relacionadas com as mini-hídricas da EDP Renováveis, necessárias em virtude de estes centros electroprodutores hidroeléctricos utilizarem recursos hídricos do domínio público, expiram todas em ou após 2037. A EDP Renováveis detém este número limitado de activos mini-hídricos, em larga medida por razões

⁽¹⁷²⁾O Lone Star II foi incorporado na Estrutura de Parceria Vento II em 2 de Maio de 2008.

históricas, e actualmente espera que qualquer crescimento na actividade das mini-hídricas venha a ser limitado e derive principalmente da melhoria do funcionamento operacional dos seus activos existentes.

Desenvolvimento do negócio

Após a criação de uma forte posição nos principais Mercados Ibérico e Norte-Americano e tendo consolidado a posição da EDP Renováveis na Europa através da entrada recente que fez noutros mercados europeus atractivos, a atenção da EDP Renováveis está agora centrada no reforço da sua carteira nos mercados existentes onde actua, bem como na identificação de oportunidades de crescimento noutros mercados e noutras tecnologias.

Estratégia de crescimento internacional

A EDP Renováveis considera uma vasta gama de estratégias de entrada e crescimento em novos mercados, incluindo a criação de equipas locais que desenvolvam projectos em “*greenfield*”, adquirindo projectos em “*pipeline*” para desenvolvimento, adquirindo pequenas plataformas locais com activos operacionais e projectos em “*pipeline*” que sejam *players* de referência a nível das regiões em que operam, e participando em concursos públicos locais para desenvolver a capacidade da EDP Renováveis nesses mercados. As estratégias que a EDP Renováveis implementa podem variar significativamente, dependendo da maturidade relativa dos mercados ou da natureza da concorrência numa zona geográfica específica. Nos mercados maduros (tal como a Península Ibérica), a EDP Renováveis considera que a chave para crescer com sucesso passa pela consolidação das quotas de mercado e pela expansão da sua presença regional mediante a prossecução selectiva de oportunidades e pela participação em concursos públicos para a atribuição de capacidade adicional. Em mercados em crescimento como a América do Norte, Polónia e Brasil, por outro lado, a EDP Renováveis acredita que deverá ser dado mais ênfase a plataformas locais que possuam um forte conhecimento técnico e boas relações com autoridades de licenciamento e outras autoridades administrativas e locais, assim como as oportunidades de desenvolvimento de projectos em “*greenfield*” ou em quase “*greenfield*” e execução de projectos em “*pipeline*”. Em mercados com potencial de desenvolvimento no futuro, tais como a Turquia, Marrocos e Argentina, a EDP Renováveis acredita que é essencial a constituição de uma forte equipa centralizada de desenvolvimento internacional orientada para a recolha de “*Know-how*” e a prossecução de oportunidades selectivas de negócio.

A EDP Renováveis tem focado a sua atenção em mercados que acredita serem estáveis e com um potencial significativo de crescimento e lucro, e onde a EDP Renováveis acredita ser provável alavancar as suas actuais capacidades para atingir economias de escala. No entanto a EDP Renováveis espera expandir a sua presença para outros países seleccionados de forma a alcançar um “*portfolio*” equilibrado de opções de crescimento.

Sustentada pela sua plataforma na Europa, a EDP Renováveis explora actualmente oportunidades em novos mercados adjacentes àqueles em que a EDP Renováveis opera actualmente e onde acredita existir um atractivo potencial de crescimento. Os potenciais países alvo que a EDP Renováveis está a considerar incluem Itália, Grécia, Turquia, e os países da Europa de Leste membros da U.E. ou que planeiam ser membros da U.E.. Estima-se que em 2015 a Europa tenha uma capacidade instalada de 135.727 MW, de acordo com a EER.

Na América do Norte, apoiada pela sua plataforma nos E.U.A., a EDP Renováveis está a explorar

oportunidades no Canadá, em relação às quais se prevê uma capacidade instalada de 14.315 MW, em 2015, de acordo com a EER, e também no México, no qual se estima que a capacidade instalada cresça cerca de 5.000 MW entre 2007 e 2015, de acordo com a LAWEA. A EDP Renováveis acredita que pode tirar partido da proximidade destes mercados a partir dos E.U.A., onde a sua presença é já bastante expressiva.

A EDP Renováveis está também numa fase preliminar de expansão no Brasil, na América do Sul, onde se prevê o crescimento da capacidade instalada em cerca de 5.000 MW entre 2007 e 2015, de acordo com a LAWEA. A EDP Renováveis anunciou no Brasil a sua intenção de constituir um consórcio com uma subsidiária de energias renováveis da EDP – Energias do Brasil, S.A. (“EDP Brasil”), uma empresa cotada na bolsa que concentra a maioria dos investimentos da EDP no sector eléctrico brasileiro e que está a estudar as oportunidades e os projectos de energia eólica com potencial de desenvolvimento. A EDP Renováveis está a acompanhar os desenvolvimentos em matéria de regulamentação no Brasil em conjunto com a sua parceira neste consórcio, no qual a EDP Renováveis prevê vir a deter uma participação de 55%.

Os pilares chave da estratégia de crescimento internacional da EDP Renováveis são os seguintes:

Entrada selectiva em novos mercados geográficos

A estratégia de crescimento internacional da EDP Renováveis baseia-se na expansão da sua actividade através da entrada selectiva em novos mercados geográficos. A EDP Renováveis analisou com rigor um conjunto de oportunidades em diversos países e regiões, mas optou deliberadamente por se concentrar e entrar apenas num número limitado de países. A EDP Renováveis acredita que é esta estratégia selectiva de crescimento internacional que a distingue de muitos dos seus principais concorrentes e que irá permitir-lhe atingir os seguintes objectivos a longo prazo:

- a) A EDP Renováveis pretende assegurar que a sua empresa detém uma carteira diversificada e bem equilibrada, que reflecta uma combinação de países e de regiões com mercados eólicos e de energias renováveis que se encontrem em diversas fases de maturidade. A EDP Renováveis considera que uma carteira diversificada irá permitir obter e maximizar as oportunidades atractivas que estão disponíveis nos diversos mercados, desde oportunidades mais estáveis com retornos menos atractivos e com planos de investimento de curto prazo em mercados consolidados e maduros, até oportunidades mais incertas com retornos mais atractivos e com planos de investimento de longo prazo em mercados em pré-desenvolvimento, ou em início de desenvolvimento, minimizando ao mesmo tempo a sua exposição ao risco global.
- b) A estratégia selectiva da EDP Renováveis é sustentada pela vontade da EDP Renováveis de alcançar e manter posições de liderança estáveis e de longo prazo em todos os países em que a EDP Renováveis inicia actividades e pela firme convicção da importância de integrar com sucesso todas as novas plataformas na sua actividade actual. A capacidade da EDP Renováveis para alcançar estes objectivos aumenta substancialmente quando se centra na identificação de um número restrito de oportunidades que se adapte bem e complementa às suas actuais plataformas e que lhe permita alavancar as suas competências técnicas.

Desenvolvimento de fortes centros de competência técnica

A EDP Renováveis pretende desenvolver centros de competência técnica sólidos num número limitado de locais geográficos, que disponibilizem apoio técnico e partilhem as melhores práticas a nível de toda a empresa. A EDP Renováveis considera que uma abordagem desta natureza permitir-

lhe-á concentrar os seus recursos e experiências de forma eficiente e produtiva, reforçando ainda mais as suas actuais competências. Presentemente, estes centros estão localizados em Madrid, Espanha (dão apoio às operações da EDP Renováveis na Península Ibérica e no Resto da Europa) e em Houston, E.U.A. (que dão apoio às operações da EDP Renováveis na América do Norte). Adicionalmente, a EDP Renováveis está a planear o desenvolvimento de outro centro em parceria com a EDP Brasil em São Paulo, no Brasil, para apoiar a sua esperada participação no consórcio no Brasil. À medida que a sua cobertura internacional se expandir, a EDP Renováveis pode considerar desenvolver mais centros de competência técnica.

Integração com êxito de novas plataformas na actividade actual

A EDP Renováveis acredita estar bem posicionada para integrar com êxito novas plataformas na sua actividade actual. Como acima foi referido, a convicção da EDP Renováveis é a de que a sua estratégia de entrada selectiva irá permitir-lhe atingir este objectivo, nomeadamente a contribuir para assegurar que os seus recursos de gestão, operacionais, financeiros e outros não estão excessivamente sob tensão, nem se encontram dispersos entre um grande número de projectos de integração. Além disso, a EDP Renováveis formou equipas com grande experiência e competência, que se dedicam exclusivamente à gestão do processo de integração de novas plataformas. Ver “Equipas de desenvolvimento do negócio”. A EDP Renováveis está também a investir fortemente no desenvolvimento das organizações, sistemas e processos, permitindo-lhe a homogeneização de funções chave que sejam comuns a todas as suas plataformas, tais como determinadas funções de O&M, reporte financeiro, e funções jurídicas e recursos humanos com vista a facilitar o sucesso da integração de novas plataformas.

A EDP Renováveis considera que a sua capacidade para integrar novas plataformas na actividade actual está sobejamente comprovada pelo sucesso do seu registo histórico nesta matéria. No passado, a capacidade total instalada da EDP Renováveis aumentou cerca de sete vezes, entre o fim do ano de 2002 e finais de 2007, através de uma combinação de desenvolvimento orgânico dos projectos em “*pipeline*” e de aquisições. Nos locais onde a EDP Renováveis adquiriu novos negócios para alargar a sua actividade, a EDP Renováveis registou taxas muito baixas de saídas de trabalhadores e, de um modo geral, a EDP Renováveis atingiu os seus objectivos comerciais. A EDP Renováveis tenciona alavancar e desenvolver ainda mais as suas competências na integração de novas plataformas consoante a sua actividade continue a crescer.

As outras tecnologias renováveis na EDP Renováveis

Como parte da estratégia da EDP Renováveis para assegurar o desenvolvimento a longo prazo, a EDP Renováveis está também a explorar activamente as oportunidades e a acompanhar de perto os desenvolvimentos a nível regulamentar e tecnológico noutras energias renováveis, tais como a energia solar térmica, a energia eólica “*offshore*”, e a energia das ondas. A EDP Renováveis está a analisar e a considerar todas as tecnologias renováveis sustentáveis para a sua inclusão na sua carteira de produção de energias renováveis de modo a maximizar o seu valor como accionista. A EDP Renováveis concentra-se nas tecnologias de produção mais rentáveis e monitoriza desenvolvimentos noutras tecnologias, por forma a definir selectivamente o mix de tecnologias de produção no “*portfolio*” da EDP Renováveis. A EDP Renováveis realiza toda a sua investigação e desenvolvimento e outras actividades de exploração relacionadas com energias renováveis, bem como o desenvolvimento de quaisquer projectos associados, em parceria com a divisão de investigação e desenvolvimento da EDP, a EDP Inovação.

Mais especificamente, a EDP Renováveis está a explorar o desenvolvimento de oportunidades de energia solar térmica em projectos em “*greenfield*” nas áreas mais atractivas da Península Ibérica e dos E.U.A.. A EDP Renováveis tem cerca de 200 MW de energia solar térmica em projecto, e está a acompanhar os desenvolvimentos regulatórios de modo a estabelecer a viabilidade económica do desenvolvimento de projectos de energia solar térmica. Prevê-se que a produção de energia solar térmica cresça cerca de 30%, e 21% (taxa de crescimento anual composta), em Espanha e nos E.U.A., respectivamente, entre 2005 e 2020, de acordo com o relatório “Solar Generation IV 2007” da “Greenpeace International”, em conjunto com a “European Photovoltaic Power Industry Association”, de 2007.

Embora a produção de energia solar térmica implique custos de investimento bastante elevados, tarifários fortemente subsidiados e a utilização intensiva de terrenos, existe um grande apoio a nível regulatório para esta tecnologia, assim como as condições climáticas adequadas em partes da Península Ibérica e em determinadas regiões dos E.U.A. sustentam a utilização desta tecnologia como fonte de produção de energia.

A EDP Renováveis está também a acompanhar o desenvolvimento da produção da energia eólica “*offshore*”, sobretudo em diversos mercados europeus onde existe uma profusão de localizações com recursos eólicos adequados e um crescente apoio regulamentar, o que torna esta tecnologia particularmente viável. No sentido de desenvolver o seu “*know-how*” interno, a EDP Renováveis participa em alguns estudos eólicos “*offshore*” preliminares, realizados em França e em Portugal. Existem diversos desafios em relação à produção da energia eólica “*offshore*”, que incluem todas as complexidades associadas à injeção da electricidade produzida na actual rede de transporte de electricidade, e os custos significativamente mais elevados que a produção de energia eólica “*offshore*” comporta em comparação com a energia eólica “*onshore*”. Contudo, devido à abundância de locais com condições eólicas adequadas e ao crescente apoio regulatório a esta tecnologia, prevê-se que o mercado eólico “*offshore*” cresça substancialmente na U.E., devendo atingir uma capacidade total de cerca de 10.000 MW em 2015, de acordo com a EER.

Os projectos da EDP Renováveis para a energia das ondas, os quais incluem um projecto piloto de 2,25 MW em Portugal que está presentemente em análise, ainda se encontram numa fase inicial, e estão a ser analisados em parceria com a EDP Inovação. A EDP Renováveis já estabeleceu vários contactos com promotores, parceiros industriais, centros de pesquisa e fornecedores de tecnologias para averiguar a possibilidade de constituir um consórcio destinado a desenvolver projectos de energia das ondas. A EDP Renováveis acredita que esta tecnologia, embora ainda esteja numa etapa relativamente incipiente, tem um potencial significativo para ser desenvolvida, nomeadamente em Portugal e em França, onde o apoio governamental está a aumentar e condições costeiras são bastantes favoráveis.

Avaliação do recurso eólico

A avaliação do recurso eólico é um vector essencial para a actividade produção de electricidade através de energia eólica e uma componente chave na estimativa dos FC com o mais elevado nível de certeza. Fornece os principais critérios de selecção de locais de parques eólicos, determina a escolha de turbinas eólicas (tanto quanto ao fabricante e modelo como à classe) e facilita dados que podem ser utilizados para otimizar o *layout* de um parque eólico. Depois de um parque eólico estar em funcionamento, a avaliação dos recursos eólicos desempenha um papel fundamental na

monitorização contínua do desempenho de cada turbina eólica e fornece dados importantes sobre os quais podem ser baseados e actualizados os requisitos de O&M. Todos estes factores positivamente para a obtenção de níveis óptimos de funcionamento e para a maximização das receitas.

A avaliação dos recursos eólicos é baseada no conhecimento, é difícil de replicar, e requer uma grande precisão; um pequeno erro numa avaliação da velocidade do vento de um parque eólico traduzir-se-á em incorrecções importantes no cálculo da estimativa dos MWh de electricidade que serão produzidos por esse parque. Depois de um parque eólico entrar em funcionamento é muito difícil introduzir alterações na estrutura do local para dar resposta a novos dados eólicos. Por conseguinte, é muito importante gerar e utilizar dados de recursos eólicos fiáveis antes da construção dos parques eólicos. Desde 1990, a EDP Renováveis (incluindo a NEO e a Horizon e as sociedades que as antecederam) tem vindo a recolher dados de um total de 841 torres meteorológicas, 523 das quais estavam localizadas na Europa e 318 nos E.U.A.. Actualmente e por referência a 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis detém 514 torres instaladas, das quais 289 estão localizadas na Europa e 225 nos E.U.A.. Destas torres, 4 % localizam-se abaixo dos 30 metros, 86 % entre 30 metros e 70 metros e 10 % acima dos 70 metros.

A equipa de avaliação de recursos eólicos da EDP Renováveis na Europa é gerida a partir de Sevilha, em Espanha, com apoio adicional fornecido a partir de Madrid e Zaragoza, em Espanha, e do Porto, em Portugal, e presta serviços em todas as regiões europeias onde a EDP Renováveis opera. A sua equipa de avaliação de recursos eólicos para os E.U.A. está sediada em Houston e presta serviços às suas actividades nos E.U.A. e noutros locais da América do Norte. As equipas de avaliação de recursos eólicos da EDP Renováveis (no caso da equipa norte americana actuando em coordenação com as suas equipas operacionais nos E.U.A.), são responsáveis pela previsão e análise das capacidades de produção dos parques eólicos em funcionamento e futuros da EDP Renováveis e por levar a cabo (ou procurar que seja levado a cabo por terceiros) as seguintes funções principais:

- a) As equipas gerem o programa de torres meteorológicas da EDP Renováveis. Compete às equipas determinar os locais para instalar e manter as torres meteorológicas que recolhem os dados que constituem a espinha dorsal do seu programa de avaliação de recursos eólicos. Este programa integra, por sua vez, sistemas sofisticados de validação e gestão de dados.
- b) As equipas analisam as medições de velocidade, direcção e perfil do vento nos locais dos seus parques eólicos e produzem as respectivas avaliações das curvas de carga. As equipas fornecem estas avaliações e outros relatórios eólicos externos de avaliação, que incluem uma quantificação dos riscos associados, aos seus departamentos financeiros que depois os integram nos seus modelos financeiros. As equipas utilizam também as avaliações das curvas de carga para darem apoio na elaboração e planeamento do esquema de princípio de parques eólicos, em especial para otimizar a posição de cada turbina eólica. As informações que fornecem são também um factor importante na selecção das turbinas eólicas que são mais adequadas para um determinado local e na negociação dos termos e condições dos contratos de assistência de turbinas e dos contratos de O&M de turbinas.
- c) As equipas acompanham o índice eólico de cada de parque eólico, de modo a compararem mensalmente a produção eólica e a produção de energia efectiva face aos valores previstos. A seguir, analisam as causas de raiz de quaisquer desvios e desenvolvem planos para melhorar a eficiência dos centros electroprodutores eólicos.
- d) As equipas acompanham mensalmente a curva de carga das turbinas eólicas, utilizando os dados provenientes dos sistemas de comando e controlo e das torres de medição. Estes dados são depois comparados com os valores da curva de carga prevista e de disponibilidade. As perdas resultantes de indisponibilidades e por fraco desempenho são registadas e são propostas

- medidas para correcção de eventuais problemas ou questões.
- e) As equipas comparam mensalmente os valores de produção de energia eólica estimados com os valores de produção de energia efectivos dos parques eólicos. Qualquer desvio significativo entre os dois é registado e comunicado à gestão e são implementadas medidas de correcção adequadamente em cooperação com a equipa de O&M.

Operação e manutenção

A EDP Renováveis esforça-se por melhorar continuamente a sua eficiência operacional, em especial através da melhoria dos seus níveis de disponibilidade e factores de carga, aumentando as suas principais capacidades internas e aperfeiçoando os seus sistemas de controlo de processos. A EDP Renováveis acredita que estas iniciativas irão facilitar a prossecução dos seus objectivos de alcançar níveis de disponibilidade de pelo menos 97%, níveis de produção perto dos 100% das curvas teóricas de potência e maximizar a remuneração da energia reactiva sempre que aplicável.

Os princípios chave que estão na base da estratégia de O&M da EDP Renováveis são os seguintes:

- a) Estabelecer ambiciosos objectivos de desempenho;
- b) Concentrar-se em todas as oportunidades de melhoria e aplicar de forma sistemática melhorias na sua base de activos;
- c) Identificar e encetar análises às causas de fundo de todas as suas falhas;
- d) Desenvolver e continuamente melhorar as suas capacidades e os seus sistemas; e
- e) Orientar-se para todos os processos chave a longo da cadeia de valor, assim como para minimizar calendários de realização para melhoramentos.

A EDP Renováveis estima que os custos de O&M representam, em média, 15% a 20% dos custos de um parque eólico durante a sua vida útil (calculados numa base de valor actual). A EDP Renováveis acredita que um parque eólico médio pode atingir um aumento da receita até 5% e uma diminuição dos custos de O&M na ordem dos 15%, com base na qualidade dos serviços de operação e manutenção, o que pode significar um aumento na ordem dos 8% a 10% no valor actual líquido de um parque eólico, caso tudo o resto se mantenha igual. A atenção dedicada pela EDP Renováveis à melhoria dos serviços operacionais resultou já, no passado, num impacto positivo nas receitas da EDP Renováveis e apresenta potencial para, no futuro, gerar outros benefícios. Estas conclusões são suportadas por um recente projecto piloto conduzido pela NEO em 2007 e 2008 e relacionado com o parque eólico Arlanzón em Espanha. A EDP Renováveis conseguiu gerar aumentos significativos nas receitas através da implementação de um número de iniciativas que melhoraram a disponibilidade, as receitas relacionadas com potência reactiva, e os níveis de eficiência. A EDP Renováveis acredita que muitas destas iniciativas podem ser adaptadas e aplicadas em muitos dos seus parques eólicos, de modo a alcançar resultados similares.

A EDP Renováveis visa alavancar a sua dimensão e experiência de forma a alcançar níveis de excelência na sua actividade de O&M. A longo prazo, a EDP Renováveis planeia centralizar, de forma crescente, algumas das suas funções O&M, que criam valor através de economias de escala, tais como a análise tecnológica, contratação a entidades externas de análises técnicas e energéticas, o desenvolvimento das plataformas tecnológicas do Centro de decisões, telecontrolo e teleoperação e coordenação de projectos de melhoria continua. Além disso, a EDP Renováveis planeia desenvolver um abrangente conjunto de iniciativas de O&M, com objectivos, calendários e responsabilidades claras, que permitam estabelecer objectivos e indicadores chave de funcionamento mensuráveis e objectivos que sejam ambiciosos mas realistas. A EDP Renováveis pretende lançar iniciativas para

fomentar a competição saudável entre as suas diferentes unidades; encorajar a que as suas unidades de actividade proponham de forma pró-activa novas iniciativas de melhoria; aumentar o progresso e a partilha de conhecimento entre as suas equipas nas plataformas e nos seus reforços; e implementar testes e o desdobramento de iniciativas “*on the ground*”. A EDP Renováveis acredita que pela implementação destas estratégias, estará bem colocada para desenvolver as melhores práticas relacionadas com a gestão do desempenho, manutenção preventiva, eficiência energética e logística.

Níveis de disponibilidade e eficiência

O objectivo da EDP Renováveis é atingir níveis elevados de disponibilidade, utilizando principalmente uma abordagem sistemática para monitorizar os diversos indicadores de disponibilidade de parques eólicos e de turbinas eólicas, realizando subsequentemente análises sobre as causas de indisponibilidade e implementando acções correctivas para atenuar quaisquer falhas sistémicas. A disponibilidade é medida como o número de horas que uma turbina eólica esteve efectivamente em funcionamento durante um determinado período dividido pelo número total de horas decorrido no mesmo período. As equipas de avaliação eólica analisam todos os meses a disponibilidade de cada turbina eólica relativamente ao mês em questão. Todas as questões relacionadas com a indisponibilidade são depois comunicadas aos respectivos gestores de operações e de manutenção, que decidem quais as acções a implementar.

A EDP Renováveis atingiu elevados níveis de disponibilidade nos parques eólicos em que opera, particularmente nos mercados mais maduros onde existe um longo historial de actividade. Em Espanha e Portugal, a disponibilidade média dos parques eólicos operacionais da EDP Renováveis em 2007 foi de 97% e 96%, respectivamente, com muitos parques eólicos a atingir níveis superiores de disponibilidade.

O quadro abaixo apresenta os níveis de disponibilidade alcançados pelos parques eólicos da EDP Renováveis em Espanha e em Portugal para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, com base na capacidade eólica instalada bruta agregada dos parques eólicos que alcançaram cada nível de disponibilidade e a média global dos níveis de disponibilidade dos seus parques eólicos em cada país:

Disponibilidade	Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007					Média
	95%	96%	97%	98%	99%	
	<i>(em MW brutos, excepto %)</i>					
Espanha ⁽¹⁷³⁾	247	197	403	298	29	97%
Portugal ⁽¹⁷⁴⁾	119	54	72	62	30	96%

O objectivo da EDP Renováveis é melhorar os seus níveis de disponibilidade de modo a maximizar a sua eficiência operacional. Tendo isto presente, a EDP Renováveis está actualmente a implementar um processo “*lean*” de optimização das operações em Portugal e em Espanha, nos termos do qual introduz uma abordagem mais sistemática à análise das ineficiências verificadas nas suas turbinas eólicas e as causas de não disponibilidade, de modo a desenvolver novas acções destinadas a abordar estas questões e preocupações. Uma base de dados integrada monitoriza a implementação e o êxito destas acções de melhoria. A EDP Renováveis na Europa tem já implementado um funcionamento baseado no conceito “Lean Operations Management” que deverá ser aplicado à totalidade dos seus

⁽¹⁷³⁾ Exclui os parques eólicos em Espanha com a capacidade bruta instalada bruta de 465 MW que entraram em operação no final de 2007.

⁽¹⁷⁴⁾ Exclui os parques eólicos em Portugal com a capacidade bruta instalada de 87 MW que começaram a operar no final de 2007.

parques em Portugal e Espanha até meados de 2009, tendo uma estrutura dedicada a tempo completo desde Março de 2008.

As operações da EDP Renováveis nos E.U.A. depararam-se com alguns problemas específicos em projectos que afectaram negativamente os níveis de disponibilidade em 3 parques eólicos durante o ano de 2007. Estes incluíram problemas ao nível das equipas de O&M dos fabricantes de turbinas resultantes do elevado crescimento verificado neste mercado no decurso de 2007, e problemas técnicos que envolveram a realização de reapetrechamentos, como resultado dos desenvolvimentos recentes na tecnologias de turbinas mais recentes. A EDP Renováveis está actualmente a trabalhar em estreita colaboração com os fabricantes de turbinas eólicas no sentido de resolver os problemas e prevenir a sua recorrência, com vista a melhorar os níveis de disponibilidade de cada parque eólico de modo a que estes níveis se situem em, pelo menos, 97%, durante a vida útil de cada parque eólico. Em todas as suas operações nos E.U.A., a EDP Renováveis está a trabalhar no sentido de reforçar a cultura de desempenho que está implementada nas suas operações na Europa. A EDP Renováveis estabeleceu procedimentos para identificar, duas vezes por semana, os problemas de desempenho em todos os seus projectos nos E.U.A. e tenciona trabalhar com os seus parceiros de O&M para resolver estes problemas em tempo oportuno. A EDP Renováveis considera que estes processos irão permitir-lhe aprofundar os seus conhecimentos e ajudar a atingir a curto prazo os seus objectivos nos E.U.A., de manter um nível de disponibilidade de 97% ou superior para o período pós-garantia.

Internalização de Actividades

Nos primeiros anos das operações das plataformas da EDP Renováveis subsistiu, a tendência de celebrarmos contratos de O&M com os fabricantes de turbinas. Em geral, estes contratos de O&M (após o período de dois a cinco anos incluído no contrato de fornecimento das turbinas), definiam que o fabricante conduziria todas as actividades de O&M sob a supervisão do pessoal da EDP Renováveis e incluíam disposições ao abrigo das quais o fabricante garantia uma disponibilidade mínima da turbina ou do parque eólico de 95% ou mais e a EDP Renováveis teria direito a ser indemnizada por falhas para alcançar as disponibilidades garantidas.

Actualmente, a EDP Renováveis dispõe de uma experiência considerável na gestão de um grande número de parques eólicos e adquiriu um vasto “*know-how*” técnico e um entendimento abrangente sobre turbinas eólicas e demais elementos constitutivos de um centro produtor de energia eólica. Na Europa, a EDP Renováveis conseguiu desenvolver a sua capacidade interna de O&M ao ponto de agora ser capaz de conduzir directamente uma grande parte das actividades de O&M de valor acrescentado que foram previamente desenvolvidas por terceiras entidades ao abrigo dos antigos contratos de O&M. Estes incluem a manutenção e o planeamento de actividades, e a definição de níveis de “*stock*” críticos para peças sobresselentes. A EDP Renováveis visa continuar a aumentar o seu controlo de actividades chave de O&M no longo prazo em vez de proceder a uma renegociação completa dos antigos contratos de O&M com os fabricantes de turbinas. Através destas iniciativas a EDP Renováveis pensa ser capaz de controlar os seus custos absolutos em O&M, face às alternativas de contratação externa destas actividades, e aumentar a sua disponibilidade em turbinas eólicas, particularmente num momento em que os fabricantes de turbinas exigem preços cada vez mais elevados para a renovação de tais contratos de O&M. Dependendo das avaliações de desempenho económico, algumas actividades de O&M na Europa continuam a ser adjudicadas a empresas subcontratadas, nomeadamente as seguintes: execução de trabalhos de manutenção; actualização do sistema de gestão da manutenção; e gestão operacional do “*stock*” de peças sobresselentes e consumíveis, de acordo com níveis definidos pela EDP Renováveis. A EDP Renováveis está agora a

trabalhar no sentido de isolar as actividades de O&M requeridas para cada parque eólico, identificar os parceiros, a nível global e local, que podem prestar esses serviços e seleccionar aqueles com quem pode celebrar contratos de fornecimento.

As empresas da EDP Renováveis nos E.U.A. não internalizam formalmente nenhuma destas actividades de O&M, na medida em que preferem contractar todas as actividades de O&M com os fabricantes de turbinas que garantam uma disponibilidade mínima de 95% ou mais durante o período de garantia. No entanto, como estes contratos têm um prazo de validade reduzida, a EDP Renováveis espera internalizar algumas actividades específicas de O&M. Nos E.U.A., as actividades de O&M da EDP Renováveis são prestadas actualmente por fabricantes de turbinas, ao abrigo dos contratos de O&M da EDP Renováveis com os mesmos, com supervisão activa da EDP Renováveis sempre que necessário. À medida que termina o prazo de validade destes contratos e à medida que a actividade da EDP Renováveis se desenvolve, a EDP Renováveis está a considerar adoptar uma estratégia de O&M que é similar ao seu modelo europeu. Assim como na Europa, a EDP Renováveis espera que o âmbito específico das suas actividades de O&M seja definido por um número de factores, incluindo, em particular, os custos associados, sendo que tal pode resultar na adopção de diferentes abordagens e calendarizações nos diversos países.

Tanto na Europa como nos E.U.A., a EDP Renováveis actualmente procede ao tratamento da informação a nível interno, que consiste no rastreio, acompanhamento e à análise do desempenho dos equipamentos, o que dá origem a iniciativas de aperfeiçoamento, iniciativas essas que são comunicadas ao pessoal de O&M. A EDP Renováveis identifica, acompanha e analisa as avarias dos equipamentos, planeia, programa e organiza inspecções de manutenção, e controla o desempenho dos trabalhos de manutenção.

Sistemas de controlo

A EDP Renováveis está actualmente a implementar a sua plataforma de Tecnologia de Informação, que permitirá acompanhar, controlar e despachar, em tempo real, as suas capacidades operacionais a nível mundial. Esta plataforma está desenhada no sentido de providenciar uma interacção centralizada, de forma continuada e remota entre as diversas partes intervenientes, sistemas e mercados, dentro e fora da sua organização, que sejam importantes para o bom funcionamento da EDP Renováveis. Isto inclui os operadores de redes de transporte e distribuição, do centro de despacho, dos operadores de mercados energéticos (quando aplicável) dos parques eólicos geridos pela EDP Renováveis e dos fabricantes de turbinas eólicas. Em 31 de Março de 2008, esta plataforma já procedeu à ligação de uma parte significativa dos parques eólicos em operação da EDP Renováveis (26 parques eólicos, com um total de 347 MW de capacidade instalada bruta) em Espanha e em Portugal. De forma semelhante, nos E.U.A., a EDP Renováveis tem uma plataforma centralizada com capacidades de monitorização da performance de todos os parques eólicos em operação (11 parques eólicos, com um total de 1.556 MW de capacidade instalada bruta). A EDP Renováveis iniciou recentemente um projecto para a convergência das suas plataformas nos E.U.A. e na Europa para melhorar as suas operações a nível global.

Mais especificamente, a plataforma está concebida de modo a permitir um acompanhamento contínuo, em tempo real, de cada turbina eólica, subestação e parque eólico que esteja ligado à plataforma. Isto pode compreender o acompanhamento de até 60 parâmetros diferentes por turbina eólica, desde a pressão do óleo da caixa de velocidades até à temperatura do ar no invólucro da turbina no topo da torre. Caso sejam detectados determinados indicadores relativos aos parâmetros

em observação, poderão ser activados automaticamente alarmes, funções de controlo de abrandamento ou de paragem e poderá ser feito um acompanhamento centralizado a partir da centro de controlo, onde o operador da plataforma terá uma série de opções à sua disposição, incluindo desligar e voltar a reactivar o parque eólico ou fazer disparar imediatamente uma chamada para a equipa responsável de O&M, para reagir em conformidade. A EDP Renováveis espera que esta plataforma venha reduzir significativamente os tempos de inactividade dos seus parques eólicos. Para além disso, a plataforma também permite à EDP Renováveis acompanhar as condições de mercado em áreas geográficas onde possam afectar as suas actividades de distribuição de electricidade por essas condições e, do mesmo modo, activar as funções de abrandamento ou de paragem, assim como desligar e reactivar os equipamentos em resposta a essas condições.

As vantagens de uma plataforma deste tipo são: (i) um tempo de reacção mais rápido em relação a potenciais falhas que afectem os activos operacionais, alavancando assim melhorias em termos de disponibilidade técnica, (ii) séries temporais consistentes e fiáveis de dados operacionais, que possam ser utilizados análise de melhorias operacionais A efectuar nos parques eólicos existentes e para avaliar o potencial de futuros locais de instalação e (iii) a facilitação de operações em tempo real em mercados onde a negociação ou a distribuição de energia seja relevante para a energia renovável.

Adquirentes de electricidade

Os adquirentes da electricidade que a EDP Renováveis produz variam consoante o mercado geográfico, dependendo principalmente do quadro regulatório estabelecido e da estrutura e das regras do mercado da electricidade.

Em Espanha, a regulamentação das fontes de energia renováveis estabelece que a produção a partir de fontes de energia renováveis beneficia do acesso prioritário à rede e de venda garantida (o Real Decreto 2366/1994). O Real Decreto 661/2007 prevê que todos os produtores que tenham optado por vender ao tarifário fixo deverão fazer as respectivas ofertas de venda ao mercado de electricidade (o “mercado grossista”), de acordo com as regras de mercado actuais, recebendo o preço correspondente daí resultante. Os que escolhem utilizar a opção de mercado podem fazê-lo com qualquer um dos mecanismos de mercado disponíveis (incluindo o “mercado grossista”, os contratos bilaterais e os leilões). A *Comisión Nacional de Energía* (“CNE”) irá pagar, no caso da opção de tarifa fixa, a diferença entre o preço recebido e taxa regulada e, no caso da opção de mercado, paga o prémio correspondente considerando o sistema de limites máximos e mínimos. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – Espanha”.

Em Portugal, relativamente à electricidade produzida ao abrigo do regime especial (que inclui a electricidade produzida a partir de fontes renováveis como os parques eólicos, o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, e o artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, estabelecem que o produtor em regime especial tem um direito de venda da electricidade produzida ao comercializador de Último Recurso e que o comercializador de Último Recurso é obrigado a adquirir a electricidade gerada ao abrigo do regime especial. O direito do produtor em regime especial e a obrigação correspondente do comercializador de Último Recurso não limita, contudo, a capacidade dos produtores em regime especial de venderem a electricidade a outros comercializadores de electricidade do mercado. Quando o produtor em regime especial vende a electricidade produzida ao comercializador de Último Recurso, recebe um montante pela electricidade vendida correspondente ao tarifário aplicável à produção em regime especial. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente— Portugal”.

Em França, a Lei de 10 de Fevereiro de 2000, introduziu uma obrigação de compra com respeito à produção de energias renováveis para a empresa de serviços públicos controlada pelo estado, a EDF. Este regime permite aos produtores o assegurar de um contrato de venda da electricidade produzida com a EDF ou com distribuidores não-nacionais de electricidade à tarifa estabelecida por Despacho do Governo. De modo a beneficiar desta compra obrigatória, os produtores devem “*inter alia*”, ser colocados em zonas de desenvolvimento de energia eólica (“*zone de développement éolien*” (ZDE)). O Despacho Governamental estabelece as condições para a compra de electricidade produzida por produtores qualificados, incluindo em particular as condições respeitantes ao fornecimento de electricidade pelo produtor, as tarifas “*feed-in*” e os termos do contrato de compra de electricidade. A entrada em vigor do contrato está dependente da ligação das instalações à rede eléctrica nacional. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – França”.

Na Bélgica, além do mercado virtual para os “*Green Certificates*” em cada região, o sistema de apoio à produção de energias renováveis na Flandres e na Valónia, e a obrigação de compra do “*TSO*” (ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – Bélgica), a electricidade proveniente de fontes renováveis e de co-geração pode ser comercializada através dos seguintes meios:

- a) Contratos bilaterais: os contratos bilaterais incluem CAE de longo prazo com adquirentes de energia que geralmente fornecem para a venda de energia eléctrica e de “*Green Certificates*” a fornecedores de energia eléctrica; a EDP Renováveis pretende vender a energia eléctrica que produz na Bélgica através de CAE de longo prazo.
- b) O mercado “*OTC*”; e
- c) “*Belpex*”: “*Belpex*” consiste no mercado organizado de energia na Bélgica, o qual foi constituído no final de 2006. É um mercado físico de energia de curto prazo para a entrega de electricidade no “*hub*” Belga.

Na Polónia, a Lei da Energia (com as diversas alterações subsquentes que lhe foram introduzidas) estabelece que os fornecedores de último recurso são obrigados a comprar a energia eléctrica produzida pelas empresas de energias renováveis ligadas à rede eléctrica onde o fornecedor de último recurso opera. As actividades dos fornecedores de último recurso estão a ser prestadas actualmente pelas empresas que vendem energia eléctrica que foram cindidas das empresas verticalmente integradas em Junho de 2007, encontrando-se pendente a nomeação de um fornecedor de último recurso pelo Presidente da Autoridade Reguladora do Sector Energético o que se estima que tenha lugar por via de um concurso. Presentemente, não existe qualquer regulamento a determinar a quantidade de electricidade que os fornecedores de último recurso são obrigados a comprar das empresas de energias renováveis; no entanto, uma minuta de regulamento (assim como o anterior regulamento que esteve em vigor até ao final de Fevereiro de 2008) estabelece que os fornecedores de último recurso devem comprar toda a energia eléctrica produzida pelas empresas de energias renováveis. O preço pago pelos fornecedores de último recurso pela energia eléctrica fornecida pelas empresas de energias renováveis é o preço médio da energia eléctrica no mercado concorrencial durante o ano transacto. Para além da obrigação dos fornecedores de último recurso de adquirir a energia eléctrica produzida pelas empresas de energias renováveis, os parques eólicos também podem escolher vender energia eléctrica através do mercado de energia polaco ou a participantes independentes no mercado através de contratos bilaterais. Nesses casos, o comprador pode ser uma entidade legalmente autorizada a comprar energia eléctrica como empresas distribuidoras ou comercializadoras. Os termos dos contratos relevantes (tais como o preço, duração do contrato e condições de entrega) são normalmente negociados entre as partes. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente – Polónia”.

Nos E.U.A., a EDP Renováveis vende a electricidade que os seus parques eólicos produzem através de três métodos:

- a) CAE: 87,1 % da capacidade instalada líquida da EDP Renováveis em 31 de Março de 2008, destina-se a compradores ao abrigo de CAE de longo prazo, habitualmente com uma duração de dez ou vinte anos. A maior parte destes CAE prevêem a venda tanto de electricidade como de Certificados de Energia Renovável (CER/REC) (Renewable Energy Certificates). Alguns dos CAE prevêem preços fixos, enquanto outros prevêem preços crescentes. Estes CAE são geralmente atribuídos através de pedidos de propostas ou de negociações bilaterais. Os clientes da EDP Renováveis nos E.U.A., ao abrigo destes CAE, são principalmente “utilities” e outras entidades distribuidoras locais (empresas que distribuem electricidade ao consumidor final) e comercializadores de energia (intermediários que compram electricidade a produtores e vendem-na a distribuidores/retalhistas locais).
- b) “Merchant Sales” com cobertura de risco: 10,3 % (inclui o contrato negociado para o parque eólico da Madison que entrará em vigor em Janeiro de 2009) na capacidade instalada líquida da EDP Renováveis em 31 de Março de 2008, foi sujeita a vendas na “pool” da energia, mas a EDP Renováveis obtém protecção relativamente à volatilidade dos preços recorrendo a coberturas de risco (“hedging”) (incluindo contratos para compensação “contracts for differences”) celebrados com bancos, negociantes de energia e outros instrumentos de cobertura de risco ao abrigo de contratos habitualmente com uma duração de cinco ou dez anos. A maior parte destes contratos apenas prevêem a venda de electricidade, sendo os CER vendidos separadamente (excepto no caso do nosso acordo com a Autoridade para a Energia de Nova Iorque (“NYPA”) que inclui os CER).
- c) “Merchant Sales” sem cobertura de risco: 2,6 % da capacidade instalada líquida da EDP Renováveis em 31 de Março de 2008, foi sujeita a vendas no mercado não regulamentado dos E.U.A.. A EDP não efectua cobertura de riscos em relação às vendas efectuadas neste mercado. Como é o caso dos “merchant sales” com cobertura de risco, os “RECs” são geralmente vendidos em separado.

Fornecedores

Os principais equipamentos de exploração da EDP Renováveis são as turbinas utilizadas nos seus parques eólicos. Em média, os custos relacionados com as turbinas representam aproximadamente 70% a 80% dos custos de investimento da EDP Renováveis em parques eólicos na Europa e aproximadamente 65% a 75% dos custos de investimento em parques eólicos situados dos E.U.A..

Fornecedores de turbinas

Os maiores fornecedores de turbinas eólicas em 2007 foram a Vestas Wind Systems A/S (“Vestas”), a GE Wind Energy, LLC (“GE Wind”) e a Gamesa Eólica com 22,8%, 16,6% e 15,4%, respectivamente, do mercado global de venda de turbinas, fornecendo a nível mundial capacidades agregadas de 4.503 MW, 3.283 MW e 3.047 MW, respectivamente, de acordo com a BTM. O quadro a seguir apresenta a capacidade fornecida em turbinas eólicas e a quota de mercado de cada um dos dez maiores fornecedores de turbinas eólicas no ano findo em 31 de Dezembro de 2007:

Ranking ⁽¹⁷⁵⁾	Empresa	Ano findo em 31 de Dezembro de 2007	
		Capacidade fornecida de turbinas eólicas	Quota de mercado
		(em MW)	(%)
1	Vestas	4.503	22,8%
2	GE Wind	3.283	16,6%
3	Gamesa	3.047	15,4%
4	Enercon	2.769	14,0%
5	Suzlon	2.082	10,5%
6	Siemens	1.397	7,1%
7	Acciona	873	4,4%
8	Goldwind	830	4,2%
9	Nordex	676	3,4%
10	RePower	671	3,4%

Actualmente, existe um número limitado de fornecedores de turbinas no mundo, e a procura destes equipamentos a nível mundial excede a capacidade de produção. Ver “Factores de Risco – A EDP Renováveis depende da disponibilidade de turbinas e outros elementos de montagem e transporte para construir os centros electroprodutores de energia renovável e para desenvolver a actividade de produção de electricidade.”.

Estratégia de aquisição de turbinas

A estratégia de aquisição de turbinas da EDP Renováveis centra-se na manutenção de relações flexíveis e de longo prazo com os principais fornecedores de turbinas, que exibam, entre outras qualidades, acesso privilegiado a componentes chave de fornecimento, capacidades de produção significativas, currículos de liderança em termos de desempenho e sólidas equipas operacionais. A estratégia da EDP Renováveis está solidamente fundamentada nos seguintes princípios:

- a) Diversificação de Risco: A EDP Renováveis definiu um plano e continua a desenvolver fortes relações estratégicas com os principais fornecedores de turbinas. Actualmente a EDP Renováveis não depende exclusivamente nem maioritariamente de nenhum fornecedor para as suas necessidades relacionadas com turbinas, e visa manter no futuro um conjunto limitado, mas equilibrado, de fornecedores principais enquanto diversifica de forma mais intensa os seus fornecedores quer quanto ao número quer quanto à tecnologia.
- b) Limitação de riscos: A EDP Renováveis executou auditorias técnicas e organizacionais extensas a cada um dos seus fornecedores, para compreender os riscos resultantes da sua relação de fornecimento. A EDP Renováveis recorre a especialistas externos e aos seus especialistas para as suas actividades de auditoria. Entre outras actividades, a EDP Renováveis conduz visitas às instalações de investigação e desenvolvimento e de produção dos seus fornecedores, para proceder à inspecção dos seus registos de segurança e de outra documentação relevante, para inspecionar as turbinas em funcionamento que por eles tenham sido fornecidas, entrevistar os seus engenheiros principais e avaliar a estrutura global das suas organizações, tendo em vista assegurar que existem, ao longo de toda a cadeia, ligações sólidas, desde os designers até à produção e ao pessoal da manutenção. Também procede a inspecções

⁽¹⁷⁵⁾ BTM Consult APS, World Market Update 2006 – Forecast 2007-2011, March 2007.

- pormenorizadas às caixas de velocidades (se aplicável), análises de plena carga, e avaliações detalhadas aos programas de garantia de qualidade e de controlo de qualidade dos fabricantes.
- c) **Garantia de adequação de projectos:** A EDP Renováveis visa seleccionar e adquirir as turbinas mais indicadas para condições específicas dos seus projectos, tais como determinadas pelas equipas de avaliação energética. A EDP Renováveis beneficia em particular do seu acesso a vários fornecedores de primeira linha, com os quais não tem qualquer conflito de interesses e selecciona turbinas disponíveis com características que fortaleçam a economia dos seus projectos eólicos ou que a permitam ultrapassar barreiras ambientais e outros desafios técnicos. Por exemplo, a EDP Renováveis tenta seleccionar modelos de ruído baixo nas zonas em que a EDP Renováveis está sujeita a limitações de ruído, modelos de turbinas eólicas com maiores diâmetros para parques eólicos com recursos eólicos mais limitados por forma a melhorar a captura desses recursos limitados, e modelos com maior capacidade nominal nas áreas em que o processo de autorização limita o número de turbinas a instalar.
- d) **Garantia de adequação de “portfolio”:** A EDP Renováveis selecciona as turbinas que lhe permitem uma aplicação mais ampla aos seus projectos em “pipeline”. Dado o número relativamente elevado e a natureza dispersa em termos geográficos dos seus projectos eólicos e os actuais prazos de entrega para as turbinas, a EDP Renováveis assegura-se geralmente que uma larga percentagem das suas turbinas é adequada às especificações dos projectos mais comuns.

A EDP Renováveis acredita que a sua considerável presença de ambos os lados do Atlântico, na sequência da combinação das subsidiárias NEO e Horizon dentro do seu grupo lhe dará vantagens competitivas importantes na aquisição de turbinas, permitindo-lhe inclusivamente negociar e assegurar preços atractivos, grandes volumes e condições de entrega flexíveis em contratos de fornecimento de turbinas.

Contratos de fornecimento de turbinas

O quadro a seguir apresenta a capacidade dos seus principais fornecedores em turbinas eólicas fornecidas à EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Março de 2008, tanto em MW como em termos percentuais:

Fornecedor de turbinas eólicas	Em 31.12.07		Em 31.03.08	
	Capacidade fornecida de turbinas eólicas <i>(em MW brutos)</i>	% do total <i>(%)</i>	Capacidade fornecida de turbinas eólicas <i>(em MW)</i>	% do total <i>(%)</i>
Vestas	1.710	47,0%	1.717	46,3%
Gamesa	1.128	31,0%	1.195	32,3%
GE Wind	218	6,0%	139	3,7%
Enercon	146	4,0%	126	3,4%
Siemens	109	3,0%	529	14,3%
Outros	329	9,0%	0	0,0%
Total	3.639	100,0%	3.706	100,0%

A EDP Renováveis celebrou vários contratos-quadro plurianuais importantes para o fornecimento

de turbinas em 2006 e 2007, para cobrir as suas necessidades previstas no que se refere ao fornecimento de turbinas, e ao desenvolvimento de novos parques eólicos para o período de entre 2008 e 2010, incluindo os seguintes contratos para fornecimento de turbinas (os valores de capacidade são arredondados para os mais próximos 10 MW):

- a) Vestas: 450 MW de turbinas na Europa e 800 MW de turbinas nos E.U.A.;
- b) GE Wind: 230 MW de turbinas na Europa e 600 MW de turbinas nos E.U.A.;
- c) Gamesa Eólica: 490 MW de turbinas na Europa;
- d) Enercon: 500 MW de turbinas na Europa (incluindo aquelas a ser distribuídas nos termos do concurso público português);
- e) Suzlon: 600 MW de turbinas nos E.U.A..

Consequentemente, a 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis tinha contratado o fornecimento de 100% das suas necessidades de turbinas para 2008 e 2009 e 70 % das suas necessidades de turbinas para 2010.

Com base nos contratos de fornecimento de turbinas celebrados desde 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis apresenta no quadro a seguir a estimativa da percentagem da sua capacidade em turbinas eólicas a ser fornecida pelos seus principais fornecedores até ao final de 31 de Dezembro de 2010:

Fornecedores de turbinas eólicas	Durante 2010 (estimativa)
	% da capacidade total fornecida de turbinas eólicas
Vestas	39%
Gamesa	22%
GE Wind	14%
Enercon	8%
Suzlon	8%
Outros	9%
Total	100%

A EDP Renováveis procura celebrar acordos-quadro com os seus maiores fornecedores de turbinas, os quais são, na generalidade, negociados para períodos de dois a três anos de modo a maximizar a flexibilidade e garantir o fornecimento. Após a execução do acordo-quadro, é celebrado em separado um contrato “*project-level*” de fornecimento de turbinas com o fornecedor de turbinas. O acordo-quadro em conjunto com os contratos de fornecimento de turbinas cobrem normalmente as fases de produção, transporte, edificação e comissionamento e incluem um período de garantia, em geral de dois a cinco anos. Por vezes, os contratos estabelecidos com o fornecedor incluem também requisitos de O&M durante o período de garantia dos contratos em questão. A EDP Renováveis guia a sua actuação pelos seguintes princípios quando negocia e celebra acordos quadros e contratos de fornecimento de turbinas: assegurar o acesso à capacidade da turbina, procurar turbinas com amplas aplicações, minimizar os seus custos de operação de longo prazo, obter o máximo de flexibilidade nos termos dos contratos e preservar uma boa relação comercial.

Estes acordos incluem geralmente os seguintes aspectos:

- a) *Dimensão e “tipo de enquadramento”*. Em geral, o acordo-quadro será celebrado para a compra de 200 MW a 800 MW de turbinas durante a vigência do contrato. Esta será uma encomenda firme, com preços fixos ou indexados. Os contratos-quadro têm apenas modelos de contrato

padrão (relativos aos termos do fornecimento, da assistência e da garantia) que são utilizados nos contratos subsequentes a “nível de projecto”.

- b) *Calendário de fornecimentos*: Os contratos de fornecimento de turbinas, geralmente especificam o local exacto do projecto do parque eólico, planeiam os prazos de execução e programam os respectivos prazos de entrega das turbinas (incluindo prazos e locais de entrega).
- c) *Flexibilidade*: O acordo-quadro pode oferecer uma opção de compra de turbinas adicionais, a ser exercida durante a vigência do contrato. As turbinas estarão normalmente disponíveis com variadas opções, incluindo múltiplas alturas e um conjunto para baixa temperatura.
- d) *Garantias e garantia de disponibilidade*: Tipicamente, o contrato de fornecimento de turbinas estipulará uma garantia “dentro e fora”, que cubra os trabalhos de manutenção agendados e a reparação de defeitos de fabrico e concepção, por dois a cinco anos. Para além disso, todos os fornecedores de turbinas da EDP Renováveis garantem uma disponibilidade da turbina igual ou superior a 95 % por um período de dois a cinco anos (por vezes superior), o que requer que o fornecedor de turbinas pague à EDP Renováveis indemnizações no caso de tal disponibilidade não ser atingida.
- e) *Componente de Euro fixo*: No caso de um acordo-quadro da Horizon ter uma componente Euro no preço, o contrato normalmente estabelecerá que a componente Euro poderá ser fixada com o fornecedor na data de celebração do contrato de fornecimento da turbina.
- f) *Garantia de cumprimento*: Tipicamente um acordo-quadro ou um contrato de fornecimento de turbina incluirá uma obrigação da empresa-mãe do fornecedor da turbina de prestar uma garantia de cumprimento das suas obrigações ao abrigo do contrato e uma obrigação da empresa-mãe do comprador de prestar uma garantia quanto ao cumprimento das obrigações de pagamento do comprador ao abrigo do contrato.

Outros fornecedores

Outros fornecedores importantes para a actividade da EDP Renováveis são os fornecedores de equipamento eléctrico, de engenharia e de serviços de construção civil para os parques eólicos. A EDP Renováveis depende de um número de prestadores de serviços, incluindo para executar trabalho eléctrico, civil e mecânico e outros prestadores de serviços e fornecedores de material eléctrico para o fornecimento de variados serviços relativos à construção das suas instalações de energia renovável.

A EDP Renováveis geralmente, aplica as competências herdadas da actividade mais amadurecida da sua empresa-mãe, EDP, no sentido de implementar processos competitivos e eficazes nos seus projectos de construção de parques eólicos. A EDP Renováveis analisa cuidadosamente os seus projectos para adaptar os seus requisitos de fornecimento às necessidades, evitando assim sobrecustos desnecessários. Para além disso, a EDP Renováveis também utiliza especificações de engenharia padronizadas, o que permite à EDP Renováveis estimar os seus custos de um modo mais exacto.

Nos E.U.A., a EDP Renováveis obtém ofertas competitivas para o fornecimento dos seus equipamentos eléctricos através da abertura de pedidos formais de processos de proposta. Equipamentos como os transformadores elevadores de tensão, cabos, transformadores montados sobre base, interruptores e comutadores ou instalações de controlo estão conjuntamente sujeitos a uma procura crescente e a prazos de entrega superiores, o que veio realçar a importância de estabelecer alianças estratégicas em relação a equipamentos específicos. Num caso recente, a EDP Renováveis trabalhou nos E.U.A. com fornecedores de cabos na compra de alumínio a granel, que é

utilizado nos sistemas dos parques eólicos, tendo em vista assegurar o abastecimento e a entrega atempada do cabo, com resultados mutuamente benéficos.

Concorrência

Nos mercados mais maduros de Espanha, Portugal e E.U.A., os principais concorrentes incluem a Iberdrola Renovables, S.A., FPL Energy, Inc., Acciona, S.A., Babcock & Brown Wind Partners, Endesa, S.A. e Invenergy Wind LLC. Ver “A indústria das energias renováveis”. Estes intervenientes globais estão bem estabelecidos nestes mercados maduros e competem com a EDP Renováveis por uma capacidade de rede limitada e um número limitado de localizações viáveis.

Noutros mercados menos amadurecidos e de crescimento acelerado onde a EDP Renováveis exerce a sua actividade, os principais concorrentes da EDP Renováveis também incluem empresas de desenvolvimento locais. Estas empresas beneficiam de bons contactos e conhecimentos locais e têm normalmente a vantagem de estarem estabelecidas já há algum tempo no seu mercado local. Nestes mercados menos amadurecidos e de elevado crescimento, a ausência de restrições significativas à capacidade da rede de transporte reforça a vantagem daqueles promotores locais de poderem antecipar-se na obtenção de direitos de interligação à rede de transporte. O desafio principal para os principais actores nestes mercados é o de equilibrar as vantagens destes promotores locais com a sua competência técnica e as suas capacidades financeiras e aquisitivas. Para além disso, nestes mercados, tanto a EDP Renováveis como os seus concorrentes globais têm interesses fortemente alinhados no desenvolvimento de um regime regulador transparente e estável e de regimes administrativos em matéria de energias renováveis, de modo a poder aplicar o seu “*know-how*” técnico e empresarial para concorrer efectivamente nestes regimes.

A concorrência em todos os mercados, independentemente da sua maturidade ocorre principalmente durante a fase de desenvolvimento, e em particular na identificação e procura de locais adequados com grande disponibilidade de recursos eólicos, capacidade de interligação, disponibilidade de terreno e a capacidade de celebrar acordos de venda de energia competitivos. Além disso, em mercados onde o direito de desenvolver projectos eólicos é garantido através de concursos públicos regionais, a natureza destes processos concursais pode também afectar o panorama competitivo. Por exemplo, em certas regiões, os concorrentes podem submeter um plano de desenvolvimento regional e a natureza e a qualidade deste plano tem uma influência significativa na decisão do concurso. Em tais mercados a capacidade da EDP Renováveis de vencer em tais concursos e portanto de concorrer com sucesso é afectada significativamente pela sua capacidade quer de obtenção de parcerias com empresas industriais líderes, quer para desenvolver planos de forte desenvolvimento industrial em cooperação com os seus parceiros.

Em algumas jurisdições, consoante o enquadramento regulamentar, a EDP Renováveis pode também ter de enfrentar a concorrência de compradores.

Questões ambientais

A EDP Renováveis está sujeita a inúmeras leis e regulamentações ambientais internacionais, nacionais, regionais e locais e a EDP Renováveis funciona ao abrigo de várias licenças e autorizações que estão relacionadas com as regulamentações ambientais. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente.” A EDP Renováveis acredita que respeita em todos os aspectos materiais as legislações e regulamentações ambientais aplicáveis e as condições das suas licenças.

Especificamente, a construção de parques eólicos e de outras centrais geradoras de electricidade está sujeita a investigação pública e avaliação do impacto ambiental em muitos dos países onde a EDP

Renováveis tem operações. Ver “A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica – Fases de Desenvolvimento – Autorizações e licenças.”

10.7. Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente

Enquadramento

Nos últimos anos, tem-se verificado a nível global uma crescente atenção para a problemática das alterações climáticas e correspondentes impactos nas populações e economias mundiais e, consequentemente, para as estratégias relativas à produção de energia a partir de fontes de energia renováveis. No dia 9 de Maio de 1992, 154 países subscreveram a Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas (“*United Nations’ Framework Convention on Climate Change*” – “UNFCCC”), que entrou em vigor em 21 de Março de 1994. O objectivo da UNFCCC é “*conseguir (...) a estabilização das concentrações na atmosfera de gases com efeito de estufa a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa com o sistema climático*”.

No âmbito e seguimento da UNFCCC, a maioria dos países signatários dessa convenção subscreveu ainda em 11 de Dezembro de 1997, o Protocolo de Quioto (o “Protocolo de Quioto”) que entrou em vigor para os signatários que o ratificaram posteriormente a 16 de Fevereiro de 2005. O Protocolo de Quioto estabelece limites obrigatórios, e individuais para as nações signatárias, aos níveis de emissões de dióxido de carbono e de 5 outros gases com efeito de estufa, tendo em vista a redução global das emissões, para o período de compromisso de 2008 a 2012, em pelo menos 5% relativamente aos níveis de emissões verificados em 1990. O Protocolo de Quioto prevê disposições relativas à sua execução e às penalizações a serem aplicadas aos países que ultrapassem os respectivos limites de emissões.

Ao abrigo da UNFCCC poderão vir a ocorrer novos desenvolvimentos. Na última cimeira do G-8 em Junho de 2007, os membros do G-8 emitiram um comunicado no qual expressavam o seu acordo à negociação de um novo acordo em matéria de alterações climáticas ao abrigo da UNFCCC até 2009. Tal acordo deveria entrar em vigor em 2012, ano em que termina o primeiro período de compromisso de cinco anos ao abrigo do Protocolo de Quioto.

U.E.

A Comissão Europeia publicou em 1997 um Livro Branco referente às energias renováveis que estabeleceu a estratégia em matéria de energias renováveis dos Estados Membros da U.E.. No âmbito da concretização desta estratégia, a U.E. (e, como tal, os seus Estados Membros) tornou-se signatária do Protocolo de Quioto em 31 de Maio de 2002, tendo-se comprometido a reduzir as suas emissões totais de gases com efeito de estufa até 2012 em pelo menos 8% relativamente aos níveis verificados em 1990. O incentivo à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis é uma prioridade da U.E. no cumprimento de objectivos de segurança e de diversificação do fornecimento energético, da protecção ambiental e do desenvolvimento social e económico, para além da redução das alterações climáticas. A estratégia da U.E. em matéria de energias renováveis está prevista num regulamento geral que apoia todas as formas de produção de energias renováveis e em regulamentos específicos que incentivam tecnologias específicas relativas à produção de energias renováveis. Estes regulamentos visam a produção de determinadas percentagens de energia na U.E. a partir de fontes de energia renováveis de forma a atingir, entre outros objectivos, o nível de redução de emissões de gases com efeito de estufa assumido no âmbito do Protocolo de Quioto.

A Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro de 2001 relativa à Promoção da Electricidade produzida a partir de Fontes de Energia Renováveis no Mercado Interno de Electricidade (2001/77/CE) (a “Directiva das Energias Renováveis”) promove o desenvolvimento da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis (fontes de energia não fósseis incluindo a energia eólica, solar, hidráulica e de biomassa).

Acresce que a Directiva das Energias Renováveis permite que cada Estado Membro desenvolva mecanismos nacionais de apoio à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis, incluindo certificados verdes, auxílio ao investimento, isenções ou reduções fiscais, reembolso de impostos e regimes de apoio directo aos preços. Por outro lado, a Directiva das Energias Renováveis estabelece que os Estados Membros devem avaliar o respectivo quadro legislativo e regulamentar existente relativamente aos processos administrativos aplicáveis a centros electroprodutores a partir de fontes de energia renováveis, por forma a reduzir as barreiras regulamentares e não regulamentares, a simplificar e acelerar os procedimentos ao nível administrativo adequado e assegurar que as normas sejam objectivas, transparentes e não discriminatórias e tomam em devida consideração as particularidades das diversas tecnologias que utilizam fontes de energia renováveis.

A 10 de Janeiro de 2007, a U.E. reafirmou o seu compromisso relativo à promoção de energia produzida a partir de fontes de energia renováveis através da apresentação pela Comissão Europeia de um “Roteiro das Energias Renováveis” a longo prazo (COM (2006) 848 final) propondo a fixação de uma meta obrigatória de 20% de energia da U.E. ser produzida a partir de fontes de energia renováveis, até 2020. O Roteiro das Energias Renováveis parte da necessidade da produção de energia a partir de fontes de energia renováveis e estabelece como objectivo eliminar os obstáculos injustificados à integração das fontes de energia renováveis nos sistemas e mercados energéticos da U.E.. O Roteiro das Energias Renováveis propõe ainda um novo enquadramento legislativo para a promoção e utilização de energias renováveis na U.E. de forma a proporcionar aos participantes no sector a estabilidade de longo prazo necessária à tomada de decisões de investimento racionais. Em Março de 2007, no seguimento da apresentação do Roteiro das Energias Renováveis, o Conselho da União Europeia estabeleceu (i) a meta obrigatória (juridicamente vinculativa) de, até 2020, se alcançar uma quota de 20% de energias renováveis no consumo energético total da U.E., (ii) o compromisso autónomo de, até 2020, se reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa da U.E. em pelo menos 20% relativamente ao nível de emissões verificado em 1990, e (iii) a necessidade de se aumentar a eficiência energética, de forma a que o consumo energético seja reduzido em 20% em relação às projecções actualmente existentes para 2020.

Finalmente, a 23 de Janeiro de 2008 foi emitido em Bruxelas o “Comunicado da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: 20 20 até 2020: As alterações climáticas, uma oportunidade para a Europa”, (COM (2008) 30 final), através do qual a Comissão Europeia apresentou medidas com vista a assegurar, entre outros, um nível de investimento e apoio necessários a um aumento, em média, de 11,5% da quota de energias renováveis no consumo total de energia da U.E. (que actualmente corresponde a 8,5%) necessário para assegurar que se cumprirá o objectivo da U.E. de até 2020 essa quota corresponder a 20%. A Comissão Europeia sublinhou a necessidade de desenvolver esforços com vista ao aumento dos investimentos em toda a U.E., declarando que os respectivos custos relativos deverão diminuir à medida que: (i) outros produtores de energia incorram em custos com as licenças de emissão de CO₂ no âmbito do “*Emissions Trading Scheme*” (“ETS”) (permitindo às empresas negociarem “licenças” de poluição ao menor custo) e (ii) se verifique o aumento dos preços do petróleo e do gás. Segundo a Comissão Europeia, a cada Estado Membro devem ser exigidos objectivos de investimento

diferentes, consoante as suas condições e possibilidades. Para o efeito, a Comissão Europeia propõe uma metodologia de repartição de esforços pelos Estados Membros combinada com um mecanismo de flexibilidade, respeitando deste modo o mandato conferido pelo Conselho Europeu.

Apoios Governamentais às Energias Renováveis nos Países em que a EDP Renováveis opera

A indústria das energias renováveis beneficia de subsídios ou incentivos governamentais nos mercados em que a EDP Renováveis opera (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia e E.U.A.). Estes incentivos e subsídios beneficiam os produtores de electricidade que utilizam fontes de energia renováveis e podem ser divididos, em traços gerais, em três grupos: (i) incentivos relativos ao preço, (ii) incentivos relativos à quantidade e (iii) incentivos de incidência fiscal ou outros tipos de incentivos.

Os Incentivos relativos ao Preço, que consistem principalmente em tarifas tipo “feed-in”

Tarifas tipo “feed-in”. O regulador estabelece uma tarifa fixa e/ou um prémio que deve acrescer ao preço de mercado recebido por cada MWh de electricidade gerado, de forma a garantir que o produtor de energias renováveis obtenha um retorno razoável do seu investimento. Para além disso, o regulador garante ao produtor que toda a energia que este venha a produzir durante um determinado período será comprada pelo sistema (directamente ou através de empresas de distribuição ou de transporte). Destacam-se a título exemplificativo os regimes vigentes em Portugal e Espanha.

Em Portugal, o produtor de electricidade em regime especial tem o direito a que toda a energia produzida seja adquirida pelo Comercializador de Último Recurso. Além disso, encontra-se prevista uma tarifa para cada MWh gerado, com vista a que o produtor de electricidade obtenha um adequado retorno pelos investimentos efectuados.

Em Espanha garante-se, igualmente, aos produtores em regime especial um reembolso razoável para os seus investimentos. Assim, os produtores em regime especial podem optar por vender a sua energia a uma tarifa regulada ou vender esta energia directamente no mercado diário, no mercado a prazo ou através de contratos bilaterais, recebendo neste último caso o preço negociado acrescida de um prémio em centimos de Euro por kWh. Adicionalmente, constituem direitos dos produtores em regime especial a transferência para o sistema, através dos distribuidores ou dos transportadores, da totalidade da sua produção líquida de energia eléctrica ou da energia vendida, sempre que a sua absorção pela rede seja tecnicamente possível e a venda de totalidade ou parte da sua produção líquida através de linhas directas.

Os Incentivos relativos à Quantidade

Exigência de um “portfolio” de renováveis. Por um lado, os produtores de energias renováveis recebem um certificado verde por cada MWh de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis. Por outro lado, os fornecedores de energia (tanto os distribuidores, como os comercializadores) devem assegurar que uma determinada quota da electricidade que posteriormente fornecem tenha sido produzida a partir de fontes de energia renováveis. Os fornecedores, para cumprirem esta obrigação, devem adquirir certificados verdes em montantes iguais aos correspondentes às suas quotas, sob pena de lhes serem aplicadas determinadas penalidades. Neste tipo de sistema os produtores de energias renováveis podem obter as suas receitas através de pelo menos duas fontes: (i)

venda de electricidade no mercado e (ii) venda de certificados verdes aos fornecedores de energia que necessitam destes para satisfação das quotas a que estão obrigados.

Sistemas de leilão público. Os produtores de energias renováveis são convidados a propor planos para centros electroprodutores com vista a aumentar a capacidade de produção a partir de fontes de energias renováveis. A proposta que corresponda ao centro electroprodutor mais económico terá direito à celebração de um contrato que preveja a compra de toda a energia fornecida pelo centro electroprodutor a um determinado preço por um determinado prazo.

Incentivos de incidência fiscal ou outros tipos de incentivos

Créditos fiscais sobre a produção (“*Production Tax Credit*”) (PTC) *de apoio às energias renováveis.* Incentivos fiscais, como os PTC implementados nos E.U.A. a nível federal, que concedem créditos e benefícios fiscais aos produtores de energias renováveis dependendo da quantidade de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis durante um determinado período de tempo. Alguns Estados disponibilizam créditos fiscais similares.

Sistema de Amortização Acelerada Modificado (“*Modified Accelerated Cost Recovery System*” (“MACRS”) ou Incentivo fiscal à depreciação acelerada (França).

Os activos dos produtores de electricidade a partir de fontes de energia renováveis estão em condições de beneficiarem destes sistemas, através do qual podem gozar de benefícios fiscais relacionados com a depreciação independentes da quantidade de energia eléctrica produzida.

Subsídios directos. Os produtores de energia eólica podem beneficiar de subsídios ou empréstimos subsidiados para a instalação dos respectivos centros electroprodutores.

Benefícios no transporte e no despacho. Os produtores de electricidade a partir de fontes de energia renovável têm prioridade no despacho de electricidade e, em determinados casos, não pagam custos de interligação à rede.

Espanha

Enquadramento Regulatório Geral

A entrada em vigor da Lei do Sector Eléctrico (Lei 54/1997 de 27 de Novembro de 1997) (a “Lei do Sector Eléctrico”) veio alterar de forma gradual o sistema eléctrico espanhol que passou de um sistema controlado pelo Estado para um sistema de mercado livre, caracterizado pela livre concorrência e liberalização. A Lei do Sector Eléctrico visa garantir que o fornecimento de electricidade em Espanha seja de elevada qualidade e acessível a baixo preço. Esta lei prevê:

- a) A separação das actividades do sector eléctrico (“*unbundling*”), de forma a não ser possível a um operador desenvolver simultaneamente actividades reguladas (transporte, distribuição, gestão técnica do sistema e gestão económica do mercado grossista) e actividades liberalizadas (produção, comércio e trocas internacionais);
- b) Um mercado grossista de produção, ou um “*pool*” de electricidade;
- c) O direito de acesso ao sector eléctrico para novos operadores que desenvolvam actividades liberalizadas;
- d) Que as actividades liberalizadas sejam exercidas num ambiente concorrencial, enquanto que as actividades de transporte, distribuição, gestão técnica do sistema e gestão económica das

- e) actividades no mercado grossista se mantenham reguladas para evitar restrições à concorrência;
- e) Que, a partir de 1 de Janeiro de 2003, todos os consumidores devam ter a possibilidade de escolher o seu fornecedor de electricidade, o método de fornecimento e se pagam preços de mercado ou um preço estabelecido em conformidade com uma tarifa fixada pelo Governo Espanhol;
- f) Que todos os operadores e consumidores tenham o direito de acesso à rede de transporte e de distribuição através do pagamento de tarifas de acesso aprovadas pelo Governo Espanhol; e
- g) A protecção do ambiente.

Recentemente, a Lei 17/2007 de 4 de Julho de 2007 veio alterar a Lei do Sector Eléctrico em conformidade com a Directiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, com a intenção de harmonizar a liberalização do sistema eléctrico com os duplos objectivos nacionais de garantir o fornecimento ao mínimo preço possível e de minimizar os danos ambientais.

A Lei do Sector Eléctrico prevê dois sistemas diferentes para a venda de electricidade em Espanha: o regime ordinário (“Regime Ordinário Espanhol”) e o regime especial (“Regime Especial Espanhol”). A maioria da electricidade produzida pela EDP Renováveis é regida pelo Regime Especial Espanhol.

O Regime Ordinário Espanhol

Em Espanha, a maior parte da procura de electricidade tem sido tradicionalmente satisfeita ao abrigo do Regime Ordinário Espanhol. Com efeito, de acordo com as informações facultadas pelo Operador do Sistema Espanhol, “*Red Eléctrica de España*” (“REE”), durante o ano de 2006, 80,6% da procura total de electricidade em Espanha foi satisfeita ao abrigo do Regime Ordinário Espanhol (hidráulica 10%, nuclear 22%, carvão 24%, fuelóleo 2% e turbinas a gás de ciclo combinado (“Combined Cycle Gas Turbine” or “CCGT”) 24%). Em 2007 essa percentagem ascendeu a 87% (hidráulica 10%, nuclear 20%, carvão 27%, fuel óleo 4% e CCGTs 26%). Todas as instalações de produção que não sejam reguladas pelo Regime Especial Espanhol estão sujeitas ao Regime Ordinário Espanhol.

Ao abrigo do Regime Ordinário Espanhol, existem quatro métodos para a contratação da venda de electricidade e determinação do respectivo preço:

Mercado grossista de energia ou “pool”

O mercado grossista espanhol foi criado em 1 de Janeiro de 1998 e engloba um conjunto de transacções resultantes da participação de agentes de mercado nas sessões dos mercados diários e intra-diários. Os agentes de mercado são entidades habilitadas para actuarem directamente no mercado eléctrico como vendedores ou compradores de electricidade, e compreendem nomeadamente as empresas de produção, de distribuição e de comercialização de electricidade e bem assim os consumidores directos. O mercado diário estabelece um preço por hora, determinado em função do “preço marginal”. As receitas de cada vendedor em qualquer momento podem ser calculadas multiplicando o volume de electricidade vendido por esse vendedor pelo preço marginal da electricidade num determinado período de tempo. O montante do pagamento a ser efectuado por cada comprador pode ser calculado multiplicando o volume de electricidade comprado por esse comprador pelo respectivo preço marginal. No decurso do ano de 2007 foi criado um mercado Ibérico e foram estabelecidos preços ibéricos, tendo em consideração a oferta e a procura provenientes quer de Portugal quer de Espanha.

Contratos bilaterais

Os contratos bilaterais (diferentes dos leilões de distribuição *infra* descritos) são contratos celebrados entre os agentes de mercado, cujos termos e condições, incluindo o preço da electricidade, são negociados e acordados livremente.

Leilões de opções de compra ou emissões primárias de energia

O Real Decreto 1634/2006, de 29 de Dezembro, estabelece que os principais operadores no mercado, a Endesa e a Iberdrola Renovables, devem oferecer opções de compra relativamente a um volume predefinido da sua energia. Os restantes participantes no mercado (excluindo aqueles que pertençam aos quatro maiores grupos produtores de electricidade, de acordo com o ranking da Comissão Nacional de Energia (“*Comisión Nacional de Energía*”)) têm o direito de adquirir essas opções. As opções de compra devem ser exercidas durante um determinado período de tempo, caso contrário caducam. A energia será posteriormente fornecida ao preço de leilão, expresso em Euros por MWh. Quaisquer outros produtores poderão decidir oferecer opções de compra de energia, dependendo contudo da autorização prévia da Secretaria da Energia.

Leilões de distribuição

O despacho ITC/400/2007 de 26 de Fevereiro de 2007 regula os contratos bilaterais celebrados por empresas de distribuição relativos à comercialização de electricidade a preços fixados em conformidade com as tarifas em vigor em Espanha. Este tipo de contratos bilaterais é utilizado presentemente para a aquisição de electricidade por empresas distribuidoras. Contudo, com o termo do regime geral das tarifas reguladas em Janeiro de 2009, essa forma de fixação de preços passará também a aplicar-se aos comercializadores de último recurso.

O Regime Especial Espanhol

Segundo a REE, em 2007, 20% da procura de electricidade em Espanha foi fornecida por centros electroprodutores sujeitos ao Regime Especial Espanhol, sendo que no âmbito desse regime 48% da electricidade foi produzida a partir da energia eólica e a electricidade produzida apenas a partir da energia eólica representou 9,8% da procura total de electricidade em 2007.

A aplicação do Regime Especial Espanhol é discricionária para as empresas que detenham instalações elegíveis. As instalações elegíveis são instalações com uma capacidade instalada de 50 MW ou menos e que (i) utilizam a co-geração ou outros métodos de produção de electricidade associados a actividades não eléctricas e que envolvam uma elevada produção de energia, (ii) utilizam qualquer das fontes de energia renováveis, matérias primas, biomassa ou qualquer tipo de bio-combustível como energia primária, sempre que o respectivo proprietário não esteja a desenvolver actividades de produção ao abrigo do Regime Ordinário Espanhol ou (iii) utilizam resíduos com valorização energética não incluídos em (ii) como fonte primária energética. Acresce que o Regime Especial Espanhol também se aplica às instalações com uma capacidade instalada inferior a 25 MW, com uma produção de energia de elevada eficiência, que produzam energia eléctrica a partir de instalações para tratamento de resíduos e que utilizem resíduos dos sectores agrícola e gado.

De acordo com o Real Decreto 436/2004 e o Real Decreto 661/2007, os produtores de energia no

âmbito do Regime Especial Espanhol podem optar entre (i) vender ao sistema a electricidade que produzem a uma tarifa regulada, (ii) vender a electricidade que produzem na “pool” ou (iii) celebrar contratos bilaterais sob as mesmas condições dos produtores ao abrigo do Regime Ordinário Espanhol. Os produtores do Regime Especial Espanhol gozam de alguns benefícios, entre os quais se destacam os seguintes: (i) o preço de venda da electricidade que produzem poder ser fixado em conformidade com a tarifa regulada e poder, ainda, incluir prémios, (ii) a electricidade produzida em instalações elegíveis poder ter acesso prioritário às redes de transporte e de distribuição, (iii) o centro electroprodutor poder ter acesso a uma ligação paralela à rede da empresa distribuidora ou de transporte correspondente e (iv) a instalação elegível poder utilizar, conjunta ou alternadamente, a electricidade produzida ou adquirida a outras instalações.

Enquadramento Regulatório das Energias Renováveis

O preço da electricidade produzida ao abrigo do Regime Especial Espanhol é presentemente regulado em termos gerais pelo Real Decreto 436/2004 e pelo Real Decreto 661/2007, que entre outros, criaram e desenvolveram determinados incentivos económicos para a produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis. Actualmente a validade do Real Decreto 436/2004 está limitada ao regime transitório definido no Real Decreto 661/2007. As empresas que detenham instalações já activadas têm a possibilidade de escolher entre os regimes económicos estabelecidos nos dois Reais Decretos.

Real Decreto 436/2004

O Real Decreto 436/2004, que sucedeu ao Real Decreto 2818/1998, estabeleceu: (i) uma nova metodologia para actualizar e sistematizar o regime jurídico e económico das actividades de produção de energia no Regime Especial Espanhol e (ii) o sistema de preços em vigor para cada tipo de fonte de energias renováveis. Este diploma definiu certos princípios base, incluindo obrigações de compra de energias renováveis, imposição de metas aos produtores e distribuidores de energia estabelecidos e o direito destes entregarem a electricidade produzida através da rede. O diploma confere aos produtores de energia do Regime Especial Espanhol o direito de escolherem vender electricidade por períodos mínimos de um ano:

- a) a uma taxa regulada fixada pelo Real Decreto (a “Tarifa Fixa”), a distribuidores à Tarifa Fixa; ou
- b) a preços de mercado acrescidos de prémios (o “Preço de Mercado acrescido de Prémio”) e de certos incentivos, que implica vender electricidade a um preço determinado pela submissão de ofertas à “pool” da electricidade ou pela celebração de contratos bilaterais (como no Regime Ordinário Espanhol) acrescido, se for o caso, de um prémio.

Real Decreto 661/2007

O Real Decreto 661/2007 de 25 de Maio de 2007 veio substituir o Real Decreto 436/2004 e estabeleceu um novo regime económico. Contudo, os princípios base da regulação e a possibilidade de os produtores poderem optar entre a Tarifa Fixa e o Preço de Mercado acrescido de Prémio não sofreram alterações substanciais excepto no que se refere ao facto de alguns dos incentivos adicionais ao Preço de Mercado acrescido de Prémio serem descontinuados. O Real Decreto 661/2007 prevê a existência de um período transitório durante o qual determinados produtores têm direito a continuar a receber os direitos económicos previstos no Real Decreto 436/2004 ou a optar por mudar para o novo regime ao abrigo do Real Decreto 661/2007. Os proprietários de instalações com registo final

anterior a 1 de Janeiro de 2008 podem optar entre: (i) se manterem sob um sistema transitório (o “Sistema Transitório”), sendo que até 1 de Janeiro de 2009 devem fazer a sua escolha definitiva, entre vender à Tarifa Fixa ou ao Preço de Mercado acrescido de Prémio, ou por (ii), antes de 1 de Janeiro de 2009, aceitarem integralmente o regime do Real Decreto 661/2007. As instalações que optarem por se manter sob o Sistema Transitório e cujos operadores optem por vender à Tarifa Fixa abaixo descrita, ficarão sujeitos às tarifas previstas no Real Decreto 436/2004 durante a vida operacional das instalações. As instalações cujos operadores optem por vender ao Preço de Mercado acrescido de Prémio receberão os prémios e os incentivos fixados pelo Real Decreto 436/2004 até 31 de Dezembro de 2012, sendo que depois lhes deverá ser aplicável o novo regime. As instalações cujos operadores aceitem desde o início o regime do Real Decreto 661/2007 não podem regressar ao sistema de fixação de preços estabelecido no Sistema Transitório.

Outras alterações introduzidas pelo Real Decreto 661/2007 relativamente ao Regime Especial Espanhol incluem:

- a) A fixação de limites de capacidade para cada tecnologia (eólica, mini-hídrica, fotovoltaica, etc.) para efeitos de poder beneficiar dos direitos económicos previstos no diploma: sendo que, após ter sido atingido o limite de capacidade da tecnologia em causa não serão concedidos os direitos económicos previstos no decreto às instalações registadas no Registo de Indústria, Turismo e Comércio, encontrando-se estas sujeitas a direitos económicos semelhantes aos previstos no âmbito do Regime Ordinário Espanhol; as instalações que optarem por vender ao sistema a electricidade que produzem recebem uma remuneração que equivale ao preço de mercado da última hora de produção, e as instalações que optarem por vender na “pool”/contratos bilaterais recebem um preço baseado no “pool”/preço livremente negociado no âmbito dos contratos acrescido de, se for o caso, algum “complemento” de mercado;
- b) Previsão de limites máximos e limites mínimos nos preços da “pool”/contratos bilaterais acrescidos de prémios no regime de Preço de Mercado acrescido de opção de Prémio;
- c) Melhorias significativas nos níveis de compensação para algumas tecnologias renováveis (e.g. centros electroprodutores a energia fotovoltaica entre 100 kW e 10 MW, centros electroprodutores a energia de biomassa e centrais térmicas e solares);
- d) A introdução de uma tarifa fixa e de um prémio de referência para cada tecnologia, a serem actualizados anualmente;
- e) Uma nova indexação anual ligada ao índice de preços ao consumidor nacional (o “IPC”) que inclui um factor de eficiência; e
- f) Perda da remuneração por capacidade (“*garantía de potencia*”) para instalações como as de energia eólica.

Tarifas de Compra para Energia produzida a partir de recursos eólicos

Tarifa Fixa

O sistema de compensação da Tarifa Fixa para a energia produzida a partir de fontes de energia eólica previsto no Real Decreto 436/2004 e no Real Decreto 661/2007 caracteriza-se pelo seguinte:

- a) *Real Decreto 436/2004*. O preço varia entre 80% a 90% da tarifa média ou de referência (“TMR”) acrescido de alguns “complementos”. Os complementos constituem formas de compensação adicionais tais como subsídios por eficiência ou subsídios por energia reactiva. A TMR é fixada anualmente, ou quando necessário, pelo Governo Espanhol, mediante proposta do Ministro da Indústria, Turismo e Comércio. A partir de Julho de 2006 a remuneração das energias renováveis ficou desvinculada da TMR e foi fixada ao valor existente na altura da

desvinculação. O preço da tarifa em Janeiro 2008, para o Regime Especial Espanhol era de €68.9 por MWh;

- b) *Real Decreto 661/2007*. Ao abrigo do regime económico estabelecido por este decreto, a tarifa fixa já não é calculada com base na TMR. O preço encontra-se fixado em €75.6 por MWh para a energia eólica durante os primeiros 20 anos, e em €63.2 por MWh para os anos seguintes, acrescido de complementos se aplicáveis. A tarifa e os complementos são actualizados anualmente em relação ao IPC deduzido de 0,25%, até 2012, e ao IPC deduzido de 0,50% depois de 2012.

Preço de Mercado acrescido de Prémio

Neste sistema de preços, os produtores do Regime Especial Espanhol podem optar por vender electricidade ao preço fixado pela “pool” ou pelo preço fixado em contratos bilaterais, sendo que, em ambos os casos a esse preço pode acrescer um prémio adicional.

- a) *Real Decreto 436/2004*. O preço é fixado pelo preço da “pool”/contratos bilaterais, acrescido de um prémio (40% da TMR em 2006 para a energia eólica, acrescido de um incentivo de 10% da TMR em 2006), acrescido de complementos, sem limites máximos ou mínimos explícitos;
- b) *Real Decreto 661/2007*. O preço é também fixado pelo preço da “pool”/contratos bilaterais, acrescido de um prémio e dos complementos. O prémio que um produtor recebe baseia-se no prémio de referência definido no Real Decreto 661/2007, que é fixado pelo Governo, tendo um limite máximo e um limite mínimo, também estes fixados pelo Governo, e que varia consoante a tecnologia em causa. No caso de centros electroprodutores a energia eólica o prémio encontra-se fixado para 2008 em €30.27 por MWh, o limite máximo para 2008 em €87.79 por MWh, e o limite mínimo para 2008 em €73.66 para os primeiros 20 anos.

O prémio recebido por um produtor varia de acordo com o preço da “pool”/ contrato bilateral e com os limites máximo e mínimo (os limites máximo e mínimo não são aplicáveis a determinados tipos de energias renováveis, como as fotovoltaicas, as geotermiais ou a energia das marés).

- a) Caso o preço acrescido do prémio de referência seja inferior ou igual ao limite mínimo ($\text{Preço} + \text{Prémio de Referência} \leq \text{Limite Mínimo}$), o produtor receberá a título de prémio a diferença entre o limite mínimo e o preço da “pool”/bilateral;
- b) Caso o limite mínimo seja inferior ou igual ao preço acrescido do prémio de referência, e o preço acrescido do prémio de referência seja inferior ou igual ao limite máximo ($\text{Limite Mínimo} \leq \text{Preço} + \text{Prémio de Referência} \leq \text{Limite Máximo}$), o produtor receberá o prémio de referência inteiro a título de prémio;
- c) Caso o limite máximo do prémio de referência seja inferior ao preço e inferior ao limite máximo ($\text{Limite Máximo-Prémio de Referência} \leq \text{Price} \leq \text{Limite Máximo}$), o produtor receberá a título de prémio a diferença entre o limite máximo e o preço da “pool”/bilateral;
- d) Caso o preço seja superior ou igual ao limite máximo ($\text{Preço} \geq \text{Limite Máximo}$), o produtor receberá o preço da “pool”/bilateral e nenhum prémio.

No âmbito deste regime o montante recebido pelas instalações não pode ser inferior ao limite mínimo estabelecido ou superior ao limite máximo estabelecido. O proprietário da instalação deve receber sempre, pelo menos, o preço de mercado por inteiro, pelo que, caso o preço de mercado seja superior ao limite máximo estabelecido, não haverá lugar a um prémio. Não existe contudo a obrigação de proceder à devolução de qualquer parte do preço de mercado recebido, ou seja, não existem “prémios negativos”.

As tarifas, prémios e complementos são actualizados anualmente, de acordo com o Real Decreto 661/2007. Regra geral, estes direitos económicos são actualizados tendo como referência o IPC deduzido de 0,25% até 31 de Dezembro de 2012 e, posteriormente a 2012, em relação ao IPC deduzido de 0,50%.

Estima-se que o regime económico estabelecido pelo Real Decreto 661/2007 será revisto em 2010. Nessa revisão deverá ser tido em conta o cumprimento do Plano das Energias Renováveis para o período de 2005-2020 e a Estratégia Espanhola de Poupança e Eficiência Energética, assim como os novos objectivos do Plano das Energias Renováveis para o período de 2011 a 2020, que se estima estar finalizado durante o ano de 2008. Prevê-se ainda que determinados aspectos venham a ser revistos, como por exemplo o custo de cada tecnologia, a percentagem total da procura de electricidade satisfeita ao abrigo do Regime Especial Espanhol e as implicações do mesmo nas redes de transporte e distribuição. Subsequentemente, espera-se que sejam efectuadas revisões sucessivas dos direitos económicos (de 4 em 4 anos). As revisões da tarifa fixa, limite máximo e limite mínimo, não afectarão as instalações activadas antes de 1 de Janeiro do segundo ano após o ano em que ocorrerem as revisões.

Autorizações e Procedimentos Administrativos

A construção e funcionamento dos centros electroprodutores está dependente de determinadas autorizações e licenças, concedidas pelas autoridades públicas a nível local, regional e nacional.

Autorizações gerais

As autorizações e as licenças administrativas são geralmente exigidas para a construção, ampliação, modificação e funcionamento de centros electroprodutores e instalações suplementares. Para além disso, os centros electroprodutores devem obter a aprovação prévia das autoridades da região autónoma em causa e, para beneficiarem do Regime Especial Espanhol, o respectivo registo no Registo do Regime Especial Espanhol (mantido pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio). Os centros electroprodutores devem obter igualmente uma autorização de interligação às redes de transporte e distribuição. De acordo com o Real Decreto 661/07, se a autorização de interligação não for concedida a autorização administrativa também não o poderá ser.

Licenças de autorização Municipais

Os centros electroprodutores devem ainda obter das autoridades locais competentes as licenças de construção (licenças de obra), licenças de instalação (licenças de actividade) e licenças de abertura (licenças de primeira ocupação). Para obterem estas licenças os centros electroprodutores devem demonstrar que a sua localização é adequada em termos de construção e funcionamento. Para além das licenças *supra* referidas, podem ser ainda necessárias outras licenças do planeamento municipal, dependendo da localização específica do centro electroprodutor.

Autorizações ambientais

Para a obtenção das necessárias autorizações ambientais e previamente à construção de qualquer centro electroprodutor é necessário proceder-se a um Estudo de Impacto Ambiental ("EIA"). Através do EIA pretende-se analisar e avaliar e, se for o caso, apontar medidas para minorar, o

potencial impacto do centro electroprodutor (por exemplo, na população local, na vida selvagem, no solo, no ar, na água, no clima, na paisagem e em quaisquer outros ecossistemas que possam ser afectados).

Outras autorizações

Podem ser exigidas autorizações e concessões adicionais, por exemplo nos casos em que os activos do domínio público sejam afectados.

Portugal

Enquadramento Regulatório Geral

Em 2006, o sector eléctrico português sofreu uma significativa reestruturação, resultante da implementação da Directiva 2003/54/CE, de 26 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho (a “Directiva da Electricidade”) e da definição de novos objectivos estratégicos, princípios e directrizes gerais.

Os principais objectivos desta reestruturação são: (i) garantir a segurança do abastecimento de energia a Portugal com base na diversificação dos principais recursos (nomeadamente, reforçando o desenvolvimento de energias renováveis, tendo em vista atingir o objectivo do Governo Português de, em 2010, disponibilizar 45% da capacidade de produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis) e promovendo a eficiência energética, (ii) promover e favorecer a concorrência de forma a garantir a protecção do consumidor, bem como a competitividade e eficiência das empresas portuguesas que operam no sector energético e (iii) garantir que o sector energético respeita determinados valores ambientais, através da redução do impacto ambiental negativo a nível local, nacional e global.

A Directiva da Electricidade foi implementada pela Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 169/2005 de 24 de Outubro de 2005, que criou uma nova estratégia nacional para o mercado energético. A RCM foi posteriormente desenvolvida pelo Decreto-Lei n.º 29/2006 de 15 de Fevereiro, que estabeleceu o novo enquadramento legal para o sector da electricidade e pelo Decreto-Lei n.º 172/2006 de 23 de Agosto, que desenvolveu esse mesmo regime legal (“Regime da Electricidade”) e definiu as principais regras para o exercício das actividades do sector eléctrico.

Actividades do sector eléctrico

O sistema eléctrico nacional (“SEN”) pode ser dividido em cinco actividades principais: produção, transporte, distribuição, comercialização e operação do mercado eléctrico. Cada uma destas actividades deve ser exercida de forma independente das outras, do ponto de vista jurídico, organizacional e da tomada de decisões, salvo algumas excepções.

Produção de electricidade

A actividade de produção de electricidade encontra-se sujeita à obtenção de licenças e determinadas autorizações por parte de cada produtor, sendo exercida em ambiente concorrencial. A produção de electricidade está dividida em dois regimes: o regime ordinário (“Regime Ordinário Português”), que abrange a produção de electricidade que não esteja sujeita ao regime especial e o regime especial

(“Regime Especial Português”) que diz respeito à produção a partir de recursos endógenos e outros recursos renováveis, com excepção dos grandes centros electroprodutores, e que beneficia de incentivos ao investimento em capacidade de produção.

A produção no âmbito do Regime Especial Português está sujeita a diversos requisitos em matéria de licenciamento e beneficia de tarifas especiais. Um comercializador de último recurso (o “Comercializador de Último Recurso”), actualmente a EDP – Serviço Universal, S.A. (“EDP Serviço Universal”), está obrigado a adquirir a electricidade produzida no âmbito do Regime Especial Português.

Transporte de electricidade

A actividade de transporte de electricidade é efectuada através da rede nacional de transporte (“RNT”), mediante uma concessão atribuída em regime de exclusividade pelo Estado Português. A concessão para o exercício da actividade de transporte de energia eléctrica encontra-se atribuída à REN – Rede Eléctrica Nacional S.A., uma subsidiária da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., por um prazo de 50 anos, ao abrigo do disposto no artigo 69º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, na sequência da concessão anteriormente atribuída à REN – Rede Eléctrica Nacional S.A., pelo artigo 64º do Decreto-Lei n.º 182/95, de 27 Julho e Decreto-Lei n.º 185/95, de 27 de Julho. Esta concessão foi objecto de modificação nos termos das novas bases da concessão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, tendo o novo contrato de concessão sido celebrado entre a REN – Rede Eléctrica Nacional S.A. e o Estado Português, em 15 de Junho de 2007.

Distribuição de electricidade

A distribuição de electricidade processa-se através da rede nacional de distribuição, que corresponde à rede em média e alta tensão, e das redes de distribuição em baixa tensão.

A actividade de distribuição de electricidade é exercida através da rede nacional de distribuição (“RND”) mediante uma concessão atribuída em regime de exclusividade pelo Estado Português. Esta concessão encontra-se atribuída à EDP Distribuição – Energia, S.A. (“EDP Distribuição”), pelo artigo 70º do Decreto-Lei n.º 29/2006 de 15 de Fevereiro, em resultado da conversão da licença anterior detida pela EDP Distribuição num contrato de concessão. Os termos da concessão encontram-se previstos no Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto.

As redes de distribuição de baixa tensão continuam a ser exploradas mediante concessões municipais. As concessões já existentes mantiveram-se em vigor, com as alterações resultantes do novo regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto.

Comercialização de electricidade

A comercialização de electricidade é realizada em regime de concorrência, estando apenas sujeita a procedimentos administrativos de licenciamento. Os comercializadores podem comprar e vender livremente electricidade, tendo para o efeito o direito de acesso às redes nacionais de transporte e de distribuição, mediante o pagamento das respectivas tarifas de acesso fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”). Em conformidade com as condições de mercado, os consumidores podem escolher livremente o seu comercializador, sem sujeição a qualquer pagamento

adicional em virtude da mudança de comercializador. Encontra-se prevista a eventual constituição de uma nova entidade, cuja actividade será regulada pela ERSE, responsável pela supervisão das operações logísticas de mudança de comercializador.

O Regime da Electricidade prevê também a existência do Comercializador de Último Recurso, cuja actividade está sujeita a licença, emitida pela DGEG, e é regulada pela ERSE. Entre as suas responsabilidades destaca-se a obrigação de compra da electricidade produzida pelos produtores ao abrigo do Regime Especial Português, de acordo com o disposto no Regime da Electricidade. Esta actividade é desenvolvida por uma entidade independente, a EDP Serviço Universal, constituída para este efeito pela EDP Distribuição, bem como por algumas concessionárias da distribuição local de baixa tensão, até o mercado liberalizado atingir plena eficiência e os respectivos contratos de concessão tenham cessado.

Operação dos mercados de electricidade

A operação dos mercados de electricidade organizados depende de autorização a ser concedida em conjunto pelo Ministro das Finanças e pelo ministro responsável pelo sector energético. A entidade que gere o mercado organizado de electricidade está também sujeita a autorização do ministro responsável pelo sector energético e, quando exigido por lei, do Ministro das Finanças. Os mercados organizados de electricidade devem estar integrados no funcionamento de quaisquer mercados organizados de electricidade estabelecidos entre o Governo Português e outros Estados Membros da U.E.. Os produtores que operem ao abrigo do Regime Ordinário e os comercializadores, entre outros, podem tornar-se membros do mercado.

Desde 1 de Julho de 2007 que o Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) está totalmente operacional, com transacções a ocorrerem entre os dois países (Portugal e Espanha) e com um mercado a prazo em funcionamento desde Julho de 2006. O objectivo do MIBEL é desenvolver um mercado competitivo e eficiente e desse modo beneficiar os consumidores. Os dois países decidiram que a organização do MIBEL deveria ser prosseguida por um único Operador de Mercado Ibérico (“OMI”). Até que a criação e funcionamento do OMI estejam definitivamente acordados entre Portugal e Espanha, o MIBEL deverá operar mediante um modelo “bipolar” constituído pelos: OMEL (“*Operador del Mercado Ibérico de Energía – Polo Español, S.A.*”) que gere o mercado à vista (incluindo mercado diário e intra-diário) e pelo OMIP (“*Operador do Mercado Ibérico – Pólo Português, S.A.*”), que gere o mercado a prazo. À data do presente Prospecto não foi ainda oficialmente definida a data em que irá ocorrer a consolidação dos dois operadores de mercado. Adicionalmente as transacções também podem ser negociadas através de contratos bilaterais com prazos de um ano ou mais.

Operador Logístico de Mudança de Comercializador

Prevê-se a criação de uma entidade responsável pela gestão do processo de mudança de comercializador e pela gestão dos equipamentos de leitura e medição da electricidade. O operador deverá ser independente, de um ponto de vista jurídico, organizacional e da tomada de decisões, das outras entidades que operam no SEN, e ficará sujeito à regulação da ERSE.

Energias renováveis (produção ao abrigo do Regime Especial português)

Enquadramento Regulatório

A base e os princípios aplicáveis às actividades de produção de electricidade em Portugal a partir de fontes de energia renováveis e/ou de resíduos industriais, agrícolas e urbanos constam do Decreto-Lei n.º 189/88 de 27 de Maio, e os seus diversos anexos, conforme alterados (em particular no que respeita às tarifas, pelo Decreto-Lei n.º 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 339-C/2001, de 29 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 33-A/2005, de 16 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 225/2007 de 31 de Maio) (“Decreto-Lei 189/88”). O regime estatutário e regulatório aplicável à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis difere do regime aplicável à produção de electricidade a partir de outras fontes não renováveis em matéria de licenças, tarifas e direitos de venda de electricidade.

Licenças

O Decreto-Lei 189/88 estabelece um regime de licenciamento específico aplicável a centros electroprodutores que utilizem fontes de energia renováveis. Este regime tem de ser completado pelo Decreto-Lei n.º 312/2001, de 10 de Dezembro, (também alterado pelo Decreto-Lei n.º 33-A/2005, de 16 de Fevereiro) que veio revogar algumas disposições do Anexo I do Decreto-Lei 189/88, em relação à informação, gestão, atribuição e caducidade dos pontos de recepção da rede. A construção e operação de um centro electroprodutor que utiliza fontes de energia renováveis depende da atribuição de um ponto de interligação à rede pela DGEG, a pedido do promotor ou nos termos de um concurso público, que pode ser determinado pelo Ministério responsável pela DGEG. Em Julho de 2005, a DGEG emitiu um aviso para apresentação de propostas para a atribuição de pontos de interligação à rede representando entre 1.200 MW e 1.800 MW. Em 2007, foram atribuídos até 1.200 MW de pontos de interligação ao consórcio Eólicas de Portugal, no qual a EDP Renováveis participa.

O processo de licenciamento inicia-se com um pedido dirigido à DGEG para avaliação da capacidade da rede para, num determinado ponto de interligação à rede, receber a electricidade que venha a ser produzida. Caso essa capacidade exista a DGEG poderá afectar um ponto de interligação à rede ao requerente. Em caso de concurso público, as partes concorrentes terão de satisfazer determinados requisitos de forma a poder ser-lhes concedido o direito ao ponto de interligação à rede. A entidade a quem tenha sido afectado ou atribuído o ponto de interligação deve obter uma licença de estabelecimento junto da DGEG antes de iniciar a construção do centro electroprodutor. Assim que a construção esteja terminada, será necessário obter uma licença de exploração.

Em certos casos, a emissão da licença de estabelecimento pode estar dependente da realização de um estudo de impacto ambiental (“EIA”) e da emissão por parte de determinada entidade competente para o efeito, de uma declaração de impacto ambiental favorável.

O processo de licenciamento da DGEG decorre em paralelo com um processo de licenciamento local junto das autoridades administrativas competentes territorialmente, em função da situação geográfica do centro electroprodutor a ser instalado. O requerente deve obter, designadamente, licenças de construção e de utilização para o centro electroprodutor. De igual modo, nos casos em que se preveja que a instalação venha a ser construída em território da Reserva Ecológica Nacional

podem ser exigidas, dependendo das circunstâncias específicas, autorizações adicionais ou um Despacho Ministerial especial que reconheça o interesse público do projecto.

Tarifas

O Decreto-Lei 189/88 estabelece uma fórmula específica de cálculo das tarifas a serem pagas aos produtores de electricidade pela electricidade produzida nos centros electroprodutores que utilizam fontes de energia renováveis.

A compensação recebida por centro electroprodutor ao abrigo do Regime Especial depende fundamentalmente de três elementos: (i) um elemento fixo relacionado com a capacidade instalada; (ii) um elemento variável dependente da energia produzida mensalmente; e (iii) um elemento ambiental relativo ao valor das emissões evitadas. Os referidos diplomas regulam também os incentivos a serem atribuídos, como compensação, a cada tipo de tecnologia, mediante a determinação de parâmetros de desenvolvimento relativos a certas tecnologias.

Os parques eólicos em funcionamento ou licenciados até Fevereiro de 2006 vendem a sua electricidade a um preço estabelecido consoante as horas de produção, que pode variar entre €95/MWh para 2000 horas e € 85/MWh para 3000 horas, e que durante 15 anos deverá sofrer aumentos indexados à inflação. Decorrido este período, a electricidade destes parques eólicos deve ser vendida ao preço de mercado então em vigor, acrescido do valor recebido pela venda de certificados verdes. Caso nessa data não exista um mercado de certificados verdes ou um enquadramento regulatório, a electricidade gerada nesses parques eólicos deve ser vendida, durante um período adicional de 5 anos, ao preço que se aplicar aos novos parques eólicos que entrem em funcionamento nessa data. Os parques eólicos licenciados após Fevereiro de 2006 vendem os seus primeiros 33 GWh de electricidade a um preço baseado na fórmula estabelecida no Decreto-Lei n.º 33-A/2005 de 16 de Fevereiro, por um prazo de 15 anos contados a partir da data da primeira injeção de electricidade na rede. Ultrapassado o limite dos 33 GWh, a electricidade acima desses 33 GWh ou, decorridos os 15 anos, toda a electricidade produzida nesses parques eólicos, deve ser vendida ao preço de mercado então em vigor, acrescido do preço recebido pela venda de certificados verdes.

Os princípios de afectação dos custos resultantes da remuneração da produção de electricidade são estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 90/2006, de 24 de Maio. Para além disso, o Decreto-Lei n.º 312/2001, de 10 de Dezembro, estabelece a obrigação de determinadas entidades, como a REN, utilizarem electricidade produzida por centros electroprodutores que utilizem fontes de energia renováveis e/ou resíduos industriais, agrícolas ou urbanos.

Venda de electricidade

O Regime Especial português prevê que os produtores ao abrigo deste regime podem vender electricidade ao Comercializador de Último Recurso, e que o Comercializador de Último Recurso deve, nos termos desse regime, adquirir a electricidade produzida por esses produtores pelo montante correspondente à respectiva tarifa aplicável à produção no âmbito do Regime Especial português. O direito do produtor no âmbito do Regime Especial português e a correspondente obrigação do Comercializador de Último Recurso não limitam, contudo, a capacidade dos produtores ao abrigo do Regime Especial português de venderem electricidade a outros comercializadores de electricidade que operem no mercado, a preços de mercado.

Entidades Reguladoras do Mercado

A responsabilidade pela regulação do sector energético em Portugal está actualmente dividida entre a DGEG e a ERSE. A Autoridade da Concorrência Portuguesa dispõe de poderes transversais sobre a economia portuguesa para aplicação das regras de concorrência, incluindo sobre os sectores regulados, sendo que neste último caso deve coordenar a sua actuação com as entidades reguladoras sectoriais.

DGEG

A principal responsabilidade da DGEG é a concepção, promoção e avaliação das políticas em matéria de recursos energéticos e geológicos, com o objectivo de apoiar o desenvolvimento sustentável e a segurança do abastecimento energético em Portugal. A DGEG é responsável em particular por: (i) contribuir para a definição, realização e avaliação da execução das políticas energéticas, (ii) identificação e exploração dos recursos geológicos, visando assegurar que as suas potenciais utilizações são devidamente avaliadas, (iii) promover e participar na elaboração do enquadramento legislativo e regulatório adequado ao desenvolvimento dos sistemas, processos e equipamentos relacionados com a produção, transporte, distribuição e utilização da energia, (iv) promover e participar na elaboração do enquadramento legislativo e regulatório relativo ao desenvolvimento das políticas para prospecção, aproveitamento, protecção e valorização dos recursos geológicos, (v) apoiar a participação do MEI no domínio comunitário e internacional, (vi) proceder a acções de fiscalização nos domínios do sector energético português, nos termos do quadro legislativo e regulatório (especialmente em ligação com a rede eléctrica de transporte, a rede eléctrica de distribuição e a qualidade dos serviços prestados aos consumidores de electricidade), (vii) apoiar o Governo Português na tomada de decisões em situações de crise ou de emergência, (viii) aprovar a emissão, alteração e revogação de licenças de produção de electricidade, e (ix) conduzir o processo de concurso público para a atribuição de pontos de interligação à rede no sector das energias renováveis. No desempenho das suas responsabilidades, a DGEG deverá considerar os seguintes objectivos nacionais: (i) segurança de abastecimento de energia, (ii) diversificação energética, (iii) eficiência energética e (iv) a preservação do meio ambiente.

ERSE

Nos termos do Regime da Electricidade, a ERSE dispõe de competência em matéria de regulação das actividades de transporte, distribuição, abastecimento, operações logísticas para mudança de comercializador e de operação dos mercados de electricidade, bem como para a aprovação e implementação dos principais regulamentos aplicáveis ao sector da electricidade:

- a) O Regulamento Tarifário
Estabelece os critérios e os métodos para formulação de tarifas e preços para a energia eléctrica e outros serviços fornecidos pela entidade concessionária da RNT e pelos distribuidores a outros detentores de licenças ou a consumidores finais.

O primeiro Regulamento Tarifário foi aprovado em Dezembro de 1998. Entre 1999 (o primeiro ano em que a ERSE publicou tarifas) e 2001, os preços eram fixados anualmente de acordo com um conjunto de fórmulas, baseadas principalmente numa determinada remuneração considerada apropriada sobre os activos da área do transporte de electricidade e

numa remuneração fixa, sujeita a correcção pelos ganhos de eficiência, para as actividades de distribuição. Desde 2002 os preços baseiam-se num rendimento sobre activos, em custos de comercialização de redes e na medição e facturação da venda de energia a clientes finais.

A ERSE procedeu à revisão do Regulamento Tarifário em Agosto de 2005 com o objectivo de acolher as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, que estabeleceu as condições para a cessação dos contratos de aquisição de electricidade existentes. Em 26 de Junho de 2006, o Regulamento Tarifário foi novamente alterado pelo Decreto-Lei n.º 90/2006, que fixou as regras aplicáveis para a afectação de custos adicionais incorridos pelos produtores na geração de electricidade a partir de fontes de energia renováveis. O Regulamento Tarifário foi também alterado em Abril de 2007, tendo sido revista a tarifa aplicável para cálculo da remuneração no que se refere aos terrenos que estavam na posse do operador do sistema de transporte que se encontravam anteriormente localizado em domínio público. Por fim, o Regulamento Tarifário foi revisto em Junho de 2007, em resultado da implementação do Decreto-Lei n.º 392/2007 de 1 de Junho que veio aprofundar o MIBEL. A aplicação do Regulamento Tarifário é da responsabilidade da ERSE.

b) O Regulamento de Relações Comerciais.

Aprovado em Dezembro de 1998, foi revisto em 1 de Setembro de 2001 e tem como objectivo reger as relações comerciais entre as entidades do sector da electricidade.

O Regulamento de Relações Comerciais foi alterado em Abril de 2004, em virtude do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36/2004, de 26 de Fevereiro, e de novo em Janeiro de 2005, em virtude do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2004, de 17 de Agosto. Este regulamento foi também revisto em Agosto de 2005 para introduzir alterações necessárias para reflectir um sistema totalmente orientado para o mercado, tanto ao nível das vendas por grosso como ao nível das vendas a retalho. O regulamento revisto define as entidades que funcionam numa base comercial, as respectivas funções, definição de perfis de carga, procedimentos de mudança de clientes e a aquisição de electricidade pelo comercializador regulado (nos mercados à vista e de futuros e através de acordos bilaterais). Adicionalmente, a ERSE implementou também, através da Portaria n.º 2045-B/2006, de 25 de Janeiro, os procedimentos a observar na gestão da mudança de comercializadores. O Regulamento foi recentemente alterado em Junho de 2007, em reacção à promulgação do Decreto-Lei n.º 392/2007 de 1 de Junho que veio aprofundar o MIBEL.

A fiscalização da aplicação do Regulamento de Relações Comerciais é da responsabilidade da ERSE.

c) O Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações.

Aprovado em Dezembro de 1998 e revisto em 1 de Setembro de 2001. Este Regulamento foi alterado na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 36/2004, de 26 de Fevereiro, e novamente na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 192/2004, de 27 de Agosto. Este regulamento foi também revisto em Agosto de 2005 para definição dos agentes que têm direito a aceder às redes e interligações e para definir as regras de planeamento da RNT. Por fim, o regulamento foi recentemente revisto, em Junho de 2007, após a promulgação do Decreto-Lei 392/2007 de 1 de Junho que veio aprofundar o MIBEL.

A fiscalização da aplicação do Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações é da responsabilidade da ERSE.

- d) O Regulamento de Operação das Redes.
Aprovado em Junho de 2007, o Regulamento de Operação das Redes estabelece, entre outros aspectos, as condições a observar para permitir a gestão do fluxo de electricidade na RNT e assegura a interoperacionalidade entre a RNT e as outras redes.
- e) O Regulamento de Mediação e Conciliação de Conflitos.
Aprovado pela ERSE em Outubro de 2002, este regulamento estabelece as regras aplicáveis aos procedimentos que se destinam a resolver conflitos comerciais que se suscitem entre operadores dos sectores da electricidade e do gás natural e entre estes e os respectivos clientes.
- f) Regulamento da Qualidade de Serviço.
Em 1 de Janeiro de 2001, a DGEG publicou um Regulamento da Qualidade de Serviço. Com este regulamento, a DGEG pretende incentivar a melhoria da qualidade do serviço através de um sistema de penalidades aplicadas às entidades que actuam no sector da electricidade que apresentem níveis de qualidade inferiores a determinados padrões preestabelecidos. Estes padrões foram definidos pela DGEG e entraram em vigor a 1 de Julho de 2001.

Em Fevereiro de 2003, a DGEG aprovou e publicou um novo Regulamento da Qualidade de Serviço que tornou mais rigorosos os padrões de qualidade impostos aos operadores do sector eléctrico, bem como o montante das compensações a serem pagas a clientes. Em Novembro de 2003, a DGEG aprovou também e publicou as regras complementares ao Regulamento da Qualidade de Serviço através do Despacho n.º 23705/2003.

Em Março de 2006, a DGEG publicou um novo Regulamento da Qualidade de Serviço, aprovado pelo Despacho n.º 5255/2006, o qual é aplicável desde 1 de Janeiro de 2006. Este regulamento visa fomentar a total abertura do mercado à concorrência mediante a revogação do anterior modelo de qualidade de serviço e a definição de um novo modelo que considera as relações entre os diversos participantes no mercado. O incumprimento dos padrões de qualidade de serviço, de natureza técnica e comercial, atribui ao cliente o direito a uma compensação que deverá ser automaticamente paga em termos predeterminados, excepto quando as situações de incumprimento resultem da prossecução de interesses públicos ou sejam motivadas por razões de serviço e de segurança do sistema.

O Regulamento da Qualidade de Serviço é aprovado pelo Ministro responsável pelo sector da energia, mediante proposta da DGEG. A ERSE é responsável pelos aspectos comerciais do Regulamento da Qualidade de Serviço, bem como pela fiscalização da sua aplicação, e a DGEG pela aplicação dos respectivos aspectos técnicos.

Autoridade da Concorrência

A Autoridade da Concorrência é um organismo independente e financeiramente autónomo que tem por missão assegurar o cumprimento em Portugal das regras de concorrência nacionais e da Comunidade Europeia, especificamente no que se refere a operações de concentração, auxílios de Estado e a práticas restritivas da concorrência. A Autoridade da Concorrência dispõe de poderes regulatórios sobre todos os sectores da economia, incluindo os sectores regulados, tais como a electricidade e o gás, devendo, contudo, actuar em coordenação com as entidades reguladoras de cada sector.

França

Enquadramento Regulatório das Energias Renováveis

Ao abrigo da Directiva das Energias Renováveis, França assumiu o objectivo de aumentar a sua produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis de 15% em 1997 para 21% em 2010. Esta percentagem correspondeu a 12,7% em 2004 (Fonte: Ministério da Indústria, Relatório sobre o consumo de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis em França, de Março de 2006), o que veio acentuar a importância para a França de sustentar uma política de desenvolvimento de energia eléctrica produzida a partir de fontes de energia renováveis. Estima-se que cerca de dois terços do aumento necessário na produção provenha da energia eólica. A electricidade produzida a partir da energia eólica cresceu quase treze vezes de 2001 para 2007.

Enquadramento Regulatório Geral

O sector da electricidade em França é regulado essencialmente pela Lei 2000-108 (alterada pelas Leis 2003-8, 2003-590, 2003-660, 2004-803, 2004-809, 2004-1485, 2005-32, 2005-781, 2006-1537, 2006-1772 and 2007-290) (a “Lei 2000”), aprovada a 10 de Fevereiro de 2000, cujas disposições prevêm a modernização e desenvolvimento de serviços de energia pública e constituem o enquadramento legal do funcionamento de centros electroprodutores a energia eólica em França. O funcionamento destes centros electroprodutores está também sujeito ao Código de Construção e de Protecção do Meio Ambiente francês. O artigo 10º da Lei 2000 impõe aos distribuidores de energia eléctrica não-nacionalizados a obrigação de celebrarem contratos de aquisição de electricidade produzida por: (i) centros electroprodutores que produzam energia a partir de desperdícios domésticos ou similares ou que usem tais fontes para o fornecimento de calor a um sistema de aquecimento comunitário; e (ii) centros electroprodutores que utilizem fontes de energia renováveis (incluindo energia mecânica produzida a partir do vento, regulada pelas disposições especiais abaixo referidas) ou que implementem tecnologia altamente eficiente em termos energéticos (tal como a co-geração).

Os centros electroprodutores que utilizem fontes de energia renováveis, à excepção daquelas que utilizam energia eólica mecânica e se situem em áreas ligadas à rede metropolitana continental ou que implementem tecnologia altamente eficiente tal como a co-geração, não estão habilitadas a beneficiar da obrigação de aquisição de energia a não ser que respeitem os limites definidos de capacidade instalada. Os limites de capacidade instalada encontram-se definidos num decreto aprovado pelo “*Conseil d’Etat*” (Decreto 2000-1196, de 6 de Dezembro de 2000) para cada tipo de centro electroprodutor que possa beneficiar da obrigação de aquisição de energia. De acordo com nova regulação, apenas os centros electroprodutores de energia eólica instaladas numa “*zone de développement éolien*” podem beneficiar da obrigação de aquisição de energia, e podem exceder o limite anterior de 12 MW de capacidade instalada. As proporções que devem ser respeitadas pelos contratos de aquisição de energia com distribuidores de electricidade não-nacionalizados são definidas por despacho ministerial para cada fonte de energia renovável e com base num contrato modelo aprovado pelo Ministro da Energia. Várias “*rate-making orders*” especificam os termos de aquisição, que têm em consideração o capital e os custos operacionais evitados pelo comprador, com um prémio possível que reflecta a contribuição fornecida pelo correspondente segmento ou a energia fornecida para a prossecução de objectivos, tais como a independência energética nacional, a existência de um preço competitivo de energia e a garantia de fornecimento de energia. O nível deste prémio não deve ser de tal ordem que o capital investido em centros electroprodutores que beneficiem destas condições possa gerar mais rendimentos do que um retorno de investimento

considerado normal, tendo em consideração os riscos inerentes a estas actividades, bem como o valor da capacidade de vender a totalidade da produção de energia do centro electroprodutor a um preço pré-determinado.

A disposição da Lei 2000 em que se prevê que o retorno do investimento não deve exceder os rendimentos de um retorno normal resulta de uma alteração introduzida pela Lei de 13 de Julho de 2005. Esta disposição entrou em vigor no dia 31 de Março de 2006. O Ministro da Energia actualizou ou deverá vir a actualizar as várias “*rate-making orders*” para cada fonte de energia renovável no sentido de as adaptar às condições económicas actuais (tendo em consideração, por exemplo, os custos dos equipamentos) e de garantir o cumprimento integral desta nova disposição. Actualmente, foram apenas adoptadas as novas “*rate-making orders*” relativas à energia eólica e solar. As “*rate-making orders*” existente relativa à energia hidroeléctrica continua em vigor até à sua eventual alteração. As novas “*rate-making orders*” relativas à energia eólica e solar não se aplicam a centros electroprodutores que tenham iniciado o funcionamento antes da sua publicação, no dia 26 de Julho de 2006. No entanto, um produtor que tenha apresentado um pedido de contrato de aquisição total, em conformidade com “*rate-making orders*” anteriores para um centro electroprodutor que tenha iniciado funcionamento após dia 26 de Julho de 2006, pode apresentar um novo pedido de contrato de aquisição baseado nas novas “*rate-making orders*”. Esta Lei 2000 determina que a obrigação de aquisição de distribuidores não-nacionalizados pode ser suspensa total ou parcialmente por um período que não pode exceder os 10 anos, desde que os contratos actuais permaneçam em vigor. O Decreto 2001-410, de 10 de Maio de 2001, determina as condições que devem ser cumpridas pelos produtores elegíveis que pretendam beneficiar da obrigação de aquisição. Em primeiro lugar, o operador de um centro electroprodutor terá que obter um certificado que lhe conceda o direito de beneficiar da obrigação de aquisição de electricidade. Posteriormente, o beneficiário do direito de aquisição de electricidade poderá então celebrar um contrato com um distribuidor de energia não-nacionalizado.

Os centros electroprodutores só podem beneficiar uma única vez de um contrato de aquisição de electricidade. No entanto, conforme disposto no Decreto 2005-1149, de 7 de Setembro de 2005, que alterou o Decreto 2001-410, de 10 de Maio de 2001, o centro electroprodutor pode tornar-se novamente elegível no caso de ter sido renovado, de acordo com determinados critérios definidos em conformidade com ordens a serem aprovadas pelos Ministros de Energia e Economia relativas ao respectivo segmento de energia renovável. Conforme disposto no artigo 8º da Lei 2000, os centros electroprodutores com uma capacidade superior a 12 MWh podem participar em concursos públicos lançados pelo Ministro da Energia.

Contratos e tarifas EDF

A Lei 2000 determina que, em determinadas circunstâncias, os operadores dos centros electroprodutores a energia eólica possam celebrar contratos de longa duração para a aquisição de energia e respectiva venda junto da “*EDF Electricité de France*” (“EDF”), desde que disponham de um certificado para esse efeito emitido pelo Governo local. As tarifas a aplicar aos contratos de longa duração celebrados com a EDF (“Contratos EDF”) são determinadas pelo Despacho de 10 de Julho de 2006, que estabelece três fases para definição da tarifa, consoante o número de anos contratuais decorridos. Para energia eólica “*onshore*”, as tarifas são as seguintes:

Primeira fase

Durante os primeiros 10 anos do Contrato EDF, a EDF paga uma tarifa anual fixa, que corresponde

a €82,0 por MWh para candidaturas apresentadas durante 2006. A tarifa é alterada anualmente, parcialmente baseada num índice relativo à inflação.

Segunda fase

Entre o período que medeia os 11 e os 15 anos de vigência do Contrato EDF, a tarifa é calculada com base na percentagem anual média da energia produzida durante os primeiros 10 anos de funcionamento dos centros electroprodutores a energia eólica (sendo que o melhor e o pior ano de “*performance*” das instalações não são considerados); no entanto, os parques eólicos em localizações com produções inferiores a 2.400 horas por ano têm direito ao mesmo nível de remuneração da primeira fase. No caso dos centros electroprodutores a energia eólica situados em locais onde as produções variam entre 2.800 e 3.600 ou mais horas por ano, a remuneração diminui para €68 por MWh e €28 por MWh, respectivamente, para candidaturas apresentadas durante 2006. Para parques eólicos com uma produção entre 2.800 e 3.600 horas por ano, a remuneração é calculada por interpolação linear entre €68 por MWh e €28 por MWh. Estas tarifas são também alteradas anualmente, parcialmente baseadas num índice relativo à inflação.

Terceira fase

A partir do 16.º ano do Contrato EDF, não existe nenhuma estrutura de suporte específica e os produtores de energia eólica vendem a sua electricidade ao preço de mercado. Caso o contrato de longo prazo tenha sido celebrado após 31 de Dezembro de 2006, as taxas base acima referidas serão indexadas ao “factor K,” que é uma média ponderada de vários índices publicados no “*Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques*” (“INSEE”) (e uma medida efectiva de inflação) recalculada cada ano. Esta taxa será então indexada em Novembro de cada ano ao “factor L,” um coeficiente anual com base em dois índices.

A partir do momento em que estes contratos de longa duração estejam definidos, o produtor de energia eólica tem 3 anos a contar dessa data para dar início ao funcionamento da respectiva instalação. No caso de a produção de electricidade do parque eólico se iniciar mais de 3 anos depois, o período correspondente ao atraso é deduzido aos 15 anos de garantia de aquisição de electricidade.

Incentivo fiscal à depreciação acelerada

A legislação fiscal francesa permite actualmente que as empresas a ela sujeitas elejam para depreciação, por um período de 12 meses, determinados activos constituídos ou adquiridos anteriormente a 1 de Janeiro de 2009. A maior parte dos activos dos produtores de energias renováveis, incluindo os parques eólicos, têm possibilidade de se qualificar para este regime de depreciação excepcional. Esta depreciação excepcional pode ser deduzida nos impostos devidamente registados na contabilidade da empresa. A terminação deste esquema fiscal tem sido, nos últimos anos, sucessivamente adiada pelas autoridades francesas e como tal, no presente, pode ser considerada como um elemento contínuo que integra o pacote de remuneração em França.

Emissão de licenças

É necessária uma licença de construção emitida pelo Governo para centros electroprodutores a energia eólica com alturas de mastros superiores ou iguais a 12 metros. Estando em causa parques eólicos com alturas de mastros acima de 50 metros, a emissão de licença de construção deve ser

precedida de consulta pública. Através da consulta pública pretende-se prestar informação relativamente ao projecto em causa e reunir pareceres, sugestões e contrapropostas. A consulta é organizada pelo Presidente da Câmara Municipal e conduzida por um comissário inspector ou por comissário de instrução nomeado para o efeito pelo tribunal administrativo, de acordo com a natureza e dimensão do projecto.

As ZDE são definidas pela prefeitura (autoridade local francesa) mediante proposta das autoridades locais competentes, de forma a permitir que as instalações eólicas aí situadas beneficiem da obrigação de aquisição para além do limite de 12 MWh de capacidade instalada. As autoridades locais estabelecem para as instalações localizadas nestas zonas um limite máximo e um limite mínimo para a capacidade instaladas. As ZDE são determinadas com base no potencial de energia eólica, disponibilidade de capacidade de injeção na rede de transporte e distribuição de electricidade e a protecção da paisagem, dos monumentos históricos e outros locais protegidos.

Polónia

Enquadramento Regulatório Geral

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está essencialmente incluída numa Lei da Energia aprovada no dia 10 de Abril de 1997, entretanto alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002, e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que entrou em vigor em Janeiro de 2005 (que, conjuntamente, constituem a “Lei da Energia”). A Lei da Energia desenvolveu o disposto na: (i) Directiva da Electricidade, (ii) Directiva 2003/55/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003, relativa às regras comuns para o mercado interno do gás natural, e (iii) Directiva das Energias Renováveis. Os regulamentos específicos no âmbito do sector energético estão incluídos em legislação secundária adoptada no âmbito da Lei da Energia. A autoridade nacional reguladora do sector energético – presidente da Autoridade Reguladora de Energia (“Presidente ERA”) – foi criada com base na Lei da Energia.

De acordo com o disposto na Lei da Energia o exercício de actividades empresariais no âmbito do sector energético está dependente da obtenção de uma licença emitida pelo Presidente ERA. Não está previsto qualquer limite ao número de licenças a serem concedidas pelo Presidente ERA e as empresas que preencham os requisitos previstos na Lei da Energia estão habilitadas para obterem essa licença, ficando desse modo sujeitas ao disposto na Lei da Energia. A actividade de produção de electricidade está sujeita a licenciamento, excepto nos casos em que a capacidade total para produção de electricidade não ultrapasse 50 MW e cujas fontes utilizadas não sejam classificadas como renováveis ou de co-geração. As empresas produtoras de electricidade, mediante respectivo pedido de interligação às redes, têm o direito de vender a electricidade produzida aos utilizadores do sistema, tanto a empresas comercializadores como a clientes finais, conforme disposto na Lei da Energia. Caso essas empresas comercializadoras ou clientes finais rejeitem o acordo de interligação, tal recusa deverá ser notificada ao Presidente ERA.

Todas as empresas de electricidade detentoras de licenças estão obrigadas a obter a aprovação do Presidente ERA para as suas tarifas. O Presidente ERA tem a capacidade de dispensar uma empresa eléctrica da obrigação de apresentar as suas tarifas para aprovação, nos termos previstos na Lei da Energia (desde que a empresa desenvolva a sua actividade em condições de livre concorrência). O Presidente ERA pode ainda dispensar da obrigação de apresentar as suas tarifas a aprovação os produtores de electricidade (incluindo os produtores de energias renováveis e em co-geração) e

comercializadores de electricidade, excepto no que se refere aos preços para clientes domésticos e para efeitos de transporte e distribuição da electricidade.

Energias Renováveis (produção em regime especial)

A actividade de produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis e co-geração está dependente da obtenção de uma licença, emitida pelo Presidente ERA, e que é independente da capacidade instalada. Acresce que os produtores de energias renováveis e co-geração estão dispensados da obrigação de apresentar as suas tarifas para aprovação, sendo que o Presidente ERA tem a capacidade de lhes retirar tal dispensa. De acordo com o disposto na Lei da Energia a produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis beneficia de diversos apoios. As formas de apoio introduzidas na Polónia são as seguintes:

- a) Um sistema de aquisição obrigatória de certificados de origem por parte das empresas de electricidade e comercializadores que vendam electricidade a clientes finais interligados à rede polaca. Essas empresas estão obrigadas a: (i) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente ERA para cancelamento, ou alternativamente (ii) proceder ao pagamento de uma taxa de substituição calculada nos termos da Lei da Energia (sendo que os rendimentos com origem nestas taxas devem ser utilizados para efeitos de financiamento de novas fontes de energia renováveis). O certificado de origem atesta a produção da electricidade a partir de fontes de energia renováveis;
- b) Caso as empresas de electricidade não comprem a quantidade de certificados de origem exigida no âmbito da Lei da Energia ou não procedam ao pagamento da taxa de substituição (conforme *supra* referido), estas empresas de electricidade devem ser penalizadas pelo Presidente ERA, na medida da penalidade financeira calculada nos termos da Lei da Energia.

Os certificados de origem são emitidos pelo Presidente ERA a pedido da empresa que produz electricidade a partir de fontes de energia renováveis, submetidos através do operador da rede. O limite mínimo de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis (atestada pelos certificados de origem) no volume total anual de electricidade entregue aos clientes finais é fixado através de ordem do Ministro da Economia, emitida em cumprimento do disposto na Lei da Energia. Em 2008, o limite mínimo de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis foi fixado em 7%, sendo que todos os anos este limite deve sofrer um aumento até se atingir 10,4% em 2010. Os certificados de origem são emitidos para a electricidade fisicamente produzida. Os direitos originados nestes certificados são transaccionáveis através da Bolsa de Electricidade Polaca ou mediante contratos bilaterais entre empresas de electricidade (e notificados à Bolsa de Electricidade Polaca).

A electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis deve ser comercializada no mercado energético ao mesmo preço e condições aplicáveis à electricidade produzida a partir de fontes de energia convencionais, sendo que o valor do certificado de origem é definido no mercado, nos termos do disposto na Lei da Energia. As empresas responsáveis pelo transporte e distribuição de electricidade estão obrigadas, na sequência de um pedido apresentado por uma empresa produtora de electricidade, a proceder à interligação do centro electroprodutor de electricidade a partir de fontes de energia renováveis à rede nacional de electricidade com vista ao fornecimento de electricidade ao sistema. O requerente deve cumprir as condições necessárias para a interligação e celebrar um acordo de interligação com as empresas de transporte e distribuição. A empresa produtora de electricidade deve pagar uma taxa pela interligação do centro electroprodutor à rede. A taxa é calculada de acordo com os princípios previstos na Lei da Energia. A taxa pela interligação das fontes de energia que

cooperam com a rede é calculada com base nos custos de investimento actual efectuados no âmbito dessa interligação, excepto quando a capacidade instalada do centro electroprodutor a partir de energias renováveis não ultrapasse 5 MW, caso em que aquela taxa deve ser reduzida em 50%. As empresas responsáveis pelo transporte e distribuição na Polónia devem interpretar as disposições da Lei da Energia, ao abrigo das normas relativas ao cálculo da taxa de interligação para centros electroprodutores a energias renováveis, nos casos em que aquela Lei da Energia não regule directamente qual a parte da infra-estrutura de electricidade construída que deve servir de base ao cálculo da taxa de interligação para essas centros electroprodutores.

A Lei da Energia prevê regras especiais relativas ao equilíbrio da electricidade produzida por parques eólicos, no entanto não estão ainda previstas regras detalhadas para esse efeito. Existe, na presente data, um anteprojecto de legislação em que se prevê a possibilidade de ajustamento do plano de electricidade produzida em parques eólicos o mais tardar uma hora antes da produção de electricidade.

A Lei da Energia prevê direitos de acesso prioritário à rede de transporte e/ou distribuição relativamente à electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis comparativamente à electricidade produzida a partir de outras fontes. De acordo com a Lei da Energia, o comercializador de último recurso (empresa que fornece determinados serviços a clientes domésticos não elegíveis) está obrigado a adquirir electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis que esteja interligada à rede. Adicionalmente, os produtores de energia eólica podem também vender a electricidade gerada em bolsa (*“Polish power exchange”*) ou através de contratos bilaterais com participantes independentes no mercado. Nestes casos, a entidade que adquire a electricidade terá apenas que estar legalmente autorizada a fazê-lo, pelo que poderá ser qualquer empresa distribuidora ou comercializadora. Os termos relevantes de cada contrato (como sejam o preço, a duração do contrato e condições de entrega) são, regra geral, negociados livremente entre as partes. Ao abrigo do “Terceiro Pacote” da U.E., de 2007, no âmbito do sector das energias renováveis, deve-se cumprir o objectivo acordado pelo Conselho Europeu com vista a assegurar que até 2020, 20% da quota de energia total consumida na U.E. seja produzida a partir de fontes de energia renováveis.

Bélgica

Enquadramento regulatório geral

O enquadramento regulatório do sector eléctrico Belga é complexo, devido à divisão de competências entre as entidades federais e as três entidades regionais: Valónia, Bruxelas-Capital e Flandres. A nível federal, as competências regulatórias incluem as actividades de transporte de electricidade (desde que os níveis de transmissão sejam superiores a 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação relevante a nível federal é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999, com as suas diversas alterações (a “Lei Federal da Electricidade”). As entidades regionais de regulação são, por seu lado, responsáveis pela regulação da distribuição, energias renováveis e co-geração (com excepção dos centros electroprodutores *“offshore”*) e eficiência energética. Da legislação regional relevante cumpre destacar: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000, (b) para a Valónia, o Decreto Regional relativo ao Mercado da Electricidade de 12 de Abril de 2001, e (c) para Bruxelas-Capital, a Ordem de 19 de Julho de 2001 referente à Organização do Mercado Eléctrico. Tendo em conta a repartição das responsabilidades entre Governo federal e as regiões, existem actualmente quatro entidades reguladoras do sector energético: (a) a Comissão Federal para a Regulação da Electricidade e do Gás (“CREG”), (b) a

Comissão Reguladora da Electricidade e do Gás para a região da Flandres, (c) a Comissão Energética da Valónia (“CwaPE”), e (d) a Comissão Reguladora do Sector Energético para a região de Bruxelas-Capital (“BRUGEL”).

Energias renováveis e co-geração

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis (e co-geração) através do sistema de certificados verdes (“CV”), conforme descrito *infra*. O Governo federal Belga é responsável pelos centros electroprodutores “*offshore*” e pela imposição de obrigações aos operadores do sistema de transporte. Os sistemas de CV existentes nas 3 regiões são bastante similares entre eles e são ainda semelhantes ao sistema de CV aplicáveis aos parques eólicos “*offshore*”. As diferenças actualmente existentes respeitam às quotas, multas e limites mínimos para atribuição de CV. Cumpre referir que os CV emitidos para instalações “*offshore*” numa determinada região ou pelo Governo Federal não são automaticamente reconhecidos como tal nas outras regiões. O objectivo do sistema de CV é criar um mercado de CV paralelo ao mercado de venda de electricidade. Os CV podem ser transaccionados através de contratos bilaterais. Prevê-se que durante o ano de 2008 seja lançada uma bolsa de CV’s. Para além do mercado de CV, existe um sistema de preço mínimo garantido ao nível federal (obrigações impostas ao operador do sistema de transporte) e ao nível regional (regime de auxílio à produção nas regiões da Valónia e Flandres).

A Lei Federal da Electricidade foi desenvolvida pelo Real Decreto, de 16 de Julho de 2002, que estabelece as disposições com vista à promoção da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis. O referido diploma contém ainda normas relativas especificamente à electricidade produzida em centros electroprodutores “*offshore*” e estabelece um sistema de preços mínimos de compra de CV’s pelos operadores do sistema de transporte. Relativamente aos centros electroprodutores “*offshore*”, o operador do sistema de transporte está obrigado a adquirir CV’s emitidos por qualquer autoridade regional ou pelo CREG referentes aos centros electroprodutores “*offshore*”, ao preço fixado pelo Governo Federal. O preço mínimo depende da fonte de energia em causa, correspondendo a: €150/MWh para energia solar, €50/MWh para energia eólica “*onshore*” e energia hidráulica, €20/MWh para outras fontes de energia renováveis (incluindo biomassa), e para energia eólica “*offshore*” 107€/MWh para os primeiros 216MW de capacidade instalada e €90/MWh para a produção acima dos 216MW. Este preço mínimo de obrigação de aquisição tem a duração de 10 anos a partir da data em que o centro electroprodutor entra em funcionamento, ou em caso de centros electroprodutores “*offshore*” esta duração corresponde a 20 anos. O operador do sistema de transporte deve posteriormente vender no mercado os CV’s que adquiriu, de forma a recuperar as despesas em que incorreu. A diferença entre o preço de aquisição e o preço de venda no mercado dos CV’s é financiada através da taxa cobrada na rede de transporte.

Valónia

O Decreto de 12 de Abril de 2001, relativo ao Mercado Regional de Electricidade na Valónia, alterado pelo Decreto de 4 de Outubro de 2007, regula o sector eléctrico nesta região. Este decreto foi desenvolvido pela Ordem de 30 de Novembro de 2006, relativa à Promoção de Energias Renováveis e Co-geração (que revogou a Ordem de 4 de Julho de 2002 relativa à Promoção de Electricidade Verde), alterada pela Ordem de 20 de Dezembro de 2007, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008.

O Governo da Valónia introduziu estas alterações com vista a assegurar o equilíbrio adequado do

mercado regional de CV's. Além disso, foi criado um novo sistema com o objectivo de encorajar determinado tipo de tecnologias emergentes, que contudo, à data do presente Prospecto, não foi ainda implementado. Qualquer centro electroprodutor de energias renováveis situado na Valónia que pretenda beneficiar do sistema de CV's deve para tal apresentar o correspondente pedido à CwaPE.

O centro electroprodutor requerente deve ter em sua posse um documento que ateste que a electricidade aí produzida corresponde a "electricidade verde" ("CGO"). "Electricidade verde" abrange toda a electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis e em centros electroprodutores de co-geração que poupem 10% nas emissões de CO₂. Todos os centros electroprodutores que tenham um CGO podem receber, de 3 em 3 meses, um determinado número de CV's. O número de CV's atribuídos a cada centro electroprodutor é determinado com base na quantidade de KWh produzida correspondente a um MWh multiplicada pela percentagem de emissões poupadas de CO₂. A percentagem de emissões poupadas de CO₂ é calculada a partir da divisão da quantidade de emissões CO₂ poupada pelo produtor, pela quantidade de emissões de CO₂ de um produtor ordinário, conforme definido e publicado anualmente pela CwaPE. A quantidade poupada de emissões de CO₂ é limitada a 1 para a quantidade gerada em centros electroprodutores com capacidade instalada acima de 5 MW, e limitada a 2 para centros electroprodutores com capacidade instalada inferior a 5 MW. Cada CV é válido por 5 anos.

O direito de um centro electroprodutor em obter CV's aumentou para 15 anos, contados da data da sua entrada em funcionamento, sendo que antes de 1 de Janeiro de 2008 este direito estava limitado a dez anos desde a data da entrada em funcionamento do centro electroprodutor em causa. Dez anos após a entrega ao centro electroprodutor do primeiro CV, o número de CV's disponíveis para o período restante será reduzido por aplicação de um coeficiente ("Coeficiente K") para cada tipo de energia renovável produzida pelo centro electroprodutor, calculado com base em diferentes critérios. O valor do Coeficiente K será divulgado durante o primeiro trimestre de 2008 e deve ser revisto cada ano, sendo que a primeira revisão terá lugar a 1 de Janeiro de 2011.

No que se refere os centros electroprodutores a energias renováveis que entraram em funcionamento antes de 31 de Janeiro de 2008, o número de CV's atribuídos a partir de 1 de Janeiro de 2008 está limitado, por aplicação de um coeficiente ("Coeficiente Q") para cada tipo de energia. Contudo, durante os primeiros 10 anos após a entrega ao centro electroprodutor do primeiro CV, a aplicação do Coeficiente Q aos centros electroprodutores existentes não pode resultar na diminuição de CV's em mais de 50% relativamente ao número de CV's que seriam atribuídos caso não se aplicasse o Coeficiente Q. Dez anos após a entrega do primeiro CV, os centros electroprodutores existentes ficam sujeitos à aplicação do coeficiente K se esta sujeição implicar a atribuição de um número mais reduzido de CV's do que se se aplicasse o Coeficiente Q.

Acresce que os centros electroprodutores que tenham sofrido modificações significativas podem vir a beneficiar de CV por um período adicional de 15 anos. Consideram-se modificações significativas as seguintes: (a) modificações em consequência das quais as instalações tenham aumentado para 20% o nível de poupança das emissões de CO₂; (b) substituição do produtor de electricidade; e (c) modificações que impliquem um investimento superior a, pelo menos, 50% do investimento inicial. Os detentores de CV na região da Valónia têm 3 opções: (a) vender os CV's em mercado; (b) aproveitar o auxílio à produção de energias renováveis; ou (c) vender os CV's ao operador do sistema de transporte ao abrigo da legislação federal *supra* referida. A primeira opção – venda em mercado – baseia-se na obrigação dos retalhistas, detentores de licenças limitadas (para auto-produtores ou clientes finais que não são abastecidos por retalhistas) e operadores das redes de distribuição,

respectivamente, de entregarem à CwaPE um determinado número de CV's emitidos na região da Valónia, resultante da aplicação de uma quota: (i) no caso dos fornecedores, à electricidade vendida a clientes finais na Valónia; (ii) no caso dos detentores de licenças limitadas, à electricidade consumida; e (iii) no caso dos operadores das redes de distribuição, a electricidade consumida ou vendida a clientes finais interligados ao sistema de distribuição. Em 2008, a quota está fixada em 8% e vai aumentar 1% todos os anos até 2013 (ou seja até 12%). As quotas aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2013 não devem ser adoptadas depois de 1 de Janeiro de 2010. Contudo, a obrigação de entrega de CV's foi reduzida em conformidade com o nível de consumo do cliente final, desde que este tenha celebrado um acordo na região da Valónia com vista melhorar os seus níveis de eficiência energética. O incumprimento da obrigação dá origem à aplicação de uma multa no valor de €100 por CV em falta.

A segunda opção – auxílio regional à produção de energias renováveis – obriga o operador local do sistema de transporte a adquirir determinados CV's, emitidos na região da Valónia, a um produtor de energia, por um preço mínimo fixado pelo Governo Regional, por um período máximo de 180 meses contados da data da entrada em funcionamento do centro electroprodutor. Esta obrigação não é automática, uma vez que é necessário obter uma autorização do Ministro do Governo Regional, da qual deve constar indicação da respectiva duração. O Governo Regional fixou em €65 o preço mínimo por CV.

Bruxelas-Capital

A legislação referente à região de Bruxelas-Capital encontra-se prevista na Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa ao mercado da electricidade de Bruxelas-Capital, concretizada através da decisão administrativa de 6 de Maio de 2004, com as alterações introduzidas em Setembro de 2007. O sistema de CV na região de Bruxelas-Capital é semelhante ao sistema existente na região da Valónia, com algumas diferenças relevantes. Um centro electroprodutor que disponha de um CGO pode obter CV's, emitidos pela BRUGEL. Para esse efeito, um centro electroprodutor deve reunir determinadas condições: (i) estar em funcionamento há menos de 10 anos, e (ii) poupar pelo menos 5% nas emissões de CO₂. No caso dos centros electroprodutores de co-geração, estes devem ser de alta qualidade (ou seja pouparem pelo menos 5% nas emissões de CO₂). Se estiverem em causa centros electroprodutores antigos que tenham sofrido modificações significativas o requisito da duração de 10 anos pode ser alargado entre 5-10 anos, dependendo do nível de investimento realizado.

O número de CV's entregues a um centro electroprodutor para um período de 3 meses é calculado a partir da divisão da taxa de poupança de emissões de CO₂ pelas emissões de CO₂ relativas ao gás natural. No caso de instalações solares e de biomassa é aplicado a este cálculo um coeficiente multiplicador. Não obstante o número de CV ser limitado a 2 por MWh de electricidade líquida no caso de a capacidade instalada ser superior a 1 MW ou a “*performance*” da electricidade ser inferior a 20%. Cada CV é válido por 5 anos.

Os detentores de CV's na região de Bruxelas-Capital têm 2 opções: (a) vender os CV's em mercado; ou (b) vender os CV's ao operador do sistema de transporte ao abrigo de legislação federal *supra* referida. A primeira possibilidade baseia-se na obrigação que recai sobre os retalhistas de entregarem à BRUGEL um determinado número de CV's, emitidos nas regiões de Bruxelas-Capital ou da Valónia em certas circunstâncias, resultante da aplicação de uma quota à electricidade vendida a consumidores finais na região de Bruxelas-Capital. Em 2008/2009 a quota está fixada em 2,5% e vai

aumentar para 2,75% até 2010, e para 3,25% até 2012. O incumprimento da obrigação dá origem à aplicação de uma multa no valor de €75 por CV em falta.

Flandres

A legislação referente à região da Flandres encontra-se prevista no Decreto da Electricidade, de 17 de Julho de 2000, desenvolvido pela Ordem, de 5 de Março de 2004, relativa à promoção de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis. Um produtor de energias renováveis que demonstre que a respectiva electricidade foi produzida na região da Flandres pode requerer ao Vlaamse Reguleringinstantie voor de Elektriciteit (“VREG”), o regulador flamengo do mercado de electricidade e gás, a emissão de um CV. Um CV na região da Flandres é emitido mensalmente por cada 1000 kWh produzidos pelo produtor e é válido por 5 anos. No caso dos centros electroprodutores produzirem uma quantidade superior a 100.000kWh/ano, é ainda exigido um CGO que deve ser renovado de 2 em 2 anos.

Os detentores de CV’s na região da Flandres têm 3 opções: (a) vender os CV’s em mercado; (b) aproveitar o auxílio regional à produção de energias renováveis; ou (c) vender os CV’s ao operador do sistema de transporte ao abrigo de legislação federal *supra* referida. Tal como para a região da Valónia, a primeira possibilidade baseia-se na obrigação dos retalhistas de entregarem à VREG um determinado número de CV emitidos na região da Flandres. O número de CV, é calculado através da aplicação de uma quota à electricidade vendida no ano anterior; no entanto, o *benchmark* é reduzido em vários casos antes da quota ser aplicada. A partir de 31 de Março de 2008, a quota irá corresponder a 3,75%, e deve aumentar até 6% a 31 de Março de 2011, sendo que a partir daquela data deve aumentar para 4,5% em 2009 e para 5,25% em 2010. O incumprimento da obrigação dá origem à aplicação de uma multa no valor de €75 por CV em falta. O incumprimento da obrigação dá origem à aplicação de uma multa no valor de €125 por CV em falta.

A segunda possibilidade – auxílio da região da Flandres à produção de energias renováveis – obriga o operador do sistema de distribuição a adquirir CV, a um produtor de energias renováveis ligado à sua rede que o requeira. Os auxílios à produção de energias renováveis estão limitados à electricidade produzida durante 48 meses. O montante do auxílio depende do tipo de tecnologia e da fonte de energia em causa: para energia solar, corresponde a €450/CV; para energia hídrica e geotérmica, corresponde a €95/CV, e para energia eólica, corresponde a €80/CV. Esta obrigação nasce com a entrada em funcionamento do centro electroprodutor e está limitada a 10 anos. No caso das instalações de energia solar que entrem em funcionamento posteriormente a 1 de Janeiro de 2006 a duração dessa obrigação é alargada para 20 anos. No fim da referida obrigação os CV’s são novamente vendidos em mercado.

E.U.A.

As leis de energia federais, estatais e locais regulam o desenvolvimento, propriedade, organização empresarial e funcionamento de centros electroprodutores e a venda da electricidade nos E.U.A.. Além disso, o Governo federal regula certas questões ambientais e os governos estatais e locais regulam a construção de centros electroprodutores, a venda de electricidade a retalho e questões ambientais e de licenciamento.

Regulamentos federais relativos à indústria da electricidade

O Governo federal regula a venda grossista de electricidade e o negócio do transporte no comércio interestatal através da “*Federal Energy Regulatory Commission*” (“FERC”), cujas competências lhe foram atribuídas pelo “*Federal Power Act*” (o “FPA”), entretanto alterado, e outros diplomas legislativos federais, como a “*Public Utility Regulatory Policies Act*” de 1978 (“PURPA 1978”), a “*Energy Policy Act*” de 1992 (“EPACT 1992”) e a “*Energy Policy Act*” de 2005, que, entre outros, revoga e substitui a “*Public Utility Holding Company Act*” de 1935 pela “*Public Utility Holding Company Act*” de 2005 (“PUHCA 2005”).

Produção de electricidade

Todas as sociedades operativas da EDP Renováveis nos E.U.A. desenvolvem as suas actividades como produtores grossistas isentos - “*Exempt Wholesale Generators*” (“EWG”) - ao abrigo da PUHCA de 2005, ou como “*Qualifying Facilities*” (Instalações Qualificadoras) (“QF”) ao abrigo da PURPA de 1978, ou gozam de ambas as classificações. Além disso, a maioria das sociedades operativas são reguladas pela FERC ao abrigo da Parte II da FPA e beneficiam de tarifas registadas junto da FERC baseadas no mercado.

As EWG são proprietárias ou operadoras de produção de electricidade (incluindo de energias renováveis, tais como projectos eólicos) que se dedicam em exclusivo à operação de centros electroprodutores (e/ou simplesmente as detêm) e à venda grossista de energia eléctrica. Uma EWG não pode vender energia eléctrica a retalho e só pode ser proprietária ou operar o número limitado de instalações de interligação que sejam necessárias para ligar as suas instalações de produção de energia à rede.

Nos termos da FPA, a FERC tem a jurisdição exclusiva para fixação das tarifas relativas aos “serviços de utilidade pública” que se dedicam à venda grossista de energia eléctrica e ao transporte de energia eléctrica no comércio inter estatal. O proprietário das instalações de produção de energias renováveis que tenha sido classificado como EWG, em conformidade com os regulamentos da FERC, está normalmente sujeito à jurisdição da FPA e da FERC relativamente à determinação de tarifas. No entanto, a FERC costuma atribuir aos EWG a autoridade necessária para cobrar tarifas de acordo com os valores de mercado, desde que o EWG demonstre que não tem posição dominante no mercado, ou que essa possibilidade foi adequadamente atenuada, e que, por outro lado, não tem possibilidade de criar barreiras à entrada no mercado. Nenhuma das sociedades operativas da EDP Renováveis, ou alguma das suas afiliadas, deteve até à data uma tal posição no respectivo mercado que levasse a FERC a considerar que existia a possibilidade de se vir a verificar uma posição dominante. No caso de tal análise se modificar ou de se verificar o incumprimento de outras condições necessárias à capacidade para determinar tarifas com base no mercado, a FERC tem autoridade para reter ou anular a fixação de tarifas com base no mercado e exigir que as vendas de energia eléctrica sejam feitas de acordo com tarifas baseadas no custo do serviço, o que pode resultar na redução das mesmas. A FERC tem também autoridade para aplicar multas substanciais no que concerne o incumprimento das disposições relativas a tarifas ou às exigências da FPA. Enquanto que a FERC costuma dispensar um EWG de muitas das exigências contabilísticas impostas a outras actividades de utilidade pública ao abrigo da FPA, os EWG com autoridade para fixação de tarifas com base no mercado encontram-se sujeitos a obrigações de revisão contínua das suas tarifas ao abrigo das secções 205 e 206 da FPA, à revisão de determinadas disposições directas e indirectas das suas instalações de produção ao abrigo da secção 203 da FPA, à regulamentação de emissão de títulos ao abrigo da secção 204 da FPA (sujeitas a certas pré-autorizações colectivas), e à supervisão de

conselhos administrativos interligados, ao abrigo da secção 305 da FPA.

Alguns pequenos centros electroprodutores podem ser consideradas QF ao abrigo da PURPA 1978. Um centro electroprodutor de energia eólica, com uma capacidade geradora de 80 MW ou menos (ou o conjunto de centros electroprodutores de energia eólica detidos ou operados pela mesma pessoa ou respectivas afiliadas no raio de uma milha em redor das instalações) podem ser certificados (ou auto-certificados) como uma QF. Algumas QF, incluindo instalações de produção de energias renováveis com uma capacidade geradora de 30 MW ou menos, estão isentas de determinadas disposições da FPA, incluindo exigências contabilísticas e relativas à apresentação de relatórios, regulamentos sobre a disposição das instalações de produção, regulação de emissão de títulos e supervisão de conselhos administrativos interligados nos termos da secção 305 (b) da FPA. Além disso, as QF de energias renováveis com uma capacidade geradora de 20 MW ou menos estão isentas da autoridade de fixação de taxas da FERC, ao abrigo da FPA. As QF que não estejam localizadas em mercados organizados têm o direito de requerer que um serviço público de fornecimento de electricidade adquira a energia por si gerada. As QF têm, ainda, o direito de requerer que um serviço público estabeleça a sua interligação ao sistema de electricidade do serviço público, e compre serviço garantido de electricidade, reserva de electricidade, e electricidade suplementar desse serviço público de fornecimento de electricidade interligado, através de tarifas razoáveis e não discriminatórias. Finalmente, uma QF de energias renováveis com uma capacidade de 30 MW ou menos está fora do âmbito de aplicação das leis e regulamentos estatais relativamente às tarifas de serviço público de fornecimento de electricidade e dos regulamentos financeiros e organizacionais dos serviços eléctricos de utilidade pública.

A FERC também procede à implementação das determinações da PUHCA de 2005, que impõem certas obrigações às sociedades gestoras de participações sociais que detêm 10% ou mais participações directas ou indirectas em sociedades que são proprietárias ou operam instalações de produção de electricidade para venda, incluindo instalações de produção de energias renováveis. Em termos gerais, a PUHCA 2005 impõe determinadas obrigações relativamente à manutenção de registos, transmissão de informações e de contabilidade a essas sociedades gestoras de participações sociais e a determinadas afiliadas. No entanto, as sociedades gestoras de participações sociais que são proprietárias apenas de EWG, QF ou sociedades de utilidade pública estrangeiras encontram-se isentas da aplicação das disposições legais da PUHCA 2005 relativamente ao acesso federal a livros e registos.

As transacções de energia nos E.U.A. podem ser bilaterais por natureza, caso em que as partes contratam livremente a compra e venda de energia, ou podem ocorrer num mercado único centralizado de compensação para a compra e venda de energia à vista caso em que a distribuição eficiente de energia é facilitada. Tendo em conta as limitações de interligações entre os sistemas de transporte nos E.U.A. e a existência de diferentes regras de mercado, formaram-se certos mercados regionais nos sistemas de transporte, operados por organizações de transporte regionais ou operadores de sistema independentes (*“Independent System Operators”*-“ISO”), tais como os ISO do *“Midwest”*, da Califórnia, de Nova Iorque e de Nova Inglaterra e a Interligação PJM na zona do *“mid-Atlantic”*.

Em termos gerais, as sociedades operativas da EDP Renováveis vendem electricidade das instalações de produção eléctrica da EDP Renováveis ao abrigo de contratos bilaterais de aquisição de electricidade de longa duração. No entanto, podem ainda proceder à venda no mercado de energia adicional ou de serviços acessórios, numa base de curto prazo, geralmente a preços de compensação

de curto prazo. Todos os centros electroprodutores da EDP Renováveis estão interligados à rede através de contratos de interligação de longo prazo, nos termos dos quais as empresas detentoras de sistemas de transporte (em combinação com qualquer ISO de que seja membro o serviço de utilidade pública) acordam em construir e manter instalações de interligação operadas pelo sistema e em disponibilizar serviços de interligação às instalações de produção. Assim, o sucesso e a conclusão atempada dos projectos da EDP Renováveis e a venda da respectiva electricidade estão dependentes do desempenho das contrapartes dos contratos de interligação da EDP Renováveis, nos termos aí previstos.

Parâmetros de fiabilidade NERC

A “*Energy Policy Act*” de 2005 alterou a FPA, de forma a atribuir à FERC a jurisdição sobre todos os utilizadores, proprietários e operadores do sistema grossista de electricidade, com o objectivo de aprovar e reforçar o cumprimento de determinados padrões de fiabilidade. As normas de fiabilidade constituem os requisitos necessários para garantir o funcionamento adequado do sistema grossista de electricidade. No exercício da sua autoridade nos termos da FPA, a FERC certificou a “*North American Electric Reliability Corporation*” (“NERC”) como a entidade responsável pelo desenvolvimento de normas de fiabilidade, as quais devem ser submetidas à FERC para aprovação, fiscalização e garantia do respectivo cumprimento de acordo com parâmetros de fiabilidade, e sujeitas à revisão da FERC. A FERC autorizou a NERC a delegar certas funções em oito entidades regionais. Todos os utilizadores, proprietários e operadores dos sistemas grossistas de energia que atinjam determinados limites devem registar-se junto da NERC e cumprir as normas de fiabilidade aprovadas pela FERC. A FERC aprovou em Março de 2007 o primeiro conjunto de normas de fiabilidade, que desde o dia 18 de Junho de 2007 são de cumprimento obrigatório para todos os utilizadores, proprietários e operadores, à excepção de determinadas QF, ao abrigo da PURPA 1978, para as quais o primeiro conjunto de normas de fiabilidade se tornou obrigatório em 25 de Junho de 2007. O incumprimento das normas de fiabilidade obrigatórias podem dar origem à imposição de multas cujo montante pode atingir 1 milhão de Dólares Americanos por dia por violação. Todas as sociedades operativas da EDP Renováveis nos E.U.A. que atingiram os limites previstos registaram-se junto da NERC e estão sujeitas ao cumprimento das normas de fiabilidade aplicáveis, aprovadas pela FERC.

Regulamentos estatais relativos à indústria de electricidade

As agências reguladoras estatais têm jurisdição sobre as tarifas e condições de fornecimento do serviço de electricidade aos clientes a retalho. De acordo com o *supra* referido, um EWG não pode realizar vendas a retalho. Por outro lado, os Estados podem autorizar ou não que as QF se dediquem a essa forma de venda.

Em alguns Estados, a aprovação da construção de novos centros electroprodutores, incluindo os centros electroprodutores de energias renováveis, como os parques eólicos, é obtida junto de uma agência estatal, sendo exigidas aprovações ministeriais pelos governos estatais e locais. No entanto, em muitos Estados o processo de obtenção de licenças para os centros electroprodutores (incluindo parques eólicos) está ainda sujeito ao cumprimento de disposições relativas à utilização de terras e outras similares impostas por governos locais. As autorizações estatais podem implicar um processo de aprovação mais alargado, possivelmente incluindo um EIA e a possibilidade de oposição por partes interessadas.

Tanto o Governo Federal dos E.U.A. como vários Governos Estaduais implementaram medidas para promover o desenvolvimento da produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal dos E.U.A. consta dos créditos fiscais sobre a produção (*“Production Tax Credit”*) (PTC), estabelecido pelo Congresso Norte-Americano (o “Congresso”) como parte do EPACT 1992. Muitos Estados aprovaram legislação, principalmente sob a forma de *“Renewable Portfolio Standards”* (“RPS”), exigindo que os serviços de utilidade pública comprem uma determinada percentagem do seu fornecimento de energia a partir de fontes renováveis, de modo semelhante ao disposto na Directiva das Energias Renováveis da U.E..

Créditos fiscais sobre a produção (“Production Tax Credit”) (PTC)

Os PTC constituem créditos fiscais concedidos aos proprietários de certas instalações de produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis, incluindo energia eólica, biomassa, geotérmica, mini-hídrica, gás de aterro sanitário e instalações de recolha de resíduos, que vendem electricidade a terceiros com os quais não estejam relacionados. Os PTC baseiam-se numa unidade medida a partir do rendimento da fonte de energia renovável e concedem a compensação de um Dólar Americano por um Dólar Americano da responsabilidade fiscal do proprietário de um centro electroprodutor de energia eólica, aumentando efectivamente o rendimento do centro electroprodutor por unidade de geração, originalmente os PTC ascendiam a 15 Dólares Americanos por MWh, sujeito ao ajuste de acordo com a inflação. Em 2008, a taxa de PTC aplicável à produção de energia eólica foi de 21 Dólares Americanos por MWh; no entanto, esse valor será reduzido para qualquer projecto que receba apoio financeiro governamental relacionado com custos de capital ou que beneficie de outros créditos fiscais federais sobre o rendimento. Os PTC são aplicáveis por um período de 10 anos, a partir da entrada em funcionamento da instalação em causa. Os PTC beneficiam apenas os proprietários do centro electroprodutor, sendo que se o proprietário do centro electroprodutor for tributado como uma sociedade, os PTC serão atribuídos aos seus sócios. Os PTC beneficiam em primeiro lugar os proprietários com rendimentos tributáveis nos E.U.A. contra os quais seja possível reclamar o crédito fiscal, ou os que possam pôr em funcionamento estruturas de investimento institucionais através das quais outros investidores de capital beneficiem, em última análise, dos PTC.

Ao longo dos tempos, a legislação referente aos PTC tem vigorado para períodos de um a três anos, sujeitos a prorrogação. Os actuais PTC actuais cessam a 31 de Dezembro de 2008. E, muito embora, se tenha verificado no passado a prorrogação constante dos PTC, a verdade é que foi permitido o vencimento dos períodos por 3 vezes previamente à sua prorrogação, tendo-se criado deste modo um período durante o qual os mesmos não se encontravam activos. O Congresso aplicou em todos os casos os PTC de forma retroactiva de maneira a cobrir esse hiato de tempo; no entanto o vencimento periódico e a incerteza relativamente a prorrogações afecta o funcionamento da indústria. Em Dezembro de 2007, a lei da energia aprovada na Casa dos Representantes dos E.U.A. (a “Casa dos Representantes”) incluiu uma proposta no sentido de prorrogar os PTC federais durante um período de 4 anos; contudo, tal proposta foi excluída da lei aprovada na mesma ocasião pelo Senado dos E.U.A. (o “Senado”). Em Fevereiro de 2008, a Casa dos Representantes aprovou novamente uma lei da energia que incluiu uma prorrogação de 3 anos dos PTC, que se encontra ainda a aguardar correspondente acção por parte do Senado. Actualmente não existe nenhum projecto-lei aprovado pelo Congresso para prorrogar os PTC após 31 de Dezembro de 2008. Por outro lado, não há nenhuma garantia de que o Congresso decida continuar a prorrogar os PTC. Não

obstante, ainda que os PTC vençam, os parques eólicos que tenham entrado em funcionamento antes dos PTC actuais terem expirado não serão afectados por um período de 10 anos, contado do momento em que o centro electroprodutor de energia eólica em questão tenha iniciado o seu funcionamento.

Sistema de Amortização Acelerada Modificado “Modified Accelerated Cost Recovery System” (“MACRS”).

Os projectos de energias renováveis podem ainda gozar do benefício fiscal associado à amortização acelerada das principais componentes dos equipamentos por um período de 5 anos. A maior parte dos activos dos produtores de energias renováveis são elegíveis para o MACRS, através do qual é concedido um benefício fiscal adicional independente do nível de produção de energia eléctrica. As MACRS têm sido aplicadas desde 1987 e, actualmente, não se põe em causa a sua descontinuação.

“Renewable Portfolio Standards” (“RPS”)

Os Governos de vários Estados tiveram um papel activo no desenvolvimento de infra-estruturas renováveis através da implementação de um programa de RPS. Em termos gerais, um programa RPS integra a política estatal através da qual se obriga a que uma certa percentagem da energia fornecida por uma empresa eléctrica num determinado Estado seja produzida a partir de fontes de energia renováveis. Normalmente essa percentagem corresponde a 10-20% em 2015, e, em certos casos são previstas penalidades pelo não cumprimento destes objectivos. Os certificados de energias renováveis (“*Renewable Energy Certificates*” – “REC”) são negociáveis e costumam ser utilizados nos programas de RPS para atestar que uma determinada quantidade de kilowatts de electricidade por hora foi produzida a partir de fontes de energia renováveis. Os REC constituem “*commodities*” independentes da electricidade subjacente, produzida a partir de fontes de energia renováveis. Em muitos programas RPS, uma empresa de electricidade pode normalmente demonstrar, através da quantidade de REC que detém, que apoiou a produção de uma quantidade de energias renováveis igual à percentagem imposta pelo programa de RPS.

Segundo a base de dados referente aos incentivos estatais para energias renováveis e eficiência – “*Database of the State Incentives for Renewables and Efficiency*” (“DISEUSA”) – desde Março de 2008, mais de 29 Estados e o Distrito de Columbia implementaram programas de energias renováveis. Quatro destes Estados (Illinois, Virginia, Missouri e Vermont) adoptaram metas voluntárias, em vez de objectivos obrigatórios. Vários outros Estados estão a considerar a implementação de programas de RPS. Apesar de actualmente não existir nenhum programa de RPS a nível federal, já houve propostas para a criação de um modelo federal de RPS para as energias renováveis.

Outros incentivos que os Estados e as localidades adoptaram para fomentar o desenvolvimento de fontes de energia renováveis incluem a redução de impostos prediais, isenções fiscais estatais e atribuição de fundos estatais. Além disso, vários Estados cobram taxas suplementares de electricidade a utilizadores residenciais e comerciais e, através de fundos de benefício público, investem parte desses fundos em projectos de energias renováveis.

Cumprimento de normas de protecção ambiental

A construção e o funcionamento de centros electroprodutores de energia eólica e a produção e o transporte das energias renováveis está sujeita a regulamentação ambiental das autoridades federais, estatais e locais dos E.U.A.. Em geral as leis e regulamentos ambientais prevêm um processo

moroso e complexo para a obtenção de licenças, autorizações e aprovações necessárias à construção, operação ou modificação de um projecto ou centro electroprodutor de produção eléctrica. Previamente à implementação de um projecto, as autoridades responsáveis pela emissão das licenças podem exigir que os responsáveis por esse projecto de desenvolvimento de centros electroprodutores de energia eólica considerem e analisem, entre outros, o impacto junto das aves e de outros recursos biológicos, impacto do ruído, impactos paleontológicos e culturais, impactos sobre a qualidade dos terrenos e da água, a compatibilidade com utilizações de terrenos existentes e impacto sobre a paisagem. Além disso, os projectos relativamente aos quais se preveja um impacto sobre o terreno ou outros recursos ao nível federal têm geralmente que preparar um EIA do qual constem os impactos ambientais do projecto e as respectivas alternativas. O EIA deve ser elaborado de acordo com “*National Environmental Policy Act*”, ao abrigo do qual se requer que haja revisão e envolvimento públicos no processo de licenciamento do projecto. Para os projectos que se situem em terrenos do “*Federal Bureau of Land Management*” (o “BLM”), o BLM preparou um modelo de declaração de impacto ambiental, com o intuito de reduzir o tempo na obtenção das licenças para aí se construírem projectos de energia eólica.

Pode ser ainda necessária a obtenção de licenças adicionais emitidas por outras agências federais nos casos em que os terrenos federais, os recursos naturais regulados pelas autoridades federais, as espécies em perigo ou outras zonas de competência federal estiverem envolvidos ou possam ser afectados pela construção ou funcionamento de um centro de produção de energias renováveis. Por exemplo, parques eólicos que excedam 200 pés de altura terão de cumprir os regulamentos de segurança e iluminação da “*Federal Aviation Administration*”. É possível que no futuro e com o intuito de minimizar interferências com sistemas de radar militares, os parques eólicos possam vir a estar sujeitos a mais restrições federais. Vários Estados implementaram também leis e regulamentos ambientais que têm impacto em projectos de energias renováveis. Algumas leis ambientais estatais exigem a preparação de um relatório de impacto ambiental semelhante ao estudo de impacto federal, enquanto que outros Estados exigem a realização de uma reunião para receber os comentários de proprietários de terras locais e das autoridades locais afectados pelos projectos.

10.8. Principais Acontecimentos

- Em Outubro de 2006, foram atribuídas em concurso público, ao ENEOP no qual a EDP Renováveis detém directa e indirectamente acções representativas de 20% do capital social, as licenças necessárias para desenvolver 1.200MW de capacidade eólica em Portugal.
- Em Dezembro de 2006, a NEO adquiriu o grupo Agrupación Eólica, com operações no sector da energia eólica em Espanha e França, com 155MW brutos de capacidade instalada, 52MW brutos adicionais de capacidade em construção e 992MW brutos de “*pipeline*”.
- Em Julho de 2007, a EDP adquiriu à Goldman Sachs 100% do capital social da Horizon, que já era então uma empresa líder no desenvolvimento, detenção e operação de produção de energia eólica nos E.U.A.. Em 30 de Junho de 2007, a Horizon possuía uma capacidade instalada bruta de 827 MW, e mais de 9.000 MW de capacidade bruta em construção e projectos em “*pipeline*” (incluindo 729 MW suplementares de capacidade bruta em construção).
- Em Dezembro de 2007, a EDP Renováveis adquiriu a sociedade Relax Wind Parks, que possui um conjunto de projectos na Polónia com 1.022MW brutos em “*pipeline*” eólico.

- Em Fevereiro de 2008, a EDP Renováveis adquiriu à Hydra Wind, LLC, uma carteira de projectos localizados no Illinois, Indiana e Ohio, com um total agregado de 1.050 MW de capacidade bruta em construção e projectos em “*pipeline*”.
- Em Abril de 2008, a EDP Renováveis adquiriu ao Grupo Eole 76, parques em França, na região da Normandia, com uma capacidade instalada total de 35MW brutos, projectos em desenvolvimento e construção na região da Normandia e de Rhônes-Alpes com um potencial de 8 MW brutos, 258 MW de “*pipeline*” e 294 MW de projectos em “*prospects*”.
- Em Maio de 2008, a EDP Renováveis, através da sua subsidiária NEO, celebrou com a Acciona Wind Power um contrato de compra e venda de aerogeradores da tecnologia Acciona com uma potência unitária de 1,5 MW e um total de 382,5 MW, extensíveis até 782,5 MW. Prevê-se que a data de entrega dos aerogeradores venha a ocorrer entre 2009 e 2011.

10.9. Informação sobre tendências

A EDP Renováveis, na medida em que desenvolve as suas actividades em países com sistemas de retribuição da electricidade produzida em mercado (Espanha, Bélgica, Polónia e E.U.A.), encontra-se exposta à variação do preço da electricidade. Estas variações encontram-se dependentes de variações nos preços dos combustíveis e nas licenças de emissão de CO₂ (dióxido de carbono), no “*mix*” de tecnologias de produção, nas taxas de câmbio ou outras condições de mercado (como, por exemplo, o nível de hidraulicidade). No entanto, o impacto destas variações nos resultados da EDP Renováveis poderá vir a ser reduzido, na medida em que, em alguns países, como é o caso de Espanha, caso do preço de mercado da electricidade diminua significativamente, aos parques eólicos da EDP Renováveis é concedida a opção de vender a electricidade produzida à tarifa fixa. Adicionalmente, e tendo em conta que nos E.U.A. a EDP Renováveis tem 87,1% da capacidade instalada líquida sob CAE's, 10,3 % da mesma em “*Merchant Sales*” com cobertura de risco e 2,6% da mesma em “*Merchant Sales*” sem cobertura de risco, a exposição ao sistema de retribuição em mercado é também reduzida.

No que diz respeito ao possível impacto negativo na produção dos parques eólicos motivada por condições meteorológicas adversas, tal como a hidraulicidade e a eolicidade (disponibilidade do recurso eólico), historicamente, tem-se verificado que a variação da produção medida em horas equivalentes de funcionamento é reduzida quando analisada em períodos razoavelmente largos, pelo que o impacto para a EDP Renováveis poderá não ser significativo.

A EDP Renováveis encontra-se sujeita a um potencial impacto económico que possa advir de uma redução da produção de electricidade decorrente da indisponibilidade dos parques eólicos. No curto prazo este impacto é largamente mitigado pelas garantias prestadas pelos fabricantes de turbinas eólicas. Contudo, uma vez expirado o prazo das referidas garantias, é natural que o impacto económico que possa advir de uma potencial redução da produção de electricidade decorrente da indisponibilidade dos parques eólicos se torne mais significativo para a EDP Renováveis.

Adicionalmente, eventuais alterações nas tendências dos preços das turbinas eólicas, que constitui a principal despesa de capital (“CAPEX”) da EDP Renováveis, poderão afectar a competitividade da EDP Renováveis no Mercado. Contudo, dado que a maior parte das turbinas eólicas necessárias foram já contratadas para os anos de 2008, 2009 e 2010, o impacto para a EDP Renováveis, no curto

e médio prazo, de potenciais variações do preço das turbinas eólicas deverá ser reduzido.

10.10. Estratégia e Vantagens Competitivas

10.10.1. Estratégia

Execução bem sucedida do “portfolio” de projectos

A EDP Renováveis pretende expandir o seu negócio principal através da execução e operação bem sucedida do seu “*portfolio*” de projectos eólicos, para dessa forma alcançar o objectivo de aumentar a capacidade instalada bruta de energia eólica numa média de 1,4 GW por ano no período entre 2008 e 2012 representando um aumento de 2,9 vezes da sua capacidade eólica instalada bruta entre o final de 2007 e 2012, para alcançar mais de 10.500 MW da capacidade instalada bruta até ao final 2012. A EDP Renováveis pretende alavancar e aplicar as suas competências e experiência, desenvolvida em resultado da sua experiência significativa e do seu historial comprovado na execução de projectos em “*greenfield*”, e na identificação e desenvolvimento de projectos em “*pipeline*” e “*prospects*”, os quais estão subjacentes à construção com sucesso pela EDP Renováveis de quase 1,5 GW de capacidade eólica bruta em 2007, e desta forma executar estes projectos e alcançar os seus objectivos.

Optimizar a eficiência operacional e implementar “best practices”

A EDP Renováveis tem o objectivo de melhorar de forma contínua o seu processo operacional e implementar “*best practices*” no âmbito do seu negócio, para incentivar o crescimento e rentabilidade. A EDP Renováveis pretende, em particular, atingir o seguinte:

- a) Continuar a utilizar e desenvolver as suas superiores capacidades de avaliação de recursos eólicos, que têm um valor crucial na condução do negócio da energia eólica e são um elemento chave na estimativa dos seus FC e, desse modo, das receitas com um maior grau de certeza, de forma a maximizar estas receitas;
- b) Alavancar o seu crescente conhecimento e experiência em O&M para aumentar o controlo relativamente às actividades de O&M com valor acrescentado significativo, especialmente durante o período de garantia pós fabrico de forma a melhorar os níveis de eficiência e, desse modo, conduzir a aumentos nas receitas, assim como para beneficiar de economias de escala e reduzir os custos em O&M;
- c) Alavancar e fortalecer de forma mais intensa o seu projecto de desenvolvimento de competências de forma a maximizar a eficiência com a qual a EDP Renováveis executa e converte os seus projectos em “*pipeline*” e em “*prospects*”; e
- d) Continuar a criar e a aprofundar as relações de longo prazo com condições de flexibilidade com fornecedores de turbinas líderes no mercado a preços competitivos, de forma a assegurar à EDP Renováveis a quantidade e a qualidade de fornecimento de turbinas necessárias para os seus projectos e minimizar as despesas de capital no sector das energias renováveis caracterizado por ser capital-intensivo.

Atingir um nível de crescimento de longo prazo rentável

A EDP Renováveis pretende alcançar um nível de crescimento lucrativo de longo prazo pela consolidação da sua posição nos principais mercados geográficos em que está presente e pela entrada num grupo selectivo mas diversificado, de novos mercados geográficos com potencial de elevado crescimento. A EDP Renováveis considera um leque de estratégias de entrada e crescimento no que

respeita a novos mercados geográficos. Para além disso, a EDP Renováveis está a explorar e a procurar oportunidades de crescimento em outras tecnologias de energias renováveis, incluindo as tecnologias de energia solar térmica, do vento “*offshore*”, e da energia das ondas.

A EDP Renováveis acredita que esta estratégia de crescimento internacional e tecnológica, selectiva e equilibrada a distingue dos seus concorrentes e lhe permitirá alcançar um “*portfolio*” diversificado e equilibrado reflectindo um conjunto de países e de regiões com mercados de energia eólica e outras energias renováveis em diferentes etapas de maturidade. A EDP Renováveis acredita que esse “*portfolio*” diversificado lhe irá permitir capturar e maximizar oportunidades atractivas existentes em diferentes mercados, desde mais estáveis com menores oportunidades de rendimento e horizontes de investimento de mais curto prazo, em mercados mais maduros, aquelas mais incertas e relativamente às quais existem elevadas oportunidades de rendimento e em que os horizontes de investimento são de longo prazo, em mercados subdesenvolvidos ou em fase inicial de desenvolvimento, minimizando ao mesmo tempo a exposição da EDP Renováveis a riscos em geral.

A EDP Renováveis pretende alcançar e conservar posições de liderança estáveis e de longo prazo tanto nos mercados principais em que opera como em qualquer novo mercado geográfico ou tecnológico, pois considera que tal é essencial à sua capacidade de alcançar e sustentar rentabilidade de longo prazo. A EDP Renováveis acredita que a sua capacidade para alcançar esses objectivos aumenta significativamente quando concentra os seus esforços em capturar e desenvolver um número limitado de oportunidades que encaixam bem com e complementam as plataformas existentes e lhe permitem alavancar as suas principais competências técnicas.

10.10.2. Vantagens Competitivas

A EDP Renováveis acredita ter várias características que lhe conferem vantagens sobre os seus concorrentes, tanto em termos da sua capacidade para consolidar e fortalecer a sua posição nos mercados em que está presente como para entrar e consolidar as suas actividades em novos mercados geográficos e tecnológicos. A EDP Renováveis acredita que as suas vantagens competitivas possibilitaram os seus recentes sucessos ao nível do crescimento e “*performance*” e têm grande potencial para continuar a conduzir o crescimento continuado dos seus negócios no futuro. As principais vantagens competitivas da EDP Renováveis resultam de:

Exposição ao sector das energias renováveis com fortes perspectivas de longo prazo

A EDP Renováveis desenvolve actividades no âmbito do sector das energias renováveis que actualmente beneficia de fortes apoios regulatórios e políticos tanto a nível global como ao nível dos países em que opera. A EDP Renováveis acredita que as tendências ambientais, económicas e tecnológicas que sustentam as actuais condições de mercado, favoráveis ao desenvolvimento do mercado das energias renováveis, continuarão a conduzir à existência de apoio adicional e de crescimento adicional deste mercado e, consequentemente, das actividades da EDP Renováveis no âmbito do sector das energias renováveis a longo prazo. Tem-se assistido a manifestações concretas destas tendências na U.E. e na América do Norte, incluindo naquelas jurisdições que actualmente constituem os mercados principais da EDP Renováveis. Na Europa, a Comissão Europeia publicou metas em 2008 para que em 2020 entre 34% a 42% da electricidade total consumida na EU seja produzida a partir de fontes de energia renováveis, um crescimento até 2,7 vezes face aos 14% verificados em 2005, e para reduzir as emissões de CO₂ para pelo menos 20% em 2020 em comparação com os níveis de 1990. Nos E.U.A., verifica-se um forte apoio político para o

alargamento em 2008 dos PTCs, que prevêem significativos incentivos fiscais ao nível federal à produção de energia renovável e objectivos de RPS, que requerem que, numa data específica, uma certa percentagem do fornecimento dos serviços energéticos aos consumidores num estado seja a partir de fontes renováveis. De acordo com a DISREUSA, os objectivos RPS foram em Março de 2008, de acordo com a DISREUSA, aprovados por 29 Estados e pelo Distrito de Columbia (quatro dos quais estabeleceram objectivos voluntários em vez de obrigatórios), mais 13 Estados do que em 2003. Para além disso, está mais próximo o momento para a realização de um RPS a nível federal, e para serem introduzidos no longo prazo limites de emissões de CO₂ e implementado um mercado de CO₂.

Empresa líder e um “player” puro no sector das energias renováveis

A EDP Renováveis é a única empresa líder nas energias renováveis cuja totalidade dos seus proveitos em 2007 emergem de actividades desenvolvidas em energias renováveis. Outras empresas de energias renováveis como a Iberdrola Renovables, FPL e a Acciona, dispõem de uma parte significativa dos seus proveitos em 2007 que emergem de operações ou actividades em sectores não renováveis, com base nos seus resultados publicados. A EDP Renováveis acredita que a sua posição de empresa líder e de “player” puro no sector das energias renováveis lhe dá uma combinação única de dimensão, enfoque e experiência no sector.

Posição de liderança beneficiando da vantagem do “early mover” em mercados atractivos com elevado crescimento

A EDP Renováveis tem posições de liderança no mercado de energia eólica global, assim como, no mercado de energia eólica em todos os países onde actualmente opera. Adicionalmente, a EDP Renováveis acredita que existem oportunidades atractivas de crescimento nos países em que está actualmente presente. As previsões, baseadas nas estimativas da EER, da “*Latin América Wind Energy Association*” (“LAWEA”) e da “*Global Wind Energy Councils*” (“GWEC”), indicam que os países nos quais a EDP Renováveis opera actualmente parques eólicos ou está a desenvolver projectos eólicos (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, E.U.A. e Brasil) irão representar, em conjunto, aproximadamente 35% da capacidade eólica total mundial esperada para o período de 2007-2015.

A EDP Renováveis acredita que beneficia do facto de ter a vantagem de ser “*early mover*” nos principais mercados de energias renováveis onde opera. As vantagens resultantes do facto de a EDP Renováveis ser “*early mover*” incluem o facto de ter uma quota de mercado estável e significativa, acesso às capacidades de interligação existentes, acesso a óptimas localizações para instalações eólicas com dados eólicos históricos significativos e poder negocial relativamente aos contratos de longo prazo sobre terrenos, incluindo em muitos casos opções de manter localizações favoráveis em terrenos no futuro. Conjuntamente estes factores proporcionam, através da manutenção de baixos custos fixos a longo prazo, e de baixos custos marginais de desenvolvimento e operacionais, um valor para a EDP Renováveis a longo prazo. Constituem exemplos de referência da vantagem “*early mover*” da EDP Renováveis na U.E., as operações em Portugal (através da Enernova) e Espanha (através da Genesa), sendo que, desde metade dos anos 90, em ambos os casos se têm desenvolvido projectos em “*greenfield*” e outros. Adicionalmente, nos E.U.A. um bom exemplo da vantagem “*early mover*” é a posição de liderança ocupada pela EDP Renováveis nos mercados de Illinois e de Nova Iorque. Em Illinois, a EDP Renováveis começou a desenvolver projectos de energia eólica em 2001 e subsequentemente construiu o maior parque eólico, até à data, numa localização de primazia nesse Estado (Twin Groves I e II, com uma capacidade instalada bruta de 396 MW à data de 31 de Março

de 2008).

Capacidade demonstrada de execução de projectos e cumprimento de objectivos

A EDP Renováveis tem um forte “*trackrecord*” e capacidade demonstrada de execução de projectos e de cumprimento de objectivos. A EDP Renováveis aumentou a sua capacidade em aproximadamente 65% em 2006 e aproximadamente 132% em 2007, tendo alcançado, em termos gerais, os seus objectivos de capacidade instalada para cada um desses anos, sendo que quando considerada a capacidade das empresas adquiridas pela EDP Renováveis, esta chegou a ultrapassar os seus limites com a aquisição da Horizon. Estes significativos aumentos de capacidade bruta instalada foram alcançados, em grande parte, devido ao desenvolvimento com sucesso de projectos em “*greenfield*” e de projectos em fase inicial de desenvolvimento (incluindo projectos em “*pipeline*” e projectos em “*prospects*” que a EDP Renováveis adquiriu). O desenvolvimento de tais actividades contribuíram para o desenvolvimento de cerca de 84,3% da capacidade instalada bruta em 31 de Março de 2008 (incluindo a capacidade operacional comissionada pela Horizon antes da sua aquisição pela EDP em Julho de 2007), e têm subjacente a capacidade da EDP Renováveis para completar um plano de construção de dimensão considerável em 2007, nos termos do qual a EDP Renováveis completou a construção de quase 1,5 GW de capacidade eólica, incluindo 582 MW de capacidade instalada bruta na U.E. e 931 MW de capacidade instalada bruta nos E.U.A..

A capacidade de crescimento significativo e com sucesso da EDP Renováveis tem sido em grande medida, suportada pela sua aptidão em seleccionar e integrar novas plataformas nos mercados internacionais. Nos locais em que a EDP Renováveis adquiriu novos negócios, de forma a expandir o seu negócio, tem-se verificado um baixo nível de atrito em termos de pessoal e, em termos gerais, foram alcançados os objectivos da EDP Renováveis. A EDP Renováveis acredita que as suas competências irão continuar a sustentar a estratégia de crescimento tanto em novos mercados geográficos como em tecnologias.

Operações diversificadas com estável de receitas

O “*portfolio*” de activos da EDP Renováveis está bem equilibrado, tanto em termos geográficos como quanto à sua fase de desenvolvimento. Da capacidade total instalada, à data de 31 de Março de 2008, 44,2 % está localizada em Espanha, 11,4% em Portugal, 2,3 % em França e na Bélgica e 42,0 % espalhada por cinco regiões diferentes dos E.U.A. (no Sudoeste, nos Grandes Lagos, no Nordeste, no “*Upper Midwest*” e no Noroeste). Do “*portfolio*” de projectos total da EDP Renováveis (incluindo tanto parques eólicos em construção como projectos em “*pipeline*”), à data de 31 de Março de 2008 21,2 % está localizada em Espanha, 3,9 % em Portugal, 2,4% em França e na Bélgica, 4,8 % na Polónia e 67,8% espalhados por sete regiões diferentes dos E.U.A. (no Noroeste, no Sudeste, nos Grandes Lagos, no Sudoeste Pacífico, no “*Rockies*”, e no “*Upper Midwest*”). O “*portfolio*” diversificado da EDP Renováveis constitui um factor significativo de mitigação contra os riscos regulatórios e os relativos aos recursos eólicos que aquela enfrenta.

Acresce que, todos os mercados em que a EDP Renováveis opera actualmente beneficiam de regimes regulatórios favoráveis, incluindo sistemas de tarifas “*feed-in*”, sistemas de prémios regulados “*market plus*”, e contratos de aquisição de electricidade de longa duração, mediante os quais a EDP Renováveis beneficia de tarifas reguladas ou estáveis e garantias de venda, objectivos de RPS e requerimentos de “*portfolio*” de renováveis mediante os quais a EDP Renováveis recebe rendimentos pela venda de Certificados Verdes (“CV”) e incentivos fiscais tais como os PTC e MACRS nos

E.U.A. e o regime de depreciação acelerada para certos activos de energias renováveis em França, que concedem créditos e benefícios fiscais. Ver “Legislação Aplicável à Actividade do Emitente e Oferente”. Em 31 de Março de 2008, 58,0 % da capacidade instalada líquida da EDP Renováveis foi sujeita a tarifas reguladas, 33,0 % foram sujeitos a contratos de aquisição de electricidade e 9,0 % foram sujeitos a vendas no mercado, dos quais uma parte substancial beneficiou de cobertura de risco (“*hedging*”) financeira. Os regimes regulatórios favoráveis, limitam a exposição da EDP Renováveis aos preços de mercado da electricidade e proporcionam a possibilidade daquela prever os possíveis rendimentos futuros, e juntamente com a natureza diversificada do seu “*portfolio*” de activos, contribuem para a estabilidade, previsibilidade e segurança do seu “*cash flow*”.

Activos de primeira classe e excelência operacional

A EDP Renováveis opera um “*portfolio*” de activos de energias renováveis de primeira classe. A EDP Renováveis alcançou com sucesso factores de carga (“FC”) elevados, como se evidencia pelos FC dos seus parques eólicos em Espanha, em Portugal e em França durante tal período de 2004-2007, que excedeu nesse período a média no mercado em cada um desses países. Estes resultados deveram-se em grande medida à selecção óptima de turbinas e às capacidades sofisticadas de avaliação de recursos eólicos que contribuíram para a selecção óptima de locais e eficientes “*layouts*” dos parques eólicos. A EDP Renováveis obteve uma margem EBITDA de 88,9 %, um rácio de despesas operacionais por MW consolidados de € 41mil/MW durante os 3 meses que acabaram em Março de 2008, uma margem EBITDA de 77,6% e um rácio de despesas operacionais por MW consolidados de 42 mil/MW durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, que a EDP Renováveis acredita ser comparável e em muitos casos superior ao dos seus principais concorrentes.

Posicionamento adequado para alcançar crescimento superior a partir de um “portfolio” de projectos robusto

A EDP Renováveis acredita estar bem posicionada para alcançar os níveis de crescimento significativos que estabeleceu. A EDP Renováveis estabelece como meta o aumento da capacidade instalada bruta de energia eólica de uma média de 1,4 GW por ano no período entre 2008 e 2012. A EDP Renováveis acredita que a sua capacidade para alcançar estes objectivos é suportada pela dimensão do seu “*portfolio*” de projectos eólicos, incluindo 24.887 MW de capacidade instalada bruta em projectos em “*pipeline*” e em “*prospects*”, à data de 31 de Março de 2008.

A EDP Renováveis acredita ter, em particular, um “*portfolio*” de projectos em “*pipeline*” e de projectos em “*prospects*” robusto, que é definido e segmentado com base numa abordagem rigorosa e objectiva. O método de classificação do estado de desenvolvimento dos projectos reflecte a experiência significativa da EDP Renováveis relativamente ao desenvolvimento das fases negociais e de considerações práticas de regulação, de licenciamento, e práticas legais relacionadas com o processo de desenvolvimento de parques eólicos em cada país. A EDP Renováveis acredita que o seu método de classificação dos projectos em “*pipeline*” e dos projectos em “*prospects*”, com base em padrões apoiados em factos em vez de numa avaliação subjectiva das probabilidades de sucesso, proporciona uma visibilidade significativa. Acresce que, a EDP Renováveis dispõe de um forte e comprovado registo prévio relativamente ao desenvolvimento de projectos em “*prospects*”, em “*greenfield*” e em “*pipeline*” que fazem com que a EDP Renováveis esteja bem colocada para executar com sucesso e pôr em funcionamento o seu “*portfolio*” de projectos.

Estratégia de fornecimento de aerogeradores equilibrada, garantida e competitiva

A EDP Renováveis dispõe de um “*portfolio*” de turbinas eólicas que é assegurado por fornecedores líderes de mercado, e pretende, no futuro, diversificar ainda mais o fornecimento das suas turbinas, equilibrando, nessa medida, o risco relacionado com tal fornecimento e o risco tecnológico. A EDP Renováveis acredita que dispõe de fornecimento garantido de turbinas para os seus projectos, tendo contratado para entrega 100 % das turbinas que necessita para 2008 e 2009 e 70 % das turbinas que necessita para 2010, à data de 31 de Março de 2008. A estratégia de contratação de turbinas da EDP Renováveis assenta fundamentalmente no desenvolvimento de relações flexíveis e de longo prazo com fornecedores de turbinas líderes de mercado, que normalmente dispõem de, entre outros, acesso a componentes chave da cadeia de valor, capacidades de produção significativas, registo de liderança em termos de “*performance*” e fortes equipas de execução local. A EDP Renováveis acredita que a sua dimensão e presença nos dois lados do Atlântico, resultante da combinação das actividades europeias da NEO e as actividades americanas da Horizon no âmbito do seu Grupo, lhe permite beneficiar de vantagens competitivas quanto à contratação de turbinas, incluindo na negociação e garantia de um preço atractivo, grandes volumes e condições de flexibilidade nos termos das entregas nos contratos de fornecimento.

Equipa internacional dinâmica, altamente qualificada e com experiência

A EDP Renováveis dispõe de uma equipa de trabalhadores dinâmica, altamente qualificada e com experiência. Os membros da equipa de gestão (com base nos 62 gestores de topo) têm em média 12 anos de experiência na indústria energética e 6 anos de experiência na indústria das energias renováveis. Esta equipa é apoiada por um grupo de trabalhadores altamente qualificados e caracterizados por terem um nível elevado de formação e qualificações. Dos trabalhadores da EDP Renováveis, à data de 31 de Março de 2008, 24,9 % têm mestrados, doutoramentos ou graus académicos equivalentes, 43,0 % têm a licenciatura ou o bacharelato e 32,2 % têm a escola secundária ou outras qualificações. Adicionalmente, a EDP Renováveis tem uma cultura muito empreendedora e dinâmica e acredita que a mesma atrai indivíduos altamente qualificados e motivados e, desse modo, preparados para contribuir para o crescimento da EDP Renováveis e dar cumprimento os seus objectivos.

10.11. Política de dividendos

A distribuição de dividendos deve ser proposta pelo conselho de administração da EDP Renováveis e autorizada por deliberação aprovada em assembleia-geral da EDP Renováveis. Conforme disposto na “*Ley de Sociedades Anónimas*”, o dividendo declarado em cada ano fiscal apenas pode ser distribuído a partir dos lucros da EDP Renováveis para esse ano fiscal ou a partir das reservas distribuíveis, sem que, em resultado dessa distribuição, os activos da EDP Renováveis fiquem abaixo do valor do capital social da EDP Renováveis. Para uma descrição mais aprofundada dos requisitos relacionados com a declaração e distribuição de dividendos, ver “Informação Adicional – Estatutos – Direito a receber dividendos”.

A EDP Renováveis não declarou quaisquer dividendos no passado e não espera vir a declarar e pagar dividendos relativos ao ano fiscal que termina em 31 de Dezembro de 2008. A partir de 2011, a EDP Renováveis espera declarar e pagar dividendos aos seus accionistas que representem, pelo menos, 20% dos lucros apurados no respectivo ano, começando a fazê-lo no que respeita ao ano fiscal que termina em 31 de Dezembro de 2010. O Conselho de Administração da EDP Renováveis pode

ajustar esta política de dividendos, caso seja necessário, de modo a reflectir, entre outros aspectos, alterações à estratégia de negócio e às necessidades de capital, dependendo eventuais dividendos futuros das condições verificadas no momento, incluindo os resultados líquidos consolidados e individuais, dos proveitos, da situação financeira, da disponibilidade de fundos legalmente distribuíveis e das perspectivas futuras, pelo que não pode ser dada qualquer garantia que num determinado ano serão propostos e declarados dividendos. Quaisquer dividendos pagos no futuro podem encontrar-se sujeitos a retenção na fonte. Ver “Regime Fiscal”.

10.12. Investimentos

Em 2006, a NEO teve um total de despesas de capital (“CAPEX”) no valor de 378,4 milhões de Euros (dos quais 227 milhões de Euros foram investidos em Espanha, 130 milhões de Euros em Portugal e 21,4 milhões de Euros em França) e a Horizon teve um total de despesas de capital (“CAPEX”) no valor de 576,2 milhões de Euros.

Em 2007, a NEO teve um total de despesas de capital (“CAPEX”) no valor de 655,8 milhões de Euros (dos quais 372 milhões de Euros foram investidos em Espanha, 173,9 milhões de Euros em Portugal e 29,9 de Euros em França e 80 milhões de Euros foram ainda dispendidos em transacções relacionadas com turbinas) e a Horizon teve um total de despesas de capital (“CAPEX”) no valor de 1.065,2 milhões de Euros.

No trimestre que terminou em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis teve um total de despesas de capital (“CAPEX”) no valor de 369,6 milhões de Euros, dos quais 147,9 milhões de Euros foram investidos na Europa (127,2 milhões de Euros em Espanha, 13,4 milhões de Euros em Portugal, 3,3 milhões de Euros em França e 4 milhões de Euros foram dispendidos em transacções relacionadas com turbinas) e 221,8 milhões de Euros foram investidos nos E.U.A..

As despesas de capital referidas acima estão essencialmente relacionadas com a construção dos parques eólicos que constituem o “*portfolio*” da EDP Renováveis e com o aumento da capacidade eólica.

Dada a natureza dos trabalhos de construção que é expectável que a EDP Renováveis leve a cabo, é difícil estimar o valor exacto de capacidade que se perspectiva que a EDP Renováveis venha a adicionar num ano particular; contudo, a EDP Renováveis estima aumentar a sua capacidade em média 1,4GW por ano. Muito embora seja difícil prever as necessidades ao nível das despesas de capital, com base nos acordos quadro celebrados pela EDP Renováveis relativos ao fornecimento de turbinas até 2010, é expectável que o custo de capital por MW seja em média entre 1,2 milhões de Euros e 1,4 milhões de Euros.

O financiamento das despesas de capital (“CAPEX”) com projectos em construção será realizado primordialmente mediante o recurso a financiamento da EDP.

10.13. Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças

A propriedade intelectual da EDP Renováveis é constituída principalmente por know-how industrial e comercial. À excepção da denominação da marca comercial “Horizon Wind Energy”, a EDP Renováveis não é titular de quaisquer patentes registadas, direitos de autor ou marcas comerciais que possam ser considerados significativos para a sua actividade no seu todo. A EDP Renováveis tem

vários contratos de licença relativos à utilização de software de terceiros e acredita estar a cumprir cabalmente esses contratos.

A EDP e a EDP Renováveis celebraram um Contrato de Marca Comercial não-exclusivo, em 13 de Maio de 2008, nos termos do qual a EDP acordou em conceder à EDP Renováveis uma licença não-exclusiva de utilização da marca “EDP Renováveis” para actividades de energia renovável e actividades relacionadas com esta. Nos termos do Contrato de Marca Comercial, a EDP Renováveis acordou em pagar à EDP um valor anual baseado na fracção proporcional da EDP Renováveis no orçamento anual dos serviços de imagem e de gestão empresarial, sujeito a uma revisão anual. Para o ano de 2008 o valor foi fixado em 1,5 milhões de Euros. No caso de a EDP deixar de deter, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, ou no caso de apenas 50%, ou menos, dos administradores da EDP Renováveis serem nomeados pela EDP. O Contrato de Marca Comercial poderá ser terminado em caso de falta de pagamento ou violação das obrigações pela EDP ou através de rescisão do contrato. O Contrato de Marca Comercial está também restringido às condições do Acordo-Quadro.

A EDP Renováveis celebrou com a divisão de pesquisa e desenvolvimento da EDP, a EDP Inovação, um Acordo relativo ao desenvolvimento de projectos em energias renováveis em 13 de Maio. O Acordo regula as relações entre a EDP Renováveis e a EDP Inovação, particularmente o âmbito próprio de desenvolvimento de projectos de energias renováveis da EDP Renováveis e da EDP Inovação. A EDP Inovação tem direitos exclusivos nas áreas de desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas com as energias renováveis que estejam em fase de piloto ou de estudo de viabilidade tecnológica ou comercial. Este quadro serve os objectivos de minimizar conflitos de interesse, de promover a troca de conhecimento e estabelecer a natureza das relações comerciais e jurídicas estabelecidas ou a estabelecer entre a EDP Renováveis e a EDP Inovação. Sujeitas a determinadas condições, a EDP Renováveis e a EDP Inovação devem comunicar à contraparte quaisquer oportunidades de investimento das quais tomem conhecimento e que recaiam no âmbito das actividades prosseguidas por essa contraparte, beneficiando a contraparte de direito de preferência na prossecução dessas oportunidades. O Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento entrou em vigor por um período de tempo indefinido e permanecerá em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, desde que a detenção se mantenha efectiva, considerando que no caso de a participação da EDP cair para 50% ou menos, o Acordo-Quadro permanece em vigor pelo tempo em que mais de 50% dos administradores da EDP Renováveis tenham sido nomeados pela EDP. Ver “Transacções com Entidades Terceiras Relacionadas”.

10.14. Imóveis, instalações e equipamentos

A sede social da EDP Renováveis está situada em Oviedo, Espanha. A sua sede europeia está localizada em Madrid, Espanha. A sua sede norte-americana está localizada em Houston, Texas. Para além disso, a EDP Renováveis dispõe ainda de vários escritórios locais noutras cidades em Espanha, Portugal, nos E.U.A., França (através dos quais são dirigidas as suas operações em França e na Bélgica) e na Polónia.

O quadro em baixo apresenta os seus escritórios, nomeadamente as sedes sociais, os escritórios principais e os escritórios regionais, os quais são todos arrendados, por local e tipo de instalação em 31 de Março de 2008:

<u>Localização geográfica</u>	<u>Tipo de instalação</u>
Sede / Sede social Oviedo, Espanha Madrid, Espanha Houston, TX, E.U.A.	Sede social Sede na Europa Sede nos E.U.A.
Escritórios principais Paris, França Varsóvia, Polónia Porto, Portugal Sevilha, Espanha Zaragoza, Espanha	Escritório principal Escritório principal Escritório principal Escritório principal Escritório principal
Escritórios regionais Wavre, Bélgica Bilbao, Espanha Albacete, Espanha Barcelona, Espanha Bilbao, Espanha Burgos, Espanha León, Espanha Santiago de Compostela, Espanha	Escritório regional Escritório regional Escritório regional Escritório regional Escritório regional Escritório regional Escritório regional Escritório regional
Albany, NY E.U.A.	Escritório de desenvolvimento regional do Nordeste
Berkeley, CA, E.U.A.	Escritório de desenvolvimento regional do Pacífico Sudoeste
Bloomington, IL, E.U.A.	Escritório de desenvolvimento regional dos Grandes Lagos
Chicago, IL, E.U.A.	Escritório de desenvolvimento regional das Novas Iniciativas
Denver, CO, E.U.A.	Escritório de desenvolvimento regional das Novas Iniciativas
Portland, OR, E.U.A.	Escritório de desenvolvimento regional do Noroeste
Austin, TX, E.U.A.	Escritório local
Cambridge, MA, E.U.A.	Escritório local
Concordia, KS, E.U.A..	Escritório local
Edmond, OK; E.U.A.	Escritório local
Ellensburg, NY, E.U.A.	Escritório local
Ellensburg, WA, E.U.A.	Escritório local
Fredonia, NY, E.U.A.	Escritório local
Grand Meadow, MN, E.U.A.	Escritório local
Overland Park, KS, E.U.A.	Escritório local

Perry, NY, E.U.A.
 Presque Isle, NY, E.U.A.
 Silverton, TX, E.U.A.

Escritório local
 Escritório local
 Escritório local

De um modo geral, a EDP Renováveis tem contratos de arrendamento, e num âmbito mais restrito, também é proprietária de imóveis onde opera parques eólicos. Os imóveis onde se encontram localizadas as suas instalações operacionais estão, na sua maioria, isentos de ónus. Além do mais, em algumas jurisdições, a confirmação da titularidade de bens dos seus imóveis arrendados é difícil. Ver “Factores de Risco – A expansão da actividade da EDP Renováveis depende da localização e da obtenção de direitos sobre locais adequados e da obtenção e manutenção de licenças de construção e de operação para os parques eólicos e outros centros electroprodutores de energia renovável” e “Factores de Risco – A EDP Renováveis pode ter dificuldades em adquirir ou deter imóveis ou direitos sobre esses imóveis em certos estados dos E.U.A. que tenham aprovado legislação relativa à proibição de aquisição ou detenção de imóveis ou direitos sobre esses imóveis nesses estados por pessoas ou entidades estrangeiras”.

As tabelas que se seguem identificam os parques eólicos na titularidade da EDP Renováveis agregados pelas jurisdições onde a EDP Renováveis opera:

Espanha:	Região	Entrada em funcionamento	% detida	MWs brutos	MWs consolidados	Regime regulatóri
P.E. Monte de las Navas	Castilla y León	2001	5%	49	0	Antigo
P.E. Enix	Andalucía	1997	5%	13	0	Antigo
P.E. Ávila	Castilla y León	2000	31%	12	0	Antigo
P.E. Ojos Albos	Castilla y León	2000	31%	15	0	Antigo
P.E. Villacastín	Castilla y León	2000	31%	15	0	Antigo
P.E. Cruz de Hierro	Castilla y León	2000	31%	15	0	Antigo
P.E. Ampliación Cruz de Hierro	Castilla y León	2004	31%	7	0	Antigo
P.E. Sierra del Cortado	Castilla y León	2002	42%	18	0	Antigo
P.E. Sierra del Madero Fase I-II	Castilla y León	1998	42%	29	0	Antigo
P.E. Villoruebo	Castilla y León	2003	78%	16	16	Antigo
P.E. Villamiel	Castilla y León	2003	78%	18	18	Antigo
P.E. Sierra de los Lagos	Asturias	2003	100%	39	39	Antigo
P.E. Sierra del Acebo	Asturias	2003	100%	18	18	Antigo
P.E. Sierra de la Cuesta	Asturias	2003	100%	8	8	Antigo
P.E. El Gramal	Castilla-La Mancha	2004	75%	37	37	Antigo
P.E. La Cabaña	Castilla-La Mancha	2004	75%	42	42	Antigo
P.E. Portachuelo	Castilla-La Mancha	2004	75%	45	45	Antigo
P.E. Las Lomillas	Castilla-La Mancha	2005	50%	50	25	Antigo
P.E. La Sotonera	Aragón	2005	65%	19	19	Antigo
P.E. Boquerón	Castilla-La Mancha	2006	100%	22	22	Antigo
P.E. Belchite	Aragón	2006	100%	50	50	Antigo
P.E. Monasterio de Rodilla	Castilla y León	2006	85%	11	11	Antigo
P.E. Llanos de San Martín	Castilla y León	2006	85%	18	18	Antigo
P.E. Brújula	Castilla y León	2006	85%	30	30	Antigo
P.E. Veleta	Castilla y León	2006	85%	14	14	Antigo
P.E. Belmonte	Asturias	2006	30%	35	0	Antigo

P.E. Hoya Gonzalo	Castilla-La Mancha	2006	49%	50	24	Antigo
P.E. Sierra de Curiscao (Fase I)	Asturias	2007	100%	43	43	Antigo
P.E. Sierra de Baos y Pumar (Fase I)	Asturias	2006	100%	31	31	Antigo
P.E. Munera I	Castilla-La Mancha	2007	100%	40	40	Antigo
P.E. Era del Pico	Castilla y León	2006	60%	12	12	Antigo
P.E. El Pedrón	Castilla y León	2007	60%	43	43	Novo
P.E. La Mallada	Castilla y León	2007	60%	45	45	Novo
P.E. Cerro Becerril	Castilla y León	2007	60%	14	14	Novo
P.E. La Dehesica	Castilla-La Mancha	2007	100%	29	29	Antigo
P.E. Munera II	Castilla-La Mancha	2007	100%	31	31	Antigo
P.E. La Navica	Castilla-La Mancha	2007	100%	30	30	Novo
P.E. Pesur	Andalucía	1992	17%	20	0	Antigo
P.E. Estrecho	Andalucía	1992	17%	10	0	Antigo
P.E. Zas	Galicia	2003	97%	24	24	Antigo
P.E. Corme	Galicia	2000	95%	18	18	Antigo
P.E. Tahivilla	Andalucía	1998	100%	30	30	Antigo
P.E. Buenavista	Andalucía	2001	100%	8	8	Antigo
P.E. Llanos Esquina	Canarias	2001	100%	6	6	Antigo
P.E. Juan Grande	Canarias	1997	45%	20	0	Antigo
P.E. La Celaya	Galicia	2004	100%	29	29	Antigo
P.E. Monseivane	Galicia	2004	100%	41	41	Antigo
P.E. Santa Quiteria	Aragón	2004	78%	36	36	Antigo
P.E. Rabosera	Aragón	2005	95%	31	31	Antigo
P.E. Loma de los Aviadores	Andalucía	2006	100%	6	6	Antigo
P.E. Ponte Rebordelo	Galicia	2006	100%	40	40	Antigo
P.E. La Risa	Andalucía	2006	100%	12	12	Antigo
P.E. Valsagueiro	Galicia	2007	100%	33	33	Antigo
P.E. Los Almeriques	Andalucía	2007	100%	26	26	Novo
P.E. Las Monjas	Andalucía	2007	100%	26	26	Novo
P.E. Rancho Viejo	Andalucía	2007	100%	14	14	Novo
P.E. Borja 1	Aragón	1996	50%	16	8	Antigo
P.E. Puntaza de Remolinos	Aragón	1997	50%	12	6	Antigo
P.E. Planas de Pola	Aragón	1998	50%	36	18	Antigo
P.E. Borja 2	Aragón	2001	50%	22	11	Antigo
P.E. Boquerón	Aragón	2004	50%	50	25	Antigo
P.E. Campo de Borja	Aragón	2001	76%	2	2	Antigo
P.E. Molino de Caragüeyes	Aragón	2004	80%	1	1	Antigo
P.E. Rabinaldo	Castilla y León	2003	60%	9	9	Antigo
P.E. Virgen de la Peña de Alfarajín	Aragón	2007	100%	30	30	Antigo
P.E. Los Canteles	Aragón	2007	100%	24	24	Antigo
Total – Capacidade Instalada				1.639	1.265	

Portugal:	Região	Entrada em funcionamento	% detida	MWs brutos	MWs consolidados	Regime
P.E. Fonte da Mesa	Norte	1996	100%	10	10	Antigo
P.E. Pena Suar	Norte	1998	100%	10	10	Antigo
P.E. Cabeço da Rainha	Centro	2000	100%	10	10	Antigo
P.E. Cadafaz	Centro	2001	100%	10	10	Antigo
P.E. Serra do Barroso	Norte	2003	100%	18	18	Antigo
P.E. Cabeço da Rainha - Ref. potência	Centro	2003	100%	6	6	Antigo
P.E. Fonte da Quelha	Norte	2004	100%	12	12	Antigo
P.E. Alto do Talefe	Norte	2004	100%	12	12	Antigo
P.E. Padrela/Soutelo	Norte	2004	100%	8	8	Antigo
P.E. Vila Nova	Centro	2004	100%	20	20	Antigo
P.E. Açor	Centro	2004	100%	20	20	Antigo
P.E. Alagoa de Cima	Norte	2005	60%	14	14	Antigo
P.E. Vila Nova - Ref. Potência	Centro	2005	100%	6	6	Antigo
P.E. F. Quelha + A. Talefe - Ref. Potência	Norte	2005	100%	3	3	Antigo
P.E. Pena Suar - Ref. Potência	Norte	2005	100%	6	6	Antigo
P.E. Ortiga	Centro	2006	100%	12	12	Antigo
P.E. Abogalheira	Norte	2006	100%	3	3	Antigo
P.E. Serra d'El Rei	Centro	2006	100%	22	22	Antigo
P.E. Madrinha	Sul	2006	100%	10	10	Antigo
P.E. Bolores	Centro	2003	100%	5	5	Antigo
P.E. Mosteiro	Centro	2004	100%	9	9	Antigo
P.E. Amaral 1 - 1ª Fase	Centro	2004	100%	8	8	Antigo
P.E. Amaral 1 - 2ª Fase	Centro	2005	100%	2	2	Antigo
P.E. Caldas 1	Centro	2005	100%	10	10	Antigo
P.E. Fanhões 1	Centro	2005	100%	12	12	Antigo
P.E. Fanhões 2 – 1ª Fase	Centro	2005	100%	2	2	Antigo
P.E. Fanhões 2 – 2ª Fase	Centro	2006	100%	2	2	Antigo
P.E. Pó	Centro	2006	100%	9	9	Antigo
P.E. Sobral 2 - 1ª Fase (Tecneira)	Centro	2006	100%	8	8	Antigo
P.E. Arruda 1	Centro	2006	100%	6	6	Antigo
P.E. Safra	Centro	2006	100%	27	27	Antigo
P.E. Coentral	Centro	2006	100%	15	15	Antigo
P.E. Serra Alvoaça	Norte	2007	100%	36	36	Antigo
P.E. Sobral 2 - 2ª Fase (Tecneira)	Centro	2007	100%	4	4	Antigo
P.E. Sobral 2 - 3ª Fase (Tecneira)	Centro	2007	100%	2	2	Antigo
P.E. Pico Alto	Sul	2007	100%	6	6	Antigo
P.E. Testos	Norte	2007	100%	20	20	Antigo
P.E. Testos - Ampliação	Norte	2007	100%	4	4	Antigo
P.E. Ortiga - Ampliação	Centro	2007	100%	2	2	Antigo
P.E. Fanhões 2 – 3ª Fase (Tecneira)	Centro	2007	100%	2	2	Antigo
P.E. S. João 1 - Malhadizes (Tecneira)	Centro	2007	100%	8	8	Antigo
P.E. S. João 2 - Monte de Vez (Tecneira)	Centro	2007	100%	13	13	Antigo
Total – Capacidade Instalada				424	424	

França:	Região	Entrada em funcionamento	% detida	MWs brutos	MWs consolidados	Regime
P.E. Le Gollot	Bretanha	2006	100%	10	10	Novo
P.E. Keranfouler	Bretanha	2006	100%	9	9	Novo
P.E. Plouvien	Bretanha	2007	100%	10	10	Novo
P.E. Gueltas	Bretanha	2005	100%	9	9	Antigo
P.E. Segur	Midi-Pyrénées	2007	100%	12	12	Novo
P.E. St. Barnabé	Bretanha	2007	100%	12	12	Novo
P.E. Patay	Loiret	2007	100%	12	12	Novo
P.E. Canet - Pont de Salars	Aveyron	2007	100%	12	12	Novo
Total – Capacidade Instalada				87	87	

E.U.A.	Região	Entrada em funcionamento	% detida	MWs brutos	MWs consolidados	Tipo de Contracto
Madison	New York	2000	100%	12	12	<i>“Merchant Sale”</i> com cobertura de risco
Maple Ridge I	New York	2006	50%	231	116	<i>“Merchant Sale”</i> sem cobertura de risco
Maple Ridge II	New York	2006	50%	91	45	<i>“Merchant Sale”</i> com cobertura de risco
Twin Groves I	Illinois	2007	100%	198	198	CAE
Twin Groves II	Illinois	2008	100%	198	198	CAE
Prairie Star	Minnesota	2007	100%	101	101	CAE
Blue Canyon I	Oklahoma	2003	25%	74	0	CAE
Blue Canyon II	Oklahoma	2005	100%	151	151	CAE
Lone Star I	Texas	2007	100%	200	200	CAE
Lone Star II	Texas	2008	100%	200	200	CAE
Elkhorn Valley	Oregon	2007	100%	101	101	CAE
Total – Capacidade Instalada				1.556	1.321	

10.15. Dependências significativas

A EDP Renováveis esta eminentemente dependente do ambiente regulatório no qual opera bem assim, do seu accionista maioritário, a EDP. Ver “Legislação aplicável à actividade do Emitente e Oferente” e “Contratos Significativos”.

10.16. Alteração significativa na situação financeira ou comercial do Emitente e Oferente

Não ocorreram alterações significativas na situação financeira ou comercial do Emitente e Oferente desde 31 de Dezembro de 2007 a 31 de Março de 2008, sem prejuízo dos principais acontecimentos descritos no capítulo 10.8.

10.17. Acções judiciais e arbitrais

A EDP Renováveis é, ou foi, parte numa pluralidade de acções judiciais, reclamações e disputas relacionadas com as suas actividades. Estas acções judiciais incluem reclamações de carácter ambiental, recursos de licenças, reclamações relativas a emprego e disputas contratuais ou reclamações por danos pessoais ou danos de propriedade relativos a serviços prestados pela EDP Renováveis ou a terrenos nos locais dos projecto ou construções, ou acções judiciais interpostas por entidades reguladoras ou fiscais.

A EDP Renováveis pode eventualmente envolver-se em acções judiciais, reclamações, disputas litígios e procedimentos administrativos relacionados com quaisquer reclamações decorrentes das suas operações durante o decurso normal da actividade. Estes poderão incluir reclamações apresentadas por fornecedores e clientes, entidades reguladoras governamentais, incluindo autoridades tributárias, fiscais, pessoas que residem nas proximidades e activistas ambientais, bem como disputas laborais. Não existem procedimentos materiais, governamentais, legais ou de arbitragem contra a EDP Renováveis (incluindo quaisquer ameaças de procedimentos de que a EDP Renováveis tenha conhecimento) que possa ter, ou tenham num passado recente, um efeito material prejudicial para a sua posição financeira ou actividade.

A NEO e a Horizon têm pendentes uma pluralidade de acções judiciais, reclamações e disputas que não apresentam um impacto significativo para o Grupo EDP Renováveis.

10.18. Seguros

A EDP Renováveis contratou as coberturas de seguro nos montantes que considera adequados dada a estrutura da sua actividade e dados os riscos específicos inerentes à construção e operação de parques eólicos algumas das suas coberturas de seguros são estabelecidas de acordo com as apólices de seguros detidas ao nível do Grupo EDP. A EDP Renováveis não pode garantir que as suas apólices vão garantir todos os riscos e perdas que venham a surgir no futuro, ou que os montantes das coberturas que tem ao abrigo de diversas apólices serão suficientes para evitar quaisquer perdas e danos materiais em todas as circunstâncias. Ver “Factores de Risco – cobertura limitada de risco contra todos os riscos”.

A cobertura de seguros varia dependendo da jurisdição específica mas geralmente inclui os seguintes: (i) responsabilidade civil de terceiros, (ii) acidentes de trabalho e doenças profissionais, (iii) danos materiais, (iv) danos e avarias em maquinaria e outros activos fixos, (v) riscos de construção, (vi) determinados eventos excepcionais, incluindo desastres naturais e actos de terrorismo, (vii) interrupção da actividade, e (viii) danos ambientais acidentais. A EDP Renováveis não fez quaisquer reclamações materiais ao abrigo das suas apólices de seguro que possam invalidar qualquer apólice ou dar origem a um aumento dos prémios a pagar em relação a qualquer apólice. Contudo, as suas apólices estão sujeitas a revisão anual, pelo que a EDP Renováveis não pode garantir que pode proceder à renovação das apólices nos mesmos termos ou em termos mais favoráveis, ou sequer que as possa renovar.

10.19. Interrupções de actividade

Restrições impostas pelo Gestor Técnico do Sistema

Europa

Nos últimos 3 anos as restrições mais significativas verificaram-se em Março de 2008, mês em que em Espanha se registaram máximos históricos dos níveis de produção eólica. Essas restrições corresponderam a 7 dias e afectaram alguns parques eólicos da NEO (em especial em Castilla y Leon e Castilla La Mancha) num total aproximado de 52 horas, sendo que a potência média limitada total foi de cerca de 50MW.

E.U.A

Certas operações nos E.U.A. sofreram restrições no que respeita à produção de electricidade, resultantes de preços negativos, em parques eólicos nos Estados de Nova Iorque (Maple Ridge) e Texas (Lone Star).

Desde 2007, a produção do parque eólico de Maple Ridge (de 322MW) foi afectada por restrições em 22 dias não consecutivos que ocorreram em períodos de transição sazonal e em horas de vazio (níveis de procura reduzidos e níveis de produção eólica bastante elevados). Em resultado, verificou-se uma perda de 3GWh de produção de electricidade, equivalente a 9 horas a plena carga.

No que diz respeito ao parque de Lone Star (de 400MW) as reduções da produção eólica verificadas resultam do facto de, actualmente, ao elevado nível de recursos eólicos existente na zona Oeste do Texas corresponder um nível de procura e de capacidade de transmissão disponível reduzido. Desde 2008, ocorreram restrições por preços negativos em 14% das horas, resultando numa perda de 50GWh de produção de electricidade, equivalente a 125 horas a plena carga.

Alguns CAE prevêem um limite, relativamente às perdas de produção em resultado de preços negativos, a partir do qual o comprador assume a perda verificada.

Interrupções de O&M não programadas

As interrupções de O&M não programadas podem resultar de falhas isoladas de grandes componentes ou resultantes de problemas tecnológicos ou da necessidade de se realizarem reparações de correcção ou melhoria. Normalmente a resolução das falhas encontra-se regulada pelos contratos de O&M celebrados com o fornecedor.

Europa

Destacam-se as seguintes interrupções:

- a) Em 2007 deu-se início a reparações de correcção ou melhoria de pás em 3 parques eólicos em Espanha (St. Quiteria, Monseivane e Celaya) para um total de 118 aerogeradores (80 MW), que relativamente a dois parques eólicos se encontram ainda em curso. A diminuição da disponibilidade verificada no início das reparações de correcção ou melhoria tem sido minorada através da realização das mesmas em períodos de indisponibilidade do recurso eólico.
- b) Verificou-se uma avaria pouco comum, do transformador principal do parque eólico de Mosteiro de 9 MW, que implicou a paragem do parque entre Março e Abril de 2008.
- c) Finalmente, verificaram-se limitações de carácter ambiental no parque eólico de Plouvien (de 12 MW), que resultaram na paragem de 62% da capacidade do parque durante a noite em situações de vento inferior a 10 m/s.

E.U.A

Destacam-se as seguintes interrupções:

- a) Reparações de correcção ou melhoria de pás de turbinas V82: Foram efectuadas reparações de correcção ou melhoria com vista a solucionar falhas nas turbinas eólicas do parque eólico de Maple Ridge, para melhorar o sistema de protecção de relâmpagos nos parques eólicos de Maple Ridge e Twin Groves I, e para melhorar os “*pitch accumulators*”.
- b) Rolamentos principais das V82: Estão actualmente em curso reparações de correcção ou melhoria para permitir melhorar a lubrificação das turbinas V82.
- c) Pás G83 / 87: Foram reparadas pás de turbinas do parque eólico Lone Star.
- d) Blue Canyon I & II. Os parques eólicos Blue Canyon I & II apresentaram uma disponibilidade reduzida em 2007 e início de 2008 devido a desalinhamento de turbinas. Actualmente verifica-se um aumento da disponibilidade nestes parques que se espera continue à medida que as turbinas são realinhadas.

Interrupções de O&M programadas

Europa e E.U.A

Normalmente as operações de manutenção implicam paragens anuais que correspondem a cerca de 24 horas em máquinas de potência inferior a 1MW e a 32 horas para máquinas de potência superior a esse montante. Dado que estas operações são realizadas em alturas de pouco vento, a perda de produção é, regra geral, pouco significativa.

CAPÍTULO 11 – ANÁLISE DA GESTÃO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMITENTE E OFERENTE

A presente análise sobre a situação financeira e os resultados da EDP Renováveis deverá ser lida em conjugação com a informação financeira histórica consolidada e auditada da Sociedade referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007, a informação financeira histórica consolidada não auditada referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2008 da Sociedade, a informação financeira histórica consolidada, condensada e auditada da NEO referente aos anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, e a informação financeira histórica consolidada e auditada da Horizon referente aos anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, e, em cada um destes casos, as respectivas notas e outras informações incluídas no presente Prospecto. Toda a informação financeira histórica consolidada para a EDP Renováveis e NEO foi elaborada em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards (“IFRS”)) adoptadas pela União Europeia (IFRS – EU) e toda a informação financeira histórica consolidada para a Horizon foi elaborada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board, em vigor à data da elaboração da informação financeira histórica consolidada.

A abordagem a seguir apresentada contém declarações relativas ao futuro que reflectem as perspectivas da actual equipa de gestão e envolvem riscos e incertezas. Os resultados actuais da EDP Renováveis poderão diferir materialmente dos apresentados em declarações relativas ao futuro em função de determinados factores, incluindo os descritos em “Factores de Risco” e em “Declarações Relativas ao Futuro” contidos no presente Prospecto. Recomenda-se aos leitores que não utilizem as presentes declarações relativas ao futuro como base para qualquer decisão, na medida em que estas incidem apenas sobre a situação da Sociedade à data do presente Prospecto. Salvo quando exigido pela lei, a EDP Renováveis não assume qualquer obrigação ou responsabilidade de proceder à revisão ou à actualização das declarações relativas ao futuro, de modo a reflectir acontecimentos ou circunstâncias que possam ocorrer posteriormente. Os investidores deverão ler a totalidade do presente documento e não deverão basear as suas decisões em informação sumariada.

Enquadramento

A EDP Renováveis é uma empresa líder no sector das energias renováveis que projecta, desenvolve, gere e opera centros electroprodutores utilizando fontes de energia renováveis, sobretudo energia eólica, e que procede à venda de electricidade produzida. A Sociedade é a quarta maior empresa a nível mundial em energia eólica com base na capacidade instalada líquida em 31 de Dezembro de 2007 (assumindo a transferência da actividade de produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis da Endesa para a Acciona), apresentando em 2007 a maior taxa de crescimento anual a nível global em termos de capacidade instalada líquida quando comparada com os cinco principais “players”, tendo registado um aumento de 168% face ao final do ano de 2006, de acordo com os dados da EER relativos aos demais participantes no mercado e as próprias estimativas da Sociedade. A actividade da EDP Renováveis compreende actualmente a produção de electricidade através da energia eólica “onsore” e, em menor grau, através de energia mini-hídrica. A EDP Renováveis detém também alguns projectos de energia solar térmica correntemente em desenvolvimento. Também se encontra a explorar oportunidades noutras tecnologias de energias renováveis, através de um contracto de parceria com a EDP Inovação.

Presentemente, a EDP Renováveis detém e opera parques eólicos em Espanha, Portugal, França e nos E.U.A. e centros electroprodutores mini-hídricos em Espanha. Tem ainda diversos projectos eólicos em diferentes fases de construção e desenvolvimento nestes países, bem como na Bélgica, Polónia e Brasil. Adicionalmente, está activamente empenhada na expansão das suas actividades para outros países.

A EDP Renováveis foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 com o objectivo de gerir o portfolio de activos e a estratégia de crescimento da EDP no sector da energia renovável, na Europa e na América do Norte. Pouco tempo depois da sua constituição, incorporou as principais subsidiárias europeias e norte-americanas da EDP no sector da energia renovável, a NEO e a Horizon, respectivamente. A NEO foi constituída pela EDP e pela Hidrocantábrico, tendo iniciado as suas operações em Abril de 2005. A EDP Consolidou na NEO a maioria das suas subsidiárias na Península Ibérica que detinham activos de energias renováveis. Em Julho de 2007, a EDP adquiriu a Horizon como plataforma para entrar no mercado norte-americano. A Horizon foi constituída inicialmente em 1998 como pequena empresa de energia eólica de capital fechado de Dallas. Em meados de 2005, a Goldman Sachs adquiriu a empresa e redefiniu a sua estratégia. Em Julho de 2007, a EDP adquiriu à Goldman Sachs a totalidade do capital social da Horizon. A Sociedade continua a conduzir as suas actividades na Europa através da NEO e, na América do Norte, através da Horizon. Anteriormente operava através da Genesa, uma subsidiária detida maioritariamente pela NEO, outros activos no sector das energias renováveis em Espanha, incluindo a produção de energia de biomassa, cogeração e com base em resíduos sólidos. Todas estas actividades foram descontinuadas, tendo os activos sido vendidos ao accionista Hidrocantábrico (detido em 97% pela EDP) em Março de 2007, não constituindo assim parte das suas actividades actuais.

Principais Factores que Afectam os Resultados da Actividade da EDP Renováveis

A equipa de gestão acredita que os factores a seguir abordados afectaram ou poderão afectar significativamente no futuro a actividade da EDP Renováveis, a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Crescimento e desenvolvimento da carteira eólica da EDP Renováveis

Historicamente, a actividade da EDP Renováveis tem estado, e estima-se que no futuro se mantenha, focada essencialmente na produção e na venda de electricidade, utilizando a energia eólica “*onshore*” como fonte de energia. A capacidade eólica instalada e consolidada da EDP Renováveis representava à data de 31 de Março de 2008, 99,9% da sua capacidade instalada consolidada total. Como tal, a sua actividade, situação financeira e os resultados da actividade são afectados significativamente pelo número de parques eólicos em operação, parques eólicos em construção e projectos eólicos em desenvolvimento no seu *portfolio* de investimentos num determinado momento. Quanto maior for o número de parques eólicos que a EDP Renováveis possua em funcionamento e quanto maior for a sua capacidade instalada, maior será a electricidade potencial e as receitas que a EDP Renováveis poderá gerar e maior protecção existirá contra riscos específicos dos projectos, como por exemplo o risco das variações nas condições eólicas numa determinada localização geográfica.

A EDP Renováveis aumentou significativamente a sua capacidade instalada e a produção eléctrica nos últimos anos principalmente através de projectos em “*greenfield*” e da aquisição de projectos em diversas fases de desenvolvimento (“*pipeline*” e “*prospects*”), e, em menor número, através da aquisição selectiva de projectos em operação ou em construção. Estima-se que este enfoque no desenvolvimento de projectos “*greenfield*”, através do desenvolvimento e, eventualmente, aquisições de “*pipeline*” continue a ser o modelo de negócio no futuro. Deste modo, a EDP Renováveis pretende expandir a sua actividade sobretudo através da colocação em operação da sua carteira de projectos eólicos. A EDP Renováveis tem por objectivo aumentar a sua capacidade eólica instalada a uma média de 1,4 GW por ano no período de 2008-2012, por forma a atingir mais de 10.500 MW de capacidade eólica instalada bruta até ao final do ano de 2012.

Capacidade instalada

O quadro seguinte apresenta a capacidade instalada bruta e consolidada da EDP Renováveis na Europa e na América do Norte à data de 31 de Março de 2008 e a capacidade instalada bruta e consolidada da NEO e da Horizon respectivamente, em 31 de Dezembro de 2006 e 2007:

Capacidade instalada total	Capacidade instalada bruta	Capacidade instalada consolidada
	31 de Março de 2008	31 de Março de 2008
	<i>(em MW)</i>	
Europa.....	2.161	1.779
.....		
Eólica.....	2.150	1.776
Outra	11	3
América do Norte ⁽¹⁷⁶⁾	1.556	1.321
Total	3.717	3.100

Capacidade instalada total	Capacidade instalada bruta		Capacidade instalada consolidada	
	31 de Dezembro,		31 de Dezembro,	
	2007	2006	2007	2006
	<i>(em MW)</i>			
NEO	2.161	1.698	1.779	1.215
Eólica.....	2.150	1.568	1.776	1.093
Outra	11	130	3	122
Horizon	1.490	559	1.254 ⁽¹⁷⁷⁾	324
Total	3.651	2.257	3.033	1.539

Durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, a NEO aumentou em 46,4% a sua capacidade instalada em 564 MW consolidados adicionais, que resultou de (i) um aumento de 683 MW consolidados da capacidade instalada em função do acréscimo de novos parques eólicos em Espanha, Portugal e França à carteira da NEO, nomeadamente através da entrada em operação dos parques eólicos desenvolvidos pela NEO, por um lado e, por outro, em menor medida, através de aquisições de parques eólicos já em operação e (ii) por uma diminuição de 119 MW consolidados na capacidade instalada, em resultado da venda efectuada pela NEO à Hidrocantábrico, no princípio de 2007, de alguns activos no sector da energia renovável, nomeadamente activos na produção de electricidade a partir de biomassa, de resíduos sólidos e cogeração. A NEO tinha treze parques eólicos em construção em 31 de Dezembro de 2007, com uma capacidade agregada estimada após a sua conclusão de 597 MW consolidados.

Durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, a Horizon mais do que triplicou a sua capacidade

⁽¹⁷⁶⁾ Inclui 52 MW brutos (52 MW consolidados) que estavam construídos, mas ainda aguardavam comissionamento.

⁽¹⁷⁷⁾ Inclui 131 MW brutos (131 MW consolidados) que estavam construídos, mas ainda aguardavam comissionamento.

instalada com 930 MW consolidados, registando um crescimento de 287,0% nesse ano. Este aumento ficou a dever-se principalmente a quatro novos parques eólicos que entraram em operação comercial durante esse período. Adicionalmente, a Horizon tinha ainda dois outros parques eólicos (Twin Groves II e Lone Star II, com uma capacidade combinada estimada de 398 MW consolidados), que estavam parcialmente construídos e que representavam 332 MW consolidados em 31 de Dezembro de 2007.

No trimestre findo em 31 de Março de 2008, não foi instalada capacidade adicional na Europa. Contudo, a EDP Renováveis aumentou a dimensão do seu “*portfolio*” em construção. Ver “Fluxo de caixa de actividades operacionais – Fluxo de caixa de actividades de investimento.”

No trimestre findo em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis aumentou a sua capacidade instalada na América do Norte em 4%, ou seja 66 MW consolidados, dos quais 52 MW consolidados estavam completamente construídos mas ainda se encontravam em processo de comissionamento em 31 de Março de 2008. Este aumento resultou sobretudo da conclusão da construção dos projectos Twin Groves II (198 MW consolidados) e Lone Star II (200 MW consolidados) durante o referido período. A dimensão da carteira de projectos em construção também cresceu para 505 MW consolidados. Ver “Fluxo de caixa de actividades operacionais – Fluxo de caixa de actividades de investimento.”

Em Abril de 2008, a EDP Renováveis adquiriu ao Grupo Eole76, em França, três parques eólicos em operação na região da Normandia, com uma capacidade eólica instalada de 35 MW e parques eólicos em desenvolvimento nas regiões da Normandia e Rhônes -Alpes, abrangendo 8 MW de capacidade eólica em construção, 258 MW de “*pipeline*” e 294 MW de “*prospects*”, numa base bruta e consolidada. Ver “Actividade do Emitente e Oferente.”

Produção de Electricidade

O quadro seguinte apresenta a produção de electricidade consolidada da EDP Renováveis na Europa e na América do Norte no trimestre findo em 31 de Março de 2008 e a produção de electricidade consolidada da NEO e da Horizon nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007:

Produção de electricidade	Trimestre findo em 31 de Março, 2008	Produção de electricidade	Ano findo em 31 de Dezembro,	
	(em GWh consolidados)		2007	2006
Europa	1.072	NEO	2.912	2.385
Eólica	1.072	Eólica	2.910	1.902
Outros.....	-	Outros.....	2	483
América do Norte.....	960	Horizon.....	1.465	822
Total	2.032	Total	4.377	3.207

Os principais motivos para as alterações verificadas na produção de electricidade pela EDP Renováveis entre os períodos correspondem em geral ao crescimento da capacidade instalada entre os dois períodos, e em menor medida, à variação nas condições eólicas. Contudo, as alterações na capacidade instalada entre fins de períodos não resultam em alterações directamente proporcionais na produção de electricidade, na medida em que a quantidade de electricidade produzida num determinado período por um parque eólico irá variar em função da data em que o mesmo tiver entrado em operação.

Recurso eólico

Os níveis de produção de electricidade num parque eólico são uma função directa das condições eólicas no local do parque eólico. Consequentemente, as condições eólicas gerais nos locais dos parques eólicos da EDP Renováveis, incluindo as variações diárias, mensais, sazonais e de longo-prazo nessas condições eólicas, têm um impacto directo no volume de electricidade produzido pelos parques eólicos da Sociedade e provocam as correspondentes variações na receita que pode obter a partir da venda de electricidade

Diferenças entre quadros regulatórios e variabilidade dos preços

Os regimes e as políticas nacionais em vigor nos mercados em que a EDP Renováveis actua, estabeleceram condições de renumeração e incentivos favoráveis para os produtores de electricidade através de fontes de energia renováveis e, consequentemente, resultam num efeito positivo para os resultados da actividade da EDP Renováveis. Um maior apoio regulatório ou aumentos nos incentivos concedidos poderão ter como efeito maior procura e/ou preços de venda da electricidade produzida pela EDP Renováveis mais elevados. Por outro lado, a eliminação ou a redução das condições de renumeração favoráveis para os produtores de electricidade através de Fontes de energia renováveis e de outros incentivos nos países em que a EDP Renováveis opera, ou onde poderá vir a operar no futuro, pode resultar numa redução das receitas, apresentando um impacto negativo nos resultados da actividade da EDP Renováveis.

A fixação de preços e as estruturas de incentivos relativos à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis implementadas, variam de país para país, o que implica diferenças significativas nas receitas e nas margens de lucro realizadas com a venda de electricidade em cada país. Em geral, o preço a que a EDP Renováveis pode vender a electricidade que produz é determinado (i) por referência ao preço de mercado, de acordo com os preços reflectidos nos mercados locais de electricidade, ou (ii) no todo ou em parte, pela entidade reguladora competente, na forma do preço da “pool”, acrescido de um prémio ou de tarifas fixas tipo “feed-in” (tal como também em Espanha, em Portugal e em França); ou (iii) pela fixação de preços negociados com compradores ao abrigo de CAE’s.

Nos países em que se aplica o regime de tarifa fixa tipo “feed-in” e onde parte das receitas da EDP Renováveis está dependente da venda de electricidade a preços determinados por uma entidade reguladora e embora os regimes tarifários assegurem a sua aplicação durante um período longo de tempo (por exemplo, 15 anos), a entidade pode decidir aumentar ou diminuir a tarifa ou o elemento fixo da tarifa para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis. Um aumento ou uma diminuição deste tipo terão o correspondente efeito positivo ou negativo na receita da EDP Renováveis.

Nos E.U.A., o preço da electricidade e os créditos relativos à energia renovável variam significativamente de Estado para Estado e de projecto para projecto. Estes podem ser vendidos quer através dos CAE ou através de vendas em mercado, que, por seu turno, podem ser objecto de cobertura de risco, ou sem cobertura de risco. Adicionalmente, os preços podem variar significativamente entre Estados, dependendo da estrutura de produção de cada mercado. As flutuações nos preços ou as alterações no “mix” regional do “portfolio” de projectos da Horizon pode ter um efeito nas receitas da EDP Renováveis.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos preços médios da electricidade praticados pela NEO e pela Horizon nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 e o preço médio da

electricidade realizado pela EDP Renováveis na Europa e na América do Norte no trimestre findo em 31 de Março de 2008.

Preços médios da electricidade	Trimestre findo em 31 de Março, 2008	Preços médios da electricidade	Ano findo em 31 de Dezembro,	
			2007	2006
Europa (em Euros/MWh).....	97,4	NEO (em Euros /MWh)	83,6	90,9
Eólica	97,4	Eólica	83,6	90,5
Outra	82,2	Outra	70,6	92,5
América do Norte (em Dólares Americanos /MWh) ⁽¹⁷⁸⁾	49,4	Horizon (em Dólares Americanos /MWh) ⁽¹⁷⁹⁾	49,4	50,2

O preço médio da electricidade obtido pela NEO decresceu 8,0% em 2007, em comparação com 2006. Esta queda no preço médio ficou a dever-se principalmente a uma descida nos preços médios praticados pela NEO em Espanha, os quais se reduziram de 90,2 Euros/MWh em 2006 para 78,0 Euros/MWh em 2007. Este facto ficou a dever-se a uma redução da média dos preços de mercado da “pool” de electricidade em Espanha. Os parques eólicos da NEO neste país operam ao abrigo da opção de tarifa de mercado (preço da “pool” acrescido de prémio) e os níveis dos prémios mantiveram-se inalterados em 2007 face aos de 2006. Os preços médios de mercado da “pool” espanhola desceram 13,5% de 2006 para 2007, principalmente em resultado de: (i) descida no preço médio dos direitos de emissão de CO₂ (dióxido de carbono), de 21,2 Euros/ton para 0,6 Euros/ton durante o período e (ii) por eliminação, por decisão regulatória, da remuneração sobre a garantia de potência à produção através de fontes renováveis por uma subida nos preços dos combustíveis durante o mesmo período. Apesar de preços de mercado mais baixos, a opção de mercado continuou a proporcionar preços mais elevados do que a tarifa regulada.

A média dos preços a que a NEO vendeu a electricidade produzida em Portugal teve um crescimento ligeiro, de 91,3 Euros/MWh em 2006 para 95,8 Euros/MWh em 2007, reflectindo o aumento na tarifa do tipo “feed-in”, de acordo com a inflação. O preço médio a que a NEO procedeu à venda da electricidade que produziu em França em 2007 a 78,6 Euros/MWh, reflectindo a tarifa tipo “feed-in” em França durante o período. O volume de electricidade vendida em França, durante 2006 não foi significativo.

O preço médio a que os parques eólicos da Horizon venderam a sua electricidade baixou de 50,2 Dólares Americanos/MWh, em 2006, para 49,4 Dólares Americanos por MWh, em 2007. Esta descida resultou principalmente de um ano inteiro em operação dos projectos Maple Ridge I e II em Nova Iorque, da entrada em operação do Parque Eólico Twin Groves I, e Illinois, respectivamente, e da entrada parcial em funcionamento dos outros projectos de parques eólicos da Horizon, que em conjunto alteraram o mix do preço no portfolio de projectos da EDP Renováveis.

No trimestre findo em 31 de Março de 2008, o preço médio da electricidade realizado em Espanha aumentou em comparação com os preços realizado no trimestre anterior, reflectindo um aumento nos preços da “pool” em Espanha de 47,9 Euros/MWh, no trimestre findo em 31 de Março de 2007, para 65,9 Euros/MWh no trimestre findo em 31 de Março 2008. Por seu lado, o aumento dos preços da “pool” em Espanha ficou a dever-se principalmente a um aumento dos preços dos combustíveis (incluindo o preço dos direitos de emissão de carbono, petróleo e carvão) e a um aumento no “clean spark spread” (margem de produzir electricidade a partir centrais

⁽¹⁷⁸⁾ Os preços médios da electricidade na América do Norte são calculados dividindo o volume de negócios (ajustado relativamente a quaisquer “hedges” de preço para a energia em vigor que não sejam contabilizadas no volume de negócios) pelos MWh consolidados gerados.

⁽¹⁷⁹⁾ Os preços médios da electricidade na América do Norte são calculados dividindo o volume de negócios (ajustado relativamente a quaisquer “hedges” de preço para a energia em vigor que não sejam contabilizadas no volume de negócios) pelos MWh consolidados gerados.

a gás de ciclo combinado (CCGT) considerando os custos de gás natural e de emissão de CO₂ (dióxido de carbono). Em Portugal e França, onde se aplicam os regimes de tarifa tipo “*feed-in*”, os preços médios da electricidade realizados pela EDP Renováveis cresceram de acordo com a inflação.

No trimestre findo em 31 de Março de 2008, o preço médio da electricidade realizado nos Estados Unidos foi de 49,4 Dólares Americanos/MWh, que reflectiu principalmente o mix das vendas de energia, em resultado da capacidade instalada atingida no final de 2007.

Disponibilidade e preços das turbinas

As receitas futuras da EDP Renováveis e os resultados da actividade vão estar sujeitas ao impacto da disponibilidade e dos prazos de entrega de turbinas eólicas. O crescimento no mercado global da energia eólica conduziu ao aumento da procura de turbinas nos últimos anos, o que terá provocado, alegadamente, uma redução na disponibilidade geral de turbinas. A Sociedade tem um sólido “*track record*” com a maioria dos principais fornecedores de turbinas, contrariamente aos operadores recém chegados ao mercado e, até à data, a EDP Renováveis não teve quaisquer dificuldades em garantir um fornecimento adequado de turbinas. À data de 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis tinha celebrado contratos quadro para 100% das suas necessidades estimadas de turbinas para 2008 e 2009 e para 70% das suas necessidades estimadas de turbinas para 2010.

A EDP Renováveis depende do fornecimento e montagem de turbinas para a construção de parques eólicos e outros centros electroprodutores e, por outro lado, de meios de transporte, tais como camiões, gruas e, bem assim, outros elementos de construção, tais como transformadores. No caso das turbinas, em particular, o número de fornecedores é limitado. A actual procura de turbinas na Europa e nos E.U.A. alegadamente excede a capacidade de produção das mesmas, o que terá dado origem recentemente a falhas de fornecimento, a atrasos nas entregas e a aumentos nos preços das turbinas e outros equipamentos necessários. Embora, por referência a 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis tenha celebrado contratos de fornecimento de turbinas eólicas para assegurar o fornecimento de 100% das turbinas que planeia instalar em 2008 e 2009 e de aproximadamente 70% das turbinas que planeia instalar em 2010, não pode assegurar que, no futuro, seja possível adquirir uma quantidade suficiente de turbinas (e outros equipamentos necessários) para satisfazer os objectivos comerciais, ou que os fornecedores de turbinas não dêem prioridade a outros participantes do mercado, incluindo os concorrentes da EDP Renováveis ou ainda que o preço dessas turbinas não venha a pôr em causa a viabilidade de alguns projectos de construção de parques eólicos. Qualquer atraso significativo por parte dos principais fornecedores no cumprimento das suas obrigações contratuais, ou qualquer falta de capacidade dos principais fornecedores em cumprir as suas obrigações poderá ter consequências materiais adversas na actividade, situação financeira ou resultados operacionais da EDP Renováveis. Por outro lado, a EDP Renováveis opera num mercado em que os fornecedores de turbinas têm, actualmente, um forte poder negocial e, embora tenha estabelecido um sistema de contratos-quadro com os principais fornecedores de turbinas na Europa e nos E.U.A., não pode garantir que será capaz, no futuro, de obter um fornecimento de turbinas adequado e outros equipamentos necessários.

Acordos de financiamento

A estratégia da EDP Renováveis passa pelo financiamento do desenvolvimento e da construção de parques eólicos e outras despesas de capital (“CAPEX”) através de suprimentos da EDP, juntamente com os fundos gerados pela sua actividade. Para além disso, a NEO tem também um historial em matéria de dívida em regime de “*project finance*”, enquanto que a Horizon também obtém financiamento através de investidores institucionais, por meio de Estruturas de Parceria que permitem à Horizon utilizar de uma forma mais eficiente os benefícios fiscais disponíveis nos E.U.A.. Ver “Liquidez e Recursos de Capital – Acordos de Financiamento” e “Transacções com Entidades Terceiras Relacionadas.”

As Estruturas de Parceria consistem em sociedades de responsabilidade limitada nas quais foram integrados os parques eólicos da EDP Renováveis nos E.U.A., e nas quais os investidores institucionais celebraram acordos de financiamento. Estas sociedades de responsabilidade limitada são tratadas como parcerias para efeitos fiscais. Estas Estruturas de Parceria criam duas classes de acções e alocam os benefícios fiscais e outros benefícios do modo como se descreve infra. As acções detidas pela EDP Renováveis são geralmente denominadas “Participações Classe A” e as acções dos investidores institucionais são geralmente denominadas “Participações Classe B”.

À data do presente Prospecto, a EDP Renováveis tinha constituído três Estruturas de Parceria distintas (Blue Canyon I, Vento I e Vento II), duas das quais (Vento I e Vento II) têm um “portfolio” de diversos parques eólicos em operação. O Blue Canyon I foi constituído em Dezembro de 2003 e tanto o Vento I como o Vento II foram constituídos em 2007. O Blue Canyon I é um projecto de 74 MW de capacidade bruta (mas contribui com 0 MW consolidados, dado que a EDP Renováveis transferiu 75% das Participações Classe A à Babcock & Brown Blue Canyon I LLC e à EHN USA LLC). O quadro seguinte apresenta os parques eólicos que integram cada uma das carteiras dos projectos Vento I e Vento II.

31 de Março de 2008		
	Capacidade instalada Total	Titularidade
	(em MW brutos)	(em %)
Vento I Portfolio	883	---
Maple Ridge I.....	231	50%
Maple Ridge II.....	91	50%
Madison.....	12	100%
Blue Canyon II.....	151	100%
Lone Star I.....	200	100%
Twin Groves I.....	198	100%
Vento II Portfolio	600	-
Elkhorn Valley.....	101	100%
Prairie Star.....	101	100%
Lone Star II ⁽¹⁸⁰⁾	200	100%
Twin Groves II.....	198	100%

De acordo com o regime das Estruturas de Parceria, os investidores institucionais celebram acordos de financiamento com essas sociedade e, em contrapartida, são-lhes afectos, juntamente com as Participações Classe B que lhes atribuem a maior parte dos benefícios fiscais conferidos pelos PTC e MACRS uma parte do fluxo de caixa operacional e da receita gerada pelos parques eólicos em causa. Por seu lado, a EDP Renováveis, é o titular das Participações Classe A, que conferem os benefícios económicos descritos em baixo, assim como o controlo da gestão e das operações do dia-a-dia das sociedades de responsabilidade limitada, estando sujeitos à aprovação dos investidores para tornar determinadas decisões de maior relevo.

A relação da Horizon com os investidores institucionais é estabelecida por intermédio de um acordo operacional que distribui os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e, distribui os benefícios fiscais, que incluem os PTC e MACRS, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias através de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final dos dez anos em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos

⁽¹⁸⁰⁾ Projecto Lone Star II foi integrado na Estrutura de Parceria Vento II em 2 de Maio de 2008.

créditos fiscais à produção, do lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

No âmbito destas operações, os fluxos de caixa operacionais são alocados à Horizon até à mais recente das seguintes datas: uma data fixa ou uma data na qual irá recuperar o capital investido líquido dos recebimentos dos investidores institucionais. A “*Cash Flip Date*” é expectável que ocorra, aproximadamente, sete a oito anos após a data da transacção. Após esta data, todos os fluxos de caixa operacionais são alocados aos investidores institucionais até ao recebimento das taxas de retorno acordadas (“*Flip Date*”).

Antes da “*Flip Date*”, sujeito a determinadas limitações impostas pelo *Internal Revenue Service* dos E.U.A., 99% ou mais (dependendo dos acordos que regulam a Estrutura de Parceria) dos lucros e dos rendimentos tributáveis acumulados da depreciação dos MACRS e dos PTCs, são afectos ao investidor institucional, ficando os ganhos ou perdas remanescentes afectos à EDP Renováveis. Após a “*Flip Date*”, nomeadamente quando o investidor recebe a sua “taxa interna de rentabilidade determinada”, manterá uma pequena participação minoritária enquanto membro da Estrutura de Parceria. A EDP Renováveis também dispõe da opção de compra das participações residuais dos investidores Classe B ao justo valor de mercado na “*Flip Date*”.

O quadro seguinte apresenta uma repartição aproximada da distribuição e afectação da receita, dos PTCs, e da depreciação dos MACRS entre a EDP Renováveis e os investidores institucionais ao abrigo das suas Estruturas de Parceria. A coluna com o título “Fluxo de caixa operacional” reflecte a divisão das distribuições de caixa. A coluna com o título “Resultados & PTCs” reflecte a afectação de resultados e dos PTC para efeitos de imposto federal sobre o rendimento. A coluna com o título “Depreciação MACRS” reflecte a afectação dos benefícios da depreciação acelerada em cinco anos para efeitos de imposto federal sobre o rendimento, dos E.U.A..

Anos aproximados	Fluxo de caixa operacional		Resultados e PTC ⁽¹⁸¹⁾		Depreciação MACRS ⁽¹⁸²⁾	
	EDP Renováveis		EDP Renováveis		EDP Renováveis	
	s	Investidor	s	Investidor	s	Investidor
1-7 Anos ⁽¹⁸³⁾	100%	0%	≤1%	≥99%	≤1%	≥99%
8-10 Anos ⁽¹⁸⁴⁾	0%	100%	≤1%	≥99%	≤1%	≥99%
11-20 Anos ⁽¹⁸⁵⁾	95%	5%	95%	5%	---	---

Conversão cambial

A situação financeira e os resultados da actividade das subsidiárias da EDP Renováveis são apresentados nas moedas locais relevantes (sobretudo Euros, Dólares Americanos e Zlotis Polacos) e posteriormente convertidos em Euros, conforme seja aplicável, para inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis, as quais são denominadas em Euros. Consequentemente, é necessário a conversão para Euros dos valores dos resultados, activos e passivos apresentados, nas demonstrações financeiras da EDP Renováveis, em moedas que não o Euro. Em consequência, aumentos ou diminuições no valor do Euro relativamente ao Dólar Americano e outras moedas afectarão os resultados reportados da actividade da EDP Renováveis e o valor dos activos e passivos no balanço consolidado, mesmo que os seus resultados da actividade, ou o valor desses activos e passivos não se alterem na sua moeda

⁽¹⁸¹⁾ Os PTC expiram após 10 anos de operações comerciais.

⁽¹⁸²⁾ A data do “cash flip” pode variar em função do montante e das datas programadas das distribuições de caixa, conforme referido em cima.

⁽¹⁸³⁾ A data do “cash flip” pode variar em função do montante e das datas programadas das distribuições de caixa, conforme referido em cima.

⁽¹⁸⁴⁾ A “Flip Date” pode variar em função do montante e das datas programadas das distribuições de caixa e dos benefícios fiscais, conforme referido em cima.

⁽¹⁸⁵⁾ Nos anos 11-20, a EDP Renováveis recebeu, aproximadamente, apenas 20% dos fluxos de caixa operacionais e da receita relativos ao projecto Blue Canyon I, dado que +e titular de apenas 25% das participações Classe A (visto que vendemos 75% das participações Classe A à Babcock & Brown Blue Canyon I LLC e à EHN USA LLC) e os investidores Classe B detêm aproximadamente 21% dos direitos ao fluxo de caixa operacional e à receita após a Flip Date (por oposição a aproximadamente 5% desse tipo de participações no caso dos investidores Classe B nas estruturas Vento I e Vento II).

original. Estas conversões poderão afectar significativamente a comparabilidade dos resultados entre períodos financeiros e/ou resultar em alterações significativas no valor dos activos e passivos da EDP Renováveis. Por exemplo, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2007, o valor do Dólar Americano relativamente ao Euro caiu cerca de 9%. Esta variação poderia ter tido o efeito de reduzir a contribuição da Horizon o EBITDA da EDP Renováveis em 2,2 milhões de Euros (caso a Horizon tivesse sido consolidada para um ano completo), em comparação com a sua contribuição para o EBITDA da EDP Renováveis utilizando as taxas de câmbio médias para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

Explicação de Determinados Indicadores

Volume de negócios

O volume de negócios (ou receita) compreende as vendas da electricidade produzida pelos parques eólicos e outras centos electroprodutores e as vendas de créditos de energia renovável. No caso da NEO, o volume de negócios também inclui vendas de parques eólicos construídos para empresas associadas e empresas controladas conjuntamente e outros serviços de construção e engenharia prestada a terceiros. Estas actividades representaram uma pequena proporção do volume de negócios durante 2006 e 2007 e foram descontinuadas. A NEO não gerou qualquer volume de negócios dessas vendas durante o trimestre findo em 31 de Março de 2008 e não estima vir a gerar volume de negócios no futuro a partir dessas vendas.

Custo das vendas

O custo das vendas compreende o custo da energia consumida durante os períodos em que o parque eólico se encontra em “*standby*”, o custo das obras relativas à construção de parques eólicos para empresas associadas e empresas controladas conjuntamente, e outros serviços de construção e engenharia prestada a terceiros, o custo da produção de electricidade utilizando tecnologias não eólicas e outros custos não relacionados com as actividades eólicas.

EBITDA

O “EBITDA” é definido como lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. O EBITDA e os rácios com ele relacionados e apresentados no presente Prospecto, são utilizados como indicadores complementares do desempenho e liquidez que não são exigidas, ou apresentadas em conformidade com as IFRS. Contudo, dado que o EBITDA não é um item reconhecido pelas IFRS, as empresas não calculam o EBITDA da mesma maneira, podendo a apresentação do EBITDA aqui apresentada não ser comparável a um indicador com a mesma denominação de outras empresas. O EBITDA não deverá ser considerado uma alternativa aos fluxos de caixa operacionais, aos resultados operacionais, aos proveitos operacionais, ou a qualquer outro indicador do desempenho operacional de uma sociedade exigido pelas IFRS. O EBITDA não deverá de modo algum ser comparado ao resultado operacional, ao resultado líquido ou ao fluxo de caixa resultante das actividades da EDP Renováveis, nem deverá ser utilizado como um indicador de rentabilidade ou liquidez passada ou futura.

A EDP Renováveis calcula a margem EBITDA dividindo o seu EBITDA pela diferença entre o volume de negócios e o custo das vendas.

Desenvolvimentos Recentes

Nos três primeiros meses de 2008, a EDP Renováveis continuou a aumentar a produção de electricidade de acordo com o crescimento da capacidade instalada. Assim sendo, nos três primeiros meses do ano findos em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis obteve receitas totais no valor de 142,2 milhões de Euros e um valor de EBITDA de 125,5 milhões de Euros, obtendo uma margem EBITDA de 88,2%. Adicionalmente, a EDP Renováveis também recebeu receitas provenientes da alienação de participações em Estruturas de Parceria no valor de 14,4 milhões de Euros, o que se traduziu numa margem EBITDA ajustada de 80,7% (o cálculo

consiste no valor de EBITDA dividido pela diferença entre a totalidade das receitas considerando as receitas provenientes das Estruturas de Parceria e o custo das vendas de electricidade).

Europa

Nos primeiros três meses do ano, que terminaram a 31 de Março de 2008, as operações na Europa geraram receitas no valor de 110,7 milhões de Euros, EBITDA de 90,1 milhões de Euros, representando 71,8% do Grupo EDP Renováveis, traduzindo-se numa margem EBITDA de 81,4%.

As receitas aumentaram significativamente face ao período homólogo de 2007, maioritariamente devido ao aumento da capacidade instalada e ao aumento dos preços médios de venda de electricidade, com particular incidência no mercado Espanhol. A 31 de Março de 2008, 88% da capacidade instalada em Espanha da EDP Renováveis está sob o artigo RD 436/2004, e por isso não está sujeito a um limite máximo de receita por MWh produzido.

Os fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal aumentaram, reflectindo um aumento nos custos de O&M relacionados com a capacidade adicional que entrou em operação, aumento de actividade operacional e expansão internacional, com consequente aumento do número de empregados.

América do Norte

Nos primeiros três meses do ano, findos em 31 de Março de 2008, as operações nos E.U.A. geraram receitas no valor de 31,5 milhões de Euros, EBITDA de 35,4 milhões de Euros, representando 28,2% do Grupo EDP Renováveis, traduzindo-se numa margem EBITDA de 112,4%. Adicionalmente, a EDP Renováveis também recebeu receitas provenientes da alienação de participações em Estruturas de Parceria no valor de 14,4 milhões de Euros, o que se traduziu numa margem EBITDA ajustada de 77,3%.

As receitas beneficiaram do crescimento da capacidade instalada, onde se inclui 66 MW consolidados adicionais de capacidade instalada no primeiro trimestre.

Os fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal aumentaram, reflectindo um aumento nos custos relacionados com a capacidade adicional que entrou em operação, aumento de actividade operacional e com consequente aumento do número de empregados.

Resultados da actividade – NEO

A NEO desenvolveu actividades através da sua subsidiária Genesa, da qual detém a maioria do capital social, relacionadas com outros activos no sector das energias renováveis em Espanha, incluindo a produção de electricidade através de energia de biomassa, cogeração e com base em resíduos sólidos. Todas estas actividades foram descontinuadas, tendo os activos sido vendidos à Hidrocantábrico em Março de 2007 (as “operações descontinuadas”).

O quadro seguinte apresenta um resumo histórico das rubricas em matéria de receitas e despesas nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 (incluindo e excluindo as operações descontinuadas) e de 2007.

	Ano findo em 31 de Dezembro,		
	2007	2006 (Incluindo operações descontinua das) (Milhões de Euros)	2006 (Excluindo operações descontinua das)
Vendas de electricidade.....	240,1	215,1	172,3
Outras vendas.....	22,4	49,4	40,0
Volume de negócios.....	262,5	264,5	212,3
Custo das vendas	(19,6)	(67,0)	(34,6)
	242,9	197,5	177,7
Fornecimentos e serviços externos.....	(38,8)	(33,1)	(23,6)
Custos com o pessoal.....	(13,0)	(13,3)	(11,5)
Outros proveitos/(custos) de exploração.....	(0,9)	(9,1)	(9,1)
Total dos custos de exploração	(52,7)	(55,5)	(44,2)
EBITDA.....	190,2	142,0	133,5
Margem EBITDA.....	78,3%	71,9%	75,1%
Amortizações, imparidades e provisões do exercício	(91,0)	(94,3)	(85,0)
Ganhos na alienação de activos financeiros.....	6,7	-	-
Resultados financeiros.....	(100,2)	(55,4)	(52,3)
Ganhos em associadas	3,0	3,7	3,7
Resultado antes de impostos.....	8,7	(4,0)	(0,1)
Imposto sobre os lucros	(4,0)	26,1	27,8
Ganhos/(perdas) na alienação de operações em descontinuação	-	-	5,6
Resultado líquido do exercício ⁽¹⁸⁶⁾	4,7	22,1	22,1

A análise a seguir concretizada na presente secção tem por base, no caso de 2006, os resultados da actividade da NEO incluindo as operações descontinuadas. Ver Anexo II da demonstração de resultados consolidados da NEO referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2006 incluída no presente prospecto da oferta.

Segmentos por actividade e geografia

Durante 2006 e 2007, a NEO tinha dois segmentos principais de actividade: (i) Eólico *onshore* (“Eólico”) e (ii) outros (“Outros”). O segmento Eólico inclui o volume de negócios e as despesas decorrentes dos parques eólicos e actividades conexas, que por seu lado se subdivide nos seguintes segmentos geográficos: (i) Portugal, (ii) Espanha e (iii) França, que são os países nos quais a NEO estava presente nos referidos períodos. O segmento “Outros” inclui o volume de negócios e as despesas decorrentes das mini-hídricas, da cogeração e dos centros electroprodutores a biomassa e resíduos sólidos e de outras actividades que não estão directamente relacionadas com a produção de electricidade a partir de energia eólica. Inclui ainda despesas gerais, que representam custos que não estão afectos a nenhuma instalação ou actividade em particular. Em baixo é apresentada informação que resume os resultados da NEO por segmento de actividade e por segmento geográfico relativamente aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007.

Ano findo em

⁽¹⁸⁶⁾ Inclui interesses minoritários.

31 de Dezembro de 2007					
Demonstração de resultados	Total	(Eólico) Espanha	(Eólico) Portugal	(Eólico) França	Outros ⁽¹⁸⁷⁾
<i>(Milhões de Euros)</i>					
Vendas de electricidade.....	240,1	160,2	70,4	9,4	0,1
Outras vendas.....	22,4	1,4	1,8	-	19,2
Volume de negócios.....	262,5	161,6	72,2	9,4	19,3
Custo das vendas.....	(19,6)	0,1	0,3	0,3	(20,3)
	242,9	161,7	72,5	9,7	(1,0)
Fornecimentos e serviços externos.....	(38,8)	(22,2)	(10,1)	(2,3)	(4,2)
Custos com o pessoal.....	(13,0)	(2,1)	(2,3)	(0,3)	(8,3)
Outros proveitos/(custos) de exploração.....	(0,9)	(2,4)	(2,2)	1,2	2,5
Total dos custos de exploração.....	(52,7)	(26,7)	(14,6)	(1,4)	(10,0)
EBITDA.....	190,2	135,0	57,9	8,3	(11,0)
Amortizações, imparidades e provisões do exercício.....	(91,0)	(45,8)	(24,3)	(3,4)	(17,5)
Ganhos na alienação de activos financeiros.....	6,7	-	-	-	6,7
Resultados financeiros.....	(100,2)	(24,9)	(16,6)	(4,2)	(54,5)
Ganhos em associadas.....	3,0	0,3	-	-	2,7
Resultado antes de impostos.....	8,7	64,6	17,0	0,7	(73,6)
Imposto sobre os lucros.....	(4,0)	(19,0)	(3,7)	-	18,7
Resultado líquido do exercício ⁽¹⁸⁸⁾	4,7	45,6	13,3	0,7	(54,9)

Ano findo em 31 de Dezembro de 2006					
Demonstração de resultados	Total	(Eólico) Espanha	(Eólico) Portugal	(Eólico) França	Outros
<i>(Milhões de Euros)</i>					
Vendas de electricidade.....	215,1	128,0	44,1	-	43,0
Outras vendas.....	49,4	-	0,7	-	48,7
Volume de negócios.....	264,5	128,0	44,8	-	91,7
Custo das vendas.....	(67,0)	-	(0,1)	-	(66,9)
	197,5	128,0	44,7	-	24,8
Fornecimentos e serviços externos.....	(33,1)	(14,9)	(6,5)	(0,2)	(11,5)
Custos com o pessoal.....	(13,3)	(0,4)	(1,7)	-	(11,2)
Outros proveitos/(custos) de exploração.....	(9,1)	(1,4)	(2,3)	-	(5,4)
Total dos custos de exploração.....	(55,5)	(16,7)	(10,5)	(0,2)	(28,1)
EBITDA.....	142,0	111,3	34,2	(0,2)	(3,3)
Amortizações, imparidades e provisões do exercício.....	(94,3)	(42,3)	(14,7)	-	(37,3)
Ganhos na alienação de activos financeiros.....	-	-	-	-	-
Resultados financeiros.....	(55,4)	(22,1)	(8,6)	(0,3)	(24,4)
Ganhos em associadas.....	3,7	-	-	-	3,7
Resultado antes de impostos.....	(4,0)	46,9	10,9	(0,5)	(61,3)

⁽¹⁸⁷⁾ A coluna outros inclui: “Construções Espanholas e Outros”, “Holding” e todos os “Ajustamentos de Consolidação”

⁽¹⁸⁸⁾ Inclui interesses minoritários.

Imposto sobre os lucros	26,1	(15,5)	(3,0)	-	44,6
Resultado líquido do exercício ⁽¹⁸⁹⁾	<u>22,1</u>	<u>31,4</u>	<u>7,9</u>	<u>(0,5)</u>	<u>(16,7)</u>

Comparação dos anos Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006

Volume de negócios

O volume de negócios da NEO sofreu uma redução de 2 milhões de Euros, ou de 0,8%, de 264,5 milhões de Euros em 2006 para 262,5 milhões de Euros em 2007. Apesar de se ter verificado um crescimento de 70,4 milhões de Euros, ou de 40,7% no volume de negócios do segmento Eólico, nomeadamente de 172,8 milhões de Euros em 2006 para 243,2 milhões de Euros em 2007, estes aumentos foram contrariados pela queda no volume de negócios no segmento Outro.

Segmento Eólico

O volume de negócios do segmento Eólico cresceu 70,4 milhões de Euros ou 40,7% em 2007, passando de 172,8 milhões de Euros em 2006 para 243,2 milhões de Euros em 2007, em resultado do crescimento nos volumes de negócios tanto em Espanha, como em Portugal e em França.

O quadro em baixo apresenta o volume de negócios do segmento eólico da NEO por segmento geográfico nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007:

Volume de negócios	Ano findo em 31 de Dezembro,		% Variação
	2007	2006	
	<i>(Milhões de Euros)</i>		
Eólico (Espanha).....	161,6	128,0	26,2%
Eólico (Portugal)	72,2	44,8	61,2%
Eólico (França).....	9,4	-	-
Total	<u>243,2</u>	<u>172,8</u>	40,7%

O quadro seguinte apresenta a produção de electricidade da NEO a partir de energia eólica em GWh consolidados, por segmento geográfico nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007:

Produção de electricidade	Ano findo em 31 de Dezembro,		% Variação
	2007	2006	
	<i>(em GWh consolidados)</i>		
Eólico (Espanha).....	2,056	1,419	44,9%
Eólico (Portugal)	735	483	52,2%
Eólico (França).....	119	---	---
Total	<u>2,910</u>	<u>1,902</u>	53,0%

O quadro seguinte apresenta os preços médios em euros por MWh da energia eólica por segmento geográfico, realizado pelo segmento Eólico da NEO nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007:

Ano findo em
31 de Dezembro,

⁽¹⁸⁹⁾ Inclui interesses minoritários.

Preço médio da electricidade realizado	2007	2006	% Variação
	<i>(Euros por MWh)</i>		
Eólico (Espanha).....	78,0	90,2	(13,5%)
Eólico (Portugal)	95,8	91,3	4,9%
Eólico (França).....	78,6	---	---

Espanha

As operações da NEO em Espanha representaram 74,1% e 66,5% do seu volume de negócios eólico em 2006 e 2007, respectivamente. O volume de negócios eólico em Espanha cresceu 33,6 milhões de Euros ou 26,2% em 2007, de 128 milhões de Euros em 2006 para 161,6 milhões de Euros em 2007.

Este crescimento no volume de negócios no segmento Eólico em Espanha é atribuível sobretudo a um aumento de 637 GWh ou de 44,9% na produção de energia eólica, de 1.419 GWh produzidos em 2006 para 2.056 GWh produzidos em 2007. O crescimento da produção de electricidade através de tecnologia eólica verificou-se sobretudo devido a um aumento de 66,4% na capacidade eólica instalada em Espanha, passando de 760 MW consolidados em 31 de Dezembro de 2006 para 1.265 MW consolidados em 31 de Dezembro de 2007, dos quais 427 MW consolidados são relativos a parques eólicos que entraram em funcionamento em 2007, e 79 MW consolidados que são relativos a parques eólicos adquiridos no final de 2006. Os parques eólicos que entraram em funcionamento, são aqueles em que as turbinas eólicas foram completamente instaladas, erguidas e se encontram mecanicamente completas, mas que podem ou não ter sido comissionados.

O efeito positivo do aumento da produção de electricidade foi parcialmente contrariado pela descida nos preços da electricidade produzida a partir de fonte de energia eólica em Espanha, em 2007, em comparação com 2006. O preço médio da electricidade produzida a partir da energia eólica em Espanha, em 2007, foi de 78,0 Euros por MWh, o que representou uma descida de 12,2 Euros por MWh, ou de 13,5%, de 90,2 Euros por MWh em 2006. Em 2006, o preço médio do mercado ou os preços da “pool” em Espanha caíram aproximadamente 50 Euros por MWh no primeiro trimestre, para aproximadamente 40 Euros por MWh no final do ano. Esta descida ficou a dever-se principalmente a uma queda nos preços dos direitos de emissão de CO₂ (dióxido de carbono) e por um aumento na produção de electricidade por via hidroeléctrica. Todos os parques eólicos da NEO em Espanha permaneceram sob a opção de mercado durante o ano de 2006. Em 2007, os preços de mercado continuaram a descer, apesar de em menor escala do que em 2006, de acordo com a evolução do preço dos direitos de emissão de CO₂, aproximadamente 15,6% desde 31 de Dezembro de 2006 até 31 de Dezembro de 2007. Os parques eólicos da NEO em Espanha continuaram a operar sob a opção de mercado em 2007 e os níveis dos prémios permaneceram constantes aos níveis de 2006. Não obstante a descida nos preços de mercado, a opção de mercado continua a proporcionar preços superiores aos da tarifa regulada.

Portugal

As operações eólicas da NEO em Portugal representaram 25,9% e 29,7% do seu volume de negócios no segmento Eólico em 2006 e em 2007, respectivamente. O volume de negócios do segmento eólico em Portugal cresceu 27,4 milhões de Euros ou 61,2% em 2007, passando de 44,8 milhões de Euros em 2006 para 72,2 milhões de Euros em 2007, em resultado principalmente de uma subida na produção de electricidade, assim como de uma ligeira subida nos preços da electricidade produzida a partir de fonte de energia eólica. O aumento da produção surgiu em resultado de um incremento na capacidade eólica instalada da NEO em Portugal de 111 MW consolidados em 2007, ou de 35,5%, passando de 313 MW consolidados em 31 de Dezembro de 2006 para 424 MW consolidados em 31 de Dezembro de 2007, dos quais 97 MW consolidados são relativos a parques eólicos que entraram em funcionamento em 2007 e 14 MW

consolidados são relativos a parques eólicos adquiridos no final de 2006.

França

As operações da NEO em França representaram 3,9% do volume de negócios do segmento eólico em 2007. O ano de 2007 foi o primeiro em que a NEO gerou volume de negócios em França. O aumento na produção decorreu do facto da capacidade eólica instalada da NEO em França ter crescido 67 MW em 2007, um crescimento de 335,0%, passando de 20 MW consolidados em 31 de Dezembro de 2006 para 87 MW consolidados em 31 de Dezembro de 2007, dos quais 58 MW consolidados são referentes a parques eólicos que entraram em operação em 2007 e 9 MW consolidados são relativos a parques eólicos adquiridos no final de 2006. A NEO possui parques eólicos em França com uma capacidade instalada de 20 MW consolidados, que entraram em funcionamento em Dezembro de 2006, mas que só começaram a gerar electricidade em 2007. Consequentemente, o volume de negócios do segmento eólico em França ascendeu a 9,4 milhões de Euros no ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

Custo das vendas

O custo das vendas da NEO desceu 47,4 milhões de Euros ou 70,8%, de 67,0 milhões de Euros em 2006 para 19,6 milhões de Euros em 2007. Esta descida ficou a dever-se principalmente a (i) uma descida de 32,4 milhões de Euros nos custos das vendas de todas as empresas nas actividades de cogeração, resíduos sólidos e biomassa, que foram vendidos à Hidrocantábrico em Março de 2007 e a (ii) uma descida de 15,1 milhões de Euros nos custos das vendas relativas a serviços de engenharia e outros serviços, devido a uma diminuição significativa no volume de serviços prestados a terceiros em 2007.

Fornecimentos e serviços externos

Os custos de fornecimentos e serviços externos da NEO aumentaram 5,7 milhões de Euros ou 17,2%, de 33,1 milhões de Euros (12,5% do volume de negócios) em 2006, para 38,8 milhões de Euros (14,7% do volume de negócios) em 2007. O quadro em baixo apresenta os custos de fornecimentos e serviços externos da NEO por segmento de actividade e por segmentos geográficos no sector eólico, nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007:

Fornecimentos e serviços externos	Ano findo em 31 de Dezembro,		% Variação
	2007	2006	
	<i>(Milhões de Euros)</i>		
Eólico	34,6	21,6	60,2%
Espanha.....	22,2	14,9	49,0%
Portugal.....	10,1	6,5	55,4%
França.....	2,3	0,2	1050,0%
Outros.....	4,2	11,5	(63,5%)
Total	38,8	33,1	17,2%

Eólico

O aumento dos custos de fornecimentos e serviços externos da NEO em 2007 ficou a dever-se principalmente à subida do custos de fornecimentos e serviços externos no segmento Eólico. Estes fornecimentos e serviços representaram 65,3% e 89,2% dos custos totais de fornecimentos e serviços externos da NEO em 2006 e 2007, respectivamente. Os custos de fornecimentos e serviços externos no segmento Eólico cresceram 13,0 milhões de Euros ou 60,2% em 2007, passando de 21,6 milhões de Euros em 2006 para 34,6 milhões de Euros em 2007, devido principalmente a um aumento de 55,4% nos custos de fornecimentos e serviços externos no

segmento Eólico em Portugal e a um aumento de 49,0% nos custos de fornecimentos e serviços externos no segmento Eólico em Espanha. O motivo principal para este aumento nos fornecimentos e serviços externos no segmento Eólico em 2007, em comparação com 2006, foi o aumento da capacidade instalada e consequentemente dos custos directos decorrentes da operação dos parques eólicos da NEO (incluindo O&M, aluguer dos terrenos e seguros).

O quadro a seguir apresenta os custos de fornecimentos e serviços externos no segmento Eólico discriminados por categoria em 2006 e 2007:

Fornecimentos e serviços externos - Eólico	Ano findo em 31 de Dezembro,		% Variação
	2007	2006	
	<i>(Milhões de Euros)</i>		
Conservação e reparação	15,4	9,9	55,6%
Aluguer de terrenos	5,3	3,5	51,4%
Outros	13,9	8,2	69,5%
Total	34,6	21,6	60,2%

Outros

Os outros custos de fornecimentos e serviços externos (compreendendo sobretudo a custos gerais) decresceram 7,3 milhões de Euros ou 63,5% em 2007, de 11,5 milhões de Euros em 2006 a 4,2 milhões de Euros em 2007, reflectindo principalmente um decréscimo nos fornecimentos e serviços externos prestados a sociedades que operam os activos de produção de electricidade através da cogeração, e de resíduos sólidos e biomassa, que foram todas vendidas à Hidrocantábrico. Esta redução foi parcialmente compensada por um aumento nos custos dos serviços administrativos e corporativos fornecidos pelo Grupo EDP (pelos quais a Neo reembolsa o Grupo EDP) e nos serviços de apoio externo recebidos em consequência do crescimento das actividades da NEO.

Custos com pessoal

Em geral, os Custos com o pessoal da NEO diminuíram 0,3 milhões de Euros ou 2,2% em 2007, diminuindo de 13,3 milhões de Euros (5,0% do volume de negócios) em 2006 para 13,0 milhões de Euros (5,0% do volume de negócios) em 2007. Uma parte significativa desta diminuição (1,7 milhões de Euros) ficou a dever-se à venda, em Março, à Hidrocantábrico de todas as sociedades que operam os activos de produção de electricidade através da cogeração, nos resíduos sólidos e biomassa, do segmento “Outros”. O efeito desta venda foi parcialmente compensado por um aumento no número de empregados no resto da NEO durante o período, que aumentou de 243 em 31 de Dezembro de 2006 para 269 em 31 de Dezembro de 2007.

O quadro em baixo apresenta os custos com o pessoal da NEO por actividade e por segmentos geográficos em 2006 e 2007:

Custos com pessoal	Ano findo em 31 de Dezembro,		% Variação
	2007	2006	
	<i>(Milhões de Euros)</i>		
Eólico	4,7	2,1	123,8%
Portugal.....	2,3	1,7	35,3%
Espanha.....	2,1	0,4	425,0%
França.....	0,3	-	-
Outros	8,3	11,2	(25,9)%
Total	13,0	13,3	(2,3)%

Os custos com o pessoal no segmento Eólico aumentaram 2,6 milhões de Euros, ou 123,8% em 2007, de 2,1 milhões de Euros em 2006 para 4,7 milhões de Euros em 2007. O aumento nos custos com o pessoal ficou a dever-se principalmente à contratação de novos empregados para apoiarem os planos da expansão internacional e a integração das nossas anteriores aquisições.

Os custos com o pessoal relativos ao segmento “Outros” diminuíram 2,9 milhões de Euros, ou 25,9%, em 2007, de 11,2 milhões de Euros em 2006 para 8,3 milhões de Euros em 2007, em resultado de uma proporção mais elevada de custos capitalizados com pessoal e a venda em Março de 2007 de todas as sociedades que operam os activos de produção de electricidade através da cogeração, dos resíduos sólidos e biomassa à Hidrocantábrico.

Os custos capitalizados com pessoal mais do que duplicaram, subindo de 1,1 milhões de Euros em 2006 para 2,7 milhões de Euros em 2007, reflectindo um aumento das actividades de desenvolvimento e construção e, consequentemente, dos custos com o pessoal.

Outros custos de exploração

O quadro em baixo apresenta outros custos de exploração da NEO em 2006 e 2007 por segmento de actividade:

	Ano findo em 31 de Dezembro,		% Variação
	2007	2006	
	<i>(Milhões de Euros)</i>		
Eólico	(3,5)	(3,7)	(5,4)%
Outro.....	(3,5)	(10,9)	(67,9)%
Total dos custos de exploração.....	(7,0)	(14,6)	(52,1)%
Eólico	0,5	0,3	66,6%
Outros	5,6	5,2	7,7%
Total dos proveitos de exploração.....	6,1	5,5	10,9%
Total de proveitos/(custos) de exploração	(0,9)	(9,1)	(90,1)%

Os outros proveitos / (custos) de exploração diminuíram 8,2 milhões de Euros, ou 90,1% em 2007, de 9,1 milhões de Euros em 2006 para 0,9 milhões de Euros em 2007. Esta diminuição ficou a dever-se principalmente aos custos incorridos com a construção de um centro electroprodutor de cogeração no ano findo em 31 de Dezembro de 2006.

Amortização, imparidades e provisões do exercício

A rubrica desceu de 94,3 milhões de Euros em 2006 para 91,0 milhões de Euros em 2007. Apesar do aumento verificado em 2007 nos activos da NEO em termos de parques eólicos em operação, o efeito deste facto na depreciação registada pela NEO é explicada por um ajustamento único de aproximadamente 12,0 milhões de Euros, que reflecte o aumento da vida útil dos parques eólicos da Sociedade pelo alinhamento contabilístico do Grupo EDP, que anteriormente tinham uma vida útil de 15 anos, para 20 anos, e por uma diminuição de 9,4 milhões de Euros correspondente à venda em Março de 2007 de todas as da cogeração, dos resíduos sólidos e da biomassa no segmento “Outros” à Hidrocantábrico.

Ganhos na alienação de activos financeiros

Os ganhos na alienação de activos financeiros compreendem ganhos resultantes da venda de

activos financeiros e cresceram de 0,0 milhões de Euros em 2006 para 6,7 milhões de Euros em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente aos activos financeiros integrados na venda de Março de 2007 de todas as sociedades operam os activos de produção de electricidade através da cogeração.

Resultados financeiros

O quadro em baixo apresenta os proveitos e custos financeiros da NEO em 2006 e 2007:

Resultados financeiros	Ano findo em 31 de Dezembro		% Variação
	2007	2006	
	<i>(Milhões de Euros)</i>		
Proveitos financeiros	13,5	5,7	136,8%
Custos financeiros	113,7	61,1	86,1%
Resultados financeiros líquidos	(100,2)	(55,4)	80,9%

Proveitos Financeiros

Os proveitos financeiros da NEO cresceram de 5,7 milhões de Euros em 2006 para 13,5 milhões de Euros em 2007, ficando este aumento a dever-se principalmente à receita acrescida proveniente do investimento numa SICAV (*Société d'investissement à capital variable*), sociedade incorporada no perímetro de consolidação da NEO em consequência da aquisição da Agrupación Eólica, S.L..

Custos Financeiros

Os custos financeiros cresceram 86,1%, de 61,1 milhões de Euros em 2006 para 113,7 milhões de Euros em 2007, ficando este aumento a dever-se principalmente ao crescimento do endividamento exigido para financiar a expansão de capacidade instalada e a aquisição de novas sociedades. O endividamento junto de outros membros do Grupo EDP aumentou de 1.571,7 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006 para 1.993,9 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2007, enquanto que o endividamento junto de terceiros decresceu de 612,7 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006 para 567,2 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2007. A taxa de juro média ponderada do endividamento da NEO foi de 4,36% em 2006 e de 5,57% em 2007.

Ganhos em associadas

Os ganhos em associadas ascenderam a 3,7 milhões de Euros no ano findo em 31 de Dezembro de 2006, em comparação com 3,0 milhões de Euros no ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

Imposto sobre os lucros

O Imposto sobre o rendimento diminuiu de 26,1 milhões de Euros em 2006 para 4,0 milhões de Euros em 2007. Esta redução ficou a dever-se sobretudo ao facto de ter sido registada em 2006 o impacto nos impostos diferidos da redução da taxa de imposto em Espanha, 35,0% em 2006 para 32,5% em 2007. Estes impostos diferidos dizem respeito à afectação do preço de compra relacionado com a aquisição da Desarrollos Eólicos, S.A. ("Desa"), em Dezembro de 2005.

Análise dos Fluxos de Caixa – NEO

O quadro em baixo resume os fluxos de caixa da NEO em 2006 e 2007:

	Ano findo em 31 de Dezembro,	
	2007	2006
	<i>(Milhões de Euros)</i>	
Actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	268,8	257,3
Pagamentos a fornecedores e ao pessoal	(54,0)	(44,5)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	22,9	(37,7)
	<u>237,7</u>	<u>175,1</u>
Juros e custos similares	(112,3)	(53,9)
Imposto sobre o rendimento	(8,1)	(11,1)
	<u>(120,4)</u>	<u>(65,0)</u>
Fluxos das actividades operacionais	<u>117,3</u>	<u>110,1</u>
Operações em descontinuação	-	8,5
Operações em continuação	<u>117,3</u>	<u>101,6</u>
Actividades de investimento		
Recebimentos resultantes de:		
Alienação de activos financeiros	100,5	-
Alienação de operações em descontinuação	13,0	-
Subsídios ao investimento, juros obtidos e dividendos recebidos	16,2	7,9
	<u>129,7</u>	<u>7,9</u>
Pagamentos resultantes de:		
Aquisição de investimentos financeiros	(44,6)	(376,5)
Aquisição de activos fixos tangíveis	(555,9)	(367,0)
Aquisição de outros investimentos	(47,2)	-
	<u>(647,7)</u>	<u>(743,5)</u>
Fluxos das actividades de investimento	<u>(518,0)</u>	<u>(735,6)</u>
Operações em descontinuação	-	(2,0)
Operações em continuação	<u>(518,0)</u>	<u>(733,6)</u>
Actividades de financiamento		
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados e dividendos pagos	374,2	658,7
Fluxos das actividades de financiamento	<u>374,2</u>	<u>658,7</u>
Operações em descontinuação	-	(3,5)
Operações em continuação	<u>374,2</u>	<u>662,2</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>(26,5)</u>	<u>33,2</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>115,9</u>	<u>82,7</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u><u>89,4</u></u>	<u><u>115,9</u></u>

Fluxos das actividades operacionais

Durante 2007, a NEO gerou 237,7 milhões de Euros de fluxo de caixa de actividades operacionais, em comparação com 175,1 milhões de Euros em 2006, um aumento de 62,6 milhões de Euros, reflectindo o aumento da produção de electricidade pela NEO em 2007.

Fluxos das actividades de investimento

A NEO utilizou 518,0 milhões de Euros de caixa em actividades de investimento em 2007, em comparação com 733,6 milhões de Euros em 2006. Em 2007, a NEO investiu aproximadamente 555,9 milhões de Euros em terrenos, instalações e equipamentos relacionados essencialmente

com a construção e instalação de parques eólicos em Portugal, Espanha e França e 91,8 milhões de Euros em subsidiárias e outros investimentos. Acresce ainda que a NEO também realizou aproximadamente 12,9 milhões de Euros com a venda de todas sociedades que operam os activos de produção de electricidade através da cogeração, dos resíduos sólidos e de biomassa, no segmento “Outros”, à Hidrocantábrico. Em 2006, a NEO investiu aproximadamente 367,0 milhões de Euros em terrenos, instalações e equipamentos relacionados essencialmente com a construção e instalação de parques eólicos em Portugal, Espanha e França e aproximadamente 376,5 milhões de Euros para a aquisição do grupo de empresas Agrupación Eólica e a Ceasa, empresas com parques eólicos em Espanha e França no caso da primeira e em Espanha, no caso da última.

Os fluxos de caixa de actividades de investimento em cada período são afectados significativamente pela capacidade eólica instalada e capacidade eólica em construção durante o período. Para informações a respeito da capacidade eólica instalada da NEO em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 e da capacidade eólica instalada da EDP Renováveis na Europa em 31 de Março de 2008, ver “A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica”. Relativamente à capacidade eólica da NEO em construção em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 e à capacidade eólica da EDP Renováveis em construção na Europa em 31 de Março de 2008, ver quadro em baixo:

Capacidade eólica em construção	31 de Março,	31 de Dezembro,	
	2008	2007	2006
		<i>(em MW consolidados)</i>	
Eólico (Espanha).....	492	492	426
Eólico (Portugal).....	93	93	86
Eólico (França).....	59	12	47
Total	644	597	559

Fluxos das actividades de financiamento

Em 2007, a NEO obteve 374,2 milhões de Euros de caixa relativos a actividades de financiamento através de novos empréstimos concedidos por outros membros do Grupo EDP, compensados em parte pelo reembolso de empréstimos existentes face a terceiros, de 34,2 milhões de Euros e pagamentos de juros de 122,8 milhões de Euros. Em 2006, a NEO gerou 704,5 milhões de Euros de caixa de novos empréstimos obtidos junto de outros membros do Grupo EDP, compensados em parte por reembolsos de empréstimos existentes face a terceiros de 42,3 milhões de Euros e pagamentos de juros de 64,9 milhões de Euros. O endividamento foi contraído para financiar os investimentos da NEO nas suas operações eólicas.

Resultados operacionais – Horizon

O quadro a seguir apresenta um resumo histórico por rubricas de custos e proveitos da Horizon nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007:

	2007	2006
	<i>(Milhões de Dólares Americanos)</i>	
Vendas de electricidade.....	71,1	38,6
Outras vendas.....	-	-
Volume de negócios.....	71,1	38,6
Custo das vendas	(0,3)	(0,1)
	70,8	38,5

Fornecimentos e serviços externos.....	(23,0)	(13,0)
Custos com o pessoal e custos com benefícios aos empregados.....	(18,6)	(13,4)
Custos com planos de incentivos anteriores à aquisição da EDP.....	(75,2)	-
Outros proveitos / (custos) de exploração	12,4	0,4
Total de proveitos / (custos) de exploração	(104,4)	(26,0)
EBITDA.....	(33,6)	12,5
Margem EBITDA.....	(47,5)%	32,4%
Margem EBITDA – não incluindo custos com plano de incentivos ⁽¹⁹⁰⁾ ..	58,8%	32,4%
Amortização do exercício.....	(38,1)	(16,8)
Outros proveitos financeiros	11,5	10,8
Imparidades de activos.....	-	(6,0)
Outros custos financeiros.....	(13,4)	(1,6)
Ganhos / (perdas) em associadas	(0,3)	1,0
Resultado antes de impostos.....	(73,9)	(0,1)
Imposto sobre os lucros	-	-
Resultado líquido do exercício.....	(73,9)	(0,1)

Durante 2006 e 2007 (e à data do presente Prospecto), a actividade da Horizon abrangia apenas a geração de electricidade a partir de energia eólica nos Estados Unidos. Desta forma, não será relevante fazer uma análise por segmentos de actividade numa base geográfica da Horizon.

A Horizon aumentou a sua produção de electricidade em 78,2%, atingindo 1.465 GWh em 2007, em comparação com 822 GWh em 2006. Este aumento ficou a dever-se principalmente a um acréscimo de 600 MW de capacidade de quatro parques eólicos que entraram em plena operação comercial durante o ano. Para além disso, dois outros parques eólicos entraram parcialmente em operação, gerando 21,3 GWh durante o ano de 2007.

Em baixo apresentamos uma análise da capacidade instalada da Horizon e da produção de electricidade por parque eólico nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007:

Projecto de Parque eólico	Data entrada em Operação	Capacidade. Projecto (em MW consolidada) a)	Capacidade instalada consolidada			Produção de electricidade consolidada		
			31 de Dezembro,			Ano findo em 31 de Dezembro,		
			2007	2006	% Variação	2007	2006	% Variação
			(em MW consolidados)			(em GWh consolidados)		
Madison	Oct 2000	12	12	12	0%	21	20	5,0%
Blue Canyon II	Dez 2005	151	151	151	0%	444	530	(16,2%)
Maple Ridge I	Jan 2006	116	116	116	0%	261	253	3,2%
Maple Ridge II.....	Nov 2006	45	45	45	0%	104	19	447,4%
Twin Groves I	Jun 2007	198	198	0	---	361	---	---
Lone Star I.....	Dez 2007	200	200	0	---	219	---	---
Elkhorn Valley.....	Dez 2007	101	101	0	---	17	---	---

⁽¹⁹⁰⁾ Reflecte a margem EBITDA com base no EBITDA ajustado aos custos não-recorrentes com plano de incentivos. Ver “— Comparação dos Anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007—Custos com plano de incentivos.”

Prairie Star.....	Dez 2007	101	101	0	---	16	---	---
Twin Groves II	Fev 2008	198	182 ⁽¹⁹¹⁾	0	---	16	---	---
Lone Star II.....	Mai 2008	200	150 ⁽¹⁹²⁾	0	---	5	---	---
Total		<u>1.321</u>	<u>1.254</u>	<u>324</u>	287,0%	<u>1.465</u>	<u>822</u>	78,2%

Comparação dos Anos Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006

Volume de negócios

O volume de negócios da Horizon, que compreende as vendas de electricidade, cresceu 32,5 milhões de Dólares Americanos, ou 84,2%, em 2007, de 38,6 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 71,1 milhões de Dólares Americanos em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente ao volume de negócios gerado pela capacidade instalada adicional.

Custo das vendas

O custo das vendas da Horizon cresceu ligeiramente de 0,1 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 0,3 milhões de Dólares Americanos em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente a um maior consumo de electricidade, na medida em que entraram em serviço instalações adicionais em 2007.

Fornecimentos e serviços externos

Os custos com fornecimentos e serviços externos aumentaram 10,0 milhões de Dólares Americanos ou 77% em 2007, de 13,0 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 23,0 milhões de Dólares Americanos em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente a custos operacionais directos mais elevados resultante da capacidade que entrou em operação em 2007. O aumento também reflectiu um acréscimo nos custos de desenvolvimento de projectos, e nos custos gerais e administrativos, dado que a Horizon aumentou a sua actividade de desenvolvimento e construção para apoiar os seus planos de crescimento.

Custos com o pessoal e custos com benefícios aos empregados

Os custos com o pessoal aumentaram 5,2 milhões de Dólares Americanos ou 39% em 2007, de 13,4 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 18,6 milhões de Dólares Americanos em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente a um aumento no número de empregados, que passaram de 99 em 31 de Dezembro de 2006 para 197 em 31 de Dezembro de 2007, reflectindo o aumento da actividade de desenvolvimento e construção.

Custos com plano de incentivos

Subsequentemente à sua aquisição da Horizon, a Goldman Sachs criou um plano de incentivos remuneratórios para 110 colaboradores da Horizon (e dez prestadores de serviços independentes). O plano foi concebido de modo a permitir que estes empregados partilhassem os ganhos a realizar pela Goldman Sachs com a venda da Horizon acima de uma determinada taxa de retorno. Com a venda da Horizon à EDP em Julho de 2007, a Goldman Sachs realizou um ganho que resultou num pagamento único aos empregados de 75,2 milhões de Dólares Americanos. Não remanesceram quaisquer obrigações ao abrigo deste plano.

Outros proveitos / (custos) de exploração

Os outros resultados operacionais líquidos aumentaram de 0,4 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 12,4 milhões de Dólares Americanos em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente a um aumento de 16,2 milhões de Dólares Americanos no reconhecimento de receitas diferidas resultantes de vendas de participações nas Estruturas de Parceria da Horizon em 2007, em comparação com 2006. Para além disso, o aumento ficou também a dever-se ao facto

⁽¹⁹¹⁾ Entrou parcialmente em operação em 2007; A capacidade instalada inclui turbinas completamente montadas, erigidas e mecanicamente completas, mas ainda a aguardar comissionamento.

⁽¹⁹²⁾ Entrou parcialmente em operação em 2007; A capacidade instalada inclui turbinas completamente montadas, erigidas e mecanicamente completas, mas ainda a aguardar comissionamento.

de a Horizon ter começado a receber royalties do projecto do parque eólico Wild Horse em 2007. A Horizon vendeu o projecto Wild Horse a terceiros em 2006, e as receitas da venda incluíam um fluxo de royalties durante 20 anos com base na produção de electricidade do projecto. O aumento foi parcialmente compensado por um aumento dos impostos prediais relativos às instalações adicionais que entraram em operação em 2007 e aumento da descontinuação de desenvolvimento em 2007.

Amortização do exercício

As amortizações do exercício aumentaram de 16,8 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 38,1 milhões de Dólares Americanos em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente à depreciação relativa a parques eólicos que entraram em operação em 2007. Para além disso, a vida útil estimada dos parques eólicos foi reduzida de 25 para 20 anos em relação a 2007, em conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo EDP.

Outros proveitos financeiros

Os outros proveitos financeiros cresceram de 10,8 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 11,5 milhões de Dólares Americanos em 2007. Este aumento ficou a dever-se principalmente a um aumento em receitas de juros e a um aumento nos ganhos cambiais registados em 2007, parcialmente compensado por ganhos mais elevados em derivativos registados em 2006.

Imparidade de activos

A imparidade registada em 2006 de 6,0 milhões de Dólares Americanos em 2006 esteve relacionado com a venda da participação da Horizon no projecto eólico Pine Tree na Califórnia, que concluiu e alienou no princípio de 2007. Anteriormente à sua aquisição pela Goldman Sachs, a Horizon tinha contratado construir e vender o projecto Pine Tree a terceiros após a sua conclusão. Antes de iniciar a sua construção, a Horizon acordou vender o projecto por um montante inferior ao seu valor contabilístico. Daqui resultou uma redução do activo em 2006. A Horizon não registou qualquer imparidade de activos em 2007.

Outros custos financeiros

Os custos financeiros subiram de 1,6 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 13,4 milhões de Dólares Americanos em 2007. Esta subida ficou a dever-se principalmente a custos com derivativos, uma amortização de custos (custos relativos a empréstimos bancários, previamente capitalizados) e custos de juros adicionais.

Ganhos / (perdas) associadas

A rubrica de ganhos / (perdas) em associadas registou uma redução de 1,0 milhões de Dólares Americanos em 2006 para (0,3) milhões de Dólares Americanos em 2007. A redução ficou a dever-se principalmente à diminuição das receitas do projecto Tierras Morenas, localizado na Costa Rica. O projecto Tierras Morenas não contribuiu com quaisquer receitas em 2007 visto que foi vendido pela Horizon em 2006, já que não se enquadrava nos objectivos de expansão da Horizon.

Imposto sobre os lucros

Anteriormente à aquisição da Horizon pela EDP, a sociedade estava classificada como uma parceria para efeitos fiscais. Consequentemente, não sendo a Horizon uma entidade tributável, não foram registadas provisões para impostos. Com a aquisição pela EDP, a Horizon optou por tornar-se numa empresa com actividade tributável nos E.U.A..

A Horizon aloca a maioria dos resultados tributáveis dos seus projectos a investidores institucionais, mas tem custos fiscais resultantes das despesas de estrutura e da amortização fiscal do goodwill. Consequentemente, em relação ao período de 2 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, a Horizon registou um prejuízo fiscal e estima que esta situação se irá manter no futuro próximo. Relativamente ao período de 2 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, a Horizon gerou impostos diferidos activos de 13,9 milhões de Dólares Americanos. Devido ao longo período que se prevê que decorra até à data em que a Horizon estima vir a poder utilizar esses activos fiscais

em contrapartida de impostos de outro modo devidos, os mesmos não foram registados com referência a 31 de Dezembro de 2007. Em conformidade, a provisão para o imposto sobre o rendimento da Horizon para 2007 foi zero.

Análise do Fluxo de Caixa – Horizon

O quadro em baixo resume os fluxos de caixa da Horizon em 2006 e 2007:

	<u>Ano findo em</u> <u>31 de Dezembro</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
	<i>(Milhões de Dólares Americanos)</i>	
Actividades operacionais ⁽¹⁹³⁾		
Recebimentos de clientes	61,3	42,4
Pagamentos a fornecedores e pessoal.....	(42,4)	(26,7)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos a actividade operacional	-	1,8
Fluxos de caixa das actividades operacionais.....	18,9	17,5
Actividades de investimento		
Aquisição de activos fixos tangíveis.....	(1.431,4)	(673,5)
Juros e dividendos recebidos	8,2	6,6
Venda de activos fixos tangíveis e financeiros.....	2,5	5,8
Instrumentos financeiros derivados	12,7	(1,0)
Redução e aumento de depósitos cativos.....	15,3	(27,3)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(1.392,7)	(689,4)
Actividades de financiamento		
Recebimentos de investidores institucionais em parcerias societárias em parques eólicos.....	1.064,5	-
Aumentos e retorno de capital.....	477,5	438,8
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados	219,4	251,6
Aquisição de activos financeiros.....	(3,3)	(5,2)
Juros e custos similares.....	(2,7)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento.....	1.755,4	685,2
Variação de caixa e seus equivalentes	381,6	13,3
Caixa e equivalentes a caixa no início do período.....	57,0	43,7
Efeito das diferenças de câmbio	1,4	-
Caixa e seus equivalentes no final do período.....	440,0	57,0

Fluxo de caixa de actividades operacionais

O fluxo de caixa de actividades operacionais aumentou 8,0% para 18,9 milhões de Dólares Americanos em 2007, comparado com 17,5 milhões de Dólares Americanos em 2006.

Os recebimentos dos clientes aumentaram devido à subida nas vendas de electricidade produzida em 2007, sobretudo devido ao aumento do número de parques eólicos em operação.

⁽¹⁹³⁾ Durante 2007, a Goldman Sachs efectuou pagamentos ao abrigo dos termos do plano de incentivos remuneratórios totalizando \$75.2 milhões dólares americanos directamente aos empregados da Horizon. Este pagamento foi registado como uma contribuição de capital próprio sem efeito de fluxo de caixa.

Os pagamentos a fornecedores e pessoal aumentaram 59% em 2007 em relação a 2006. Os pagamentos a fornecedores aumentaram sobretudo devido ao aumento do número de parques eólicos em operação e à actividade de desenvolvimento e construção. Os pagamentos a pessoal cresceram na medida em que os empregados aumentaram de 99 para 197 durante o ano de 2007.

Fluxo de caixa de actividades de investimento

Os fluxos de caixa de actividades de investimento subiram de 689,4 milhões de Dólares Americanos em 2006 para 1.392,7 milhões de Dólares Americanos em 2007.

As despesas com a aquisição de activos fixos tangíveis aumentaram 757,9 milhões de Dólares Americanos em 2007, ficando este aumento a dever-se principalmente à construção de seis parques eólicos durante o ano e a pagamentos a fornecedores relativos a compromissos para futuras entregas de turbinas eólicas.

As variações na rubrica de depósitos cativos restricta resultaram num aumento líquido das actividades de investimento de 15,3 milhões de Dólares Americanos. Durante 2006, os contratos de financiamento da Horizon exigiam que esta efectuasse determinados depósitos cativos. Em 2007, com o pagamento da referida dívida, as reservas foram libertadas. Este facto foi parcialmente compensado por uma exigência de apresentar colaterais em numerário, para suportar cartas de crédito emitidas em nome da Horizon.

Os fluxos de caixa de actividades de investimento da EDP Renováveis em cada período são significativamente afectados quer pela capacidade eólica instalada, quer pela capacidade eólica em construção durante o período. Para informações relativamente à capacidade eólica instalada da Horizon em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 e à nossa capacidade eólica instalada na América do Norte em 31 de Março de 2008, ver “A actividade da EDP Renováveis no domínio da energia eólica”. Para informações relativamente à capacidade eólica da Horizon em construção em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007 e à nossa capacidade eólica em construção da EDP Renováveis na América do Norte em 31 de Março de 2008, ver o quadro em baixo:

	31 de Março, 2008	31 de Dezembro, 2007	2006
		<i>(em MW consolidados)</i>	
Horizon / América do Norte	505	66 ¹⁹⁴	398

Fluxo de caixa de actividades de financiamento

Em 2007, a Horizon alterou a metodologia principal de financiamento das suas operações. Anteriormente à aquisição da sociedade pela EDP em Julho de 2007, a Horizon dependia essencialmente de financiamentos do tipo “*non-recourse*” *project finance* com financiadores terceiros e contribuições accionistas da empresa mãe. No seguimento da aquisição da sociedade pela EDP, a Horizon depende essencialmente da venda de participações em Estruturas de Parceria e de suprimentos da EDP.

Em 2006, a Horizon recebeu pagamentos iniciais de investidores institucionais no valor de 438,8 milhões de Dólares Americanos (da Goldman Sachs) e fundos de *project finance* de terceiros no valor de 251,6 milhões de Dólares Americanos. Em 2007, a Horizon recebeu fundos referentes à vendas de participações nas suas Estruturas de Parceria (Vento I e Vento II) com o valor de 1.064,5 milhões de Dólares Americanos, pagamentos iniciais de investidores institucionais no valor de 477,5 milhões de Dólares Americanos (da Goldman Sachs) e fundos de empréstimos (compreendendo suprimentos da EDP deduzidos os montantes utilizados para proceder ao reembolso do *project financing* de terceiros) de 219,4 milhões de Dólares Americanos.

⁽¹⁹⁴⁾ Não inclui 131 MW brutos (131 MW consolidados) que estavam construídos mas ainda aguardavam comissionamento.

Liquidez e recursos de capital

A análise seguinte reflecte a liquidez e os recursos de capital da EDP Renováveis como um todo. A principal aplicação dos fundos na EDP Renováveis destina-se ao desenvolvimento de projectos e a suportar os custos de construção, a necessidades de fundo de maneoio, a aquisições de empresas com parques eólicos existentes, “pipeline”, ou participações nessas companhias, a pagamento de juros de empréstimos e reembolsos de dívida.

No futuro próximo, A EDP Renováveis estima que as suas principais fontes de liquidez sejam empréstimos da sua empresa mãe, a EDP e das Estruturas de Parcerias nos Estados Unidos e do fluxo de caixa líquido gerado pelas nossas subsidiárias. Em 31 de Março de 2008 tinha em caixa e em equivalentes de caixa, um valor aproximado de 186.100.000 Euros.

A EDP Renováveis considera que, no futuro próximo, as necessidades de capital que serão necessárias para permitir atingir os objectivos de crescimento propostos serão suportadas pelo fluxo de caixa líquido gerado pelas operações das subsidiárias da EDP Renováveis, incluindo, no caso das suas operações na América do Norte, os fundos resultantes da venda de participações em Estruturas de Parceria, complementadas, dada a insuficiência daquele fluxo, por financiamentos de médio e longo prazo junto da EDP. Porém, apesar da EDP ter indicado o seu empenho em continuar a apoiar o plano de investimento da EDP Renováveis pelo menos, a curto e médio-prazo, não está obrigada contratualmente a conceder crédito em condições de mercado, nem em quaisquer outras condições. Caso a EDP deixe de conceder crédito em condições de mercado, ou quaisquer outras condições, a EDP Renováveis poderá ver-se obrigada a procurar financiamentos alternativos junto de terceiros, sob a forma de empréstimos bancários ou ofertas nos mercados de capitais, os quais poderão não se efectuar em condições aceitáveis ou favoráveis. Ver “Factores de Riscos – A EDP Renováveis pode não ter capacidade de financiar as suas despesas de capital programadas – (“CAPEX”)” e “Factores de Risco – A EDP Renováveis pode não ser capaz de renovar o financiamento contraído, ou manter o apoio ao crédito de que beneficia, junto do Grupo EDP”. Relativamente à discussão sobre as demonstrações de fluxos de caixas históricas das nossas subsidiárias, NEO e Horizon, ver acima “—Análise de Fluxos de Caixa—NEO” e “—Análise de Fluxos de Caixa —Horizon”.

Acordos financeiros

Em 31 de Março de 2008, o valor nominal da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis totaliza 2.871,3 milhões de Euros, sendo a sua maioria dívida de longo prazo. Os empréstimos foram contraídos sobretudo junto de partes relacionadas do Grupo EDP. Desta dívida, aproximadamente 2.670,5 milhões de Euros eram denominados em Euros e 200,8 milhões, denominados em Dólares Americanos.

O quadro seguinte apresenta informação relativa à nossa dívida financeira referente ao período de 31 de Março de 2008:

	Capital em dívida	Taxa de juro ponderada (milhões de euros, excepto % e anos)	Prazo de vencimento médio ponderado
Suprimentos	2.347,9	4,89%	7,0 anos
Project Finance	487,6	5,31%	5,7 anos
Outros empréstimos	35,8	4,58%	0,7 anos
Total	2.871,3	4,96%	6,7 anos

A 7 de Maio de 2008, foram convertidos em capital social suprimentos prestados pelo Grupo EDP à NEO no valor de 1,311 milhões de euros, em conformidade com o aumento de capital aprovado na Assembleia Geral de Accionistas. Ver “Capitalização e Endividamento” e “Principais Accionistas e Transacções com Entidades Terceiras Especialmente Relacionadas”.

Adicionalmente, pretendemos aplicar os resultados líquidos da Oferta para reembolsar uma parte substancial dos restantes suprimentos que devemos ao Grupo EDP. Ver “Aplicação de Resultados”

Os principais termos das principais fontes de financiamento da EDP Renováveis encontram-se descritos abaixo:

Suprimentos

O Grupo EDP concede suprimentos à NEO e à Horizon nos termos abaixo descritos. Todos os suprimentos concedidos pela EDP poderão ser reembolsados antecipadamente ao valor nominal acrescido de juros.

Os suprimentos concedidos à NEO constituem um financiamento a longo-prazo e possuem períodos de utilização e prazos de maturidade adequados às características específicas dos projectos associados. As taxas de juro aplicadas nestes empréstimos, são na maioria fixas e baseadas nas taxas “*swaps*” do Euro para a maturidade relevante, sendo adicionada uma margem, que reflecte o risco de crédito do devedor.

Os suprimentos concedidos à Horizon possuem uma maturidade de curto-prazo e taxas de juro variáveis indexadas à U.S. Libor, acrescidas de uma margem.

Aproximadamente 12,7% dos suprimentos prestados pela EDP em 31 de Março de 2008, são de curto-prazo, com maturidades relativas aos valores a receber inferiores a um ano.

Project Finance

O “*project finance*” é aplicado principalmente em determinados projectos nos quais a NEO não detém 100% do capital, ou em que o financiamento já estava contratado na altura da aquisição dos activos relevantes, por parte da NEO.

Os principais “*project finance*” da NEO, incluem as linhas sénior de longo prazo, linhas de curto prazo para pagamento de IVA e, num âmbito mais limitado, as linhas júnior de longo prazo, que são utilizadas para alcançar ou manter, um determinado nível de alavancagem num financiamento específico. As linhas sénior de longo prazo possuem maturidades que variam entre os 12 e os 16 anos. A taxa de juro é variável e encontra-se indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, com uma margem que varia entre 0,775% e 1,125%. A taxa de juro destas linhas é parcialmente coberta através de instrumentos de cobertura de risco, sobretudo swaps. As linhas de curto prazo para IVA possuem maturidades que variam entre um a dois anos, com uma taxa de juro de Euribor acrescida de uma margem que varia entre 0,4% e 0,8%. Em três casos particulares, a NEO possui uma linha júnior de curto prazo (para um montante agregado de 2,4 milhões de euros), com uma maturidade que segue a mesma estrutura das linhas sénior de longo prazo e, com uma taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de uma margem de 2,75%.

O nível dos rácios de cobertura de serviço da dívida (“*debt service coverage ratios*”) que se exigem manter de acordo com estes contractos de financiamento de projectos, variam 1,05 e 1,20 vezes, enquanto os níveis de alavancagem variam entre 80/20% e 90/10%. Estes contratos têm disposições resolutivas que são accionadas sobretudo por situações de incumprimento causadas pelo não desempenho dos parques eólicos e alterações na titularidade do veículo financeiro com finalidade específica.

Estes contractos incluem acordos relativamente a obrigações de fornecer às instituições financeiras, determinadas demonstrações financeiras auditadas, orçamentos para o ano seguinte, actualizações sobre o caso base, cálculos de rácios de projectos usados para definir as margens a aplicar e determinadas certificações.

Aproximadamente 7,9% dos empréstimos da EDP Renováveis para financiamento dos seus projectos são de curto-prazo com maturidades relativas aos valores a receber (datas de

vencimento) inferior a um ano.

Outros empréstimos

A NEO possui também, uma linha de crédito no valor de 35,8 milhões de euros, cuja aplicação se destina às suas actividades operacionais e cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

Aproximadamente 49,5% dos empréstimos da EDP Renováveis concedidos por terceiros são empréstimos de curto-prazo, com maturidades relativas aos valores a receber (datas de vencimento), inferiores a um ano.

Pagamentos de investidores institucionais

A EDP Renováveis também recebeu financiamentos através das Estruturas de Parcerias nos Estados Unidos. A 31 de Março de 2008, tinha um passivo de 678,4 milhões de Euros relativo a investidores institucionais, em conformidade com as Estruturas de Parcerias. Ver “Estruturas de Parcerias com investidores institucionais”.

Despesas de capital (“CAPEX”)

Em 2006, a NEO incorreu em despesas de capital (“CAPEX”), num total de 378,5 milhões de euros (dos quais, 227,0 milhões foram aplicados em Espanha, 130 milhões em Portugal e 21,4 milhões em França), enquanto a Horizon, por sua vez, incorreu em despesas de capital (“CAPEX”), num total de 576,2 milhões de Euros.

Em 2007, a NEO incorreu em despesas de capital, num total de 655,9 milhões de euros (dos quais, 372 milhões foram aplicados em Espanha, 173,9 milhões em Portugal, 29,9 milhões em França e 80 milhões em contratos de aquisição de turbinas), enquanto a Horizon, por sua vez, incorreu em despesas de capital (“CAPEX”), num total de 732,7 milhões de Euros.

No trimestre findo em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis incorreu num total de despesas de capital (“CAPEX”), no valor de 369,6 milhões de Euros, dos quais 147,9 milhões, foram gastos na Europa (127,2 milhões em Espanha, 13,4 milhões em Portugal, 3,3 milhões em França e 4,0 milhões gastos em depósitos para aquisição de turbinas) e 221,8 milhões, gastos nos Estados Unidos.

Todas as despesas de capital mencionadas acima, encontram-se relacionadas principalmente, com a construção gradual da carteira de parques eólicos e com o aumento da capacidade eólica.

Apesar de ser difícil estimar o montante exacto de capacidade que será adicionado num ano em particular, dada a natureza da expansão esperada da EDP Renováveis, entre 2008 e 2012, é expectável um aumento da capacidade média de 1,4 GW por ano. Não obstante a dificuldade em prever as despesas de capital (“CAPEX”) associadas, com base nos acordos quadro existentes, nos quais a EDP Renováveis participa, relativos ao fornecimento de turbinas eólicas até 2010, espera-se que a despesa de capital (“CAPEX”) por cada MW possa variar, em média, entre um intervalo de 1,2 milhões de Euro a 1,4 milhões de Euros.

Obrigações Contratuais

A EDP Renováveis está sujeita a várias obrigações contratuais. Uma parte destas obrigações é reflectida nas nossas demonstrações financeiras, tais como obrigações para com investidores institucionais, obrigações decorrentes de instrumentos derivados e, outras obrigações acumuladas. Outras obrigações, tais como os compromissos financeiros e locações operacionais, não se encontram reflectidos no balanço da EDP Renováveis. O quadro seguinte resume as obrigações contratuais da EDP Renováveis a 31 de Março de 2008, para cada um dos períodos apresentados (sendo que nenhum montante é descontado). A EDP Renováveis admite a possibilidade de ter de efectuar um reforço das suas obrigações contratuais, de forma a desenvolver e alargar o seu negócio em conformidade com os seus objectivos de crescimento.

EDP Renováveis	Vencim. em menos de 1 ano	Vencim. entre 1e 3 anos	Vencim. entre 3 e 5 anos	Vencim. mais de 5 anos	Total
	<i>(milhões de euros)</i>				
Terrenos e locações operacionais ⁽¹⁹⁵⁾	13,9	35,1	35,0	229,7	313,7
Compromissos de compra	1.411,8	986,3	-	-	2398,1
Total	<u>1.425,7</u>	<u>1.021,4</u>	<u>35,0</u>	<u>229,7</u>	<u>2.711,8</u>

Responsabilidades extrapatrimoniais

Para além das obrigações acima referidas, em 31 de Março de 2008 a EDP Renováveis não tinha qualquer responsabilidade extra-patrimonial ou passivos contingentes.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas da NEO, Horizon e EDP Renováveis estão descritas nas notas das respectivas demonstrações financeiras incluídas no presente Prospecto. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS, requer que o Conselho de Administração da EDP Renováveis formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor reportado dos activos, passivos, proveitos e custos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

Custos financeiros

Os custos financeiros que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos, são capitalizados como parte do custo desses activos.

A capitalização dos custos financeiros com empréstimos obtidos é efectuada quando os gastos com o activo são incorridos, os custos financeiros com empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades necessárias para preparar todo ou parte dos activos para o seu uso ou venda estão em curso. A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para o seu uso ou venda estejam completas.

Subsídios do Governo

Os subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado são reconhecidos inicialmente em proveitos diferidos, incluídos em credores de médio/longo prazo na data em que exista uma segurança razoável de que o subsídio será recebido e que o Grupo cumprirá com todos os requisitos associados à sua atribuição. Os subsídios atribuídos que compensem os custos incorridos pelo Grupo são reconhecidos em resultados numa base sistemática à medida em que os mesmos são incorridos. Os subsídios atribuídos ao Grupo para aquisição/beneficiação de activos são reconhecidos em resultados numa base sistemática no período de vida útil do activo.

Capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento

Os custos relacionados com o desenvolvimento inicial de novos projectos são registadas na demonstração de resultados, excepto para os projectos que não geram benefícios económicos futuros. Uma vez determinada a viabilidade do projecto, as despesas são capitalizadas. Os critérios aplicados pela EDP Renováveis para determinar se um dado projecto é viável ou não, varia entre países, uma vez que as fases de desenvolvimento e de negócio envolvidas na operacionalização de um parque eólico variam em cada país. Determinar quais os critérios a usar

⁽¹⁹⁵⁾ Reflecte em determinados casos, as estimativas da gestão relativas a certas obrigações.

e, em que medida estes são cumpridos/preenchidos, requer algum julgamento e discricionariedade da equipa de gestão. Para além disto, caso seja necessário descontinuar um projecto para o qual a EDP Renováveis já havia começado a capitalizar despesas, essas despesas acumuladas serão afectadas a resultados e abatidas no período em que o projecto for descontinuado.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que varia de país para país e que pode ser mais extenso no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP Renováveis e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. Os mercados financeiros são analisados numa base regular em consonância com a política de gestão

de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros do Grupo EDP Renováveis é efectuada centralmente pela Direcção Financeira da EDP - Energias de Portugal, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direcção Financeira identifica, avalia e propõe à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo EDP Renováveis opera internacionalmente, encontrando-se exposto ao risco cambial resultante de investimentos em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano (USD). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta, essencialmente, da participação financeira na subsidiária Horizon.

A Direcção Financeira do Grupo EDP é responsável pelo acompanhamento da evolução cambial do Dólar Americano, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nas empresas do Grupo EDP Renováveis e, consequentemente, a nível consolidado, recorrendo à contratação de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

A política seguida pelo Grupo EDP Renováveis inclui em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos itens cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do Grupo são substancialmente independentes da flutuação dos mercados de taxa de juro.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos "cashflows" da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados para fixação das taxas de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo EDP Renováveis recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP Renováveis e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro ou dos "cash flows" futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 10 anos, aproximadamente. A Direcção Financeira do Grupo efectua análises de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Gestão do risco de crédito da contraparte nas operações financeiras

A política do Grupo EDP Renováveis em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados e das operações financeiras são instituições de crédito de elevada notação de crédito, pelo que não se atribui um risco significativo de incumprimento da contraparte, não sendo exigidas garantias ou

outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais.

No caso específico do Grupo NEO, o risco de crédito não é significativo em virtude do prazo médio de recebimentos ser limitado no que respeita aos saldos de clientes e face à qualidade dos seus devedores. Os clientes principais do Grupo são operadores e distribuidores de energia no mercado de electricidade nos seus respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

O Conselho de Administração considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico das rubricas de Clientes e Outros Devedores, líquidos de perdas por imparidade. O Grupo considera que a qualidade do crédito concedido é adequada e que não existem perdas por imparidade por reconhecer no período.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que o Grupo não seja capaz de cumprir as suas obrigações financeiras na data de exigibilidade das mesmas. A estratégia do Grupo na gestão da liquidez consiste em assegurar, tanto quanto possível, que exista sempre liquidez suficiente para cumprir as suas responsabilidades quando as mesmas se tornem exigíveis, tanto em condições normais como em condições desfavoráveis, sem incorrer em perdas inaceitáveis nem afectando a reputação do Grupo.

O cenário adverso do mercado financeiro de dívida pode dificultar a liquidação das responsabilidades financeiras necessárias ao desenvolvimento das actividades do Grupo.

A política de liquidez seguida assegura o cumprimento das obrigações de pagamento assumidas, através da manutenção de facilidades de crédito suficientes e possibilidade de acesso a financiamento do Grupo EDP.

Risco de preço de mercado

Em 31 de Dezembro de 2007, o risco de preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No que respeita à Horizon, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de venda de energia. No que respeita à NEO, a electricidade em Espanha é vendida directamente no mercado diário a preços "spot" adicionados de um prémio pré-definido (regulado). Contudo, a NEO tem a opção de venda da electricidade através de tarifas reguladas, garantindo preços mínimos. Nos restantes países, os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

CAPÍTULO 12 – LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

12.1 Descrição dos fluxos de tesouraria

Ver Capítulo 11, “Análise da Gestão e da Situação Financeira e dos Resultados das Operações do Emitente e Oferente” e “Demonstrações de fluxos de caixa”.

12.2 Recursos financeiros

Ver ponto 11.1, “Análise da Gestão e da Situação Financeira e dos Resultados das Operações do Emitente e Oferente”, “Liquidez e recursos de capital” e “Capitalização e Endividamento”.

12.3 Declaração do Emitente e Oferente relativa ao fundo de maneo

O Emitente e Oferente declara que, na sua opinião, a liquidez gerada pela sua actividade e a sua capacidade de endividamento de curto e médio prazo são suficientes para fazer face às necessidades de fundo de maneo do Grupo EDP Renováveis nos próximos 12 meses. O Grupo EDP Renováveis tem previstos diversos investimentos, e para esse fim, encontra-se em condições de vir a contrair financiamentos junto da EDP e/ou externos, ou eventualmente recorrer a capitais próprios de acordo com o que considerar mais adequado.

CAPÍTULO 13 – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E PESSOAL

13.1 Composição e Funcionamento do Órgão de Administração

13.1.1. Composição do Conselho de Administração

Através das deliberações tomadas nas assembleias gerais da EDP Renováveis de 18 de Março de 2008 e de 14 de Maio de 2008, as pessoas a seguir indicadas foram nomeadas para membros do conselho de administração (o “Conselho de Administração”) da EDP Renováveis:

Nome	Cargo	Idade	Data da nomeação/início do mandato	Data do termo do mandato
António Mexia	Presidente – Administrador	50	18.03.2008	18.03.2011
Ana Maria Fernandes	“Chief Executive Officer” – Vice Presidente	45	18.03.2008	18.03.2011
António Martins da Costa	Administrador	53	18.03.2008	18.03.2011
Nuno Alves	Administrador	50	18.03.2008	18.03.2011
João Manso Neto	Administrador	50	18.03.2008	18.03.2011
José Silva Lopes*	Administrador	76	04.06.2008	04.06.2011
António Nogueira Leite*	Administrador	46	04.06.2008	04.06.2011
Rafael Caldeira Valverde*	Administrador	55	04.06.2008	04.06.2011
José Araújo e Silva*	Administrador	57	04.06.2008	04.06.2011
Manuel Menéndez Menéndez*	Administrador	48	04.06.2008	04.06.2011
Jorge Santos*	Administrador	56	04.06.2008	04.06.2011
Francisco Lacerda*	Administrador	47	04.06.2008	04.06.2011
João Manuel de Mello Franco*	Administrador	61	04.06.2008	04.06.2011
João Lopes Raimundo*	Administrador	47	04.06.2008	04.06.2011
Daniel M. Kammen*	Administrador	46	04.06.2008	04.06.2011

* Nomeados através de deliberação adoptada na assembleia geral da EDP Renováveis com data de 14 de Maio de 2008, para iniciarem funções como Membros do Conselho de Administração a partir de 4 de Junho de 2008.

António Mexia, nascido em 1958, é Presidente do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162, em Lisboa.

Entre 1979 e 1981, António Mexia exerceu o cargo de professor convidado no Departamento de Economia da Universidade de Genebra (Suíça) e, entre 1985 e 1989, foi orador no curso de pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica de Lisboa. Entre 1989 e 1991, António Mexia foi Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo e, entre 1991 e 1992, foi vice-presidente do conselho de administração do Instituto do Comércio Externo. Entre 1992 e 1998, António Mexia foi administrador do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.. Em 1998, foi nomeado como “*Chief Executive Officer*” da Gás de Portugal e da Transgás, cargo que exerceu até 2000. Entre 2000 e 2001, António Mexia exerceu o cargo de vice-presidente do conselho de administração da Galp Energia e, entre 2001 e 2004, exerceu as funções de “*Chief Executive Officer*” da Galp Energia e presidente do conselho de administração da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004, António Mexia foi nomeado Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, tendo sido nomeado “*Chief Executive Officer*” da EDP em Março de 2006.

Entre 1999 e 2002, António Mexia exerceu funções de presidente da Associação Portuguesa de Energia e foi ainda membro da Comissão Trilateral, de 1992 a 1998, vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa e presidente do conselho geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da União Europeia no grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias.

António Mexia é licenciado em economia pela Universidade de Genebra (Suíça).

Ana Maria Fernandes é membro do Conselho de Administração, cumulando os cargos de “*Chief Executive Officer*” e de Vice-Presidente Executivo da EDP Renováveis, exercendo ainda o cargo de membro da Equipa de Gestão, sendo o seu endereço profissional na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162, em Lisboa.

Ana Maria Fernandes, nascida em 1963, foi assistente na Faculdade de Economia do Porto, de 1986 a 1991. Iniciou a sua carreira profissional em 1986, na Conselho – Gestão e Investimentos S.A., empresa do grupo Banco Português do Atlântico, na área de mercado de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, assumiu funções na área de “*Corporate Finance*” da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente directora do Banco EFISA. Em 1992 integrou o grupo Banco de Fomento e Exterior como administradora, em diversas subsidiárias do Banco de Fomento e Exterior, as quais eram bancos de investimento e foi directora de “*Corporate Finance*” no BPI entre 1996 e 1998. Em 1998, integrou a Gás de Portugal como directora de Planeamento Estratégico e M&A e em 2000 assumiu as funções de directora de Estratégia e Gestão do “*portfolio*” de Negócios da Galp e, posteriormente, entre 2002 e 2005 foi presidente e “*Chief Executive Officer*” da Galp Power, tendo ainda sido nomeada administradora da Transgás em 2002. Entre 2004 e 2005, foi nomeada administradora da Galp Energia. Em Março de 2006 foi nomeada membro executivo do conselho de administração da EDP.

Licenciada em economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1986, Pós – Graduada em finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e “*Master of Business Administration*” (“MBA”) pela Escola de Gestão do Porto, em 1989.

António Martins da Costa, nascido em 1955, é membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162, em Lisboa.

Entre 1976 e 1989, António Martins da Costa foi assistente no Instituto de Superior de Engenharia do Porto. Entre 1981 e 1989, António Martins da Costa foi quadro da produção

hidráulica na EDP. Entre 1989 e 2003, António Martins da Costa exerceu diversos cargos no grupo Banco Comercial Português, nomeadamente de administrador executivo das empresas de seguros e pensões e de gestão de activos (AF Investimentos), tendo sido igualmente director geral desse banco. Entre 1999 e 2003, António Martins da Costa foi “*Chief Executive Officer*” adjunto e vice-presidente do conselho de administração da PZU (Polónia). Em 2003, António Martins da Costa foi nomeado “*Chief Executive Officer*” e vice-presidente do conselho de administração da EDP – Energias do Brasil, cargo exercido até ter sido nomeado “*Chief Executive Officer*” e presidente do conselho de administração da Horizon em Julho de 2007, tendo-se mantido até à data no exercício deste cargo. Em 2006 passou a integrar o conselho de administração executivo da EDP.

António Martins da Costa é licenciado em engenharia civil e frequentou o MBA, ambos pela Universidade do Porto. António Martins da Costa completou o curso de gestão executiva no INSEAD (Fontainebleau) e AESE (Universidade de Navarra) e ainda o Programa de Gestão Avançada (“*Advanced Management Programme*”) na “*The Wharton School*”.

Nuno Alves é membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162, em Lisboa.

Nuno Alves, nascido em 1958, exerceu, entre 1988 e 2006, diversos cargos no Banco Comercial Português, incluindo: técnico na Direcção de Estudos e Planeamento (1988-1994), subdirector da Direcção de Investimento Financeiro (1990-1991), director da Direcção de Relações com Investidores (1991-1995), director da Direcção de Coordenação de Retalho – Particulares (1995-2000), director da Direcção de Mercado de Capitais do Banco CISF, Banco de Investimento do Banco Comercial Português (1997-1999). Entre 1999 e 2000, Nuno Alves exerceu o cargo de presidente do conselho de administração da CISF Dealer. Em 2001, Nuno Alves foi nomeado administrador do Banco Millennium bcp Investimento (anteriormente denominado por Banco CISF), com o pelouro da Tesouraria e Mercado de Capitais. Em 2006, Nuno Alves deixou de exercer funções no Banco Millennium bcp e foi nomeado membro do conselho de administração da EDP com o pelouro financeiro, cargo que ainda ocupa.

Nuno Alves é licenciado em engenharia e construção naval e tem um MBA, ambos concedidos pela Universidade de Michigan.

João Manso Neto é membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162, em Lisboa.

João Manso Neto, nascido em 1958, exerceu, entre 1981 e Setembro de 2002, diversas funções no grupo BCP, incluindo as funções de director geral da Direcção Geral Financeira, da Direcção Geral de Tesouraria e da Direcção Geral das Grandes Empresas Institucionais e de administrador do Big Bank Gdansk, Polónia, e do BCP, Banco de Investimentos. Entre Setembro de 2002 e Julho de 2003 desempenhou cargos de administração no grupo BPN. Em 2003, João Manso Neto integrou a EDP na qualidade de director geral, cargo que ocupou até 2006, quando foi nomeado como membro do conselho de administração da EDP. João Manso Neto é actualmente presidente do conselho de administração da EDP Produção e “*Chief Executive Officer*” da Hidrocantrábico. No quadro do Grupo EDP, João Manso Neto é responsável pela produção, “*trading*”, regulação e planeamento de energia, bem como pela gestão corrente da Hidrocantrábico.

João Manso Neto é licenciado em economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa, concluiu o curso de pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica de Lisboa e a componente académica do curso de mestrado em economia pela Universidade Nova de Lisboa onde foi assistente até 1993.

José Silva Lopes será, a partir de 4 Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço na Avenida Visconde Valmor, 76 – 6.º Esq., 1050-242, em

Lisboa. José Silva Lopes, nascido em 1932, foi, entre 1969 e 1974, administrador da Caixa Geral de Depósitos. Neste mesmo período, José Silva Lopes foi director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças, tendo nessa qualidade sido o chefe adjunto das negociações do Acordo de Comércio Livre com a CEE de 1972. Ocupou o cargo de Ministro das Finanças entre 1974 e 1975, ano em que desempenhou ainda funções de Ministro do Comércio Externo, voltando a ocupar o cargo de Ministro das Finanças durante o ano de 1978. Entre 1975 e 1980, José Silva Lopes foi Governador do Banco de Portugal. José Silva Lopes foi, desde Janeiro de 2004, Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral, encontrando-se agora reformado.

Foi distinguido com o grau de doutor “*honoris causa*” pelo Instituto Superior de Economia e Gestão em 2004 e foi agraciado, em 2003, pelo Senhor Presidente da República com a Grã Cruz da Ordem de Cristo, pela sua actividade de 48 anos como economista, quase sempre ao serviço do Estado. José Silva Lopes é licenciado em finanças pelo ISCEF.

António Nogueira Leite, nascido em 1962, será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Avenida 24 de Julho, 24, 1200-480, em Lisboa.

António Nogueira Leite foi entre 1988 e 1996, consultor de várias instituições nacionais e internacionais, como o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, a OCDE e a Comissão Europeia. António Nogueira Leite foi secretário-geral, de 1995 a 1998, e vogal da direcção, de 2000 a 2002, da APRITEL. António Nogueira Leite foi administrador da Soporcel, S.A., de 1997 a 1999, da Papercel, S.A., de 1998 a 1999, e da MC Corretagem, S.A., em 1999. Também em 1999, foi presidente do conselho de administração da Bolsa de Valores de Lisboa e membro da comissão executiva da Associação de Bolsas Ibero-Americanas. Desde 2000, António Nogueira Leite é membro do conselho consultivo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. António Nogueira Leite foi consultor da Vodafone – Telecomunicações Pessoais, S.A., entre 2000 e 2002, e da GE Capital entre 2001 e 2002. António Nogueira Leite é administrador da Reditus, SGPS, S.A., e membro do conselho consultivo do IGCP desde 2002. No grupo José de Mello desde 2002, António Nogueira Leite é administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, S.A., desde 2002, foi administrador da Quimigal, S.A., de 2002 a 2006, é administrador da Brisa, S.A., desde 2002, da ADP, S.A., desde 2004, da Comitur, SGPS, S.A., da Comitur Imobiliária, S.A., da Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, S.A., da Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A., desde 2005, director-geral da José de Mello, SGPS, S.A., desde 2005, administrador da Efacec Capital, SGPS, S.A., e da Cuf – Químicos Industriais, S.A., desde 2006, e foi administrador da Sociedade de Explosivos Civis, SEC, S.A., de 2007 a Março de 2008.

De Outubro de 1999 a Agosto de 2000, foi Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e, por inerência, Governador Suplente do Banco Europeu de Investimentos, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, do Fundo Monetário Internacional e Membro do Conselho Económico e Financeiro da União Europeia.

Ao longo da sua experiência profissional desempenhou ainda as funções de vice-presidente do conselho consultivo do Banif - Banco de Investimento, S.A., e de presidente do conselho geral e de supervisão da OPEX, S.A..

António Nogueira Leite é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, “*master of science in economics*” e “*PhD in Economics*” pela “*University of Illinois*”.

Rafael Caldeira Valverde será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Rua Alexandre Herculano, 38, 1269-161, em Lisboa. Rafael Caldeira Valverde, nascido em 1953, integrou em 1991 o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.. No contexto desta instituição financeira, foi administrador responsável pela Direcção de Serviços Financeiros, pela Direcção de Clientes, pela

Direcção de Financiamentos Estruturados, pela Direcção de Mercado de Capitais, Originação e Departamento de Informação. Em Março de 2005, foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração, com assento na Comissão Executiva.

Rafael Valverde é licenciado em economia pelo Instituto de Economia da Faculdade Técnica de Lisboa.

José Fernando Maia de Araújo e Silva será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na R. das Picoas, n.º 4, 2.º esquerdo, em Lisboa.

José de Araújo e Silva, nascido em 1951, iniciou a sua vida profissional como Assistente na Faculdade de Economia do Porto. É, desde 1991, professor convidado da Universidade Católica do Porto. José Fernando Maia de Araújo e Silva desempenhou as funções de técnico a tempo parcial, na Comissão de Coordenação da Região Norte. José Fernando Maia de Araújo e Silva foi administrador de várias sociedades e exerceu funções na qualidade de director do Departamento Internacional (Porto) do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, de administrador da Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Porto, tendo-se dedicado à Coordenação Financeira e de Controlo de Gestão da Área Indústria no grupo Sonae; à Coordenação Financeira da Sonae Investimentos SGPS, e desempenhou as funções de administrador da Tafisa, S.A., em Espanha, cargo a que se seguiu o exercício de funções de administrador executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, S.A.. José Fernando Maia de Araújo e Silva, foi também administrador da Spread SGPS, S.A., e entre 1999 e 2002, ocupou o cargo de vice-presidente da Sonae Indústria, SGPS, S.A.. De 2002 a 2007, José Fernando Maia de Araújo e Silva desempenhou as funções de administrador e de membro da comissão executiva da Corticeira Amorim, SGPS, e actualmente, exerce o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

José Fernando Maia de Araújo e Silva, licenciou-se em economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1974, e obteve, entre 1982 e 1984, formação especializada na Universidade de Paris IX, Dauphine, em França, e no Midland Bank Internacional Banker's Course, em Londres.

Manuel Menéndez Menéndez, nascido em 1960, será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional em Plaza de la Gesta, n.º 2, 3300 Oviedo, Espanha.

Foi vogal do conselho de administração e membro da comissão executiva da Cajastur e da Hidrocantábrico, membro do conselho de administração, comissão executiva e comissão de auditoria e controle da AIRTEL, vogal do conselho de administração da Ahorro Corporación, da LICO Corporación e da ENCE, vice-presidente do conselho de administração da SEDES, S.A. e presidente executivo da Sociedad de Garantías Recíprocas de Astúrias. Actualmente, é presidente da Cajastur, da Hidrocantábrico e da Naturgas Energia, vogal do conselho de administração da NEO e da Confederación Española de Cajas de Ahorros, vogal da junta directiva da UNESA e membro do “Registro Oficial de Auditores de Cuentas”. Representa ainda a Peña Rueda, S.L. (subsidiária da Cajastur) no conselho de administração da Enagas.

Licenciado em economia e administração de empresas em 1982, Doutor em ciências económicas pela Universidade de Oviedo em 1985 e Catedrático no departamento de administração de empresas e contabilidade da Universidade de Oviedo em 1990.

Jorge Santos será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional no Aldeamento das Encostas, Lote 11, Sassoeiros, 2775-762, Carcavelos. Jorge Santos, nascido em 1951, foi coordenador da equipa que elaborou a avaliação intercalar do Quadro Comunitário de Apoio II, entre 1997 e 1998, e membro da equipa que elaborou a avaliação *ex-ante* do Quadro Comunitário de Apoio III. De 1998 a 2000 foi presidente da comissão directiva da Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia e

de 1998 a 2002 foi presidente do conselho científico do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 2001 e 2002, Jorge Santos foi coordenador da equipa a quem foi adjudicada a responsabilidade da elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal.

É, desde 2007, coordenador do curso de mestrado em economia e, desde 2008, membro da assembleia de representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Jorge Santos é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, “*master in economics*”, pela “*University of Bristol*”, “*PhD in economics*”, pela “*University of Kent*”, em Canterbury, obteve a equivalência ao grau de Doutor em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, passando, posteriormente a Professor Auxiliar e Professor Associado daquela instituição, pela qual obteve, ainda, o título de “agregado” e, em 2005, foi nomeado, definitivamente, como Professor Catedrático.

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda, nascido em 1960, será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Rua das Amoreiras, n.º 78, 7.º, 1250-024, em Lisboa.

Entre 1984 e 1985 foi assistente na Universidade Católica Portuguesa. Entre 1982 e 1990 exerceu o cargo de técnico e director na Locapor (leasing), na CISF e no Hispano Americano - Sociedade de Investimentos; entre 1990 e 2000 integrou a equipa dirigente da área financeira do grupo José de Mello, como administrador da UIF, SGPS. Posteriormente, entre 1991 e 2000, foi administrador do Banco Mello, tendo igualmente exercido o cargo de presidente da comissão executiva no mesmo banco, entre 1993 e 2000. Entre 1997 e 2000, exerceu o cargo de vice-presidente do conselho de administração do Banco Mello. Até 2000 Francisco Lacerda foi administrador da Companhia de Seguros Império e presidente ou administrador de diversos bancos e empresas financeiras subsidiárias do Banco Mello, em Portugal e no estrangeiro.

Entre 2000 e 2008 exerceu o cargo de vogal do conselho de administração executivo do Banco Comercial Português, S.A., e nesta qualidade foi responsável pela actividade do grupo na Europa e na banca de investimentos.

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda é actualmente membro do conselho de administração da Mague – SGPS, S.A..

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda é licenciado em administração e gestão de empresas pela Universidade Católica Portuguesa em 1982.

João Manuel de Mello Franco será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional no Largo Hintze Ribeiro, n.º 6, bloco b4, 4.ºesq, 1250-122 Lisboa, em Portugal.. João Manuel de Mello Franco, nascido em 1946, foi membro do conselho de gerência da Tecnologia das Comunicações, Lda. de 1986 a 1989, presidente do conselho de administração dos Telefones de Lisboa e Porto, S.A., de 1989 a 1994, bem como presidente do conselho de administração da TMN de 1991 a 1994 e presidente da direcção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações de 1993 a 1995. João Manuel de Mello Franco foi presidente do conselho de administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi no período 1994 a 1995 e, durante esse período, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom. João Manuel de Mello Franco foi vice-presidente do conselho de administração e presidente da comissão executiva da Lisnave (Estaleiros Navais) S.A. de 1995 a 1997. João Manuel de Mello Franco foi presidente do conselho de administração da Soponata, S.A. desde 1997 até 2001 e, também durante esse período, foi administrador da International Shipowners Reinsurance, Co S.A. e membro da sua comissão de auditoria. João Manuel de Mello Franco foi vice-presidente da José de Mello Imobiliária SGPS, S.A. de 2001 a 2004 e, nesse período,

presidente do conselho de administração da IMOPÓLIS, S.A., da José de Mello Residenciais & Serviços, S.A. e da Engimais, S.A.. João Manuel de Mello Franco é administrador desde 1998, presidente da comissão de auditoria do conselho de administração desde 2004, presidente da comissão de governo societário desde 2006 e, também, membro da comissão de vencimentos, desde 2003, da Portugal Telecom SGPS, S.A..

João Manuel de Mello Franco é licenciado em engenharia mecânica pelo Instituto Superior Técnico, com formação complementar em Gestão Estratégia e Alta Direcção de Empresas e foi bolseiro da Junta de Energia Nuclear.

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo, nascido em 1960, será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Avenida José Malhoa, n.º 27, em Lisboa.

Entre 1982 e 1985, João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo exerceu funções como auditor sénior na BDO – Binder Dijkster Otte Co.. Entre 1987 e 1990 exerceu o cargo de director do Banco Manufactures Hanover (Portugal), S.A.. Entre 1990 e 1993 foi nomeado vogal do conselho de administração da TOTTAFactor, S.A. (Grupo Banco Totta e Açores) e da Valores Ibéricos, SGPS, S.A.. Em 1993 exerceu os cargos de vogal dos conselhos de administração da Nacional Factoring, da CISF - Imóveis e da CISF Equipamentos. Entre 1995 e 1997 exerceu funções de director na CISF – Banco de Investimento e de vogal do conselho de administração da Nacional Factoring. Em 1998 foi nomeado vogal do conselho de administração de diversas sociedades, como a Leasing Atlântico, a Comercial Leasing, a Factoring Atlântico, a Nacional Leasing e a Nacional Factoring. Entre 1999 e 2000, João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo exerceu os cargos de vogal do conselho de administração do BCP Leasing, do BCP Factoring e do Leasefactor SGPS. Entre 2000 e 2003 desempenhou funções de presidente do conselho de administração do Banque BCP (Luxemburgo) e de presidente da comissão executiva do Banque BCP (França). Entre 2003 e 2006, João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo exerceu os cargos de administração do Banque Prive BCP (Suíça) e de director geral do Private Banking do BCP. Desde 2006 até à presente data é membro do conselho de administração do Millennium Banco de Investimentos, S.A., e director geral do Banco Comercial Português. Actualmente desempenha também o cargo de vice-presidente da mesa da assembleia geral do Millennium Angola.

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo é licenciado em gestão e administração de empresas pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa em 1982 e obteve ainda um MBA pelo INSEAD em Fontainebleau.

Daniel M. Kammen, nascido em 1962, será, a partir de 4 de Junho de 2008, membro do conselho de administração da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na 310 Barrows Hall, 3050, University of California, Berkeley, CA 94720-3050.

Entre 1988 e 1991, foi colaborador da pesquisa pós-doutoral da Weizmann & Bantrell na secção de engenharia e ciência aplicada e de biologia no California Institute of Technology. Entre 1991 e 1993 foi colaborador afiliado do Center for Science and International Affairs, da John F. Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard. Entre 1991 e 1993, foi, ainda, investigador associado do Centro Regional Nordeste para as Alterações Climáticas e do departamento de física da Universidade de Harvard. Desde 1993, é colaborador permanente da Academia Africana de Ciências. Entre 1993 e 1999, colaborou com a Faculdade de Pesquisa do Center for Energy and Environmental Studies na School of Engineering and Applied Science, na Universidade de Princeton. Entre 1993 e 1999, foi professor convidado de Public and International Affairs, na Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, da Universidade de Princeton. Entre 1997 e 1999 integrou a Class of 1934 Preceptor da Woodrow Wilson School of Public and International Affairs. Entre 1998 e 1999, exerceu o cargo de vogal do Science, Technology & Environmental Policy Program na Woodrow Wilson School of Public and International Affairs da Universidade de Princeton. Entre 1998 e 2001, foi professor

convidado no Energy and Resources Group da University of Califórnia, Berkeley, tendo ainda, entre 1999 e 2001, desempenhado funções de professor convidado de energia nuclear na mesma universidade. Desde 1999, que Daniel M. Kammen é membro fundador da direcção da Renewable and Appropriate Energy Laboratory; RAEL, na Universidade da Califórnia. Em 1999, foi director fundador do Renewable and Appropriate Energy Laboratory (Berkeley, University of California). Entre 2000 e 2001, Daniel M. Kammen integrou a “Core Management Team” da Comissão de Energia da Califórnia - Public Interest Environmental Research – Environmental Area. Desde 2001, é professor no Energy and Resources Group, de Public Policy na Goldman School of Public Policy, e de Nuclear Engineering da University of California, Berkeley. De 2004 a 2009, foi gerente da University of California, Berkeley/ITRI (Industrial Technology Research Institute, Republic of Taiwan). Em 2005 foi nomeado co-director do Berkeley Institute of the Environment. Em 2006, foi nomeado vogal do Energy and Resources Group e em 2007 assumiu funções de coordenador da secção de “Science and Impacts” no Energy Biosciences Institute. Autor de diversos estudos, Daniel M. Kammen já recebeu vários prémios na área das energias.

Daniel M. Kammen é licenciado, *master* e *PhD* em Física.

Os actuais membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis desempenham as seguintes funções em outras empresas do Grupo EDP:

(196)	António Mexia	Nuno Alves	Ana Maria Fernandes	António Martins da Costa	João Manso Neto
EDP – Energias de Portugal, S.A.	PCAE	V	V	V	V
EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.					PCA
EDP – Energias do Brasil, S.A.	PCA	V	V		
EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	PCA				
EDP – Estudos e Consultoria, S.A.					
EDP – Soluções Comerciais, S.A.					
EDP – Imobiliária e Participações, S.A.		PCA			
EDP Serviner – Serviços de Energia, S.A.					
EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A.		PCA			
Sãvida – Medicina Apoiada, S.A.					
SCS – Serviços Complementares de Saúde, S.A.					
Energia RE – Sociedade Cativa de Resseguro		PCA			
Enernova – Novas Energias, S.A.			PCA		
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.		V	V		VPCA
Naturgás Energia, S.A.			V		V
Desarrollos Eólicos S.A.			VPCA		
Genesa S.L.			PCA		
EDP Investimentos, SGPS, S.A.		V	PCA		
EDP Gás III, SGPS, S.A.		V	PCA		
NQF Gás, SGPS, S.A.		V	PCA		
EDP Gás – SGPS, S.A.			PCA		V
Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.			V		
Setgás - Sociedade de Produção e					

(196) PCAE: Presidente do Conselho de Administração Executivo; PCA: Presidente do Conselho de Administração; VPCA: Vice – Presidente do Conselho de Administração; DP: Director Presidente; V: Vogal.

Distribuição de Gás, S.A.		V		
Enagas, SGPS, S.A.		PCA		
EDP Powerline	V			
EDP Internacional, S.A.				PCA
Horizon Wind Energy LLC	V	V	PCA	
Nuevas Energias de Occidente, S.L.		PCA		

13.1.2. Funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela administração e gestão da EDP Renováveis. O Conselho de Administração é competente para gerir a actividade da EDP Renováveis, sendo os seus poderes apenas limitados pelos documentos que regulam a Sociedade, pela legislação aplicável e pelas deliberações da assembleia geral da EDP Renováveis (a “Assembleia Geral”).

O Conselho de Administração é competente para executar os seguintes actos:

- a) adquirir a qualquer título, oneroso ou gratuito, os bens móveis e imóveis, direitos, acções e participações sociais que forem considerados convenientes;
- b) alienar e hipotecar ou onerar bens móveis e imóveis, direitos, acções e participações sociais e resgatar hipotecas ou fazer cessar outros direitos reais;
- c) negociar e celebrar os contratos de financiamento ou operações de crédito que forem considerados convenientes;
- d) celebrar quaisquer actos ou contratos com entidades públicas ou privadas;
- e) intervir em processos cíveis ou criminais e de qualquer outro tipo e representar a Sociedade junto de autoridades civis, associações, tribunais de qualquer tipo e perante a administração pública em todos os graus e hierarquias; intervir ou promover, dar continuidade ou terminar todos os procedimentos e em quaisquer instâncias quaisquer processos, decisões e procedimentos; consentir em transacções, interpor toda a espécie de recursos incluindo de cassação e outros recursos extraordinários; desistir ou dar cumprimento, transigir e iniciar questões litigiosas através de processos de arbitragem, e fazer uso de todas as formas de notificação; conceder procurações forenses e quaisquer actos ou documentos que promovam ou revoguem os poderes concedidos;
- f) decidir acerca da distribuição e montante dos dividendos por conta ou antecipados;
- g) convocar Assembleias Gerais e submeter a deliberação das mesmas o que entender apropriado;
- h) conduzir a actividade da EDP Renováveis e a organização dos seus trabalhadores, acompanhando o desenvolvimento e as operações da actividade da Sociedade, promover o investimento de capitais, fazendo amortizações extraordinárias de obrigações em circulação e desenvolver acções no sentido de implementar os melhores métodos de atingir o objecto social;
- i) nomear e demitir livremente os directores e o pessoal técnico e administrativo da Sociedade, autorizando cada nomeação com os poderes necessários e atribuindo as compensações aos que sejam demitidos quando conveniente.
- j) modificar a localização da sede social dentro do concelho;
- k) constituir sociedades, contribuir com entradas em espécie de qualquer tipo e celebrar contratos relativos a operações de concentração e cooperação, associação, agrupamento e união temporária de sociedades ou constituição de patrimónios e acordar na sua modificação, transformação e extinção;
- l) demais poderes que expressamente lhe sejam conferidos nos estatutos ou na legislação aplicável.

Os estatutos da EDP Renováveis (os “Estatutos”) prevêm que o Conselho de Administração deve ser composto por cinco a dezassete membros (os “Administradores”). Posteriormente à Oferta e à admissão à negociação das Acções no Eurolist by Euronext Lisbon, a EDP Renováveis será considerada uma sociedade cotada e promoverá o cumprimento da recomendação de governo societário portuguesa nos termos da qual pelo menos 25% dos

Administradores deve ser “independente”. Um Administrador é qualificado como “independente” caso, com excepção da sua qualidade de Administrador, não tenha qualquer outra relação com a Sociedade, com os seus accionistas mais relevantes ou quadros superiores.

Os Administradores são nomeados por um mandato inicial de três anos e podem ser reeleitos, igualmente por mandatos de três anos, uma ou mais vezes.

Se a Assembleia Geral não nomear um dos Administradores para exercer o cargo de presidente do Conselho de Administração (o “Presidente do Conselho de Administração”), o que habitualmente acontece, o Conselho de Administração pode nomeá-lo. O Administrador que seja nomeado como Presidente do Conselho de Administração deverá manter-se no cargo até que termine o mandato para o qual havia sido nomeado na qualidade de Administrador. O Presidente do Conselho de Administração é responsável por assegurar a presidência e a representação da Sociedade. Do mesmo modo, o Conselho de Administração é competente para nomear o seu vice-presidente (“Vice-Presidente do Conselho de Administração”). O Conselho de Administração tem o poder discricionário de delegar no Vice-Presidente do Conselho de Administração competências e poderes executivos.

O Conselho de Administração tem o dever de nomear um Secretário (o “Secretário da Sociedade”) e, caso o Conselho de Administração o considere necessário, um vice Secretário, devendo ambos ser, em regra, advogados. Contudo, não é exigível que o Secretário da Sociedade ou o vice Secretário, se aplicável, sejam Administradores.

Determinadas pessoas estão impedidas de ser nomeadas como Administradores, nomeadamente (i) administradores ou pessoas que tenham qualquer relação com entidades concorrentes da EDP Renováveis; (ii) pessoas que estejam relacionadas com administradores ou com outras pessoas ou entidades que tenham qualquer relação com entidades concorrentes da EDP Renováveis; (iii) pessoas que, nos termos da lei espanhola, tenham sido consideradas interditas para efeitos do exercício de cargos de administração; e (iv) pessoas que estejam legalmente impedidas ou abrangidas por situações de incompatibilidade com exercício de cargos de administração.

Nos termos dos Estatutos, uma entidade (considerando-se para este efeito a própria entidade concorrente ou qualquer sociedade do seu grupo e os membros do conselho de administração de qualquer uma delas, os seus advogados, assessores ou representantes de qualquer dos mencionados anteriormente) é considerada concorrente da Sociedade se directa ou indirectamente produzir, armazenar, transportar, distribuir, comercializar ou fornecer energia eléctrica ou gases combustíveis ou se for titular de investimentos ou interesses que conflituem com a actividade da EDP Renováveis, considerando-se igualmente concorrentes as sociedades integradas no grupo de sociedades da entidade susceptível de ser qualificada como concorrente bem como os respectivos administradores, trabalhadores, advogados, assessores e representantes.

Caso, por qualquer motivo, se verifique a ausência definitiva de um Administrador, havendo necessidade de nomear um novo membro, os membros do Conselho de Administração podem nomear um accionista da EDP Renováveis (o “Accionista”) para exercer funções de administrador temporariamente (o “Administrador Temporário”), substituindo o Administrador em falta até que, na próxima Assembleia Geral, seja aprovada uma deliberação dos Accionistas que nomeie um novo Administrador. A nomeação dos membros do Conselho de Administração é realizada através de eleição. Para este efeito, os Accionistas podem voluntariamente agrupar-se e, desde que a percentagem agregada de capital social representada pelas suas participações sociais seja igual ou superior ao resultado da divisão da totalidade do capital social subscrito pelo número de Administradores, o referido grupo de Accionistas tem o direito de nomear um Administrador na proporção de capital detido que exceda o resultado atingido. Caso os Accionistas em questão exerçam este direito, não poderão participar na votação relativa à nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deve reunir-se, pelo menos, quatro vezes por ano e

tendencialmente uma vez por trimestre. O quórum constitutivo das reuniões do Conselho de Administração (as “Reuniões do Conselho de Administração”) é composto por metade mais um do número de membros (ou seus representantes) que hajam sido nomeados. Cada Administrador presente ou representado só pode exercer um voto por cada deliberação. As deliberações do Conselho de Administração são aprovadas por maioria absoluta dos votos emitidos pelos membros presentes ou representados na reunião em causa. O Presidente do Conselho de Administração dispõe de voto de qualidade em caso de empate na votação. Se nenhum Administrador se opuser, as deliberações do Conselho de Administração podem constituir deliberações escritas.

Caso um Administrador comunique, por escrito, ao Presidente do Conselho de Administração que pretende indicar outro Administrador como seu representante para participar e votar na Reunião do Conselho de Administração (“Administrador Representado”), o Administrador representante poderá exercer um voto em nome do Administrador Representado e outro em seu nome próprio, podendo exercê-los em sentidos diferentes.

As reuniões do Conselho de Administração podem ser validamente realizadas por meios electrónicos, nomeadamente através de conferência telefónica ou videoconferência, desde que: (i) a privacidade possa ser respeitada; (ii) seja possível verificar quem está presente na reunião; e (iii) seja criado um sistema de votação adequado para que as deliberações possam ser aprovadas. Acresce que, caso nenhum dos Administradores se oponha, o Conselho de Administração pode deliberar por escrito.

Através de deliberação aprovada por, pelo menos, dois terços dos Administradores o Conselho de Administração pode criar uma comissão executiva (a “Comissão Executiva”), bem como definir a sua composição, as atribuições e poderes conferidos e as normas de funcionamento que entenda deverem ser-lhe aplicáveis. O Conselho de Administração pode delegar na Comissão Executiva todos os seus poderes, excepto os de: (i) eleger o Presidente do Conselho de Administração; (ii) nomear Administradores por cooptação; (iii) convocar Assembleias Gerais; (iv) preparar e elaborar o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas e propô-los à Assembleia Geral para aprovação; (v) alterar a localização da sede social da EDP Renováveis; e (vi) redigir e aprovar projectos de fusões, cisões e transformações da EDP Renováveis.

A Comissão Executiva deve ser composta por três a seis Administradores. O secretário da Comissão Executiva será o Secretário da Sociedade ou, caso este não esteja disponível, o Vice Secretário, ou, caso nenhum destes esteja disponível, será nomeado um secretário em cada reunião da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva deve reunir pelo menos uma vez por mês. O quórum constitutivo das reuniões da Comissão Executiva é composto por metade (contando-se para este efeito os membros presentes e representados) dos membros nomeados acrescido de um. As deliberações da Comissão Executiva são aprovadas por maioria dos votos emitidos pelos seus membros, presentes ou representados, dispondo o Presidente da Comissão Executiva de voto de qualidade em caso de empate na votação.

13.2 Composição do órgão de fiscalização

O Conselho de Administração é responsável pela nomeação de uma comissão de auditoria e controlo (a “Comissão de Auditoria e Controlo”), a qual deve ser composta por três a cinco membros, os quais deverão ser administradores e na sua maioria Administradores independentes. Um Administrador nomeado como membro da Comissão de Auditoria e Controlo deve exercer funções durante o período de tempo para o qual foi nomeado como Administrador.

O presidente da Comissão de Auditoria e Controlo (o “Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo”) é nomeado pelo Conselho de Administração por um período inicial de três anos, podendo ser reconduzido por apenas um novo mandato de três anos.

A Comissão de Auditoria e Controlo desempenha funções de supervisão e deve actuar de forma independente face ao Conselho de Administração, sendo competente para: (i) manter os Accionistas actualizados nas Assembleias Gerais relativamente a matérias abrangidas pela sua competência ou com estas relacionadas; (ii) propor ao Conselho de Administração uma sociedade de auditores externos para ser nomeada pela EDP Renováveis; (iii) propor os termos e condições nos termos dos quais os auditores externos devem ser nomeados pela EDP Renováveis (incluindo o objecto do trabalho a desenvolver, duração do mandato e normas aplicáveis à recondução); (iv) supervisionar as actividades dos auditores internos; (v) conhecer o processo de informação financeira e os sistemas internos de controlo de risco; (vi) estabelecer a relação com os auditores externos e assegurar que eles mantêm o seu estatuto de independência relativamente à EDP Renováveis; (vii) receber e manter informações resultantes de qualquer auditoria à EDP Renováveis, tal como seja exigido pela legislação aplicável e de acordo com as normas técnicas de auditoria padronizadas.

A Comissão de Auditoria e Controlo deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre. O quórum constitutivo das reuniões da Comissão de Auditoria e Controlo é composto, pelo menos, por metade dos membros nomeados acrescido de um (contando-se para este efeito os membros presentes e representados). As deliberações são aprovadas pela maioria simples dos votos e, em caso de empate na votação, o Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo dispõe de voto de qualidade.

A Comissão de Auditoria e Controlo não se encontra ainda constituída, devendo ser criada imediatamente após o início de funções dos novos membros do Conselho de Administração eleitos para exercer funções a partir de 4 de Junho de 2008. A Comissão de Auditoria e Controlo será composta por 3 membros, sendo presidida pelo Eng. José Manuel de Mello Franco e da qual farão parte o Professor Jorge Santos e o Dr. Francisco José Queirós de Barros de Lacerda. De acordo com a informação conhecida pela EDP Renováveis, a totalidade dos membros que comporá a Comissão de Auditoria e Controlo é independente, não apresentando incompatibilidades para o exercício das suas funções. A maioria dos membros que integrarão o Conselho de Administração com efeitos a partir de 4 de Junho de 2008 assumiram o compromisso de participar e promover, naquela data, através do exercício do voto, a constituição da referida Comissão de Auditoria e Controlo e a nomeação dos respectivos membros.

A KPMG Auditores, S.L. foi nomeada pela Assembleia Geral da EDP Renováveis para auditar as contas do exercício correspondentes aos anos de 2007, 2008 e 2009. Após este período a sua nomeação pode ser renovada por períodos de um ano.

A KPMG Auditores, S.L. é legalmente competente para prestar serviços de auditoria, encontrando-se registada com o número S0702, no Registo Oficial de Auditores Espanhol, domiciliada em Madrid, no Paseo de la Castellana, 95 e sendo portadora do número de contribuinte B78510153.

13.3 Remunerações e outros benefícios

Remunerações pagas aos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 26 dos Estatutos, os Administradores auferem uma remuneração fixa anual determinada em cada ano pelos Accionistas em Assembleia Geral e são reembolsados pela EDP Renováveis pelas despesas e custos incorridos com a participação nas Reuniões do Conselho de Administração.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração podem ser remunerados mediante a entrega de acções da EDP Renováveis, direitos de opção sobre acções ou outros valores que confirmem o direito à aquisição de acções, ou através de sistemas retributivos que tenham por referência o valor das acções da EDP Renováveis.

Tendo em consideração que a EDP Renováveis foi constituída no dia 4 de Dezembro de 2007, não foi atribuída qualquer remuneração aos Administradores pelo desempenho dos respectivos cargos na EDP Renováveis no ano findo em 31 de Dezembro de 2007, nem nos anos anteriores. De igual modo, não foi atribuída qualquer remuneração ao Conselho de Administração no período entre 1 de Janeiro de 2008 e 13 de Maio de 2008, sendo esta última a data em que o Grupo EDP definiu a remuneração máxima a atribuir ao Conselho de Administração.

O Grupo EDP prevê que, para o ano de 2008, será aplicado um máximo de 2,5 milhões de Euros à remuneração anual agregada a ser atribuída aos membros do Conselho de Administração. Este montante será actualizado anualmente de acordo com a recomendação da Comissão de Remunerações. Nos termos da política vigente actualmente, a remuneração dos Administradores inclui a totalidade da remuneração pelo exercício de cargos adicionais respeitantes às actividades da EDP Renováveis.

A “*Chief Executive Officer*” e vice-presidente executiva, Ana Maria Fernandes, auferirá uma remuneração anual fixa de 384.000 Euros, uma contribuição para efeitos de plano de pensão e, adicionalmente, terá direito a um prémio anual e a um prémio plurianual para períodos de 3 anos, cada um desses prémios até um montante máximo de 100% da sua remuneração anual fixa.

Remunerações pagas aos membros da Equipa de Gestão

A remuneração anual atribuída aos membros da Equipa de Gestão da EDP Renováveis (cuja composição e funções se encontram identificadas no capítulo 13.10) é composta por uma componente fixa e por uma componente variável, baseada no desempenho da sociedade, no desempenho da unidade de negócio (quando aplicável) e no desempenho individual e é calculada como uma percentagem da componente fixa da remuneração. Tal como descrito relativamente aos membros do Conselho de Administração, a EDP Renováveis foi constituída no dia 4 de Dezembro de 2007, consequentemente os membros da Equipa de Gestão ainda não auferiram qualquer remuneração da EDP Renováveis no ano findo em 31 de Dezembro de 2007, nem nos anos anteriores.

A EDP Renováveis estima que a remuneração agregada, incluindo a remuneração variável, a compensação eventual ou diferida, as contribuições para o plano de pensões e os benefícios em espécie dos membros da Equipa de Gestão, para o ano que terminará em 31 de Dezembro de 2008 será de aproximadamente 1,5 milhões de Euros (excluindo a remuneração a atribuir à “*Chief Executive Officer*”, Ana Maria Fernandes). Nos termos da política vigente actualmente, a remuneração dos Administradores inclui a totalidade da remuneração pelo exercício de cargos adicionais respeitantes às actividades da EDP Renováveis.

13.4 Informação complementar

À data do presente Prospecto, nos últimos cinco anos, nenhum dos Administradores da EDP Renováveis: (i) esteve relacionado com condutas fraudulentas ou teve qualquer relação com alguém relacionado com uma conduta fraudulenta; (ii) teve uma posição de relevo na EDP Renováveis, tal como um cargo executivo ou foi membro do Conselho de Administração de uma sociedade que tenha falido, ou esteja em processo de falência, se tenha tornado insolvente ou proposta à liquidação; ou (iii) foi sujeito a aquisições formais ou sanções aplicadas por tribunais ou por entidades reguladoras, como membro do Conselho de Administração ou de uma comissão financeira de uma sociedade concorrente, ou não, da EDP Renováveis.

13.5 Detenção de Acções por parte dos órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos da legislação espanhola, não existem restrições à detenção de Acções ou opções sobre Acções de sociedades espanholas por Administradores. Ainda assim, nenhum dos Administradores é titular nesta data de Acções ou direitos de opção sobre Acções da EDP

Renováveis.

13.6 Prazos dos mandatos dos órgãos de Administração e de Fiscalização

Os Administradores foram nomeados por um mandato inicial de três anos.

13.7 Informações sobre a comissão de nomeações e remunerações

O Conselho de Administração é responsável por nomear uma comissão de nomeações e remunerações (a “Comissão de Nomeações e Remunerações”), a qual não dispõe de poderes executivos, mas apenas funções consultivas e informativas. A Comissão de Nomeações e Remunerações é responsável por emitir recomendações ao Conselho de Administração acerca das seguintes matérias: (i) a composição do Conselho de Administração; (ii) a composição das várias comissões do Conselho de Administração; (iii) a nomeação, remuneração e destituição dos administradores e dos membros da Equipa de Gestão; e (iv) os sistemas de pensões de reforma da Sociedade. A Comissão de Nomeações e Remunerações é ainda responsável pela criação e desenvolvimento de uma política de remuneração que assegure que os membros da Equipa de Gestão são devidamente incentivados e remunerados.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é composta por três a seis membros, devendo pelo menos um deles ser independente e não podendo qualquer membro da Comissão Executiva fazer parte desta Comissão, devendo reunir, pelo menos, uma vez em cada trimestre. As deliberações são aprovadas pela maioria simples dos votos expressos e, ocorrendo um empate na votação, o presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações dispõe de voto de qualidade. O quórum constitutivo é composto por metade dos membros da Comissão de Nomeações e Remunerações acrescido de um (contando-se para este efeito os membros presentes e representados).

A Comissão de Nomeações e Remunerações não se encontra ainda constituída, devendo ser criada imediatamente após o início de funções dos novos membros do Conselho de Administração eleitos para exercer o respectivo cargo a partir de 4 de Junho de 2008. A Comissão de Nomeações e Remunerações será composta por 3 membros, sendo presidida pelo Dr. José Silva Lopes e da qual farão parte o Eng. Nuno Alves e o Dr. Rafael Caldeira Valverde. Considerando que apenas o Dr. José Silva Lopes se pode considerar como independente, a composição prevista para esta comissão não permitirá observar a recomendação da CMVM sobre a independência dos membros de uma comissão de vencimentos. De acordo com a informação conhecida pela EDP Renováveis, a maioria dos membros que integrarão o Conselho de Administração com efeitos a partir de 4 de Junho de 2008 assumiram o compromisso de participar e promover, naquela data, através do exercício do voto, a constituição da referida Comissão de Nomeações e Remunerações e a nomeação dos respectivos membros.

13.8 Conflitos de interesses de membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Segundo a informação que foi transmitida à EDP Renováveis, nenhum dos actuais membros dos órgãos de administração tem conflitos de interesse entre as suas funções na EDP Renováveis e os seus interesses privados, nem realizam actividades por conta própria ou assalariada similares, análogas ou complementares às do objecto social da EDP Renováveis, salvo as identificadas nos quadros que enumeram as sociedades das quais aludidas as pessoas mencionadas no citado capítulo 13.1 tenham sido membros dos órgãos de administração ou supervisão, durante os últimos cinco anos. Os mecanismos para prevenir e regular situações de potencial conflito de interesses encontram-se regulados nos Estatutos da EDP Renováveis, em particular nos seus artigos 8, 16, 17 e 24 a 30. Em particular, estas normas estabelecem o dever geral dos administradores e directores de se absterem de assistir e intervir nas fases de deliberação e votação daqueles assuntos nos quais incorram em conflito de interesse e, no caso específico dos administradores nomeados por detentores de participações qualificadas, o dever de se absterem de participar nas votações dos assuntos de que possa advir um conflito de interesses entre o accionista que tenha proposto a sua nomeação e a EDP Renováveis.

A EDP Renováveis empregará especial zelo com o objectivo de manter sempre todas as cautelas exigidas pelos princípios de bom governo societário nos casos de conflito de interesses real ou potencial, e nomeadamente salvaguardará o cumprimento dos artigos 127, 127 bis, 127 ter, 127 quáter e 132 da *Ley de Sociedades Anónimas* e as Recomendações da CMVM sobre Governo Societário.

Em particular, a EDP Renováveis e a sua accionista principal à data do presente Prospecto, a EDP, subscreveram um Acordo-Quadro com a finalidade, entre outras, de prevenir possíveis situações de conflito de interesses entre a EDP e a EDP Renováveis. No capítulo 14.2 do presente Prospecto resumem-se os principais termos e condições do referido Acordo-Quadro.

13.9 Cumprimento das obrigações previstas no regime do governo das sociedades comerciais

Regime de governo societário aplicável

À data do presente Prospecto, a EDP Renováveis não tem a qualidade de sociedade com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, não se encontrando, por esse motivo, sujeita às regras relativas ao governo das sociedades cotadas, nomeadamente, as previstas no Regulamento da CMVM n.º 7/2001, com as alterações introduzidas e republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005 e pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2006, e pelas Recomendações da CMVM, as quais foram compiladas e constituem, desde Setembro de 2007, o Código de Governo Societário da CMVM. O Regulamento n.º 7/2001, com as alterações introduzidas, será revogado pelo Regulamento da CMVM n.º 1/2007 (que entra em vigor em Janeiro de 2009).

Porém, após a concretização bem sucedida da Oferta, a EDP Renováveis irá passar a ter acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, pelo que deverá passar a observar diversos deveres em relação a matérias de governo societário. O enquadramento jurídico aplicável à EDP Renováveis nestas matérias caracteriza-se, porém, pela existência de conexões relevantes com dois ordenamentos jurídicos: o espanhol, em virtude de, em conformidade com as normas de direito internacional privado aplicáveis, a lei pessoal a que se encontra sujeito o Emitente e Oferente ser a lei espanhola; e o português, na medida em que as acções representativas do seu capital social passarão a ser negociadas num mercado regulamentado cuja entidade gestora tem a sua sede em Portugal. Esta especificidade da EDP Renováveis implica que a indicação do regime jurídico que lhe é aplicável em matérias de governo societário seja determinada com recurso às normas de competência estabelecidas nas directivas comunitárias relevantes e nas leis de valores mobiliários dos ordenamentos jurídicos português e espanhol, as quais foram, aliás, objecto de entendimento sobre a sua interpretação e aplicação pelas autoridades de supervisão dos mercados de valores mobiliários do Estado-Membro de origem (Espanha) e do Estado-Membro de acolhimento (Portugal), .

Modelo de governo societário

Não obstante a EDP Renováveis ser uma sociedade com sede estatutária em Espanha, estando, por conseguinte, submetida às normas de direito societário espanhol, apresenta uma estrutura de governo societário compatível com as exigências aplicáveis às sociedades de lei pessoal portuguesa com acções admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon.

Com efeito, a EDP Renováveis adopta o modelo de governo societário segundo o qual a administração da sociedade compete a um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, sendo a fiscalização da actividade social realizada por uma Comissão de Auditoria e Controlo e o exame dos documentos de prestação de contas atribuído a um Revisor Oficial de Contas. Os membros dos órgãos de administração e fiscalização são eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, respectivamente.

Para este efeito, os estatutos da EDP Renováveis foram concebidos com o intuito de adoptar um modelo de governo societário que, na medida do legalmente permissível ao abrigo da lei espanhola, fosse compatível com o regime aplicável no Estado-Membro de acolhimento, ou seja, de acordo com o direito português.

Por consequente, prevê-se a existência de um órgão de administração composto por um mínimo de 5 e um máximo de 17 membros, o qual pode constituir comissões com poderes delegados, incluindo uma Comissão Executiva responsável pela gestão corrente da sociedade e uma Comissão de Auditoria e Controlo para proceder à fiscalização da actividade social. O Conselho de Administração pode ainda designar outras comissões especializadas para certas matérias, tais como a Comissão de Nomeações e Retribuições e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os estatutos da EDP Renováveis prevêem ainda a existência de um presidente da mesa da assembleia geral independente, afastando-se da tradição espanhola em que o presidente do conselho de administração assume essas funções e aderindo à tradição portuguesa. Os estatutos qualificam como independente aquele membro de órgão social que podem desempenhar as suas funções sem se encontrar condicionado por relações estabelecidas com a sociedade, os seus accionistas com participações qualificadas, os seus dirigentes e, na medida em que seja relevante, que observem os demais requisitos estabelecidos nas normas legais aplicáveis.

O desempenho da função de presidente da mesa da assembleia geral depende da observância de um conjunto de requisitos destinados a promover a independência e a ausência de conflitos de interesses daquele membro, de forma consentânea com os critérios definidos nos artigos 414.º, número 5 e 414.º-A do CSC. Assim, não podem exercer a função de presidente da mesa da assembleia geral:

- a) os beneficiários de quaisquer vantagens ou direitos especiais da própria sociedade;
- b) os que exerçam funções de administração na própria sociedade;
- c) os membros do órgão de administração da sociedade que sejam titulares de acções desta última ou de sociedades que pertençam ao mesmo grupo daquela;
- d) os que, de modo directo ou indirecto, prestem serviços a ou tenham uma relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedades nas quais aquela participe ou pertencentes ao seu grupo;
- e) os que exerçam funções em empresa concorrente ou que actuem em representação ou por conta de empresa concorrente ou que por qualquer outra forma estejam vinculados ou tenham interesses numa sociedade concorrente;
- f) os cônjuges, ou pessoas com relação de parentesco ou afinidade em linha recta ou colateral, ascendente ou descendente até ao terceiro grau, inclusive, com pessoas abrangidas em alguma das situações enunciadas nas alíneas anteriores;
- g) os que exerçam funções de administração ou similares em cinco ou mais sociedades, excepto aquelas que se dediquem à assessoria jurídica e à auditoria de contas, exceptuando-se igualmente desta limitação os auditores de contas;
- h) os que se encontrem em situação de interdição, inabilitação legal ou estatutária, os insolventes ou falidos e os condenados a penas que impliquem a inibição, ainda que temporária, do exercício de funções públicas;
- i) os que sejam titulares ou actuem em nome ou por conta de titulares de participações qualificadas, entendendo-se como tal aquelas participações que sejam iguais ou superiores a 2% do capital social da sociedade;
- j) os que tenham desempenhado o cargo de presidente da mesa da assembleia geral em duas ocasiões, tenha sido de forma contínua ou intercalada, por mandatos completos ou incompletos.

Acresce que, atendendo à lei pessoal do Emitente e Oferente, os estatutos da EDP Renováveis adoptam as seguintes medidas que decorrem das regras espanholas de governo societário:

- a) o Conselho de Administração criará a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e a Comissão de Nomeações e Remunerações.
- b) a Comissão Executiva terá os poderes que a lei espanhola permite que o Conselho de Administração delegue na Comissão Executiva.
- c) a Comissão de Auditoria e Controlo será competente para proceder à supervisão do Conselho de Administração da EDP Renováveis (nomeadamente propondo a nomeação de auditores da EDP Renováveis, supervisionando os procedimentos internos da Sociedade e fazendo a ligação com os auditores internos da Sociedade). Será composta por três a cinco administradores, a maioria dos quais independentes.
- d) a Comissão de Nomeações e Remunerações será um órgão consultivo do Conselho de Administração relativamente às seguintes matérias: nomeações, destituições e remunerações dos membros do Conselho de Administração, das restantes Comissões e dos elementos da Equipa de Gestão.
- e) a EDP Renováveis assumiu o compromisso de o Conselho de Administração elaborar anualmente um relatório do governo societário que compreenda informação acerca da sua composição accionista, da estrutura da administração e de determinadas transacções onde possam existir situações de especial conflito de interesses e do grau de implementação das recomendações de governo societário aplicáveis.

Relatório anual de governo societário e informação anual consolidada

O relatório anual de governo societário deverá ser elaborado, em língua portuguesa, de acordo com as disposições aplicáveis do ordenamento jurídico português, em particular do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 – que, a partir de Janeiro de 2009, será substituído pelo Regulamento da CMVM n.º 1/2007 –, bem como das Recomendações da CMVM em matéria de governo societário constantes do Código de Governo das Sociedades de Setembro de 2007.

Assim, a EDP Renováveis enquanto sociedade emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado deve publicar no relatório anual de gestão, ou em anexo a este, um relatório sobre o governo da sociedade. O referido relatório deverá indicar se a Sociedade adopta as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas ou, não sendo esse o caso, explicar as razões para a não adopção (de acordo com a “*comply or explain rule*”). O referido relatório do governo societário será divulgado no prazo previsto na lei espanhola, ou seja, até à data de publicação da convocatória da assembleia geral anual. Nos termos da lei espanhola: (i) a assembleia geral ordinária da sociedade deve ter lugar nos primeiros seis meses do exercício financeiro da sociedade (i.e. neste caso, dado que o exercício financeiro corresponde ao ano civil, a assembleia geral deve ter lugar entre Janeiro e Junho) e (ii) o anúncio correspondente à convocatória desta assembleia geral tem de ser publicado com pelo menos 1 mês de antecedência relativamente à data em que a assembleia geral tem lugar.

As recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas são, no essencial, as seguintes:

1. O presidente da mesa da assembleia geral, cuja remuneração deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade, deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.
2. A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis e em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.
3. As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência, sendo que o prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis; mas as sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.
4. As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no

sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.

5. As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.
6. O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.
7. As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.
8. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.
9. O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.
10. De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.
11. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.
12. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade.
13. A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.
14. Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.
15. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.
16. A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.
17. Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.
18. O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos.
19. O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.
20. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.
21. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.
22. O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de

- administração executivo.
23. A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.
 24. A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.
 25. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.
 26. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.
 27. A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:
 - a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
 - b) Estatutos;
 - c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
 - d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
 - e) Documentos de prestação de contas;
 - f) Calendário semestral de eventos societários
 - g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;
 - h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.

O Regulamento da CMVM n.º 7/2001 e o Regulamento da CMVM n.º 1/2007, o qual será aplicável a partir de Janeiro de 2009, prevêem ainda que as sociedades emitentes de valores mobiliários devem informar a CMVM de quaisquer planos de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções existentes, dirigidos aos seus trabalhadores e a membros do órgão de administração. As sociedades emitentes de valores mobiliários devem também manter um sítio na Internet que permita aos investidores ter acesso a determinadas informações relativas à sociedade, incluindo, *inter alia*, o contrato de sociedade, a identidade dos membros dos órgãos sociais e o contacto do representante para as relações com o mercado, os documentos de prestação de contas relativos aos últimos dois anos, o calendário semestral de eventos societários, as propostas submetidas à Assembleia Geral de accionistas bem como as convocatórias para a realização das assembleias gerais.

A Sociedade está ainda obrigada a proceder à divulgação, no sítio da internet da CMVM, do documento de consolidação da informação anual, nos termos do disposto no artigo 248.º-C do Cód.VM. Este documento deve ser organizado nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004, da Comissão, de 29 de Abril, e deve conter menção, pelo menos, à informação divulgada em cumprimento dos deveres de informação impostos pelo Cód.VM e por quaisquer regulamentos da CMVM, decorrentes da Ley del Mercado de Valores espanhola, da *Ley de Sociedades Anónimas* espanhola, do Regulamento do Registro Mercantil espanhol e do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho.

Transacções sobre acções próprias e transacções efectuadas por dirigentes

A matéria das transacções sobre acções próprias e das transacções efectuadas por dirigentes encontra-se submetida ao regime decorrente da lei espanhola, o qual determina a sua divulgação, em língua espanhola, nos termos identificados de seguida. A supervisão do cumprimento dos deveres relacionados com esta matéria encontra-se repartida entre a CNMV, no que concerne à supervisão da divulgação da informação relevante, e a CMVM, no que concerne à supervisão das transacções realizadas.

Para o efeito de assegurar a disseminação da informação junto do mercado regulamentado em que as Acções se encontram admitidas à negociação, as comunicações de transacções sobre acções próprias e de transacções efectuadas por dirigentes serão divulgadas no sítio na internet da CNMV, em língua espanhola, e praticamente em simultâneo no sítio da CMVM na internet, em língua portuguesa.

A lei espanhola de valores mobiliários estabelece uma obrigação de comunicação à CNMV relativa às aquisições de acções próprias que atinjam 1% dos direitos de voto da sociedade ou seus múltiplos, nos 4 dias de negociação seguintes à aquisição relevante. Nessa comunicação deverão ser identificadas as transacções realizadas pela sociedade que resultaram no atingimento dos referidos limiares de 1% dos direitos de voto e seus múltiplos.

Por outro lado, qualquer membro do conselho de administração deve comunicar à CNMV e à Sociedade, dentro do prazo de 4 dias de negociação, a percentagem ou número de acções e “*stock options*” por si detidas à data em que se tornou membro do Conselho.

Acresce que qualquer membro do conselho de administração deve ainda comunicar à CNMV qualquer aquisição ou disposição de acções, independentemente da respectiva quantidade ou montante, assim como qualquer aquisição, transferência ou exercício de direitos de opção sobre acções ou ainda qualquer interesse ou direito que lhe permita adquirir ou subscrever as acções, dentro dos 5 dias de negociação seguintes. Adicionalmente, os administradores e os directores (tal como, as pessoas que tenham acesso regular a informação relevante relacionada directa ou indirectamente com a Sociedade e que tenham o poder de adoptar decisões de gestão que afectem a “*performance*” futura e as previsões para a Sociedade) devem também comunicar toda a compensação “*stock-based*” que possam vir a receber em resultado de algum plano de compensações da Sociedade.

Conforme disposto no Decreto Real 1333/2005, de 11 de Novembro de 2005, (que transpõe para a ordem jurídica interna espanhola a Directiva da Comissão Europeia 2004/72/EC) os membros do conselho de administração e os directores da Sociedade ou partes com estes relacionadas, tal como definidos no Decreto Real 1333/2005, devem comunicar à CNMV qualquer transacção que realizem e que se relacione com acções ou derivados ou outros instrumentos financeiros referentes às acções, dentro dos 5 dias de negociação contados da transacção. A notificação da transacção deve incluir informação relativa a, entre outros, o tipo de transacção e o mercado em que esta se realizou, o número de acções negociada e o correspondente preço.

Informação financeira

A informação financeira anual, semestral e trimestral relativa à EDP Renováveis deve ser organizada e formulada de acordo com os termos e prazos estabelecidos na legislação espanhola aplicável. A divulgação da aludida informação financeira deve ser efectuada de forma praticamente simultânea em Portugal e em Espanha, podendo para o efeito utilizar-se apenas o idioma inglês ou os idiomas português e espanhol, respectivamente. A supervisão das matérias cabe à autoridade de supervisão espanhola (CNMV), embora a autoridade de supervisão portuguesa (CMVM) proceda ao acompanhamento da informação financeira, podendo solicitar elementos e esclarecimentos à EDP Renováveis.

Nos termos da Lei de Valores Mobiliários Espanhola, os emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado em geral têm de fornecer a seguinte informação à CNMV e publicá-la:

- a) relatório financeiro anual da sociedade que compreende as contas anuais e o relatório de gestão, individuais e consolidados, e declarações de responsabilidade assinadas pelos administradores da sociedade. Este relatório deve ser fornecido e divulgado dentro de 4 meses a contar do encerramento do exercício financeiro da sociedade e até à data da publicação da convocatória da assembleia geral da sociedade que aprova estes relatórios;
- b) relatórios financeiros semestrais que compreendem um resumo das contas anuais e um relatório de gestão intermédio, individuais e consolidados, e declarações de responsabilidade assinadas pelos administradores da sociedade. Estes relatórios devem ser fornecidos e tornados públicos dentro de 2 meses a contar do final do período correspondente a metade do exercício da sociedade; e
- c) declarações de gestão intercalares que compreendem uma explicação dos factos e transacções significativos e o seu impacto na situação financeira da sociedade e nas entidades controladas pela sociedade, uma descrição da situação financeira geral e dos resultados da sociedade e das entidades controladas pela sociedade. Estas declarações têm de ser publicadas no prazo de 45 dias a contar do fim do primeiro e do terceiro trimestres do ano.

Participações qualificadas de accionistas, acordos parassociais e partes concertadas

A imputação de participações qualificadas no capital social da EDP Renováveis encontra-se sujeita às normas da lei espanhola (regras essas aplicáveis em matéria de lançamento de oferta pública de aquisição, nos termos da Directiva das OPA), as quais regulam, nomeadamente, os critérios e os limiares de imputação de participações sociais aos accionistas. A autoridade competente para a supervisão desta matéria será a autoridade espanhola (CNMV).

Para o efeito de assegurar a disseminação da informação junto do mercado regulamentado em que as Acções se encontram admitidas à negociação, participações qualificadas serão divulgadas no sítio na internet da CNMV, em língua espanhola, e praticamente em simultâneo no sítio da CMVM na internet, em língua portuguesa.

Por outro lado e com o propósito de promover a identificabilidade do regime aplicável nesta matéria, a EDP Renováveis deverá proceder (i) à inclusão de uma legenda nos comunicados de participações qualificadas quanto à aplicabilidade das normas relevantes de direito espanhol nesta matéria; (ii) à inclusão de idêntica legenda no relatório anual de governo societário, na informação financeira actual a respeito das participações accionistas, nos prospectos elaborados pela EDP Renováveis e no sítio na internet da EDP Renováveis a propósito da identificação da estrutura accionista da Sociedade.

A respeito da determinação de participações qualificadas cumpre referir que o Decreto Real 1362/2007 transpõe para o ordenamento jurídico espanhol a Directiva 2004/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 2004, relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado ("Directiva da Transparência").

Nestes termos, a aquisição ou disposição de Acções da Sociedade deve ser comunicada à CNMV e ao emitente, nos 4 dias úteis a contar da data em que a pessoa obrigada à comunicação esteja ou devesse estar informada de tal aquisição ou disposição (e ao Registo Espanhol para Investimento Estrangeiro junto da Secretaria Geral de Comércio e Investimentos quando a pessoa ou grupo que efectue a transacção não seja residente em Espanha), quando:

- a) aquisição implique que a pessoa ou grupo passe a deter 3%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 30%, 35%, 40%, 45%, 50%, 60%, 70%, 75%, 80%, e 90% ou mais dos direitos de voto na Sociedade; ou

- b) disposição que implique uma redução na percentagem dos direitos de voto detida pela pessoa ou grupo, inferior aos limites *supra* referidos.

Na legislação espanhola está prevista a presunção de que uma pessoa é ou deveria ter sido informada da transacção nos 2 dias de negociação a contar da data em que essa transacção ocorreu.

Se o número de votos se alterar, os accionistas com uma percentagem de direitos de voto, superior ou inferior aos limites de 3% e seguintes (*supra* indicados), devem comunicar os direitos de voto detidos após essa alteração à CNMV, à sociedade emitente, à sociedade gestora do mercado regulamentado em que as acções se encontram admitidas à negociação e, quando seja aplicável, à Secretaria Geral de Comércio e Investimentos.

Comunicação semelhante é ainda exigida aos titulares de participações qualificadas quando se verifique(m):

- a) aquisição ou disposição de qualquer instrumento financeiro que dê direito ao seu titular de adquirir Acções da Sociedade (como opções, futuros, “*swaps*”, etc.), caso em que essa transacção deve ser comunicada à CNMV e ao emitente do instrumento financeiro;
- b) acordos relativo aos direitos de voto, transferência ou usufruto relativos às Acções da Sociedade, entre partes que detenham 3% ou mais dos direitos de voto agregados da Sociedade;
- c) depositários ou representantes que detenham acções nesta qualidade, desde que exerçam os correspondentes direitos de voto de forma discricionária;
- d) a admissão inicial à negociação das acções representativas do capital social do emitente;
- e) aumento do capital social que tenha por efeito o aumento da percentagem de direitos de voto.

No caso de a pessoa ou grupo que realize a transacção ser residente num paraíso fiscal (conforme definido nas regulações espanholas aplicáveis), o limite subjacente à obrigação de comunicação da aquisição ou disposição de acções é reduzido a 1% (seguido dos sucessivos múltiplos).

A 17 de Julho de 2003, o Governo espanhol promulgou a Lei da Transparência (Lei 26/2003), que alterou a Lei dos Valores Mobiliários espanhola (Lei 24/1988) e a *Ley de Sociedades Anónimas*. A Lei da Transparência obriga as partes a divulgarem determinado tipo de acordos parassociais relativos ao exercício de direitos de voto na assembleia-geral ou que prevejam restrições ou condições à livre transferência de acções ou obrigações convertíveis em acções. No caso de os accionistas celebrarem esses acordos relativamente às Acções da Sociedade, aqueles ficam obrigados a divulgar à CNMV e à própria sociedade a informação referente à execução, alterações e âmbito de tais acordos parassociais, e registá-los devidamente no Registo Comercial. O incumprimento desta obrigação constitui violação da Lei dos Valores Mobiliários espanhola e o acordo parassocial em causa não é válido.

Por outro lado, os acordos parassociais celebrados por qualquer accionista, bem como os contratos dos quais resulte uma situação de partes concertadas deverão ser divulgados de acordo com a lei espanhola, no sítio na internet da CNMV, em língua espanhola, e praticamente em simultâneo no sítio da CMVM na internet, em língua portuguesa.

A lei espanhola prevê a existência de um conceito de partes concertadas, definido no artigo 5.º do código espanhol das ofertas públicas de aquisição, segundo o qual se consideram partes concertadas quaisquer duas ou mais pessoas que colaborem por meio de um contrato (expresso ou tácito, oral ou escrito), com o objectivo de obter o controlo da sociedade visada.

Considera-se que existe concertação sempre que as partes tenham celebrado um acordo entre accionistas que seja adequado a desencadear a obrigação da sua comunicação e que o referido acordo vise estabelecer uma política comum de gestão da sociedade ou cujo objectivo seja influenciar de forma relevante a gestão da sociedade ou qualquer outro acordo, com o mesmo

objectivo, que regule o exercício de direitos de voto do conselho de administração, da comissão executiva ou da comissão delegada da sociedade.

Sempre que exista concertação, a consequência é a de que os direitos de voto exercidos pelas partes concertadas devem ser considerados como pertencendo à mesma pessoa, para efeito do cálculo dos direitos de voto imputáveis, tendo em consideração o limite considerado para as ofertas públicas de aquisição obrigatórias.

A legislação espanhola estabelece obrigações de divulgação de informação relativa aos acordos parassociais de sociedades cotadas. Em particular, as obrigações de divulgação surgem no momento da celebração, alteração ou aditamento de alguns acordos parassociais. Estes acordos parassociais são os que regulam o exercício de direitos de voto em assembleia geral ou que contêm restrições ou condições à livre transmissibilidade de acções ou obrigações convertíveis ou permutáveis por acções.

A celebração, a alteração e o aditamento destes acordos parassociais devem ser imediatamente comunicados à CNMV e à sociedade visada, incluindo as cláusulas relevantes do acordo parassocial (isto é, as que se referem a direitos de voto ou que contêm restrições ou condições à livre transmissibilidade). Efectuada esta comunicação, o acordo parassocial deve ser depositado no registo comercial onde a sociedade tem a sua sede social e publicado como comunicação de “informação privilegiada”.

Qualquer parte no acordo parassocial pode efectuar a comunicação à CNMV e à sociedade, bem como solicitar o depósito no registo comercial competente, independentemente de o acordo parassocial prever que estas comunicações e solicitações de registo sejam feitas por qualquer das partes ou por terceiros. No caso de existirem penhores ou usufrutos sobre os valores mobiliários, o direito de efectuar as notificações e solicitações de depósito pertencerá ao detentor dos direitos de voto.

Estas obrigações de divulgação de informações são igualmente aplicáveis em relação aos acordos entre accionistas, sócios ou membros de qualquer entidade que exerça domínio sobre a sociedade cotada.

O incumprimento destas obrigações de divulgação de informações torna o acordo parassocial ineficaz e constitui uma violação da Lei de Valores Mobiliários Espanhola.

Caso se considere que a publicidade é adequada a causar prejuízo sério à sociedade, a CNMV pode decidir que não seja conferida qualquer publicidade ao acordo parassocial em questão (ou a parte dele) e que fica isento da obrigação de divulgação de informação à sociedade, da obrigação de depósito no registo comercial e da obrigação de o divulgar como “facto relevante”, estabelecendo o período durante o qual o acordo deve ser mantido confidencial.

Comunicação de informação privilegiada

A comunicação de informação privilegiada será realizada, mediante divulgação, em língua portuguesa, no sítio na internet da CMVM e de forma simultânea junto das diversas categorias de investidores. A autoridade competente para a supervisão desta matéria será a autoridade portuguesa (CMVM).

Os emitentes que tenham valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado ou requerido a respectiva admissão a um mercado dessa natureza devem divulgar imediatamente:

- a) toda a informação que lhes diga directamente respeito ou aos valores mobiliários por si emitidos, que tenha carácter preciso, que não tenha sido tornada pública e que, se lhe fosse dada publicidade, seria idónea para influenciar de maneira sensível o preço desses valores mobiliários ou dos instrumentos subjacentes ou derivados com estes relacionados;
- b) qualquer alteração à informação privilegiada tornada pública, utilizando para o efeito o

mesmo meio de divulgação.

A informação privilegiada abrange os factos ocorridos, existentes ou razoavelmente previsíveis, independentemente do seu grau de formalização, que, por serem susceptíveis de influir na formação dos preços dos valores mobiliários ou dos instrumentos financeiros, qualquer investidor razoável poderia normalmente utilizar, se os conhecesse, para basear, no todo ou em parte, as suas decisões de investimento.

A divulgação de informação privilegiada pode ser diferida nos casos em que, de forma cumulativa: (i) a sua divulgação imediata seja susceptível de prejudicar os legítimos interesses do emitente; (ii) o diferimento não seja susceptível de induzir o público em erro e (iii) o emitente demonstre que assegura a confidencialidade da informação.

Recomendações de governo societário.

Embora à data do presente Prospecto a EDP Renováveis não se encontre sujeita à regra “*comply or explain*” e nem todas as recomendações da CMVM sejam passíveis de aplicação ao seu caso concreto, como sucede, nomeadamente, com as descritas nos números 4, 6, 20 e 22 supra, foram já adoptadas medidas no sentido da criação de um gabinete de apoio ao investidor e já se verifica o cumprimento da maior parte das recomendações aplicáveis, excepto as relativas às recomendações constantes dos números 7, 8, 11, 13, 14, 15 e 16, acima referidos.

Após a admissão à negociação em mercado regulamentado de acções representativas do capital social da EDP Renováveis, e na medida do que seja decidido pelos seus accionistas e permitido pela lei aplicável, o Emitente e Oferente pretende vir a adoptar as recomendações que ainda não se encontram implementadas.

Para além das referidas regras de governo das sociedades, a EDP Renováveis celebrou um Acordo-Quadro com a EDP, sua accionista principal, que regula certos aspectos das suas relações com a EDP. Ver “Transacções com entidades terceiras especialmente relacionadas”.

13.10 Outros Dirigentes

Equipa de Gestão

A equipa de gestão (a “Equipa de Gestão”) é responsável pela gestão corrente da EDP Renováveis ao abrigo das instruções e orientações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. A Equipa de Gestão é actualmente composta por cinco membros, todos nomeados pelo Conselho de Administração sendo actualmente composto pelos seguintes membros:

Nome	Idade	Cargo
Ana Maria Fernandes	45	“ <i>Chief Executive Officer</i> ”
Rui Lopes Teixeira	35	“ <i>Chief Financial Officer</i> ”
João Paulo Costeira	42	“ <i>Chief Operating Officer</i> ” – <i>Europa</i>
Gabriel Alonso Imaz	35	“ <i>Chief Operating Officer</i> ” – <i>América do Norte</i>
Luís Adão da Fonseca	32	“ <i>Chief Business Development Officer</i> ”

Ana Maria Fernandes é membro da Equipa de Gestão, “*Chief Executive Officer*” e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP Renováveis. Para mais detalhes ver *supra*.

Rui Lopes Teixeira, nascido em 1972, é membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis e exerce funções de “*Chief Financial Officer*” e tem o seu endereço profissional em Calle Serrano Galvache, 56 28033, Madrid, em Espanha.

Entre 1996 e 1997, Rui Teixeira foi assistente do responsável do departamento comercial naval da sociedade Gellweiler – Sociedade Equipamentos Marítimos e Industriais, Lda.. Entre 1997 e

2001, Rui Teixeira foi *project manager* e supervisor na Det Norske Veritas, com responsabilidade em estruturas “*offshore*” e na construção e reparação de navios. Entre 2001 e 2004, Rui Teixeira foi consultor na McKinsey & Company, concretamente nas áreas da energia, *shipping* e banca de retalho. Entre 2004 e 2007, Rui Teixeira foi director do departamento de Planeamento e Controlo Corporativo no Grupo EDP. Desde 2007, Rui Teixeira exerce igualmente o cargo de “*Chief Financial Officer*” da NEO. Rui Teixeira foi nomeado “*Chief Financial Officer*” da EDP Renováveis em 2008.

Rui Teixeira desempenha o cargo de Administrador no Conselho de Administração de várias subsidiárias da Sociedade em Espanha e em Portugal.

Rui Teixeira é licenciado em Engenharia Naval pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e completou o MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

João Paulo Costeira, nascido em 1965, é membro da Equipa de Gestão e é o “*Chief Operating Officer*” da EDP Renováveis para a Europa e tem o seu endereço profissional em Calle Serrano Galvache, 56 28033, Madrid, em Espanha.

Entre 1992 e 1998, João Paulo Costeira foi gestor de cliente na sociedade Portgás. Entre 1998 e 1999, João Paulo Costeira foi director geral na Insegal – Instalações e Serviços Energéticos, S.A., cargo que abandonou, em 1999, para se juntar à LisboaGás na qualidade de director geral. Desde 2001 e até à data da sua nomeação para desempenhar funções na EDP, ocupou diversos cargos de gestão e administração em várias sociedades subsidiárias da Galp Energia, incluindo as sociedades Transgás Indústria, Galp Empresas, Lusitâniagás e Galpgás. João Paulo Costeira deixou a Galp Energia em 2006, aquando da sua nomeação para director executivo da EDP Gás, SGPS, S.A., cargo que ocupou até 2008, data em que foi nomeado como “*Chief Operating Officer*” da EDP Renováveis para a Europa. Em 2007, passou a administrador executivo da NEO.

João Paulo Costeira é licenciado em engenharia electrónica pela Universidade do Porto, obteve um MBA pela Escola de Gestão do Porto e completou o Programa de Gestão Avançada (“*Advanced Management Program*”) na Escola de Negócios IESE da Universidade de Navarra.

Gabriel Alonso Imaz, nascido em 1973, é membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis e exerce funções de “*Chief Operating Officer*” para a América do Norte e tem o seu endereço profissional em 808, Travis Street, suite 700, Houston TX 77002, E.U.A..

Entre 1997 e 1998, Gabriel Alonso Imaz foi analista de mercados na Embaixada de Espanha no Egipto. Entre 1998 e 2002 Gabriel Alonso exerceu funções de coordenador do desenvolvimento do negócio na Gamesa Energia, sendo especialmente responsável pelo desenvolvimento da energia eólica em Portugal, Itália, França e Grécia. Em 2002, Gabriel Alonso foi nomeado como “*chief executive officer*” da Navitas Energy, sociedade subsidiária da Gamesa Energia. Em 2005, Gabriel Alonso Imaz foi nomeado como administrador executivo da Gamesa Energia USA, sendo responsável pelo desenvolvimento da sociedade na América do Norte, cargo exercido até à sua integração na EDP em Janeiro de 2007, como administrador responsável pelas operações na América do Norte. Gabriel Alonso Imaz foi nomeado “*Chief Operating Officer*” para a América do Norte em 2008.

Gabriel Alonso Imaz desempenha funções na comissão executiva da Horizon desde Julho de 2007. Desempenhou ainda funções de administrador da Gamesa Energy USA (entre 2004 e 2006) e da Navitas Energy (entre 2002 e 2006).

Gabriel Alonso obteve o grau de bacharelato em direito e em economia na Faculdade Duesto em Espanha e de “*basic proficiency*” em direito alemão na Humboldt Universität zu Berlin.

Luís Adão da Fonseca, nascido em 1975, é membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis e é o “*Chief Business Development Officer*” da Sociedade e tem o seu endereço profissional em Calle Serrano Galvache, 56 28033, Madrid, em Espanha.

Em 1998, exerceu o cargo de assistente na Faculdade de Ciências Económicas Empresarias e na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, até ter abandonado esse cargo, ainda no mesmo ano, para passar a exercer funções de consultor na Mckinsey & Company. Luís Adão da Fonseca abandonou as funções que exercia na Mckinsey & Company, em Julho de 2000, para ingressar no curso de MBA da INSEAD em Fontainebleau, que concluiu com distinção em 2001. A seguir a ter concluído o MBA assumiu a coordenação do desenvolvimento de projectos relacionados com energias renováveis na Direcção de Análise de Negócios do Grupo EDP.

Luís Adão da Fonseca foi nomeado “*Chief Financial Officer*” da NEO em 2005, cargo que exerceu até assumir funções de “*Chief Development Officer*” na NEO em 2007. Desde 2008 na qualidade de “*Chief Business Development Officer*” da EDP Renováveis. Luís Adão da Fonseca é responsável por novas iniciativas de negócio e mercados internacionais.

Em 2007, Luís Adão da Fonseca desempenhou funções na comissão executiva da ENEOP II, S.A.

Luís Adão da Fonseca é licenciado em economia pela Universidade Católica Portuguesa, obteve um MBA da INSEAD, bem como uma pós-graduação em condução de mudanças e reorganizações da “*Stanford Graduate School of Business*”.

Equipa de Gestão para a Europa

A Equipa de Gestão para a Europa é responsável por promover o desenvolvimento e a implementação das estratégias de gestão de projectos da EDP Renováveis estabelecidos pela Conselho de Administração e pela Equipa de Gestão para esta plataforma. A Equipa de Gestão para a Europa é actualmente composta por seis membros, a saber:

Nome	Idade	Cargo
João Paulo Costeira	42	“ <i>Chief Operating Officer</i> ” - Europa
Bautista Rodríguez Sánchez	46	Director técnico
Rocío Sicre del Rosal	35	Responsável para Espanha
António Lobo Gonçalves	52	Responsável para Portugal
Santiago Gregório Les	50	Responsável para França e Bélgica
Radoslaw Marek Nowak	36	Responsável para a Polónia

João Paulo Costeira é membro da Equipa de Gestão e exerce funções de “*Chief Operating Officer*” para a Europa. Para mais detalhes, ver *supra*.

Bautista Rodríguez Sánchez é membro da Equipa de Gestão para a Europa e exerce funções de director técnico para a Europa da EDP Renováveis e tem o seu endereço profissional em Calle Serrano Galvache, 56 28033, Madrid, em Espanha.

Bautista Rodriguez Sánchez, nascido em 1961, ocupou, entre 1989 e 2007, diversos cargos na Hidrocontábrico como responsável de planificação da rede de transporte e distribuição. Entre 1999 e 2002, desempenhou o cargo de director de planeamento e clientes na Hidrocontábrico Distribución, tendo inclusivamente participado em áreas regulatórias e e, particular, no “*Modelo de Retribución a la Actividad de Distribución en España*” e no desenvolvimento de novos mercados de distribuição em regime concorrencial. Entre 200 e 2007 desempenhou os cargos de director de renováveis e redes na Hidrocontábrico e de director de construção da NEO. Em 2008, Bautista Rodriguez Sánchez foi assumiu a posição de director técnico da NEO, sendo responsável pelas áreas de avaliação energética, tecnologia, engenharia, construção e meio ambiente e O&M.

Bautista Rodriguez Sánchez é licenciado em engenharia industrial, especialidade eléctrica, electrónica e automática pela Universidade de Oviedo e frequentou o “*Programa Superior de*

Dirección General’ pela Escola Europeia de Gestão.

Rocío Sicre del Rosal é membro da Equipa de Gestão para a Europa e exerce funções de responsável da EDP Renováveis para Espanha e tem o seu endereço profissional em Calle Serrano Galvache, 56 28033, Madrid, em Espanha..

Rocío Sicre del Rosal, nascida em 1973, é actualmente responsável pela direcção técnica da NEO que engloba as áreas de avaliação energética, tecnologia, engenharia, construção e meio ambiente e O&M.

Em 1998 desempenhou funções na qualidade de consultora na Norconsult, S.A. e entre 1998 e 2000, desenvolveu a sua actividade profissional na Unión Fenosa Energías Especiales, S.A., como responsável pela área jurídica e económica, incluindo matérias relacionadas com contabilidade, impostos, finanças, tesouraria e assessoria em matéria jurídica, corrdenando o secretariado dos conselhos de administração das subsidiárias. Em 2000, assumiu o cargo de directora da área financeira da Unión Fenosa Energías Especiales, S.A.. Em 2003, integrou o grupo Hidrocantábrico como directora financeira, desenvolvendo funções relativas ao financiamento estruturado para o grupo e de finacimento para a NEO. Em Outubro de 2006 nomeada directora financeira do grupo NEO.

É licenciada em ciências económicas e empresariais, no ramo de economia da empresa e com especialização em financiamento, pelo “*Colégio Universitario de Estudios Financieros*”, da “*Universidad Complutense de Madrid*”. No ano de 2006, participou na preparação de “*Inspectores ECA*” do Banco de Espanha e no período de 2001-2002 na classificação pelo “*Club Español de Energía – Instituto Español de Energía de Madrid*”, no Curso Superior de Negócio Energético.

António Lobo Gonçalves é membro da Equipa de Gestão para a Europa e exerce funções de responsável da EDP Renováveis para Portugal e tem o seu endereço profissional em Largo Dr. Tito Fontes, n.º 15, 4000-138, Porto, em Portugal.

António Lobo Gonçalves, nascido em 1955, foi nomeado em 1994 como administrador da sociedade HDN - Energias do Norte, S.A. e em 2001 administrador da sociedade Hidrocenel – Energias do Centro, S.A., ambas sociedades subsidiárias da EDP. Cessou as suas funções nestas empresas em 2003. Em 2002, António Lobo Gonçalves tornou-se administrador da Enernova e, em 2006, foi ainda nomeado administrador da NEO. António Lobo Gonçalves é membro do conselho de administração da Enernova e de todas as sociedades subsidiárias desta sociedade.

António Lobo Gonçalves é licenciado em engenharia de electricidade pela Universidade de Engenharia do Porto e foi-lhe concedido o grau de mestre em gestão pela AESE (Escola de Direcção de Negócios).

Santiago Gregório Les é membro da Equipa de Gestão para a Europa e exerce funções de *Santiago Gregório Les* é membro da Equipa de Gestão para a Europa e exerce funções de responsável da EDP Renováveis para França, Bélgica e Espanha e tem o seu endereço profissional em Paseo de Pamplona, n.º 5, 5.ª planta, 50004, Zaragoza, em Espanha.

Santiago Gregório Les, nascido em 1958, foi, entre 1985 e 1987, “*jefe de obra*” da sociedade espanhola Cobra, S.A., cargo que ocupou até 1987 para integrar a Moncobra, S.A., na qualidade de “*delegado*”, cargo que ocupou até 1996. Em 1997, Santiago Gregório Les integrou a Companhia Eólica Aragonesa, S.A., como director geral, cargo que ocupou até 2000, quando passou a integrar a CEASA Promociones Eólicas, S.L.. Em 2007, Santiago Gregório Les foi promovido a responsável pela gestão dos negócios da EDP Renováveis nos *supra* referidos países.

Santiago Gregório Les desempenha actualmente diversas funções de gestão e de administração em diferentes sociedades subsidiárias da EDP Renováveis, as quais têm sede em França e Bélgica. Santiago Gregório Les foi assessor da Companhia Eólica Campo de Borja, S.L. (entre 2001 e

2006), da Molino de Caragüeyes, S.L. (entre 2003 e 2006) e da sociedade Parques de Generación Eólica, S.L. (entre 2002 e 2006). Desde 2007, Santiago Gregório Les é administrador da sociedade Molino de Arbolitas, S.L..

Santiago Gregório Les é licenciado em engenharia técnica industrial pela “*Universidad de Zaragoza*”.

Radosław Marek Nowak é membro da Equipa de Gestão para a Europa e exerce funções de responsável da EDP Renováveis para a Polónia e tem o seu endereço profissional em Centrum Finansowe Pulawaska, Pulawaska 15 – 05 515 Warszawa, na Polónia.

Radosław Marek Nowak, nascido em 1971, exerceu, entre 1995 e 1998, funções de avaliador de imobiliário no Departamento de Receitas da Florida. Entre 1998 e 2000, Radosław Marek Nowak foi “*business development director*” na sociedade polaca Polimex-Cekop, S.A.. Em 2000, Radosław Marek Nowak foi nomeado presidente e “*chief executive officer*” da EC Energy Sp. z o.o. e, entre 2002 e 2008, exerceu os cargos de presidente e “*chief executive officer*” da Central European Energy Ventures Sp. z o.o.. Em 2008, Radosław Marek Nowak passou a integrar a sociedade subsidiária Neolica Polska Sp. z o.o., para desempenhar funções de responsável pela gestão dos negócios desta sociedade na Polónia.

Desde 2005, Radosław Marek Nowak exerce o cargo de presidente do conselho de supervisão da GEO-Watt Polska, S.A. e, desde 2006 até recentemente, desempenhou funções de presidente dos conselhos de supervisão das seguintes sociedades polacas subsidiárias da EDP Renováveis: Relax Wind Park I Sp. z o.o., Relax Wind Park II Sp. z o.o., Relax Wind Park III Sp. z o.o. e Relax Wind Park IV Sp. z o.o..

Radosław Marek Nowak obteve um bacharelato em artes e um MBA, ambos concedidos pela “*University of South Florida*”.

Equipa de Gestão para a América do Norte

A Equipa de Gestão para a América do Norte é responsável por promover o desenvolvimento e implementar as estratégias de gestão de projecto da EDP Renováveis estabelecidos pelo Conselho de Administração e a Comissão Executiva para esta plataforma. A Equipa de Gestão a América do Norte para é actualmente composta por seis membros, a saber:

Nome	Idade	Cargo
António Martins da Costa	53	“ <i>Chief Executive Officer</i> ” – América do Norte
Gabriel Alonso Imaz	35	“ <i>Chief Operating Officer</i> ” – América do Norte
Ken Ripper	54	Responsável técnico
António Coutinho	39	Responsável pela gestão de energia
Jayshree Desai	36	Responsável financeiro
Leslie Freiman	51	Secretária geral

António Martins da Costa é membro da Equipa de Gestão para a América do Norte da EDP Renováveis e exerce funções de “*Chief Executive Officer*” para a América do Norte. Para mais detalhes ver *supra*.

Gabriel Alonso Imaz é membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis e exerce funções de “*Chief Operating Officer*” para a América do Norte. Para mais detalhes, ver *supra*.

Ken Ripper é membro da Equipa de Gestão para a América do Norte e exerce funções de responsável técnico para a América do Norte e tem o seu endereço profissional em 808, Travis Street suite 700, Houston TX, 77002, E.U.A..

Ken Ripper, nascido em 1953, ocupou, entre 1973 e 2005, diversos cargos na sociedade Reliant Energy, LLC, sendo o mais recente o de “*area engineering manager*”. Em 2005, Ken Ripper integrou a Horizon como “*Chief Technical Officer*”, sendo responsável pela avaliação de projectos eólicos e pela engenharia, gestão de projectos, contratação e construção de projectos relacionados com a produção de energia eólica.

Ken Ripper obteve um bacharelato em engenharia civil pela “*University of Houston*” e encontra-se inscrito como engenheiro civil na “*Texas Board of Professional Engineers*”.

António Coutinho, nascido em 1969, é membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis para a América do Norte e é o “*Chief Energy Management Officer*” da Horizon e tem o seu endereço profissional em 808, Travis Street suite 700, Houston TX, 77002, E.U.A..

Entre 1993 e 1997, António Coutinho exerceu funções como engenheiro mecânico na A2P Consult. António Coutinho começou a sua vida profissional a trabalhar para o grupo Boston Consulting, em 1997, na qualidade de associado e abandonou o cargo de gestor em 2003 para trabalhar para a EDP como director para o Planeamento Energético. Em 2007, a seguir à aquisição da Horizon pela EDP, António Coutinho foi nomeado como “*Chief Energy Management Officer*” da Horizon, onde lidera as actividades comerciais e operacionais da sociedade.

António Coutinho é licenciado em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico, em Lisboa e completou o mestrado em investigação operacional pela mesma universidade.

Jayshree Desai é membro da Equipa de Gestão da EDP Renováveis para a América do Norte e exerce funções de “*Chief Financial Officer*” da Horizon e tem o seu endereço profissional em 808, Travis Street suite 700, Houston TX, 77002, E.U.A..

Jayshree Desai, nascida em 1972, foi analista de negócios, entre 1993 e 1994, na McKinsey & Company. Entre 1994 e 1997 e, entre 1999 e 2002, Jayshree Desai foi directora de *Mergers & Acquisitions* na Enron Corp, tendo em 2002 abandonado este cargo, para exercer o cargo de directora financeira na Horizon. Em 2005 foi nomeada “*Officer*” da Horizon, na qualidade de vice-presidente financeiro, sendo nessa qualidade a responsável pela contabilidade, impostos, IT, planeamento financeiro e funções financeiras de projecto e “*corporate*”. Em 2007, o seu cargo foi alterado para “*Chief Financial Officer*” da Horizon.

Entre 2000 e 2004, Jayshree Desai foi “*Chief Financial Officer*” e fundadora da sociedade iDriveonline, Inc..

Jayshree Desai obteve um bacharelato em “*business administration*” na “*University of Texas*”, em Austin, bem como um MBA da “*The Wharton School*”, pertencente à “*University of Pennsylvania*”.

Leslie Freiman, nascida em 1957, é membro da Equipa de Gestão para a América do Norte e é secretária geral da Horizon e tem o seu endereço profissional em 808, Travis Street suite 700, Houston TX, 77002, E.U.A..

Entre 1987 e 2000, Leslie Freiman exerceu funções como advogada na sociedade de advogados Baker Botts LLP, tendo-se tornado sócia da referida sociedade em 1998, cargo que abandonou em 2000 para se tornar secretária geral da TM Power Ventures LLC. Em 2003, Leslie Freiman passou a ocupar o cargo de Consultora na TM Power Ventures LLC, funções que exerceu até ao início de 2004. Em 2004, Leslie Freiman foi nomeada consultora de projectos na antecessora da Horizon, a Zilkha Renewable Energy LLC, cargo que ocupou até 2005, quando foi promovida para as funções de secretária geral da Horizon.

Leslie Freiman é licenciada em enfermagem pelo “*St. Vincent’s Hospital School of Nursing*”, um bacharelato em Ciências de Enfermagem pela “*University of Texas Health Science Center*”, bem como, uma licenciatura em direito pela “*University of Houston Law Center*”.

13.11 Outros órgãos sociais

Secretário do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão social responsável pela nomeação do secretário e, caso seja considerado necessário, de um vice-secretário, os quais, nos termos da lei espanhola, sempre terão de ser “letrados”.

O Conselho de Administração nomeou, em 18 de Março de 2008, o Senhor Emilio García-Conde Noriega, o qual não é membro do Conselho de Administração, como secretário do Conselho de Administração.

Emilio García-Conde Noriega, nascido em 1955, é director de assessoria jurídica e secretário geral da EDP Renováveis e do Conselho de Administração da EDP Renováveis e tem o seu endereço profissional em Plaza de la Gesta, n.º 2, 33007, Oviedo, em Espanha.

Em 1981, Emilio García-Conde Noriega integrou, como consultor legal, o consórcio composto pela Electra de Viesgo, Iberdrola e Hidrocontábrico e que era detentor do centroelectroprodutor térmico de Soto de Ribera. Posteriormente veio a ser nomeado director geral e “*Chief of Administration and Human Resources*” do consórcio. Em 1999, Emilio García-Conde Noriega foi nomeado consultor legal da Hidrocontábrico e em 2003 foi nomeado director de assessoria jurídica e membro da comissão de gestão da Hidrocontábrico. Actualmente Emilio García-Conde Noriega é secretário da EDP Renováveis, secretário do Conselho de Administração da EDP Renováveis e ainda administrador e/ou secretário do conselho de administração de diversas subsidiárias da EDP Renováveis em Espanha.

O secretário é essencialmente responsável por:

- a) redigir as actas das reuniões dos órgãos sociais da EDP Renováveis, bem como outra documentação societária;
- b) manter o livro de actas e o livro de registo de acções, bem como outra documentação societária;
- c) aconselhar o Presidente no que respeita a questões societárias; e
- d) certificar deliberações sociais, bem como o respectivo conteúdo.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral, quando reunida com observância das formalidades legais, é o órgão social competente para deliberar sobre as seguintes matérias societárias:

- a) aprovação do relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração;
- b) aprovação das contas do exercício e da aplicação dos resultados;
- c) nomeação, destituição e recondução de administradores;
- d) nomeação de auditores externos;
- e) aquisição de bens pela Sociedade no decurso dos primeiros anos de existência da sociedade, caso o valor dos bens seja superior a 10% do capital social;
- f) emissão de acções com direitos especiais ou convertíveis e de obrigações;
- g) aquisição de acções próprias ou de sociedades que detenham participações no capital social da sociedade relevante;
- h) início de processos judiciais em nome da sociedade por responsabilidade dos administradores;
- i) aumentos e reduções do capital social;
- j) alterações dos Estatutos;
- k) eliminar direitos de preferência na subscrição de novas acções em casos de aumento de capital;
- l) fusões, cisões ou transformações da sociedade ou aumento do seu prazo de existência;
- m) dissolução da sociedade.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Os estatutos exigem que o presidente da mesa da Assembleia Geral (o “Presidente da Mesa da Assembleia Geral”) seja independente. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral é nomeado pela Assembleia Geral por um mandato de três anos, podendo apenas ser reconduzido uma vez. É responsável por supervisionar as reuniões da Assembleia Geral, assegurando que as reuniões são regularmente constituídas e que o quórum constitutivo está presente, registando a votação e anunciando o seu resultado.

Às pessoas que se encontrem numa das seguintes situações não é permitido exercer o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral: (i) titulares de benefícios ou direitos especiais face à EDP Renováveis; (ii) pessoa que exerça um cargo administrativo na EDP Renováveis; (iii) titular em nome próprio ou em nome de outrem de mais de 2% do capital social da EDP Renováveis; (iv) pessoa que, directa ou indirectamente, seja parte num contrato comercial significativo com a EDP Renováveis ou que esteja envolvida numa parceria com a Sociedade; (v) pessoa que represente um concorrente da EDP Renováveis ou que tenha interesses no referido concorrente; (vi) qualquer pessoa que esteja relacionada com qualquer outra pessoa abrangida pelos pontos (i), (ii) ou (iii) supra; (vii) pessoa que seja administrador em mais que cinco sociedades, excluindo assessores legais ou financeiros; (viii) pessoa que esteja interdita ou proibida por lei de exercer o cargo de administrador ou presidente; (ix) administradores que detenham acções na Sociedade ou acções no Grupo EDP, e (x) pessoas que já tenham desempenhado dois mandatos na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A Assembleia-Geral nomeou, em 14 de Maio de 2008, o Senhor Rui Chancerelle de Machete, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Rui Chancerelle de Machete será, a partir de 4 de Junho de 2008, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP Renováveis, sendo o seu endereço profissional na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Rua do Sacramento à Lapa, 21, 1249-090, em Lisboa. Rui Chancerelle de Machete, nascido em 1940, foi responsável pela chefia dos serviços jurídicos da CPE de 1969 a 1976 e assessor do conselho de gerência da EDP até 2006. Sócio fundador do CODES e da SEDES. Foi director do jornal “Povo Livre” e secretário-geral adjunto do Partido Popular Democrata, entre 1974 e 1975. Em Setembro de 1975, foi nomeado Secretário de Estado da Emigração e, em Dezembro do mesmo ano, toma posse como Ministro dos Assuntos Sociais. De Janeiro de 1976 a Julho de 1979, foi Ministro dos Assuntos Sociais no VI Governo Provisório. No PSD, entre 1978 e 1979, foi vice-presidente do partido, vogal da comissão política nacional, vice-presidente da direcção do grupo parlamentar do PSD. Em 1979, foi membro da assembleia do Conselho da Europa, tendo sido, relator-geral do referido Conselho. Rui Chancerelle de Machete foi membro fundador da Fundação Oliveira Martins; e desempenha, desde o início, o cargo de presidente do conselho de administração. Desde Maio de 1981, foi administrador do Banco de Portugal (pediu a suspensão do mandato ao tomar posse do cargo de Ministro da Justiça, a 9 de Junho de 1983) e foi exonerado, a seu pedido, em 31 de Agosto de 1989. Foi vogal do Instituto Nacional de Administração, de 1981 a 1983, e presidente da Comissão para a Elaboração do Novo Código Administrativo, entre 1982 e 1983. Em 1983, foi presidente da comissão instaladora do Instituto de Gestão Financeira das Empresas Públicas e tomo posse como Ministro da Justiça do IX Governo Constitucional, cargo que desempenhou até Fevereiro de 1985. Foi Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Defesa Nacional de 15 de Fevereiro a 6 de Novembro de 1985, sendo Deputado desde Dezembro de 1985 até 1994. Rui Chancerelle de Machete foi presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano na IV e V Legislativas e presidente das comissões eventuais para as II e III Revisões Constitucionais, desde Fevereiro de 1988 até Maio de 1989. Foi presidente das Delegações Parlamentares Portuguesas ao Conselho da Europa e União da Europa Ocidental, de Outubro de 1991 ao termo da VI Legislatura. Rui Chancerelle de Machete é administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, desde 6 de Novembro de 1985, e presidente do conselho executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, desde Julho de 1988 até ao presente. Foi presidente da Associação Portuguesa de Direito Europeu, tendo ocupado a

presidência da F.I.D.E. – Federação Internacional de Direito Europeu, de Setembro de 1990 a Setembro de 1992, e é presidente da Associação Portuguesa do Direito do Ambiente desde a sua fundação. Foi, ainda, vogal do conselho superior da Ordem dos Advogados, de Janeiro de 2005 a Agosto de 2006. Advogado desde 1964, Rui Chancerelle de Machete foi professor do Instituto de Estudos Sociais e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde regeu diversas cadeiras, tendo igualmente regido na Faculdade de Direito, como Assistente, as cadeiras de direito constitucional, direito administrativo e ciência política, e é actualmente professor convidado da Universidade Católica, onde tem regido as cadeiras de direito processual administrativo e de direito dos serviços públicos e concessões.

Rui Chancerelle de Machete tem publicado vários trabalhos, alguns do campo estritamente jurídico:

Licenciou-se em direito pela Universidade de Lisboa e possui o curso complementar de ciências político-económicas da Faculdade de Direito da mesma Universidade, obteve os prémios Calouste Gulbenkian em ciências histórico-jurídicas e político-económicas, respectivamente em 1960 e 1962, “*Honorary Doctoral Degree of Humane Letters*” atribuído pela Universidade de Massachussets, Dartmouth, em 8 de Junho de 1997, Doutor “*honoris causa*” em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Portuguesa em 2 de Fevereiro de 2007, e eleito membro da Academia das Ciências de Lisboa (Sócio Correspondente da 5ª Secção – Direito e Ciência Política), em Fevereiro de 2008.

Comissão de Operações Relacionadas

A comissão de operações relacionadas (a “Comissão OR”), é responsável por supervisionar e regular o relacionamento legal e comercial entre EDP e EDP Renováveis e deverá reportar ao Conselho de Administração o nível de cumprimento das disposições relevantes do Acordo-Quadro e é composta por uma maioria de Administradores independentes, não podendo qualquer deles ser nomeado pela EDP, e por um presidente nomeado pelo Conselho de Administração.

A Comissão OR não se encontra ainda constituída, devendo ser criada imediatamente após o início de funções dos novos membros do Conselho de Administração eleitos para exercer o respectivo cargo a partir de 4 de Junho de 2008. A Comissão OR será composta por 3 membros, sendo presidida pelo Professor António Nogueira Leite e da qual farão parte o Eng. José Manuel de Mello Franco e o Dr. João Manso Neto. De acordo com a informação transmitida à EDP Renováveis, o Presidente e um vogal da Comissão OR é independente. A maioria dos membros que integrarão o Conselho de Administração com efeitos a partir de 4 de Junho de 2008 assumiram o compromisso de participar e promover, através do exercício do voto, a constituição da referida Comissão OR e a nomeação dos respectivos membros.

A Comissão OR deve reunir, pelo menos, semestralmente. Para uma descrição mais detalhada dos contratos que requerem a aprovação da Comissão OR – veja-se “Transacções com entidades terceiras relacionadas”.

13.12 Representante para as Relações com o Mercado

O Representante para as Relações com o Mercado será o Senhor Eng. Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira.

Para os efeitos decorrentes do exercício das funções, a morada, o número de telefone, de telefax e o endereço de *e-mail* do representante para as relações com o Mercado são os seguintes:

Endereço:	Calle Serrano Galvache, 56, Centro Empresarial Parque Norte Edifício Encina, 1.ª planta 28033 Madrid, Espanha
Telefone:	+34902830700
Telefax:	+34913997901/02
E-mail:	Rui.teixeira@neoenergiaedp.com

13.13 Pessoal

Enquadramento geral

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Março de 2008, as sociedades do Grupo EDP Renováveis tinham 463 e 519 empregados, respectivamente em cada uma daquelas datas. O quadro em baixo apresenta os seus empregados em 31 de Dezembro de 2005, 2006 e 2007 e em 31 de Março de 2008, por localização geográfica.

Empregados ⁽¹⁹⁷⁾ ⁽¹⁹⁸⁾	Em 31 de Dezembro de 2005		Em 31 de Dezembro de 2006		Em 31 de Dezembro de 2007		Em 31 de Março de 2008	
	Númer o	% do total	Númer o	% do total	Númer o	% do total	Númer o	% do total
Península Ibérica:								
Espanha.....	121	64,0%	193	60,9%	222	48,0%	238	47,0%
Portugal	16	8,5%	21	6,6%	30	6,4%	32	6,3%
Resto da Europa:								
França e Bélgica	0	0,0%	4	1,3%	6	1,3%	6	1,2%
Polónia	0	0,0%	0	0,0%	8	1,7%	7	1,4%
América do Norte								
E.U.A.	52	27,5%	99	31,2%	197	42,6%	223	44,1%
Total de empregados.....	189	100,0%	317	100,0%	463	100,0%	506	100,0%

Em 31 de Março de 2008 aproximadamente 23,9% dos seus empregados desempenhavam actividades operacionais , 23,7% actividades técnicas e de construção, 21,2% funções corporativas, 17,5% funções de desenvolvimento; 6,2% outras funções legais e 7,5% estão empregados em outras funções.

Os seus empregados têm um elevado nível académico. Em 31 de Março de 2008, 24,9% dos seus empregados possuem mestrados, doutoramentos ou graus académicos equivalentes, 43,0% licenciaturas ou bacharelatos e 32,2% têm o secundário ou outras qualificações.

A EDP Renováveis acredita que mantém com os seus empregados uma relação de trabalho satisfatória e não tem quaisquer litígios laborais importantes ou interrupções de trabalho.

Regimes de incentivos para a Equipa de Gestão e para trabalhadores com funções-chave

A EDP Renováveis estabeleceu um número de regimes de incentivos para os membros da Equipa de Gestão e para trabalhadores com funções-chave. Estes regimes tiveram como base os princípios do modelo de “compensação variável”, e incluem principalmente os três tipos de planos seguintes:

- plano de prémios anuais: o plano de bónus anual da EDP Renováveis foi estabelecido para alguns dos seus administradores executivos e trabalhadores com funções-chave. Os prémios ao abrigo deste plano têm por base o desempenho da sociedade, o desempenho da unidade de negócio (quando aplicável), e o desempenho individual, e são calculados como uma percentagem da remuneração fixa média de qualquer grupo de referência de trabalhadores elegíveis. Os prémios estão dependentes da manutenção do vínculo com a EDP Renováveis durante o período no qual o prémio deve ser pago;
- plano de prémios plurianuais: o plano de prémios plurianuais foi estabelecido para alguns

⁽¹⁹⁷⁾ Os valores no quadro incluem os trabalhadores da Horizon antes da aquisição da Horizon pela EDP em Julho de 2007.

⁽¹⁹⁸⁾ Exclui, os trabalhadores que se encontravam afectos a operações que foram descontinuadas e cujo vínculo laboral cessou (17 em 2005 e 22 em 2006) e os trabalhadores cedidos por sociedades do Grupo EDP ao Grupo EDP Renováveis (3 em 2005, 6 em 2006, 14 em 2007 e 17 a 31 de Março de 2008).

dos seus administradores executivos e trabalhadores com funções-chave. Os prémios têm por base alguns indicadores-chave de desempenho relacionados com a realização do plano de desenvolvimento da EDP Renováveis (tais como o EBITDA, a capacidade bruta/líquida instalada e retorno de investimentos de capital). Os prémios são calculados como uma percentagem da remuneração fixa média de qualquer grupo de referência de trabalhadores elegíveis. Os prémios estão dependentes da manutenção do vínculo com a EDP Renováveis durante o período no qual o prémio deve ser pago; e

- c) plano de incentivos de compensação a longo prazo (“PICLP”): O PICLP da EDP Renováveis foi estabelecido para atribuir um incentivo a alguns dos seus trabalhadores com funções-chave no sentido da obtenção e superação dos objectivos de actividade projectados da EDP Renováveis para a capacidade instalada e para os níveis de EBITDA. Os prémios ao abrigo do PICLP são para ser concedidos em 2011, na forma de pagamento fixo em dinheiro e serão calculadas multiplicando cada percentagem no prémio de cada participante pelo “pool” do prémio total disponível, os quais serão principalmente determinados pelo diferencial entre os níveis de EBITDA projectados e presentes. Os prémios estão dependentes da manutenção do vínculo com a EDP Renováveis até ao termo desse período.

Península Ibérica

Espanha

Existem quatro contratos colectivos de trabalho de direito espanhol (“*Convenios Colectivos*”) actualmente em vigor entre certas subsidiárias espanholas da NEO e os seus trabalhadores. Os contratos colectivos de trabalho de direito espanhol estabelecem os direitos mínimos e as obrigações que são aplicáveis e regulam as relações entre as subsidiárias relevantes e os seus trabalhadores. Estes contratos são os seguintes:

- a) um CCT Nacional para as Empresas de Engenharia e Gabinetes de Estudos Técnicos para 2004-2006 entre a Genesa e os seus trabalhadores (“*Convenio Colectivo Nacional de Empresas de Ingeniería y Oficinas de Estudios Técnicos 2004-2006*”);
- b) um CCT para o Sector da Indústria do Aço entre a Desa e os seus trabalhadores, relacionados com cada uma das províncias onde a empresa tenha um centro de actividade:
 - (i) Zaragoza (“*Convenio Colectivo del Sector de Industria Siderometalúrgica de Zaragoza 2006-2008*”);
 - (ii) Sevilha (“*Convenio Colectivo del Sector de Industrias Siderometalúrgicas de Seville 2006-2008*”);
 - (iii) Las Palmas (“*Convenio Colectivo del Sector de Siderometalurgia de Las Palmas 2004-2007*”); (iv) Cadiz (“*Convenio Colectivo de Trabajo de la pequeña y mediana industria del metal de Cádiz 2006-2009*”); e (v) La Coruña (“*Convenio Colectivo del Sector de Industria Siderometalúrgica de A Coruña 2007-2009*”);
- c) um CCT para a Indústria do Aço para Zaragoza para 2006-2008 entre a Ceasa e os trabalhadores (*Convenio Colectivo del Sector de la Industria Siderometalúrgica de Zaragoza 2006-2008*).

A Ceasa é a única subsidiária espanhola da NEO a ter uma Comissão de Trabalhadores (*comité de empresa*). Esta comissão é eleita pelos trabalhadores da Genesa e compreende 3 trabalhadores, os quais são todos membros da União de trabalhadores (“*Comisiones Obreras*”). Além disso, 3 trabalhadores da Desa são afiliados na “*Comisiones Obreras*”.

Todos os trabalhadores efectivos da NEO e trabalhadores temporários da NEO que foram empregados pelo menos 6 meses, são elegíveis para participar no esquema de pensões da NEO. A contribuição anual da NEO é geralmente entre 2,10% e 5,10% da remuneração dos trabalhadores (com base no salário base, antiguidade, salários de convenções colectivas de trabalho e horas extraordinárias).

As pessoas que foram empregadas pela Genesa por um período de pelo menos dois anos são elegíveis para participar no esquema de pensões da Genesa. As contribuições da Genesa referidas variam de acordo com a antiguidade dos trabalhadores e remuneração bruta. O limite de

contribuição máxima é geralmente entre 1,5% e 4,0% de remuneração anual bruta de um trabalhador por cada ano efectivo de trabalho.

As afiliadas da Desa e da Genesa, a Ceasa e a Ceasa Promociones Eólicas, S.L., não têm planos de pensões para os seus trabalhadores.

Portugal

A relação entre as subsidiárias portuguesas da EDP Renováveis, incluindo a Enernova, e os seus empregados é regulada por um contrato colectivo de trabalho (“CCT”) celebrado entre várias entidades subsidiárias portuguesas do Grupo EDP, e vários sindicatos de trabalhadores e publicado no Boletim de Trabalho e Emprego no BTE n.º. 28/2000, com as alterações posteriores. De acordo com o disposto no CCT, são concedidos certos direitos aos trabalhadores para além dos concedidos pelo Direito do Trabalho português, incluindo o direito a receber: (i) seguro pessoal de acidentes no trabalho (ii) benefícios na saúde (iii) licenças por doença (iv) licenças de maternidade. Além disso, na reforma, os empregados da Enernova têm direito a um montante igual à diferença entre a remuneração anual do trabalhador paga pelo Governo português através do sistema nacional de pensões e a remuneração anual dos trabalhadores.

Resto da Europa

Em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis tinha seis trabalhadores em França, os quais encontravam-se todos empregados através da Recherces Et Développements Eoliens S.A.R.L. Estes trabalhadores encontravam-se abrangidos pelo contrato colectivo de trabalho para empresas de investigação e consultoria em França (convention collective des Bureaux d’ études techniques – cabinets d’ ingénieurs – conseils – sociétés de conseils).

América do Norte

Os trabalhadores da EDP Renováveis nos E.U.A. não são representados por sindicatos ou por órgãos consultivos.

CAPÍTULO 14 – PRINCIPAIS ACCIONISTAS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES TERCEIRAS ESPECIALMENTE RELACIONADAS

14.1 Principais Accionistas

14.1.1 Principais Accionistas antes da Oferta

Accionistas	% capital social	% direitos de voto
EDP – Energias de Portugal, S.A., actuando através da EDP – Energias de Portugal, S.A., Sucursal en España S.A.	80	80
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	20	20

Não existe qualquer accionista que domine a EDP, sendo a sua composição accionista divulgada por esta empresa, nos termos legais aplicáveis.

14.1.2 Principais Accionistas depois da Oferta

Accionistas ⁽¹⁹⁹⁾	% capital social	% direitos de voto
EDP – Energias de Portugal, S.A., actuando através da EDP – Energias de Portugal, S.A., Sucursal en España	60	60
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. ⁽²⁰⁰⁾	15	15
“Free float”	25	25

14.2 Transacções com Entidades Terceiras Relacionadas

A EDP Renováveis realiza transacções, no decurso normal da sua actividade, com certas entidades relacionadas, incluindo os seus accionistas e outras entidades detidas pelos seus accionistas. Estas operações incluem, entre outras, contratos para receber e fornecer serviços técnicos, de gestão, de construção e outros serviços, e contratos de compra e venda de energia e financiamento. As entidades relacionadas incluem, entre outras, a EDP, outras empresas do Grupo EDP, a Hidrocantábrico e outras empresas do Grupo Hidrocantábrico, e outras associadas e entidades controladas conjuntamente.

Para mais informações sobre as entidades e os montantes envolvidos nas transacções com entidades terceiras relacionadas ver, por referência às datas de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Março de 2008, a informação contida nas respectivas notas 17 e 37 do Anexo – “Demonstrações financeiras e contas pró-forma”.

Historial das Transacções entre Entidades Relacionadas

A exposição seguinte constitui um breve resumo das transacções relevantes entre a EDP Renováveis e entidades relacionadas. Dado que a EDP Renováveis só foi constituída a 4 de Dezembro de 2007 (e consequentemente teve menos de um mês de negociação em 2007) e um dos principais negócios precedentes, a Horizon, só foi adquirida pela EDP em 2 de Julho de 2007, a informação em baixo é apresentada na seguinte base:

- A informação para o ano findo em 31 de Dezembro de 2006 refere-se a transacções entre partes relacionadas celebradas pela NEO. Ver também a Nota 36 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 incluídas em anexo a este Prospecto;
- A informação para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007 refere-se a transacções entre partes relacionadas celebradas pela NEO e pela Horizon (de forma a dissipar dúvidas, não

⁽¹⁹⁹⁾ Assumindo o exercício integral do Lote Suplementar de Acções (“*greenshoe*”).

⁽²⁰⁰⁾ Os direitos de voto resultantes desta participação são imputáveis à EDP – Energias de Portugal, S.A. actuando através da EDP – Energias de Portugal, S.A., Sucursal en España S.A., nos termos do artigo 5.º da lei espanhola de ofertas públicas de aquisição.

são incluídas quaisquer transacções entre partes relacionadas celebradas pela Horizon antes da sua aquisição pela EDP) e baseia-se no valor agregado das transacções celebradas pela NEO e pela Horizon, aplicando uma taxa de câmbio Euro/Dólar Americano de 1,3724 Euro/1 Dólar Americano. Ver também a Nota 36 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e a Nota 33 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Horizon para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, cada incluída em anexo a este Prospecto;

- e
- c) A informação para o ano findo em 31 de Dezembro de 2007 e para os três meses findos em 31 de Março de 2008 refere-se a transacções entre partes relacionadas celebradas pela EDP Renováveis. Ver a Nota 37 das demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas da EDP Renováveis, para os três meses findos em 31 de Março de 2008.

Os créditos devidos à EDP Renováveis por entidades relacionadas desta eram no valor de 161,5 milhões de Euros, 89,3 milhões de Euros e 92,6 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 e em 31 de Março de 2008, respectivamente. Os pagamentos devidos a entidades relacionadas eram no valor de 1.582,1 milhões de Euros, 2.331,6 milhões de Euros e 2.401,3 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 e em 31 de Março de 2008, respectivamente.

Os rendimentos recebidos de entidades relacionadas eram no valor de 126,9 milhões de Euros, 96,3 milhões de Euros e 33,4 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 e nos três meses findos em 31 de Março de 2008, respectivamente. As despesas incorridas com a prestação de serviços e outras transacções por subsidiárias eram no valor de 52,4 milhões de Euros, 94,7 milhões de Euros e 30,1 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 e nos três meses findos em 31 de Março de 2008, respectivamente.

Contratos com a EDP e empresas do Grupo EDP

A EDP Renováveis celebrou e espera continuar a celebrar contratos e transacções com a EDP e outras empresas dentro do Grupo EDP, em termos que a EDP Renováveis considera que são ou que venham a ser consistentes com os do mercado. O seguinte é um breve resumo dos contratos relevantes entre a EDP Renováveis e a EDP e as restantes empresas dentro do Grupo EDP.

Acordo-Quadro

A EDP Renováveis celebrou, em 7 de Maio de 2008, um Acordo-Quadro com a EDP, que entrará em vigor na data em que as Acções forem admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon. O Acordo Quadro foi concebido para regular o relacionamento existente e contínuo entre as partes e estabelece determinados princípios e regras que regem a relação comercial e jurídica que vigora actualmente entre as partes e que poderá ser estabelecida entre as partes no futuro.

O Acordo-Quadro estabelece o âmbito próprio do negócio das energias renováveis da EDP Renováveis e do Grupo EDP (excluindo a EDP Renováveis) numa tentativa de prevenir e evitar conflitos de interesses. O Acordo-Quadro prevê que a EDP Renováveis e o restante Grupo EDP não devem prosseguir, ou fazer investimentos em sociedades que prossigam, as actividades de energias renováveis atribuídas à outra sem o consentimento prévio da outra parte. De acordo com o Acordo-Quadro, a EDP Renováveis tem direitos exclusivos a nível mundial para o desenvolvimento, construção, exploração, operação e manutenção de instalações de produção e actividades relacionadas com a energia eólica, energia solar fotovoltaica e termoeléctrica, das ondas e mareomotriz, com excepção do Brasil, onde tais instalações e actividades devem ser desenvolvidas em parceria com a EDP – Energias do Brasil, S.A. O restante do Grupo EDP tem direitos exclusivos nas áreas de desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas com as energias renováveis que estejam em fase de piloto ou de estudo de viabilidade tecnológica ou comercial e das actividades relacionadas com centrais hídricas, de biomassa, co-geração e

tratamento de resíduos em Portugal e Espanha. Sujeitas a determinadas condições, a EDP Renováveis e as restantes sociedades do Grupo EDP devem comunicar à contraparte quaisquer oportunidades de investimento das quais tomem conhecimento e que recaiam no âmbito das actividades prosseguidas por essa contraparte, beneficiando a contraparte de direito de preferência na prossecução dessas oportunidades. A EDP Renováveis e a EDP acordaram ainda em proceder à transmissão de quaisquer activos que a EDP Renováveis ou as demais sociedades do Grupo EDP venham a adquirir numa qualquer transacção e que estejam compreendidos no âmbito do negócio das energias renováveis prosseguido pela contraparte.

O Acordo-Quadro estabelece o âmbito dos contratos comerciais e jurídicos que o Grupo e a EDP Renováveis querem celebrar e determina certos princípios gerais para reger os acordos existentes e futuros. Os acordos incluem, entre outros: (i) um acordo de serviços técnicos empresariais, de engenharia e outros serviços de gestão (o “Contrato de Serviços de Gestão”); (ii) acordos de financiamento e garantias (os “Contratos de Financiamento”, os “Contratos de Conta Corrente” e os “Contratos de Garantias”) (iii) um acordo de licença de utilização de marca e de nome (o “Contrato de Marca Comercial”); (iv) um acordo de pesquisa e desenvolvimento (o “Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento”).

Adicionalmente, o Acordo-Quadro determina a existência de uma Comissão OR, que a EDP, enquanto accionista da EDP Renováveis, se compromete a criar de forma a minimizar conflitos de interesse. A Comissão OR deverá ser responsável por supervisionar e reger a relação comercial e jurídica entre a EDP e a EDP Renováveis e deverá reportar ao conselho de administração o nível de cumprimento das disposições relevantes do Acordo-Quadro.

A EDP Renováveis também acordou em providenciar à EDP os documentos e informação que a EDP possa periodicamente requisitar, nomeadamente os que sejam necessários à EDP para cumprir com a sua obrigação legal de preparar os números contabilísticos consolidados para o Grupo EDP.

O Acordo-Quadro deverá permanecer em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, desde que a detenção se mantenha efectiva, considerando que no caso de a participação da EDP cair para 50% ou menos, o Acordo-Quadro permanece em vigor pelo tempo em que mais de 50% dos administradores da EDP Renováveis tenham sido nomeados pela EDP.

Contratos de Financiamento e de Garantias

A EDP Renováveis celebrou no passado determinados contratos de financiamento directa ou indirectamente com a EDP. Em 31 de Dezembro de 2006, a NEO tinha créditos decorrentes de contratos de financiamento obtidos junto de entidades relacionadas pertencentes ao Grupo EDP no valor de 1.582,1 milhões de Euros. Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Março de 2008 os créditos decorrentes de contratos de financiamento obtidos pela EDP Renováveis junto de entidades relacionadas pertencentes ao Grupo EDP eram no valor de 2.331,6 milhões de Euros e 2.375,6 milhões de Euros, respectivamente.

Em 2007, a EDP Renováveis contratou ainda com a EDP uma estrutura de empréstimos em Dólares Americanos e Euros com o propósito de cobrir o risco de câmbio do investimento líquido detido na Horizon, o qual está expresso em Dólares Americanos. Esta operação apresentava um valor positivo a favor da EDP Renováveis no valor de 38 milhões de Euros e 161,2 milhões de Euros, a 31 de Dezembro de 2007 e a 31 de Março de 2008, respectivamente.

Adicionalmente, a EDP e determinadas empresas do Grupo EDP emitiram garantias em benefício de terceiros de forma a assegurar o pagamento e obrigações de desempenho da EDP Renováveis, incluindo pagamentos de ligação à rede, garantias de pagamento de construção, garantias de pagamento de compra de turbinas e garantias de indemnização, que em 31 de Março de 2008 ascendiam a 836,3 milhões de Euros.

No capítulo 11. “Análise da Exploração e da Situação Financeira do Emitente e Oferente” é apresentada uma descrição dos principais termos e condições dos financiamentos concedidos à EDP Renováveis e/ou suas subsidiárias pelas entidades relacionadas pertencentes ao Grupo EDP, a 31 de Março de 2008.

A 7 de Maio de 2008 foi realizado um aumento do capital da EDP Renováveis no valor de 1.300.000.000 Euros. O aumento de capital foi subscrito pela EDP e pela Hidrocantábrego através de entradas em espécie, as quais correspondem a empréstimos da EDP e da HC à NEO no montante, respectivamente, de 1.040.000.000 Euros e 260.000.000 Euros.

Após a Oferta e ao abrigo do Acordo-Quadro supra descrito, a EDP Renováveis contempla celebrar os seguintes contratos de financiamento e garantias com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP:

Contratos de Financiamento a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro

A EDP Renováveis contempla celebrar Contratos de Financiamentos com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP para financiar o programa de investimentos da sua actividade. Os financiamentos deverão ser contratados em condições de mercado, com prazos e em moedas adequados às necessidades da EDP Renováveis e incluirão várias cláusulas padrão como declarações e garantias e cessação antecipada, nomeadamente no caso de perda de controle accionista da EDP Renováveis por parte da EDP.

Contratos de Conta Corrente a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro

A EDP Renováveis celebrará com a EDP um ou mais Contratos de Conta Corrente, em Euros, Dólares Americanos e/ou noutra moeda a acordar, nos termos do qual a EDP e a EDP Renováveis acordarão realizar operações de tesouraria e financeiras de uma forma sistematizada. Particularmente, a EDP Renováveis conferirá à EDP um mandato para gerir a sua tesouraria e movimentar as suas contas bancárias. A EDP Renováveis crê que a gestão centralizada da sua tesouraria pela EDP permitir-lhe-á beneficiar de uma optimização da sua gestão de tesouraria. Os Contratos de Conta Corrente visarão permitir a provisão de financiamento de necessidades de tesouraria a curto prazo, em diferentes moedas, através de mecanismo que estará previsto no contrato. O processo de centralização da gestão da tesouraria deverá ser prosseguido através de uma ou mais contas bancárias em nome da EDP. Os Contratos de Conta Corrente deverão ser válidos por um ano, e automaticamente renovados pelo mesmo período excepto se as partes acordarem o contrário. Ambas as partes podem cessar cada contrato em qualquer altura. Na data em que cessação for efectiva, todos os saldos ao abrigo do respectivo contrato deverão ser totalmente regularizados, juntamente com os valores dos juros e outras despesas devidas, e a(s) conta(s) corrente(s) deverá(ão), então, ser encerrada(s).

Contratos de Garantias a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro

A EDP Renováveis celebrará com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP Contratos de Contra Garantia, em virtude de um prévio pedido da EDP Renováveis e/ou de uma sua Subsidiária, mediante o qual a EDP e/ou empresas do Grupo EDP terão emitido uma garantia a um beneficiário, nos termos do qual a EDP Renováveis contra garantirá as obrigações assumidas pela EDP e/ou pela empresa do Grupo EDP, enquanto estas subsistirem e pagará uma comissão determinada a preços de mercado.

Contrato de Serviços de Gestão

A EDP Renováveis celebrará com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP um Contrato de Serviços de Gestão, nos termos do qual a EDP irá fornecer determinados serviços específicos à EDP Renováveis e às suas subsidiárias, tais como, entre outros, serviços jurídicos e de secretariado de sociedade, TI, administrativos, de comunicações, de compliance e de recursos

humanos. O Contrato de Serviços de Gestão terá o seu início com a admissão à negociação das Acções na Eurolist by Euronext Lisbon e continuará por um período de 12 meses, renovando-se automaticamente por novos períodos de 12 meses, salvo se o contrato for cessado com 1 mês de aviso prévio dado à contraparte.

Contrato de Marca Comercial

A EDP e a EDP Renováveis celebraram um Contrato de Marca Comercial não-exclusivo, em 14 de Maio de 2008, nos termos do qual a EDP acordou em conceder à EDP Renováveis uma licença não-exclusiva de utilização da marca “EDP Renováveis” para actividades de energia renovável e actividades relacionadas com esta. Nos termos do Contrato de Marca Comercial, a EDP Renováveis acordou em pagar à EDP um valor anual baseado na fracção proporcional da EDP Renováveis no orçamento anual dos serviços de imagem e de gestão empresarial, sujeito a uma revisão anual. Para o ano de 2008, o valor foi fixado em 1,5 milhões de Euros. No caso de a EDP deixar de deter, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, ou no caso de apenas 50%, ou menos, dos administradores da EDP Renováveis serem nomeados pela EDP o contrato cessará a sua vigência. O Contrato de Marca Comercial poderá ser terminado em caso de falta de pagamento ou violação das obrigações pela EDP ou através de rescisão do contrato. O Contrato de Marca Comercial está também restringido às condições do Acordo-Quadro.

Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento

A EDP Renováveis celebrou com a divisão de pesquisa e desenvolvimento da EDP, a EDP Inovação, um Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento em 13 de Maio de 2008. O Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento regula as relações entre a EDP Renováveis e a EDP Inovação, particularmente o âmbito próprio de desenvolvimento de projectos de energias renováveis da EDP Renováveis e da EDP Inovação. A EDP Inovação tem direitos exclusivos nas áreas de desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas com as energias renováveis que estejam em fase de piloto ou de estudo de viabilidade tecnológica ou comercial. Este quadro serve os objectivos de minimizar conflitos de interesse, de promover a troca de conhecimento e estabelecer a natureza das relações comerciais e jurídicas estabelecidas ou a estabelecer entre a EDP Renováveis e a EDP Inovação. Sujeitas a determinadas condições, a EDP Renováveis e a EDP Inovação devem comunicar à contraparte quaisquer oportunidades de investimento das quais tomem conhecimento e que recaiam no âmbito das actividades prosseguidas por essa contraparte, beneficiando a contraparte de direito de preferência na prossecução dessas oportunidades. O Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento entrou em vigor por um período de tempo indefinido e permanecerá em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, desde que a detenção se mantenha efectiva, considerando que no caso de a participação da EDP cair para 50% ou menos, o Acordo-Quadro permanece em vigor pelo tempo em que mais de 50% dos administradores da EDP Renováveis tenham sido nomeados pela EDP.

Outros Contratos

“Contrato de Apoio a La Gestión entre HC e NEO”

A Hidrocontábrico celebrou, em 1 de Janeiro de 2006, com a NEO um Contrato de Apoio à Gestão, nos termos do qual a Hidrocontábrico providencia a NEO com serviços fiscais e legais, serviços de administração laboral e de prevenção e segurança no trabalho, serviços de apoio de sistemas, serviços de políticas de meio ambiente e serviços de auditoria. O preço a pagar pela NEO é de 1 milhão de Euros por ano. Este contrato tem uma duração inicial de 5 anos, automaticamente renovável por iguais períodos, até à denúncia do contrato por qualquer uma das partes.

Contratos de compra de energia eléctrica

A Enernova e algumas das suas subsidiárias, celebraram com a EDP Distribuição, S.A. diversos contratos de compra e venda de energia eléctrica, que foram cedidos à EDP Serviço Universal em virtude da cisão da EDP Distribuição, de forma a permitir a separação do fornecimento e da distribuição reguladas, concluída durante o ano de 2007. Nos termos de tais contratos e de acordo com o regime legal aplicável às energias renováveis em Portugal, a Enernova e a algumas das suas subsidiárias acordam vender ao fornecedor de último recurso, a totalidade da energia eléctrica gerada nos seus parques eólicos, por tempo indeterminado. A Enernova e as subsidiárias podem denunciar estes contratos desde que o declarem com uma antecedência mínima de 180 dias.

A Hidrocantábrico Distribución Eléctrica, S.A.U. (“HCDE”) celebrou com a Genesa, dois contratos de compra e venda de energia eléctrica, pelos quais a HCDE compra à Genesa a totalidade da energia eléctrica gerada nos parques eólicos de Sierra de Curiscau e de Sierra los Baos e Pumar, propriedade da Genesa, por períodos de 1 ano, ambos automaticamente renováveis por iguais períodos.

A Eléctrica del Viesgo Distribución, S.L. (“Viesgo Distribución”) celebrou com a Sinae, Energía y Medioambiente, S.A. (“Sinae EM”) um contrato de compra e venda de energia eléctrica, pelo qual a Viesgo Distribución compra à Sinae EM a totalidade da energia eléctrica gerada no parque eólico de Sierra del Acebo, propriedade da Sinae EM, por um período de 5 anos, automaticamente renovável por iguais períodos.

A HCDE celebrou com a Sinae EM, dois contratos de compra e venda de energia eléctrica, pelos quais a HCDE compra à Sinae EM a totalidade da energia eléctrica gerada nos parques eólicos de Sierra de los Lagos e Sierra de la Cuesta, propriedade da Sinae EM, por períodos de 5 anos, ambos automaticamente renováveis por iguais períodos.

Contrato Prestação de Serviços entre Enernova e a EDP Valor

A Enernova, celebrou com a EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A. (“EDP Valor”), um Contrato de Prestação de Serviços, pelo qual a EDP Valor se obriga a prestar à Enernova um conjunto de serviços de apoio nas áreas de aprovisionamentos, apoio administrativo, documentação, económico-financeira, gestão de frota, gestão e manutenção imobiliárias, seguros, prevenção e segurança e gestão e formação de recursos humanos, assegurando a sua execução por profissionais qualificados e com recurso a metodologias actualizadas, com início a 1 de Janeiro de 2003 e por um período inicial de 5 anos, tendo sido renovado por um período idêntico e sendo de acordo com os seus termos automaticamente renovável por iguais períodos, recentemente renovado em 1 de Janeiro de 2008, sendo no entanto possível à Enernova e à EDP Valor denunciar este contrato desde que o declarem com uma antecedência mínima de um ano.

Contrato “Tipo” de O&M

A Enernova, enquanto proprietária de vários parques eólicos, celebrou com a O&M – Operação e Manutenção Industrial, S.A. (“O&M Industrial”), um “Contrato Tipo”, pelo qual a O&M Industrial presta à Enernova serviços de operação e manutenção preventiva e correctiva dos equipamentos dos parques eólicos desta, por cinco anos, com início a 1 de Janeiro de 2004 e termo em 31 de Dezembro de 2008, renegociável até 180 dias do termo prazo em vigor.

14.3 Acordos para alteração do controlo do Emitente e Oferente

O Emitente e Oferente não tem conhecimento de quaisquer acordos que possam dar origem a uma mudança do controlo do seu capital social após a realização da Oferta.

Visando assegurar a independência entre os accionistas e a EDP Renováveis e procurar garantir

que o eventual controlo daqueles sobre a EDP Renováveis não seja exercido de forma abusiva, encontram-se implementadas medidas tais como a total transparência nas relações mútuas e o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, em particular as normas relativas a transacções com entidades terceiras ligadas e salvaguarda de potenciais conflitos de interesses.

CAPÍTULO 15 – INFORMAÇÃO ADICIONAL

15.1 Identificação do Emitente e Oferente

De acordo com o disposto no artigo primeiro dos estatutos, a actual denominação da Sociedade é EDP Renováveis, S.A.. A EDP Renováveis é uma sociedade anónima espanhola e encontra-se sujeita às disposições constantes da *Ley de Sociedades Anónimas*.

A Sociedade encontra-se registada no Registo Comercial das Astúrias, Astúrias, Espanha, no Volume 3671, caderno 177 e folha AS-37669.

A Sociedade foi constituída como sociedade limitada espanhola por tempo indeterminado, por escritura pública, em 4 de Dezembro de 2007, outorgada perante o Notário Público de Oviedo, Luis Alfonso Tejuca Pendas, sob o número 5100 dos seus registos. A Sociedade foi inicialmente constituída sob a denominação EDP Renováveis, S.L. No âmbito da preparação desta Oferta e da admissão à negociação das Acções da Sociedade no Eurolist by Euronext Lisbon, a denominação inicial da Sociedade foi alterada para EDP Renováveis, S.A., por escritura pública de transformação em sociedade anónima, em 18 de Março de 2008, outorgada perante o Notário Público de Oviedo, Luis Alfonso Tejuca Pendás sob o número 1000 dos seus registos.

A sede da Sociedade fica situada em Oviedo, Plaza de la Gesta, número 2, Astúrias em Espanha. O telefone da Sociedade é o 0034 902 830 100.

15.2 Capital social

15.2.1 Valor e representação

À data do presente Prospecto, o capital social emitido é de 3.381.419.280 Euros, dividido em 676.283.856 Acções ordinárias, nominativas e escriturais com um valor nominal de 5 Euros cada. A EDP detém 541.027.165 Acções, que representam 80% do capital social da EDP Renováveis, e a Hidrocantábrico detém 135.256.700 Acções, que representam 20% do capital social da EDP Renováveis. A EDP detém actualmente 97% da totalidade do capital social da Hidrocantábrico. Para permitir a realização da Oferta, encontra-se autorizado o aumento de capital social num montante nominal de até 1.127.139.760 Euros.

Todas as Acções estão integralmente realizadas. Sem prejuízo das restrições descritas *infra*, os cidadãos não residentes em Espanha podem deter Acções e exercer direitos de voto.

15.2.2 Evolução do capital social

O capital social da EDP Renováveis integralmente subscrito e realizado é de 3.381.419.280 Euros (três mil trezentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e dezanove mil, duzentos e oitenta Euros) e é representado por 676.283.856 Acções ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de 5 Euros cada.

A EDP Renováveis foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 com o capital social de 15.000 Euros.

Em 18 de Dezembro de 2007, a EDP aprovou uma deliberação de aumento do capital social da EDP Renováveis através do qual o capital social foi fixado em 18.615.000 Euros. O aumento de capital social foi integralmente subscrito pela EDP, que contribuiu com a sua participação de 58% no capital social da NEO e com a sua participação de 100% no capital social da Horizon. O referido aumento de capital foi registado em 21 de Dezembro de 2007.

Em 21 de Dezembro de 2007, a EDP aprovou uma nova deliberação de aumento de capital da EDP Renováveis através da qual o capital social foi fixado em 18.872.980 Euros. O aumento de

capital social foi integralmente subscrito pela EDP, que contribuiu com uma participação de 2% no capital social da NEO. Este aumento de capital foi registado em 26 de Dezembro de 2007.

Em 25 de Fevereiro de 2008, a EDP aprovou um novo aumento de capital da EDP Renováveis através do qual o capital social foi fixado em 23.591.220 Euros. O aumento de capital foi integralmente subscrito pela Hidrocantrábico, que contribuiu com a sua participação de 40% no capital social da NEO. Este aumento de capital foi registado em 27 de Fevereiro de 2008. Após este aumento de capital social, a EDP passou a deter uma participação social de 80% e a Hidrocantrábico uma participação social de 20% na EDP Renováveis.

Em 12 de Março de 2008, a EDP e a Hidrocantrábico aprovaram uma deliberação de (i) aumento do capital social para 2.081.419.280 Euros após deliberação de incorporação de reservas, e (ii) divisão do valor das Acções de 10 Euros para 2 Euros. As deliberações acima mencionadas foram registadas em 12 de Março de 2008. Após este aumento de capital social, a EDP e a Hidrocantrábico mantiveram proporcionalmente as suas participações no capital social da EDP Renováveis, isto é 80% e 20%, respectivamente.

Em 7 de Maio de 2008, EDP e a Hidrocantrábico aprovaram uma deliberação de (i) aumento do capital social para 3.381.419.280 Euros através de entradas em espécie, as quais corresponderam a empréstimos concedidos pela EDP e pela Hidrocantrábico no montante de 1.040.000.000 Euros e de 260.000.000 Euros, respectivamente, à NEO, e de (ii) aumento do valor nominal unitário das Acções de 2 Euros para 5 Euros. Após este aumento de capital social, a EDP e a Hidrocantrábico mantiveram proporcionalmente as suas participações no capital social da EDP Renováveis, isto é 80% e 20%, respectivamente.

À data do presente Prospecto, a EDP Renováveis não tem emitidos quaisquer valores mobiliários convertíveis em Acções ou quaisquer outros valores mobiliários.

15.2.3 Acções próprias

A subscrição de acções próprias por incorporação ou através de um aumento de capital da Sociedade é proibida pela lei espanhola.

De acordo com a lei espanhola aplicável às sociedades comerciais, a Sociedade só pode adquirir as suas próprias acções a terceiros de acordo com as seguintes regras:

- a) o valor nominal agregado das acções readquiridas, juntamente com o total do valor nominal das acções já detidas pela Sociedade não pode exceder 5% do capital social, dado que se trata de uma sociedade com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado;
- b) a reacquisição deve ser aprovada em assembleia-geral;
- c) as acções readquiridas devem ser integralmente realizadas,
- d) deve ser constituída uma reserva não distribuível correspondente ao valor contabilístico das acções readquiridas sem que isso implique uma redução do capital social ou das reservas não distribuíveis.

À data do presente Prospecto, a EDP Renováveis não possui Acções próprias.

15.2.4 Outros Valores Mobiliários

À data do presente Prospecto, a EDP Renováveis não tem emitidos valores mobiliários convertíveis em Acções ou quaisquer outros valores mobiliários.

15.3 Estatutos e legislação

15.3.1 Descrição dos principais direitos e restrições inerentes às Acções

De acordo com a legislação espanhola e com os estatutos da Sociedade, cada acção concede ao seu titular a posição de accionista e os correspondentes direitos previstos na *Ley de Sociedades Anónimas* e nos estatutos. Além disso, é necessário atender ao facto de a detenção ou a titularidade de uma ou mais Acções na EDP Renováveis implicar uma conformação absoluta do accionista com o conteúdo dos estatutos. Adicionalmente, a titularidade de uma acção implica a conformação com os contratos celebrados pelos órgãos societários da EDP Renováveis, e o respeito pelos poderes concedidos ao mesmo, sem prejuízo do direito a contestação.

Os accionistas dispõem dos seguintes direitos, mais importantes:

- a) direito a participar na distribuição dos lucros da Sociedade e de activos remanescentes após liquidação;
- b) direito de preferência na emissão de novas acções ou de obrigações convertíveis;
- c) direito de estar presente e votar nas Assembleias-gerais e de contestar determinadas deliberações da Sociedade;
- d) direito à informação.

Finalmente, e nos termos da legislação espanhola, os accionistas gozam de outros direitos tal como o de abandonar a Sociedade (no caso de alteração do respectivo objecto social ou do domicílio ser mudado para um país estrangeiro).

Direito à informação

Os estatutos estabelecem que até sete dias antes da realização da assembleia-geral, os accionistas podem requerer ao conselho de administração informações e esclarecimentos sobre, e pôr questões relativas à ordem de trabalhos dessa assembleia-geral. Os administradores serão nesse caso obrigados a prestar a informação e responder a essas questões por escrito. Adicionalmente, no decorrer da assembleia-geral, qualquer accionista pode requerer verbalmente informações ou esclarecimentos aos administradores, relativamente à ordem de trabalhos.

Direito a participação na assembleia-geral

De acordo com os estatutos da Sociedade e a lei espanhola aplicável às Sociedades comerciais, a assembleia-geral anual dos accionistas tem lugar nos primeiros seis meses de cada exercício, em data a ser fixada pelo conselho de administração. Podem ser convocadas pelo conselho de administração assembleias-gerais extraordinárias sempre que aquele órgão considere conveniente, ou mediante a solicitação de accionistas que detenham acções representativas de pelo menos 5% do capital social da Sociedade.

Compete ao conselho de administração convocar uma assembleia-geral sempre que o Presidente da assembleia-geral o solicite. Todas as convocatórias de assembleias-gerais são publicadas no “*Boletín Oficial del Registro Mercantil*” e num jornal local de grande tiragem na província onde a Sociedade tem a sua sede (actualmente Oviedo, Astúrias, Espanha) com, pelo menos, um mês de antecedência relativamente à data em que a assembleia-geral deve ocorrer, e em qualquer outro meio de comunicação obrigatório no estrangeiro, em resultado de a Sociedade se encontrar cotada num país estrangeiro.

A assembleia-geral anual ordinária deve considerar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação das contas anuais da Sociedade do exercício anterior, (ii) a aplicação dos lucros ou prejuízos do exercício anterior; (iii) nomeação ou recondução de qualquer administrador e (iv) nomeação dos auditores externos da Sociedade. Todas as outras matérias podem ser discutidas pelos accionistas, sob proposta do conselho de administração, numa assembleia-geral extraordinária.

Os estatutos estabelecem que a assembleia-geral só pode reunir em primeira convocatória se estiverem presentes ou representados accionistas que representem 33% do capital social emitido com direitos de voto. Caso este quórum não esteja reunido em primeira convocatória, a assembleia-geral poderá ser novamente convocada através de uma segunda convocatória, e naquela deverá estar presente ou representado pelo menos 25% do capital social emitido com direitos de voto. Entre a primeira e a segunda convocatória de assembleia-geral têm de decorrer pelo menos 24 horas.

As assembleias-gerais convocadas, em primeira convocatória, para deliberarem relativamente à (i) emissão de obrigações, (ii) aumentos ou reduções do capital social, (iii) transformações, fusões, cisões e (iv) alterações a qualquer artigo dos estatutos, requerem a presença ou representação de accionistas detentores de, pelo menos, 50% do capital social com direitos de voto, excepto se houver voto favorável de, pelo menos, dois terços do capital social presente ou representado. No caso de não se verificar nenhum destes requisitos, a assembleia-geral pode ser novamente convocada, em segunda convocatória, sendo necessário para a deliberação sobre aquelas matérias que os accionistas presentes ou representados representem pelo menos 33% do capital social com direitos de voto.

As restantes deliberações tomadas em assembleias-gerais são aprovadas por maioria simples dos votos presentes ou representados.

Uma deliberação aprovada em assembleia-geral é vinculativa para todos os accionistas. Porém, no caso de deliberações contrárias à lei espanhola ou aos estatutos, o direito de impugnação estende-se a todos os accionistas, administradores e terceiros interessados. No caso de deliberações prejudiciais aos interesses da Sociedade o referido direito de impugnação é extensível aos (i) accionistas que tenham estado presentes na assembleia-geral em causa e que tenham registado em acta a sua oposição à deliberação, (ii) accionistas que não tenham estado presentes na assembleia-geral em causa, (iii) accionistas que tenham sido indevidamente impedidos de votar nessa assembleia-geral e (iv) ainda aos membros do conselho de administração.

Relativamente a determinadas deliberações propostas (tal como deliberações para (i) alteração do objecto da Sociedade ou (ii) alteração do domicílio para um país estrangeiro ou (iii) alteração da sua forma legal), a lei espanhola aplicável às sociedades comerciais permite aos accionistas discordantes ou ausentes o direito de abandonar a sociedade. Caso este direito seja exercido, a Sociedade ficará obrigada a adquirir as participações sociais em questão, a um preço igual ao valor médio de mercado das acções no trimestre anterior à data de exercício deste direito.

Direito de Voto

Para que possam estar presentes na assembleia-geral, os accionistas têm de estar registados como legais titulares das acções na conta de registo de Acções da Sociedade com, pelo menos, cinco dias de antecedência relativamente à data de realização da assembleia-geral.

Cada acção dá o direito ao seu titular de exercer um voto na assembleia-geral, com excepção das acções sem direito de voto. De acordo com a *Ley de Sociedades Anónimas* um accionista (“accionista representado”) pode indicar um representante para exercer, em assembleia-geral, os direitos de voto que lhe são conferidos pelas acções que detém, através de comunicação emitida por escrito ou por meios electrónicos aceites nos termos da legislação aplicável e que será válida apenas para uma assembleia-geral. O accionista representado pode designar qualquer pessoa para o representar e pode revogar essa representação a qualquer momento, sendo que a presença do accionista representado na assembleia-geral será considerada como revogação do instrumento de representação. Os estatutos estabelecem que o conselho de administração pode exigir que os instrumentos de representação para a assembleia-geral sejam entregues com pelo menos dois dias de antecedência relativamente à data de realização da assembleia-geral a que se refere a representação.

Direito a impugnar deliberações dos órgãos sociais em caso de violação da lei ou dos Estatutos

Nos termos da lei espanhola aplicável às Sociedades comerciais, os administradores podem ser responsabilizados pelos accionistas por actos ilícitos, actos que violem os estatutos e falta de diligência necessária ao cumprimento dos seus deveres legais. Os estatutos estabelecem que qualquer disputa entre a Sociedade e os accionistas será submetida à jurisdição dos tribunais competentes da sede da Sociedade (presentemente Oviedo, Astúrias, Espanha). Nenhum accionista pode iniciar um processo contra a Sociedade sem ter apresentado previamente uma reclamação contra o conselho de administração.

Direito a receber dividendos

Nos termos da lei espanhola, a assembleia-geral decide sobre a aplicação dos lucros do exercício, de acordo com o balanço que foi aprovado.

A distribuição de dividendos é proposta pelo conselho de administração e tem de ser autorizada pelos accionistas em assembleia-geral. A distribuição de dividendos aos accionistas será efectuada na proporção do capital que eles tenham realizado.

Os accionistas participam na distribuição de dividendos em cada ano a partir da data em que seja deliberada a sua distribuição em assembleia-geral e de acordo com os termos e prazos determinados pelo conselho de administração ou pela comissão executiva. Ao abrigo do disposto na secção 947 do Código Comercial Espanhol, o direito aos dividendos extingue-se e reverte para a Sociedade caso não seja reclamado pelo accionista passados cinco anos da data em que se tornou exigível.

Cumpridos os requisitos enunciados na *Ley de Sociedades Anónimas* ou nos estatutos, a Sociedade apenas poderá pagar dividendos a partir dos lucros disponíveis para esse exercício ou das reservas livres, e desde que o valor do activo não seja ou não se torne, em resultado da distribuição, inferior ao capital social emitido. Para este efeito, os lucros afectos directamente ao activo não podem, directa ou indirectamente, ser distribuídos.

Caso se verifiquem perdas relativas a exercícios anteriores em consequência das quais o valor do activo líquido seja inferior ao do capital social, qualquer lucro realizado deverá ser afectado primeiro à compensação destas perdas.

A referida limitação é aplicável a qualquer distribuição de lucros, salvo se as reservas livres forem no mínimo iguais ao montante das despesas de investigação e desenvolvimento registadas como activos no balanço.

A lei espanhola exige que pelo menos 10% do resultado líquido da Sociedade seja anualmente afectado a uma reserva legal até que o montante desta constitua pelo menos 20% do capital social da Sociedade. Esta reserva legal não pode ser distribuída, excepto no momento da liquidação da Sociedade. Adicionalmente, a lei espanhola obriga, desde 1 de Janeiro de 2008, que todas Sociedades afectem anualmente um montante do seu resultado líquido, correspondente pelo menos a 5% do seu imobilizado incorpóreo, a uma reserva não distribuível, até que o resultado dessa reserva seja equivalente ao montante total do imobilizado incorpóreo.

A partir de 1 de Janeiro de 2008, os dividendos apenas podem ser distribuídos caso o valor do património líquido não seja ou não se torne, em consequência da distribuição, inferior ao capital social, e contanto que o valor das reservas livres seja, pelo menos, igual às despesas de investigação e desenvolvimento registadas no activo.

Os dividendos distribuíveis pela Sociedade a não residentes em Espanha estão sujeitos a uma taxa de retenção na fonte de 18%. Todavia, os residentes em certos países poderão estar abrangidos

por benefícios fiscais decorrentes de convenções de dupla tributação celebradas entre Espanha e outros países.

De acordo com o artigo 33.º dos estatutos, compete à assembleia-geral aprovar a afectação dos lucros.

Os lucros serão distribuídos de seguinte forma:

- a) para as reservas legais ou outras reservas da empresa, conforme aplicável; e
- b) para distribuição de dividendos.

Nos termos do artigo 34.º dos estatutos da EDP Renováveis e da *Ley de Sociedades Anónimas*, a distribuição antecipada de dividendos aos accionistas pode apenas ser deliberada pelo conselho de administração ou pela comissão executiva, desde que as seguintes condições se encontrem reunidas:

- a) o conselho de administração deve emitir uma declaração contabilística da qual resulte que a Sociedade dispõe de liquidez suficiente para a referida distribuição antecipada;
- b) o montante a ser distribuído antecipadamente não pode exceder o montante total dos lucros obtidos pela Sociedade desde o final do último exercício (calculados depois de deduzidos os resultados negativos transitados de exercícios anteriores e os montantes a serem transferidos para reservas obrigatórias e ainda os impostos estimados para esse exercício relativamente a esses lucros); e
- c) qualquer distribuição de dividendos, antecipada ou não, que contrarie a *Ley de Sociedades Anónimas* deve ser devolvida à Sociedade pelos accionistas que hajam recebido esses montantes, com o correspondente juro legal, caso a Sociedade prove que os accionistas conheciam a irregularidade da distribuição ou que, tendo em conta as circunstâncias, os accionistas não a podiam desconhecer.

Direito de participação no eventual excedente no caso de liquidação da Sociedade

No momento da liquidação da Sociedade, os accionistas têm direito a receber proporcionalmente à sua participação na mesma quaisquer activos da Sociedade remanescentes após o pagamento de todas as dívidas, impostos e despesas com a liquidação.

Dissolução da Sociedade

A Sociedade pode ser dissolvida em razão de:

- a) deliberação dos accionistas em assembleia-geral;
- b) caducidade conforme prevista nos estatutos;
- c) cumprimento do objecto social da Sociedade ou manifesta impossibilidade de o realizar;
- d) verificação de perdas que impliquem redução dos activos líquidos a um montante correspondente a menos de metade do capital social, salvo se o capital social for aumentado ou reduzido em montante suficiente para o efeito e desde que não se verifiquem os requisitos aplicáveis para a solicitação da declaração de falência, de acordo com a legislação falimentar;
- e) redução do capital social abaixo dos mínimos legalmente estabelecidos; e
- f) fusão ou cisão da Sociedade.

Verificada qualquer uma das situações *supra* referidas, com excepção da prevista na alínea b), os Accionistas devem aprovar em assembleia-geral uma deliberação de dissolução da sociedade.

Para aprovação da deliberação de dissolução da sociedade, os administradores devem convocar uma assembleia-geral nos dois meses contados a partir da verificação da situação que a fundamenta. Qualquer accionista que considere ter-se verificado qualquer situação que fundamente a dissolução da Sociedade, pode requerer aos administradores a convocação dessa assembleia.

Verificada qualquer uma das situações previstas para efeitos de dissolução da Sociedade e no caso

de não ter sido convocada a assembleia-geral, ou caso tenha sido convocada esta não tenha aprovado a deliberação relativa à dissolução da Sociedade, os administradores podem requerer ao Tribunal que determine a dissolução.

Caso a deliberação de dissolução tenha sido devidamente aprovada em assembleia-geral, dá-se início ao processo de liquidação da Sociedade. Desde o momento em que a Sociedade entra em liquidação, o conselho de administração deixa de ter poderes de representação da mesma e estes passam a ser assumidos pelos liquidatários, nomeados pelos accionistas em assembleia-geral. Os accionistas que representem 5% do capital social podem requerer ao Tribunal que nomeie um auditor externo responsável pela revisão dos actos de liquidação praticados pelos liquidatários.

A partir do momento em que a Sociedade tenha cumprido todas as suas responsabilidades, a assembleia-geral tem que aprovar a liquidação e o balanço de liquidação. Qualquer accionista que se considere prejudicado pode impugnar o balanço de liquidação conforme proposto pelos liquidatários.

Depois de as deliberações de dissolução e de liquidação da Sociedade terem sido aprovadas em assembleia-geral, os respectivos anúncios devem ser publicados no “*Boletín Oficial del Registro Mercantil*” e num jornal local de grande tiragem na província onde a Sociedade tem a sua sede. Finalmente, as deliberações de dissolução e de liquidação da Sociedade devem constar do Registo Comercial.

15.3.2 Objecto social e objectivos e metas do Emitente e Oferente

A Sociedade tem por objecto actividades relacionadas com o sector da electricidade e, em particular, com o seguinte:

- a) a construção, a manutenção e a gestão de projecto de instalações para a produção de energia eléctrica e, em particular, as actividades relacionadas com o regime especial incluindo, entre outros, energia hidráulica ou mini-hídrica, energia eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e o uso de resíduos para a produção de energia;
- b) a promoção e o desenvolvimento de todo o tipo de projectos relacionados com recursos energéticos e a produção de energia eléctrica e, em particular, as actividades relacionadas com o regime especial, incluindo a co-geração, a produção hídrica e eólica, o uso de resíduos industriais e urbanos para a produção de energia, energia renovável, poupança de energia e actividades similares através da construção e exploração de unidades de produção e a comercialização dos produtos restantes;
- c) o desenvolvimento de actividades de investigação e a supervisão de instalações, controlo de qualidade, organização da manutenção, manutenção, aprovação e certificação de produtos especificamente do sector e a implementação conjuntamente com outras entidades de sistemas para a utilização e produção de energia; e
- d) a execução de actividades de construção (públicas e privados) geralmente relacionadas com a poupança de energia, diversificação de fontes energéticas e ambientais e, em particular, com a produção, utilização e transporte de energia, construção de estruturas hidráulicas, construção e montagem de instalações electrónicas, estruturas urbanas e industriais para o tratamento de águas e quaisquer outras actividades de construção relacionadas com aquelas ou instalações complementares àquelas actividades.

Adicionalmente, a EDP Renováveis pode prestar serviços a terceiros, incluindo:

- a) preparar relatórios, analisar e testar, a utilização, produção e transporte de energia;
- b) preparar modelos de sistemas, métodos e fórmulas relacionadas com as actividades acima mencionadas;
- c) condução de actividades de consultoria, auditoria, aconselhamento e formação;
- d) aconselhar sobre a utilização e transporte de energia; e
- e) a prestação de serviços integrais relacionados com o uso, transporte e utilização de energia, bem como investigar e desenvolver procedimentos relacionados com a poupança de energia.

15.3.3 Capital social, outros valores mobiliários, direito de preferência e direito a receber novas acções emitidas no âmbito de aumento de capital por incorporação de reservas

A assembleia-geral pode deliberar o aumento ou a redução do capital social da Sociedade em conformidade com as disposições da *Ley de Sociedades Anónimas*. Os accionistas podem delegar no conselho de administração a competência para aprovar um aumento do capital social da Sociedade. No caso de um aumento de capital social e de proposta de emissão de novas acções, os accionistas e os detentores de direitos convertíveis em acções terão direito de preferência sobre as novas acções emitidas na proporção do valor nominal das acções por eles detidas, ou, se for o caso, do número de acções em que poderiam converter os seus direitos convertíveis nessa data.

Caso o interesse da Sociedade assim o exija, os accionistas podem decidir que os direitos de preferência relativamente às novas acções não sejam aplicados ou delegar no conselho de administração o poder de excluir quaisquer direitos de preferência relativamente à atribuição das novas acções. Para que estas deliberações sejam consideradas válidas, é necessário que:

- a) a proposta de não aplicação dos direitos de preferência e o preço de emissão das novas acções sejam mencionados na comunicação de convocatória da assembleia-geral;
- b) à data da convocatória da assembleia-geral, seja apresentado aos accionistas um relatório elaborado pelos administradores que (i) justifique as deliberações e o preço proposto para a emissão das novas acções, (ii) identifique os destinatários das acções, (iii) contenha um relatório preparado por um auditor externo designado pelo Registo Comercial para o efeito (diferente daquele que audita as contas da Sociedade) sobre o valor justo das acções da Sociedade sujeitas a deliberação, a proposta de não aplicação dos direitos de preferência e a razoabilidade da informação contida no relatório preparado pelos administradores; e
- c) o valor nominal das acções a serem emitidas acrescido do montante do ágio, se for o caso, corresponda ao valor justo resultante do relatório do auditor *supra* citado. Caso se trate de uma Sociedade cotada, o valor justo será o de mercado, ou seja, o seu preço em bolsa.

No que se refere a Sociedades cotadas, os referidos relatórios dos administradores e do auditor externo deverão também referir o valor contabilístico líquido das acções a serem emitidas. A assembleia-geral poderá então deliberar sobre a emissão de novas acções a qualquer preço, desde que superior ao valor contabilístico líquido das mesmas referido no relatório do auditor externo.

Nos casos de sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, caso a assembleia-geral delegue nos administradores o poder de procederem ao aumento do capital, estes podem acordar na não aplicação dos direitos de preferência em relação às novas acções, quando os interesses da Sociedade assim o requeiram.

De acordo com a lei espanhola aplicável às sociedades comerciais, a sociedade só pode adquirir as suas próprias acções de acordo com as seguintes regras:

- a) uma aquisição deve ser aprovada em assembleia-geral por meio de uma deliberação que estabeleça (i) o número máximo de acções que podem ser adquiridas, (ii) o preço mínimo e máximo de aquisição das acções e (iii) a duração da autorização para aquisição, que não pode exceder 18 meses contados a partir da data da deliberação;
- b) o valor nominal agregado das acções readquiridas, juntamente com o total do valor nominal das acções já detidas pela sociedade e suas subsidiárias não pode exceder 10% do capital social da Sociedade;
- c) será necessário que a EDP Renováveis esteja apta a constituir reservas não distribuíveis correspondentes ao valor contabilístico das acções readquiridas; e
- d) as acções adquiridas devem ser integralmente realizadas.

15.3.4 Principais disposições estatutárias relativas aos órgãos de Administração e Fiscalização

Ver capítulo 13.

15.3.5 Participações qualificadas e comunicação de participações

A imputação de participações qualificadas no capital social da EDP Renováveis encontra-se sujeita às normas da lei espanhola (regras essas aplicáveis em matéria de lançamento de oferta pública de aquisição, nos termos da Directiva das OPA), as quais regulam, nomeadamente, os critérios e os limiares de imputação de participações sociais aos accionistas. A autoridade competente para a supervisão desta matéria será a autoridade espanhola (CNMV).

Para o efeito de assegurar a disseminação da informação junto do mercado regulamentado em que as Acções se encontram admitidas à negociação, participações qualificadas serão divulgadas no sítio na internet da CNMV, em língua espanhola, e praticamente em simultâneo no sítio da CMVM na internet, em língua portuguesa.

Por outro lado e com o propósito de promover a identificabilidade do regime aplicável nesta matéria, a EDP Renováveis deverá proceder (i) à inclusão de uma legenda nos comunicados de participações qualificadas quanto à aplicabilidade das normas relevantes de direito espanhol nesta matéria; (ii) à inclusão de idêntica legenda no relatório anual de governo societário, na informação financeira actual a respeito das participações accionistas, nos prospectos elaborados pela EDP Renováveis e no sítio na internet da EDP Renováveis a propósito da identificação da estrutura accionista da Sociedade.

A respeito da determinação de participações qualificadas cumpre referir que o Decreto Real 1362/2007 transpõe para o ordenamento jurídico espanhol a Directiva 2004/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 2004, relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado ("Directiva da Transparência").

Nestes termos, a aquisição ou disposição de Acções da Sociedade deve ser comunicada à CNMV e ao emitente, nos 4 dias úteis a contar da data em que a pessoa obrigada à comunicação esteja ou devesse estar informada de tal aquisição ou disposição (e ao Registo Espanhol para Investimento Estrangeiro junto da Secretaria Geral de Comércio e Investimentos quando a pessoa ou grupo que efectue a transacção não seja residente em Espanha), quando:

- a) implique que a pessoa ou grupo passe a deter 3%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 30%, 35%, 40%, 45%, 50%, 60%, 70%, 75%, 80%, e 90% ou mais dos direitos de voto na Sociedade; ou
- b) implique uma redução na percentagem dos direitos de voto detida pela pessoa ou grupo, inferior aos limites *supra* referidos.

Na legislação espanhola está prevista a presunção de que uma pessoa é ou deveria ter sido informada da transacção nos 2 dias de negociação a contar da data em que essa transacção ocorreu.

Se o número de votos se alterar, os accionistas com uma percentagem de direitos de voto, superior ou inferior aos limites de 3% e seguintes (*supra* indicados), devem comunicar os direitos de voto detidos após essa alteração à CNMV, à sociedade emitente, à sociedade gestora do mercado regulamentado em que as acções se encontram admitidas à negociação e, quando seja aplicável, à Secretaria Geral de Comércio e Investimentos.

Comunicação semelhante é ainda exigida aos titulares de participações qualificadas quando se verifique(m):

- a) aquisição ou disposição de qualquer instrumento financeiro que dê direito ao seu titular de adquirir Acções da Sociedade (como opções, futuros, "*swaps*", etc.), caso em que essa transacção deve ser comunicada à CNMV e ao emitente do instrumento financeiro;
- b) acordos relativos aos direitos de voto, transferência ou usufruto relativos às Acções da Sociedade, entre partes que detenham 3% ou mais dos direitos de voto agregados da

- Sociedade;
- c) depositários ou representantes que detenham acções nesta qualidade, desde que exerçam os correspondentes direitos de voto de forma discricionária;
 - d) a admissão inicial à negociação das acções representativas do capital social do emitente;
 - e) aumento do capital social que tenha por efeito o aumento da percentagem de direitos de voto.

No caso de a pessoa ou grupo que realize a transacção ser residente num paraíso fiscal (conforme definido nas regulações espanholas aplicáveis), o limite subjacente à obrigação de comunicação da aquisição ou disposição de acções é reduzido a 1% (seguido dos sucessivos múltiplos).

A 17 de Julho de 2003, o Governo espanhol promulgou a Lei da Transparência (Lei 26/2003), que alterou a Lei dos Valores Mobiliários espanhola (Lei 24/1988) e a *Ley de Sociedades Anónimas*. A Lei da Transparência obriga as partes a divulgarem determinado tipo de acordos parassociais relativos ao exercício de direitos de voto na assembleia-geral ou que prevejam restrições ou condições à livre transferência de acções ou obrigações convertíveis em acções. No caso de os accionistas celebrarem esses acordos relativamente às Acções da Sociedade, aqueles ficam obrigados a divulgar à CNMV e à própria sociedade a informação referente à execução, alterações e âmbito de tais acordos parassociais, e registá-los devidamente no Registo Comercial. O incumprimento desta obrigação constitui violação da Lei dos Valores Mobiliários espanhola e o acordo parassocial em causa não é válido.

15.4 Contratos Significativos

Acordos Parassociais

Generaciones Especiales I, S.L. é detida pela NEO (com uma participação de 80% do seu capital social) e pela Sociedad de Promoción y Participación Empresarial Caja de Madrid, S.A. (“Caja Madrid”) (com uma participação de 20% do seu capital social). A NEO e a Caja Madrid celebraram um acordo parassocial a 15 de Fevereiro de 2007. Este acordo estabelece que será necessário reunir 81% do capital social para aprovar deliberações dos accionistas relacionadas com: (i) fusão, cisão ou conversão da sociedade; (ii) dissolução e liquidação da sociedade; (iii) qualquer alteração aos estatutos que afectem o regime de transferência de acções, a estrutura do conselho de administração, o capital social ou o objecto social; (iv) aquisição de acções próprias e (v) atribuição de dividendos num montante até 5% dos dividendos distribuíveis.

O conselho de administração da Generaciones Especiales I, S.L. é composto por seis membros, quatro nomeados pela NEO e dois nomeados pela Caja Madrid. É necessária aprovação de pelo menos cinco administradores para aprovação das seguintes deliberações do conselho de administração (“Deliberações Principais”): (i) alteração material do objecto social; (ii) celebrar acordos com accionistas ou entidades, directamente ou indirectamente controladas por ou ligadas aos accionistas, relativos a um montante superior a 2.000.000 Euros; (iii) atribuição de procuração ou delegação de poderes pelo conselho de administração a uma comissão para qualquer questão relacionada com Deliberações Principais; e (iv) aquisição ou alienação de activos ou interesses noutras sociedades.

A NEO e a Caja Madrid decidiram financiar a Generaciones Especiales I, S.L., nos termos do respectivo plano de negócios, de acordo com a proporção do respectivo interesse na Generaciones Especiales I, S.L. Adicionalmente, irá ser obtido financiamento externo, sem recurso a “*project finance*”.

Na sequência da constituição da NEO pela EDP e pela Hidrocantábrico, foi celebrado, em Maio de 2005, um acordo parassocial relativo à NEO entre a EDP e a Caja de Ahorros de Astúrias (“Cajastur”), um banco de poupanças regional em Espanha que detém uma participação de 3% no capital social da Hidrocantábrico. O acordo de accionistas estipula que a EDP e a Cajastur devem aprovar conjuntamente determinadas matérias reservadas relacionadas com a NEO,

incluindo fusões, alienações, dissolução e liquidação da NEO e, até 31 de Dezembro de 2008, certos desinvestimentos relevantes e a celebração de contratos fora do curso normal da actividade da NEO.

Acordo-Quadro e acordos de implementação do Acordo-Quadro

Acordo-Quadro

A EDP Renováveis celebrou, em 7 de Maio de 2008, um Acordo-Quadro com a EDP, que entrará em vigor na data em que as Acções forem admitidas à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon. O Acordo Quadro foi concebido para regular o relacionamento existente e contínuo entre as partes e estabelece determinados princípios e regras que regem a relação comercial e jurídica que vigora actualmente entre as partes e que poderá ser estabelecida entre as partes no futuro.

O Acordo-Quadro estabelece o âmbito próprio do negócio das energias renováveis da EDP Renováveis e do Grupo EDP (excluindo a EDP Renováveis) numa tentativa de prevenir e evitar conflitos de interesses. O Acordo-Quadro prevê que a EDP Renováveis e o restante Grupo EDP não devem prosseguir, ou fazer investimentos em sociedades que prossigam, as actividades de energias renováveis atribuídas à outra sem o consentimento prévio da outra parte. De acordo com o Acordo-Quadro, a EDP Renováveis tem direitos exclusivos a nível mundial para o desenvolvimento, construção, exploração, operação e manutenção de instalações de produção e actividades relacionadas com a energia eólica, energia solar fotovoltaica e termoeléctrica, das ondas e mareomotriz, com excepção do Brasil, onde tais instalações e actividades devem ser desenvolvidas em parceria com a EDP – Energias do Brasil, S.A. O restante do Grupo EDP tem direitos exclusivos nas áreas de desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas com as energias renováveis que estejam em fase de piloto ou de estudo de viabilidade tecnológica ou comercial e das actividades relacionadas com centrais hídricas, de biomassa, co-geração e tratamento de resíduos em Portugal e Espanha. Sujeitas a determinadas condições, a EDP Renováveis e as restantes sociedades do Grupo EDP devem comunicar à contraparte quaisquer oportunidades de investimento das quais tomem conhecimento e que recaiam no âmbito das actividades prosseguidas por essa contraparte, beneficiando a contraparte de direito de preferência na prossecução dessas oportunidades. A EDP Renováveis e a EDP acordaram ainda em proceder à transmissão de quaisquer activos que a EDP Renováveis ou as demais sociedades do Grupo EDP venham a adquirir numa qualquer transacção e que estejam compreendidos no âmbito do negócio das energias renováveis prosseguido pela contraparte.

O Acordo-Quadro estabelece o âmbito dos contratos comerciais e jurídicos que o Grupo e a EDP Renováveis querem celebrar e determina certos princípios gerais para reger os acordos existentes e futuros. Os acordos incluem, entre outros: (i) um acordo de serviços técnicos empresariais, de engenharia e outros serviços de gestão (o “Contrato de Serviços de Gestão”); (ii) acordos de financiamento e garantias (os “Contratos de Financiamento”, os “Contratos de Conta Corrente” e os “Contratos de Garantias”) (iii) um acordo de licença de utilização de marca e de nome (o “Contrato de Marca Comercial”); (iv) um acordo de pesquisa e desenvolvimento (o “Acordo”).

Adicionalmente, o Acordo-Quadro determina a existência de uma Comissão OR, que a EDP, enquanto accionista da EDP Renováveis, se compromete a criar de forma a minimizar conflitos de interesse. A Comissão POR deverá ser responsável por supervisionar e reger a relação comercial e jurídica entre a EDP e a EDP Renováveis e deverá reportar ao conselho de administração o nível de cumprimento das disposições relevantes do Acordo-Quadro.

A EDP Renováveis também acordou em providenciar à EDP os documentos e informação que a EDP possa periodicamente requisitar, nomeadamente os que sejam necessários à EDP para cumprir com a sua obrigação legal de preparar os números contabilísticos consolidados para o Grupo EDP.

O Acordo-Quadro deverá permanecer em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, desde que a detenção se mantenha efectiva, considerando que no caso de a participação da EDP cair para 50% ou menos, o Acordo-Quadro permanece em vigor pelo tempo em que mais de 50% dos administradores da EDP Renováveis tenham sido nomeados pela EDP.

Contratos de Financiamento e de Garantias

A EDP Renováveis celebrou no passado determinados contratos de financiamento directa ou indirectamente com a EDP. Em 31 de Dezembro de 2006, a NEO tinha créditos decorrentes de contratos de financiamento obtidos junto de entidades relacionadas pertencentes ao Grupo EDP no valor de 1.582,1 milhões de Euros. Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Março de 2008 os créditos decorrentes de contratos de financiamento obtidos pela EDP Renováveis junto de entidades relacionadas pertencentes ao Grupo EDP eram no valor de 2.331,6 milhões de Euros e 2.375,6 milhões de Euros, respectivamente.

Em 2007, a EDP Renováveis contratou ainda com a EDP uma estrutura de empréstimos em Dólares Americanos e Euros com o propósito de cobrir o risco de câmbio do investimento líquido detido na Horizon, o qual está expresso em Dólares Americanos. Esta operação apresentava um valor positivo a favor da EDP Renováveis no valor de 38 milhões de Euros e 161,2 milhões de Euros, a 31 de Dezembro de 2007 e a 31 de Março de 2008, respectivamente.

Adicionalmente, a EDP e determinadas empresas do Grupo EDP emitiram garantias em benefício de terceiros de forma a assegurar o pagamento e obrigações de desempenho da EDP Renováveis, incluindo pagamentos de ligação à rede, garantias de pagamento de construção, garantias de pagamento de compra de turbinas e garantias de indemnização, que em 31 de Março de 2008 ascendiam a 836,3 milhões de Euros.

No capítulo 11. “Análise da Exploração e da Situação Financeira do Emitente e Oferente” é apresentada uma descrição dos principais termos e condições dos financiamentos concedidos à EDP Renováveis e/ou suas subsidiárias pelas entidades relacionadas pertencentes ao Grupo EDP, a 31 de Março de 2008.

A 7 de Maio de 2008 foi realizado um aumento do capital da EDP Renováveis no valor de 1.300.000.000 Euros. O aumento de capital foi subscrito pela EDP e pela Hidrocantábrego através de entradas em espécie, as quais correspondem a empréstimos da EDP e da HC à NEO no montante, respectivamente, de 1.040.000.000 Euros e 260.000.000 Euros.

Após a Oferta e ao abrigo do Acordo-Quadro supra descrito, a EDP Renováveis contempla celebrar os seguintes contratos de financiamento e garantias com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP:

Contratos de Financiamento a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro

A EDP Renováveis contempla celebrar Contratos de Financiamentos com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP para financiar o programa de investimentos da sua actividade. Os financiamentos deverão ser contratados em condições de mercado, com prazos e em moedas adequados às necessidades da EDP Renováveis e incluirão várias cláusulas padrão como declarações e garantias e cessação antecipada, nomeadamente no caso de perda de controle accionista da EDP Renováveis por parte da EDP.

Contratos de Conta Corrente a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro

A EDP Renováveis celebrará com a EDP um ou mais Contratos de Conta Corrente, em Euros, Dólares Americanos e/ou noutra moeda a acordar, nos termos do qual a EDP e a EDP Renováveis acordarão realizar operações de tesouraria e financeiras de uma forma sistematizada.

Particularmente, a EDP Renováveis conferirá à EDP um mandato para gerir a sua tesouraria e movimentar as suas contas bancárias. A EDP Renováveis crê que a gestão centralizada da sua tesouraria pela EDP permitir-lhe-á beneficiar de uma optimização da sua gestão de tesouraria. Os Contratos de Conta Corrente visarão permitir a provisão de financiamento de necessidades de tesouraria a curto prazo, em diferentes moedas, através de mecanismo que estará previsto no contrato. O processo de centralização da gestão da tesouraria deverá ser prosseguido através de uma ou mais contas bancárias em nome da EDP. Os Contratos de Conta Corrente deverão ser válidos por um ano, e automaticamente renovados pelo mesmo período excepto se as partes acordarem o contrário. Ambas as partes podem cessar cada contrato em qualquer altura. Na data em que cessação for efectiva, todos os saldos ao abrigo do respectivo contrato deverão ser totalmente regularizados, juntamente com os valores dos juros e outras despesas devidas, e a(s) conta(s) corrente(s) deverá(ão), então, ser encerrada(s).

Contratos de Garantias a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro

A EDP Renováveis celebrará com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP Contratos de Contra Garantia, em virtude de um prévio pedido da EDP Renováveis e/ou de uma sua Subsidiária, mediante o qual a EDP e/ou empresas do Grupo EDP terão emitido uma garantia a um beneficiário, nos termos do qual a EDP Renováveis contra garantirá as obrigações assumidas pela EDP e/ou pela empresa do Grupo EDP, enquanto estas subsistirem e pagará uma comissão determinada a preços de mercado.

Contrato de Serviços de Gestão

A EDP Renováveis celebrará com a EDP e/ou empresas do Grupo EDP um Contrato de Serviços de Gestão com a EDP, nos termos do qual a EDP irá fornecer determinados serviços específicos à EDP Renováveis e às suas subsidiárias, tais como, entre outros, serviços jurídicos e de secretariado de sociedade, TI, administrativos, de comunicações, de compliance e de recursos humanos. O Contrato de Serviços de Gestão terá o seu início com a admissão à negociação das Acções na Eurolist by Euronext Lisbon e continuará por um período de 12 meses, renovando-se automaticamente por novos períodos de 12 meses, salvo se o contrato for cessado com 1 mês de aviso prévio dado à contraparte.

Contrato de Marca Comercial

A EDP e a EDP Renováveis celebraram um Contrato de Marca Comercial não-exclusivo, em 14 de Maio de 2008, nos termos do qual a EDP acordou em conceder à EDP Renováveis uma licença não-exclusiva de utilização da marca “EDP Renováveis” para actividades de energia renovável e actividades relacionadas com esta. Nos termos do Contrato de Marca Comercial, a EDP Renováveis acordou em pagar à EDP um valor anual baseado na fracção proporcional da EDP Renováveis no orçamento anual dos serviços de imagem e de gestão empresarial, sujeito a uma revisão anual. Para o ano de 2008 o valor foi fixado em 1,5 milhões de Euros. No caso de a EDP deixar de deter, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, ou no caso de apenas 50%, ou menos, dos administradores da EDP Renováveis serem nomeados pela EDP, este contrato cessará a sua vigência. O Contrato de Marca Comercial poderá ser terminado em caso de falta de pagamento ou violação das obrigações pela EDP ou através de rescisão do contrato. O Contrato de Marca Comercial está também restringido às condições do Acordo-Quadro.

Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento

A EDP Renováveis celebrou com a divisão de pesquisa e desenvolvimento da EDP, a EDP Inovação, um Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento em 13 de Maio de 2008. O Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento regula as relações entre a EDP Renováveis e a EDP Inovação, particularmente o âmbito próprio de desenvolvimento de projectos de energias renováveis da EDP Renováveis e da EDP Inovação. A EDP Inovação tem direitos exclusivos nas áreas de

desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas com as energias renováveis que estejam em fase de piloto ou de estudo de viabilidade tecnológica ou comercial. Este quadro serve os objectivos de minimizar conflitos de interesse, de promover a troca de conhecimento e estabelecer a natureza das relações comerciais e jurídicas estabelecidas ou a estabelecer entre a EDP Renováveis e a EDP Inovação. Sujeitas a determinadas condições, a EDP Renováveis e a EDP Inovação devem comunicar à contraparte quaisquer oportunidades de investimento das quais tomem conhecimento e que recaiam no âmbito das actividades prosseguidas por essa contraparte, beneficiando a contraparte de direito de preferência na prossecução dessas oportunidades. O Acordo de Pesquisa e Desenvolvimento entrou em vigor por um período de tempo indefinido e permanecerá em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais do que 50% do capital social da EDP Renováveis, desde que a detenção se mantenha efectiva, considerando que no caso de a participação da EDP cair para 50% ou menos, o Acordo-Quadro permanece em vigor pelo tempo em que mais de 50% dos administradores da EDP Renováveis tenham sido nomeados pela EDP.

CAPÍTULO 16 – INFORMAÇÕES SOBRE A DETENÇÃO DE PARTICIPAÇÕES

A EDP Renováveis detém actualmente, directa ou indirectamente, as seguintes participações sociais, as quais são susceptíveis de ter um efeito significativo na avaliação do próprio activo e passivo, situação financeira ou lucros e prejuízos da EDP Renováveis:

Sociedade participada	Número de acções	Percentagem de capital e direitos de voto detidos
Nuevas Energías de Occidente, S.L.	3.000.000	100%
Generaciones Especiales I, S.L. (“Genesa”)	2.284.974	80% ⁽²⁰¹⁾
Agrupación Eólica, S.L.	64.367	100%
Desarrollos Eólicos, S.A.	10.560	80%
Desarrollos Eólicos Promoción, S.A.	80.610	80%
SINAE Inversiones Eólicas, S.A.	1.000.000	80%
VEINCO Participaciones, S.L.	10	80%
Enernova – Novas Energias, S.A. (“Enernova”)	1.500.000	100%
Horizon Wind Energy, LLC	Não aplicável	100%

A **Nuevas Energías de Occidente, S.L.**, sociedade espanhola, com sede em Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, Astúrias, em Espanha, titular do número de identificação fiscal B-74137100, inscrita no registo comercial das Astúrias sob o Tomo 3345, Folio 89, Folha AS – 32359, com o capital social de €30.000.000, tem como objecto social (i) a operação de instalações de produção de energia eléctrica e, em particular, as que estão abrangidas pelo regime especial, com particular enfoque para o desenvolvimento e operação de parques eólicos; (ii) a promoção e o desenvolvimento de todo o tipo de projectos relacionados com recursos energéticos e actividades de promoção de energia eléctrica, em particular os abrangidos pelo regime especial e no âmbito da co-geração, produção hidroeléctrica e energia eólica, utilização de resíduos industriais e urbanos para produção de energia, energias renováveis, poupança energética e actividades semelhantes, através da construção e exploração dos centros electroprodutores e da comercialização dos produtos daí resultantes; (iii) a realização, a pedido de terceiros, de estudos, análises e testes relacionados com a optimização das instalações destinadas à utilização, produção e transporte de energia; (iv) a realização de estudos, supervisão de montagens, controlo de qualidade, organização da manutenção, manutenção preventiva, homologação de produtos, certificação de processos e implantação de organizações para terceiros, destinados à optimização do uso e produção da energia; (v) a realização, a pedido de terceiros, de modelização de sistemas e métodos e fórmulas relacionadas com as actividades referidas anteriormente; (vi) a prestação de serviços de consultoria, auditoria e assessoria relativamente às actividades descritas anteriormente; (vii) a prestação de serviços integrais em relação às actividades de optimização no uso, transporte e utilização da energia, assim como a investigação e desenvolvimento de todo o tipo de processos relacionados com a utilização e poupança energética; (viii) a contratação e execução de obras de construção, públicas e privadas, relacionadas em geral com a poupança energética, a diversificação de fontes de energia e o meio ambiente e, em particular, com a produção, utilização e transporte de energia, construção de obras hidráulicas, construção e montagem de instalações eléctricas de climatização e mecânicas de todo o tipo, construção de obras para tratamento de águas, assim como de qualquer outro tipo de resíduos urbanos e industriais e todas as obras civis complementares a estas actividades; e (ix) a investigação e realização de actividades relacionadas com a segurança e higiene no trabalho e no meio ambiente em todas as suas formas, assim como a prestação de serviços a terceiros relativos à prevenção de danos, contra qualquer risco, nas

⁽²⁰¹⁾ A NEO detém acções representativas de 80% do capital social da Genesa, sendo as restantes acções, representativas de 20% do capital social da Genesa detidas pela Caja Madrid.

pessoas e coisas.

A **Desarrollos Eólicos, S.A.**, sociedade espanhola, com sede em Avenida de Montes Sierra, 36-2ª planta, Sevilha, em Espanha, titular do número de identificação fiscal A-41631441, inscrita no registo comercial de Sevilha, no Tomo 1894, Folio 121 e Folha SE-17141, com o capital social de €1.056.000, tem como objecto social a organização e exploração de actividades e negócios que relacionadas com a investigação e análise de recursos eólicos, comercialização, desenho, construção, fabrico, operação e manutenção de parques eólicos e dos seus equipamentos e de outros equipamentos relacionados com a capacidade de produzir ou regular energia eléctrica e a promoção e realização de projectos de parques eólicos, assim como o financiamento dos mesmos.

A **Desarrollos Eólicos Promoción, S.A.**, sociedade espanhola, com sede em Avenida de Montes Sierra, 36-2ª planta, Sevilha, em Espanha, titular do número de identificação fiscal A-91115196, inscrita no registo comercial de Sevilha, sob o Tomo 3219, Folio 151, Folha SE-43524, com o capital social de €8.061.000, tem como objecto social a organização e exploração de actividades e negócios que mantenham relação com a investigação e análise de recursos eólicos, comercialização, desenho, construção, fabrico, operação e manutenção de parques eólicos e dos seus equipamentos e dos equipamentos relacionados com a capacidade de produzir ou regular energia eléctrica e a promoção e realização de projectos de parques eólicos, assim como o financiamento dos mesmos.

A **Generaciones Especiales I, S.L.**, sociedade espanhola, com sede em Plaza de la Gesta, 2. Oviedo, Astúrias, em Espanha, titular do número de identificação fiscal B74104621, inscrita no registo comercial das Astúrias, no Tomo 3225, Secção 8 e Folha AS-30503, com o capital social de €28.562.170, tem como objecto social, entre outros, a operação de instalações de produção de energia eléctrica em regime especial, com particular enfoque no desenvolvimento e operação de parques eólicos, bem como a promoção e desenvolvimento de todo o tipo de projectos relacionados com recursos energéticos e actividades de produção de energia eléctrica.

A **Agrupación Eólica, S.L.**, sociedade espanhola, com sede em Paseo de Pamplona, 5, 5º. Zaragoza, em Espanha, titular do número de identificação fiscal B-82762964, inscrita no registo comercial de Zaragoza, no Tomo 3530, Folio 167, Folha Z-40861, com o capital social de €772.404, tem como objecto social a aquisição, detenção, uso, disposição, e alienação de bens ou valores mobiliários ou imobiliários de qualquer tipo, contanto que não seja necessária autorização especial nos termos da legislação vigente e a detenção, gestão, e administração de valores representativos de fundos próprios de entidades não residentes em território espanhol.

A **SINAE Inversiones Eólicas, S.A.**, com sede em calle Serrano Galvache, 56, Madrid, em Espanha, titular do número de identificação fiscal A-81510232, inscrita no registo comercial de Madrid, no Tomo 24196, Folio 165 e Folha M-179818, com o capital social de €6.010.000, tem como objecto social principal a produção de energia eléctrica, assim como a prospecção, a promoção, construção e exploração de parques eólicos e de todas as suas obras e instalações complementares.

A **Veinco Participaciones, S.L.**, sociedade espanhola, com sede em Paseo Pamplona, 57, Zaragoza, em Espanha, titular do número de identificação fiscal B-99187767, inscrita no registo comercial de Zaragoza, no Tomo 3587, Folio 143 e Folha Z-45580, com o capital social de €188.046,74, tem como objecto social, entre outros, a promoção, o planeamento, desenvolvimento e execução de projectos de engenharia e a produção e comercialização de energias renováveis, assim como a prospecção, promoção, construção e exploração de parques eólicos e de todas as suas obras e instalações complementares.

A **Enernova – Novas Energias, S.A.**, sociedade portuguesa, com sede em Largo Dr. Tito Fontes, n.º 15, 4.º andar, freguesia de Santo Ildefonso, concelho do Porto, em Portugal, com o número de pessoa colectiva 503.161.314, capital social de €7.500.000 e registada na Conservatória

de Registo Comercial do Porto, tem como objecto social projectar, construir e explorar meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas, fornecer serviços ou participar em realizações congêneres para outras entidades e exercer quaisquer outras actividades de estudo, projecto e execução em correspondência com as suas capacidades.

A **Horizon Wind Energy LLC**, sociedade de responsabilidade limitada constituída ao abrigo da lei do Estado de Delaware (*“Delaware Limited Liability Company Act”*), com sede em Suite 700, Houston, Texas 77002, nos E.U.A., e com o número de identificação fiscal federal 26-0860404, tem por objecto social exercer qualquer actividade permitida por lei, fim ou actividades permitidas às sociedades de responsabilidade limitada do Estado de Delaware.

CAPÍTULO 17 – INFORMAÇÕES DE TERCEIROS, DECLARAÇÕES DE PERITOS E DECLARAÇÕES DE EVENTUAIS INTERESSES

O Emitente e Oferente confirma que a informação obtida junto de terceiros, incluída no presente Prospecto, foi rigorosamente reproduzida e que, tanto quanto é do seu conhecimento e até onde pode verificar com base em documentos publicados pelos terceiros em causa, não foram omitidos quaisquer factos cuja omissão possa tornar a informação menos rigorosa ou susceptível de induzir em erro.

CAPÍTULO 18 – DOCUMENTAÇÃO ACESSÍVEL AO PÚBLICO

Durante o período da Oferta serão disponibilizadas na sede da EDP Renováveis cópias em suporte físico dos seguintes documentos:

- Estatutos da EDP Renováveis;
- Cópia do Prospecto;
- Tradução para língua espanhola do Prospecto;
- Quaisquer futuros prospectos, memorandos de informação e adendas, e quaisquer outros documentos inseridos nestes ou naqueles por remissão.

Estes documentos, com excepção da tradução para língua espanhola do Prospecto, estão também disponíveis nos sítios na internet da EDP Renováveis, em www.edprenovaveis.com e da CMVM, em www.cmvm.pt.

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTAS PRÓ-FORMA

- a) Demonstrações financeiras consolidadas, condensadas e não auditadas da EDP Renováveis referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2008;
- b) Demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007 e referentes ao período entre 4 de Dezembro de 2007 (data de constituição) e 31 de Dezembro de 2007;
- c) Demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da NEO referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007;
- d) Demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Horizon referentes aos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2007; e
- e) Informação financeira seleccionada pró-forma sujeita a relatório do auditor da EDP Renováveis nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da comissão, de 29 de abril de 2004, referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007.

1º Trimestre

EDP Renováveis, S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas
31 de Março de 2008

EDP Renováveis, S.A.

Demonstração dos Resultados Consolidados Condensada para os três meses findos em 31 de Março de 2008

	Notas	2008
		(Milhares de Euros)
Volume de Negócios	5	142.173
Custos com aquisição de electricidade	5	-121
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	5	-931
		<u>141.121</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	6	19.783
Fornecimentos e serviços externos	7	-19.844
Custos com o pessoal	8	-8.475
Custos com benefícios aos empregados	8	-218
Outros custos de exploração	9	-6.865
		<u>-15.619</u>
		125.502
Amortizações do exercício	10	-45.484
Compensações de amortizações / subsídios ao investimento	10	176
		<u>80.194</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	11	2.363
Outros proveitos financeiros	12	4.351
Outros custos financeiros	12	-45.026
Ganhos / (perdas) em associadas		<u>615</u>
Resultado antes de impostos		42.497
Impostos sobre lucros	13	-11.982
Resultado depois de impostos		<u>30.515</u>
Resultado líquido do período		<u><u>30.515</u></u>
Atribuível a:		
Accionistas da EDP Renováveis	27	26.626
Interesses minoritários	29	3.889
Resultado líquido do período		<u><u>30.515</u></u>
Resultado por acção Básico e Diluído - Euros	27	<u><u>0,54</u></u>

EDP Renováveis, S.A.

Balanço Consolidado Condensado em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

	Notas	2008 (Milhares de Euros)	2007 (Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	14	5.050.504	4.839.482
Outros activos intangíveis	15	22.530	22.958
Goodwill	16	1.210.527	1.245.078
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	32.818	32.360
Activos financeiros disponíveis para venda	19	7.436	7.951
Activos por impostos diferidos	20	16.841	16.719
Devedores e outros activos	23	99.740	100.462
Total dos Activos Não Correntes		6.440.396	6.265.010
Inventários	21	4.503	39.024
Clientes	22	81.343	60.885
Devedores e outros activos	23	217.530	99.251
Impostos a receber	24	104.726	96.835
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	25	56.261	44.839
Caixa e equivalentes de caixa	26	186.066	388.492
Activos detidos para venda		1.678	2.641
Total dos Activos Correntes		652.107	731.967
Total do Activo		7.092.503	6.996.977
Capitais Próprios			
Capital	27	2.081.419	18.873
Prémios de emissão	27	-	1.882.338
Reservas e resultados acumulados	28	74.984	129.844
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		26.626	1.093
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		2.183.029	2.032.148
Interesses minoritários	29	71.589	185.587
Total dos Capitais Próprios		2.254.618	2.217.735
Passivo			
Dívida financeira médio/longo prazo	30	2.498.147	2.364.629
Benefícios aos empregados	31	1.214	1.211
Provisões	32	30.485	22.597
Passivos por impostos diferidos	20	276.218	278.470
Credores e outros passivos	33	1.116.958	1.183.053
Total dos Passivos Não Correntes		3.923.022	3.849.960
Dívida financeira curto prazo	30	403.021	517.444
Credores e outros passivos	33	483.494	398.193
Impostos a pagar	34	28.348	13.645
Total dos Passivos Correntes		914.863	929.282
Total do Passivo		4.837.885	4.779.242
Total dos Capitais Próprios e Passivo		7.092.503	6.996.977

EDP Renováveis, S.A.

Reconhecimento de Ganhos e Perdas Consolidados Condensados em capitais próprios em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro 2007

(Milhares de Euros)

	2008		2007	
	Accionistas EDP Renováveis	Interesses Minoritários	Accionistas EDP Renováveis	Interesses Minoritários
Diferenças de câmbio	-1.381	-	-819	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	2.794	-446	13.747	1.788
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	1.066	151	-2.181	-
Resultado líquido reconhecido directamente em capitais próprios	2.479	-295	10.747	1.788
Resultado líquido do período	26.626	3.889	1.093	277
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	29.105	3.594	11.840	2.065

EDP Renováveis, S.A.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados Condensado em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Cobertura	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP Renováveis	Interesses minoritários
Saldos em 3 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da EDP Renováveis	15	15	-	-	-	15	-
Aumento de capital em espécie	1.901.196	18.858	1.882.338	-	-	1.901.196	-
Contribuição não monetária da NEO	119.097	-	-	119.097	-	119.097	-
Interesses minoritários resultantes da primeira consolidação	183.522	-	-	-	-	-	183.522
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	13.354	-	-	-	11.566	11.566	1.788
Variações na diferença cambial de consolidação	-819	-	-	-819	-	-819	-
Resultado líquido do período	1.370	-	-	1.093	-	1.093	277
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2.217.735	18.873	1.882.338	119.371	11.566	2.032.148	185.587
Aumento de capital em espécie	180.208	4.718	175.490	-	-	180.208	-
Aumento de capital através da incorporação dos prémios de emissão	-	2.057.828	-2.057.828	-	-	-	-
Reservas resultantes da aquisição de 40% da NEO	-58.431	-	-	-58.431	-	-58.431	-
Interesses minoritários resultantes de aquisições e alterações no método de consolidação	-118.692	-	-	-	-	-	-118.692
Aumento de capital nas empresas do Grupo NEO	1.100	-	-	-	-	-	1.100
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	3.564	-	-	-	3.859	3.859	- 295
Variações na diferença cambial de consolidação	-1.381	-	-	-1.381	-	-1.381	-
Resultado líquido do período	30.515	-	-	26.626	-	26.626	3.889
Saldos em 31 de Março de 2008	2.254.618	2.081.419	-	86.185	15.425	2.183.029	71.589

EDP Renováveis, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados Condensada em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	Grupo	
	2008	2007
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	101.754	11.576
Pagamentos a fornecedores	-41.687	-9.643
Pagamentos ao pessoal	-7.890	-1.152
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	37.541	-23.449
	<u>89.718</u>	<u>-22.668</u>
Recebimentos/(pagamentos) de imposto sobre o rendimento	<u>-846</u>	<u>22</u>
Fluxo das Actividades Operacionais	<u>88.872</u>	<u>-22.646</u>
Actividades em continuação	<u>88.872</u>	<u>-22.646</u>
Actividades de Investimento		
Recebimentos:		
Alienação de activos financeiros	7.784	1.853
Alienação de activos fixos tangíveis	2.362	2.075
Subsídios ao investimento	-137	-39
Juros e proveitos similares	2.093	562
Dividendos	169	-
	<u>12.271</u>	<u>4.451</u>
Pagamentos:		
Aquisição de activos financeiros	-6.242	-499
Aquisição de activos fixos tangíveis	-294.543	-142.483
	<u>-300.785</u>	<u>-142.982</u>
Fluxo das Actividades de Investimento	<u>-288.514</u>	<u>-138.531</u>
Actividades em continuação	<u>-288.514</u>	<u>-138.531</u>
Actividades de Financiamento		
Recebimentos/(pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados	14.512	48.910
Juros e custos similares	-7.452	-13.924
Aumentos de capital e prémios de emissão	-	15
Recebimentos/(pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	704	-6.952
Dividendos pagos	43	-
Venda/(compra) de acções próprias	-	-
Pagamentos de parceiros institucionais (Horizon)	-	242.809
	<u>7.807</u>	<u>270.858</u>
Fluxo das Actividades de Financiamento	<u>7.807</u>	<u>270.858</u>
Actividades em continuação	<u>7.807</u>	<u>270.858</u>
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	<u>-191.835</u>	<u>109.681</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-10.591	-269
Variação de caixa por entradas no perímetro de consolidação	-	279.080
Caixa e seus equivalentes no início do período (*)	<u>388.492</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	<u>186.066</u>	<u>388.492</u>

(*) Ver detalhe da composição da rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' na Nota 26 às Demonstrações Financeiras Condensadas

EDP Renováveis, S.A.

Demonstração dos Resultados Individual Condensada para os três meses findos em 31 de Março de 2008

	Notas	2008
		(Milhares de Euros)
Outros custos de exploração		
Fornecimentos e serviços externos	7	-31
		-31
Outros proveitos financeiros	12	1.786
Outros custos financeiros	12	-209
		1.546
Resultado antes de impostos		
Impostos sobre lucros	13	-416
Resultado líquido do período	27	1.130

EDP Renováveis, S.A.

Balanço Individual Condensado em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

	Notas	2008	2007
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo			
Investimentos financeiros em empresas filiais	17	1.920.176	1.863.360
Devedores e outros activos	23	95.059	-
Total de Activos Não Correntes		2.015.235	1.863.360
Devedores e outros activos	23	163.014	37.993
Impostos a receber	24	16	11
Caixa e equivalentes de caixa	26	15	15
Total de Activos Correntes		163.045	38.019
Total do Activo		2.178.280	1.901.379
Capitais Próprios			
Capital	27	2.081.419	18.873
Prémios de emissão	27	-	1.882.338
Reservas e resultados acumulados	28	44	-
Resultado líquido do período	27	1.130	44
Total dos Capitais Próprios		2.082.593	1.901.255
Passivo			
Dívida financeira médio/longo prazo	30	95.059	-
Passivos por impostos diferidos	20	-	47
Total de Passivos Não Correntes		95.059	47
Dívida financeira curto prazo	30	149	-
Credores e outros passivos	33	-	77
Impostos a pagar	34	479	-
Total dos Passivos Correntes		628	77
Total do Passivo		95.687	124
Total dos Capitais Próprios e Passivo		2.178.280	1.901.379

EDP Renováveis, S.A.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Individuais Condensado em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados
Saldos em 3 de Dezembro de 2007	-	-	-	-
Constituição da EDP Renováveis	15	15	-	-
Aumento de capital em espécie	1.901.196	18.858	1.882.338	-
Resultado líquido do período	44	-	-	44
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.901.255	18.873	1.882.338	44
Aumento de capital em espécie	180.208	4.718	175.490	-
Aumento de capital através da incorporação dos prémios de emissão	-	2.057.828	-2.057.828	-
Resultado líquido do período	1.130	-	-	1.130
Saldos em 31 de Março de 2008	2.082.593	2.081.419	-	1.174

EDP Renováveis, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual Condensada
em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	Individual	
	2008	2007
Actividades Operacionais		
Fluxo das Actividades Operacionais	-	-
Actividades de Investimento		
Fluxo das Actividades de Investimento	-	-
Actividades de Financiamento		
Aumentos de capital e prémios de emissão	-	15
Fluxo das Actividades de Financiamento	-	15
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	-	15
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	15	15

(*) Ver detalhe da composição da rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' na Nota 26 às Demonstrações Financeiras Condensadas

1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis

A EDP Renováveis, Sociedade Limitada (adiante designada por "EDP Renováveis"), foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. O objecto social principal consiste na realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente, a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, em especial de energia hídrica, mini-hídrica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos, entre outras. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, a EDP Renováveis foi transformada numa sociedade por acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP, S.A., através da sua sucursal em Espanha, detinha 100% do capital social da EDP Renováveis, S.L.

Em 2007, as participações de 60% da NEO e de 100% da Horizon, foram transferidas para a EDP Renováveis no âmbito de um aumento de capital em espécie subscrito pela EDP Energias de Portugal Sucursal em Espanha (EDP Sucursal), conforme descrito na nota 27. A participação na Horizon foi adquirida em 2 de Julho de 2007 à Goldman Sachs, pela EDP Sucursal, tendo sido posteriormente transferida para a EDP Renováveis em 18 de Dezembro de 2007.

Em 25 de Fevereiro de 2008, o accionista da EDP Renováveis S.L. aprovou um aumento de capital no montante de 4.718 milhares de Euros, com um prémio de emissão de 175.490 milhares de Euros. Este aumento de capital foi subscrito pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. ("Hidrocantábrico") através de uma contribuição não monetária correspondente a 40% do investimento devido na Nuevas Energías de Occidente, S.L. ("NEO"), a empresa-mãe do Grupo NEO, obtendo em troca uma participação de 20% no capital social da EDP Renováveis, S.A. Desde essa data, a EDP Renováveis, S.A. passou a deter 100% do capital social da NEO. Em 31 de Março de 2008, a EDP, S.A., através da sucursal em Espanha, detém uma participação de 80% no capital social da EDP Renováveis, S.A. detendo a Hidrocantábrico os restantes 20%.

A NEO opera através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica e Polónia. As principais subsidiárias da NEO são: Enernova (parques eólicos em Portugal), Genesa (produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), Greenwind (parques eólicos na Bélgica - parcerias com investidores locais) e Relax Wind Parks (parques eólicos na Polónia).

As principais actividades da Horizon são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América. A Horizon detém uma carteira de projectos em fase de operação e desenvolvimento e uma carteira de projectos com uma capacidade de produção potencial que ascende a 9.000 MW.

Em 31 de Março de 2008, a EDP Renováveis e as suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo EDP Renováveis") detém uma capacidade instalada bruta total de 3.706 MW, operando em Portugal (424 MW), Espanha (1.639 MW), França (87 MW) e Estados Unidos da América (1.556 MW).

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

O sector eléctrico em Espanha encontra-se regulado pela Lei nº 54 de 27 de Novembro de 1997 e as subsequentes adendas à legislação.

O Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004, estabelece a metodologia a usar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e sistematizou os regulamentos aplicáveis ao regime especial de energia. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebê-lo.

O Real-Decreto nº 661, de 25 de Maio de 2007, foi publicado em 26 de Maio de 2007 e regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004 e actualizado os regulamentos sobre produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, sendo que o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um prémio de sistema variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entrem oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto atrás referido até 31 de Dezembro de 2012.

Durante 2007 o Grupo NEO optou por vender em mercado a energia de todos os seus centros electroprodutores actualmente em operação e permanecer no regime transitório estabelecido no novo Real-Decreto.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e no Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador nacional da rede eléctrica nacional ou o operador regional da distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), o qual depende de requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional. Em Julho de 2005, a DGGE lançou um concurso público para a alocação de pontos de rede representativos de 1.500 MW, processo que ainda se encontra em curso.

O Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Ainda no âmbito das energias renováveis, o Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de Novembro estabeleceu o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de micro-produção, quer utilizem recursos renováveis como energia primária, quer produzam, combinadamente, electricidade e calor, podendo aceder a esta actividade os produtores de electricidade que disponham de um contrato de compra de electricidade em baixa tensão.

Enquadramento regulatório das actividades em França

A indústria eléctrica em França está regulamentada essencialmente pelo Acto 2000-108 (corrigido pelos Actos 2004-803 e 2006-1537) ("Act 2000"), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França. A operação de parque eólicos em França está também sujeita às provisões do código francês sobre ambiente e construção. O artigo 10 do Act 2000-108 exige que os distribuidores de energia eléctrica não nacionalizados assinem contratos onerosos de compra de electricidade produzida por: (i) instalações produtoras de energia a partir de desperdícios domésticos ou similares ou que utilizem tais fontes na produção de energia para o sistema de aquecimento distrital; e (ii) instalações que usem energias provenientes de fontes renováveis (incluindo energia eólica, às quais se aplicam provisões específicas).

As instalações que utilizem energia proveniente de fontes renováveis, com excepção da energia eólica mecânica, localizadas em áreas ligadas à rede metropolitana continental ou que implementem tecnologias energeticamente eficientes como a cogeração, não se qualificam para os contratos onerosos de aquisição de energia, a menos que cumpram com certos limites pré-estabelecidos de capacidade instalada. Estes limites foram estabelecidos por um decreto do Conseil d'Etat (Decreto 2000-1196 de 6 de Dezembro de 2000) para cada categoria de instalações elegível para beneficiar dos contratos onerosos de aquisição de energia. Com a nova regulação, apenas os parques eólicos que operem numa ZDE ("zone de développement éolien") podem beneficiar de um contrato oneroso de aquisição de energia. Estes contratos com os distribuidores não nacionalizados de electricidade baseiam-se nos preços estabelecidos por ordem ministerial para cada tipo de energia renovável e de acordo com um modelo de contrato aprovado pelo Ministério da Energia.

Os regulamentos tarifários especificam os termos da compra que têm em consideração o capital e os custos operacionais evitados pelo comprador, com um possível prémio que reflecta a contribuição efectuada pelo segmento ou a energia entregue para cumprir determinados objectivos, designadamente, a independência nacional de energia, a existência de um preço de energia competitivo e assegurar o fornecimento de energia.

O nível do prémio não pode ser tal que o capital investido nas instalações, beneficiando dos acordos de energia, venha a gerar ganhos superiores a um normal retorno do capital considerando o risco inerente a este negócio, bem como, o valor da capacidade de venda da totalidade da produção a um preço pré-estabelecido.

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. Todas as empresas de projecto que detemos nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities — QFs" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission — FERC" e têm tarifas com base de mercado de acordo com o previsto pela FERC.

As "EWGs" são detentores ou operadores de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) que são exclusivamente contratados no negócio de deter e/ou operar as instalações de produção e vender energia eléctrica às tarifas gerais. A EWG não pode efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e pode apenas deter ou operar as instalações de conexão limitada necessárias para a ligação da instalação de produção com a rede.

2. Políticas Contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP Renováveis e das suas subsidiárias e os resultados e capitais próprios das participações sociais detidas pelo Grupo nas empresas associadas para o período findo a 31 de Março de 2008 e a posição financeira a 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais condensadas (conjuntamente referidas como "demonstrações financeiras") foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, no dia 30 de Abril de 2008 e são expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações financeiras intercalares consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) IAS 34 Relato Financeiro Intercalar. Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação exigida para as demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo em e para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os activos não correntes detidos para venda e os grupos detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A actividade da EDP Renováveis iniciou-se em Dezembro de 2007, consequentemente, a demonstração dos resultados e as respectivas notas não apresentam comparativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as EU-IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor reportado dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras) das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2007. Não ocorreram alterações significativas face às divulgações efectuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2007, pelo que estas divulgações não foram actualizadas.

O fundo de maneo da EDP Renováveis em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é negativo. As demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis foram preparadas numa base de continuidade atendendo a que o principal accionista se comprometeu por escrito a providenciar o suporte financeiro necessário para que a Nuevas Energías de Occidente, S.L. e a Horizon Wind Energy, LLC ("holdings" dos subgrupos NEO e Horizon) cumpram os seus compromissos no curto e médio prazos.

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da EDP Renováveis e das suas subsidiárias e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. Os princípios e as políticas contabilísticas mantêm-se inalterados face aos princípios e políticas contabilísticas divulgados no parágrafo 2b) das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis de 31 de Dezembro de 2007. Estas políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo durante os três meses findos em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo foram discutidas na mesma Nota, nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2007, com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos não foram alterados significativamente durante o período findo em 31 de Março de 2008.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas na nota 3 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2007 são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada numa base regular em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros do Grupo EDP Renováveis é efectuada centralmente pela Direcção Financeira da EDP - Energias de Portugal, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direcção Financeira identifica, avalia e propõe à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, o qual define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Os riscos divulgados na nota 4 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2007, nomeadamente, risco de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito de contraparte nas operações financeiras, risco de liquidez e risco de preço de mercado, não sofreram alterações significativas durante o período findo em 31 de Março de 2008.

5. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo 31 Mar 2008 Euro'000	Individual 31 Mar 2008 Euro'000
Vendas por sector de actividade:		
Electricidade	135.889	-
Outros	5.513	-
	<u>141.402</u>	<u>-</u>
Prestação de serviços por sector actividade:		
Outros	771	-
	<u>142.173</u>	<u>-</u>
Total de Volume de negócios:		
Electricidade	135.889	-
Outros	6.284	-
	<u>142.173</u>	<u>-</u>

A rubrica de **Vendas**, para o Grupo, por mercado geográfico, é analisada como segue:

	31 Mar 2008		
	Europa	Estados Unidos	Total
Electricidade	104.383	31.506	135.889
Outros	5.513	-	5.513
	<u>109.896</u>	<u>31.506</u>	<u>141.402</u>

As rubricas de **Custos com aquisição de electricidade**, **variação nos inventários** e **Custo das matérias primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	Grupo 31 Mar 2008 Euro'000	Individual 31 Mar 2008 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	121	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:		
Custo das matérias primas e consumíveis	3.430	-
Variação da produção	-2.499	-
	<u>1.052</u>	<u>-</u>

6. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo 31 Mar 2008 Euro'000	Individual 31 Mar 2008 Euro'000
Proveitos suplementares	380	-
Ganhos em imobilizações	77	-
Proveitos relativos a investidores institucionais - Horizon	14.421	-
Amortização de proveitos diferidos relativos a contratos de aquisição de energia	4.427	-
Outros proveitos de exploração	478	-
	<u>19.783</u>	<u>-</u>

A rubrica Proveitos relativos a investidores institucionais — Horizon, inclui o reconhecimento de proveitos relativos aos créditos fiscais à produção (PTC) e às amortizações fiscais, relativamente aos projectos da Vento I e Vento II (ver nota 33).

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a Horizon e os seus clientes foram valorizados, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados, com base em pressupostos de mercado, em aproximadamente 120 milhões de Euros (190,4 milhões de dólares americanos) e registados como um passivo não corrente (nota 33). No entanto, este passivo deve ser amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos de exploração. Em 31 de Março de 2008, a amortização para o período foi de 4.427 milhares de Euros.

7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	31 Mar 2008	31 Mar 2008
	Euro'000	Euro'000
Fornecimentos e serviços:		
Água, electricidade e combustíveis	353	-
Utensílios e material de escritório	212	-
Rendas e alugueres	4.833	-
Comunicações	526	-
Seguros	1.302	-
Transportes, deslocações e estadias	1.119	-
Comissões e honorários	69	-
Conservação e reparação	7.175	-
Publicidade e propaganda	155	-
Trabalhos especializados	3.413	31
Royalties	59	-
Outros fornecimentos e serviços	628	-
	19.844	31

8. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	31 Mar 2008	31 Mar 2008
	Euro'000	Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	39	-
Remuneração dos colaboradores	7.794	-
Encargos sobre remunerações	929	-
Remuneração variável dos colaboradores	1.281	-
Outros custos	1.127	-
Trabalhos para a própria empresa	-2.695	-
	8.475	-

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	31 Mar 2008	31 Mar 2008
	Euro'000	Euro'000
Custos com planos de pensões	217	-
Custos com planos médicos e outros benefícios	1	-
	218	-

Os custos com planos de pensões referem-se, essencialmente, a planos de contribuição definida (216 milhares de Euros) e a planos de benefícios definidos (1 milhar de Euros).

9. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	31 Mar 2008	31 Mar 2008
	Euro'000	Euro'000
Impostos directos	2.777	-
Impostos indirectos	865	-
Imparidade para devedores e outros activos	23	-
Custos com locações de centros produtores de electricidade	1.080	-
Donativos	1.141	-
Outros custos e perdas operacionais	979	-
	6.865	-

No período, o Grupo não incorreu em custos de pesquisa e desenvolvimento.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

10. Amortizações do exercício

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo 31 Mar 2008 Euro'000	Individual 31 Mar 2008 Euro'000
Activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	694	-
Equipamento básico:		
Produção Hidroelétrica	21	-
Produção Termoelétrica	115	-
Produção Eólica	42.429	-
Outros	6	-
Equipamento de transporte	16	-
Equipamento administrativo e utensílios	279	-
Outros	799	-
	<u>44.359</u>	<u>-</u>
Outros activos intangíveis:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	1.125	-
	<u>1.125</u>	<u>-</u>
	<u>45.484</u>	<u>-</u>
Amortização de proveitos diferidos (Subsídios do Governo):		
Subsídios ao investimento	-176	-
	<u>-176</u>	<u>-</u>
	<u>45.308</u>	<u>-</u>

11. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros** para o Grupo, é analisada como segue:

	% Alienada	Grupo 31 Mar 2008 Euro'000	Individual 31 Mar 2008 Euro'000
Investimentos financeiros em filiais e associadas			
Marquesado del Solar, S.A.	50%	2.378	-
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L. ("IDER")	20%	-15	-
		<u>2.363</u>	<u>-</u>

Em 28 de Março de 2008, a Generaciones Especiales I S.L., uma empresa participada em 80% pela NEO, autorizou a venda da subsidiária Marquesado del Solar, S.L. à Solar Millenium AG, uma empresa alemã. O preço de venda foi de 3,4 milhões de Euros, originando um ganho de 2,4 milhões de Euros.

12. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo 31 Mar 2008 Euro'000	Individual 31 Mar 2008 Euro'000
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos de aplicações financeiras	2.224	51
Diferenças de câmbio favoráveis	322	-
Instrumentos financeiros derivados	1.805	1.735
	<u>4.351</u>	<u>1.786</u>
Outros custos financeiros:		
Juros de dívida financeira	39.140	51
Serviços bancários	115	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	168	-
Trabalhos para a própria empresa (juros)	-3.702	-
Instrumentos financeiros derivados	3.563	158
Outras perdas financeiras	5.742	-
	<u>45.026</u>	<u>209</u>
Resultados financeiros	<u>-40.675</u>	<u>1.577</u>

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

A rubrica Outros custos financeiros, nas contas individuais, inclui o montante de 123.392 milhares de Euros, relativo aos custos com a desvalorização do investimento em USD detido na Horizon. Estes custos encontram-se totalmente compensados pelo efeito de um instrumento derivado celebrado entre a EDP Renováveis e a EDP Sucursal, relativo à cobertura do risco cambial no investimento financeiro na Horizon (ver notas 23 e 37). O efeito do justo valor do referido derivado nas contas individuais da EDP Renováveis ascendeu a 123.234 milhares de Euros, cuja parte inefectiva da cobertura ascendeu a 158 milhares de Euros, encontrando-se registada na rubrica Outros custos financeiros - Instrumentos financeiros derivados.

13. Impostos sobre os lucros

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Grupo</u> <u>31 Mar 2008</u> <u>Euro'000</u>	<u>Individual</u> <u>31 Mar 2008</u> <u>Euro'000</u>
Imposto corrente	-12.869	-416
Imposto diferido	887	-
	<u>-11.982</u>	<u>-416</u>
 Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	 <u>28,19%</u>	 <u>26,91%</u>

As taxas de imposto sobre os lucros nos países em que a EDP Renováveis tem operações são as seguintes:

País	Subgrupo	<u>Taxa de imposto</u> <u>2008</u>
Espanha	NEO	30,00%
Portugal	NEO	26,50%
França	NEO	33,00%
Polónia	NEO	19,00%
Bélgica	NEO	34,00%
Estados Unidos da América	Horizon	37,63%

14. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Grupo</u> <u>31 Mar 2008</u> <u>Euro'000</u>	<u>31 Dez 2007</u> <u>Euro'000</u>	<u>Individual</u> <u>31 Mar 2008</u> <u>Euro'000</u>	<u>31 Dez 2007</u> <u>Euro'000</u>
Valor bruto:				
Terrenos e recursos naturais	4.009	4.589	-	-
Edifícios e outras construções	226.661	241.920	-	-
Equipamento básico:				
Produção Hidroelétrica	2.619	2.619	-	-
Produção Termoelétrica (co-geração)	6.008	6.008	-	-
Produção Eólica	2.786.727	2.640.479	-	-
Outro equipamento básico	247	247	-	-
Equipamento de transporte	315	332	-	-
Equipamento administrativo e utensílios	5.744	5.091	-	-
Outros activos fixos tangíveis	26.286	27.754	-	-
Activos tangíveis em curso	<u>2.339.868</u>	<u>2.217.004</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.398.484</u>	<u>5.146.043</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Amortizações acumuladas :				
Amortizações do período	-44.359	-6.477	-	-
Amortizações acumuladas	<u>-303.621</u>	<u>-300.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-347.980</u>	<u>-306.561</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
 Valor líquido contabilístico	 <u>5.050.504</u>	 <u>4.839.482</u>	 <u>-</u>	 <u>-</u>

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** no período de 31 de Dezembro de 2007 a 31 de Março de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Março Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	4.589	-	-	-	-113	-467	4.009
Edifícios e outras construções	241.920	-	-	-	-15.259	-	226.661
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	2.619	-	-	-	-	-	2.619
Produção Termoelétrica (co-geração)	6.008	-	-	-	-	-	6.008
Produção Eólica	2.640.479	8.389	-249	187.932	-49.824	-	2.786.727
Outro equipamento básico	247	-	-	-	-	-	247
Equipamento de transporte	332	-	-	-	-17	-	315
Equipamento administrativo e utensílios	5.091	700	-	61	-108	-	5.744
Outros activos fixos tangíveis	27.754	11	-816	81	-744	-	26.286
Activos tangíveis em curso	2.217.004	365.301	-1.448	-132.840	-94.659	-13.490	2.339.868
	<u>5.146.043</u>	<u>374.401</u>	<u>-2.513</u>	<u>55.234</u>	<u>-160.724</u>	<u>-13.957</u>	<u>5.398.484</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do período Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Março Euro'000
--	-----------------------------------	---------------------------------------	---	------------------------------------	------------------------------------	--	----------------------------------

Amortizações acumuladas e Imparidades :

Edifícios e outras construções	3.780	660	-	-	-205	-	4.235
Equipamento básico:							
Produção Hidroelétrica	1.360	20	-	-	-	-	1.380
Produção Termoelétrica (co-geração)	5.357	115	-	-	-	-	5.472
Produção Eólica	286.419	42.202	-	-	-2.521	37	326.137
Outro equipamento básico	191	6	-	-	-	-	197
Equipamento de transporte	114	16	-	-	-3	-	127
Equipamento administrativo e utensílios	2.822	226	-	-	-18	-	3.030
Outros activos fixos tangíveis	6.518	1.114	-	-	-13	-217	7.402
	<u>306.561</u>	<u>44.359</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-2.760</u>	<u>-180</u>	<u>347.980</u>

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

Os **Activos tangíveis em curso** em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Actividade elétrica:				
Grupo NEO	983.563	979.017	-	-
Grupo Horizon Wind Energy	1.356.305	1.237.987	-	-
	<u>2.339.868</u>	<u>2.217.004</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica de activos tangíveis em curso em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 está relacionada essencialmente com os parques eólicos em construção e desenvolvimento.

15. Outros activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Valor bruto:				
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	31.487	29.677	-	-
Activos intangíveis em curso	2.840	3.781	-	-
	<u>34.327</u>	<u>33.458</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Amortizações acumuladas:				
Amortizações para o período	-1.125	-408	-	-
Amortizações acumuladas	<u>-10.672</u>	<u>-10.092</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-11.797</u>	<u>-10.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor líquido contabilístico	<u>22.530</u>	<u>22.958</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não ocorreram variações significativas nesta rubrica durante os três meses findos em 31 de Março de 2008.

16. Goodwill

No Grupo, a rubrica de **"Goodwill"**, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Actividade eléctrica:				
Goodwill registado no Grupo NEO	707.510	705.725	-	-
Goodwill registado no Grupo Horizon Wind Energy	<u>503.017</u>	<u>539.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.210.527</u>	<u>1.245.078</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O goodwill do Grupo NEO, em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Subgrupo Genesa	459.465	459.812	-	-
Subgrupo Ceasa	141.949	141.949	-	-
Subgrupo Relax Winds (Polónia)	59.864	57.918	-	-
Subgrupo Enernova	43.011	42.971	-	-
Outros	<u>3.221</u>	<u>3.075</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>707.510</u>	<u>705.725</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Durante o primeiro trimestre de 2008, o aumento no goodwill do Grupo NEO está relacionado, essencialmente, com os custos adicionais de transacção do subgrupo Relax Winds.

O goodwill gerado pela aquisição do Grupo Horizon Wind Energy em 2007 foi determinado em USD no montante de 775.251 milhares de USD, sendo o valor em milhares de Euros de 503.017 (31 de Dezembro 2007: 539.353 milhares de Euros), incluindo os custos relacionados com a transacção, no montante de 12.723 milhares de Euros.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

17. Investimentos financeiros em filiais (contas individuais)

O detalhe dos **Investimentos financeiros em filiais** é analisado como segue:

	Individual	
	31 Mar 2008	31 Dez 2007
	Valor Líquido Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais:		
Nuevas Energias de Occidente, S.L.	242.506	62.298
Horizon Wind Energy, LLC	1.677.670	1.801.062
	<u>1.920.176</u>	<u>1.863.360</u>

Conforme referido na nota 1, em 25 de Fevereiro de 2008, o accionista da EDP Renováveis, S.A. aprovou um aumento de capital de 4.718 milhares de Euros com um prémio de emissão de 175.490 milhares de Euros totalmente subscrito pela Hidrocantábrico, S.A. através de uma contribuição não monetária correspondente a 40% do capital social da NEO, a empresa mãe do Grupo NEO.

O decréscimo do valor líquido do investimento na HWE reflecte as diferenças cambiais resultantes da conversão do investimento na HWE, o qual se encontra expresso em USD.

Durante o primeiro trimestre de 2008, as alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis, foram as seguintes:

Empresas alienadas durante o período:

- A Generaciones Especiales I, S.L. alienou a sua participação de 50% na subsidiária Marquesado del Solar, S.A. à Solar Millenium AG.
- A Sinae Inversiones Eólicas, S.A. alienou a sua participação de 20% na IDER, S.L.
- A Sinae Inversiones Eólicas, S.A. alienou a sua participação de 5% na Eólica Sierra de Avila, S.L. e na Eólica del Alfaz, S.L. à Invesducro Eólica, S.L.

Empresas constituídas no período:

- A Eólica de Radona S.L. foi constituída sendo 100% do seu capital social detido pela Sinae Inversiones Eólicas, S.A. .
- A Neolica Polska SP Z.O.O. foi constituída, sendo 100% do seu capital social detido pela NEO.
- As empresas Cloud County Wind Farm, Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC, Sagebrush Power Partners, LLC, Rail Splitter, Cloud West Wind Project, LLC e Wheatfield Wind Power Project, LLC foram constituídas durante o primeiro trimestre de 2008 e são detidas a 100% pela Horizon Wind Energy LLC.

Empresas adquiridas durante o período:

- A DEPSA S.A. adquiriu uma participação adicional de 5% na Desarrollos Eólicos del Corme, S.A.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

Alterações nas percentagens das participação sociais detidas durante o período:

Conforme mencionado acima, em 25 de Fevereiro 2008, a Hidrocontábrico realizou o aumento de capital da EDP Renováveis em espécie com a sua participação de 40% no capital social da NEO. Consequentemente, a participação da EDP Renováveis na NEO aumentou de 60% para 100%. As alterações das participações nas subsidiárias da NEO, no primeiro trimestre de 2008, foram as seguintes:

Empresas Subsidiárias	31 de Março 2008		31 de Dezembro de 2007	
	% Grupo	% Individual	% Grupo	% Individual
Empresa-Mãe:				
Nuevas Energías de Occidente, S.L.	100,00%	100,00%	60,00%	60,00%
Actividade Eléctrica - Portugal:				
Bolares-Energia Eléctrica, S.A.	100,00%	—	60,00%	—
Eneralitus-Produção de Energia Eléctrica, S.A.	100,00%	—	60,00%	—
Erenova - Novas Energias, S.A.	100,00%	—	60,00%	—
Eléctrica da Alagoa, S.A.	59,99%	—	35,99%	—
Eléctrica da Serra das Alturas, S.A.	50,10%	—	30,06%	—
Eléctrica de Montenegro, Lda	50,09%	—	30,06%	—
Levante - Energia Eléctrica, Unipessoal, Lda	100,00%	—	60,00%	—
Malhazes - Energia Eléctrica S.A.	100,00%	—	60,00%	—
Safra - Energia Eléctrica, S.A.	100,00%	—	60,00%	—
Actividade Eléctrica - Espanha:				
Acampo Añias, S.L.	98,19%	—	58,91%	—
Agrupación Eléctrica, S.L.U.	100,00%	—	60,00%	—
Cassa Promociones Eléctricas, S.L.U.	100,00%	—	60,00%	—
Coprastrut AIE	45,41%	—	27,25%	—
Cia. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAU	100,00%	—	60,00%	—
Compañía Eléctrica Campo de Borja, S.A.	75,83%	—	45,50%	—
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, S.L.U.	100,00%	—	60,00%	—
Desarrollos Eléctricos Promocion, S.A.	80,00%	—	48,00%	—
Desarrollo Eléctrico Almaroch, SAU	80,00%	—	48,00%	—
Desarrollo Eléctrico Buenavista, SAU	80,00%	—	48,00%	—
Desarrollo Eléctrico de Corme, S.A.	80,00%	—	45,60%	—
Desarrollo Eléctrico de Lugo, SAU	80,00%	—	48,00%	—
Desarrollo Eléctrico de Tarifa, SAU	80,00%	—	48,00%	—
Desarrollo Eléctrico Dumbria, SAU	80,00%	—	48,00%	—
Desarrollo Eléctrico REBOSERA, S.A.	76,00%	—	45,60%	—
Desarrollo Eléctrico Santa Quiteria, S.L.	46,66%	—	28,00%	—
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	60,00%	—	36,00%	—
Desarrollos Eléctricos de Galicia, S.A.	77,33%	—	46,40%	—
Desarrollos Eléctricos, S.A.	80,00%	—	48,00%	—
Eléctrica Dulcinea, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Eléctrica Alfaz, S.L.	67,98%	—	43,19%	—
Eneraliva S.A.	80,00%	—	48,00%	—
Eléctrica Arlanzón, S.A.	62,00%	—	37,20%	—
Eléctrica Campollano S.A.	60,00%	—	36,00%	—
Eléctrica Don Quijote, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Eléctrica Mare Nostrum, S.A.	48,00%	—	28,80%	—
Energía Eléctrica La Manchuela, S.L.U. (formerly Sierra de la Peña S.L.)	80,00%	—	48,00%	—
Eléctrica La Brújula S.A. (formerly Sierra de la Peña S.A.)	67,92%	—	40,75%	—
Genesis I S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Eléctrica Guadaleba, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Hidroeléctrica del Rumbiar, S.L.	64,00%	—	38,40%	—
Hidroeléctrica Fuentermosa, S.L.	71,96%	—	43,17%	—
Hidroeléctrica Gormaz S.A.	60,00%	—	36,00%	—
Iberia Aprovechamientos Eléctricos, SAU	100,00%	—	60,00%	—
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	72,00%	—	43,20%	—
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	47,67%	—	38,20%	—
Eléctrica Lajanda, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Eléctrica La Novica, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Molino de Caragüeyes, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
NEO Catalunya SL	100,00%	—	60,00%	—
NEO Energía Aragón SL	100,00%	—	60,00%	—
Neomal Inversiones SICAV, SA	100,00%	—	60,00%	—
Parque Eléctrico Belchite S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Parque Eléctrico la Sotonera, S.L.	51,88%	—	31,13%	—
Parque Eléctrico Los Cantales, S.L.U.	100,00%	—	60,00%	—
Parque Eléctrico Montes de Castañón, S.L.	100,00%	—	60,00%	—
Parque Eléctrico Plano de Artajona, S.L.U.	100,00%	—	60,00%	—
Parques de Generación Eléctrica, S.L.	60,00%	—	36,00%	—
Parques Eléctricos del Cantábrico S.A.	80,00%	—	48,00%	—
Rasacal Cogeneración S.A.	48,00%	—	28,80%	—
Renovables Castilla la Mancha, S.A.	72,00%	—	43,20%	—
Eléctrica Sierra de Avila, S.L.	71,99%	—	45,60%	—
Sieso Renovables Canarias, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Sinac Inversiones Eléctricas S.A.	80,00%	—	48,00%	—
Sotomal, S.A.	72,00%	—	43,20%	—
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	64,00%	—	38,40%	—
Eléctrica Curiscas Pumar, S.A.U. (formerly Río Sotón)	80,00%	—	48,00%	—
Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	80,00%	—	48,00%	—
Veinco Energía Limpia S.L.U.	80,00%	—	60,00%	—
Actividade Eléctrica - França:				
C.E. Bourbriac, SAS	100,00%	—	60,00%	—
CE Ayssenes-Le Truel, SAS	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Beaufort, SAS	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Calanheil Lohuec, SAS	100,00%	—	60,00%	—
CE Canal-Font de Sallars, SAS	100,00%	—	60,00%	—
CE Gueltes Noyal-Pontivy, SAS	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Les Vieilles, SAS	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Patay, SAS	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Pont d'Yeu, SAS	100,00%	—	60,00%	—
CE Saint Alban-Henansal, SAS	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Saint Barnabe, SAS	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Segur, SAS	100,00%	—	60,00%	—
Keranfauler, S.A.S.	100,00%	—	60,00%	—
Le Gallot, S.A.S.	100,00%	—	60,00%	—
Le Mee, S.A.R.L.	49,00%	—	29,40%	—
Parc Eolien Les Bles D'Or S.A.R.L.	100,00%	—	60,00%	—
Petite Piece, S.A.R.L.	49,00%	—	29,40%	—
Pleces de Vigne S.A.R.L.	100,00%	—	60,00%	—
Plouviou Breiz, S.A.S.	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Neo Prouville, SAS	100,00%	—	60,00%	—
Recherches et Développements Éoliennes, SARL	100,00%	—	60,00%	—
Sauvageons, S.A.R.L.	49,00%	—	29,40%	—
Saint Jacques, S.A.R.L.	100,00%	—	60,00%	—
C.E. Neo Truc de l'homme, SAS	100,00%	—	60,00%	—
Actividade Eléctrica - Holanda:				
Tarcon, BV	100,00%	—	60,00%	—
Actividade Eléctrica - Bélgica:				
Greenwind, S.A.	70,00%	—	42,00%	—
Actividade Eléctrica - Polónia:				
Chodow Wind Park SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—
KIP Wind Park I SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—
KIP Wind Park II SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—
Relax Wind Park I SP.ZO.O.	73,29%	—	43,98%	—
Relax Wind Park III SP.ZO.O.	50,95%	—	30,60%	—
Relax Wind Park V SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—
Relax Wind Park VI SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—
SK Wind Park SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—
Sokolowo Wind Park SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—
Zulawy Wind Park I SP.ZO.O.	100,00%	—	60,00%	—

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

As alterações das participações nas entidades conjuntamente controladas da NEO, no primeiro trimestre de 2008, são apresentadas de seguida:

Entidades conjuntamente controladas	31 de Março 2008		31 de Dezembro de 2007	
	% Grupo	% Individual	% Grupo	% Individual
Actividade Eléctrica - Espanha:				
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	50,00%	—	30,00%	—
Desarrollos Energéticos Canarios, S.A.	39,92%	—	23,95%	—
Evolución 2000, S.L.	39,32%	—	23,59%	—
Horta Medioambiental S.A.	40,00%	—	24,00%	—
Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.	40,00%	—	24,00%	—
Murciasol 1 Solar Térmica, S.L.	40,00%	—	24,00%	—
Tébar Eólica, S.A.	40,00%	—	24,00%	—

As alterações das participações nas empresas associadas da NEO, no primeiro trimestre de 2008, são apresentadas de seguida:

Empresas Associadas	31 de Março 2008		31 de Dezembro de 2007	
	% Grupo	% Individual	% Grupo	% Individual
Actividade Eléctrica - Espanha:				
Biomassas del Pirineo, S.A.	24,00%	—	14,40%	—
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	24,00%	—	14,40%	—
D.E. de Canárias, S.A.	35,80%	—	21,48%	—
Hidráulica Río Lena, S.A.	6,91%	—	4,15%	—
Hidroastur, S.A.	20,00%	—	12,00%	—
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	24,80%	—	14,88%	—
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	23,92%	—	14,35%	—
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	33,60%	—	20,16%	—
Sodecoan, S.L.	40,00%	—	24,00%	—
Solar Siglo XXI, S.A.	20,00%	—	12,00%	—
Yedesa Cogeneración, S.A.	8,00%	—	4,80%	—

18. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Empresas associadas:				
Investimentos financeiros em associadas	32.968	32.514	-	-
Ajustamentos em investimentos financeiros em associadas	-150	-154	-	-
Valor líquido	32.818	32.360	-	-

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global dos investimentos financeiros em associadas.

O detalhe dos **investimentos financeiros em associadas**, para o Grupo, é analisado como segue:

	Grupo			
	31 Mar 2008		31 Dez 2007	
	Valor bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	10.956	-	10.875	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	4.689	-	4.542	-
Associates of Veinco Energia Limpia, S.L.	4.890	-	4.913	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	3.210	-	2.967	-
Blue Canyon Windpower, LLC.	2.292	-150	2.635	- 154
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	2.781	-	2.610	-
Hidroastur, S.A.	2.214	-	2.121	-
Associates of Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	1.594	-	1.647	-
Outras	342	-	204	-
	32.968	-150	32.514	-154

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

19. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A.	3.107	3.107	-	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	4.260	3.460	-	-
Hueneja, C.B.	-	1.246	-	-
Outras	69	138	-	-
	<u>7.436</u>	<u>7.951</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Durante o primeiro trimestre de 2008, a Genesa I alienou a sua participação na Marquesado del Solar, S.A. que detinha uma participação na Hueneja, C.B. classificada como activo financeiro disponível para venda.

Os activos financeiros disponíveis para venda divulgados acima, estão registados ao seu custo de aquisição, pois não é possível estimar de forma fiável e consistente o seu justo valor.

20. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. Não ocorreram alterações significativas em relação à natureza, montantes e maturidade dos impostos diferidos activos e passivos face aos que foram reportados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

21. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Adiantamentos por conta de compras	211	35.127	-	-
Produtos acabados e intermédios	4.143	3.740	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:				
Materiais diversos e outros	149	157	-	-
	<u>4.503</u>	<u>39.024</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

22. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Clientes curto prazo - Corrente:				
Clientes residentes	44.397	35.951	-	-
Clientes não residentes	36.946	24.934	-	-
	<u>81.343</u>	<u>60.885</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Clientes de cobrança duvidosa	2.332	2.309	-	-
Perdas por imparidade	-2.332	-2.309	-	-
	<u>81.343</u>	<u>60.885</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O aumento na rubrica Clientes não residentes está relacionado, essencialmente, com os clientes da Enernova e inclui um aumento de aproximadamente 10.280 milhares de Euros no saldo em aberto com a EDP Serviço Universal, S.A. (a empresa do Grupo EDP responsável pela comercialização de electricidade em Portugal enquanto Comercializador de Último Recurso).

23. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Devedores de curto prazo - Corrente:				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	19.512	23.674	1.786	-
Adiantamentos a fornecedores	30	36	-	-
Outros devedores:				
- Dívidas referentes a colaboradores	12	9	-	-
- Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	178.752	51.061	161.228	37.993
- Seguros	406	309	-	-
- Honorários	3.176	2.022	-	-
- Adiantamentos por conta de activos financeiros	2.001	1.399	-	-
- Créditos fiscais associados à produção (PTC)	1.028	1.104	-	-
- Cauções prestadas	1.228	1.044	-	-
- Depósitos em garantia	829	9.089	-	-
- Outros devedores e operações diversas	10.556	9.504	-	-
	<u>217.530</u>	<u>99.251</u>	<u>163.014</u>	<u>37.993</u>
Devedores de médio / longo prazo - Não corrente:				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	9.450	10.576	95.059	-
Valores a receber (Horizon)	6.353	6.824	-	-
Cauções e depósitos vinculados	36.124	34.431	-	-
Custos diferidos (Grupo Enernova)	25.552	26.666	-	-
Valorização do contrato de operação e manutenção - Mapple Ridge I (Horizon)	7.527	8.084	-	-
Outros devedores e operações diversas	14.734	13.881	-	-
	<u>99.740</u>	<u>100.462</u>	<u>95.059</u>	<u>-</u>
	<u>317.270</u>	<u>199.713</u>	<u>258.073</u>	<u>37.993</u>

A rubrica Instrumentos financeiros derivados (Cobertura) - Corrente inclui o montante de 161.228 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 37.993 milhares de Euros) relativo a uma estrutura de empréstimos (derivado) em USD e EUR com a EDP Sucursal, o qual foi contratado de forma a cobrir o risco de câmbio do investimento líquido detido na Horizon, que se encontra expresso em USD. O montante referido acima respeita ao justo valor do derivado em 31 de Março de 2008, o qual corresponde à reavaliação cambial *spot* dos empréstimos relacionados (ver nota 37). O Grupo EDP Renováveis, nas suas contas consolidadas, aplicou o modelo do "net investment" para registar esta transacção.

A rubrica de Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Não corrente, no montante de 95.059 milhares de Euros (contas individuais), refere-se a empréstimos com empresas do Grupo, conforme referido na nota 30.

24. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	5.558	3.993	-	-
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	97.494	89.342	16	11
- Outras tributações	1.674	3.500	-	-
	<u>104.726</u>	<u>96.835</u>	<u>16</u>	<u>11</u>

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

25. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

A rubrica de **Activos financeiros ao justo valor através de resultados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Instrumentos de capital				
Fundos de investimento	37.083	42.841	-	-
Instrumentos de dívida				
Obrigações não cotadas	19.178	1.998	-	-
	<u>56.261</u>	<u>44.839</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As obrigações não cotadas estão registadas ao seu custo histórico de aquisição, o qual não difere significativamente do seu justo valor à data do balanço, atendendo a que estas obrigações foram adquiridas maioritariamente durante o mês de Março de 2008. A variação no justo valor destes activos decorre essencialmente de alterações nas taxas de juro, pelo que o impacto das alterações no justo valor dos activos não é significativo face ao seu valor contabilístico.

O justo valor dos fundos de investimento é calculado com base no valor de cotação desses fundos.

26. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Numerário:				
- Caixa	2	2	-	-
Depósitos bancários:				
- Depósitos à ordem	186.064	388.295	15	15
- Depósitos a prazo	-	195	-	-
	<u>186.064</u>	<u>388.490</u>	<u>15</u>	<u>15</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>186.066</u>	<u>388.492</u>	<u>15</u>	<u>15</u>

A operação com maior significado durante o primeiro trimestre de 2008 sem as correspondentes entradas e saídas de caixa refere-se ao aumento de capital social na EDP Renováveis realizado através de transacções não monetárias (ver nota 27).

27. Capital e Prémios de emissão

A EDP Renováveis foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 com um capital social de 15 milhares de Euros, representado por 1.500 participações sociais com um valor nominal de 10 Euros cada, tendo estas participações sociais sido integralmente subscritas pela EDP Energias de Portugal Sucursal em España, S.A. (EDP Sucursal). Em 18 e 21 de Dezembro de 2007, a EDP Sucursal procedeu ao aumento do capital social da EDP Renováveis através da incorporação de acções detidas nas suas subsidiárias Nuevas Energias de Occidente, S.L. (correspondente a 60% do respectivo capital social) e Horizon Wind Energy LLC (correspondente a 100% do respectivo capital social).

Conforme mencionado na nota 1, em 25 de Fevereiro de 2008, o accionista único da EDP Renováveis aprovou um aumento de capital da EDP Renováveis no montante de 4.718 milhares de Euros, com um prémio de emissão de 175.490 milhares de Euros, através da emissão de 471.824 novas acções com um valor nominal de 10 Euros cada e um prémio de emissão de 371,94 Euros por acção (175.490 milhares de Euros). Este aumento de capital foi subscrito pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. através de uma contribuição não monetária correspondente a 40% do capital social da Nuevas Energías de Occidente, S.L., a empresa-mãe do Grupo NEO, obtendo, em troca, uma participação de 20% no capital social da EDP Renováveis, S.L. Este acordo foi executado por escritura pública no dia 29 de Fevereiro de 2008. Desde essa data, a EDP Renováveis, S.L. passou a deter 100% do capital social da Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Na assembleia geral anual realizada em 12 de Março de 2008, os accionistas acordaram o seguinte:

- Aumentar o capital social da EDP Renováveis, S.L. com os prémios de emissão, através da emissão de 205.782.806 acções com um valor nominal de 10 Euros cada. Os accionistas realizaram este aumento de capital na proporção das suas participações na EDP Renováveis, S.A..

- Reduzir o valor nominal das acções de 10 para 2 Euros por acção, através da divisão das acções que representam a totalidade do capital social, numa proporção de cinco novas acções por cada acção antiga. O capital social mantém-se inalterado.

A divulgação pública desta operação ocorreu em 18 de Março de 2008.

Na assembleia geral anual ocorrida a 18 de Março de 2008, os accionistas concordaram em converter a EDP Renováveis, S.L. numa entidade com o nome de EDP Renováveis, S.A. Este acordo, cuja divulgação pública ocorreu a 18 de Março de 2008, considera o balanço da empresa em 17 de Março de 2008 como o balanço de conversão, substituindo as antigas quotas por acções com o mesmo número e valor unitário.

Em 31 de Março de 2008 a EDP, S.A., através da sucursal em Espanha, detém uma participação de 80% no capital social da EDP Renováveis, S.A. e a Hidrocantábrico detém os restantes 20%.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

As contribuições acima referidas foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, contribuição de activos e troca de acções estabelecido no Capítulo VIII, publicado pelo Real Decreto Lei 4 de 5 de Março de 2004, que aprova a alteração da Lei do imposto sobre o rendimento, de acordo com o artigo 93 do Real Decreto Legislativo 4 de 5 de Março de 2004, através do qual a alteração da lei de imposto sobre o rendimento foi aprovada.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008	31 Dez 2007	31 Mar 2008	31 Dez 2007
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em milhares de Euros	26.626	1.093	1.130	44
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em milhares de Euros	26.626	1.093	1.130	44
Nº médio de acções	49.562.293	909.477	49.562.293	909.477
Nº médio de acções diluídas	49.562.293	909.477	49.562.293	909.477
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	0,54	1,20		
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	0,54	1,20		
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	0,54	1,20		
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	0,54	1,20		

O Grupo EDP Renováveis calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas da EDP Renováveis utilizando a média ponderada das acções emitidas durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no exercício.

A empresa não detém quaisquer acções próprias em 31 de Março de 2008.

28. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	15.425	11.566	-	-
Diferença cambial de consolidação	-2.200	-819	-	-
Outras reservas e resultados acumulados:				
Efeito resultante do aumento de capital por entrada em espécie	60.666	119.097	-	-
Resultados transitados	1.093	-	44	-
	<u>74.984</u>	<u>129.844</u>	<u>44</u>	<u>-</u>

Efeito resultante do aumento de capital por entrada em espécie

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo comum não se encontra no âmbito do IFRS 3. Consequentemente, e na falta de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDP Renováveis adoptou uma política contabilística para as referidas transacções, que considera apropriada. Considerando a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecida nos capitais próprios.

A variação de 58.431 milhares de Euros na rubrica Efeito resultante do aumento de capital por entrada em espécie, refere-se ao aumento da participação social da EDP Renováveis na NEO de 60% para 100%, resultante de uma contribuição de capital efectuada pela Hidroantâbrico. Esta contribuição foi registada nas demonstrações financeiras da EDP Renováveis de acordo com o valor contabilístico da participação social nas demonstrações financeiras consolidadas da EDP, S.A., nomeadamente os investimentos financeiros de 180 milhões de Euros. Considerando que em 25 de Fevereiro de 2008 o capital próprio da NEO apresentava um montante de 304 milhões de Euros, dos quais 122 milhões de Euros atribuíveis à participação da EDP Renováveis, foi registado um efeito negativo em reservas de 58 milhões de Euros com referência a 31 de Março de 2008.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 214 do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do ano para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas se não existirem outras reservas disponíveis e para aumentar o capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

A reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas em moeda estrangeira para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas de câmbio em 31 Mar 2008		Taxas de câmbio em 31 Dez 2007	
		Câmbio de fecho	Câmbio Médio	Câmbio de fecho	Câmbio Médio
Dólar	USD	1,581	1,513	1,472	1,372

29. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	3.889	277
Interesses minoritários de capital e de reservas	67.700	185.310
	<u>71.589</u>	<u>185.587</u>

A rubrica de **Interesses minoritários**, por subgrupo, é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Grupo NEO	71.565	185.561
Grupo Horizon Wind Energy	24	26
	<u>71.589</u>	<u>185.587</u>

Durante o período, o Grupo EDP Renováveis gerou resultados positivos atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 3.889 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: lucros de 277 milhares de Euros).

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

30. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Dívida financeira de curto prazo - Corrente				
Empréstimos bancários:				
- Grupo NEO	76.390	77.724	-	-
Outros empréstimos:				
- EDP Renováveis, S.A.	149	-	149	-
- Grupo NEO	124.761	118.794	-	-
- Grupo Horizon Wind Energy	201.721	320.926	-	-
	<u>403.021</u>	<u>517.444</u>	<u>149</u>	<u>-</u>
Dívida financeira de médio/longo prazo - Não corrente				
Empréstimos bancários:				
- Grupo NEO	449.200	432.733	-	-
Outros empréstimos:				
- EDP Renováveis, S.A.	95.059	-	95.059	-
- Grupo NEO	1.953.888	1.931.896	-	-
	<u>2.498.147</u>	<u>2.364.629</u>	<u>95.059</u>	<u>-</u>
	<u>2.901.168</u>	<u>2.882.073</u>	<u>95.208</u>	<u>-</u>

A rubrica Dívida financeira de curto prazo - corrente inclui o montante de 201.721 milhares de Euros, relativo a empréstimos e respectivos juros a pagar pela HWE à EDP Sucursal. Estes empréstimos têm uma maturidade média de 30 dias, sendo renováveis e, vencem juros à taxa LIBOR acrescida de um spread de 0,25%. Os juros vencidos e não pagos em 31 de Março de 2008 ascendiam a aproximadamente 927 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2007: 951 milhares de Euros).

A rubrica Dívida financeira de médio/longo prazo - não corrente para a EDP Renováveis, S.A., refere-se a um suprimento entre a EDP, S.A. e a Enernova que em 2008 foi transferido da EDP, S.A. para a EDP Renováveis, que adquiriu o direito a receber este montante da Enernova.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. Em 31 de Março de 2008, estes financiamentos totalizavam 487.599 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

Durante o primeiro trimestre não ocorreram alterações significativas nos termos contratuais (taxas de juro, maturidades ou outros) relativos à dívida financeira da EDP Renováveis.

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

	31 Mar 2008		31 Dez 2007	
	Valor de balanço Euro'000	Valor de mercado Euro'000	Valor de balanço Euro'000	Valor de mercado Euro'000
Dívida financeira de curto prazo - Corrente	403.021	403.021	517.444	517.444
Dívida financeira de Médio/Longo prazos - Não correntes	2.498.147	2.566.405	2.364.629	2.424.153
	<u>2.901.168</u>	<u>2.969.426</u>	<u>2.882.073</u>	<u>2.941.597</u>

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (não corrente) é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas em vigor à data do balanço. O valor de balanço da dívida financeira de curto prazo (corrente) é considerado equivalente ao valor de mercado. Em 31 de Março de 2008, o valor de mercado da dívida financeira foi calculado com base no valor de mercado em 31 de Dezembro de 2007.

O valor das garantias encontra-se desagregado na nota 36 às demonstrações financeiras.

A repartição da Dívida financeira, por moeda, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Empréstimos em Euros	2.699.447	2.561.147	95.208	-
Empréstimos em USD	201.721	320.926	-	-
	<u>2.901.168</u>	<u>2.882.073</u>	<u>95.208</u>	<u>-</u>

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

31. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	835	834	-	-
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos	379	377	-	-
	<u>1.214</u>	<u>1.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 refere-se exclusivamente a planos de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões e cuidados médicos estão totalmente cobertas pelos activos do plano ou por provisões específicas. Adicionalmente, em 31 de Março de 2008 não existem ganhos e perdas actuariais diferidos.

Os pressupostos utilizados em 31 de Março de 2008 no cálculo das responsabilidades inerentes aos planos de pensões e cuidados médicos para o Grupo EDP Renováveis, mantêm-se inalterados face aos utilizados em 31 de Dezembro de 2007.

32. Provisões

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	12	12	-	-
Provisão para garantias a clientes	305	301	-	-
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	28.164	20.280	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	<u>2.004</u>	<u>2.004</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>30.485</u>	<u>22.597</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A provisão para desmantelamento e descomissionamento destina-se a fazer face às responsabilidades com o desmantelamento de parques eólicos, reposição de locais e terrenos no seu estado original e, foi constituída de acordo com a política contabilística do Grupo EDP Renováveis descrita nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2007. O montante acima referido inclui 21.467 milhares de Euros relativos a parques eólicos nos Estados Unidos da América, 5.192 milhares de Euros para parques eólicos em Espanha, 1.264 milhares de Euros para parques eólicos em Portugal e os restantes 241 milhares de Euros para parques eólicos em França. Os pressupostos utilizados no cálculo das provisões para desmantelamento e descomissionamento são consistentes com os que foram utilizados em 31 de Dezembro de 2007.

A Administração do Grupo EDP Renováveis considera que as provisões registadas no balanço consolidado cobrem, adequadamente, os riscos descritos nesta nota, pelo que não se espera que dos mesmos advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Março de 2008, o Grupo EDP Renováveis não tem conhecimento de quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

33. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Credores e outros passivos de curto prazo - Corrente:				
Fornecedores	9.742	20.168	-	-
Fornecedores de imobilizado	380.902	287.066	-	-
Outros accionistas de empresas do grupo	15.891	-	-	-
Adiantamentos de clientes	4.412	7.155	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	8.591	1.400	-	-
Proveitos diferidos	954	708	-	-
Valores a pagar relativos à aquisição do projecto "RELAX"	-	2.267	-	-
Remuneração variável a pagar a colaboradores	5.423	5.730	-	-
Dívidas por fornecimento de outros bens e serviços	20.005	38.224	-	-
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	89	7.215	-	-
Outros credores e operações diversas	37.485	28.260	-	77
	483.494	398.193	-	77
Credores e outros passivos de médio/longo prazo - Não corrente:				
Valores a pagar relativos à aquisição do projecto "RELAX"	39.644	46.735	-	-
Subsídios ao investimento em activos tangíveis	10.352	10.528	-	-
Contratos de venda de energia - Horizon	112.652	125.735	-	-
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	267.930	264.893	-	-
Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's	678.389	733.273	-	-
Outros credores e operações diversas	7.991	1.889	-	-
	1.116.958	1.183.053	-	-

A rubrica Contratos de venda de energia - Horizon corresponde ao justo valor dos contratos celebrados pela Horizon com os seus clientes, determinados na data de aquisição pelo Grupo EDP.

A rubrica Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA, no montante de 678.389 milhares de Euros, analisa-se como segue:

	31 Mar 2008 Euro'000
Saldo a 1 de Janeiro	733.273
Diferenças de câmbio	-50.397
Montante de benefícios atribuídos	-48.433
Juros implícitos	9.935
Responsabilidade por interesse residual	1.240
Subtotal sujeito a juros	645.618
Proveitos diferidos - Não correntes	32.771
Saldo a 31 de Março	678.389

34. Impostos a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	16.559	6.940	464	-
- Retenções na fonte	3.600	3.650	15	-
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3.597	2.564	-	-
- Outras tributações	4.592	491	-	-
	28.348	13.645	479	-

35. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge") e de cobertura de fluxos de caixa ("Cash flow hedge") de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

O justo valor da carteira de derivados em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é apresentado como se segue:

	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")	161.228	37.993	161.228	37.993
Cobertura de fluxos de caixa ("Cash flow hedge")	8.933	11.668	-	-
	<u>170.161</u>	<u>49.661</u>	<u>161.228</u>	<u>37.993</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Devedores e outros activos (nota 23) ou Credores e outros passivos (nota 33) consoante o justo valor seja positivo ou negativo, respectivamente.

36. Compromissos

Em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo		Individual	
	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000	31 Mar 2008 Euro'000	31 Dez 2007 Euro'000
Garantias de carácter financeiro				
- Grupo NEO Energia		26.306	-	-
- Grupo Horizon Wind Energy	2.846	3.057	-	-
	<u>2.846</u>	<u>29.363</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Garantias de carácter operacional				
- Grupo NEO Energia	16.519	40.034	-	-
- Grupo Horizon Wind Energy	567.752	542.564	-	-
	<u>584.271</u>	<u>582.598</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>587.117</u>	<u>611.961</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Garantias reais	<u>3.037</u>	<u>3.458</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As responsabilidades com locações operacionais e compromissos de compra do Grupo EDP Renováveis, por prazo de maturidade, são apresentados como segue:

31 Mar 2008					
Capital em dívida por período					
Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Rendas de locações operacionais	313.645	13.867	35.069	35.026	229.683
Compromissos de compra	2.398.121	1.411.857	986.264	-	-
	<u>2.711.766</u>	<u>1.425.724</u>	<u>1.021.333</u>	<u>35.026</u>	<u>229.683</u>
31 Dez 2007					
Capital em dívida por período					
Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Rendas de locações operacionais	325.731	16.975	42.208	26.835	239.713
Compromissos de compra	2.487.874	1.204.679	1.277.789	518	4.888
	<u>2.813.605</u>	<u>1.221.654</u>	<u>1.319.997</u>	<u>27.353</u>	<u>244.601</u>

As obrigações de compra incluem, essencialmente, dívidas relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculos dos compromissos contratuais estimados.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

Durante o trimestre, não ocorreram alterações significativas nos montantes, natureza e maturidade da dívida financeira do Grupo.

Em 31 de Março 2008, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos contingentes relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis, através da subsidiária NEO, detém uma opção de compra à Caja Madrid da totalidade das acções detidas pela Caja Madrid em empresas do subgrupo NEO (20% da Genesa). A Caja Madrid detém uma opção de venda à NEO destas mesmas acções. O preço de exercício das opções será determinado com base em avaliações independentes de bancos de investimento. As opções são exercíveis entre 1 de Janeiro de 2010 e 1 de Janeiro de 2011, inclusivé.

37. Partes relacionadas

Em 31 de Março de 2008, os activos e passivos com empresas do grupo e associadas, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Líquido Euro'000
EDP Energias de Portugal, S.A.	19.512	2.391.469	(2.371.957)
Empresas do Grupo EDP	35.638	4.180	31.458
Empresas do Grupo HC	3.457	2.894	563
Associadas	26.063	2.166	23.897
Empresas sob controlo conjunto	7.922	579	7.343
	<u>92.592</u>	<u>2.401.288</u>	<u>(2.308.696)</u>

Os passivos com a EDP Energias de Portugal, S.A., incluem empréstimos obtidos pela NEO, EDP Renováveis e Horizon, nos valores de 2.078.649 milhares de Euros, 95.208 milhares de Euros e 201.721 milhares de Euros, respectivamente (ver nota 30) e a 15.891 milhares de Euros devidos pela Horizon à EDP S.A., decorrente de aquisição de turbinas.

Durante o primeiro trimestre de 2008, as transacções com empresas do grupo e associadas, são analisadas como segue:

	Proveitos de exploração Euro'000	Proveitos financeiros Euro'000	Custos de exploração Euro'000	Custos financeiros Euro'000
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	94	(1.114)	(1.255)
Empresas do Grupo EDP	28.612	-	(714)	(26.275)
Empresas do Grupo HC	4.187	5	(764)	(2)
Associadas	162	99	(24)	-
Empresas sob controlo conjunto	153	115	-	-
	<u>33.114</u>	<u>313</u>	<u>(2.616)</u>	<u>(27.532)</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos e passivos com empresas do grupo e associadas, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Líquido Euro'000
EDP Energias de Portugal, S.A.	60.732	2.312.098	(2.251.366)
Empresas do Grupo EDP	6	1.187	(1.181)
Empresas do Grupo HC	8.347	2.646	5.701
Associadas	7.751	2.228	5.523
Empresas sob controlo conjunto	12.441	2.740	9.701
Outras	-	10.691	(10.691)
	<u>89.277</u>	<u>2.331.590</u>	<u>(2.242.313)</u>

Para além dos passivos associados às opções de venda existentes entre a NEO e a Caja Madrid, no montante de 264.893 milhares de Euros, que se encontram registadas na rubrica Credores e outros passivos (ver nota 33), a NEO detém empréstimos com a Caja Madrid no montante global de aproximadamente 102.662 milhares de Euros. Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado.

Tal como referido na nota 30, a Dívida financeira de curto prazo - Corrente inclui o montante de 201.721 milhares de Euros relativo a um empréstimo de 319.000 milhares de USD e respectivos juros vencidos a pagar pela Horizon à EDP Sucursal. O montante inicial deste empréstimo ascendia a 771.000 milhares de USD, que foram concedidos à Horizon pela EDP Sucursal imediatamente após a sua aquisição, sob a forma de empréstimos de curto prazo. Em 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a Horizon tinha já reembolsado 128.000 milhares de USD e 324.000 milhares de USD, respectivamente. O saldo remanescente vence no prazo de 30 dias, renovável, e vence juros à taxa LIBOR acrescida de um spread de 0,25%. Os juros vencidos e não pagos em 31 de Março de 2008 ascendiam a aproximadamente 1.466 milhares de USD (aproximadamente 927 milhares de Euros).

Em 31 de Março de 2008, a Horizon tem uma dívida para com a EDP, S.A., no montante de aproximadamente 25.100 milhares de USD (aproximadamente 15.876 milhares de Euros), relativa a um pagamento efectuado pela EDP, S.A. por conta da Horizon, para a aquisição de uma turbina.

EDP Renováveis, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas para os três meses findos em 31 de Março de 2008

Com o objectivo de cobrir o risco cambial existente ao nível da EDP Renováveis e contas individuais da EDP Sucursal, o Grupo EDP contratou uma estrutura de empréstimos em USD e EUR entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis. O financiamento em USD em conjunto com o empréstimo em EUR, configuram em substância um derivado cambial, sendo reconhecidos contabilisticamente como tal nas demonstrações financeiras da EDP Renováveis e da EDP Sucursal. Em cada data de reporte, a estrutura financeira é reavaliada ao seu valor de mercado, correspondente à reavaliação cambial *spot*, resultando numa cobertura perfeita (reavaliação cambial do investimento na Horizon e do financiamento externo em USD). Em 31 de Março de 2008, o valor a receber pela EDP Renováveis da EDP Sucursal relacionado com este financiamento é de 161.228 milhares de euros (ver nota 23).

Como parte da sua actividade operacional, o Grupo EDP Renováveis concede garantias a certos fornecedores. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP S.A. através da EDP Sucursal. Com referência a 31 de Março de 2008, a EDP, S.A e a Hidrocantábriico concederam garantias financeiras (32.813 milhares de Euros) e operacionais (803.475 milhares de Euros) a fornecedores cujos beneficiários são a NEO e a Horizon. No caso das garantias operacionais, as mesmas destinam-se a assegurar que a NEO e a Horizon cumprem as suas responsabilidades referentes à aquisição de activos fixos tangíveis, designadamente turbinas (ver nota 36).

Os débitos da EDP Renováveis com os accionistas a 31 de Março de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, **em base individual**, são analisados como segue:

	Juros a receber	
	31 Mar 2008	31 Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
EDP Energias de Portugal - Sucursal em Espanha S.A.	161.228	37.993
	<u>161.228</u>	<u>37.993</u>

38. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Março de 2008 é analisado de seguida:

	Mar 2008 Grupo		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros			
Activos financeiros disponíveis para venda	7.436	7.436	-
Clientes	81.343	81.343	-
Instrumentos financeiros derivados	178.752	178.752	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	56.261	56.261	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	186.066	186.066	-
	<u>509.858</u>	<u>509.858</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Dívida Financeira	2.901.168	2.969.426	68.258
Fornecedores	390.644	390.644	-
Instrumentos financeiros derivados	8.591	8.591	-
	<u>3.300.403</u>	<u>3.368.661</u>	<u>68.258</u>

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2007 é analisado de seguida:

	Dez 2007 Grupo		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros			
Activos financeiros disponíveis para venda	7.951	7.951	-
Clientes	60.885	60.885	-
Instrumentos financeiros derivados	51.061	51.061	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	44.839	44.839	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	388.492	388.492	-
	<u>553.228</u>	<u>553.228</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Dívida Financeira	2.882.073	2.941.597	59.524
Fornecedores	307.234	307.234	-
Instrumentos financeiros derivados	1.400	1.400	-
	<u>3.190.707</u>	<u>3.250.231</u>	<u>59.524</u>

Os principais pressupostos e a metodologia de determinação do justo valor das rubricas acima referidas, encontram-se divulgados na nota 4 das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2007.

39. Eventos relevantes e subsequentes

EDP Renováveis adquire parques e projectos de produção de energia eólica situados em França

A 8 de Abril de 2008, a EDP Renováveis, através da NEO, adquiriu à EOLE 76 e Eurocape três parques eólicos e vários projectos de produção de energia eólica, situados em França, no valor global de 51.300 milhares de Euros.

40. Relato financeiro por segmentos de negócios

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

EDP Renováveis, S.A.
Actividade Grupo EDP Renováveis por Segmentos de Negócio
Informação por Segmentos de Negócio Condensada para o período findo a 31 de Março 2008

	PRODUÇÃO RENOVÁVEIS					Outras Operações	Grupo EDP Renováveis
	Portugal	Espanha	França	Resto da Europa	E.U.A.		
Volume de Negócios	28.685	71.197	4.694	-	31.505	6.092	142.173
Custos com aquisição de electricidade	-30	-	-	-	-91	-	-121
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	123	45	-	-52	-	-1.047	-931
	<u>28.778</u>	<u>71.242</u>	<u>4.694</u>	<u>-52</u>	<u>31.414</u>	<u>5.045</u>	<u>141.121</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração							
Outros proveitos de exploração	91	32	53	-	19.380	227	19.783
Fornecimentos e serviços externos	-2.528	-7.782	-447	-269	-7.755	-1.064	-19.844
Custos com o pessoal	-563	-182	-	-354	-3.925	-3.451	-8.475
Custos com benefícios aos empregados	-3	-	-	-	-191	-24	-218
Outros custos de exploração	-1.997	-922	-199	-3	-3.502	-243	-6.865
	<u>-5.000</u>	<u>-8.854</u>	<u>-593</u>	<u>-626</u>	<u>4.007</u>	<u>-4.555</u>	<u>-15.619</u>
	<u>23.778</u>	<u>62.388</u>	<u>4.101</u>	<u>-678</u>	<u>35.421</u>	<u>490</u>	<u>125.502</u>
Amortizações do exercício	-6.494	-13.763	-1.133	-5	-18.589	-5.499	-45.484
Compensações de amortizações / subsídios ao investimento	137	39	-	-	-	-	176
	<u>17.421</u>	<u>48.664</u>	<u>2.968</u>	<u>-683</u>	<u>16.832</u>	<u>-5.009</u>	<u>80.194</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	549	-	-	-	1.813	2.363
Outros proveitos financeiros	2.742	1.813	22	-	1.118	-1.344	4.351
Outros custos financeiros	-8.071	-13.783	-1.194	-243	-10.640	-11.094	-45.026
Ganhos / (perdas) em associadas	-	-	-	-	-5	620	615
Resultado antes de impostos	12.092	37.243	1.796	-926	7.305	-15.014	42.497
Impostos sobre lucros	-3.299	-11.502	-612	-	-	3.432	-11.982
Resultado depois de impostos	8.793	25.741	1.184	-926	7.305	-11.582	30.515
Resultado líquido do período	8.793	25.741	1.184	-926	7.305	-11.582	30.515
Atribuível a:							
Accionistas da EDP Renováveis	8.793	25.741	1.184	-926	7.305	-15.471	26.626
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	3.889	3.889
Resultado líquido do período	8.793	25.741	1.184	-926	7.305	-11.582	30.515
Outras informações:							
Activos tangíveis	454.712	1.153.338	111.790	20.959	2.219.697	1.090.008	5.050.504
Activos intangíveis	7.848	-	-	23	11.740	2.919	22.530
Activo corrente	78.751	276.614	20.204	1.904	101.704	172.930	652.107
Capitais próprios + Interesses minoritários	72.896	327.698	9.688	-843	23.799	1.821.380	2.254.618
Passivo corrente	54.914	223.742	12.760	9.466	344.097	269.884	914.863



KPMG Auditores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

Relatório sobre Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar

Ao Conselho de Administração da
EDP Renováveis, S.A.

Introdução

Efectuámos o exame simplificado do adjunto balanço consolidado e individual condensado da EDP Renováveis, S.A. (a Empresa) de 31 de Março de 2008 e das respectivas demonstrações de resultados consolidados e individuais condensadas, do mapa de reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios e dos fluxos de caixa relativos ao período de três meses então findo, e de um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas (informação financeira intercalar). A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada desta informação financeira intercalar de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro - IAS 34 Relato Financeiro Intercalar. A nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre esta informação financeira intercalar, baseada no nosso exame simplificado.

Âmbito do Exame Simplificado

Conduzimos o nosso exame simplificado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Exame Simplificado 2410 - Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar Executado pelo Auditor Independente da Entidade. Um exame simplificado de informação financeira intercalar consiste em fazer indagações, principalmente às pessoas responsáveis por matérias financeiras e contabilísticas, e em aplicar procedimentos analíticos e outros de revisão de exame simplificado. Um exame simplificado é substancialmente inferior em âmbito a uma auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e consequentemente não nos habilita a obter garantia de fiabilidade de que ficaremos cientes de todas as matérias significativas que possam ser identificadas numa auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Baseados no nosso exame simplificado, nada chamou a nossa atenção que nos faça crer que a adjunta informação financeira intercalar de 31 de Março de 2008 não está preparada, em todos os aspectos materiais, de acordo com a IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar*.

KPMG AUDITORES, S.L.

Ana Fernández Poderós

6 Maio 2008



KPMG Auditores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

Relatório sobre Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar

Ao Conselho de Administração da
EDP Renováveis, S.A.

Introdução

Efectuámos o exame simplificado do adjunto balanço consolidado e individual condensado da EDP Renováveis, S.A. (a Empresa) de 31 de Março de 2008 e das respectivas demonstrações de resultados consolidados e individuais condensadas, do mapa de reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios e dos fluxos de caixa relativos ao período de três meses então findo, e de um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas (informação financeira intercalar). A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada desta informação financeira intercalar de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro - IAS 34 Relato Financeiro Intercalar. A nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre esta informação financeira intercalar, baseada no nosso exame simplificado.

Âmbito do Exame Simplificado

Conduzimos o nosso exame simplificado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Exame Simplificado 2410 - Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar Executado pelo Auditor Independente da Entidade. Um exame simplificado de informação financeira intercalar consiste em fazer indagações, principalmente às pessoas responsáveis por matérias financeiras e contabilísticas, e em aplicar procedimentos analíticos e outros de revisão de exame simplificado. Um exame simplificado é substancialmente inferior em âmbito a uma auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e consequentemente não nos habilita a obter garantia de fiabilidade de que ficaremos cientes de todas as matérias significativas que possam ser identificadas numa auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Baseados no nosso exame simplificado, nada chamou a nossa atenção que nos faça crer que a adjunta informação financeira intercalar de 31 de Março de 2008 não está preparada, em todos os aspectos materiais, de acordo com a IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar*.

Ênfase

Em 6 de Maio de 2008, emitimos um Relatório sobre o Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar relativamente às demonstrações financeiras condensadas da empresa a 31 de Março de 2008, em relação ao qual emitimos um parecer favorável. Posteriormente à emissão deste Relatório, a empresa incorporou pequenas alterações de redacção que não modificam significativamente as demonstrações financeiras condensadas anexas pelo que a conclusão emitida no parágrafo anterior não difere da anteriormente emitida no nosso relatório a essa data, a qual se mantém suportada em todos os seus termos pelo presente relatório.

KPMG AUDITORES, S.L.

Ana Fernández Poderós

6 de Maio de 2008

EDP Renováveis, S.L.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2007

EDP Renováveis, S.L.

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

	Notas	2007
		(Milhares de Euros)
Volume de negócios	5	14.363
Custos com aquisição de electricidade	5	-158
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	5	-501
		<u>13.704</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	6	1.749
Fornecimentos e serviços externos	7	-2.927
Custos com o pessoal	8	-999
Custos com benefícios aos empregados	8	-23
Outros custos de exploração	9	-792
		<u>-2.992</u>
		10.712
Amortizações do exercício	10	-6.885
Compensações de amortizações / subsídios ao investimento	10	468
		4.295
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	11	888
Outros proveitos financeiros	12	955
Outros custos financeiros	12	-4.924
Ganhos / (perdas) em associadas	19	203
		<u>1.417</u>
Resultado antes de impostos		1.417
Impostos sobre lucros	13	-47
		<u>1.370</u>
Resultado depois de impostos		1.370
Resultado líquido do período		<u><u>1.370</u></u>
Atribuível a:		
Accionistas da EDP Renováveis		1.093
Interesses minoritários	29	277
		<u>1.370</u>
Resultado líquido do período		<u><u>1.370</u></u>
Resultado por acção Básico e Diluído - Euros	27	<u><u>1,20</u></u>

EDP Renováveis, S.L.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007

	Notas	2007 (Milhares de Euros)
Activo		
Activos fixos tangíveis	14	4.839.482
Outros activos intangíveis	15	22.958
Goodwill	16	1.245.078
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	32.360
Activos financeiros disponíveis para venda	19	7.951
Activos por impostos diferidos	20	16.719
Devedores e outros activos	23	<u>100.462</u>
Total dos Activos Não Correntes		<u>6.265.010</u>
Inventários	21	39.024
Clientes	22	60.885
Devedores e outros activos	23	99.251
Impostos a receber	24	96.835
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	25	44.839
Caixa e equivalentes de caixa	26	388.492
Activos detidos para venda	42	<u>2.641</u>
Total dos Activos Correntes		<u>731.967</u>
Total do Activo		<u><u>6.996.977</u></u>
Capitais Próprios		
Capital	27	18.873
Prémios de emissão	27	1.882.338
Reservas e resultados acumulados	28	129.844
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		<u>1.093</u>
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		2.032.148
Interesses minoritários	29	<u>185.587</u>
Total dos Capitais Próprios		<u><u>2.217.735</u></u>
Passivo		
Dívida financeira médio/longo prazo	30	2.364.629
Benefícios aos empregados	31	1.211
Provisões	32	22.597
Passivos por impostos diferidos	20	278.470
Credores e outros passivos	33	<u>1.183.053</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>3.849.960</u>
Dívida financeira curto prazo	30	517.444
Credores e outros passivos	33	398.193
Impostos a pagar	34	<u>13.645</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>929.282</u>
Total do Passivo		<u><u>4.779.242</u></u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u><u>6.996.977</u></u>

EDP Renováveis S.L.

Reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios para o período de 4 de Dezembro a 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	<u>Accionistas</u> <u>EDP Renováveis</u>	<u>Interesses</u> <u>Minoritários</u>
Diferenças de câmbio	-819	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	13.747	1.788
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	<u>-2.181</u>	<u>-</u>
Resultado líquido reconhecido directamente em capitais próprios	<u>10.747</u>	<u>1.788</u>
Resultado líquido do exercício	<u>1.093</u>	<u>277</u>
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	<u><u>11.840</u></u>	<u><u>2.065</u></u>

EDP Renováveis, S.L.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados em 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Cobertura	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP Renováveis	Interesses minoritários
Saldos em 3 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da EDP Renováveis	15	15	-	-	-	15	-
Aumento de capital em espécie	1.901.196	18.858	1.882.338	-	-	1.901.196	-
Contribuição não-monetária da NEO	119.097	-	-	119.097	-	119.097	-
Interesses minoritários resultantes da primeira consolidação	183.522	-	-	-	-	-	183.522
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	13.354	-	-	-	11.566	11.566	1.788
Variações na diferença cambial de consolidação	-819	-	-	-819	-	-819	-
Resultado líquido do exercício	1.370	-	-	1.093	-	1.093	277
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2.217.735	18.873	1.882.338	119.371	11.566	2.032.148	185.587

EDP Renováveis, S.L.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individuais para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	<u>Grupo</u> <u>2007</u>	<u>Individual</u> <u>2007</u>
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	11.576	-
Pagamentos a fornecedores	-9.643	-
Pagamentos ao pessoal	-1.152	-
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	-23.449	-
	<u>-22.668</u>	<u>-</u>
Recebimentos de imposto sobre o rendimento	22	-
Fluxo das Actividades Operacionais	<u>-22.646</u>	<u>-</u>
Actividades de Investimento		
Recebimentos:		
Alienação de activos financeiros	1.853	-
Alienação de activos fixos tangíveis	2.075	-
Subsídios ao investimento	-39	-
Juros e proveitos similares	562	-
	<u>4.451</u>	<u>-</u>
Pagamentos:		
Aquisição de activos financeiros	-499	-
Aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis	-142.483	-
	<u>-142.982</u>	<u>-</u>
Fluxo das Actividades de Investimento	<u>-138.531</u>	<u>-</u>
Actividades de Financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos e juros relacionados	48.910	-
Juros e custos similares	-13.924	-
Aumentos de capital e prémios de emissão	15	15
Pagamentos de instrumentos financeiros derivados	-6.952	-
Recebimentos antecipados de parceiros institucionais - Horizon	242.809	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	<u>270.858</u>	<u>15</u>
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	<u>109.681</u>	<u>15</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-269	-
Variação de caixa por entradas no perímetro de consolidação	<u>279.080</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	<u>388.492</u>	<u>15</u>

(*) Ver detalhe da composição da rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' na Nota 26 às Demonstrações Financeiras

EDP Renováveis, S.L.

Demonstração dos Resultados Individual para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

	Notas	2007
		(Milhares de Euros)
Outros custos de exploração		
Fornecimentos e serviços externos	7	-67
		-67
Outros proveitos financeiros	12	158
Resultado antes de impostos		91
Impostos sobre lucros	13	-47
Resultado líquido do período		44

EDP Renováveis, S.L.

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2007

	Notas	<u>2007</u>
		(Milhares de Euros)
Activo		
Investimentos financeiros em empresas filiais	17	<u>1.863.360</u>
Total de Activos Não Correntes		<u>1.863.360</u>
Devedores e outros activos	23	37.993
Impostos a receber	24	11
Caixa e equivalentes de caixa	26	<u>15</u>
Total de Activos Correntes		<u>38.019</u>
Total do Activo		<u><u>1.901.379</u></u>
Capitais Próprios		
Capital	27	18.873
Prémios de emissão	27	1.882.338
Resultado líquido do período		<u>44</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>1.901.255</u>
Passivo		
Passivos por impostos diferidos	20	<u>47</u>
Total de Passivos Não Correntes		<u>47</u>
Credores e outros passivos	33	<u>77</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>77</u>
Total do Passivo		<u>124</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u><u>1.901.379</u></u>

EDP Renováveis, S.L.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios em base individual em 31 de Dezembro de 2007

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados
Saldos em 3 de Dezembro de 2007	-	-	-	-
Constituição da EDP Renováveis	15	15	-	-
Aumento de capital em espécie	1.901.196	18.858	1.882.338	-
Resultado líquido do período	44	-	-	44
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.901.255	18.873	1.882.338	44

1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis

A EDP Renováveis, Sociedad Limitada (adiante designada por "EDP Renováveis"), foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. O seu objecto social principal consiste na realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, em especial de energia hídrica, mini-hídrica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos, entre outras. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha.

Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Energias de Portugal, S.A. através da sua sucursal em Espanha detinha 100% do capital social da EDP Renováveis, S.L.

Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis detinha 60% do capital social da Nuevas Energias de Occidente, S.L. (NEO), e 100% do capital social da Horizon Wind Energy, LLC (Horizon). Estas participações sociais foram transferidas para a EDP Renováveis no âmbito de um aumento de capital em espécie subscrito pela EDP Energias de Portugal Sucursal em España, S.A. (EDP Sucursal), conforme descrito na nota 27. A participação na Horizon foi adquirida pela EDP Sucursal em 2 de Julho de 2007 à Goldman Sachs, tendo sido posteriormente transferida para a EDP Renováveis. Apesar da empresa ter sido constituída em 4 de Dezembro de 2007, a actividade operacional da EDP Renováveis apenas se iniciou após a transferência das participações financeiras na NEO e na Horizon para a EDP Renováveis, o que ocorreu em Dezembro de 2007, correspondendo a 13 dias de actividade efectiva no ano de 2007.

A actividade da NEO é desenvolvida através de participações detidas em subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica e Polónia. As principais subsidiárias são: a Enernova (parques eólicos em Portugal), a Genesa (energias renováveis em Espanha), a Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), a Greenwind (parques eólicos na Bélgica - parceria com promotores locais) e a Relax Wind Parks (parques eólicos na Polónia).

A Horizon é uma empresa cuja actividade consiste no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América. A Horizon detém um conjunto de projectos que se encontram em fase de exploração e desenvolvimento e um "pipeline" de projectos, com uma capacidade de produção potencial que ascende a cerca de 9.000 MW.

Em 31 de Dezembro de 2007 a capacidade instalada total bruta da EDP Renováveis e suas subsidiárias (Grupo ou Grupo EDP Renováveis) é de 3.640 MW, operando em Portugal (424 MW), Espanha (1.639 MW), França (87 MW) e Estados Unidos (1.490 MW).

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

O sector eléctrico em Espanha encontra-se regulado pela Lei nº 54 de 27 de Novembro de 1997 e as subsequentes adendas à legislação.

O Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004 estabelece a metodologia a usar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e sistematizou os regulamentos aplicáveis ao regime especial de energia. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebê-lo.

O Real-Decreto nº 661 publicado em 26 de Maio de 2007 regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto nº 436 de 12 de Março de 2004 e actualizado os regulamentos sobre produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, sendo que o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um prémio de sistema variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entrem oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto atrás referido até 31 de Dezembro de 2012.

Durante 2007 o Grupo NEO optou por vender em mercado a energia de todos os seus centros electroprodutores actualmente em operação e permanecer no regime transitório estabelecido no novo Real-Decreto.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à produção de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e no Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador nacional da rede eléctrica nacional ou o operador regional da distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), o qual depende de requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional. Em Julho de 2005, a DGGE lançou um concurso público para a alocação de pontos de rede representativos de 1.500 MW, processo que ainda se encontra em curso.

O Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Ainda no âmbito das energias renováveis, o Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de Novembro, estabeleceu o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de micro-produção, quer utilizem recursos renováveis como energia primária, quer produzam, combinadamente, electricidade e calor, podendo aceder a esta actividade os produtores de electricidade que disponham de um contrato de compra de electricidade em baixa tensão.

Enquadramento regulatório das actividades em França

A indústria eléctrica em França está regulamentada essencialmente pelo Acto 2000-108 (corrigido pelos Actos 2004-803 e 2006-1537), "Act 2000", aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França. A operação de parque eólicos em França está também sujeita às provisões do código francês sobre ambiente e construção. O artigo 10 do Act 2000-108 exige que os distribuidores de energia eléctrica não nacionalizados assinem contratos onerosos de compra de electricidade produzida por: (i) instalações produtoras de energia a partir de desperdícios domésticos ou similares ou que utilizem tais fontes na produção de energia para o sistema de aquecimento distrital; e (ii) instalações que usem energias provenientes de fontes renováveis (incluindo energia eólica, às quais se aplicam provisões específicas).

As instalações que utilizem energia proveniente de fontes renováveis, com excepção da energia eólica mecânica, localizadas em áreas ligadas à rede metropolitana continental ou que implementem tecnologias energeticamente eficientes como a cogeração, não se qualificam para os contratos onerosos de aquisição de energia, a menos que cumpram com certos limites pré-estabelecidos de capacidade instalada. Estes limites foram estabelecidos por um decreto do Conseil d'Etat (Decreto 2000-1196 de 6 de Dezembro de 2000) para cada categoria de instalações elegível para beneficiar dos contratos onerosos de aquisição de energia. Com a nova regulação, apenas os parques eólicos que operem numa ZDE (zone de développement éolien) podem beneficiar de um contrato oneroso de aquisição de energia. Estes contratos com os distribuidores não nacionalizados de electricidade baseiam-se nos preços estabelecidos por ordem ministerial para cada tipo de energia renovável e de acordo com um modelo de contrato aprovado pelo Ministério da Energia.

Os regulamentos tarifários especificam os termos da compra que têm em consideração o capital e os custos operacionais evitados pelo comprador, com um possível prémio que reflita a contribuição efectuada pelo segmento ou a energia entregue para cumprir determinados objectivos, designadamente, a independência nacional de energia, a existência de um preço de energia competitivo e assegurar o fornecimento de energia.

O nível do prémio não pode ser tal que o capital investido nas instalações beneficiando dos acordos de energia venha a gerar ganhos superiores a um normal retorno do capital considerando o risco inerente a este negócio, o valor e a capacidade de venda da totalidade da produção a um preço pré-estabelecido.

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. Todas as empresas de projecto que detemos nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities — QF's" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission — FERC" e têm tarifas com base no mercado de acordo com o previsto pela FERC.

As "EWGs" são detentores ou operadores de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) que são exclusivamente contratados no negócio de deter e/ou operar as instalações de produção e vender energia eléctrica às taxas gerais. A EWG não pode efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e pode apenas deter ou operar as instalações de conexão limitada necessárias para a ligação da instalação de produção com a rede.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP Renováveis para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007 e das suas subsidiárias e empresas participadas (NEO e Horizon) para o período de 13 dias findo em 31 de Dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais (conjuntamente referidas como "demonstrações financeiras") foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, no dia 5 de Março de 2008 e são expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo EDP Renováveis são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

Em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis preparou pela primeira vez as demonstrações financeiras consolidadas ao abrigo das EU-IFRS. A IFRS 1 "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro" no seu parágrafo 1.38 prevê que as entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS descrevam em que medida a transição do referencial contabilístico anterior para IFRS's afectou a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e as respectivas reconciliações dos capitais próprios e dos resultados. Considerando a IFRS 1.43, a EDP Renováveis não incluiu quaisquer divulgações relacionadas com a IFRS 1, em virtude de nunca terem sido preparadas demonstrações financeiras consolidadas ao abrigo de outro referencial contabilístico.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A data da adopção pela primeira vez das IFRS-UE pelo Grupo EDP ocorreu em 1 de Janeiro de 2004, data em que a IFRS 1 "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro" (IAS 1.14) foi aplicada.

As IFRS estabelecem certas alternativas que as empresas podem aplicar com o objectivo de reportar em IFRS, baseadas nas seguintes decisões tomadas pelo Grupo EDP e que, posteriormente, foram aplicadas ao Grupo EDP Renováveis:

i) As IFRS prevêem um tratamento alternativo permitido para o reconhecimento dos custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à construção de um activo como parte do custo desse activo. O Grupo EDP Renováveis optou por capitalizar os referidos custos financeiros.

ii) Os interesses em entidades conjuntamente controladas podem ser reconhecidos pelo método da consolidação proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial aplicando o mesmo critério para todas as entidades detidas pelo Grupo em entidades conjuntamente controladas. O Grupo EDP Renováveis consolida proporcionalmente as empresas que controla conjuntamente com outros accionistas.

iii) Os activos fixos tangíveis e intangíveis podem ser valorizados ao custo de aquisição, ajustado pela amortização acumulada e a depreciação e quaisquer perdas de imparidade acumuladas, ou ao valor de mercado. O Grupo EDP Renováveis contabiliza os activos registados sob estas rubricas ao custo, ajustado pela amortização e depreciação e perdas por imparidade.

A actividade da EDP Renováveis iniciou-se em Dezembro de 2007, consequentemente, as demonstrações financeiras não apresentam comparativos. Igualmente, as notas às demonstrações financeiras não apresentam quaisquer movimentos de balanço atendendo a que os mesmos corresponderiam essencialmente a variações no perímetro de consolidação do Grupo.

O Grupo optou por não aplicar antecipadamente as normas emitidas pelos organismos autorizados que não fossem obrigatórias em 2007. As normas não aplicadas antecipadamente e que serão aplicadas considerando o calendário definido, encontram-se descritas na nota 40.

Na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações. Esta norma, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, apenas afectou as divulgações do Grupo. Adicionalmente, o Grupo adoptou o IFRIC - 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 - Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 - Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as EU-IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor reportado dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

O fundo de maneio da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007 é negativo. As demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis foram preparadas numa base de continuidade atendendo a que o principal accionista se comprometeu por escrito a providenciar o suporte financeiro necessário para que a Nuevas Energias de Occidente, S.L. e a Horizon Wind Energy, LLC ("holdings" dos subgrupos NEO e Horizon) cumpram os seus compromissos no curto e médio prazos.

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP Renováveis e das suas subsidiárias e os resultados e capitais próprios atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. Os princípios e as políticas contabilísticas foram aplicados de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada pelo Grupo EDP Energias de Portugal, S.A. com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 — Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo EDP optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo. Esta política contabilística foi mantida no Grupo EDP Renováveis aquando da transferência para a EDP Renováveis das participações na NEO e na Horizon, pelo que o goodwill registado nas demonstrações financeiras da EDP Renováveis não foi alterado face aos valores pelos quais constava nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP à data da referida transferência (18 de Dezembro de 2007).

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. De acordo com este método, o custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. A totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos pelo Grupo.

As aquisições de Interesses Minoritários, por via de contratos de opções de venda ("written put options") celebrados com esses Interesses Minoritários, originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de Interesses Minoritários na parte adquirida. Sempre que exista um diferencial entre os Interesses Minoritários adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial é registado por contrapartida de "goodwill".

O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é atualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado por contrapartida de resultados.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro, são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas.

O "goodwill" gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor, à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Transacções de entidades sob controlo comum

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo comum não está abrangida pelo IFRS 3. Consequentemente, e na falta de orientações específicas nas IFRS, o Grupo EDP Renováveis elegeu uma política contabilística para as referidas transacções, que considera apropriada. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas utilizando os valores contabilísticos da empresa adquirida (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos recebidos e o valor pago é reconhecida nos capitais próprios.

Opções sobre interesses minoritários

Actualmente, as EU-IFRS não estabelecem um tratamento contabilístico específico para os compromissos relacionados com opções de venda concedidas a accionistas minoritários sobre participações financeiras em empresas filiais, concedidas pelo Grupo na data de aquisição de uma concentração empresarial. No entanto, o Grupo EDP Renováveis regista as opções sobre interesses minoritários na data de aquisição de uma concentração empresarial ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada destes interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do valor a pagar, independentemente da probabilidade estimada de que essa opção venha a ser exercida. A diferença entre este montante e a percentagem de participação detida no justo valor dos activos e passivos identificáveis, é registada como "goodwill". O mesmo tratamento contabilístico é aplicado no caso das opções serem concedidas numa data subsequente à concentração de actividades empresariais.

Nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as alterações na responsabilidade devido ao efeito do desconto financeiro são reconhecidas como um custo financeiro na demonstração dos resultados consolidados, e as restantes alterações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da combinação empresarial. Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também contabilizados como ajustamentos ao custo da combinação empresarial. Caso as opções não sejam exercidas, a transacção será registada como uma alienação de participação financeira a accionistas minoritários.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização incluindo os modelos de fluxos de caixa descontados e valorização de opções, quando apropriados.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. A contabilidade de cobertura é aplicada quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à maturidade.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para as demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantêm-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Cobertura do investimento líquido

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, a investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira contratados para efectuar a aquisição dessas subsidiárias. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início e testes retrospectivos numa base regular de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são cobertas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as os ganhos e perdas resultantes de variações no justo valor são reconhecidos em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando as obrigações incluídas no contrato foram satisfeitas ou o Grupo se encontra legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com esse passivo, seja através de um processo legal ou pelo credor.

Quando ocorra a troca de instrumentos financeiros entre o Grupo e a contraparte ou sejam efectuadas modificações substanciais aos passivos inicialmente registados, o passivo original é desreconhecido e um novo passivo é subsequentemente reconhecido, desde que se assegure que esses instrumentos são substancialmente diferentes.

O Grupo considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor corrente dos fluxos de caixa sob as novas condições, incluindo quaisquer comissões pagas líquidas de quaisquer comissões recebidas, e utilizando a taxa de juro efectiva inicial para efectuar o desconto, diferir em pelo menos 10% do valor descontado corrente dos fluxos de caixa do passivo financeiro original.

Se a troca for reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro original, os custos e as comissões são reconhecidos nos resultados consolidados do exercício. Caso contrário, estes custos e comissões ajustam o valor contabilístico da responsabilidade e são amortizados pelo método do custo amortizado durante o termo remanescente do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo que foi cancelado ou transferido para um terceiro) e o montante pago, que inclui quaisquer activos transferidos para além de caixa ou do passivo assumido, nos resultados do exercício.

g) Custos com empréstimos

Os custos com empréstimos que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos, são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo qualificável é um activo que leva um período substancial de tempo a ficar pronto para ser utilizado ou vendido. Se os empréstimos forem adquiridos de forma genérica, o montante dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização deve ser determinado aplicando uma taxa de capitalização aos gastos com esses activos. A taxa de capitalização é a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos contraídos pela empresa que estejam em circulação no período que não tenham sido especificamente obtidos com o objectivo de adquirir um activo elegível. O montante dos custos com empréstimos obtidos capitalizados durante o período não deve exceder o montante total dos custos com os empréstimos incorridos no período.

A capitalização dos custos com empréstimos obtidos começa quando os gastos com o activo sejam incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades necessárias para preparar todo ou parte dos activos para o seu uso ou venda estão em curso. A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para o seu uso ou venda estejam completas. A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento do activo tenha sido interrompido.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo inclui as despesas que se encontram directamente relacionadas com o custo de aquisição do activo. O custo de desenvolvimento interno de activos inclui o custo dos materiais e os custos salariais directamente relacionados e outros custos directamente atribuíveis ao activo até à fase do respectivo funcionamento e utilização, e os custos de desmantelamento e remoção de bens e recuperação do local. O custo, também, pode incluir transferências de capitais próprios de ganhos ou perdas em fluxos de caixa de cobertura para compras de divisas para activos fixos tangíveis. O software adquirido para integrar os equipamentos relacionados é capitalizado como parte do custo do equipamento.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamentos externos, custos com pessoal e outros custos internos directamente ou indirectamente relacionados com os trabalhos em curso incorridos apenas durante o período de construção. O custo de produção é capitalizado no activo como trabalhos para a própria empresa registados em outros proveitos de exploração, custos com o pessoal e custos com benefícios aos empregados e reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados consolidados.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil económica.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico:	
Produção Eólica	20
Produção Hidroeléctrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

i) Outros activos intangíveis

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

j) Locações*Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos do período a que dizem respeito.

k) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

II Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

m) Benefícios aos empregados**Pensões**

Algumas empresas do Grupo EDP Renováveis atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

Os planos de pensões existentes nas empresas do Grupo em Portugal correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19, revisto em 16 de Dezembro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Planos de contribuição definida

Em Espanha, algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. O custo relacionado com a contribuição definida do plano é reconhecido como resultados no período em que a contribuição é efectuada.

Outros benefícios*Planos de cuidados médicos e outros*

Em Portugal algumas empresas do Grupo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (remuneração variável), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica e para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas, ao valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de uma adição aos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil esperada desses activos.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

Os pressupostos utilizados no cálculo das provisões para desmantelamento e descomissionamento foram os seguintes:

Pressupostos	Dez 2007
Custo médio por MW (Euros)	5.500
Taxa de desconto	5,13%
Taxa de inflação	2,20%
Período de capitalização (nº de anos)	20

o) Reconhecimento de custos e do rédito

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O rédito derivado das vendas de electricidade é reconhecido no período em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes. O rédito derivado da venda de créditos sobre energias renováveis é reconhecido no período em que a empresa assine um contrato de venda firme desses créditos.

O rédito relativo a serviços de engenharia inclui o montante inicial contratualmente estabelecido e quaisquer variações no trabalho contratado, reclamações e pagamento de incentivos, na medida em que seja provável que dos mesmos fluam benefícios económicos futuros e possam ser mensurados com fiabilidade. Quando o resultado de um contrato puder ser razoavelmente estimado, o rédito e as despesas são reconhecidos nos resultados na proporção da percentagem de acabamento do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que são normalmente pouco significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

p) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis, os ganhos e perdas relativos a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos nos resultados com base no método da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos nos resultados do exercício na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos activos financeiros disponíveis para venda.

q) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

r) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da empresa mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

s) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

t) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

u) Subsídios do Governo

Os subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado são reconhecidos inicialmente em proveitos diferidos, incluídos em credores de médio/longo prazo na data em que exista uma segurança razoável de que o subsídio será recebido e que o Grupo cumprirá com todos os requisitos associados à sua atribuição. Os subsídios atribuídos que compensem os custos incorridos pelo Grupo são reconhecidos em resultados numa base sistemática à medida em que os mesmos são incorridos. Os subsídios atribuídos ao Grupo para aquisição/beneficiação de activos são reconhecidos em resultados numa base sistemática no período de vida útil do activo.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportados em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Redefinição da vida útil dos activos afectos à produção

O Grupo revê regularmente a vida útil das instalações destinadas à produção eléctrica para que a mesma seja consistente com as avaliações económicas e técnicas das referidas instalações, considerando a sua capacidade tecnológica e as respectivas restrições regulatórias.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias é avaliado anualmente independentemente da existência de indicadores de imparidade. O "goodwill" em associadas é testado sempre que existam circunstâncias que iniciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos do rédito

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando a electricidade é produzida e transferida para os clientes. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não facturados, até à data do balanço, são registados com base em estimativas, que consideram factores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da actividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que varia de país para país e que pode ser mais extenso no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP Renováveis e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimado dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões e dos planos de cuidados médicos. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente da responsabilidade em resultado da existência das referidas obrigações.

O Conselho de Administração considera que com base no enquadramento regulatório e legal da actividade do Grupo, não existem obrigações contratuais ou construtivas que determinem a constituição de provisões para desmantelamento ou descomissionamento dos restantes centros electroprodutores pertencentes ao Grupo EDP Renováveis.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada numa base regular em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros do Grupo EDP Renováveis é efectuada centralmente pela Direcção Financeira da EDP - Energias de Portugal, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direcção Financeira identifica, avalia e propõe à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, o qual define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo EDP Renováveis opera internacionalmente, encontrando-se exposto ao risco cambial resultante de investimentos em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano (USD). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta, essencialmente, da participação financeira na subsidiária Horizon.

A Direcção Financeira do Grupo EDP é responsável pelo acompanhamento da evolução cambial do Dólar Americano, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos resultados financeiros das empresas do Grupo EDP Renováveis e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à contratação de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

A política seguida pelo Grupo EDP Renováveis consiste em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos itens cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Existem operações que resultam numa exposição ao risco cambial, pelo facto de se encontrarem registadas contabilisticamente numa carteira de negociação, embora se destinem a fixar o preço da componente cambial das aquisições futuras de turbinas. Em relação à Horizon, uma apreciação/depreciação de 10% no câmbio do EUR, com referência a 31 de Dezembro de 2007, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio do Grupo EDP Renováveis, como segue:

USD/EUR	2007	
	Euro'000	
	+10%	-10%
	5.620	-6.869
	5.620	-6.869

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Em 31 de Dezembro de 2007, a NEO não tem exposições significativas ao risco cambial.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do Grupo são substancialmente independentes da flutuação dos mercados de taxa de juro.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos "cashflows" da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados para fixação das taxas de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo EDP Renováveis recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP Renováveis e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro ou dos "cash flows" futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 10 anos, aproximadamente. A Direcção Financeira do Grupo efectua análises de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é efectuada centralmente ao nível da Direcção Financeira do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo NEO e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2007, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio e nos resultados do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes:

	Resultados Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
	100 pb acréscimo	100 pb redução	100 pb acréscimo	100 pb redução
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-	11.123	-11.165
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-942	942	-	-
	-942	942	11.123	-11.165

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Em 31 de Dezembro de 2007, a Horizon não se encontra significativamente exposta ao risco de taxa de juro.

Gestão do risco de crédito da contraparte nas operações financeiras

A política do Grupo EDP Renováveis em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados e das operações financeiras são instituições de crédito de elevada notação de crédito, pelo que não se atribui um risco significativo de incumprimento da contraparte, não sendo exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements", flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No caso específico do Grupo NEO, o risco de crédito não é significativo em virtude do prazo médio de recebimentos ser limitado no que respeita aos saldos de clientes e face à qualidade dos seus devedores. Os clientes principais do Grupo são operadores e distribuidores de energia no mercado de electricidade nos seus respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

O Conselho de Administração considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico das rubricas de Clientes e Outros Devedores, líquidos de perdas por imparidade. O Grupo considera que a qualidade do crédito concedido é adequada e que não existem perdas por imparidade por reconhecer no período.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que o Grupo não seja capaz de cumprir as suas obrigações financeiras na data de exigibilidade das mesmas. A estratégia do Grupo na gestão da liquidez consiste em assegurar, tanto quanto possível, que exista sempre liquidez suficiente para cumprir as suas responsabilidades quando as mesmas se tornem exigíveis, tanto em condições normais como em condições desfavoráveis, sem incorrer em perdas inaceitáveis nem afectando a reputação do Grupo.

O cenário adverso do mercado financeiro de dívida pode dificultar a liquidação das responsabilidades financeiras necessárias ao desenvolvimento das actividades do Grupo.

A política de liquidez seguida assegura o cumprimento das obrigações de pagamento assumidas, através da manutenção de facilidades de crédito suficientes e acesso às linhas de crédito do Grupo EDP.

Risco de preço de mercado

Em 31 de Dezembro de 2007, o risco de preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No que respeita à Horizon, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de venda de energia. No que respeita à NEO, a electricidade em Espanha é vendida directamente no mercado diário a preços "spot" adicionados de um prémio pré-definido (regulado). Contudo, a NEO tem a opção de venda da electricidade através de tarifas reguladas, garantindo preços mínimos. Nos restantes países, os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

Gestão do capital

Os objectivos do Grupo EDP Renováveis relativamente à gestão do capital, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu principal accionista, são salvaguardar a capacidade de operar numa base de continuidade das operações, alcançar um crescimento sustentado de forma a atingir os objectivos de crescimento estabelecidos mantendo uma estrutura ótima de capital de forma a reduzir o custo do capital.

Com o objectivo de manter e ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o montante dos dividendos a distribuir aos accionistas.

Consistentemente com outros Grupos do sector, o Grupo EDP Renováveis controla a estrutura de capital com base no rácio de alavancagem. Este rácio calcula-se pelo quociente entre a dívida líquida e o capital. A dívida líquida calcula-se pela soma da dívida financeira acrescida do saldo de fornecedores e outros credores e deduzidos de caixa e equivalentes de caixa. O capital calcula-se somando o capital próprio com a dívida líquida.

5. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Vendas por sector de actividade:		
Electricidade	13.653	-
Outros	472	-
	<u>14.125</u>	<u>-</u>
Prestação de serviços por actividade:		
Outros	238	-
	<u>14.363</u>	<u>-</u>
Total de Volume de negócios:		
Electricidade	13.653	-
Outros	710	-
	<u>14.363</u>	<u>-</u>

A rubrica de **Vendas**, para o **Grupo**, por **mercado geográfico**, é analisada como segue:

	Dez 2007		
	Europa	EUA	Total
Electricidade	10 167	3 486	13.653
Outros	472	-	472
	<u>10.639</u>	<u>3.486</u>	<u>14.125</u>

As rubricas de **Custos com aquisição de electricidade**, **variação nos inventários** e **Custo das matérias primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	158	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:		
Custo das matérias primas e consumíveis	377	-
Variação da produção	124	-
	<u>659</u>	<u>-</u>

6. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Proveitos suplementares	53	-
Ganhos em imobilizações	18	-
Proveitos relativos a investidores institucionais - Horizon	886	-
Outros proveitos de exploração	792	-
	<u>1.749</u>	<u>-</u>

A rubrica Proveitos relativos a investidores institucionais — Horizon, inclui o reconhecimento de proveitos relativos aos benefícios fiscais à produção (PTC) e das amortizações fiscais, relativamente aos projectos da Vento I e Vento II (ver nota 33).

7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Fornecimentos e serviços :		
Água, electricidade e combustíveis	50	-
Utensílios e material de escritório	38	-
Rendas e alugueres	506	-
Comunicações	68	-
Seguros	185	-
Transportes, deslocações e estadias	152	-
Conservação e reparação	325	-
Publicidade e propaganda	40	-
Trabalhos especializados	1.426	67
Outros fornecimentos e serviços	137	-
	2.927	67

8. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	5	-
Remuneração dos colaboradores	928	-
Encargos sobre remunerações	105	-
Remuneração variável dos colaboradores	574	-
Outros custos	145	-
Trabalhos para a própria empresa	-758	-
	999	-

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2007 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
Órgãos sociais	11	-
Directores / Chefias superiores	47	-
Chefias intermédias	190	-
Profissionais altamente qualificados e qualificados	177	-
Profissionais semi-qualificados	38	-
	463	-

O número de trabalhadores referido inclui os órgãos sociais e a totalidade dos trabalhadores de todas as empresas do perímetro de consolidação (métodos integral ou proporcional), independentemente da participação da EDP Renováveis no respectivo capital.

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Custos com plano de pensões	22	-
Custos com plano médico e outros benefícios	1	-
	23	-

Os custos com planos de pensões referem-se, essencialmente, a planos de contribuição definida (18 milhares de Euros) e a planos de benefícios definidos.

9. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Impostos directos	109	-
Impostos indirectos	71	-
Imparidade para devedores e outros activos	3	-
Perdas em imobilizações	506	-
Donativos	14	-
Outros custos e perdas operacionais	89	-
	<u>792</u>	<u>-</u>

Ao longo do período, o Grupo não incorreu em custos de pesquisa e desenvolvimento.

10. Amortizações do exercício

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	398	-
Equipamento básico:		
Produção Hidroelétrica	3	-
Produção Termoelétrica	16	-
Produção Eólica	6.022	-
Equipamento administrativo e utensílios	38	-
	<u>6.477</u>	<u>-</u>
Outros activos intangíveis:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	408	-
	<u>408</u>	<u>-</u>
	<u>6.885</u>	<u>-</u>
Amortização de proveitos diferidos (Subsídios do Governo):		
Subsídios ao investimento	- 468	-
	<u>-468</u>	<u>-</u>
	<u>6.417</u>	<u>-</u>

11. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, para o Grupo, é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Investimentos financeiros em filiais e associadas		
Sub-grupo Veinco	1.136	-
Ambitec Laboratorio Medioambiental, S.A.	-248	-
	<u>888</u>	<u>-</u>

Os ganhos na alienação de activos incluem o efeito da alienação em 2007 pelo Grupo Veinco das suas participações de 12%, 15% e 15% detidas nas empresas Desarrollos Eólicos del Ebro, S.A., Desarrollos Eólicos del Águila, S.A. e Sinergia Operación y Mantenimiento, S.A, respectivamente.

12. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos de aplicações financeiras	561	-
Diferenças de câmbio favoráveis	237	-
Instrumentos financeiros derivados	156	158
Outros ganhos financeiros	1	-
	955	158
Outros custos financeiros:		
Juros de empréstimos	5.390	-
Serviços bancários	6	-
Trabalhos para a própria empresa (juros)	-699	-
Instrumentos financeiros derivados	227	-
	4.924	-
Resultados financeiros	-3.969	158

A rubrica Outros custos financeiros, nas contas individuais, inclui um montante de 37.835 milhares de Euros, relativo aos custos com a desvalorização do investimento em USD detido na Horizon. Estes custos encontram-se totalmente compensados pelo efeito de um instrumento derivado celebrado entre a EDP Renováveis e a EDP Sucursal, relativo à cobertura do risco cambial no investimento financeiro na Horizon (ver notas 23 e 37). O efeito do justo valor do referido derivado nas contas individuais da EDP Renováveis ascendeu a 37.993 milhares de Euros, cuja parte inefectiva da cobertura ascendeu a 158 milhares de Euros, e que se encontra registada na rubrica Outros proveitos financeiros - Instrumentos financeiros derivados.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2g), os custos com empréstimos obtidos capitalizados durante o período em immobilizações em curso, ascendem a 699 milhares de Euros e encontram-se registados na rubrica Trabalhos para a própria empresa (juros). As taxas de juro implícitas utilizadas na capitalização variam de acordo com os respectivos empréstimos, situando-se entre 4,78% e 5,57%.

13. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de quatro anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2002. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para as autoridades fiscais poderem emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de três anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (6 anos em Portugal, 15 anos em Espanha e 20 anos nos Estados Unidos da América). O detalhe dos prejuízos e da respectiva data limite de reporte é apresentado na nota 20. As empresas do Grupo EDP Renováveis são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

As taxas de imposto sobre os lucros nos países em que a EDP Renováveis tem operações são as seguintes:

Taxa de imposto			
País	Subgrupo	Anos	
		Dez 2007	subsequentes
Espanha	NEO	32,50%	30,00%
Portugal	NEO	26,50%	26,50%
França	NEO	33,00%	33,00%
Polónia	NEO	19,00%	19,00%
Bélgica	NEO	34,00%	34,00%
Estados Unidos	Horizon	37,63%	37,63%

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Imposto diferido	-47	-47
	-47	-47

14. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	4.589	-
Edifícios e outras construções	241.920	-
Equipamento básico:		
Produção Hidroelétrica	2.619	-
Produção Termoelétrica (co-geração)	6.008	-
Produção Eólica	2.640.479	-
Outro equipamento básico	247	-
Equipamento de transporte	332	-
Equipamento administrativo e utensílios	5.091	-
Outros activos fixos tangíveis	27.754	-
Activos tangíveis em curso	2.217.004	-
	<u>5.146.043</u>	<u>-</u>
Amortizações acumuladas :		
Amortizações do período	-6.477	-
Amortizações acumuladas (pré-aquisição)	-300.084	-
	<u>-306.561</u>	<u>-</u>
Valor líquido contabilístico	<u>4.839.482</u>	<u>-</u>

Os activos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Actividade Eléctrica:		
Grupo NEO	979.017	-
Grupo Horizon Wind Energy	1.237.987	-
	<u>2.217.004</u>	<u>-</u>

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

Os activos tangíveis em curso dizem respeito essencialmente aos parques eólicos que em 31 de Dezembro de 2007 se encontravam em construção e desenvolvimento.

Conforme referido na nota 36 abaixo, em 31 de Dezembro de 2007, os compromissos do Grupo relativos a obrigações de compra de activos fixos totalizam 2.440.625 milhares de Euros.

15. Outros activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Valor bruto:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	29.677	-
Activos intangíveis em curso	3.781	-
	<u>33.458</u>	<u>-</u>
Amortizações acumuladas :		
Depreciação e amortização do período	-408	-
Amortizações acumuladas (pré-aquisição)	-10.092	-
	<u>-10.500</u>	<u>-</u>
Valor líquido contabilístico	<u>22.958</u>	<u>-</u>

A rubrica Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis inclui 18.022 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica das empresas portuguesas.

A rubrica de Activos intangíveis em curso respeita a adiantamentos por conta de aquisição de licenças de produção eólica.

16. Goodwill

No Grupo, a rubrica de **"Goodwill"**, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Actividade Eléctrica:		
Grupo NEO	705.725	-
Grupo Horizon Wind Energy	539.353	-
	<u>1.245.078</u>	<u>-</u>

O goodwill do Grupo NEO em 31 de Dezembro de 2007, é analisado como segue:

	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Sub-grupo Genesa	459.812	-
Sub-grupo Enernova	42.971	-
Sub-grupo Ceasa	141.949	-
Sub-grupo Relax Winds (Polónia)	57.918	-
Outros	3.075	-
	<u>705.725</u>	<u>-</u>

Em 19 de Dezembro de 2007, a NEO adquiriu 10 empresas na Polónia de forma a entrar no sector da energia eólica neste país. Embora as empresas adquiridas não tenham activos operacionais, têm parques eólicos em desenvolvimento e é muito provável que obtenham as licenças de exploração necessárias.

Os detalhes do custo de aquisição, dos justos valores dos activos líquidos adquiridos e do goodwill, são apresentados como segue:

	Grupo RELAX
Custo de aquisição	
Montante pago (ou valor atribuído)	53.609
Custos directamente atribuíveis	2.521
Preço de compra contingente	<u>2.124</u>
Custo de aquisição total	<u>58.254</u>
Justo valor dos activos líquidos adquiridos	336
Goodwill (diferença entre o valor dos activos líquidos adquiridos e o custo de aquisição)	<u>57.918</u>
Custo de aquisição total	<u>58.254</u>

O preço contingente inclui a melhor estimativa efectuada pela Administração da NEO dos pagamentos futuros aos anteriores accionistas, que dependem principalmente do montante final de megawatts instalados por este grupo. O montante registado, que o Grupo considera que irá ser pago, foi deduzido em 31 de Dezembro de 2007.

O valor dos activos, passivos e passivos contingentes reconhecidos à data de aquisição, analisa-se como segue:

	Grupo RELAX	Outras aquisições
Activos fixos tangíveis	2.035	2.509
Total de activos não correntes	2.035	2.509
Total de activos correntes	<u>900</u>	<u>498</u>
Total do activo	<u>2.935</u>	<u>3.007</u>
Capital próprio atribuível à empresa-mãe	421	(10)
Dívida e empréstimos de médio/longo prazo	323	-
Total do passivo corrente	<u>2.191</u>	<u>3.017</u>
Total do passivo e do capital próprio	<u>2.935</u>	<u>3.007</u>

Em 2007 a NEO efectuou outras aquisições significativas, principalmente de empresas localizadas em França, por forma a aumentar a sua presença nesse mercado e outras aquisições em Portugal (Levante Energía Eólica Unipessoal, Lda. e Malhadizes-Energía Eólica, S.A., entre outras), tendo registado aumentos do "goodwill" no montante total de 23.014 milhares de Euros.

O montante pago pelas aquisições da NEO ocorridas em 2007 ascendeu a 44.619 milhares de Euros.

Em 2005 e 2007, a NEO e a empresa Sociedad de Promoción y Participación Empresarial Caja Madrid, S.A. (Caja Madrid) contrataram opções de venda e de compra relativas à participação de 20% detido pela Caja Madrid nos Grupos Desa e Genesa. Como resultado deste acordo, em 2007 a NEO consolidou os subgrupos Genesa e Desa sem considerar o efeito de interesses minoritários. As opções de venda e de compra relativas à Genesa ocorreram em 2007 e implicaram uma redução nos interesses minoritários de 14.169 milhares de Euros, o registo de um passivo financeiro no montante de 170.151 milhares de Euros e um acréscimo no goodwill de 155.982 milhares de Euros, resultante da diferença entre o preço de exercício ("strike price") das opções e a contribuição dos activos e passivos correspondentes a 20% do Grupo Genesa. O passivo financeiro relacionado com estas opções de venda e de compra encontram-se apresentados na rubrica de credores e outros passivos — não correntes (ver nota 33) e ascendem a 264.893 milhares de Euros, dos quais 170.151 milhares de Euros relacionam-se com a Genesa e 94.472 milhares de Euros relacionam-se com a Desa.

- A opção é exercível entre 1 de Janeiro de 2010 e 2011, inclusivé.
- A opção é relativa à totalidade das acções das empresas do Grupo NEO detidas pela Caja Madrid, 20% no Grupo Genesa Group e 20% no Grupo Desa.
- O preço de exercício corresponderá ao valor de mercado, apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento.

O Grupo EDP adquiriu à Goldman Sachs, em 2 de Julho de 2007, através da sucursal em Espanha da EDP, S.A., 100% do capital social da Horizon Wind Energy, LLC (Horizon) "holding" de um sub-grupo de empresas cuja actividade consiste no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América. No âmbito desta aquisição no montante total de 1.950.184 milhares de Euros (incluindo custos com a transacção), foi determinado um "goodwill" no montante de 583.264 milhares de Euros (que à data de 31 de Dezembro de 2007 ascende a 539.353 milhares de Euros devido à actualização cambial), após a determinação dos justos valores atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes. Conforme referido na nota 1, a participação na Horizon foi transferida da EDP Sucursal para a EDP Renováveis através de um aumento de capital em espécie.

Com referência à data de aquisição da Horizon foi efectuada uma avaliação dos referidos activos e passivos, tendo o Grupo EDP recorrido a uma entidade externa para proceder a esta avaliação, da qual se identificaram os principais valores apresentados seguidamente:

	Valor Contabilístico à data de aquisição	Ajustamentos de justo valor	Activos e passivos ao justo valor
Activo			
Activos fixos tangíveis	1.219.668	417.230	1.636.898
Outros activos intangíveis	12.939	-1.164	11.775
Investimentos financeiros em empresas associadas	609	2.556	3.165
Devedores e outros activos	17.389	14.693	32.082
Total de Activos Não Correntes	1.250.605	433.315	1.683.920
Devedores e outros activos	20.083	-	20.083
Caixa e equivalentes de caixa	88.892	-	88.892
Total de Activos Correntes	108.975	-	108.975
Total do Activo	1.359.580	433.315	1.792.895
Passivo			
Contratos de venda de energia	128	140.124	140.252
Credores e Outros passivos	21.557	-	21.557
Total de Passivos Não Correntes	21.685	140.124	161.809
Total de Passivos Correntes	264.166	-	264.166
Total do Passivo	285.851	140.124	425.975
Activos e passivos identificados na aquisição			1.366.920
Valor de Aquisição			1.950.184
Goodwill			583.264

Na rubrica de "activos fixos tangíveis" foi reconhecido o montante de 1.636.898 milhares de Euros, resultante do reconhecimento do justo valor de todos os projectos operacionais existentes na data da aquisição, assim como todos os projectos que a essa mesma data, se encontravam em desenvolvimento. Aos projectos em fase de pesquisa não foi atribuído qualquer valor, no âmbito da avaliação efectuada.

Os outros activos intangíveis incluem o montante de 11.775 milhares de Euros decorrentes do reconhecimento de: 1) contratos de venda de energia com valores fixados a prazo (contratos favoráveis que foram reconhecidos como activos intangíveis) e 2) contratos de aquisição de turbinas com valores previamente fixados.

Os contratos de venda de energia que apresentam valores negativos, por serem desfavoráveis à Horizon na data de aquisição, foram reconhecidos no passivo.

EDP Renováveis S.L.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

Na rubrica de "Devedores e outros activos" foi reconhecido um montante de 32.082 milhares de Euros relativo aos seguintes contratos: 1) contrato de "royalties" celebrado com uma terceira entidade, e 2) contratos de manutenção, cujo preço se encontra fixado.

O desenvolvimento da actividade da Horizon foi acompanhado pela entrada, em parceria nos parques eólicos, de investidores institucionais, "Equity Investors", que financiaram as subsidiárias da Horizon, Vento I e Vento II. Estes investidores realizaram um pagamento antecipado à Horizon no montante de 733.273 milhares de Euros para acederem e beneficiarem de benefícios fiscais à produção (PTC) e amortizações aceleradas dos activos fixos tangíveis, assim como uma percentagem contratualmente definida dos fluxos financeiros libertos pelos projectos.

A participação financeira na Horizon, correspondente a 100% do seu capital social e a participação financeira na NEO, correspondente a 60% do seu capital social, foram transferidas para a EDP Renováveis em Dezembro de 2007, no âmbito de um aumento de capital em espécie realizado pela EDP Sucursal de Espanha.

O goodwill decorrente da aquisição do Grupo Horizon Wind Energy encontra-se denominado em USD, correspondendo a 793.982 milhares de USD.

Os activos e os passivos do Grupo NEO que, em 31 de Dezembro de 2007, contribuem para o Grupo EDP Renováveis são os seguintes:

	Activos e Passivos Dez 2007
Activo	
Activos fixos tangíveis	2.666.280
Outros activos intangíveis	12.617
Goodwill	705.725
Investimentos financeiros em empresas associadas	30.109
Devedores e outros activos	101.332
Total dos Activos Não Correntes	3.516.063
Devedores e outros activos	268.294
Caixa e equivalentes de caixa	89.357
Total dos Activos Correntes	357.651
Total do Activo	3.873.714
Interesses Minoritários	65.885
Passivo	
Dívida financeira	2.364.654
Passivos por impostos diferidos	278.422
Credores e outros passivos	334.238
Total dos Passivos Não Correntes	2.977.314
Dívida financeira	196.518
Credores e outros passivos	321.594
Outros passivos	10.728
Total dos Passivos Correntes	528.840
Total do Passivo	3.506.154
Activo Líquido	301.675
Capital Próprio da NEO atribuível à EDP Renováveis	181.005
Interesses Minoritários	120.670
	301.675

De acordo com o IFRS 3, o valor recuperável do goodwill é avaliado anualmente, ou com maior frequência se eventos ou circunstâncias indicarem que poderá existir uma perda por imparidade.

Em relação ao Grupo RELAX (Polónia), o Grupo está a efectuar uma alocação do preço de aquisição aos diferentes activos adquiridos, pelo que o goodwill inicialmente registado irá ser reduzido pelo montante alocado aos restantes activos e passivos identificáveis.

Para os parques eólicos operacionais, o goodwill de cada sub-grupo é testado por imparidade através da determinação do valor recuperável correspondente ao valor em uso das diferentes unidades geradoras de caixa que compõem cada um dos subgrupos do Grupo NEO. No caso dos parques eólicos em outros estágios de desenvolvimento, o valor recuperável é determinado com base no justo valor, deduzido dos custos de venda.

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso, que utilizam projecções de fluxos de caixa baseados em orçamentos financeiros que cobrem um período de cinco anos aprovados pelo Conselho de Administração. Os fluxos de caixa após o período de cinco anos, são extrapolados utilizando as taxas de crescimento estimadas referidas abaixo. Estas taxas de crescimento não excedem a taxa de crescimento de longo prazo dos negócios de geração com recurso a energias renováveis.

O método de determinação do justo valor dos projectos em desenvolvimento aplicado pelo Grupo NEO é similar ao método de determinação do valor em uso de uma unidade geradora de caixa, ajustado pela probabilidade dos projectos em desenvolvimento serem concluídos e de serem obtidas todas as licenças de exploração necessárias.

Os principais pressupostos aplicados na determinação do valor recuperável são os seguintes:

- * Taxa de desconto: de 6,41% a 6,54%.
- * Preço da energia: Preço médio de mercado entre 2005 e 2007 acrescido dos prémios, conforme a legislação em vigor.
- * Taxa de crescimento: 2%

EDP Renováveis S.L.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

17. Investimentos financeiros em filiais (contas individuais)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Partes de capital em empresas filiais

Individual Dez 2007 Euro'000
1.863.360
1.863.360

O detalhe dos **Investimentos financeiros em filiais** é analisado como segue:

Partes de capital em empresas filiais:

Nuevas Energias de Occidente, S.L. (NEO)
Horizon Wind Energy, LLC (Horizon)

Individual Dez 2007 Valor Líquido Euro'000
62.298
1.801.062
1.863.360

As participações financeiras na NEO e na Horizon foram transferidas para a EDP Renováveis, no âmbito do aumento de capital em espécie realizado pela EDP Sucursal, conforme descrito na nota 27.

As **Empresas Subsidiárias** incluídas na consolidação pelo **método integral**, à data de 31 de Dezembro de 2007, eram as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-07 Euro'000	Passivos 31-Dez-07 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-07 Euro'000	Total Proveitos 31-Dez-07 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-07 Euro'000	% Grupo	% Individual
Empresa-Mãe do Grupo:									
EDP Renováveis S.L.	Oviedo	18.872.980 EUR	1.912.742	11.487	1.901.255	37.994	44	100,00%	—
Empresa-Mãe:									
Nuevas Energias de Occidente, S.L.	Oviedo	30.000.000 EUR	2.328.148	2.102.722	225.426	61.649	-16.865	60,00%	60,00%
Actividade Eléctrica - Portugal:									
Balores-Energia Eólica, S.A.	Lisboa	200.000 EUR	17.865	18.112	-247	3.196	-46	60,00%	—
Enerallius-Produção de Energia Eléctrica, S.A.	Lisboa	1.505.000 EUR	50.490	46.754	3.735	8.127	119	60,00%	—
Energova - Novas Energias, S.A.	Lisboa	7.500.000 EUR	558.631	504.713	53.918	58.756	9.861	60,00%	—
Eólica da Alagaa, S.A.	50.000 EUR	16.030	12.922	3.108	3.459	937	35,99%	—	—
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Porto	50.000 EUR	1.748	1.723	25	0	-17	30,06%	—
Eólica de Montenegrelo, Lda	Vila Pouca de A	50.000 EUR	3.408	3.358	50	0	0	30,06%	—
Levante - Energia Eólica, Unipessoal, Lda	Porto Salvo	5.000 EUR	47.039	46.186	853	6.265	656	60,00%	—
Malhadizes - Energia Eólica SA	Porto Salvo	50.000 EUR	32.807	32.733	74	926	26	60,00%	—
Safra - Energia Eólica, S.A.	Leiria	50.000 EUR	60.453	58.622	1.831	7.665	1.781	60,00%	—
Actividade Eléctrica - Espanha:									
Acampo Arias S.L.	Zaragoza	3.314.300 EUR	19.115	15.800	3.315	320	0	58,91%	—
Agrupación Eólica, SLU	Zaragoza	772.404 EUR	65.052	19.882	45.171	1.882	-301	60,00%	—
Ceasa Promociones Eólicas, SLU	Zaragoza	1.205.029 EUR	2.890	2.293	597	1.233	-523	60,00%	—
Ceprastur AIE	Oviedo	360.607 EUR	412	2	410	11	3	27,25%	—
Cia. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAU	Zaragoza	69.116 EUR	66	12	55	0	0	60,00%	—
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Zaragoza	857.945 EUR	1.384	264	1.120	579	181	45,50%	—
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	Zaragoza	86.480 EUR	85	1	85	0	0	60,00%	—
Desarrollos Eólicos Promocion, S.A.	Sevilla	8.061.000 EUR	40.835	14.796	26.038	11.240	10.494	48,00%	—
Desarrollo Eólico Almarchal, SAU	Cádiz	2.061.190 EUR	21.632	18.910	2.722	2.777	228	48,00%	—
Desarrollo Eólico Buenavista, SAU	Cádiz	1.712.369 EUR	12.904	9.183	3.722	2.563	623	48,00%	—
Desarrollo Eólico de Corne, S.A.	La Coruña	3.666.100 EUR	12.684	4.899	7.786	3.696	1.234	45,60%	—
Desarrollo Eólico de Lugo, SAU	Lugo	7.761.000 EUR	79.946	62.994	16.952	18.505	6.345	48,00%	—
Desarrollo Eólico de Tarifa, SAU	Cádiz	5.799.650 EUR	16.836	7.954	8.883	4.952	1.457	48,00%	—
Desarrollo Eólico Dumbria, SAU	La Coruña	61.000 EUR	84.697	82.439	2.258	9.082	1.739	48,00%	—
Desarrollo Eólico REBOSERA, S.A.	Huesca	7.560.950 EUR	40.192	28.300	11.891	8.039	2.725	45,60%	—
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	63.006 EUR	28.830	19.090	9.740	6.459	2.037	28,00%	—
Desarrollos Catalanes Del Viento,S.L	Barcelona	794.000 EUR	4.344	3.554	791	149	8	36,00%	—
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	La Coruña	6.130.200 EUR	12.635	4.119	8.516	4.121	1.303	46,40%	—
Desarrollos Eólicos, S.A.	Sevilla	1.056.225 EUR	99.166	80.340	18.826	104.811	-301	48,00%	—
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	10.000 EUR	36.036	36.026	10	848	0	48,00%	—
Eólica Aliaz, S.L.	Madrid	10.000 EUR	27.857	27.847	10	246	0	43,19%	—
Enerollva S.A.	Sevilla	75.120 EUR	126	57	68	0	0	48,00%	—
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	4.508.980 EUR	31.515	24.585	6.930	6.107	1.518	37,20%	—
Eolica Campallano S.A.	Madrid	6.559.994 EUR	109.675	96.168	13.507	19.323	3.059	36,00%	—
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	3.006 EUR	59.208	59.159	49	4.662	46	48,00%	—
Eólica Mare Nostrum, S.A.	Valencia	60.120 EUR	0	42	-42	0	0	28,80%	—
Energía Eólica La Manchuela, SLU (Ex-Sierra de la Peña S.L.)	Albacete	1.141.900 EUR	27.940	25.841	2.099	4.063	729	40,75%	—
Eólica La Brújula S.A. (Ex-Sierra de la Peña S.A.)	Madrid	3.294.000 EUR	78.534	71.711	6.823	11.223	1.435	48,00%	—
Geneso I S.L.	Madrid	28.562.170 EUR	489.911	304.768	185.143	270.578	18.494	48,00%	—
Eólica Guadaleba, S.L.	Sevilla	10.000 EUR	10	1	10	0	0	48,00%	—
Hidroeléctrica del Rumbilar, S.L.	Madrid	276.460 EUR	899	772	127	6	-100	38,40%	—
Hidroeléctrica Fuentesmoza, S.L.	Oviedo	77.036 EUR	359	110	249	89	30	43,17%	—
Hidroeléctrica Gormaz S.A.	Salamanca	60.701 EUR	543	519	23	66	7	36,00%	—
Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAU	Zaragoza	1.918.728 EUR	36.491	33.996	2.495	3.348	621	60,00%	—
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	15.124 EUR	7	602	-595	0	0	43,20%	—
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	8.686.145 EUR	119.963	111.536	8.427	3.030	127	38,20%	—
Eólica Laiojanda, S.L.	Madrid	10.000 EUR	26.824	26.815	9	575	-1	48,00%	—
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	10.000 EUR	20.233	20.223	10	420	0	48,00%	—
Molino de Caragüeyes,S.L	Zaragoza	180.300 EUR	716	575	141	179	16	48,00%	—
NEO Catalunya SL	Barcelona	10.000 EUR	10	0	10	0	0	60,00%	—
NEO Energia Aragon SL	Madrid	10.000 EUR	10	1	10	0	0	60,00%	—
Neomal Inversiones SICAV, SA	Madrid	33.358.370 EUR	39.932	125	39.807	3.533	3.371	60,00%	—
Parque Eólico Belchite S.L.	Zaragoza	3.600.000 EUR	55.043	48.438	6.605	9.241	2.285	48,00%	—

EDP Renováveis S.L.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-07 Euro'000	Passivos 31-Dez-07 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-07 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-07 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-07 Euro'000	% Grupo	% Individual
Parque Eólico la Sotonera, S.L.	Zaragoza	2.000.000 EUR	23.126	18.958	4.168	4.781	1.507	31,13%	—
Parque Eólico Los Cantales, SLU	Zaragoza	1.963.050 EUR	32.723	30.771	1.952	880	0	60,00%	—
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Zaragoza	12.024 EUR	49	40	9	0	0	60,00%	—
Parque Eólico Plana de Artajona, SLU	Zaragoza	12.024 EUR	67	58	9	0	0	60,00%	—
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	1.924.000 EUR	8.041	5.772	2.268	1.759	91	36,00%	—
Parques Eólicos del Cantábrico S.A.	Oviedo	9.079.680 EUR	57.934	38.132	19.803	11.810	1.980	48,00%	—
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	60.200 EUR	7	423	-416	0	0	28,80%	—
Renovables Castilla la Mancha, S.A.	Albacete	15.026 EUR	40.959	40.944	15	717	0	43,20%	—
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	10.000 EUR	16.658	16.648	10	147	0	45,60%	—
Sieso Renovables Canarias, S.L.	Gran Canaria	3.006 EUR	2	1	1	0	-1	48,00%	—
Sinae Inversiones Eólicas S.A.	Madrid	6.010.000 EUR	83.437	69.758	13.680	10.197	5.272	48,00%	—
Sotomai, S.A.	Soria	112.880 EUR	29	196	-166	0	0	43,20%	—
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	60.200 EUR	64	0	64	1	0	38,40%	—
Eólica Curiscoa Pumar, S.A.U. (Ex-Rio Solán)	Madrid	60.200 EUR	72.770	72.587	183	5.531	122	48,00%	—
Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	Zaragoza	188.047 EUR	3.352	87	3.265	670	498	48,00%	—
Veinco Energía Limpia SLU	Zaragoza	3.043 EUR	5.076	4.733	343	147	146	60,00%	—
Actividade Eléctrica - França:									
C.E. Bourbriac, SAS	Paris	50.000 EUR	2.553	2.507	47	6	-3	60,00%	—
CE Ayssenes-Le Truel, SAS	Paris	150.000 EUR	3.330	3.188	143	28	-7	60,00%	—
C.E. Beaurivier, SAS	Paris	50.000 EUR	1.382	1.345	38	39	-2	60,00%	—
C.E. Cathel Lehuic, SAS	Paris	80.000 EUR	73	1	72	0	-4	60,00%	—
CE Canel-Pont de Solars, SAS	Paris	125.000 EUR	8.506	8.418	89	113	-21	60,00%	—
CE Gueltes Noyal-Pontivy, SAS	Paris	2.261.000 EUR	10.669	7.513	3.156	2.062	777	60,00%	—
C.E. Les Vieilles, SAS	Paris	300.000 EUR	38	1	37	0	-3	60,00%	—
C.E. Patay, SAS	Paris	1.640.000 EUR	16.970	14.790	2.179	1.780	-6.421	60,00%	—
C.E. Pont d'Yeu, SAS	Paris	150.000 EUR	9	1	8	0	-3	60,00%	—
CE Saint Alban-Henansal, SAS	Paris	50.000 EUR	3.173	3.136	38	22	-3	60,00%	—
C.E. Saint Barnabe, SAS	Paris	1.600.000 EUR	16.626	14.771	1.855	1.406	-5.791	60,00%	—
C.E. Segur, SAS	Paris	1.615.000 EUR	16.024	14.057	1.967	1.594	-6.837	60,00%	—
Keranfauler, S.A.S.	Carhaix	37.000 EUR	11.955	11.902	52	1.383	-7.932	60,00%	—
Le Gollat, S.A.S.	Carhaix	37.000 EUR	13.339	13.352	-13	1.522	-9.256	60,00%	—
Le Meo, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	1.056	1.055	1	0	0	29,40%	—
Parc Eolien Les Bles D'Or S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	1.025	1.031	-5	0	0	60,00%	—
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	1	0	1	0	0	29,40%	—
Pieces de Vigne S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	1	5	-4	0	0	60,00%	—
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	40.000 EUR	15.557	16.275	-718	539	-4.702	60,00%	—
C.E. Neo Prouville, SAS	Paris	37.500 EUR	3.324	3.290	34	9	-3	60,00%	—
Recherches et Développements Éoliennes, SARL	Paris	750.000 EUR	8.628	7.353	1.275	3.423	50	60,00%	—
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	298	299	-1	0	0	29,40%	—
Saint Jacques, S.A.R.L.	Toulouse	1.000 EUR	626	627	-1	0	0	60,00%	—
C.E. Neo Truc de l'homme, SAS	Paris	37.500 EUR	38	4	34	0	-3	60,00%	—
Actividade Eléctrica - Holanda:									
Tarcan, BV	Amsterdam	20.000 EUR	24.000	23.874	126	668	-361	60,00%	—
Actividade Eléctrica - Bélgica:									
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neu	402.000 EUR	14.823	15.159	-336	248	-279	42,00%	—
Actividade Eléctrica - Polónia:									
Chadow Wind Park SP.ZO.O.	Varsóvia	50.000 PLN	14	0	14	0	0	60,00%	—
KIP Wind Park I SP.ZO.O.	Varsóvia	50.000 PLN	14	0	14	0	0	60,00%	—
KIP Wind Park II SP.ZO.O.	Varsóvia	50.000 PLN	14	0	14	0	0	60,00%	—
Relax Wind Park I SP.ZO.O.	Varsóvia	760.000 PLN	2.201	2.096	105	0	0	43,98%	—
Relax Wind Park III SP.ZO.O.	Varsóvia	420.000 PLN	198	82	116	0	0	30,60%	—
Relax Wind Park V SP.ZO.O.	Varsóvia	510.000 PLN	145	4	141	0	0	60,00%	—
Relax Wind Park VI SP.ZO.O.	Varsóvia	50.000 PLN	11	0	11	0	0	60,00%	—
SK Wind Park SP.ZO.O.	Varsóvia	50.000 PLN	14	0	14	0	0	60,00%	—
Sokolowo Wind Park SP.ZO.O.	Varsóvia	50.000 PLN	312	331	-19	0	0	60,00%	—
Zulawy Wind Park I SP.ZO.O.	Varsóvia	50.000 PLN	11	0	11	0	0	60,00%	—
Empresa-Mãe:									
Horizon Wind Energy LLC	Houston, Texas	2.632.620.908 USD	2.325.503	541.083	1.784.420	4.548	-12.205	100,00%	100,00%
Actividade Eléctrica - Estados Unidos:									
2007 Vento I LLC	Houston, Texas	1.334.380.971 USD	924.504	18.140	906.364	534	-83	100,00%	—
Arlington Wind Power Project LLC	Houston, Texas	13.149.501 USD	12.649	3.721	8.928	0	-5	100,00%	—
Aroostook Wind Energy LLC	Houston, Texas	1.257.610 USD	1.605	754	851	0	-3	100,00%	—
BC2 Maple Ridge Wind LLC	Houston, Texas	484.926.825 USD	341.674	12.578	329.097	3.492	-315	100,00%	—
Blue Canyon Windpower II LLC	Houston, Texas	227.042.507 USD	174.011	18.549	155.463	4.985	1.233	100,00%	—
Chocolate Bayou Windpower I, LP	Houston, Texas	3.438.824 USD	2.432	96	2.336	0	0	100,00%	—
Clinton County Wind Farm, LLC	Houston, Texas	18.335.120 USD	25.643	13.193	12.450	0	-5	100,00%	—
High Prairie Wind Farm II, LLC	Houston, Texas	3.505.536 USD	124.801	122.176	2.625	472	244	100,00%	—
High Trail Wind Farm, LLC	Houston, Texas	459.409.684 USD	324.913	12.991	311.922	9.851	-156	100,00%	—
Horizon Wind Energy International	Houston, Texas	5.691.290 USD	4.140	181	3.958	99	92	100,00%	—
Horizon Wind Ventures I LLC	Houston, Texas	808.287.339 USD	1.053.521	493.410	560.111	12.150	11.040	100,00%	—
Jericho Rise Wind Farm LLC	Houston, Texas	1.600.290 USD	2.285	1.199	1.086	0	-2	100,00%	—
Madison Windpower LLC	Houston, Texas	10.564.773 USD	8.177	971	7.206	663	29	100,00%	—
Marble River, LLC	Houston, Texas	22.164.687 USD	15.188	132	15.056	0	-1	100,00%	—
Marlinsdale Wind Farm LLC	Houston, Texas	3.196.368 USD	2.407	235	2.171	0	0	100,00%	—
Mesquite Wind, LLC	Houston, Texas	280.000.541 USD	252.581	61.369	191.212	5.070	1.007	100,00%	—
Old Trail Wind Farm, LLC	Houston, Texas	75.841.969 USD	303.517	251.823	51.694	452	174	100,00%	—
OPQ Property LLC	Houston, Texas	17.838 USD	2.642	2.620	22	11	10	100,00%	—
Post Oak Wind, LLC	Houston, Texas	58.368.155 USD	246.106	206.364	39.743	122	93	100,00%	—
Signal Hill Wind Power Project LLC	Houston, Texas	0 USD	1	17	-16	0	0	100,00%	—
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Houston, Texas	21.022.923 USD	143.505	128.327	15.178	539	898	100,00%	—
Tumbleweed Wind Power Project LLC	Houston, Texas	0 USD	0	3	-2	0	-1	100,00%	—
Viento Grande Wind Power Project LLC	Houston, Texas	860.990 USD	1.326	741	585	0	0	100,00%	—
Wind Turbine Prometheus, LP	Houston, Texas	0 USD	0	389	-389	0	-3	100,00%	—
Horizon Wind Ventures II, LLC	Houston, Texas	0 USD	232.904	232.665	239	0	239	100,00%	—
Horizon Wind Energy Company LLC	Houston, Texas	0 USD	491.086	489.893	1.192	1.871	1.192	100,00%	—

EDP Renováveis S.L.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

Os principais indicadores financeiros das Empresas conjuntamente controladas incluídas na consolidação pelo **método proporcional**, à data de 31 de Dezembro de 2007, são apresentados de seguida:

Entidades conjuntamente controladas	Sede	Capital Social /Moeda	Activos Não Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Activos Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Passivos Não Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Passivos Correntes 31-Dez-07 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-07 Euro'000	Total Provetos 31-Dez-07 Euro'000	Total Custos 31-Dez-07 Euro'000	Resultado Líquido 31-Dez-07 Euro'000	% Grupo	% Individual
Actividade Eléctrica - Espanha:												
Campania Eólica Aragonesa, S. A.	Zaragoza	6.701.165 EUR	119.091	14.388	82.383	15.056	36.040	33.924	-24.238	9.685	30,00%	—
Desarrollos Energéticos Canarios, S. A.	Las Palmas	15.025 EUR	0	8	0	18	-10	0	0	0	23,95%	—
Evolución 2000, S. L.	Albacete	117.994 EUR	56.929	7.909	50.170	5.244	9.424	5.851	-5.325	526	23,59%	—
Horta Medioambiental S. A.	Madrid	60.200 EUR	0	22	0	135	-113	0	-1	-1	24,00%	—
Ibersol E. Solar Ibérica, S. A.	Almería	65.000 EUR	1.915	22	0	1.872	65	12	-12	0	24,00%	—
Marquesado Solar S. A.	Almería	65.000 EUR	16.192	1.442	5.170	12.427	37	253	-253	0	24,00%	—
Murciasol I Solar Térmica, S. L.	Almería	3.340 EUR	117	65	0	179	3	11	-11	0	24,00%	—
Tébar Eólica, S. A.	Cuenca	4.720.400 EUR	40.317	9.864	37.633	3.743	8.804	8.340	-6.670	1.670	24,00%	—
Actividade Eléctrica - Estados Unidos:												
Flat Rock Windpower LLC	Portland	525.479.601 USD	341.239	10.357	1.751	1.013	348.832	14.573	-10.668	3.904	50,00%	—
Flat Rock Windpower II LLC	Portland	207.447.187 USD	135.514	5.424	646	1.157	139.134	4.485	-3.989	496	50,00%	—

As **Empresas Associadas** incluídas na consolidação pelo **método da equivalência patrimonial**, à data de 31 de Dezembro de 2007, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social /Moeda	Activos 31-Dez-07 Euro'000	Passivos 31-Dez-07 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-07 Euro'000	Total Provetos 31-Dez-07 Euro'000	Resultado Líquido 31-Dez-07 Euro'000	% Grupo	% Individual
Actividade Eléctrica - Espanha:									
Biomassas del Pirineo, S. A.	Huesca	454.896 EUR	432	25	407	1	0	14,40%	—
Cultivos Energéticos de Castilla, S. A.	Burgos	300.000 EUR	62	0	62	0	0	14,40%	—
D. E. de Canarias, S. A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	10.243	419	9.824	3.835	1.122	21,48%	—
Hidroeléctrica Río Lena S. A.	Oviedo	901.518 EUR	9.164	6.887	2.277	0	0	4,15%	—
Hidroastur, S. A.	Oviedo	4.808.000 EUR	9.188	705	8.483	1.809	0	12,00%	—
Parque Eólico Altos del Voltoya, S. A.	Madrid	7.813.157 EUR	46.258	35.673	10.585	9.240	2.353	14,88%	—
Parque Eólico de Belmonte, S. A.	Asturias	120.400 EUR	43.936	40.979	2.957	5.542	97	14,35%	—
Parque Eólico Sierra del Madero, S. A.	Soria	7.194.021 EUR	29.537	18.724	10.813	11.097	3.143	20,16%	—
Sociedad Eólica de Andalucía, S. L.	Sevilla	6.010 EUR	0	3	-3	0	0	24,00%	—
Siglo XXI Solar S. A.	Ciudad Real	80.000 EUR	69	0	69	0	0	12,00%	—
Yedeso Cogeneración, S. A.	Sevilla	234.390 EUR	44	0	44	0	0	4,80%	—

18. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Empresas associadas:		
Investimentos financeiros em associadas	32.514	-
Ajustamentos em investimentos financeiros em associadas	-154	-
Valor líquido	32.360	-

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global dos investimentos financeiros em associadas.

O detalhe dos **investimentos financeiros em associadas**, para o Grupo, é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2007		Dez 2007	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empresas associadas:				
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	10.875	-	-	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	4.542	-	-	-
Associadas da Veinco Energia Limpia, S.L.	4.913	-	-	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	2.967	-	-	-
Blue Canyon Windpower, LLC	2.635	-154	-	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	2.610	-	-	-
Hidroastur, S.A.	2.121	-	-	-
Associadas da Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	1.647	-	-	-
Outras	204	-	-	-
	32.514	-154	-	-

19. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A.	3.107	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	3.460	-
Hueneja, C.B.	1.246	-
Outras	138	-
	7.951	-

Os activos financeiros disponíveis para venda referidos acima, estão registados ao seu custo de aquisição histórico, dado não ser possível estimar de forma fiável e consistente o seu respectivo justo valor.

20. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos	Impostos Diferidos Passivos	Saldo líquido Impostos Diferidos
	Dez 2007	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Prejuízos e créditos fiscais	4.309	-	4.309
Provisões	556	-	556
Instrumentos financeiros derivados	176	1.679	-1.503
Activos fixos tangíveis	11.335	-	11.335
Reavaliações contabilísticas	-	8.902	-8.902
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	267.876	-267.876
Outros	343	13	330
	16.719	278.470	-261.751

Os passivos por impostos diferidos reflectem essencialmente o efeito da aquisição dos Grupos Desa e Ceasa em 2005 e 2006, respectivamente, e o facto de os montantes registados como activos corpóreos não serem fiscalmente dedutíveis pelo Grupo.

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos que irão ser realizados ou revertidos a mais de 12 meses é apresentado como segue:

	Impostos Diferidos Activos	Impostos Diferidos Passivos
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Prejuízos e créditos fiscais	4.309	-
Provisões	159	-
Instrumentos financeiros derivados	176	1.679
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	261.380
Activos fixos tangíveis	10.601	-
Reavaliações contabilísticas	-	8.902
Outros	318	13
	15.563	271.974

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

	Grupo
	Dez 2007
	Euro'000
Data limite de reporte:	
2010	11
2011	21
2012	27
2013	105
2014 a 2027	74.730
	74.894

A Horizon e a NEO têm impostos diferidos activos no valor de 9.343 milhares de USD (6.347 milhares de Euros) e 14.189 milhares de Euros, respectivamente, aos quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2007, em virtude de ser entendimento do Grupo que estes activos podem não ser recuperáveis no futuro previsível.

21. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Adiantamentos por conta de compras	35.127	-
Produtos acabados e intermédios	3.740	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:		
Materiais diversos e outros	157	-
	<u>39.024</u>	<u>-</u>

22. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Clientes curto prazo - Corrente:		
Clientes residentes	35.951	-
Clientes não residentes	24.934	-
	<u>60.885</u>	<u>-</u>
Clientes de cobrança duvidosa	2.309	-
Perdas por imparidade	-2.309	-
	<u>60.885</u>	<u>-</u>

23. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Devedores de curto prazo - Corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	23.674	-
Adiantamentos a fornecedores	36	-
Outros devedores:		
- Dívidas referentes a colaboradores	9	-
- Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	51.061	37.993
- Seguros	309	-
- Honorários	2.022	-
- Adiantamentos por conta de activos financeiros	1.399	-
- Benefícios fiscais associados à produção (PTC)	1.104	-
- Cauções prestadas	1.044	-
- Depósitos em garantia	9.089	-
- Outros devedores e operações diversas	9.504	-
	<u>99.251</u>	<u>37.993</u>
Devedores de médio / longo prazo - Não corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	10.576	-
Valores a receber	6.824	-
Cauções e depósitos vinculados	34.431	-
Custos diferidos (Grupo Enernova)	26.666	-
Outros devedores e operações diversas	21.965	-
	<u>100.462</u>	<u>-</u>
	<u>199.713</u>	<u>37.993</u>

A rubrica Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente, inclui 22.739 milhares de Euros relativos ao financiamento de curto-prazo entre a EDP - Energias de Portugal, S.A. e a Enernova.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados - Corrente inclui o montante de 37.993 milhares de Euros relativo a um derivado com a EDP Sucursal, o qual foi contratado de forma a cobrir o risco de câmbio do investimento líquido detido na Horizon, o qual está expresso em USD (ver nota 37).

A rubrica de Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Não corrente, respeita a empréstimos concedidos a empresas incluídas no perímetro de consolidação pelo método proporcional.

A rubrica Outros devedores e operações diversas - Não corrente inclui 5.091 milhares de Euros relativos a adiantamentos para a aquisição de interesses minoritários.

24. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Imposto sobre o rendimento	3.993	-
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	89.342	11
- Outras tributações	3.500	-
	<u>96.835</u>	<u>11</u>

25. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

A rubrica de **Activos financeiros ao justo valor através de resultados** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Instrumentos de dívida		
Obrigações não cotadas	1.998	-
Instrumentos de capital		
Fundos de investimento	<u>42.841</u>	<u>-</u>
	<u>44.839</u>	<u>-</u>

As obrigações não cotadas estão registadas ao seu custo histórico de aquisição, o qual não difere significativamente do seu justo valor à data do balanço, atendendo a que estas obrigações foram adquiridas em 28 de Dezembro de 2007.

O justo valor dos fundos de investimento é calculado com base na sua cotação.

26. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Numerário:		
- Caixa	<u>2</u>	<u>-</u>
	2	-
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	388.295	15
- Depósitos a prazo	<u>195</u>	<u>-</u>
	<u>388.490</u>	<u>15</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>388.492</u>	<u>15</u>

As operações com maior significado em 2007 sem as correspondentes entradas e saídas de caixa relacionam-se, essencialmente, com aumentos de capital social através de transacções não monetárias (ver nota 27) e com a aquisição do Grupo RELAX (Polónia) no montante de 34.637 milhares de Euros, cujo preço de aquisição ainda não foi liquidado.

27. Capital e Prémios de emissão

A EDP Renováveis foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 com um capital social de 15.000 Euros, representada por 1.500 participações sociais com um valor nominal de 10 Euros cada, tendo estas participações sociais sido integralmente subscritas pela EDP Sucursal. Em 18 e 21 de Dezembro de 2007, a EDP Sucursal procedeu ao aumento do capital social da EDP Renováveis através da incorporação de acções detidas nas suas subsidiárias Neo - Nuevas Energias de Occidente, S.L. (correspondente a 60% do respectivo capital social) e Horizon Wind Energy LLC (correspondente a 100% do respectivo capital social).

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital social da EDP Renováveis é detido na sua totalidade pela EDP Sucursal.

Para efeitos do aumento de capital, as participações na NEO e na Horizon foram valorizadas em 85.792 milhares de Euros e 1.838.898 milhares de Euros, respectivamente. Após os aumentos de capital acima referidos, o capital social da EDP Renováveis passou a ser de 18,873 milhares de Euros, representado por 1.887.298 participações sociais com um valor nominal de 10 Euros cada, o qual se encontra integralmente realizado e ao qual acresce um prémio de emissão no montante de 1.905.832 milhares de Euros.

Posteriormente ao aumento de capital, procedeu-se à redução do prémio de emissão, com vista a evidenciar o valor do investimento na NEO, de acordo com o valor pelo qual se encontrava registado na EDP - Energias de Portugal, S.A. antes da sua contribuição (62.298 milhares de Euros).

As realizações em espécie acima referidas foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, contribuições de activos e troca de acções estabelecido no Capítulo VIII Documento Legal VII do Real Decreto Lei 4 de 5 de Março de 2004, que aprova a alteração da Lei do imposto sobre o rendimento, de acordo com o artigo 93 do Real Decreto Legislativo 4 de 5 de Março de 2004, através do qual a alteração da lei de imposto sobre o rendimento foi aprovada.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis são analisados como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em milhares de Euros	1.093	44
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em milhares de Euros	1.093	44
Nº médio de acções	909.477	909.477
Nº médio de acções diluídas	909.477	909.477
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	1,20	
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	1,20	
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	1,20	
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas da EDP Renováveis em Euros	1,20	

O Grupo EDP Renováveis calcula o seu resultado por acção resultado básico e diluído atribuível aos accionistas da EDP Renováveis utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no período.

A empresa não detém quaisquer acções próprias em 31 de Dezembro de 2007.

28. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	11.566	-
Diferença cambial de consolidação	-819	-
Outras reservas e resultados acumulados:		
Efeito resultante do aumento de capital por entrada em espécie	119.097	-
	129.844	-

Efeito resultante do aumento de capital por entrada em espécie

Tal como referido no parágrafo 2b) acima, a contabilização de transacções entre entidades sob controlo comum não se encontra no âmbito do IFRS 3. Consequentemente, e na falta de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDP Renováveis adoptou uma política contabilística para as referidas transacções, que considera apropriada. Considerando a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecida nos capitais próprios.

Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 214 do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do ano para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas se não existirem outras reservas disponíveis e para aumentar o capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

A reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas em moeda estrangeira para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Dez 2007	
		Câmbio de fecho	Câmbio Médio
Dolar	USD	1,4721	1,372

29. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo Dez 2007 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	277
Interesses minoritários de capital e de reservas	185.310
	<u>185.587</u>

A rubrica de **Interesses minoritários**, por subgrupo, é analisada como segue:

	Grupo Dez 2007 Euro'000
Grupo NEO Energia	185.561
Grupo Horizon Wind Energy	26
	<u>185.587</u>

Durante o período de actividade no ano de 2007, o Grupo EDP Renováveis gerou resultados positivos atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 277 milhares de Euros.

Em 2007, o Grupo EDP Renováveis, através da sua subsidiária Nuevas Energias de Occidente, concedeu "put options" ao accionista minoritário da Genesa I S.L. relativamente a acções detidas por este, as quais contabilizou como uma aquisição antecipada de interesses minoritários, no montante de 14.169 milhares de Euros. Assim sendo, foi registado um passivo correspondente ao valor actualizado estimado do preço de exercício da opção, no montante de 170.151 milhares de Euros e um "goodwill" resultante da diferença entre o preço de exercício da opção e o valor contabilístico dos interesses minoritários respectivos, no montante de 155.982 milhares de Euros (nota 16).

30. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Dívida financeira de curto prazo - Corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo NEO	77.724	-
Outros empréstimos:		
- Grupo NEO	118.794	-
- Grupo Horizon Wind Energy	320.926	-
	<u>439.720</u>	-
	<u>517.444</u>	-
Dívida financeira de médio/longo prazo - Não corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo NEO	432.733	-
Outros empréstimos:		
- Grupo NEO	1.931.896	-
	<u>2.364.629</u>	-
	<u>2.882.073</u>	-

A rubrica Dívida financeira de curto prazo - corrente, inclui o montante de 320.926 milhares de Euros, relativo a empréstimos e respectivos juros a pagar pela HWE à EDP Sucursal. Estes empréstimos têm uma maturidade média de 30 dias, sendo renováveis, e vencem juros à taxa LIBOR acrescida de um *spread* de 0,25%. Os juros vencidos e não pagos em 31 de Dezembro de 2007 ascendiam a aproximadamente 1.400 milhares de USD (aproximadamente 951 milhares de euros).

A maioria dos empréstimos do grupo NEO vencem juros a taxas fixas que variam entre 4,78% e 5,57%. A NEO utiliza 'swaps' de taxa de juro para cobertura da exposição a alterações das taxas de juro, nomeadamente as associadas aos seus empréstimos bancários. Os empréstimos bancários em Euros vencem juros à taxa Euribor a três ou seis meses. Em 2007 a taxa de juro efectiva dos empréstimos bancários foi de 5,57%.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. Em 31 de Dezembro de 2007, estes financiamentos totalizavam 476.334 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

A análise da rubrica de **Dívida Financeira** por maturidade, é a seguinte:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Empréstimos bancários:		
Até 1 ano	77.724	-
De 1 ano a 5 anos	188.454	-
A mais de 5 anos	244.279	-
	<u>510.457</u>	-
Outros empréstimos:		
Até 1 ano	439.720	-
De 1 ano a 5 anos	1.003.041	-
A mais de 5 anos	928.855	-
	<u>2.371.616</u>	-
	<u>2.882.073</u>	-

Os empréstimos bancários e 'overdrafts' incluem empréstimos de taxa variável no montante de 799.355 milhares de Euros. As taxas de juro aplicadas são actualizadas de acordo com a seguinte base:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Anual	11.788	-
Semestral	360.695	-
Trimestral	85.946	-
Mensal	340.926	-
	<u>799.355</u>	-

EDP Renováveis S.L.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 f), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos definidos pela IAS 39, no âmbito da adopção da contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor. No entanto, os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

	Dez 2007	
	Valor de balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Dívida de curto prazo e empréstimos - Corrente	517.444	517.444
Dívida de Médio/Longo prazos e empréstimos - Não corrente	2.364.629	2.424.153
	<u>2.882.073</u>	<u>2.941.597</u>

O valor de mercado dos empréstimos de médio/longo prazo (não corrente) é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas em vigor à data do balanço. O valor de balanço da dívida de curto prazo e empréstimos (corrente) é considerado equivalente ao valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2007, os pagamentos futuros da dívida e compromissos a ocorrer, são analisados como segue:

	Total Euro'000	2008 Euro'000	2 009 Euro'000	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	Anos seguintes Euro'000
Dívida de médio e longo prazo	2.364.629	-	217.767	216.305	212.524	209.507	1.508.526
Dívida de curto prazo	517.444	517.444	-	-	-	-	-
	<u>2.882.073</u>	<u>517.444</u>	<u>217.767</u>	<u>216.305</u>	<u>212.524</u>	<u>209.507</u>	<u>1.508.526</u>

O valor das garantias encontra-se desagregado na nota 36 às demonstrações financeiras.

A repartição da Dívida financeira, por moeda, é a seguinte:

	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Empréstimos em Euros	2.561.147	-
Empréstimos em USD	320.926	-
	<u>2.882.073</u>	<u>-</u>

31. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	834	-
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	377	-
	<u>1.211</u>	<u>-</u>

A rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais em 31 de Dezembro de 2007 refere-se exclusivamente a planos de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões e cuidados médicos estão totalmente cobertas pelos activos do plano ou por provisões específicas. Adicionalmente, à data de 31 de Dezembro de 2007 não existem quaisquer ganhos ou perdas actuariais diferidas.

Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP Renováveis atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidos, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, a Enernova dispõe de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica, incluído dentro do plano que abrange as restantes empresas do Grupo EDP em Portugal.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões de reforma era de 33 colaboradores, todos em Portugal.

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões no Grupo EDP Renováveis, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez 2007
	Portugal
Pressupostos	
Taxa de rendimento dos activos	6,00%
Taxa de desconto	5,30%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,90%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,10%
Taxa de inflação	2,20%
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A NEO em Espanha dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, algumas das empresas do Grupo dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos são apresentados como segue:

	Dez 2007
	Portugal
Pressupostos	
Taxa de desconto	5,30%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,50%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	150
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)

a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

32. Provisões

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	12	-
Provisão para garantias a clientes	301	-
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	20.280	-
Provisão para outros riscos e encargos	2.004	-
	22.597	-

A provisão para desmantelamento e descomissionamento de parques eólicos destina-se a fazer face às responsabilidades com o desmantelamento de parques eólicos, reposição de locais e terrenos no seu estado original e foi constituída de acordo com a política contabilística referida na nota 2.n). O montante reportado inclui 13.589 milhares de Euros, para parques eólicos situados nos Estados Unidos, 5.192 milhares de Euros em Espanha, 1.264 milhares de Euros referentes a parques em Portugal e os restantes 236 milhares de Euros em França.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo da provisão para desmantelamento e descomissionamento de parques eólicos apresentados como segue:

	Dez 2007
Pressupostos	
Custo médio por MW (Euros)	5.500
Taxa de desconto	5,13%
Taxa de inflação	2,20%
Período de capitalização (nº de anos)	20

A Administração do Grupo EDP Renováveis considera que as provisões registadas no balanço consolidado cobrem, adequadamente, os riscos descritos nesta nota, pelo que não se espera que dos mesmos advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo EDP Renováveis não tem conhecimento de quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

33. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Credores e outros passivos de curto prazo - Corrente:		
Fornecedores	20.168	-
Fornecedores de imobilizado	287.066	-
Adiantamentos de clientes	7.155	-
Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	1.400	-
Proveitos diferidos	708	-
Valores a pagar relativos à aquisição do Grupo "RELAX"	2.267	-
Remuneração variável a pagar a colaboradores	5.730	-
Dívidas por fornecimento de outros bens e serviços	38.224	-
Cauções recebidas de terceiros	7.215	-
Outros credores e operações diversas	28.260	77
	398.193	77
Credores e outros passivos de médio/longo prazo - Não corrente:		
Valores a pagar relativos à aquisição do Grupo "RELAX"	46.735	-
Subsídios ao investimento em activos tangíveis	10.528	-
Contratos de venda de energia - Horizon	125.735	-
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	264.893	-
Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's	733.273	-
Outros credores e operações diversas	1.889	-
	1.183.053	-

Outros credores e operações diversas relacionam-se, essencialmente, com montantes pendentes de pagamento relativos à aquisição de empresas e trabalhos certificados pendentes de execução por terceiros.

A rubrica Contratos de venda de energia - Horizon corresponde ao justo valor dos contratos celebrados pela Horizon com os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation".

Tal como referido na nota 2b) o Grupo EDP Renováveis regista as opções sobre interesses minoritários em empresas subsidiárias, concedidas a accionistas minoritários na data de aquisição de uma concentração empresarial ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses minoritários, registando um passivo financeiro pelo valor presente da melhor estimativa do valor a pagar, independentemente da probabilidade estimada de que as opções venham a ser exercidas. Em 31 de Dezembro de 2007, as responsabilidades decorrentes de opções sobre interesses minoritários contratadas em 2005 e 2007 com a Caja Madrid, relativamente a 20% da participação no Grupo Desa e 20% da participação na Genesa, respectivamente, ascendem a 264.893 milhares de Euros. Tal como referido na nota 16, as condições das opções (para a Desa e para a Genesa) são as seguintes:

- A opção é exercível entre 1 de Janeiro de 2010 e 2011, inclusivé.
- A opção é relativa à totalidade das acções das empresas do Grupo NEO detidas pela Caja Madrid, 20% no Grupo Genesa Group e 20% no Grupo Desa.
- O preço de exercício corresponderá ao valor de mercado, apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento.

A rubrica Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's no montante de 733.273 milhares de Euros, analisa-se como se segue:

	Dez 2007 Euro'000
Saldo a 1 Janeiro	10.529
Recebimentos pela venda de parcerias societárias	723.114
Montante de benefícios atribuídos	-11.849
Juros implícitos	10.706
Outros	<u>772</u>
Saldo a 31 Dezembro	<u><u>733.272</u></u>

De forma a poder utilizar integralmente os benefícios fiscais atribuíveis a empresas de produção com recurso a energias renováveis, a Horizon utiliza investidores institucionais em parcerias societárias. Estas operações envolvem a criação de "holdings", para as quais foram transferidos alguns projectos de parques eólicos.

A relação da Horizon com os investidores institucionais é estabelecida por intermédio de um acordo operacional com uma empresa de responsabilidade limitada que distribui os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e, distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais à produção e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias através de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final dos dez anos em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, do lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

No âmbito destas operações, os fluxos de caixa operacionais são alocados à Horizon até à mais recente das seguintes datas: uma data fixa ou uma data na qual irá recuperar o capital investido líquido dos recebimentos dos investidores institucionais. A "flip date" é expectável que ocorra, aproximadamente, sete a oito anos após a data da transacção. Após esta data, todos os fluxos de caixa operacionais são alocados aos investidores institucionais até ao recebimento das taxas de retorno acordadas ("flip date").

Até à "Flip date", uma parte significativa dos benefícios fiscais gerados pelas parcerias societárias são alocados ao investidor institucional, sendo os benefícios remanescentes alocados à Horizon.

Após a "Flip date", os investidores institucionais detêm um interesse minoritário reduzido pelo período da sua participação na parceria societária. A Horizon também detem uma opção para aquisição dos interesses residuais detidos pelos investidores institucionais ao justo valor na "Flip date".

Em 31 de Dezembro de 2007, a Horizon definha as seguintes parcerias institucionais:

Estrutura	Parques eólicos	Data de criação	Percentagem de participação
Blue Canyon I	Blue Canyon I	Dezembro	25%
2007 Vento I	Maple Ridge ⁽¹⁾ Maple Ridge II ⁽¹⁾ Madison Blue Canyon II Lone Star I Twin Groves I	Julho 2007	100%
2007 Vento II	Twin Groves II Elkhorn Valley Prairie Star Twin Groves I Lone Star II ⁽²⁾	2007	100%

⁽¹⁾ A Horizon possui 50%

⁽²⁾ Lone Star contribuiu em 2008 após a conclusão da construção

A Horizon regista os recebimentos resultantes das vendas de interesses em parcerias societárias a investidores institucionais como passivos não correntes. Estes passivos são revertidos pelo montante dos benefícios fiscais atribuídos e pelos retornos de capital efectuados aos investidores institucionais durante o período. O montante dos benefícios fiscais atribuídos é reconhecido como proveitos diferidos não correntes e reclassificado para resultados pro-rata durante os vinte anos de vida útil estimada dos projectos correspondentes.

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos pelo juro sobre o montante em dívida tendo por base a taxa interna de retorno implícita acordada.

Na "flip date", os investidores institucionais mantêm 5% dos interesses residuais nas parcerias societárias. A Horizon possui o direito de adquirir estes interesses residuais nos projectos, detidos pelos investidores institucionais, pelo seu justo valor.

34. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo	Individual
	Dez 2007	Dez 2007
	Euro'000	Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Imposto sobre o rendimento	6.940	-
- Retenções na fonte	3.650	-
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.564	-
- Outras tributações	491	-
	13.645	-

35. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge") e de cobertura de fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge").

O justo valor da carteira de derivados em 31 de Dezembro de 2007 é apresentado como se segue:

	Grupo	Individual
	Jun 2007	Dez 2006
	Euro'000	Euro'000
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")	37.993	37.993
Cobertura de fluxos de caixa ("Cash flow hedge")	11.668	-
	49.661	37.993

Os derivados de cobertura de justo valor ("Fair value hedge") respeitam à estrutura de financiamento com a EDP Sucursal referida nas notas 37 e 38. O justo valor deste derivado é calculado com base em modelos internos, conforme descrito na nota 38.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa ("Cash-flow hedges") é baseado em cotações fornecidas por entidades externas (bancos de investimento). Estas entidades utilizam nos seus cálculos técnicas de desconto de fluxos de caixa geralmente aceites e dados de mercado.

EDP Renováveis S.L.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Devedores e outros activos (nota 23) ou Credores e outros passivos (nota 33) consoante o justo valor seja positivo ou negativo, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, a maturidade dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento é analisada como segue:

	Até 3 meses Euro'000	De 3 meses até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000
Contratos de taxa de juro:					
"Swaps" de taxa de juro	1.833	56.911	130.029	146.530	335.303
Opções vendidas e compradas	9.182	7.268	65.711	2.627	84.788
	11.015	64.179	195.741	149.157	420.091
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
"Swaps" de moeda	6.587	86.452	-	-	93.039
	17.602	150.631	195.741	149.157	513.130

As taxas de juro efectivas dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Grupo		
	Moeda	EDP Renováveis Paga	EDP Renováveis Recebe
Contratos de taxa de juro:			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[3,00% - 5,15%]	[3,85% - 4,95%]
	Valor Nocial Euro'000	Grupo Dez 2007	Individual Dez 2007
Contratos de taxa de juro:			
Opções adquiridas sobre taxa de juro (compra CAP)	48.921	[5.75% - 4.00%]	-
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda FLOOR)	35.867	[4.27% - 3.12%]	-

36. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2007, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo Dez 2007 Euro'000	Individual Dez 2007 Euro'000
Garantias de carácter financeiro		
- Grupo NEO	26.306	-
- Grupo Horizon	3.057	-
	29.363	-
Garantias de carácter operacional		
- Grupo NEO	40.034	-
- Grupo Horizon	542.564	-
	582.598	-
Total	611.961	-
Garantias reais	3.458	-

Do total de garantias contratadas em 31 de Dezembro de 2007, o montante de 26.306 milhares de Euros diz respeito a empréstimos contratados pelo Grupo incluídos na dívida consolidada.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2007, estes financiamentos totalizavam 476.334 milhares de Euros (já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

EDP Renováveis S.L.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

Os compromissos do Grupo EDP Renováveis por prazo de maturidade são apresentados como segue:

	Dez 2007				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Dívidas financeiras de curto e longo prazo	3.013.510	528.071	455.871	443.342	1.586.226
Rendas de locações operacionais	325.731	16.975	42.208	26.835	239.713
Compromissos de compra	2.487.874	1.204.679	1.277.789	518	4.888
	<u>5.827.115</u>	<u>1.749.725</u>	<u>1.775.868</u>	<u>470.695</u>	<u>1.830.827</u>

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos dos empréstimos bancários, outros empréstimos e respectivos juros. Ver nota 30 - Dívida financeira.

O Grupo tem compromissos de compra relativos à aquisição de imobilizado corpóreo e para obrigações relativas a contratos de manutenção no montante de 2.440.625 milhares de Euros relativos à aquisição de turbinas eólicas para os projectos actualmente em construção e desenvolvimento, que foram contratadas com diferentes fornecedores deste tipo de instalações. O detalhe destes compromissos, por ano de maturidade, é apresentado como segue:

	NEO Dez 2007 Euro'000	Horizon Dez 2007 Euro'000	Grupo Dez 2007 Euro'000
Até 1 ano	744.147	422.515	1.166.662
1 a 5 anos	311.404	957.671	1.269.075
Mais de 5 anos	4.888	-	4.888
	<u>1.060.439</u>	<u>1.380.186</u>	<u>2.440.625</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos contingentes relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis, através da subsidiária NEO, detém uma opção de compra à Caja Madrid da totalidade das acções detidas pela Caja Madrid em empresas do subgrupo NEO (20% da Genesa). A Caja Madrid detém uma opção de venda à NEO destas mesmas acções. O preço de exercício das opções será determinado com base em avaliações independentes de bancos de investimento. As opções são exercíveis entre 1 de Janeiro de 2010 e 1 de Janeiro de 2011, inclusivé (ver nota 33).

37. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos e passivos com empresas do grupo e associadas são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Líquido Euro'000
Empresas			
EDP Energias de Portugal, S.A.	60.732	2.312.098	(2.251.366)
Empresas do Grupo EDP	6	1.187	(1.181)
Empresas do Grupo HC	8.347	2.646	5.701
Associadas	7.751	2.228	5.523
Empresas sob controlo conjunto	12.441	2.740	9.701
Outras	-	10.691	(10.691)
	<u>89.277</u>	<u>2.331.590</u>	<u>(2.242.313)</u>

Para além dos passivos associados às opções de venda existentes entre a NEO e a Caja Madrid, no montante de 264.893 milhares de Euros, que se encontram registadas na rubrica Credores e outros passivos (ver nota 33), a NEO detém empréstimos com a Caja Madrid no montante global de aproximadamente 102.662 milhares de Euros. Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado.

Em 2007, o Conselho de Administração da NEO auferiu remunerações monetárias no montante de 477 milhares de Euros, assim como remunerações em espécie no montante de 17 milhares de Euros, relativas essencialmente a seguros.

Tal como referido na nota 30, a Dívida financeira de curto prazo - Corrente inclui o montante de 320.926 milhares de Euros relativo a um empréstimo de 471.000 milhares de USD e respectivos juros vencidos a pagar pela Horizon à EDP Sucursal. O montante original deste empréstimo ascendia a 771.000 milhares de USD, que foram concedidos à Horizon pela EDP Sucursal imediatamente após a sua aquisição, sob a forma de empréstimos de curto prazo. Em 31 de Dezembro de 2007, a Horizon tinha já reembolsado 300.000 milhares de USD. O saldo remanescente vence no prazo de 30 dias, renovável, e vence juros à taxa LIBOR acrescida de um spread de 0,25%. Os juros vencidos e não pagos em 31 de Dezembro de 2007 ascendiam a aproximadamente 1.400 milhares de USD (aproximadamente 951 milhares de Euros).

Em 31 de Dezembro de 2007, a Horizon tem uma dívida para com a EDP, S.A., no montante de aproximadamente 25.100 milhares de USD (aproximadamente 17.050 milhares de Euros), relativa a um pagamento efectuado pela EDP, S.A. por conta da Horizon para a aquisição de uma turbina.

Em 2 de Julho de 2007 a EDP S.A., através da Sucursal EDP em Espanha, adquiriu 100% do capital social da Horizon, passando então a estar exposta ao risco cambial USD/EUR. Esta exposição foi coberta através da contratação de um financiamento em USD no mesmo valor. Em 4 de Dezembro de 2007 foi constituída a EDP Renováveis (subsidiária da EDP Sucursal de Espanha), para a qual, em 18 de Dezembro de 2007, foram transferidas as acções da Horizon, através de um aumento de capital em espécie. No entanto, o financiamento em USD manteve-se na EDP Sucursal de Espanha. Em resultado desta reestruturação societária, nas contas consolidadas e individuais do grupo EDP Renováveis, passou a existir exposição cambial relativa às acções detidas da Horizon e, de igual forma, nas contas individuais da EDP Sucursal, passou a existir exposição cambial através do financiamento em USD.

Com o objectivo de cobrir o risco cambial existente ao nível da EDP Renováveis e contas individuais da EDP Sucursal, o Grupo EDP contratou uma estrutura de empréstimos em USD e EUR entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis. O financiamento em USD em conjunto com o empréstimo em EUR, configuram em substância um derivado cambial, sendo reconhecidos contabilisticamente como tal nas demonstrações financeiras da EDP Renováveis e da EDP Sucursal. Em cada data de reporte, a estrutura financeira é reavaliada ao seu valor de mercado, correspondente à reavaliação cambial *spot*, resultando numa cobertura perfeita (reavaliação cambial do investimento na Horizon e do financiamento externo em USD).

Como parte da sua actividade operacional, o Grupo EDP Renováveis concede garantias a certos fornecedores. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP S.A. através da EDP Sucursal. Com referência a 31 de Dezembro de 2007, a EDP, S.A e a Hidroantábrico concederam garantias financeiras (35.017 milhares de Euros) e operacionais (1.071.074 milhares de Euros) a fornecedores cujos beneficiários são a NEO e a Horizon. No caso das garantias operacionais, as mesmas destinam-se a assegurar que a NEO e a Horizon cumprem as suas responsabilidades referentes à aquisição de activos fixos tangíveis, designadamente turbinas (ver nota 36).

Os **débitos** da EDP Renováveis com os accionistas a 31 de Dezembro de 2007, **em base individual**, são analisados como segue:

	Juros a Receber Eur'000	Outros Eur'000	Total Eur'000
EDP Energias de Portugal Sucursal en España, S.A.	37.993	-	37.993
	<u>37.993</u>	<u>-</u>	<u>37.993</u>

38. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, quando disponível, em cotações de mercado. Alternativamente, o justo valor é determinado através de modelos internos, baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por terceiros.

Os instrumentos menos usuais poderão requerer técnicas alternativas, que considerem as características e as práticas de mercado geralmente aceites aplicadas a instrumentos semelhantes. Estes modelos são desenvolvidos tendo em consideração as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente as curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

A informação de mercado é obtida de entidades especializadas no fornecimento deste tipo de informação (Bloomberg e Reuters).

A 31 de Dezembro de 2007, o quadro seguinte apresenta as curvas das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo EDP Renováveis se encontra exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor efectuado com base nos modelos internos acima referidos:

	Moedas	
	EUR	USD
7 dias	4,14%	4,49%
1 mês	4,29%	4,60%
2 meses	4,49%	4,65%
3 meses	4,68%	4,70%
6 meses	4,71%	4,60%
9 meses	4,73%	4,38%
1 ano	4,75%	4,22%
2 anos	4,56%	3,81%
3 anos	4,53%	3,91%
5 anos	4,56%	4,18%
7 anos	4,61%	4,42%
10 anos	4,72%	4,67%
15 anos	4,86%	4,89%
20 anos	4,91%	4,98%
30 anos	4,89%	5,03%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não seja possível obter uma estimativa fiável e consistente do seu justo valor com o recurso a modelos internos ou externos, são reconhecidos ao seu custo histórico.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através de resultados

Os instrumentos financeiros cotados classificados como disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor com base no preço de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter uma estimativa do seu justo valor fiável e consistente são reconhecidos ao seu custo histórico (nota 19).

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e credores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, os valores contabilísticos não são significativamente diferentes dos respectivos justos valores à data de reporte.

Dívida Financeira

O justo valor da dívida financeira é estimado através de modelos internos, que são baseados em técnicas de fluxo de caixa descontados. À data de reporte, o valor contabilístico dos empréstimos de taxa variável é aproximadamente o seu justo valor. No caso dos empréstimos de taxa fixa, principalmente, empréstimos intragrupo concedidos pelo Grupo EDP, o justo valor é obtido através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites. As taxas de desconto e as taxas de juro a prazo são baseadas nas curvas de taxa de juro referidas anteriormente e a taxa de câmbio USD/EUR é apresentada na nota 28.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os derivados são contabilizados ao seu justo valor. Para os derivados cotados em mercados organizados, utiliza-se essa cotação de mercado. Para os derivados fora de bolsa, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções geralmente aceites pelo mercado, ou por cotações fornecidas por entidades externas.

Estrutura de financiamento com a EDP Sucursal de Espanha (nota 37)

Com o objectivo de cobrir o risco cambial resultante do investimento líquido na Horizon, o Grupo contratou uma estrutura de financiamento em USD e EUR com a EDP Sucursal. Esta estrutura de financiamento corresponde, em substância, a um derivado financeiro, que é apresentado no balanço ao seu justo valor. O justo valor da estrutura é estimado através do desconto dos fluxos de caixa projectados da estrutura em USD e EUR. As taxas de desconto e as taxas de juro a prazo são baseadas nas curvas de taxa de juro referidas anteriormente e a taxa de câmbio USD/EUR é apresentada na nota 28. Ver as notas 12, 23 e 27.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2007 é analisado de seguida:

	Grupo Dez 2007		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros			
Activos financeiros disponíveis para venda	7.951	7.951	-
Clientes	60.885	60.885	-
Instrumentos financeiros derivados	51.061	51.061	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	44.839	44.839	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	388.492	388.492	-
	<u>553.228</u>	<u>553.228</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Dívida Financeira	2.882.073	2.941.597	59.524
Fornecedores	307.234	307.234	-
Instrumentos financeiros derivados	1.400	1.400	-
	<u>3.190.707</u>	<u>3.250.231</u>	<u>59.524</u>

39. Eventos relevantes e subsequentes**Aumento de capital da EDP Renováveis por entrada em espécie de 40% da NEO**

Em 25 de Fevereiro de 2008, a EDP Sucursal aprovou um aumento de capital da EDP Renováveis no montante de 4.718.240 Euros, com um prémio de emissão de 175.490.310 Euros, através da emissão de 471.824 acções com um valor nominal de 10 Euros cada e um prémio de emissão de 371,94 Euros por acção. Este aumento de capital foi subscrito pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. através de uma contribuição não monetária correspondente a 40% do capital social da Nuevas Energías de Occidente, S.L., a empresa-mãe do Grupo NEO, obtendo, em troca, uma participação de 20% no capital social da EDP Renováveis, S.L. Este acordo foi executado por escritura pública no dia 29 de Fevereiro de 2008. Desde essa data, a EDP Renováveis, S.L. passou a deter 100% do capital social da Nuevas Energías de Occidente, S.L.

EDP Renováveis adquire 1.050 MW de capacidade de produção a instalar nos Estados Unidos da América

A 19 de Fevereiro de 2008, a EDP Renováveis concretizou, através da Horizon, a aquisição de um "portfolio" composto por seis projectos de produção de energia eólica com 1.050 MW de capacidade global a instalar, localizados nos Estados do Illinois, Indiana e Ohio nos Estados Unidos da América.

EDP inicia preparação de potencial IPO da EDP renováveis

A 28 de Janeiro de 2008, a EDP, S.A. informou o mercado e o público em geral que iniciou os trabalhos de preparação de uma potencial oferta pública inicial da EDP Renováveis S.L., "holding" do grupo EDP para as energias renováveis, que controla as subsidiárias NEO Energia e Horizon Wind Energy. Esta decisão foi tomada em Conselho de Administração Executivo da EDP, após parecer do Conselho Geral e de Supervisão.

EDP Renováveis contrata transacção de 600 milhões de USD com investidores institucionais

A Horizon acordou a 31 de Dezembro de 2007 uma transacção com um consórcio de investidores institucionais constituído pela GE Energy Financial Services e Wachovia Investment Holdings, LLC para a participação num portfólio de quatro parques eólicos com datas de entrada em operação em 2007 e início de 2008 e com uma capacidade instalada total de 600 MW: Elkhorn Valley (101MW), Prairie Star (101 MW), Twin Groves 2 (198 MW) e Lone Star 2 (200 MW). Nesta transacção o consórcio de investidores irá investir um total de 600 milhões de USD, dos quais 340 milhões de USD já realizados em 2007 e o remanescente a ser investido em 2008.

40. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo EDP Renováveis ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, analisam-se como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo European Financial Reporting Advisory Group - EFRAG.

Face ao actual texto da norma, a IAS 1 revista prevê as seguintes alterações:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (balanço) é exigida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, da correcção de um erro, ou de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma, os utilizadores das demonstrações financeiras poderão facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "comprehensive income".

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma. Consequentemente, a esta data, não é possível determinar o impacto decorrente da adopção desta norma nas demonstrações financeiras.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo Accounting Regulatory Committee (ARC).

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma, não esperando que daí resultem impactos significativos, uma vez que o Grupo contabiliza actualmente os custos de empréstimos obtidos de acordo com o tratamento alternativo permitido previsto na actual versão da norma IAS 23.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma. Consequentemente, a esta data, não é possível determinar o impacto decorrente da adopção desta norma nas demonstrações financeiras.

IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais e IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, bem como alterações à IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG. Os principais impactos das alterações a estas normas são:

- (i) no tratamento de aquisições parciais, os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do goodwill por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido);
- (ii) nos "step acquisition" as novas regras obrigam, aquando do cálculo do "goodwill", à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo;
- (iii) os custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária passam a ser directamente imputados a resultados;
- (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o "goodwill"; e,
- (v) as alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que, as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo, qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma. Consequentemente, a esta data, não é possível determinar o impacto decorrente da adopção desta norma nas demonstrações financeiras.

IFRS 8 — Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios a começar em ou após 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência da alteração da IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser divulgada no reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma. Consequentemente, a esta data, não é possível determinar o impacto decorrente da adopção desta norma nas demonstrações financeiras.

IFRIC 11 — IFRS 2 — Transacções Intragrupo e de Acções Próprias

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 — Transacções Intragrupo e de Acções Próprias com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo como sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

O Grupo não espera impactos significativos da adopção desta norma.

IFRIC 12 Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

O impacto da adopção desta norma encontra-se ainda em análise por parte do Grupo EDP, não sendo possível a esta data quantificar o impacto da mesma nas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo não espera impactos significativos da adopção desta norma.

IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 14 IAS 19 - Limite de benefícios definidos e requisitos de financiamento mínimo e sua interacção, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAC.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma. Consequentemente, a esta data, não é possível determinar o impacto decorrente da adopção desta norma nas demonstrações financeiras.

IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros com opção de venda e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital uma vez que representam um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade.

Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma. Consequentemente, a esta data, não é possível determinar o impacto decorrente da adopção desta norma nas demonstrações financeiras.

41. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas em resultados do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Durante o exercício, as despesas de carácter ambiental reconhecidas nos resultados do exercício referem-se ao plano de monitorização ambiental e representam montantes pouco significativos.

Tal como referido na política contabilística 2n), o Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica e para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos terrenos no seu estado original, as quais em 31 de Dezembro de 2007 se estimam em 20.280 milhares de Euros (ver nota 32).

42. Activos detidos para venda

A rubrica de Activos detidos para venda refere-se a terrenos, no montante de 2.641 milhares de Euros, adquiridos expressamente com o objectivo da sua venda futura. Estes terrenos foram parcialmente alienados, no montante de aproximadamente 806 milhares de Euros durante o primeiro trimestre do exercício de 2008. Estes terrenos pertencem à subsidiária Horizon, estando integrados no segmento geográfico correspondente aos Estados Unidos da América.

43. Relato financeiro por segmentos de negócios

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Actividade Grupo EDP Renováveis por Segmentos de Negócio

Informação por segmentos de negócio para o período de 4 a 31 de Dezembro de 2007

(Valores em milhares de Euros)

	Produção Renováveis		Outras Operações	Grupo EDP Renováveis
	Europa	E.U.A.		
Volume de negócios	10.689	3.674	-	14.363
Custos com aquisição de electricidade	-11	-147	-	-158
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-501	-	-	-501
	<u>10.177</u>	<u>3.527</u>	<u>-</u>	<u>13.704</u>
Outros proveitos / (custos)				
Outros proveitos de exploração	805	944	-	1.749
Fornecimentos e serviços externos	-2.027	-833	-67	-2.927
Custos com o pessoal	-372	-627	-	-999
Custos com benefícios aos empregados	-5	-18	-	-23
Outros custos de exploração	-635	-157	-	-792
	<u>-2.234</u>	<u>-691</u>	<u>-67</u>	<u>-2.992</u>
	7.943	2.836	-67	10.712
Amortizações	-4.473	-2.412	-	-6.885
Compensação de amortizações	6	462	-	468
	<u>3.476</u>	<u>886</u>	<u>-67</u>	<u>4.295</u>
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	888	-	-	888
Proveitos financeiros	396	401	158	955
Custos financeiros	-4.265	-659	-	-4.924
Ganhos / (perdas) em associadas	224	-21	-	203
Resultados antes imposto	719	607	91	1.417
Impostos sobre lucros	-	-	-47	-47
Resultado depois de impostos	<u>719</u>	<u>607</u>	<u>44</u>	<u>1.370</u>
Resultado líquido do exercício	<u>719</u>	<u>607</u>	<u>44</u>	<u>1.370</u>
Atribuível a:				
EDP	442	607	44	1.093
Interesses minoritários	277	-	-	277
Resultado líquido do exercício	<u>719</u>	<u>607</u>	<u>44</u>	<u>1.370</u>
Outras informações:				
Activos tangíveis	2.666.280	2.173.202	-	4.839.482
Activos intangíveis	12.617	10.341	-	22.958
Activo corrente	360.311	333.636	38.020	731.967
Capitais próprios + Interesses Minoritários	305.134	11.346	1.901.255	2.217.735
Passivo corrente	528.842	400.363	77	929.282

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração
EDP Renováveis, S.L.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDP Renováveis, S.L. (a “Empresa”) e da EDP Renováveis e suas subsidiárias (Grupo EDP Renováveis), as quais compreendem o Balanço consolidado e individual relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração consolidada e individual dos resultados, a demonstração de reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios, a demonstração de fluxos de caixa para o período compreendido entre 4 e 31 de Dezembro de 2007, e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme adoptadas pela União Europeia (IFRS-UE). Esta responsabilidade inclui: a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, indispensável à preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas adequadas; e cálculo de estimativas contabilísticas razoáveis.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que sejam cumpridos requisitos éticos e que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a execução de procedimentos de forma a obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos adoptados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, quer devido a fraude ou a erro. Na avaliação do risco, o auditor considera a existência de um controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de forma a desenhar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a efectividade do sistema de controlo interno da Empresa. Uma auditoria inclui ainda a avaliação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Entendemos que a prova de auditoria obtida é apropriada e suficiente, pelo que o exame realizado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam apropriadamente, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa e do Grupo EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período compreendido entre 4 e 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia.

KPMG AUDITORES, S.L.



Ana Fernández Poderós

6 de Março de 2008



KPMG Auditores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração
EDP Renováveis, S.L.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDP Renováveis, S.L. (a “Empresa”) e da EDP Renováveis e suas subsidiárias (Grupo EDP Renováveis), as quais compreendem o Balanço consolidado e individual relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração consolidada e individual dos resultados, a demonstração de reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios, a demonstração de fluxos de caixa para o período compreendido entre 4 e 31 de Dezembro de 2007, e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme adoptadas pela União Europeia (IFRS-UE). Esta responsabilidade inclui: a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, indispensável à preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas adequadas; e cálculo de estimativas contabilísticas razoáveis.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que sejam cumpridos requisitos éticos e que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a execução de procedimentos de forma a obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos adoptados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, quer devido a fraude ou a erro. Na avaliação do risco, o auditor considera a existência de um controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de forma a desenhar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a efectividade do sistema de controlo interno da Empresa. Uma auditoria inclui ainda a avaliação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Entendemos que a prova de auditoria obtida é apropriada e suficiente, pelo que o exame realizado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

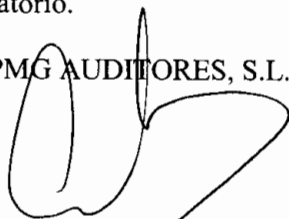
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam apropriadamente, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa e do Grupo EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período compreendido entre 4 e 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia.

Ênfase

Em 6 de Março de 2008, emitimos um relatório de auditoria relativamente às demonstrações financeiras da empresa a 31 de Dezembro de 2007, em relação ao qual emitimos uma opinião favorável. Posteriormente à emissão deste relatório, a empresa incorporou pequenas alterações de redacção que não modificam significativamente as demonstrações financeiras anexas pelo que a opinião emitida no parágrafo anterior não difere da anteriormente emitida no nosso relatório a essa data, a qual se mantém suportada em todos os seus termos pelo presente relatório.

KPMG AUDITORES, S.L.



Ana Fernández Poderós

6 de Março de 2008

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2007

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Demonstração dos resultados consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Notas	2007 (Milhares de Euros)	2006 (Milhares de Euros)
Volume de Negócios	6	262.506	212.306
Custos com aquisição de electricidade	6	(206)	(156)
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	(19.432)	(34.427)
		<u>242.868</u>	<u>177.723</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração:			
Outros proveitos de exploração	7	6.097	2.915
Fornecimentos e serviços externos	8	(38.829)	(23.632)
Custos com o pessoal	9	(12.919)	(11.456)
Custos com benefícios aos empregados		(96)	(68)
Outros custos de exploração	10	(6.970)	(11.988)
		<u>(52.717)</u>	<u>(44.229)</u>
		190.151	133.494
Provisões do exercício		-	(27)
Amortizações do exercício	14 e 15	(91.196)	(71.139)
Imparidade dos activos tangíveis e intangíveis	14	-	(14.134)
Amortização do proveito diferido de subsídios governamentais		<u>156</u>	<u>253</u>
		99.111	48.447
Ganhos na alienação de activos financeiros	11	6.736	39
Outros proveitos financeiros	12	13.457	5.599
Outros custos financeiros	12	(113.691)	(57.929)
Ganhos em associadas	17	<u>3.048</u>	<u>3.763</u>
Resultado antes de impostos		8.661	(81)
Imposto sobre o rendimento do exercício	13	<u>(3.972)</u>	<u>27.788</u>
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação		4.689	27.707
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação		-	(5.624)
Resultado líquido do exercício		<u><u>4.689</u></u>	<u><u>22.083</u></u>
Atribuível a:			
Accionistas da Neo		2.004	20.070
Interesses minoritários	28	<u>2.685</u>	<u>2.013</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>4.689</u></u>	<u><u>22.083</u></u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	26	<u><u>0,70</u></u>	<u><u>7,56</u></u>
Resultados por acção (Básico e Diluído) - Euros de operações continuadas		<u><u>0,70</u></u>	<u><u>9,11</u></u>
Resultados por acção (Básico e Diluído) - Euros de operações em descontinuação		<u><u>-</u></u>	<u><u>(1,55)</u></u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Balanço consolidado
em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Notas	2007 (Milhares Euros)	2006 (Milhares Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	14	2.666.280	2.150.708
Outros activos intangíveis	15	12.617	8.725
Goodwill	16	705.725	504.517
Investimentos financeiros em empresas associadas	17	30.109	30.737
Outros activos não correntes	18	84.638	44.182
Activos por impostos diferidos	19	16.694	15.913
Total de Activos Não Correntes		3.516.063	2.754.782
Inventários	20	39.024	16.202
Clientes	21	49.215	53.187
Devedores e outros activos	22	8.567	7.131
Impostos a receber	23	96.725	61.084
Outros activos financeiros correntes	24	74.763	190.902
Caixa e equivalentes de caixa	25	89.357	115.882
Total de Activos Correntes		357.651	444.388
Total do Activo		3.873.714	3.199.170
Capitais próprios			
Capital Social	26	30.000	28.504
Prémios de emissão de acções	26	242.159	241.453
Reservas e resultados acumulados	27	27.512	3.693
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da NEO		2.004	20.070
Total dos Capitais Próprios atribuível aos accionistas da NEO		301.675	293.720
Interesses minoritários	28	65.885	80.184
Total dos Capitais Próprios		367.560	373.904
Passivo			
Dívidas financeiras de Médio/Longo prazo	29	2.364.654	1.391.723
Benefícios aos empregados	30	1.211	3.753
Provisões	31	9.008	13.224
Passivos por impostos diferidos	19	278.422	284.256
Credores e outros passivos	32	324.019	114.786
Total dos Passivos Não Correntes		2.977.314	1.807.742
Dívidas financeiras de Curto prazo	29	196.518	792.717
Credores e outros passivos	32	321.594	209.898
Impostos a pagar	33	10.728	14.909
Total de Passivos Correntes		528.840	1.017.524
Total do Passivo		3.506.154	2.825.266
Total dos Capitais Próprios e Passivo		3.873.714	3.199.170

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Reconhecimento de ganhos e perdas consolidadas em capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Milhares de Euros)

	2007		2006	
	Accionistas	Interesses	Accionistas	Interesses
	NEO	Minoritários	NEO	Minoritários
Reserva de justo valor de cobertura de fluxos de caixa transferida para resultados	(403)	-	(2.839)	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	7.233	448	9.796	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	(2.181)	-	(2.435)	-
Resultado líquido reconhecido directamente em capitais próprios	4.649	448	4.522	-
Resultado líquido do exercício	2.004	2.685	20.070	2.013
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	6.653	3.133	24.592	2.013

Nuevas Energías de Occidente, S.L.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Método directo

(Milhares de Euros)

	2007	2006
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	268.773	257.337
Pagamentos a fornecedores	(40.854)	(35.280)
Pagamentos ao pessoal	(13.190)	(9.244)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	22.929	(37.713)
	<u>237.658</u>	<u>175.100</u>
Juros e custos similares	(112.335)	(53.867)
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	(8.063)	(11.132)
Fluxo das Actividades Operacionais	<u>117.260</u>	<u>110.101</u>
Operações em descontinuação	<u>-</u>	<u>8.480</u>
Operações em continuação	<u>117.260</u>	<u>101.621</u>
Actividades de Investimento		
Recebimentos resultantes de:		
Alienação de activos financeiros	100.565	-
Alienação de operações em descontinuação	12.956	-
Subsídios ao investimento	706	1.582
Juros obtidos	13.389	2.962
Dividendos recebidos	2.118	3.337
	<u>129.734</u>	<u>7.881</u>
Pagamentos resultantes de:		
Aquisição de investimentos financeiros	(44.619)	(376.452)
Aquisição de activos fixos tangíveis	(555.902)	(366.969)
Aquisição de outros investimentos	(47.177)	-
	<u>(647.698)</u>	<u>(743.421)</u>
Fluxo das Actividades de Investimento	<u>(517.964)</u>	<u>(735.540)</u>
Operações em descontinuação	<u>-</u>	<u>(2.000)</u>
Operações em continuação	<u>(517.964)</u>	<u>(733.540)</u>
Actividades de Financiamento		
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados	376.732	658.680
Dividendos pagos	(2.553)	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	<u>374.179</u>	<u>658.680</u>
Operações em descontinuação	<u>-</u>	<u>(3.498)</u>
Operações em continuação	<u>374.179</u>	<u>662.178</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>(26.525)</u>	<u>33.241</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>115.882</u>	<u>82.641</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	<u>89.357</u>	<u>115.882</u>

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e seus equivalentes de caixa" na Nota 25

Nuevas Energías de Occidente, S.L.
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados em
31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Milhares de Euros)

	Total capitais próprios	Capital Social	Prémios de Emissão de Acções	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Cobertura	Acções Próprias	Capitais próprios atribuíveis a accionistas da NEO	Interesses Minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2.808	3	-	-	(829)	-	-	(826)	3.634
Aumento de Capital Social	269.954	28.501	241.453	-	-	-	-	269.954	-
Interesses minoritários resultantes de CAE	35.558	-	-	-	-	-	-	-	35.558
Movimentos resultantes de variação de perímetro	38.979	-	-	-	6.111	(6.111)	-	-	38.979
Reserva de justo valor (fluxos de cobertura de caixa) líquida de imposto diferido	4.522	-	-	-	-	4.522	-	4.522	-
Resultado líquido do exercício	22.083	-	-	-	20.070	-	-	20.070	2.013
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	373.904	28.504	241.453	-	25.352	(1.589)	-	293.720	80.184
Dividendos pagos	(2.553)	-	-	-	-	-	-	-	(2.553)
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições e de alteração de método de consolidação	(1.928)	-	-	-	-	-	-	-	(1.928)
Aumento de Capital Social	2.202	1.496	706	-	-	-	-	2.202	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto diferido	5.097	-	-	-	-	4.649	-	4.649	448
Responsabilidades resultantes de opções de compra sobre interesses minoritários	(14.169)	-	-	-	-	-	-	-	(14.169)
Outras reservas resultantes de consolidação	318	-	-	-	(900)	-	-	(900)	1.218
Resultado líquido do exercício	4.689	-	-	-	2.004	-	-	2.004	2.685
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	367.560	30.000	242.159	-	26.456	3.060	-	301.675	65.885

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

1. Actividade económica do Grupo Neo

A empresa-mãe do Grupo, Nuevas Energías de Occidente, S.L. (NEO), com sede em Oviedo, Plaza de la Gesta, N.º2, foi constituída em 26 de Abril de 2005, de acordo com a lei Espanhola.

A Neo é a empresa-mãe do Grupo composto pelas suas empresas subsidiárias (Grupo NEO ou o Grupo). O Grupo também possui participações financeiras em empresas associadas e em empresas conjuntamente controladas.

A NEO é controlada pela EDP Renováveis, S.A. e Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A (HC), na proporção das percentagens de investimento detidas por estas empresas, mencionadas na nota 26. A empresa-mãe do Grupo NEO é a EDP Energias de Portugal, S.A. (EDP), Holding do Grupo EDP com sede em Lisboa.

A actividade principal da NEO e das suas empresas subsidiárias consiste na exploração de instalações de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, centrando a sua actividade no desenvolvimento e exploração de parques eólicos. O Grupo NEO actua principalmente em Espanha, Portugal e França, apesar de se encontrar actualmente num processo de expansão, tendo alargado as suas actividades à Polónia, em 2007.

A capacidade instalada da NEO, por tipo de fontes de energia, em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, é como se segue:

	MW	
	Dez. 2007	Dez. 2006
Cogeração	-	37
Biomassa	-	4
Resíduos	-	79
Eólica	2.150	1.181
Mini-hídrica	3	3
Total	2.153	1.304

A capacidade de energia eólica instalada por país, nos quais o Grupo Neo actua, em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, em Mw, é como se segue:

	MW			
	Espanha	Portugal	França	Total
2006	861	290	30	1.181
2007	1.639	424	87	2.150

O Apêndice I às demonstrações financeiras consolidadas lista todas as subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas, juntamente com as bases de consolidação e os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas em anexo e outras divulgações relacionadas.

Breve apresentação do Grupo Neo

Em 2005 a NEO adquiriu duas pequenas empresas francesas tendo em Dezembro do mesmo ano adquirido a Nuon España, S.A., empresa-mãe de um grupo de empresas de energia eólica. A empresa alterou a sua denominação social para Neo Desa, S.L. (daqui em diante referida como Grupo Desa).

Em 2006, a Empresa aumentou o capital social (ver Nota 26), o qual foi subscrito pela EDP - Energias de Portugal, S.A. (EDP), por entrada em espécie da Enernova, Novas Energías, S.A., empresa-mãe de um Grupo de empresas de energia eólica (daqui em diante referida como grupo Enernova) e pela Hidroeléctrica del Cantábrico, por entrada em espécie da Generaciones Especiales I, S.L., empresa-mãe de um grupo de empresas de cogeração, resíduos, biomassa e energia eólica (daqui em diante referida como Grupo Genesa). Em Dezembro de 2006, a Empresa também adquiriu a Tarcan, BV, Agrupación Eólica, S.A. e a Ceasa Promociones, S.L., que em conjunto constituem o Grupo Ceasa. Outras aquisições menos significativas também tiveram lugar em 2006, incluindo a da empresa belga Greenwind e Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L. (Veinco), empresa-mãe de um conjunto de empresas associadas (subgrupo Veinco). Este subgrupo pertence ao Grupo Genesa.

Em 2007, a NEO levou a cabo a fusão das empresas-mãe dos grupos Genesa e Desa. Esta fusão não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa. Em Dezembro de 2007, o Grupo adquiriu um grupo de empresas na Polónia, adiante referidas com o grupo Polaco para efeito destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, o Grupo adquiriu várias empresas francesas menos significativas e vendeu parte do Subgrupo Veinco.

Adicionalmente em 2007, o Grupo NEO vendeu as suas participações financeiras em empresas de cogeração, resíduos e biomassa a uma empresa pertencente ao Grupo Hc Energía, do qual a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. é a empresa-mãe (Nota 5). Consequentemente, em 2007, o Grupo Neo concentrou as suas actividades na produção de electricidade através de fontes de energia renovável menos poluentes (eólica, solar, mini-hídrica). Destas fontes de energia, a energia eólica é a que tem maior impacto nas demonstrações financeiras da NEO.

Enquadramento legal para as actividades em Espanha

O sector eléctrico em Espanha encontra-se regulado pela Lei n.º 54 de 27 de Novembro de 1997 e alterações subsequentes à legislação.

O Decreto Real n.º 436 de 12 de Março de 2004 foi publicado a 27 de Março de 2004 e define a metodologia a ser utilizada na actualização e sistematização do regime económico e legal relacionado com a produção de energia eléctrica sob o regime especial, o qual inclui a produção de electricidade utilizando fontes de energia renovável, cogeração, biomassa e resíduos. Este novo Decreto Real substitui o anterior Decreto Real n.º 2818/1998 e unifica os regulamentos aplicáveis a regimes de energia especiais. O novo Decreto Real também define um sistema pelo qual os proprietários de uma instalação eléctrica têm direito a vender a sua produção ou os excedentes da produção de energia eléctrica a distribuidores. Um preço regulado pode ser recebido por esta venda, ou a produção e os excedentes podem ser vendidos directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que nestes casos poderá ser recebido um preço negociado no mercado, acrescido de um incentivo por participação no contrato e um prémio se a instalação a isso tiver direito.

Em 2006, a maioria das centrais do Grupo NEO optaram por vender energia eléctrica no mercado diário. Não obstante, algumas das centrais de cogeração, resíduos e biomassa vendem energia produzida a preços de tabela e através de contratos bilaterais.

O Decreto Real n.º 661 de 25 de Maio de 2007 foi publicado a 26 de Maio de 2007 e regula a energia eléctrica produzida sob o regime especial. Este Decreto Real substitui o Decreto Real n.º 436 de 12 de Março de 2004 e actualiza os Regulamentos sobre produção de energia eléctrica sob o regime especial, mantendo no entanto a estrutura básica da regulamentação. A estrutura conceptual económica disposta neste Decreto Real mantém o mesmo sistema de pagamento da energia produzida sob o regime especial, pelo qual os proprietários das instalações podem optar por vender a sua energia a preços regulados, apenas para todos os períodos programados, ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo neste caso o preço negociado mais um prémio.

As principais alterações do Decreto Real incluem a modificação do preço regulado e prémios e a introdução de um sistema de prémios variáveis para certas tecnologias, tais como eólica. Os proprietários de instalações de energia eólica que oficialmente iniciaram a actividade antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido na primeira disposição transitória, a qual estipula que os proprietários de tais instalações podem manter os preços e remunerações estabelecidas no Decreto Real anteriormente referido até 31 de Dezembro de 2012.

Durante 2007, o Grupo NEO optou por vender no mercado a energia das suas instalações actualmente em exploração e manter o regime transitório estabelecido pelo novo Decreto Real.

Enquadramento legal para as actividades em Portugal

A regulamentação portuguesa aplicável à produção de energia eléctrica baseada em fontes renováveis é actualmente estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 189/88, datado de 27 de Maio de 1998, alterado pelo Decreto-Lei n.º 168/99, datado de 18 de Maio de 1999, Decreto-Lei n.º 312/2001, datado de 10 de Dezembro de 2001 e Decreto-Lei n.º 339-C/2001, datado de 29 de Dezembro de 2001. Também relevante é o Decreto-Lei n.º 33-A/2005, datado de 16 de Fevereiro de 2005 ("DL 33-A/2005"), o qual estabelece as quantias actuais utilizadas na fórmula de cálculo da remuneração aplicável à energia produzida através de fontes renováveis e os respectivos prazos para a sua aplicação.

A característica principal do enquadramento legal para a produção de energia eléctrica renovável em Portugal é o operador de rede nacional ou operador de distribuição regional adquirir toda a electricidade produzida por produtores de energia renovável que possuam licença de exploração. A construção e exploração de um parque eólico depende da alocação de um ponto de ligação à rede emitido pela Direcção-Geral de Geologia e Energia ("DGGE"). A emissão de um ponto de ligação pela DGGE ocorre segundo requerimento dos promotores durante períodos limitados de tempo definidos pela DGGE ou através de concurso público. A adjudicação através de negociação directa é excepcional. Em Julho de 2005, a DGGE emitiu um aviso de concurso público para a alocação de pontos de ligação à rede representando até 1 500 MW, este aviso para concurso encontra-se actualmente em curso.

Enquadramento legal para as actividades em França

A indústria da energia eléctrica em França é regulamentada principalmente pela Lei 2000-108 (alterada pela Lei 2004-803 e 2006-1537) ("Lei 2000"), aprovada a 10 de Fevereiro de 2000, a qual regulamenta a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia, sendo o enquadramento legislativo geral para a exploração de instalações eólicas em França. O funcionamento de instalações eólicas em França também se encontra sujeito a disposições do código francês sobre construções e ambiente. O Artigo 10 da Lei 2000-108 exige que os distribuidores de energia eléctrica não residentes celebrem contratos com obrigações de compra para aquisição de electricidade produzida por: (i) instalações que extraíam energia de resíduos domésticos ou similares ou que utilizem tais fontes para fornecer calor a um sistema de aquecimento urbano; e (ii) instalações que utilizem fontes de energia renovável (incluindo energia proveniente de explorações eólicas, à qual se aplica regulamentação especial).

As instalações que utilizam fontes de energia renovável, com a excepção daquelas que utilizam energia eólica mecânica que se encontram localizadas em áreas ligadas à rede metropolitana continental ou que implementam tecnologia energeticamente eficiente, tal como a cogeração, não se enquadram nos contratos com obrigações de compra, a menos que cumpram com os limites de capacidade instalada definidos. Estes limites são definidos por um decreto do Conseil d'Etat (Decreto 2000-1196 de 6 de Dezembro de 2000) para cada categoria de instalação elegível para beneficiar das responsabilidades dos contratos de aquisição de energia. Com esta nova regulamentação, apenas os parques eólicos dentro da ZDE (zone de développement éolien — zona de desenvolvimento eólico) podem beneficiar dos contratos de aquisição de energia. Os contratos de aquisição de energia com distribuidores de electricidade não nacionais são celebrados com tarifas definidas por ordem ministerial para cada fonte de energia renovável e de acordo com um modelo de contrato aprovado pelo ministro encarregue dos assuntos energéticos.

Vários despachos que definem as tarifas especificam os termos de aquisição que têm em consideração os gastos e os custos operacionais evitados por um comprador, com uma possível remuneração para reflectir a contribuição efectuada pelo segmento ou a energia fornecida pelo mesmo segundo certos objectivos, tais como a independência energética nacional, a existência de um preço de energia competitivo e a garantia de um abastecimento de energia.

O nível desta remuneração não pode ser tal que o capital investido nas instalações que beneficiam destes termos gere mais rendimentos que uma rentabilidade do capital normal, tendo em consideração os riscos inerentes à actividade, bem como o valor da capacidade de vender a totalidade da produção de energia da instalação a um preço pré-determinado.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da Nuevas Energías de Occidente, S.L. e subsidiárias do Grupo. As demonstrações financeiras consolidadas para 2007 e 2006 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia (UE), para apresentar de forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da Nuevas Energías de Occidente, S.L. e empresas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e os resultados operacionais consolidados, fluxos de caixa consolidados e alterações nos capitais próprios consolidados para os exercícios findos naquelas datas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma voluntária, dado que o Grupo Neo não possui qualquer obrigação de apresentar contas consolidadas uma vez que o seu accionista é uma subsidiária da EDP, a qual prepara e apresenta contas consolidadas de acordo com as IFRS.

Em 31 de Dezembro de 2007, a NEO preparou pela primeira vez demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS. De acordo com a legislação comercial espanhola, a NEO não era obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Espanha (Spanish GAAP) e não preparou demonstrações financeiras consolidadas para publicação relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e exercícios anteriores de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Espanha. O parágrafo 1.38 da IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, exige que as entidades que aplicam pela primeira vez as IFRS expliquem de que forma a transição dos princípios contabilísticos geralmente aceites anteriormente adoptados para as IFRS afectou a sua posição financeira, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa, incluindo reconciliações do capital próprio e do resultado.

De acordo com o parágrafo 1.43 da IFRS 1, a NEO não incluiu quaisquer divulgações relativas à IFRS 1 dado que não preparou demonstrações financeiras consolidadas ao abrigo de princípios contabilísticos geralmente aceites em Espanha. A NEO escolheu a opção prevista no parágrafo 1.24 da IFRS 1 e mensurou os seus activos e passivos em 1 de Janeiro de 2006 aos valores pelos quais se encontravam incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da EDP naquela data preparadas de acordo com as IFRS adoptadas pela União Europeia com base na data de transição da EDP, a qual ocorreu em 1 de Janeiro de 2004.

As IFRS permitem tratamentos alternativos a serem aplicados pelas empresas no âmbito do relato financeiro, pelo que foram tomadas as seguintes decisões pelo Grupo EDP e aplicadas pelo Grupo Neo:

- i) As IFRS permitem, como tratamento alternativo o reconhecimento na demonstração dos resultados, de despesas financeiras incorridas com financiamentos externos obtidos alocados a activos em construção, tornando-se parte integrante do custo desse activo. O Grupo Neo optou por capitalizar estes custos financeiros.
- ii) Os investimentos em empresas conjuntamente controladas podem ser consolidados pelo método proporcional ou contabilizados de acordo com o método da equivalência patrimonial, sendo aplicado o mesmo critério para todos os investimentos financeiros detidos pelo Grupo em empresas conjuntamente controladas. O Grupo Neo consolida pelo método proporcional as empresas que são conjuntamente controladas.
- iii) Apesar dos activos tangíveis e intangíveis poderem ser registados ao seu custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade quando aplicáveis, ou a valor de mercado, o Grupo Neo regista estes activos ao seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade.
- iv) Ao abrigo das IFRS, os ganhos e perdas actuariais que sejam superiores ao maior entre 10% do valor presente do benefício definido e 10% do valor de mercado dos activos alocados ao plano de benefícios, poderão ser registados na demonstração dos resultados durante a vida média remanescente dos beneficiários do plano. Contudo, o Grupo Neo regista os ganhos e perdas actuariais resultantes de obrigações com pensões em reservas.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de Euros, arredondados para o milhar mais próximo. O Euro é a unidade monetária funcional e de divulgação do Grupo Neo.

O Grupo optou por não aplicar antecipadamente as normas emitidas pelas entidades relevantes, as quais não são obrigatórias em 2006 e 2007, uma vez que considera que o efeito que teriam sobre estas demonstrações financeiras consolidadas seria irrelevante. Algumas das normas não aplicadas antecipadamente e que seriam aplicadas de acordo com a calendarização estipulada, são as seguintes:

IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços (exercícios com início em ou subsequente a 1 de Janeiro de 2008), a qual fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores dos acordos de concessão de serviços públicos ou privados.

IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (actualizado)

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (alterada), a qual é aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A apresentação do balanço é exigida para o período da sua aplicação e para períodos comparativos. De acordo com a alteração à IAS 1, a posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade re-express os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, da correcção de um erro, ou de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras demonstrações exigidas anteriormente.

O objectivo do IASB neste projecto consiste em apresentar a informação de forma a melhorar a capacidade dos investidores, credores e outros utilizadores das demonstrações financeiras de distinguir entre transacções com accionistas, na sua qualidade de accionistas (por exemplo: dividendos e acções próprias) e transacções com terceiros, que serão resumidas na demonstração dos ganhos e perdas consolidadas reconhecidos em capitais próprios.

O Grupo está actualmente a analisar a extensão das modificações necessárias à actual apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 3 (revista) - Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

O "International Accounting Standards Board" (IASB) emitiu, em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (revista) - Concentrações de actividades empresariais, e actualizou a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

As principais alterações resultantes da revisão da IFRS 3 e actualização da IAS 27 são as seguintes: (i) aquisições parciais, pelas quais os interesses não controlados (anteriormente designados por interesses minoritários), poderão ser mensuradas pelo seu justo valor (implicando o registo da totalidade do goodwill por contrapartida de interesses minoritários) ou pela proporção desses interesses no justo valor dos activos líquidos adquiridos identificáveis (que era o requisito original da IFRS 3); (ii) aquisições por fases, pela qual após a aquisição inicial de uma subsidiária e na determinação do goodwill associado a qualquer investimento efectuado antes da aquisição é mensurado ao justo valor por contrapartida de resultados; (iii) os custos relacionados com as aquisições devem ser registados em resultados (e não incluídos no goodwill); (iv) os preços contingentes devem ser registados pelo justo valor à data de aquisição, sendo que alterações posteriores no justo valor deverão ser registadas em resultados (e não ajustadas ao goodwill), e (v) alterações da participação numa empresa subsidiária que não resultem na perda de controlo sobre essa empresa, deverão ser registadas como transacções de capital.

Adicionalmente, a IAS 27 foi alterada de modo a exigir que as empresas atribuam uma parcela dos resultados acumulados de uma subsidiária aos interesses minoritários, mesmo que esses tenham saldo deficitário, e referir que após a perda do controlo sobre a subsidiária, a empresa tem que avaliar quaisquer interesses minoritários retidos nas subsidiárias ao seu justo valor, determinado na data em que o controlo deixa de existir.

A IFRS 3 (revisada) e a alteração à IAS 27 serão efectivas a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo está a avaliar o impacto da adopção de ambas as regras.

IFRS 8 - Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em 30 de Novembro de 2006, a IFRS 8 - Segmentos Operacionais, a qual foi adoptada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007.

A IFRS 8 - Segmentos operacionais, estabelece os requisitos para a divulgação de informação sobre os segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como é que uma empresa deverá divulgar a informação nas suas demonstrações financeiras anuais e, na sequência de uma alteração à IAS 34 - Relato financeiro intercalar, no que se refere à informação a ser divulgada no relato financeiro intercalar. Cada entidade deverá efectuar uma descrição da informação dos segmentos operacionais divulgados, nomeadamente do resultado e dos activos de cada segmento, bem como uma breve descrição de como a informação de cada um dos segmentos é produzida.

A IFRS 8 é de aplicação obrigatória para exercícios com início em 1 de Janeiro de 2009. O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

Alteração à IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação - Instrumentos financeiros sujeitos a alienação e obrigações decorrentes de liquidação.

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008, uma alteração à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação - Instrumentos financeiros sujeitos a alienação e obrigações decorrentes de liquidação, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração diz respeito à classificação no balanço de instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação. De acordo com os actuais requisitos da IAS 32, caso um emitente seja obrigado a efectuar pagamentos em dinheiro ou através de outros activos financeiros, em troca do resgate ou recompra de um instrumento financeiro, o instrumento é classificado como passivo financeiro. Como resultado das alterações, alguns instrumentos financeiros que actualmente cumprem os requisitos da definição de passivo financeiro, serão classificados como capital próprio, uma vez que representam um interesse residual nos activos líquidos da entidade.

O IASB também alterou a IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, de forma a adicionar novos requisitos de divulgação relativos a instrumentos financeiros remíveis e a obrigações decorrentes de liquidação. O Grupo não espera um impacto material na sequência da adopção desta alteração.

IFRIC 14 - IAS 19 - O limite de um activo de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e sua interpretação.

IFRIC 14, IAS 19 - O limite de um activo de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e sua interpretação, é aplicável a períodos anuais com início em ou depois de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define a forma como as entidades devem determinar o limite colocado pelo parágrafo 58 da IAS 19 - Benefícios dos empregados, relativamente ao montante do excedente de um plano de pensões que possa ser reconhecido como um activo, e discute a forma como os requisitos mínimos de financiamento afectam esse limite. O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta interpretação nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor aos instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais uma mensuração fiável do justo valor não se encontra disponível. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e em outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

O capital circulante para os exercícios de 2006 e 2007 é negativo. A Empresa preparou as suas demonstrações financeiras consolidadas numa óptica de continuidade, uma vez que o principal accionista comprometeu-se por escrito a prestar o apoio financeiro necessário para que a Empresa faça face aos seus compromissos de curto e médio prazo.

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Neo reflectem os activos, passivos e resultados da Nuevas Energías de Occidente, S.L., e das suas subsidiárias ("o Grupo" ou "o Grupo Neo") e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias, em que o Grupo Neo exerce o controlo, são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a Neo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são contabilizados através do método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquiriu influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa do Grupo Neo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação no processo de definição de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas ou efectuar pagamentos em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual, conjuntamente com os outros accionistas da entidade. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cessa.

Transacções entre empresas do grupo

As transacções entre empresas do grupo, realizadas com a única finalidade de reestruturar e organizar as participações financeiras são registadas pelo montante em que os activos e passivos foram inicialmente registados nas demonstrações financeiras do Grupo EDP.

Diferenças de consolidação - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 — Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo EDP, e consequentemente o Grupo Neo, optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo EDP.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O "goodwill" é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional dos activos líquidos adquiridos.

O valor do "goodwill" reconhecido como activo é avaliado anualmente por forma a avaliar situações de imparidade, independentemente da existência de indicadores de imparidade. O valor recuperável é determinado com base nos benefícios económicos futuros dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O "goodwill" negativo gerado no âmbito de uma aquisição é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Passivos decorrentes de opções em interesses minoritários

As IFRS não estabelecem actualmente qualquer tratamento contabilístico específico para compromissos relacionados com opções de venda de investimentos financeiros em subsidiárias detidas por interesses minoritários à data de aquisição desses interesses. Não obstante, o Grupo Neo regista as opções de venda de investimentos financeiros em subsidiárias detidas por interesses minoritários à data de aquisição desses interesses ou em datas subsequentes como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do valor a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício dessas opções de venda. A diferença entre este valor e o montante correspondente à percentagem de interesse detida é registada como diferenças de consolidação (goodwill). Na eventualidade das opções de venda de investimentos financeiros em subsidiárias serem concedidas a accionistas minoritários numa data subsequente à aquisição da concentração empresarial, deverão ser aplicados os mesmos princípios contabilísticos.

Em anos subsequentes ao reconhecimento inicial, a variação nos passivos decorrente do efeito do desconto financeiro é reconhecida como um custo financeiro na demonstração de resultados consolidados, sendo as restantes variações reconhecidas como um ajuste ao custo da concentração empresarial. Quando aplicável, os dividendos pagos a accionistas minoritários até à data em que as opções são exercidas também são registados como ajustes ao custo da concentração empresarial. Na eventualidade das opções não serem exercidas, a transacção é registada como uma venda de interesses a accionistas minoritários.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilização de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco da taxa de juro resultante da sua actividade de financiamento. Os instrumentos financeiros derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor sendo os ganhos ou perdas reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. A contabilidade de cobertura é aplicada quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e considerada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas atribuíveis à parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração dos resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo de aquisição inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios até esse momento mantém-se em capitais próprios até que a transacção coberta prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início e testes retrospectivos numa base regular de modo a demonstrar a efectividade em cada data de balanço, mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são cobertas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os investimentos do Grupo em títulos da dívida pública são classificados com activos financeiros disponíveis para venda. Subsequentemente ao registo inicial, os activos são mensurados ao justo valor e as suas alterações, outras que não perdas por imparidade, ganhos ou perdas em diferenças cambiais nos itens monetários são registados directamente em capital próprio. Quando um investimento é registado, o ganho ou perda acumulada no capital próprio é transferido para resultados.

Outros

Outros instrumentos financeiros não derivados são mensurados ao custo amortizado com base no método de taxas de juro efectivas deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, (iii) investimento detido até à maturidade e (iv) outros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancial de, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no período em que são geradas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações no justo valor reconhecidas em reservas de justo valor nos capitais próprios, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em capitais próprios e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados em mercados activos é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços praticados de transacções recentes e realizadas em condições de mercado semelhantes e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Após o reconhecimento inicial o Grupo não procede à reclassificação de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente quando perdas possam ocorrer nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam evidências objectivas de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor nos capitais próprios, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando as obrigações incluídas no contrato tenham sido satisfeitas ou o Grupo encontra-se liberto legalmente da obrigação fundamental relacionada com este passivo, quer seja através de um processo legal ou através do credor.

Quando os instrumentos financeiros são permutados entre o Grupo e a contraparte ou quando são efectuadas alterações substanciais em passivos registados inicialmente, o passivo financeiro original é desreconhecido e um novo passivo financeiro é subsequentemente reconhecido, desde que estes instrumentos sejam substancialmente diferentes.

O Grupo considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor actual dos fluxos de caixa descontado sob novos termos, incluindo qualquer comissão paga menos qualquer comissão recebida, e com base na taxa de juro efectiva original para efectuar o desconto, difere pelo menos em 10% do montante que resta do valor actual descontado de fluxos de caixa do passivo financeiro original.

Se a troca é reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro original, os custos ou comissões são registados na demonstração de resultados. Caso contrário, os custos ou comissões ajustam o valor contabilístico do passivo e são amortizados segundo o método de custos amortizados durante o prazo restante do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro que tenha sido cancelado ou transferido para terceiros) e a contrapartida paga, a qual inclui qualquer activo transferido para além de monetário ou passivo contraído, por contrapartida um débito ou crédito na demonstração de resultados.

g) Custos com empréstimos

De acordo com a IAS 23, os custos com empréstimos que são directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo dos activos. Um activo para o qual se possam capitalizar os custos com empréstimos (activo qualificado) é um activo que necessita de um período de tempo substancial para ficar operacional para a finalidade a que se destina ou para venda.

De forma geral a medida em que os fundos são obtidos através de empréstimos, a quantia de custos com empréstimos elegível para capitalização deverá ser determinada através da aplicação da taxa de capitalização aos gastos com esses activos. A taxa de capitalização deverá ser a média ponderada dos custos com empréstimos aplicável aos empréstimos da empresa que se encontram em vigor durante o período, não considerando os empréstimos obtidos especificamente com o objectivo de obter um activo qualificado. A quantia de custos com empréstimos capitalizada durante o período não deverá exceder a quantia de custos com empréstimos contraídos durante o período.

A capitalização de custos com empréstimos tem lugar quando os gastos com o activo estão a ser incorridos, os custos com empréstimos foram incorridos e as actividades necessárias para preparar no todo ou em parte os activos para a finalidade a que se destinam ou para venda se encontram em progresso. A capitalização deverá cessar quando todas as actividades necessárias à preparação dos activos qualificados para a finalidade a que se destinam ou para venda estão substancialmente completas. A capitalização de custos com empréstimos deverá ser suspensa durante os períodos alargados, durante os quais o desenvolvimento dos bens é interrompido.

h) Imparidade de activos não financeiros

Os valores contabilísticos dos activos não financeiros do Grupo, tais como Propriedades de Investimento, inventários e activos por impostos diferidos, são revistos em cada data de relato para determinar se existe qualquer indicio de imparidade. Se tal indicio existir, então a quantia recuperável do activo é estimada. Para diferenças de consolidação activas (goodwill) e activos intangíveis com uma vida útil indefinida ou que ainda não se encontram disponíveis para utilização, a quantia recuperável é estimada em cada data de relato.

A quantia recuperável de um activo ou unidade geradora de fluxos de caixa é o valor mais alto entre o seu valor em utilização e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Ao determinar o valor em utilização, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor actual com base numa taxa de desconto antes de imposto que reflecte avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo. Para efeitos de testes de imparidade, os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que geram entradas de caixa em resultado do seu uso continuado que são largamente independentes de entradas de caixa de outros activos ou grupos de activos (a "unidade geradora de fluxos de caixa"). As diferenças de consolidação (goodwill) adquiridas numa concentração empresarial, para efeitos de testes de imparidade, são atribuídas a unidades geradoras de fluxos de caixa, das quais se espera que beneficiem das sinergias da combinação.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico de um activo ou da sua unidade geradora de fluxos de caixa exceder a sua quantia recuperável estimada. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. As perdas por imparidade reconhecidas relativas a unidades geradoras de fluxos de caixa são utilizadas em primeiro lugar para reduzir o valor contabilístico de qualquer diferença de consolidação (goodwill) atribuído às mesmas e depois para reduzir o valor contabilístico de outros activos na unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade respeitante a diferenças de consolidação (goodwill) não é revertida. No que respeita a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas em cada data de relato no sentido de identificar quaisquer indicações de que a perda diminuiu ou já não existe. Uma perda por imparidade é revertida se tiver existido uma alteração nas circunstâncias que a causaram. Uma perda por imparidade é revertida apenas na medida em que o valor contabilístico do activo não exceder o valor contabilístico que deveria ter sido determinado, líquido de amortização ou compensações de amortizações, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

ij) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo EDP e consequentemente o Grupo NEO decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas do grupo, o qual era equiparável em termos gerais ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS.

O custo inclui as despesas que se encontram directamente relacionadas com o custo de aquisição do activo. O custo de desenvolvimento interno de activos inclui o custo dos materiais e os custos salariais directamente relacionados e outros custos directamente atribuíveis ao activo até à fase do respectivo funcionamento e utilização, e os custos de desmantelamento e remoção de bens e recuperação do local. O custo, também pode incluir transferências de capitais próprios de ganhos ou perdas em fluxos de caixa de cobertura para a compra de divisas para activos fixos tangíveis em moeda estrangeira. O software adquirido para integrar os equipamentos relacionados é capitalizado como parte do custo do equipamento.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamentos externos, custos com pessoal e outros custos internos directamente relacionados com os trabalhos em curso incorridos apenas durante o período de construção. O custo de produção é capitalizado ao activo como trabalhos para a própria empresa registados em outros proveitos de exploração, custos com pessoal e custos com benefícios aos empregados e reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis separados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico	
Produção Renováveis	20
Produção Hidroelétrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	5 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

Devido à maior experiência do Grupo Neo em energia eólica e de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes de turbinas eólicas, em 1 de Janeiro de 2007, o Grupo alterou o período da vida útil dos parques eólicos de 15 para 20 anos. O Grupo considerou esta alteração como uma alteração de estimativa tendo registado a mesma numa base prospectiva. O efeito desta alteração levou a uma redução de aproximadamente 12 milhões de Euros nos encargos com amortizações do exercício.

jj) Outros activos intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Propriedade industrial e outros direitos

A amortização dos activos de propriedade industrial e outros direitos é calculada segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Propriedade industrial e outros direitos	6

kk) Locações

Locações operacionais

Os pagamentos de rendas de locações operacionais são reconhecidos como um custo numa base constante até ao fim do período de locação. Os pagamentos efectuados relativos a contratos de locação são registados na demonstração de resultados no período ao qual se relacionam.

ll) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

mm) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

Algumas das empresas do Grupo Neo atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por uma provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e o nível salarial.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data do fecho de contas, por peritos (actuários) independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19, revisto em 16 de Dezembro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros planos

Em Portugal, algumas das empresas da Neo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de previdência social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. Os pagamentos aos empregados são contabilizados nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas ao valor actual da totalidade da responsabilidade futura estimada e são registadas como fazendo parte do custo inicial do activo ou como uma adição aos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a melhor estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

Os pressupostos utilizados no cálculo das provisões para desmantelamento e descomissionamento são como segue:

Pressupostos	Dez 2007
Custo médio por MW (Euros)	5.500
Taxa de desconto	5,13%
Taxa de inflação	2,20%
Período de capitalização (n.º de anos)	20

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Os proveitos com a venda de produtos são quantificados ao justo valor das compensações recebidas ou a receber, líquidas de devoluções, descontos comerciais, imposto sobre o valor acrescentado e descontos de quantidade. Os proveitos são reconhecidos quando os riscos e benefícios significativos forem transferidos para o comprador, a recuperação das compensações é provável, os custos associados e possível devolução dos produtos podem ser estimados de forma fiável, não exista um envolvimento continuado na gestão dos produtos e o valor dos proveitos pode ser quantificado de forma fiável.

Os proveitos referentes a serviços prestados são reconhecidos em resultados na proporção da percentagem de acabamento do serviço, na data do fecho de contas. A percentagem de acabamento da transacção é avaliada através de análises sobre o trabalho realizado.

As receitas de engenharia incluem as quantias iniciais acordadas no contrato acrescidas de variações no trabalho contratado, pagamentos de incentivos e reclamações na medida em que é provável que elas possam resultar em proveitos e possam ser quantificadas de forma fiável. Assim que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de forma fiável, os proveitos e custos são reconhecidos em resultados proporcionalmente à percentagem de acabamento do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas relativos a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam registados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos, decorrentes de activos financeiros derivados de cobertura, são reconhecidos nos capitais próprios e são reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

s) Classificação de activos e passivos como correntes ou não correntes

O Grupo apresenta o balanço consolidado classificando activos e passivos como correntes ou não correntes. Os activos e passivos são classificados como correntes se eles estiverem de acordo com o seguinte critério:

(i) os activos são classificados como correntes quando se espera que eles sejam realizados, vendidos ou comercializados durante o decorrer normal das actividades do Grupo dentro de um período de 12 meses a contar da data de balanço, são detidos essencialmente para negociação, e serão realizados em dinheiro ou equivalentes a dinheiro, pelo menos dentro de um período de 12 meses a contar da data de balanço, excepto quando possam ser usados para liquidar passivos;

(ii) os passivos são classificados como correntes quando se espera que possam ser liquidados durante o decorrer normal das actividades do Grupo dentro de um período de 12 meses a contar da data de balanço e quando são detidos essencialmente para negociação, ou quando o Grupo não possui qualquer direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos de um período de 12 meses a contar da data de balanço;

(iii) passivos financeiros que devem ser liquidados dentro de um período de 12 meses a contar da data de balanço são classificados como correntes, mesmo se a maturidade inicial exceder os 12 meses e um acordo de refinanciamento ou reestruturação para pagamentos a longo prazo exista, o qual foi finalizado subsequentemente ao fecho e antes das demonstrações financeiras consolidadas terem sido preparadas.

ii) Operações em descontinuação

Uma operação em descontinuação é um componente do Grupo que foi alienado ou está classificado como detido para venda e: (i) representa uma importante, embora separada, linha de negócio ou área geográfica de exploração; (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienação de uma importante, embora separada, linha de negócio ou área geográfica de exploração; ou (iii) é uma empresa subsidiária que foi adquirida com o objectivo de ser vendida.

Um componente do Grupo abrange operações e fluxos de caixa que possam ser claramente distinguidos, operacionalmente e para efeitos de relato financeiro.

Os resultados de operações em descontinuação após impostos e os ganhos e perdas após impostos reconhecidos na quantificação do justo valor deduzido dos custos de venda ou na alienação dos activos ou grupos alienados constituintes das operações em descontinuação são divulgados na demonstração de resultados consolidados na rubrica resultados de operações em descontinuação após os impostos. As demonstrações de resultados consolidados de exercícios anteriores foram re-expressas novamente para efeitos de facilitar a comparação das demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

Se o Grupo deixar de classificar um componente como detido para venda, os resultados das operações dos componentes anteriormente apresentados em operações em descontinuação deverão ser reclassificados para operações em continuação para todos os períodos apresentados.

uj) Caixa e seus equivalentes

A caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa e depósitos à ordem. Os descobertos bancários que terão que ser pagos quando solicitados, que formam uma parte integrante da gestão de caixa do Grupo, são incluídos como componente de caixa e seus equivalentes para efeitos de demonstração de fluxos de caixa.

v) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer produtos ou serviços relacionados (segmento de negócio) ou fornecer produtos e serviços dentro de um ambiente económico particular (segmento geográfico), o qual está sujeito a riscos e benefícios que são diferentes daqueles existentes nos outros segmentos. A informação sobre segmentos é apresentada com respeito aos segmentos geográficos e de negócios do Grupo. O formato primário do Grupo para o relato por segmentos baseia-se em segmentos geográficos.

O Grupo separa actividades de gestão de participações financeiras de actividades de exploração de parques eólicos e apresenta-as individualmente.

Os preços praticados nas operações entre segmentos foram aqueles que o seriam se as transacções fossem efectuadas entre entidades não relacionadas.

Os resultados dos segmentos, seus activos e passivos, incluem itens atribuíveis directamente a cada segmento, bem como aqueles que podem ser alocados numa base razoável. Itens não atribuídos abrangem principalmente investimentos financeiros (que não propriedades de investimento) e proveitos relacionados, empréstimos e custos relacionados com esses empréstimos, activos corporativos (principalmente a sede da empresa) e custos administrativos e activos e passivos de imposto sobre o rendimento.

Os montantes de investimento em cada segmento abrangem o custo total contraído durante o período para a aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis que não o "goodwill".

O Anexo II inclui informação relatada por segmento.

w) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos nas rubricas credores de longo prazo não correntes, quando existe uma segurança razoável que eles possam ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições previstas para o recebimento do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por custos incorridos são reconhecidos em resultados, de forma sistemática nos mesmos períodos nos quais os custos são reconhecidos. Os subsídios que compensam o Grupo pelos custos de um activo são reconhecidos em resultados, de forma sistemática, durante a vida útil do activo.

x) Resultados por acção

O resultado básico por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da Neo pelo número médio de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias adquiridas e detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação de políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira consolidada do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, é determinado com base em cotações efectuadas por "dealers" (tanto para estas transacções como para a comercialização de instrumentos similares) ou por modelos de preços, baseados no valor actual líquido de fluxos de caixa futuros estimados que tenham em consideração as condições de mercado para os instrumentos subjacentes, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

O Grupo revê regularmente a vida útil das instalações destinados à produção eléctrica, para que a mesma seja consistente com as avaliações económicas e técnicas das referidas instalações, considerando a sua capacidade tecnológica e as respectivas restrições regulatórias.

Imparidade de activos de longo prazo

Os activos fixos tangíveis e activos intangíveis são revistos para efeitos de imparidade, sempre que exista a indicação que a sua quantia recuperável é inferior ao valor contabilístico líquido desses activos.

A quantia recuperável de "goodwill" reconhecida como um activo é revista anualmente, independentemente da existência de qualquer indicação de imparidade. Os testes de imparidade consideraram as circunstâncias regulatórias e contratuais relacionadas com a actividade do Grupo.

Considerando que as quantias recuperáveis estimadas relacionadas com activos de longo prazo são baseadas na melhor informação disponível, alterações nas estimativas e julgamentos poderão alterar os resultados do teste de imparidade, e assim afectar os resultados apresentados do Grupo.

Pensões e outros benefícios aos empregados

A determinação das responsabilidades com pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que poderiam causar impacto no custo e responsabilidades das pensões e planos médicos. As alterações nestes pressupostos poderiam afectar materialmente estes valores.

Imposto sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As autoridades fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Neo, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período de tempo que pode ser prorrogado no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Neo e suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera que o grupo tem obrigações contratuais de desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica. O Grupo constituiu provisões para fazer face às responsabilidades referentes a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões correspondem ao valor actual da totalidade da responsabilidade futura. A utilização de diferentes pressupostos e julgamentos no cálculo da provisão, pode resultar em resultados diferentes daqueles que estão a ser considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo Neo expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado e taxas de juro. A exposição do Grupo a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando num risco de taxa de juro. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada numa óptica de continuidade em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro.

A gestão de riscos financeiros da Neo e entidades do Grupo é efectuada pelo Departamento Financeiro da Neo, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP. O Departamento Financeiro identifica, avalia e submete ao Conselho de Administração, para aprovação, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como a definição de limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP, que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do Grupo são substancialmente independentes da flutuação dos mercados de taxas de juro. O Grupo não possui volume substancial de activos que vencem juros. A maioria dos empréstimos obtidos correspondem a empréstimos com taxas de juros fixas.

O objectivo das políticas de gestão do risco de taxa de juro é reduzir os encargos financeiros e reduzir a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações de mercado através da utilização de instrumentos financeiros derivados ("swaps" e "collars") de forma a fixar as taxas de juro da dívida.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobrir os fluxos de caixa associados a futuros pagamentos de juros, os quais têm o efeito de converter empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxas de juro fixa. Adicionalmente, a estas operações são adicionadas operações estruturadas de "collar", sempre que necessário, de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

Todas estas operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor dos instrumentos de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro ou risco da taxa de câmbio objecto de cobertura.

O Grupo possui uma carteira de derivados de taxas de juro com maturidade aproximada entre um e oito anos. O Departamento Financeiro do Grupo efectuou análises de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros em relação a flutuações nas taxas de juro (ver Nota 29).

Gestão do risco de crédito de contraparte nas operações financeiras

O risco de crédito do Grupo Neo não é significativo devido ao facto dos prazos médios de recebimentos serem limitados para os saldos de clientes e atendendo à qualidade dos seus devedores. Os principais clientes do Grupo são operadores e distribuidores do mercado de energia dos seus respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que o Grupo corre de não ser capaz de liquidar as suas obrigações financeiras nos respectivos prazos de vencimento. A abordagem do Grupo para gerir a liquidez é assegurar, tanto quanto possível, que irá deter a liquidez suficiente para liquidar os seus passivos quando estes se vencerem, quer seja sob condições normais de mercado ou de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou correr o risco de deteriorar a reputação do Grupo.

O cenário adverso dos mercados financeiros de dívida poderá dificultar a liquidação das responsabilidades financeiras necessárias ao desenvolvimento das actividades do Grupo Neo.

A política de liquidez seguida assegura o cumprimento das obrigações de pagamento assumidas, através da manutenção de facilidades de crédito suficientes e através do acesso às linhas de crédito do Grupo EDP.

Risco de preço de mercado

A 31 de Dezembro de 2007 o risco de preço de mercado a que o Grupo Neo está exposto não é significativo. A electricidade em Espanha é vendida directamente no mercado diário a preços "spot" mais um prémio pre-definido (regulado). Contudo, a Neo tem a opção de venda de energia através de tarifas reguladas, garantido preços mínimos. Nos restantes países em que a Neo opera, os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

5. Concentrações de actividades empresariais e outras alterações no perímetro de consolidação

Concentrações de actividades empresariais

As variações mais significativas no perímetro de consolidação do Grupo durante o ano de 2006 foram as seguintes:

Em 26 de Janeiro de 2006, o Conselho de Administração da NEO aprovou um aumento de capital com um de prémio de emissão de acções, totalizando 437.306 milhares de Euros. Este aumento de capital foi subscrito pela EDP-Energias de Portugal, S.A., através da contribuição em espécie de 90% do seu investimento financeiro na Enernova, Novas Energías S.A., (Grupo Enernova), e pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., através da contribuição em espécie de 80% do seu investimento na Generaciones Especiales I, S.L. (Grupo Genesa). O valor destas contribuições foi estabelecido ao preço de mercado por um especialista independente, resultando numa valorização de 231.280 milhares de Euros e 206.026 milhares de Euros, respectivamente (Nota 26).

O subgrupo Enernova está envolvido no desenvolvimento e exploração de parques eólicos em Portugal. O subgrupo Genesa está envolvido principalmente no desenvolvimento, construção e exploração de parques eólicos. O Grupo Genesa também explora diversas centrais de produção de energia através de cogeração, biomassa e resíduos.

Os detalhes da incorporação dos grupos Genesa e Enernova são os seguintes:

	Grupo Genesa	Grupo Enernova
Custo com a concentração		
Justo valor dos títulos emitidos	206.026	231.280
Valor contabilístico de activos líquidos	63.014	14.544
Diferenças de consolidação (goodwill) registadas em accionistas anteriores	<u>140.253</u>	<u>-</u>
Depreciações	2.759	216.736

O Grupo Neo ajustou os prémios de emissão de acções destes aumentos de capital de forma a ajustar o valor dos activos para o seu valor anterior à contribuição efectuada pelos seus accionistas anteriores (Nota 26).

Em 14 de Dezembro de 2006, a Neo adquiriu a Tarcan, BV, Agrupación Eólica, S.L.U. e Ceasa Promociones Eólicas, S.L.U. (que em conjunto compõem o Grupo Ceasa). Este grupo está envolvido no desenvolvimento, construção e exploração de parques eólicos em Espanha e França. O Grupo inicialmente registou a quantia paga acima do valor contabilístico dos activos e passivos adquiridos como diferenças de consolidação (goodwill). Não obstante, durante os meses subsequentes o Grupo procedeu à imputação do custo da concentração aos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, tendo registado parcialmente as diferenças de consolidação iniciais (goodwill) como um aumento em activos tangíveis. O Grupo efectuou ajustes correspondentes à imputação do custo de concentração na data de aquisição dos investimentos, os quais consistem num aumento dos activos tangíveis e passivos por impostos diferidos em 260.353 e 84.883 milhares de Euros respectivamente, e a redução de "goodwill" em 175.470 milhares de Euros.

O detalhe dos custos com concentração, justo valor dos activos líquidos adquiridos e "goodwill" é analisado como segue:

	Grupo Ceasa
Custos com a concentração	
Quantia paga (ou valor atribuído)	347.965
Custos directamente atribuíveis	-
Valor contabilístico de títulos emitidos	<u>-</u>
Total dos custos com a concentração	347.965
Justo valor dos activos líquidos adquiridos	<u>(66.206)</u>
Diferenças de consolidação (goodwill)	281.759
Valor líquido de activos imputados na concentração	<u>(175.470)</u>
Goodwill residual	106.289

Os factores mais relevantes que contribuíram para os custos com a concentração e que deram origem ao "goodwill", derivam das elevadas expectativas do Grupo NEO quanto à futura geração de receitas em resultado da actual promoção das energias renováveis na Europa e no resto do Mundo.

Em 2006, foram efectuadas outras aquisições de empresas menos significativas, as quais incluem a Marquesado Solar, Murciasol, Ibersol, Veinco, Greenwind e Plouvien.

Os montantes pagos, líquidos dos montantes recebidos, para todas as aquisições realizadas durante 2006 ascenderam a 376.452 milhares de Euros.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

De acordo com o princípio contabilístico descrito na nota 2 b), as aquisições dos grupos Genesa e Enernova foram registadas pelo valor contabilístico pelo qual se encontravam considerados nas contas consolidadas (Ver tabela). A aquisição do Grupo Ceasa foi realizada ao justo valor. O detalhe dos activos e passivos adquiridos é analisado como segue:

	Grupo Genesa	Grupo Enernova	Grupo Ceasa (*)	Outras Aquisições
Activos fixos tangíveis	494.953	203.220	99.428	4.579
Activos intangíveis	108	2	191	-
Goodwill	35.539	-	39.349	-
Investimentos financeiros em associadas	98.379	44.661	298	2.542
Outros activos não correntes	123.604	24.998	3.433	1.410
Total de activos não correntes	752.583	272.881	142.699	8.531
Total de activos correntes	177.923	5.114	76.223	2.175
Total do activo	930.506	277.995	218.922	10.706
Capitais próprios atribuíveis à empresa mãe	172.080	17.014	60.966	4.473
Interesses minoritários	(676)	-	1.675	-
Dívida financeira a médio / longo prazo	286.633	23.748	54.883	4.933
Passivos por impostos diferidos	1.773	-	5.378	-
Outros passivos não correntes	173.854	145.349	26.113	-
Total de passivos correntes	296.842	91.884	69.907	1.300
Total do passivo e do capital próprio	930.506	277.995	218.922	10.706

(*) Não inclui a imputação do custo de concentração. Excepto no que respeita ao ajuste relacionado com a imputação do custo de concentração, todas as tabelas estão ao justo valor.

Se estas aquisições tivessem sido efectuadas em 1 de Janeiro de 2006, os proveitos consolidados do Grupo e o lucro consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, teriam aumentado para 28.119 milhares Euros e 6.603 milhares Euros, respectivamente.

As variações mais relevantes no perímetro de consolidação em 2007 foram as seguintes:

Em 19 de Dezembro de 2007, a NEO adquiriu 10 empresas na Polónia de forma a entrar no sector da energia eólica neste país. Apesar das empresas adquiridas não possuírem activos operacionais, possuem parques eólicos em desenvolvimento e provavelmente irão obter todas as licenças de exploração necessárias.

O detalhe dos custos com a concentração, justo valor dos activos líquidos adquiridos e "goodwill", é analisado como segue:

	Grupo Polónia
Custos com a concentração	
Quantia paga (ou valor atribuído)	53.609
Custos directamente atribuíveis	2.521
Preço de aquisição contingente	2.124
Total dos custos com a concentração	58.254
Justo valor dos activos líquidos adquiridos	336
Diferenças de consolidação (goodwill)	57.918

O preço de aquisição contingente inclui a melhor estimativa efectuada pela gestão da Neo de pagamentos futuros a efectuar aos accionistas anteriores, a qual depende principalmente da quantia final de MegaWatts instalados por este grupo. O valor considerado pelo Grupo para pagamentos futuros foi deduzido em 31 de Dezembro 2007.

O "Goodwill" atribuído à aquisição das empresas polacas é previsual e, o valor dos activos líquidos adquiridos também, dado que ainda não foi efectuada a alocação do valor de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes, que apenas ocorrerá em 2008.

O valor dos activos, passivos e passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição é analisado como segue:

	Grupo Polónia	Outras Aquisições
Activos fixos tangíveis	2.035	2.509
Total de activos não correntes	2.035	2.509
Total de activos correntes	900	498
Total do activo	2.935	3.007
Capitais próprios atribuíveis à empresa mãe	421	(10)
Dívida financeira a médio / longo prazo	323	-
Total de passivos correntes	2.191	3.017
Total do passivo e do capital próprio	2.935	3.007

Em 2007, foram efectuadas outras aquisições menos significativas, principalmente de empresas registadas em França, com vista a aumentar a sua presença no mercado bem como aquisições em Portugal (Levante Energia Eólica Unipessoal, Lda. e Malhadizes-Energia Eólica, S.A. entre outras).

Se estas aquisições tivessem sido efectuadas em 1 de Janeiro de 2007, os proveitos consolidados do Grupo e o seu lucro consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, não teriam sofrido variações significativas, uma vez que estas empresas adquiridas não tiveram actividade durante este exercício.

Os montantes pagos, líquidos dos montantes recebidos, para todas as aquisições realizadas durante 2007 ascenderam a 44.619 milhares de Euros.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Outras alterações no perímetro de consolidação do grupo

Em 14 de Fevereiro de 2007, a empresa do Grupo Generaciones Especiales I, S.L., decidiu alienar todas os seus investimentos em empresas envolvidas na produção de energia eléctrica utilizando cogeração, biomassa e resíduos à Hidrocarbúrico Explotación de Centrales, S.A.U., empresa pertencente ao Grupo HC e Grupo EDP. Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo decidiu não classificar estes activos como activos detidos para venda, uma vez que não estavam de acordo com os requisitos necessários para serem classificados no balanço. Não obstante, a demonstração de resultados consolidados do exercício anterior foi reexpressa para facilitar as comparações entre as demonstrações financeiras consolidadas em anexo. O preço de venda destas empresas foi de 11.919 milhares de Euros e o lucro registado em 2007 foi de 5.881 milhares de Euros. (Ver Nota 11)

As empresas alienadas foram as seguintes:

Empresa	Percentagem
Enercem, S.L.	20%
Cogeneración La Espina, S.L.	50%
Proenercam, S.L.	50%
Cogeneración y Mantenimiento, A.I.E	50%
Sidergás Energía, S.A.U.	100%
Energía e Industrias de Toledo, S.A.	90%
Cogeneración del Esla, S.A.	90%
Renovamed, S.A.	75%
Mazarrón Cogeneración, S.A.	90%
Cerámica Técnica de Illescas cogeneración, S.A.	90%
Sevares Servicios Energéticos, S.A.	100%
Biogás y Energía, S.A.	100%
Unier, S.A.U.	100%
Iniciativas Tecnológicas de Valorización Energética de Resíduos, S.A.	100%
Sinova Medioambiental, S.A.	84%
Tratamientos Ambientales Sierra de la Tercia, S.A.	88%

Em 31 de Dezembro de 2006, os detalhes de activos e passivos correspondentes a esta venda são os seguintes:

	Empresas de cogeração, biomassa e resíduos
Activos fixos tangíveis	80.514
Activos intangíveis	-
Goodwill	104
Investimentos financeiros em associadas	-
Outros activos não correntes	812
Total de activos não correntes	81.430
Total de activos correntes	28.378
Total do activo	109.808
Capitais próprios atribuíveis à empresa mãe	19.992
Interesses minoritários	648
Dívida financeira a médio / longo prazo	19.406
Passivos por impostos diferidos	726
Outros passivos não correntes	6.030
Total de passivos correntes	63.006
Total do passivo e do capital próprio	109.808

Outras operações

Em 2005, o Grupo Neo adquiriu 80% do Grupo Desa. Os restantes 20% foram adquiridos pela empresa Sociedad de Promoción y Participación Empresarial Caja de Madrid, S.A. (Caja Madrid). Em resultado deste acordo, a Neo concedeu uma opção de venda à Caja Madrid, enquanto que a Caja Madrid concedeu uma opção de compra à Neo dos 20% do Grupo Desa, detidos pela Caja Madrid. Em 31 de Dezembro de 2006, a Caja Madrid ainda não tinha procedido ao pagamento à Neo do custo inicial de aquisição dos 20%. Consequentemente, a Neo registou 97.134 milhares de Euros na rubrica activos financeiros correntes nessa data (Nota 24). Adicionalmente, a Neo registou o valor nominal do preço de exercício da opção de venda na rubrica de credores e outros passivos, o qual ascendeu a 97.134 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2006.

Em 2007, a Caja Madrid procedeu ao pagamento dos 20% adquiridos no Grupo Desa e dos juros correspondentes, os quais ascenderam a 3.431 milhares de Euros e foram registados na rubrica proveitos financeiros.

Em 2007, o Grupo Neo e a Caja Madrid concederam opções de compra de venda e compra relativos aos 20% detidos pela Caja Madrid na empresa Genesa. A Neo concedeu uma opção de venda à Caja Madrid, enquanto que a Caja Madrid concedeu uma opção de compra à Neo. Em resultado deste acordo, o Grupo Neo consolidou em 2007 o Grupo Genesa sem considerar quaisquer interesses minoritários (14.169 milhares de Euros) e registou um passivo financeiro de 170.151 milhares de Euros. No âmbito desta transacção, o Grupo registou um goodwill de 155.982 milhares de Euros, resultante da diferença entre o preço de exercício das opções e os activos e passivos correspondentes aos 20% do Grupo Genesa.

As condições das opções são as seguintes (ambas para a Desa e Genesa):

- O período de exercício é desde 1 de Janeiro de 2010 a 2011, inclusive;
- O contrato incide sobre o total de acções das empresas do Grupo Neo detidas pela Caja Madrid, 20% no Grupo Genesa e 20% no Grupo Desa.
- O preço de exercício será o valor de mercado determinado por avaliações de bancos prestigiados.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo Neo ajustou os passivos financeiros correspondentes às opções da Genesa e Desa, utilizando como base os valores obtidos nas avaliações efectuadas por terceiros no final de 2007. O efeito temporal do desconto dos montantes reconhecidos anteriormente resulta num acréscimo dos passivos financeiros em 11.478 milhares de Euros (custo financeiro). Como resultado das avaliações, o passivo financeiro também verificou um decréscimo de 13.870 milhares de Euros, por contrapartida da rubrica de goodwill. O passivo financeiro registado em 31 de Dezembro de 2007, considerando os dois efeitos acima mencionados, ascendeu a 264.893 milhares de Euros (Nota 32).

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Entidades conjuntamente controladas

O detalhe das entidades conjuntamente controladas em 2006 é como se segue:

Entidade	%	Activos correntes	Activos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Capitais próprios	Resultado líquido do exercício
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	50,00%	6.531	129.259	(13.802)	(95.106)	(26.882)	(5.009)
Evolución 2000, S.L.	49,15%	3.760	21.937	(10.308)	(11.014)	(4.373)	16
Horta Medioambiente, S.A.	50,00%	66	-	(102)	(19)	56	1
Tébar Eólica, S.A.	50,00%	3.559	21.771	(2.317)	(19.396)	(3.616)	(934)
Desarrollos Energeticos Canarios, S.A.	49,99%	4	22	-	(9)	(18)	-
Marquesado Solar, S.A.	50,00%	161	1.162	(661)	(644)	(19)	-
Murciasol-1 Solar Térmica	50,00%	59	42	(58)	(41)	(2)	-
Ibersol E. Solar Ibérica	50,00%	45	75	(44)	(44)	(33)	-
Proenercam, S.L.	50,00%	272	281	(123)	(151)	(279)	(20)
Cogeneracion y Mantenimiento, AIE	50,00%	1.877	707	(927)	(31)	(1.626)	(212)
Cogeneracion La Espina S.L.	50,00%	136	459	(387)	(83)	(124)	(7)

O detalhe das entidades conjuntamente controladas em 2007 é como se segue:

Entidade	%	Activos correntes	Activos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Capitais próprios	Resultado líquido do exercício
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	50,00%	7.194	81.674	(8.005)	(47.687)	(33.177)	(11.276)
Evolución 2000, S.L.	49,15%	3.887	27.981	(2.553)	(24.683)	(4.632)	(1.339)
Horta Medioambiente, S.A.	50,00%	11	-	(47)	(20)	56	1
Tébar Eólica, S.A.	50,00%	4.932	20.159	(1.872)	(18.817)	(4.402)	(1.956)
Desarrollos Energeticos Canarios, S.A.	49,90%	4	22	(9)	-	(18)	-
Marquesado Solar, S.A.	50,00%	721	8.096	(6.214)	(2.585)	(19)	(126)
Murciasol-1 Solar Térmica	50,00%	32	59	(48)	(41)	(2)	(5)
Ibersol E. Solar Ibérica	50,00%	11	958	(892)	(44)	(33)	(6)

6. Volume de Negócios

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é como se segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Vendas por sector de actividade:		
Electricidade	240.146	172.272
Vendas de engenharia	18.727	36.442
	258.873	208.714
Prestação de serviços por sector de actividade:		
Outros serviços	3.633	3.592
	3.633	3.592
	262.506	212.306

A rubrica de **electricidade** diz respeito às vendas de energia eléctrica produzida.

A rubrica de **vendas de engenharia** inclui as vendas de parques eólicos construídos pelo Grupo Neo a terceiros, empresas associadas e a empresas controladas conjuntamente.

A repartição das **vendas** para o Grupo, por mercado e sector de actividade, foi a seguinte:

	Dez. 2007				Dez. 2006			
	Espanha	Portugal	França	Total	Espanha	Portugal	França	Total
Electricidade:								
- Vendas de electricidade	160.364	70.411	9.371	240.146	128.184	44.089	-	172.272
	160.364	70.411	9.371	240.146	128.184	44.089	-	172.272
Outras Vendas								
- Vendas de engenharia	18.727	-	-	18.727	36.442	-	-	36.442
	18.727	-	-	18.727	36.442	-	-	36.442
	179.091	70.411	9.371	258.873	164.626	44.089	-	208.714

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O **volume de negócios** para o Grupo, por mercado geográfico, foi o seguinte:

	Dez. 2007			
	Espanha	Portugal	França	Grupo
Electricidade	160.362	70.411	9.373	240.146
Vendas de engenharia	18.727	-	-	18.727
Outros serviços	3.116	517	-	3.633
	<u>182.205</u>	<u>70.928</u>	<u>9.373</u>	<u>262.506</u>

	Dez. 2006			
	Espanha	Portugal	França	Grupo
Electricidade	128.183	44.089	-	172.272
Vendas de engenharia	36.442	-	-	36.442
Outros serviços	3.592	-	-	3.592
	<u>168.217</u>	<u>44.089</u>	<u>-</u>	<u>212.306</u>

As rubricas de **custos com aquisição de electricidade** e de **variação nos inventários** e **custo das matérias primas e consumíveis** são analisados como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	206	156
	<u>206</u>	<u>156</u>
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis		
Custo das matérias primas e consumíveis	15.949	26.098
Variação nos inventários	2.558	7.356
Outros	925	973
	<u>19.432</u>	<u>34.427</u>
	<u>19.638</u>	<u>34.583</u>

O **custo das matérias primas e consumíveis** reflecte principalmente os custos de construção de parques eólicos vendidos a terceiros, a empresas associadas e a empresas controladas conjuntamente.

7. Outros proveitos de exploração

Os **Outros proveitos de exploração** são analisados como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Trabalhos para a própria empresa	3.279	1.753
Ajustes de anos anteriores - outros	746	199
Outros proveitos operacionais	1.037	191
Outros proveitos extraordinários	182	446
Outros proveitos de exploração	853	326
	<u>6.097</u>	<u>2.915</u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

8. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Fornecimentos e serviços externos		
Água, electricidade e combustíveis	927	635
Rendas e alugueres	8.025	7.338
Comunicações	935	335
Seguros	3.450	1.969
Transportes, deslocações e estadias	2.027	1.489
Conservação e reparação	13.281	7.448
Publicidade	828	289
Trabalhos especializados	8.440	3.270
Outros fornecimentos e serviços	916	859
	<u>38.829</u>	<u>23.632</u>

9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Remuneração de empregados e administração	9.169	6.389
Encargos sobre remunerações	2.214	1.609
Prémios aos colaboradores	3.505	3.511
Outros custos	774	1.047
Trabalhos para a própria empresa	(2.743)	(1.100)
	<u>12.919</u>	<u>11.456</u>

A repartição por categorias do pessoal profissional permanente em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte:

	Dez. 2007	Dez. 2006
Administradores/Chefias superiores	6	4
Quadros superiores	8	8
Quadros médios	78	68
Chefias intermédias	63	55
Profissionais altamente qualificados e qualificados	112	105
	<u>267</u>	<u>240</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de empregados ao serviço, incluindo os que possuem contrato temporário, foi de 269 (31 de Dezembro de 2006: 243). Estes números incluem todos os empregados para todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação (método integral ou proporcional), independentemente da participação da Neo nos Capitais Próprios e também inclui a Administração com 14 e 12 indivíduos no Grupo e NEO, S.L., respectivamente (31 de Dezembro de 2007: 12 e 10 indivíduos, no Grupo e NEO, S.L., respectivamente).

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

10. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Rendas de centros electroprodutores	3.720	1.222
Impostos indirectos	1.580	4.291
Imparidade para devedores e outros activos	90	78
Indemnizações de exploração	12	-
Perdas em imobilizações	-	2.534
Outros custos e perdas operacionais	1.568	3.863
	<u>6.970</u>	<u>11.988</u>

Em 2006, as perdas em imobilizações incluem as perdas incorridas pela Generaciones Especiales I, S.L. durante um projecto levado a cabo para uma empresa do Grupo.

Os outros custos e perdas operacionais reflectem principalmente os pagamentos obrigatórios efectuados pelas empresas do subgrupo Enervova a autarquias locais para obter as licenças necessárias à construção de parques eólicos de acordo com a legislação portuguesa.

11. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros** é analisada como segue:

	Dez. 2007		Dez. 2006	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Subgrupo Veinco	Várias	1.136	-	-
Empresas de cogeração, biomassa e resíduos	Várias	5.881	-	-
Ceprastur, A.I.E.	-	-	57%	39
Ambitec Laboratorio Medioambiental, S.A.	100%	(248)	-	-
Outros	-	(33)	-	-
		6.736		39

Os ganhos com a alienação de activos incluem a alienação efectuada pelo subgrupo Veinco em 2007 dos seus investimentos de 12%, 15% e 15% detidos nas empresas Desarrollos Eólicos del Ebro, S.A., Desarrollos Eólicos el Águila, S.A., e Sinergia Operación y Mantenimiento, S.A, respectivamente.

Os ganhos em empresas de cogeração, biomassa e resíduos correspondem a empresas alienadas ao Grupo Hc Energía (Nota 5).

12. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	13.457	2.873
Rendimentos de outros investimentos	-	113
Outros ganhos financeiros	-	2.613
	<u>13.457</u>	<u>5.599</u>
Outros custos financeiros:		
Outros custos financeiros com partes relacionadas	11.478	-
Juros bancários	31.447	14.863
Serviços bancários	458	431
Instrumentos financeiros derivados (cobertura de fluxos de caixa)	403	2.839
Juros com empresas relacionadas	82.722	42.644
Trabalhos para a própria empresa (juros)	(13.007)	(3.135)
Outras perdas financeiras	190	287
	<u>113.691</u>	<u>57.929</u>
Resultados financeiros	<u>(100.234)</u>	<u>(52.330)</u>

A rubrica de **rendimentos de outros investimentos** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Sociedad Eólica de Andalucía, S.L.	-	113
	<u>-</u>	<u>113</u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

13. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Espanha e Portugal esse período é de quatro anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal, o ano de 2002. Devido às diferentes interpretações a que a Lei Fiscal está sujeita, certos passivos contingentes podem ocorrer da revisão por parte das autoridades fiscais. Foi considerado pela Administração da empresa mãe que estes passivos contingentes, caso ocorram, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (6 anos em Portugal, 15 anos em Espanha). O detalhe dos prejuízos e da respectiva data limite de reporte é apresentado na nota 19.

A Nuevas Energías de Occidente, S.L. e as suas empresas subsidiárias apresentam as declarações fiscais individuais de acordo com a legislação em vigor. Não obstante, as principais empresas do grupo pagarem imposto sobre o rendimento de acordo com os princípios específicos do Regime Especial de Tributação, contidos nos artigos 64 e 82 do Real Decreto Legislativo 4/2004, onde foi aprovada a revisão da legislação sobre a tributação do resultado das sociedades. As empresas do grupo que fazem parte do consolidado fiscal em 2007, em conjunto com a Nuevas Energías de Occidente, S.L. como empresa mãe do grupo tributado 243.06, são:

Neo Energía Aragón, S.L., Nuevas Energías de Occidente Catalunya, S.L., Generaciones Especiales I, S.L., Parques Eólicos del Cantábrico, S.A., Sinae Inversiones Eólicas, S.A., Eneroliva, S.A., Eólica Curiscao Pumar, S.A., Parque Eólico Belchite, S.L., Siesa Renovables Canarias, S.L., Eólica Don Quijote, S.L., Eólica Dulcinea, S.L., Eólica Sierra de Avila, S.L., Eólica La Navica, S.L., Veinco Sociedad Participaciones, S.L.U., Veinco Energía Limpia, S.L.U., Energías Eólicas de la Manchuela, S.A., Desarrollos Eólicos Promoción, S.A., D.E. de Tarifa, S.A.U., D.E. Buenavista, S.A.U., D.E. de Lugo, S.A.U., D.E. Almarchal S.A.U., D.E. Dumbria S.A.U., D.E. de Galicia S.A., D.E. Corne S.A., D.E. Rabosera S.A., Eólica La Janda, S.L., Eólica Guadaleba, S.L., Desarrollos Eólicos S.A., Ceasa Promociones Eólicas S.L.U., Agrupación Eólica S.L.U., Parque Eólico Plana de Artajona, S.L.U., P.E.Montes de Castejón, S.L., P.E.Los Cantales, S.L.U., Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U., Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, S.L.U., Cía. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, S.A.U., Acampo Arias, S.L., Molino de Caragüelles S.L., Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.

As restantes empresas subsidiárias apresentam as suas declarações fiscais individualmente.

A análise da **provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Imposto corrente		
Relativo ao exercício	(10.704)	(9.269)
Total imposto corrente	(10.704)	(9.269)
Imposto diferido		
	6.732	37.057
	(3.972)	27.788

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 2007, é analisada como segue:

	Dez. 2007		
	Taxa %	Base fiscal Euro'000	Imposto Euro'000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	32,50%	(8.660)	(2.815)
Ajustamentos a activos e passivos não aceites para efeitos fiscais	7,27%	(2.378)	(630)
Prejuízos fiscais não aceites para efeitos fiscais	-0,66%	228	57
Efeitos fiscais de transacções entre partes relacionadas	43,09%	(11.481)	(3.731)
Benefícios fiscais, incluindo doações	-1,42%	465	123
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias (incluindo ajustes pelo método de equivalência patrimonial)	-11,44%	3.048	991
Imposto sobre o rendimento pessoas colectivas e outros impostos	0,61%	(200)	(53)
Outros custos não aceites para efeitos fiscais	2,81%	(763)	(243)
Outros ajustamentos	-26,89%	7.624	2.329
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	45,87%	(12.118)	(3.972)

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 2006, é analisada como segue:

	Dez. 2006		
	Taxa %	Base fiscal Euro'000	Imposto Euro'000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	35,00%	(81)	(28)
Provisões sem consequência fiscal	11865%	(27.459)	(9.611)
Outros ajustamentos	-3144,38%	7.277	2.547
Alteração de taxa	-43061,73%	99.657	34.880
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-34306,11%	79.394	27.788

A alteração da taxa do imposto em 2006 reflecte o impacto na alteração da taxa de imposto em vigor em Espanha sobre impostos diferidos capitalizados. A taxa de imposto desceu de 35% em 2006 para 32,5% em 2007 e 30% em 2008.

Os impostos sobre os resultados de operações em descontinuação ascendia a 1.689 Euros no final do ano de 2006.

14. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	2.953	3.177
Edifícios e outras construções	9.455	7.038
Equipamento básico:		
Produção Hidroeléctrica	2.619	2.619
Produção Termoeléctrica	6.008	129.946
Produção Renováveis	1.923.446	1.437.644
Outro equipamento básico	247	1.246
Equipamento de transporte	91	134
Equipamento administrativo e utensílios	3.926	2.925
Outros activos fixos tangíveis	16.493	5.467
Activos tangíveis em curso	979.017	804.700
	2.944.255	2.394.896
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Amortizações do exercício	(85.868)	(77.546)
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	(192.107)	(152.508)
Perdas por imparidade	-	(14.134)
	(277.975)	(244.188)
Valor líquido contabilístico	2.666.280	2.150.708

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2007 são analisadas como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Transferências Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	3.177	67	-	24	-	(315)	2.953
Edifícios e outras construções	7.038	-	-	-	-	2.417	9.455
Equipamento básico	1.571.455	-	-	471.635	-	(110.770)	1.932.320
Equipamento de transporte	134	-	-	-	-	(43)	91
Equipamento administrativo e utensílios	2.925	24	-	-	-	977	3.926
Outros activos fixos tangíveis	5.467	11.047	-	-	-	(21)	16.493
Activos tangíveis em curso	804.700	646.196	-	(471.635)	-	(244)	979.017
	2.394.896	657.334	-	24	-	(107.999)	2.944.255

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:						
Edifícios e outras construções	813	426	-	-	(69)	1.170
Equipamento básico	239.501	82.523	-	-	(54.285)	267.739
Equipamento de transporte	103	2	-	-	(18)	87
Equipamento administrativo e utensílios	2.346	599	-	-	(317)	2.628
Outros activos fixos tangíveis	1.425	2.318	64	-	2.544	6.351
	<u>244.188</u>	<u>85.868</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>(52.145)</u>	<u>277.975</u>

O movimento na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2006 são analisados da seguinte forma:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Transferências Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	393	1.247	-	-	-	1.537	3.177
Edifícios e outras construções	-	6.830	-	-	-	208	7.038
Equipamento básico	540.533	-	-	311.851	-	719.070	1.571.455
Equipamento de transporte	-	134	-	-	-	-	134
Equipamento administrativo e utensílios	358	1.086	-	-	-	1.481	2.925
Outros activos fixos tangíveis	1.125	-	-	(747)	-	5.089	5.467
Activos tangíveis em curso	261.458	411.493	-	(308.765)	-	440.514	804.700
	<u>803.868</u>	<u>420.790</u>	<u>-</u>	<u>2.339</u>	<u>-</u>	<u>1.167.899</u>	<u>2.394.896</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:						
Edifícios e outras construções	-	347	-	-	466	813
Equipamento básico	44.626	90.759	-	-	104.116	239.501
Equipamento de transporte	-	7	-	-	96	103
Equipamento administrativo e utensílios	-	514	-	-	1.832	2.346
Outros activos fixos tangíveis	1.101	53	-	-	271	1.425
	<u>45.727</u>	<u>91.680</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>106.781</u>	<u>244.188</u>

A rubrica de equipamento básico inclui o investimento em parques eólicos em exploração. As adições efectuadas em 2006 e 2007 reflectem principalmente investimentos efectuados em parques eólicos em construção durante esses anos. O montante total de aquisições capitalizadas em 2006 e 2007 foi de 3.135 milhares de Euros e 13.007 milhares de Euros, respectivamente.

As variações de perímetro em 2006 incluem a incorporação do grupo Enernova, grupo Genesa e grupo Ceasa entre outras aquisições pouco significativas (Nota 5).

As variações de perímetro em 2007 incluem a venda de empresas de cogeração, biomassa e resíduos (Nota 5) e a aquisição de um grupo de empresas polacas entre outras variações no perímetro pouco significativas.

A Amortização do exercício de 2006 inclui 9.536 milhares de Euros correspondentes a operações em descontinuação.

A Amortização do exercício de 2006 inclui 14.134 milhares de Euros correspondentes a imparidade dos activos relacionados com operações em descontinuação.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O Grupo assumiu compromissos de compra para a manutenção dos parques eólicos e para a aquisição de activos fixos tangíveis ascendendo a 1.060.439 milhares de Euros, relacionados com a aquisição de aerogeradores contratados a diferentes fornecedores deste tipo de instalações, para projectos actualmente em fase de construção e desenvolvimento. A análise por maturidade é como se segue:

	Dez. 2007 Euro'000
Até 1 ano	744.147
De 1 a 5 anos	311.404
A mais de 5 anos	4.888
	<u>1.060.439</u>

O Grupo contratou várias apólices de seguro com o objectivo de cobrir o risco de danos em activos fixos tangíveis. A cobertura destas apólices é considerada suficiente.

15. Outros activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Valor bruto:		
Propriedade industrial, licenças e outros direitos	22.589	13.940
	<u>22.589</u>	<u>13.940</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Amortizações do exercício	(5.328)	(3.129)
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	(4.644)	(2.086)
	<u>(9.972)</u>	<u>(5.215)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>12.617</u>	<u>8.725</u>

Os movimentos na rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2007 são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Transferências Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	13.940	8.673	-	(24)	-	-	22.589
	<u>13.940</u>	<u>8.673</u>	<u>-</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.589</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	5.215	5.328	-	-	-	(571)	9.972
	<u>5.215</u>	<u>5.328</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(571)</u>	<u>9.972</u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Os movimentos na rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2006 são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Transferências Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	5.708	9.275	-	(2.339)	-	1.296	13.940
	<u>5.708</u>	<u>9.275</u>	<u>-</u>	<u>(2.339)</u>	<u>-</u>	<u>1.296</u>	<u>13.940</u>

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações Euro'000	Transferências Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	661	3.129	-	-	-	1.425	5.215
	<u>661</u>	<u>3.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.425</u>	<u>5.215</u>

A rubrica propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis respeita essencialmente às licenças dos parques eólicos relativos às subsidiárias do grupo em Portugal.

16. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data de aquisição, é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Actividade Eléctrica		
Grupo Enernova	42.971	31.260
Grupo Neo	3.075	5.821
Grupo Desa	-	130.050
Grupo Ceasa	141.949	138.516
Grupo Genesa	459.812	198.766
Grupo Polaco	57.918	-
Empresas de cogeração, biomassa e resíduos	-	104
	<u>705.725</u>	<u>504.517</u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

No decorrer do ano de 2007, a movimentação ocorrida no "goodwill", por segmentos de negócio, foi a seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo Enernova	31.260	-	(3)	-	-	11.714	42.971
Grupo Neo	5.821	-	-	-	-	(2.746)	3.075
Grupo Desa	130.050	-	-	-	-	(130.050)	-
Grupo Ceasa	138.516	-	-	-	-	3.433	141.949
Grupo Genesa	198.766	147.515	(5.403)	-	-	118.934	459.812
Grupo Polaco	-	-	-	-	-	57.918	57.918
Empresas de cogeração, biomassa e resíduos	104	-	-	-	-	(104)	-
	<u>504.517</u>	<u>147.515</u>	<u>(5.406)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.099</u>	<u>705.725</u>

No decorrer do ano de 2006, a movimentação ocorrida no "goodwill", por segmentos de negócio, foi a seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Outras Euro'000	Variações de Perímetro / Regularizações Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo Enernova	-	-	-	-	-	31.260	31.260
Grupo Neo	-	-	-	-	-	5.821	5.821
Grupo Desa	130.050	-	-	-	-	-	130.050
Grupo Ceasa	-	-	-	-	-	138.516	138.516
Grupo Genesa	-	-	-	-	-	198.766	198.766
Empresas de cogeração, biomassa e resíduos	-	-	-	-	-	104	104
	<u>130.050</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>374.467</u>	<u>504.517</u>

Nos termos definidos pelo IFRS 3, o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais está sujeito a testes de imparidade, com periodicidade anual ou sempre que existam indicadores de imparidade.

As variações de perímetro em 2006 incluem a incorporação do Grupo Enernova, Grupo Genesa e Grupo Ceasa entre outras aquisições (Nota 5).

O goodwill do Grupo Polaco corresponde à diferença inicial entre o preço de aquisição e o justo valor dos activos adquiridos (Nota 5). O Grupo está a efectuar uma alocação de preço de aquisição aos diferentes activos adquiridos, pelo que o goodwill inicialmente registado irá ser reduzido pela quantia atribuída a outros activos e passivos.

Devido à fusão entre as empresas mães dos Grupos Genesa e Desa em 2007 (Nota 5), o goodwill do Grupo Desa (123.571 milhares Euros) foi transferido para o Grupo Genesa.

O aumento no goodwill do Grupo Genesa em 2007 corresponde essencialmente aos efeitos das opções de compra e venda com a Caja Madrid (Nota 5).

O goodwill de cada subgrupo do Grupo Neo é testado por imparidade, no caso dos parques eólicos operacionais, através da determinação do valor recuperável correspondente ao valor em uso das diferentes unidades geradoras de caixa (UGC) que compõem cada subgrupo do Grupo Neo. No caso dos parques eólicos em diferentes estados de desenvolvimento, o valor recuperável é determinado através do justo valor deduzido do custo das vendas.

O valor recuperável das UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, que utilizam projecções de fluxos de caixa baseados em orçamentos que cobrem um período de 5 anos, aprovados pelo Conselho de Administração. Os fluxos de caixa para períodos superiores a cinco anos são extrapolados utilizando as taxas de crescimento estimadas que não excedem a taxa média de crescimento a longo-prazo dos negócios de energias renováveis.

O método de determinação do justo valor dos projectos em desenvolvimento aplicado pelo Grupo Neo é similar ao método de determinação do valor em uso de uma entidade geradora de caixa, ajustado pela probabilidade dos projectos em desenvolvimento serem completados e obterem todas as licenças necessárias à sua operacionalidade.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

17. Investimentos financeiros em empresas associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Empresas associadas		
Investimentos financeiros em associadas	30.109	30.737
Valor líquido contabilístico	30.109	30.737

O detalhe dos **Investimentos financeiros em associadas** é analisada como segue:

	Dez. 2007		Dez. 2006	
	Valor bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
Biomassas del Pirineo, S.A.	122	-	122	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	18	-	18	-
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	10.875	-	10.373	-
Enercem, S.L.	-	-	123	-
Hidroeléctrica Rio Lena, S.A.	197	-	197	-
Hidroastur, S.A.	2.121	-	2.221	-
Parque Eólico Belmonte, S.A.	2.610	-	2.581	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	4.542	-	4.392	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	2.967	-	3.183	-
Solar Siglo XXI, S.A.	17	-	17	-
Veinco Energía Limpia, S.L.	4.913	-	4.154	-
Eólica de Alagoa, S.A.	-	-	810	-
Afiladas de Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	1.647	-	2.542	-
Outras	80	-	4	-
	30.109	-	30.737	-

As empresas associadas incluídas na consolidação, pelo método proporcional, em 31 de Dezembro de 2007, eram as seguintes:

	Capital social Dec 2007	Activo Dec 2007	Passivo Dec 2007	Capital próprio Dec 2007	Provetos 2007	Resultado líquido 2007	% grupo
Biomassas del Pirineo, S.A.	455	432	25	407	1	-	14,40%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	300	62	-	62	-	-	14,00%
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	4.291	10.243	419	9.824	3.835	1.122	44,75%
Hidroeléctrica Rio Lena, S.A.	901	9.164	6.887	2.277	-	-	8,64%
Hidroastur, S.A.	4.808	9.188	705	8.483	1.809	-	25,00%
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	7.813	46.258	35.673	10.585	9.240	2.353	31,00%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	120	43.937	40.979	2.957	5.542	97	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	7.194	29.537	18.724	10.813	11.097	3.143	42,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	80	69	-	69	-	-	25,00%
Outras	240	44	3	41	-	-	-

O movimento dos **Investimentos financeiros em associadas** é analisado como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	30.737	9.575
Aquisições	836	20.623
Alienações	(1.290)	-
Resultados de associadas	3.048	3.763
Dividendos recebidos	(2.218)	(3.224)
Alterações ao método de consolidação	(810)	-
Outros	(194)	-
Saldo em 31 de Dezembro	30.109	30.737

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

18. Outros activos não correntes

Esta rubrica é analisada da como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Custos Diferidos	26.666	17.053
Activos financeiros disponíveis para venda	7.874	5.110
Outros activos financeiros:		
Empréstimos a empresas relacionadas	8.764	2.120
Outras empresas relacionadas	1.812	3.332
Cauções e depósitos vinculados	34.431	2.996
Outros devedores	5.091	13.571
	<u>84.638</u>	<u>44.182</u>

A rubrica Cauções e depósitos vinculados refere-se essencialmente a depósitos bancários relacionados com obrigações assumidas por certas subsidiárias do Grupo, que efectuaram os seus investimentos através de "project financing", os quais exigiram a manutenção de uma certa quantia em depósito nesses bancos (Nota 29).

A rubrica "Outros devedores" inclui principalmente adiantamentos por conta de investimentos em empresas subsidiárias.

Em 2007, os movimentos na rubrica de **Activos financeiros disponíveis para venda** são analisados como segue:

	Dez. 2007				
	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Eólicas de Portugal, S.A.	980	2.480	-	-	3.460
Sociedad Eólica Andaluza, S.A.	3.107	-	-	-	3.107
Hueneja, C.B.	500	746	-	-	1.246
Outros	523	55	(517)	-	61
	<u>5.110</u>	<u>3.281</u>	<u>(517)</u>	<u>-</u>	<u>7.874</u>

Em 2006, os movimentos na rubrica de **Activos financeiros disponíveis para venda** são analisados como segue:

	Dez. 2006				
	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Eólicas de Portugal, S.A.	-	980	-	-	980
Sociedad Eólica Andaluza, S.A.	3.107	-	-	-	3.107
Hueneja, C.B.	-	500	-	-	500
Outros	-	523	-	-	523
	<u>3.107</u>	<u>2.003</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.110</u>

Em 2007, os movimentos na rubrica de **Outros activos financeiros** são analisados como segue:

	Dez. 2007				
	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Empréstimos a empresas do Grupo	2.120	154.822	(148.178)	-	8.764
Outras empresas relacionadas	3.332	858	(2.378)	-	1.812
Cauções e depósitos vinculados	2.996	33.664	(2.229)	-	34.431
Outros devedores	13.571	1.591	(10.071)	-	5.091
	<u>22.019</u>	<u>190.935</u>	<u>(162.856)</u>	<u>-</u>	<u>50.098</u>

Em 2006, os movimentos nas rubricas de **Outros activos financeiros** são analisados como segue:

	Dez. 2006				
	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Empréstimos a empresas do Grupo	-	30.440	(28.320)	-	2.120
Outras empresas relacionadas	-	4.285	(953)	-	3.332
Cauções e depósitos vinculados	-	2.996	-	-	2.996
Outros devedores	-	40.299	(26.728)	-	13.571
Investimentos em subsidiárias não consolidadas	3.107	2.003	-	-	5.110
	<u>3.107</u>	<u>80.023</u>	<u>(56.001)</u>	<u>-</u>	<u>27.129</u>

Uma variação de 100 pontos base na taxa de juro à data de reporte não teria um efeito significativo nos resultados ou nos capitais próprios.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

19. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo Neo regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verifica entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido impostos diferidos	
	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Prejuízos e créditos fiscais	4.309	4.260	-	-	4.309	4.260
Provisões	556	274	-	-	556	274
Instrumentos financeiros derivados	176	1.246	1.631	482	(1.455)	764
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	267.876	275.362	(267.876)	(275.362)
Activos fixos tangíveis	11.336	9.681	8.550	6.978	2.786	2.704
Reavaliações contabilísticas	-	-	352	736	(352)	(736)
Outros	318	452	13	699	306	(246)
	<u>16.694</u>	<u>15.913</u>	<u>278.422</u>	<u>284.256</u>	<u>(261.727)</u>	<u>(268.342)</u>

Os impostos diferidos passivos reflectem essencialmente o efeito da aquisição dos grupos Neo Desa e Ceasa em 2005 e 2006, respectivamente, e o facto de essas quantias registadas em activos tangíveis não serem dedutíveis nos impostos pelo Grupo.

Os movimentos ocorridos nos **Impostos diferidos** em 2007 e 2006, são analisados como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	(268.342)	(200.615)
Dotação a resultados	6.732	37.057
Dotação a reservas	(2.181)	(2.435)
Variações de perímetro e transferências	2.065	(102.349)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>(261.726)</u>	<u>(268.342)</u>

O aumento em impostos diferidos em 2006 deve-se principalmente à aquisição do subgrupo Ceasa.

A análise do **Imposto reconhecido** em reservas é a seguinte:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Imposto diferido		
Justo valor de Instrumentos financeiros derivados	(2.181)	(2.435)
	<u>(2.181)</u>	<u>(2.435)</u>

Os impostos diferidos activos e passivos que irão ser realizados ou revertidos nos próximos 12 meses são os seguintes:

	Impostos diferidos activos Dez. 2007 Euro'000	Impostos diferidos passivos Dez. 2007 Euro'000
Prejuízos fiscais transitados	4.309	-
Provisões	159	-
Instrumentos financeiros derivados	176	1.631
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	261.380
Activos fixos tangíveis	10.601	8.550
Reavaliações contabilísticas	-	352
Outros	318	13
	<u>15.563</u>	<u>271.926</u>

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis e o respectivo limite de reporte é analisado como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
2010	11	-
2011	21	-
2012	27	-
2013	105	-
2014	7.462	7.450
2016	3.070	2.885
2017	4.887	-
2018	395	285
2019	137	-
2020	3.572	2.784
2021	22.874	17.226
2022	19.100	-
	<u>61.661</u>	<u>30.630</u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

20. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Adiantamentos por conta de compras	35.127	9.747
Produtos acabados e intermédios	3.740	5.534
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Materiais diversos e outros	157	921
	<u>39.024</u>	<u>16.202</u>

21. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Clientes Curto Prazo - Corrente		
Clientes:		
Clientes - contas a receber de empresas do grupo	17.121	22.422
Clientes - contas a receber	32.094	30.765
	<u>49.215</u>	<u>53.187</u>
Clientes de cobrança duvidosa	2.309	2.219
Perdas por imparidade	(2.309)	(2.219)
	<u>49.215</u>	<u>53.187</u>

Durante o exercício de 2007, os movimentos das **Perdas por imparidade** são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Variações de Perímetro / Diferenças de Câmbio Euro'000	Dotação exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Perdas por imparidade em cobranças duvidosas	2.219	-	90	-	-	-	2.309
	<u>2.219</u>	<u>-</u>	<u>90</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.309</u>

Durante o exercício de 2006, os movimentos das **Perdas por imparidade** são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euro'000	Variações de Perímetro / Diferenças de Câmbio Euro'000	Dotação exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 de Dezembro Euro'000
Perdas por imparidade em cobranças duvidosas	53	2.088	78	-	-	-	2.219
	<u>53</u>	<u>2.088</u>	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.219</u>

22. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente		
Acréscimos	3.469	2.288
Outros devedores	5.098	4.843
	<u>8.567</u>	<u>7.131</u>

A rubrica **Outros devedores** respeita essencialmente a pagamentos de fundos relacionados com projectos de parques eólicos em desenvolvimento.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

23. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Estado e outros entes públicos		
- Imposto sobre o rendimento	3.893	3.492
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	90.730	56.549
- Outras tributações	2.102	1.043
	<u>96.725</u>	<u>61.084</u>

24. Outros activos financeiros correntes

A rubrica de **Outros activos financeiros correntes** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados:		
Títulos de dívida:		
Não cotados	1.998	4.500
Títulos de capital:		
Fundos de investimento	<u>42.841</u>	<u>50.141</u>
	<u>44.839</u>	<u>54.641</u>
Instrumentos financeiros derivados (cobertura de fluxos de caixa)	<u>5.020</u>	<u>1.675</u>
Outros investimentos:		
Adiantamentos por conta	1.075	-
Créditos com outras empresas relacionadas (passivos de opções de compra de interesses minoritários)	-	97.134
Créditos com empresas relacionadas	23.587	27.074
Outros créditos	1	9.706
Outros	<u>241</u>	<u>672</u>
	<u>24.904</u>	<u>134.586</u>
	<u>74.763</u>	<u>190.902</u>

Em 2006, a rubrica créditos com outras empresas relacionadas correspondia ao saldo a receber pela Neo pela aquisição do Grupo Desa em 2005, o qual foi totalmente pago pela Neo em nome da Caja de Madrid e recebido em 2007 (Nota 5).

25. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
- Depósitos à ordem	89.357	115.882
Caixa e seus equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa	<u>89.357</u>	<u>115.882</u>

As principais operações em 2006 e 2007 sem movimentos financeiros de caixa de entrada ou saída são os aumentos do capital social por transacções não monetárias (ver Nota 26) e a aquisição de empresas polacas pela qual se encontram por pagar 34.637 milhares de Euro.

26. Capital e prémios de emissão de acções

Em 26 de Janeiro de 2006, a Neo aumentou o capital social em 25.464.270 Euros através da emissão de 2.546.427 acções com um valor nominal de 10 Euros cada e um prémio de emissão de acções de 161,73 euros por acção, representando um prémio total de 411.841.902 Euros. Estas acções foram subscritas pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., através de uma contribuição não monetária de 80% das acções da Generaciones especiales I, S.L. e pela EDP-Energías de Portugal, S.A. através de uma contribuição não monetária de 90% de acções da Enervova, Novas Energías, S.A.

Em 26 de Janeiro de 2006, a Neo aumentou o capital social em 3.036.260 Euros através da emissão de 303.626 acções com um valor nominal de 10 Euros cada e um prémio de emissão de acções 161,73 euros por acção, representando um prémio total de 49.106.500 Euros. Estas acções foram subscritas pela EDP-Energías de Portugal, S.A. através de uma contribuição não monetária de direitos de cobrança de vários empréstimos/créditos que tinham sido concedidos anteriormente à Enervova, Novas Energías, S.A.

Subsequente ao aumento de capital, existiu uma redução dos prémios de emissão de acções da Neo por forma a que o valor do investimento na Enervova, Novas Energías, S.A. fosse igual ao valor registado pela EDP-Energías de Portugal, S.A., anteriormente a esta contribuição.

Em 17 de Dezembro de 2007, a Neo aumentou o capital social em 1.496.370 Euros através da emissão 149.637 acções com um valor nominal de 10 Euros cada e um prémio de emissão de acções 161,73 euros por acção, representando um prémio total de 24.201.354 Euros. Estas acções foram subscritas pela EDP-Energías de Portugal, S.A. através de uma contribuição não monetária de 10% das acções da Enervova, Novas Energías, S.A.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Subsequente ao aumento de capital próprio, os prémios de emissão de acções registados pela Neo foram ajustados para o valor do investimento na Enervova, Novas Energías, S.A. registado pela EDP-Energías de Portugal, S.A., anteriormente a esta contribuição.

Estas contribuições foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial regulador das fusões, cisões, contribuições de activos e trocas de acções estabelecido no Capítulo VIII, Título constitutivo VII do Decreto Real n.º 4 de 5 de Março de 2004, onde foi aprovada a revisão da lei sobre IRC. De acordo com o artigo 93 do Decreto Real Legislativo n.º 4 de 5 de Março de 2004, onde foi aprovada a lei sobre IRC revista.

Em Dezembro de 2007, a EDP-Energías de Portugal, S.A. efectuou uma contribuição não monetária à EDP Renováveis, S.A., através de uma contribuição de 60% do investimento detido na Neo.

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social ascendia a 30.000.000 Euros divididos em 3.000.000 acções indivisíveis e cumulativas com um valor nominal de 10 euros cada. Estas acções encontram-se totalmente subscritas e são todas da mesma classe e série com direitos de votação e de participação de resultados idênticos reconhecidas pela legislação em vigor e estatutos da empresa. A composição do capital social em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007 é a seguinte:

	Dez. 2007	Dez. 2006
	%	%
Accionistas		
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	40,00%	42,09%
EDP Renováveis, S.A.	60,00%	-
EDP Energías de Portugal, S.A.	-	57,91%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Capital Social	Prémios de emissão
	Euro'000	Euro'000
Saldos em 1 de Janeiro de 2006	3	-
Emissão de 2 546 427 acções em 26 de Janeiro de 2006	25.465	192.347
Emissão de 303 626 acções em 26 de Janeiro de 2006	<u>3.036</u>	<u>49.106</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	28.504	241.453
Emissão de 149 637 acções em 17 de Dezembro de 2007	<u>1.496</u>	<u>706</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	<u>30.000</u>	<u>242.159</u>

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da NEO são analisados como segue:

	Dez. 2007	Dez. 2006
Resultado líquido imputável aos accionistas da NEO em Euros	<u>2.003.942</u>	<u>20.069.702</u>
Resultado líquido das operações em continuação imputável aos accionistas da NEO em Euros	<u>2.003.942</u>	<u>24.193.360</u>
Nº médio de acções durante o ano	<u>2.856.118</u>	<u>2.654.618</u>
Nº médio de acções diluídas em durante o ano	<u>2.856.118</u>	<u>2.654.618</u>
Resultado por acção básico imputável aos accionistas da NEO em Euros	<u>0,70</u>	<u>7,56</u>
Resultado por acção diluído imputável aos accionistas da NEO em Euros	<u>0,70</u>	<u>7,56</u>
Resultado por acção das operações em continuação básico imputável aos accionistas da NEO em Euros	<u>0,70</u>	<u>9,11</u>
Resultado por acção das operações em continuação diluído imputável aos accionistas da NEO em Euros	<u>0,70</u>	<u>9,11</u>

O Grupo Neo calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação emitidas durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no exercício.

O número médio de acções em circulação emitidas é analisado como segue:

	Dez. 2007	Dez. 2006
Acções emitidas no início do período	<u>2.850.363</u>	<u>310</u>
Efeito de emissão de acções durante o período	<u>149.637</u>	<u>2.850.053</u>
Número médio de acções realizadas	<u>3.000.000</u>	<u>2.850.363</u>
Nº médio ponderado de acções (básico) durante o período	<u>2.856.118</u>	<u>2.654.618</u>
Nº médio ponderado de acções (diluído) durante o período	<u>2.856.118</u>	<u>2.654.618</u>

Gestão de Capital

O objectivo do Grupo na gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo accionista maioritário, é garantir a aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, crescimento sustentado por forma a atingir os objectivos de crescimento e manter uma estrutura de capital próprio ótima por forma a reduzir os seus custos.

Por forma a manter e ajustar a sua estrutura de capital, o Grupo poderá ajustar o montante de dividendos a distribuir aos accionistas.

À semelhança outros grupos do mesmo sector, o Grupo Neo controla a sua estrutura de capital com base no ratio de alavancagem. Este rácio resulta da divisão dos empréstimos líquidos pelo total do capital próprio. Os empréstimos líquidos resultam do somatório dos empréstimos obtidos, contas a pagar comerciais, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa. O total do capital próprio é calculado pelo somatório da situação líquida e dos empréstimos líquidos.

Consequentemente, em 2007, em consonância com as políticas estabelecidas pelo accionista maioritário, o Grupo Neo manteve um rácio de alavancagem de 89,45% (86,49% em 2006).

27. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	3.060	(1.589)
Outras reservas e resultados acumulados	<u>24.452</u>	<u>5.282</u>
	<u>27.512</u>	<u>3.693</u>

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

A reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva. O movimento ocorrido nesta rubrica relativo aos derivados de cobertura enquadrados no modelo de cobertura dos fluxos de caixa encontra-se analisado na nota 34.

O Conselho de Administração irá propor aos accionistas em Assembleia Geral anual que as perdas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Nuevas Energías de Occidente, S.L. sejam transferidas para a rubrica de reservas e resultados acumulados.

Reserva legal

A reserva legal foi apropriada de acordo com o Artigo 214 do Código das Sociedades Comerciais espanholas, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para uma reserva legal até que esta atinja um valor equivalente a 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível pelos accionistas e só pode ser utilizada para compensar perdas se não existirem outras reservas disponíveis ou para aumentos de capital. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa não atingiu o montante mínimo estabelecida pelo Estatuto das Empresas espanholas, uma vez que não foram gerados lucros durante o exercício.

28. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	2.685	2.013
Interesses minoritários de reservas	<u>63.200</u>	<u>78.171</u>
	<u>65.885</u>	<u>80.184</u>

O detalhe por Sub-Grupo da rubrica de **Interesses minoritários** é analisado como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Grupo Enernova	1.357	2.224
Grupo Neo	(100)	17
Grupo Desa	-	16.390
Grupo Ceasa	38.971	37.232
Grupo Genesa	25.572	23.210
Grupo Polaco	85	-
Empresas de cogeração, biomassa e resíduos	<u>-</u>	<u>1.111</u>
	<u>65.885</u>	<u>80.184</u>

No primeiro trimestre de 2007, a NEO contratou uma opção de compra e ou venda de acções com os accionistas minoritários da Generaciones Especiales I S.L. relativamente às acções detidas por cada uma das partes no capital desta entidade, as quais, segundo as IFRS, foram contabilizadas como uma aquisição antecipada de interesses minoritários (ver nota 5 e movimentações de capitais próprios consolidados).

Em 2007, a Neo também levou a cabo a fusão das duas empresas mães dos grupos Genesa e Desa. Consequentemente, os interesses minoritários correspondentes ao Grupo Desa foram reclassificados para o Grupo Genesa durante o exercício de 2007.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

29. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Dívida financeira de curto prazo - Corrente		
Empréstimos bancários:		
Outras empresas do Grupo Neo	5,400	5,280
Grupo Desa	17,207	24,719
Grupo Ceasa	27,712	45,645
Grupo Genesa	25,300	21,027
Grupo Polaco	2,105	-
Empresas de cogeração, biomassa e resíduos	-	3,209
	<u>77,724</u>	<u>99,880</u>
 Instrumentos financeiros derivados (cobertura de fluxos de caixa, ver nota 34)	541	4,026
Créditos a empresas relacionadas	107,492	664,349
Outros accionistas de empresas do grupo	4,367	18,203
Outra dívida financeira de curto prazo:		
Grupo Enernova	2,333	2,546
Juros a pagar	<u>4,061</u>	<u>3,713</u>
Total de dívida financeira de curto prazo - Corrente	<u>196,518</u>	<u>792,717</u>
 Dívida financeira de médio/longo prazo - Não corrente		
Empréstimos bancários:		
Outras empresas do Grupo Neo	26,401	33,411
Grupo Desa	117,995	121,183
Grupo Ceasa	55,385	21,472
Grupo Genesa	232,952	244,524
Empresas de cogeração, biomassa e resíduos	-	19,407
	<u>432,733</u>	<u>439,997</u>
 Créditos a empresas relacionadas	1,886,506	907,377
Outra dívida financeira de médio/longo prazo:		
Outros grupos	19,397	22,625
Grupo Enernova	<u>26,018</u>	<u>21,724</u>
	<u>45,415</u>	<u>44,349</u>
Total de dívida financeira de médio/longo prazo	<u>2,364,654</u>	<u>1,391,723</u>
Total da dívida financeira	<u>2,561,172</u>	<u>2,184,440</u>

Em 2006, o Grupo renegociou os empréstimos obtidos do Grupo EDP passando a taxa de juro fixa a ser aplicada à maior parte dos principais empréstimos, os quais anteriormente possuíam uma taxa de juro variável. Em Dezembro de 2007, o Grupo renegociou os empréstimos obtidos junto do Grupo EDP, mantendo a taxa fixa entre 4,78%-5,57% e retirando ao empréstimo 1.874 milhões de Euros de um limite máximo de 2.347 milhões de Euros.

O Grupo utiliza "swaps" de taxa de juro como instrumento de cobertura às alterações nas taxas de juro, principalmente relacionadas com empréstimos bancários.

A taxa de juro efectiva sobre os empréstimos foi de 4,36% e 5,57% em 2006 e 2007, respectivamente.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A análise da rubrica de **Dívida Financeira**, por maturidade, é a seguinte:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Empréstimos bancários e "overdrafts":		
Até 1 ano	77.724	99.880
1 a 5 anos	190.495	213.271
A mais de 5 anos	<u>242.238</u>	<u>226.725</u>
	510.457	539.876
Créditos a empresas relacionadas:		
Até 1 ano	107.492	664.349
1 a 5 anos	665.608	358.959
A mais de 5 anos	<u>1.220.898</u>	<u>548.418</u>
	1.993.998	1.571.726
Outras dívidas financeiras de curto prazo:		
Até 1 ano	2.333	2.546
1 a 5 anos	-	-
A mais de 5 anos	<u>26.018</u>	<u>21.724</u>
	28.351	24.270
Restantes dívidas financeiras a curto/médio/longo prazo		
Até 1 ano	8.969	25.942
1 a 5 anos	-	-
A mais de 5 anos	<u>19.397</u>	<u>22.626</u>
	28.366	48.568
	<u>2.561.172</u>	<u>2.184.440</u>

A rubrica "Empréstimos bancários e overdrafts" inclui empréstimos de taxa variável no valor de 478.429 milhares de Euros e 513.235 milhares de Euros para 2007 e 2006 respectivamente. As taxas de juro são actualizadas de acordo com a seguinte base temporal:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Anual	11.788	9.589
Semestral	360.695	358.368
Mensal	20.000	12.229
Trimestral	<u>85.946</u>	<u>133.049</u>
	<u>478.429</u>	<u>513.235</u>

O justo valor da dívida do Grupo Neo, correspondente ao valor de mercado da dívida, é analisado como segue:

	Dez. 2007		Dez. 2006	
	Valor Contabilístico Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor Contabilístico Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	196.518	196.518	792.717	792.717
Empréstimos de médio/longo prazo - Não corrente	<u>2.364.654</u>	<u>2.424.178</u>	<u>1.391.723</u>	<u>1.412.845</u>
	<u>2.561.172</u>	<u>2.620.696</u>	<u>2.184.440</u>	<u>2.205.562</u>

De acordo com os princípios contabilísticos descritos na nota 2 f), os riscos sobre passivos financeiros cobertos por instrumentos financeiros encontram-se apresentados ao seu justo valor, de acordo com os requisitos da IAS 39, respeitantes à adopção da contabilização de cobertura. Contudo, os restantes passivos financeiros são apresentados ao seu custo amortizado ou custo histórico com excepção das "put options", que são contabilizadas de acordo com a nota 2 b).

O detalhe da dívida financeira do ano 2007, por maturidade, apresenta-se como segue:

	Total Euro'000	2008 Euro'000	2009 Euro'000	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	Anos Seguintes Euro'000
Empréstimos de médio/longo prazo	2.364.654	-	217.767	216.305	212.524	209.507	1.508.551
Empréstimos de curto prazo	<u>196.518</u>	<u>196.518</u>	-	-	-	-	-
	<u>2.561.172</u>	<u>196.518</u>	<u>217.767</u>	<u>216.305</u>	<u>212.524</u>	<u>209.507</u>	<u>1.508.551</u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O detalhe da liquidez da dívida financeira do ano 2007, por maturidade, apresenta-se como segue:

	Total Euro'000	2008 Euro'000	2009 Euro'000	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	Anos Seguintes Euro'000
Empréstimos de médio/longo prazo	2.485.439	-	228.723	227.148	223.244	220.098	1.586.226
Empréstimos de curto prazo	206.473	206.473	-	-	-	-	-
	<u>2.691.912</u>	<u>206.473</u>	<u>228.723</u>	<u>227.148</u>	<u>223.244</u>	<u>220.098</u>	<u>1.586.226</u>

Várias empresas do Grupo assinaram contratos de financiamento com diferentes entidades bancárias, através das quais a entidade certificada alarga o financiamento necessário para a construção e implementação de parques eólicos.

Nestes contratos de financiamento, o total de acções de cada empresa certificada é concedido como garantia a favor do mutuário para assegurar os direitos dos referidos contratos, bem como as indemnizações relacionadas com contratos de seguros de crédito resultantes dos projectos do Grupo. O detalhe das empresas cujas acções foram concedidas apresenta-se como segue:

Empresas	Dez. 2007 Euro'000
P.Eól. Altos del Voltoya, S.A.	30.563
Eólica Arlanzón, S.A.	21.494
P.Eól.Cantábrico, S.A.	35.598
Eólica Campollano, S.A.	79.587
P. Eól. La Sotonera, S.L.	17.062
Eól. La Brújula, S.A.	57.230
Tébar Eólica, S.A.	36.284
Parque Eólico Belmonte, S.A.	30.340
Evolución 2000, S.L.	54.523
D.E.Galicia, S.A.	2.700
D.E.Tarifa, S.A.U.	7.176
D.E.Corme, S.A.	4.456
D.E.Buenavista, S.A.U.	7.871
P.E.Santa Quiteria, S.L.	18.217
D.E.Lugo, S.A.U.	59.234
D.E.Rabosera, S.A.	27.148
D.E.Almarchal, S.A.U.	16.100
C.E.Aragonesa, S.A.	63.601
Molino de Caragüelles, S.L.	541
Parques de Generación Eólica, S.L.	5.455
Des. Cat. del Viento, S.L.	3.503
C.E. Gueltas-Noyal Pontivy SAS	7.306
C.E. Saint Barnabé SAS	14.305
C.E. Patay SAS	14.481
C.E. Ségur SAS	13.689
Eólica da Alagoa	10.348
	<u>638.813</u>

Em geral, os contratos incluem os seguintes requisitos:

- Preparação da demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício anterior e cálculo do rácio de cobertura de serviço da dívida (RCSD) e a obrigação de manter este rácio acima de determinados limites. A distribuição de dividendos ao longo da duração do contrato de financiamento presente está sujeito ao cumprimento do RCSD acima mencionado.
- Abertura de uma conta de reserva de serviços da dívida. O saldo mínimo desta conta até ao termo do empréstimo deverá ser igual aos pagamentos previstos, no contrato, respeitantes aos juros e ao montante global do empréstimo para o período de juros seguinte.
- Nenhuma dívida para além da anteriormente mencionadas podem ser contraídas. Não deverão ser oferecidos quaisquer empréstimos ou garantias, nenhuma doações ou outras gratificações deverão ser efectuadas, excepto quando autorizadas pelas entidades financeiras.
- Quando é necessária, as entidades financeiras reservam-se ao direito de exigir cações sob a forma de hipoteca para assegurar o pagamento do empréstimo baseado no progresso do projecto.

Análise de sensibilidade

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juro na data do relatório poderiam ter aumentado/diminuído os capitais próprios e os resultados nos valores que se apresentam a seguir. Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permaneçam constantes. A análise é efectuada na mesma base para 2006.

Em 2007, o aumento/(diminuição) teria sido o seguinte:

	Resultados		Capitais próprios	
	100 pb acréscimo	100 pb redução	100 pb acréscimo	100 pb redução
Instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	-	-	11.197	(11.240)
Empréstimos não cobertos (taxa de juro variável)	(942)	942	-	-
	<u>(942)</u>	<u>942</u>	<u>11.197</u>	<u>(11.240)</u>

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Em 2006, o aumento/(diminuição) teria sido o seguinte:

	Resultados		Capitais próprios	
	100 pb acrécimo	100 pb redução	100 pb acrécimo	100 pb redução
Instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	-	-	19.127	(20.552)
Empréstimos não cobertos (taxa de juro variável)	(1.246)	1.246	-	-
	<u>(1.246)</u>	<u>1.246</u>	<u>19.127</u>	<u>(20.552)</u>

30. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	834	3.753
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos	377	-
	<u>1.211</u>	<u>3.753</u>

O movimento da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Saldo no início do exercício	3.753	-
Dotação do exercício	-	3.753
Transferências para curto prazo	(2.919)	-
Saldo no fim do exercício	<u>834</u>	<u>3.753</u>

Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos de pensões que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada. Nalguns casos, são também concedidos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensão — Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo Neo resultantes da cisão da EDP em 1994 dispõem um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por uma provisão específica.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência), bem como responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões no Grupo Neo, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez. 2007 Portugal	Dez. 2006 Portugal
Pressupostos		
Taxa de rendimento dos activos do fundo	6,00%	7,50%
Taxa de desconto	5,30%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	3,00%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,20%	2,20%
Taxa de inflação	2,20%	2,20%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis para reforma antecipada	(a)	(a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores com direito a reforma antecipada de acordo com o Contrato de Trabalho Colectivo: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço em qualquer idade).

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

Alguns colaboradores do Grupo Neo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos o outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com **cuidados médicos** e outros benefícios no Grupo EDP, são apresentados como segue:

	Dez. 2007	Dez. 2006
	Portugal	Portugal
Pressupostos		
Taxa de desconto	5,30%	4,75%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4.50%	4.50%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	150	233
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores com direito a reforma antecipada de acordo com Contrato de Trabalho Colectivo: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos ou 40 anos de serviço em qualquer idade).

31. Provisões

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Provisão para processos legais, laborais e outras contingências	12	12
Provisão para outros riscos e encargos	8.996	13.212
	9.008	13.224

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Saldo no início do período	13.212	-
Variações de perímetro de consolidação	(2.386)	1.187
Dotação do exercício	592	12.025
Utilização da provisão	(2.422)	-
Saldo no final do período	8.996	13.212

As provisões para outros riscos e encargos incluem 8.436 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2006: 7.049 milhares de Euros) relacionadas com provisões para desmantelamento e descomissionamento de instalações produtoras de energia eólica, calculadas de acordo com os princípios contabilísticos referidos na Nota 2 o).

Os pressupostos utilizados no cálculo das provisões para desmantelamento e descomissionamento são os seguintes :

	Dez. 2007
Pressupostos	
Custo médio por MWh (Euros)	5.500
Taxa de desconto	5,13%
Taxa de inflação	2,20%
Período de capitalização (nº de anos)	20

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

32. Credores e outros passivos

Este saldo é analisado como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Credores e outros passivos de curto prazo - Corrente		
Remunerações a pagar	1.734	1.316
Fornecedores	11.486	23.340
Fornecedores de imobilizado	284.167	157.844
Outros accionistas de empresas relacionadas	2.798	10.363
Adiantamentos de clientes	4.419	431
Outros credores e operações diversas	16.990	16.604
	<u>321.594</u>	<u>209.898</u>
Credores de médio/longo prazo - Não corrente		
Valor a pagar por aquisição de subsidiárias	46.735	5.138
Instrumentos financeiros derivados (cobertura de fluxos de caixa; ver nota 34)		
Passivos decorrentes de opções com interesses minoritários	264.893	97.134
Subsídios e participações para o investimento em imobilizado	10.528	10.786
Outros proveitos diferidos	1.863	1.728
	<u>324.019</u>	<u>114.786</u>

A rubrica de "Outros credores e operações diversas" inclui essencialmente pagamentos pendentes para aquisição de empresas durante 2006 e 2007 e trabalhos certificados a aguardar execução por parte de terceiros.

Em 2006 e 2007, a rubrica "Passivos decorrentes de opções com interesses minoritários" inclui o passivo com a "put option" contratada com a Caja Madrid para a aquisição de 20% do capital social da Desa em 2005 (consulte a nota 5). Estes títulos também incluem a opção de venda contratada com a Caja Madrid para 20% do grupo Genesa em 2007.

33. Impostos a pagar

Este saldo é analisado como segue:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Estado e outros entes públicos		
- Imposto sobre o rendimento	6.941	9.034
- Retenções na fonte de empregados	733	1.157
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.564	3.898
- Outras tributações	490	820
	<u>10.728</u>	<u>14.909</u>

34. Instrumentos financeiros derivados

De acordo com a IAS 39, o Grupo classifica os derivados como cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido e como cobertura de fluxo de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras consideradas como altamente prováveis. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 todos os derivados contratados pelo Grupo possuíam as condições necessárias para serem definidos como operações de cobertura.

As variações ao justo valor de instrumentos de cobertura e nos riscos a serem cobertos, são analisados como segue:

Tipo de cobertura	Instrumentos de cobertura	Risco de Cobertura	2007		2006	
			Variações de justo valor		Variações de justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000	Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000
"cash-flow hedge"	Swap de taxa de juros e opção de compra e venda	Taxa de juro	7.233	7.233	9.796	9.796
			<u>7.233</u>	<u>7.233</u>	<u>9.796</u>	<u>9.796</u>

Para os exercícios de 2007 e 2006, os movimentos na reserva de justo valor relacionada com a cobertura de fluxos de caixa foram os seguintes:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Saldo no início do período	(1.589)	-
Variações de perímetro de consolidação	-	(6.111)
Variação de justo valor	<u>4.649</u>	<u>4.522</u>
Saldo no final do período	<u>3.060</u>	<u>(1.589)</u>

A valorização dos instrumentos financeiros é registada no balanço como activos financeiros correntes ou como dívidas financeiras de médio/longo prazo de acordo com a sua natureza (Ver notas 24 e 29).

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados na demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 são analisados da seguinte forma:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Cobertura de fluxos de caixa - Derivados	(403)	(2.839)
	<u>(403)</u>	<u>(2.839)</u>

Em 2007, a maturidade dos derivados associados a operações de financiamento é analisada da seguinte forma:

	Grupo			
	Até 3 meses Euro'000	3 meses a 1 ano Euro'000	1 ano a 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Contratos de taxa de juro				
Swaps de taxa de juro	1.833	56.911	130.029	146.530
Opções compradas e vendidas	9.182	7.268	65.711	2.627
	<u>11.015</u>	<u>64.179</u>	<u>195.741</u>	<u>149.157</u>
				<u>420.091</u>

Em 2006, a maturidade dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento é analisada da seguinte forma:

	Grupo			
	Até 3 meses Euro'000	3 meses a 1 ano Euro'000	1 ano a 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Contratos de taxa de juro				
Swaps de taxa de juro	3.791	14.178	123.970	105.915
Opções compradas e vendidas		6.152	19.104	6.351
	<u>3.791</u>	<u>20.330</u>	<u>143.074</u>	<u>112.266</u>
				<u>279.461</u>

As taxas de juro efectivas da carteira de derivadas associada a operações financeiras são analisadas como segue:

	Grupo	
	Unidade monetária	Pagamentos pela Neo
Contratos de taxa de juro		
Swaps de taxa de juro	EUR	[3,00% - 5,15%]
		[3,85% - 4,95%]
	Valor nominal Euro'000	Grupo
Contratos de taxa de juro		
Opções compradas sobre taxa de juro (compra CAPI)	48.921	[5,75% - 4,00%]
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda Floor)	35.867	[4,27% - 3,12%]

35. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os compromissos financeiros não incluídos no balanço respeitantes a garantias reais e financeiras prestadas são analisadas como segue:

Compromissos	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Garantias de natureza financeira		
Grupo Neo	26.306	122.543
Garantias de natureza operacional		
Grupo Neo	40.034	8.687
Total	<u>66.340</u>	<u>131.230</u>

As garantias de natureza financeira estão significativamente relacionadas com os contratos de empréstimos já incluídos na dívida financeira do Grupo.

As garantias de carácter operacional em vigor em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 incluem essencialmente garantias concedidas para a construção e exploração de parques eólicos e garantias exigidas por operadores do mercado espanhol e português para poderem operar em ambos os mercados.

O Grupo Neo tem compromissos de locações operacionais no montante de 206.702 milhares de Euros, relacionados com o uso de terrenos onde os parques eólicos estão localizados.

O Grupo Neo, como parte da sua actividade operacional, apresenta garantias a favor de determinados fornecedores de activos fixos. Normalmente, estas garantias são garantidas pela EDP, através da EDP Sucursal em Espanha. A 31 de Dezembro de 2007 a EDP e a Hidroeléctrica del Cantábrico deram garantias financeiras (35.017 milhares de Euros) e operacionais (106.060 milhares de Euros) a favor da Neo, no seguimento de compromissos assumidos pela empresa relativamente à aquisição de activos tangíveis, nomeadamente turbinas (ver nota 14).

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

36. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2007, os créditos detidos sobre empresas relacionadas são como segue:

	Outros proveitos intra-grupo Euro'000	Proveitos financeiros intra-grupo Euro'000	Activos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Energia de Portugal, S.A. (Holding)	-	548	22.739	23.287
Empresas do Grupo EDP	70.136	-	6	70.142
Empresas do Grupo HC	8.030	343	8.347	16.720
Associadas	2.349	2.670	7.751	12.770
Entidades controladas conjuntamente	12.124	58	12.441	24.623
	<u>92.639</u>	<u>3.619</u>	<u>51.284</u>	<u>147.542</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os créditos detidos sobre empresas relacionadas são como segue:

	Outros proveitos intra-grupo Euro'000	Proveitos financeiros intra-grupo Euro'000	Activos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Energia de Portugal, S.A. (Holding)	1.057	-	25.540	26.597
Empresas do Grupo EDP	39.344	-	10.184	49.528
Empresas do Grupo HC	28.350	-	5.118	33.468
Associadas	18.310	7.630	11.591	37.531
Entidades controladas conjuntamente	32.151	65	11.967	44.183
Outros	-	-	97.134	97.134
	<u>119.212</u>	<u>7.695</u>	<u>161.534</u>	<u>288.441</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os débitos para com empresas associadas e subsidiárias são como segue:

	Outros custos intra-grupo Euro'000	Custos financeiros intra-grupo Euro'000	Empréstimos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Energia de Portugal, S.A. (Holding)	3.352	11.363	1.972.826	1.987.541
Empresas do Grupo EDP	3.929	69.539	5.665	79.133
Empresas do Grupo HC	3.731	145	2.646	6.522
Associadas	7	-	2.228	2.235
Entidades controladas conjuntamente	-	-	2.740	2.740
Outras	-	1.675	10.691	12.366
	<u>11.019</u>	<u>82.722</u>	<u>1.996.796</u>	<u>2.090.537</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os débitos para com empresas associadas e subsidiárias detalham-se da seguinte forma:

	Outros custos intra-grupo Euro'000	Custos financeiros intra-grupo Euro'000	Empréstimos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Energia de Portugal, S.A. (Holding)	1.556	6.353	145.522	153.431
Empresas do Grupo EDP	2.890	30.697	1.382.172	1.415.759
Empresas do Grupo HC	5.274	3.367	34.457	43.098
Associadas	-	-	3.364	3.364
Entidades controladas conjuntamente	-	-	6.211	6.211
Outras	-	2.227	10.363	12.590
	<u>9.720</u>	<u>42.644</u>	<u>1.582.089</u>	<u>1.634.453</u>

Adicionalmente aos passivos financeiros relacionados com as opções de venda (*put options*) disponibilizadas à Caja Madrid (consulte as notas 5 e 32), em 2007 e 2006, a Neo obteve da Caja Madrid empréstimos num total de aproximadamente 102.662 milhares de Euros e 92.995 milhares de Euros, respectivamente. Estes empréstimos vencem juros à taxa de mercado.

Em 2007, o Conselho de Administração da Neo recebeu remunerações monetárias que ascenderam a 477 milhares de Euros, bem como remunerações em espécie no valor de 17 milhares de Euros, que consistiam essencialmente em diferentes apólices de seguros (553 milhares de Euros e 23 milhares de Euros, respectivamente, em 2006) pelo desempenho das suas funções como membros do Conselho de Administração e, quando aplicável, pelo facto da sua capacidade como empregados da NEO.

O Grupo Neo analisou e identificou directores chave e não identificou quaisquer outros directores para além dos membros do Conselho de Administração. Nenhuma transacção para além das remunerações acima mencionadas foram efectuadas com estes directores ou quaisquer outros directores chave do accionista maioritário ou membros da família.

Em 2006 e 2007, a rubrica de "Outros proveitos" com empresas do grupo, respeita essencialmente aos proveitos resultantes da venda de energia eléctrica do grupo de empresas Enernova à EDP e vendas ao grupo Hc por parte de determinadas empresas do grupo Genesa, actuando como distribuidor na região, na qual os parques eólicos do Grupo produzem energia eléctrica. Adicionalmente, esta conta inclui rendimentos de trabalhos certificados que a Genesa tem facturado às suas subsidiárias, que têm sido proporcionalmente consolidadas ou contabilizadas segundo o método da equivalência patrimonial.

Em 2006 e 2007, a rubrica de "Outros custos" com empresas do grupo, refere-se essencialmente a despesas com "management fees" e serviços de pessoal, facturados pela EDP e Grupo HC à Neo.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

37. Justo valor de activos e passivos financeiros

	Dez. 2007			Dez. 2006		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Outros activos não correntes	84.638	84.638	-	44.182	44.182	-
Clientes	49.215	49.215	-	53.187	53.187	-
Instrumentos financeiros derivados	5.020	5.020	-	1.675	1.675	-
Outros activos financeiros correntes	69.713	69.713	-	189.227	189.227	-
Caixa e equivalentes de caixa	89.357	89.357	-	115.882	115.882	-
	<u>297.943</u>	<u>297.943</u>	<u>-</u>	<u>404.153</u>	<u>404.153</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivados	541	541	-	4.026	4.026	-
Outras dívidas financeiras	2.560.631	2.620.155	59.524	2.180.414	2.201.536	21.122
Fornecedores	11.486	11.486	-	23.340	23.340	-
	<u>2.572.658</u>	<u>2.632.182</u>	<u>59.524</u>	<u>2.207.780</u>	<u>2.228.902</u>	<u>21.122</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, quando disponível, em preços cotados de mercado. Alternativamente, o justo valor é determinado através de modelos internos, baseados em técnicas de descontos de fluxos de caixa geralmente aceites e em modelos de avaliação ou através de cotações fornecidas por terceiros.

Os instrumentos menos usuais poderão requerer técnicas alternativas, que considerem as características e as práticas de mercado geralmente aceites aplicadas a instrumentos semelhantes. Estes modelos são desenvolvidos tomando em consideração as variáveis de mercado que afectem o instrumento subjacente, nomeadamente as curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

A informação de mercado é obtida de fornecedores de informação financeira reconhecidos (Bloomberg e Reuters).

Os instrumentos de capital próprio não cotados, para os quais não seja possível obter uma estimativa fiável e consistente do seu justo valor com o recurso a modelos internos ou externos, são reconhecidos ao seu custo histórico.

Activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através de resultados

Os instrumentos financeiros cotados classificados como disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor baseado no preço de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter uma estimativa fiável e consistente do seu justo valor, já seja com recurso a modelos internos ou externos, são reconhecidos ao seu custo histórico.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e credores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos financeiros de curto prazo, para os quais, dada a sua natureza de curto prazo, os valores contabilísticos não são significativamente diferentes dos respectivos justos valores à data de reporte.

Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é estimado através de modelos internos, que são baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa geralmente aceites. À data de reporte, o valor contabilístico dos empréstimos de taxa variável é aproximadamente o seu justo valor. No caso dos empréstimos de taxa fixa, principalmente, empréstimos intra-grupo concedidos pelo Grupo EDP, o justo valor é obtido através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa geralmente aceites.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os derivados são contabilizados ao seu justo valor.

Para os derivados cotados em mercados organizados, utiliza-se esse preço de mercado. Para os derivados fora de bolsa, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de valorização de opções geralmente aceites pelo mercado, ou por cotações fornecidas por entidades externas.

38. Eventos relevantes e subsequentes

Em 28 de Janeiro de 2008, a EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP") informou o mercado e o público em geral da decisão tomada pelo Conselho de Administração da EDP, na sequência de um parecer emitido pelo Conselho Geral e de Supervisão, para iniciar a preparação de uma Oferta Pública de Venda (OPV) para a EDP Renováveis, S.L., uma "holding" do Grupo EDP, que é especialista em energias renováveis e controla as subsidiárias Neo Energia e Horizon Wind Energy.

Em 25 de Fevereiro de 2008 o Accionista Único da EDP Renováveis, S.L. aprovou um aumento de capital de 4.718.240 Euros com um prémio de acção de 175.490.310 Euros, através da emissão de 471.824 acções com um preço ao par de 10 Euros cada e um prémio por acção de 371.94 Euros. Este aumento de capital foi subscrito pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. através de uma contribuição não monetária dos seus 40% de participação detida na Nuevas Energías de Occidente, S.L.. Este acordo foi executado através de escritura pública em 29 de Fevereiro de 2008. Desde essa data, a EDP Renováveis, S.L. detém a totalidade do capital da Nuevas Energías de Occidente, S.L..

39. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas na demonstração de resultados do exercício, excepto se se qualificarem para serem reconhecidas como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, o Grupo registou custos, que se decompõem da seguinte forma:

	Dez. 2007 Euro'000	Dez. 2006 Euro'000
Plano de monitorização ambiental	431	294
	<u>431</u>	<u>294</u>

O Grupo não efectuou qualquer provisão para obrigações ambientais em 2006 e 2007.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Perímetro de consolidação — Dezembro 2006

Anexo I

Empresas subsidiárias	Nome da Empresa	% Total Empresa	Sede cidade, país	Método de consolidação	Actividade	Auditor
Nuevas Energías de Occidente S.L.	La Gallat SAS		Oviedo, Spain	Integral	Holding	KPMG
Nuevas Energías de Occidente S.L.	Keraflouler SAS	100%	Carhaix Plouger, France	Integral	Parques eólicos	Jean-Yves Morisset
	Plouvien Breiz SAS	100%	Carhaix Plouger, France	Integral	Parques eólicos	Jean-Yves Morisset
	Greenwind SA	100%	Carhaix Plouger, France	Integral	Parques eólicos	Jean-Yves Morisset
	Enernova - Novas Energias, SA	70%	Louvain-la-Neuve, Belgium	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Generaciones Especiales I S.L.	90%	Porto, Portugal	Integral	Holding	KPMG
	Tarcom BV	80%	Oviedo, Spain	Integral	Holding	KPMG
	Ceasa Promociones Eólicas SLU	100%	Amsterdam, The Netherlands	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Agrupación Eólica SLU	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	NeoDesa, S.L.U.	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Desarrollos Eólicos, S.A.	100%	Seville, Spain	Integral	Holding	KPMG
	Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U.	100%	Seville, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos de Rabosera, S.A.	100%	Huesca, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos de Tarifa, S.A.U.	95%	Cádiz, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos Buenavista, S.A.U.	100%	Cádiz, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	45%	Gran Canaria, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos de Lugo, S.A.U.	100%	Lugo, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos de Corme, S.A.	95%	La Coruña, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	97%	La Coruña, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Parque Eólico Santa Quiteria, S.L.	58%	Huesca, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos Dumbria S.A.U.	100%	La Coruña, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Desarrollos Eólicos Almarchal S.A.U.	100%	Cádiz, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Ambitec Laboratorio Medioambiental S.A.	80%	Madrid, Spain	Integral	Holding (ambiente)	Não Auditado
	Biogas y Energía, S.A.	72%	Madrid, Spain	Integral	Biomassa	Não Auditado
	Biomassas del Pirineo S.A.	24%	Huesca, Spain	Equivalência patrimonial	Biomassa	Não Auditado
	Ceprastur AIE	45%	Oviedo, Spain	Integral	Cogeração	Não Auditado
	Cerámica Técnica de Illescas Cogeneración S.A.	72%	Madrid, Spain	Integral	Cogeração	Não Auditado
	Cogeneración del Eslo, S.A.	72%	Madrid, Spain	Integral	Cogeração	KPMG
	Cogeneración La Espina S.L.	40%	Oviedo, Spain	Proporcional	Cogeração	Não Auditado
	Cogeneración y Mantenimiento AIE	40%	Oviedo, Spain	Proporcional	Cogeração	KPMG
	Cultivos Energéticos de Castilla S.A.	24%	Burgos, Spain	Equivalência patrimonial	Biomassa	Não Auditado
	Desarrollos Energeticos Canarias S.A.	40%	Las Palmas, Spain	Proporcional	Parques eólicos	Não Auditado
	Enercem S.L.	16%	Oviedo, Spain	Equivalência patrimonial	Cogeração	Não Auditado
	Energía e Industria de Toledo S.A.	72%	Madrid, Spain	Integral	Cogeração & Biomassa	KPMG
	Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U. (Ex: Sierra de la Peña, S.U)	80%	Albacete, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica Mare Nostrum S.A.	48%	Valencia, Spain	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Hidroeléctrica Rio Lena S.A.	7%	Oviedo, Spain	Equivalência patrimonial	Mini Hidrica	Não Auditado
	Hidroastur S.A.	20%	Oviedo, Spain	Equivalência patrimonial	Mini Hidrica	Centium
	Hidroeléctrica del Rumbalor S.L.	64%	Madrid, Spain	Integral	Mini Hidrica	Não Auditado
	Hidroeléctrica Puente de Mas S.L.	72%	Oviedo, Spain	Integral	Mini Hidrica	Não Auditado
	Hidroeléctrica Gormaz S.A.	60%	Madrid, Spain	Integral	Mini Hidrica	Não Auditado
	Horta Medioambiente S.A.	40%	Valencia, Spain	Proporcional	Resíduos	Não Auditado
	Ibersol E. Solar Ibérica	40%	Almería, Spain	Proporcional	Energía Solar	Não Auditado
	Industrias Medioambientales Rio Carrión, S.A.	72%	Madrid, Spain	Integral	Resíduos	Não Auditado
	Iniciativas Tecnológicas de Valorización Energética de Residuos S.A.	80%	Madrid, Spain	Integral	Resíduos	KPMG
	Marquesado Solar S.A.	40%	Almería, Spain	Proporcional	Energía Solar	Não Auditado
	Mazarrón Cogeneración S.A.	72%	Madrid, Spain	Integral	Cogeração	KPMG
	Murciasol I Solar Térmica	40%	Almería, Spain	Proporcional	Energía Solar	Não Auditado
	Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	34%	Soria, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Ernst & Young
	Parques Eólicos del Cantábrico, S.A.	80%	Oviedo, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Proenercam S.L.	40%	Oviedo, Spain	Proporcional	Cogeração	Não Auditado
	Rasacal Cogeneración S.A.	48%	Madrid, Spain	Integral	Cogeração	Não Auditado
	Renovables Castilla La Mancha S.A.	72%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Renovamed, S.A.	60%	Madrid, Spain	Integral	Cogeração	Não Auditado
	Sevares Servicios Energéticos, S.A.	80%	Madrid, Spain	Integral	Cogeração	KPMG
	Sidergas Energía S.A.U.	80%	Oviedo, Spain	Integral	Resíduos	KPMG
	Sinac Inversiones Eólicas S.A.	80%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Sinova Medioambiental S.A.	67%	Soria, Spain	Integral	Resíduos	KPMG
	Sociedad Eólica de Andalucía, S.L.	40%	Seville, Spain	Equivalência patrimonial	Cogeração	Não Auditado
	Siglo XXI Solar S.A.	20%	Ciudad Real, Spain	Equivalência patrimonial	Energía Solar	Não Auditado
	Sotomai S.A.	7200%	Soria, Spain	Integral	Resíduos	Não Auditado
	Tébar Eólica S.A.	40%	Cuenca, Spain	Proporcional	Parques eólicos	Audit, S.L.
	Tratamientos Ambientales Sierra de la Tercia S.A.	0,7	Madrid, Spain	Integral	Resíduos	KPMG
	Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	64%	Madrid, Spain	Integral	Resíduos	Não Auditado
	Unienar S.A.U.	80%	Madrid, Spain	Integral	Biomassa	KPMG
	Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría SL	80%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Yedesa Cogeneración S.A.	8%	Almería, Spain	Equivalência patrimonial	Cogeração	Não Auditado
	Eneroliva, S.A.U.	80%	Seville, Spain	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Eólica Arlanzón S.A.	62%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica Campollano S.A.	60%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica Curiscoa Pumar, S.A.U. (Ex: Rio Sotón)	80%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica Don Quijote, S.L.	80%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica Dulcinea, S.L.	80%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica La Brijeña S.A. (Ex: Sierra de la Peña, S.A.)	68%	Madrid, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Evolución 2000, S.L.	39%	Albacete, Spain	Proporcional	Parques eólicos	KPMG
	Investigación y Desarrollo de Energías Renovables (Ideri), S.L.	64%	León, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Parque Eólico Altos del Voltoya S.A.	25%	Madrid, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	KPMG
	Parque Eólico Belchite S.L.U.	80%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Parque Eólico Belmonte, S.A.	24%	Madrid, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	KPMG
	Parque Eólico La Sotonera S.L.	52%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Sisa Renovables Canarias S.L.	80%	Gran Canaria, Spain	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Parque Eólico do Candeio, LDA	90%	Vila Real, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica da Serra das Alturas, SA	63%	Boticas, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Domus Eólia - Prodção de Energias Renováveis, LDA	90%	Vila Real, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Parque Eólico de Serra d'el Rei - Energias Renováveis, SA	90%	Coimbra, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Orliga - Energia Eólica, S.A	90%	Castanheira de Pêra, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Satro-Energia Eólica, S.A.	90%	Castanheira de Pêra, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Enerallus-Produção de Energia Eléctrica, SA	90%	Lisboa, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Bolares - Energia Eólica, SA	90%	Lisboa, Portugal	Integral	Parques eólicos	KPMG
	Eólica de Alagoa SA	36%	Arcos de Valdevez, Portugal	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	KPMG
	CE Guellos Nayal-Pontivy, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Segur, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Saint Bernabé, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Patay, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Canet-Pont de Salars, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Beaurevoir, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Colanthe-Loudes, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Recherches et Développements Éoliennes, SARL	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Saint Alban-Hanansal, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Pont d Yeu, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Les Vieilles, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	CE Aysennes-Le Truel, SAS	100%	Paris, France	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Compañía Eólica Campo de Borja, SA	76%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Molino de Caragüelles, SL	80%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Parques de Generación Eólica, SL	60%	Burgos, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAU	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Acampo Arios, SL	98%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Parque Eólico Los Cantales, SLU	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Desarrollos Catalanes Del Viento, SL	60%	Barcelona, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Parque Eólico Plano de Arfajona, SLU	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Parque Eólico Montes de Castañón, SL	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Ernst & Young
	Neomai Inversiones SICAV, SA	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	PricewaterhouseCoopers
	Cia. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAU	100%	Zaragoza, Spain	Integral	Parques eólicos	Não Auditado
	Tarcom BV	50%	Zaragoza, Spain	Proporcional	Parques eólicos	Deloitte
	Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría SL	32%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited
	Desarrollos Eólicos El Águila SA	12%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited
	Desarrollos Eólicos del Ebro SA	12%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited
	Sinergia Operación y Mantenimiento, SA	12%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited
	Energi E2 Renovables Aragón SL	12%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited
	Compañía Productora de Energía para Consumo Interno SL	12%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited
	Desarrollos Eólicos del Valle del Ebro SA	12%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited
	Aplicaciones Industriales de Energías Limpías SL	12%	Zaragoza, Spain	Equivalência patrimonial	Parques eólicos	Not Audited

Este Anexo faz parte da Nota 1 das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Neo.

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Informação por segmentos geográficos — Dezembro 2007

(Valores em Milhares de Euros)

Anexo II

	Portugal	França	Espanha Energia Eólica	Construções espanholas e outras	Polónia	Holding	Total Agregado	Ajustamentos de Consolidação	Grupo NEO
Activo									
Activos fixos tangíveis	450.834	131.282	1.129.980	10.967	2.035	39.513	1.764.610	901.670	2.666.280
Outros activos intangíveis	8.692	63	1	3.861	-	-	12.616	1	12.617
Goodwill	-	-	43.712	35.539	-	-	79.251	626.474	705.725
Investimentos financeiros em empresas associadas	46.782	125	159.058	188.703	-	1.121.715	1.516.382	(1.486.273)	30.109
Outros activos não correntes	26.666	-	-	57.972	-	-	84.638	-	84.638
Activos por impostos diferidos	593	-	410	2.266	-	2.561	5.830	10.864	16.694
Devedores e outros activos	180.663	1.273	80.853	22.835	-	1.032.609	1.318.233	(1.318.233)	-
Total de Activos Não Correntes	714.230	132.744	1.414.013	322.143	2.035	2.196.397	4.781.561	(1.265.498)	3.516.063
Inventários	-	-	5	119.964	-	1.500	121.470	(82.446)	39.024
Clientes	9.524	3.803	23.269	64.460	40	6.876	107.973	(58.758)	49.215
Devedores e outros activos	56.751	4.984	24.550	77.183	49	115.676	279.193	(270.626)	8.567
Impostos a receber	19.941	3.842	51.320	12.634	344	7.246	95.326	1.399	96.725
Outros activos financeiros correntes	-	-	44.545	1.250	99	-	45.893	28.870	74.763
Caixa e equivalentes de caixa	3.512	11.291	71.061	2.672	369	453	89.357	-	89.357
Total de Activos Correntes	89.728	23.920	214.751	278.163	900	131.751	739.213	(381.561)	357.651
Total do Activo	803.958	156.664	1.628.764	600.306	2.935	2.328.148	5.520.774	(1.647.060)	3.873.714
Capitais Próprios									
Capital Social	9.460	9.668	140.952	30.971	569	30.000	221.620	(191.620)	30.000
Prémios de emissão de acções	-	-	-	-	-	242.159	242.159	-	242.159
Reservas e resultados acumulados	14.085	(263)	128.344	155.063	(147)	(29.868)	267.213	(239.701)	27.512
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da NEO	13.316	727	45.531	37.895	-	(16.865)	80.604	(78.601)	2.004
Total dos Capitais Próprios atribuível aos accionistas da NEO	36.861	10.132	314.827	223.929	421	225.426	811.597	(509.922)	301.675
Interesses minoritários	-	(250)	(405)	(270)	-	-	(926)	66.811	65.885
Total dos Capitais Próprios	36.861	9.882	314.421	223.659	421	225.426	810.671	(443.111)	367.560
Passivo									
Dívidas financeiras de Médio/Longo prazo	642.061	131.172	1.054.069	73.713	-	1.785.830	3.686.845	(1.322.191)	2.364.654
Benefícios aos empregados	1.211	-	-	-	-	-	1.211	-	1.211
Provisões	2.871	236	1.289	1.320	-	-	5.716	3.292	9.008
Passivos por impostos diferidos	364	263	9.790	2.132	-	-	12.549	265.872	278.422
Credores e outros passivos	9.788	-	22.691	6	323	141.009	173.817	150.202	324.019
Total dos Passivos Não Correntes	656.295	131.670	1.087.839	77.172	323	1.926.839	3.880.138	(902.825)	2.977.314
Dívidas financeiras de curto prazo	63.662	7.848	209.234	63.476	2.105	146.263	492.588	(296.070)	196.518
Credores e outros passivos	42.900	6.699	11.933	235.756	82	29.279	326.649	(5.055)	321.594
Impostos a pagar	4.239	565	5.337	243	3	341	10.728	-	10.728
Total de Passivos Correntes	110.801	15.112	226.504	299.476	2.190	175.883	829.965	(301.125)	528.840
Total do Passivo	767.096	146.782	1.314.343	376.647	2.513	2.102.722	4.710.104	(1.203.950)	3.506.154
Total dos Capitais Próprio e Passivo	803.958	156.664	1.628.764	600.306	2.935	2.328.148	5.520.774	(1.647.061)	3.873.714

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Informação por segmentos geográficos — Dezembro 2007

(Valores em Milhares de Euros)

Anexo II

	Portugal	França	Espanha Energia Eólica	Construções espanholas e outras	Polónia	Holding	Total Agregado	Ajustamentos de Consolidação	Grupo NEO
Vendas electricidade	70.411	9.371	160.210	154	-	-	240.146	-	240.146
Outras vendas	1.793	-	1.358	302.361	-	17.454	322.967	(300.607)	22.360
Custos com aquisição de electricidade	(206)	-	-	-	-	-	(206)	-	(206)
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	500	286	171	(290.053)	-	(2.594)	(291.689)	272.257	(19.432)
	72.498	9.657	161.739	12.462	-	14.861	271.218	(28.350)	242.868
Outros proveitos / (custos) de exploração:									
Outros proveitos de exploração	4.786	3.132	280	847	-	1.326	10.370	(4.273)	6.097
Fornecimentos e serviços extrenos	(10.156)	(2.261)	(22.164)	(7.584)	-	(7.816)	(49.982)	11.153	(38.829)
Custos com pessoal	(2.246)	(272)	(2.134)	(5.581)	-	(2.687)	(12.919)	-	(12.919)
Custos com benefícios aos empregados	(9)	-	-	(17)	-	(64)	(90)	(6)	(96)
Outros custos de exploração	(6.994)	(1.937)	(2.676)	(627)	-	(2)	(12.236)	5.266	(6.970)
	(14.619)	(1.338)	(26.694)	(12.961)	-	(9.243)	(64.856)	12.139	(52.717)
	57.879	8.319	135.045	(499)	-	5.617	206.361	(16.210)	190.151
Provisões do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(24.274)	(3.400)	(46.049)	(965)	-	(68)	(74.756)	(16.440)	(91.196)
Amortização do proveito diferido de subsídios governamentais	-	-	154	1	-	-	156	-	156
	33.605	4.920	89.151	(1.463)	-	5.549	131.762	(32.651)	99.111
Ganhos na alienação de activos financeiros	-	-	-	15.379	-	-	15.379	(8.643)	6.736
Outros proveitos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	13.457	13.457
Outros custos financeiros	(16.573)	(4.155)	(24.978)	23.601	-	(33.649)	(55.755)	(57.936)	(113.691)
Ganhos em associadas	-	-	321	147	-	-	468	2.580	3.048
Resultado antes de impostos	17.032	764	64.493	37.665	-	(28.100)	91.853	(83.192)	8.661
Imposto sobre o rendimento do exercício	(3.716)	(37)	(18.962)	231	-	11.235	(11.249)	7.277	(3.972)
Resultado depois de impostos e antes do resultado de operações em descontinuação	13.316	727	45.531	37.895	-	(16.865)	80.604	(75.915)	4.689
Ganhos / (perdas) com operações em descontinuação, liquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	13.316	727	45.531	37.895	-	(16.865)	80.604	(75.915)	4.689
Atribuível a:									
Accionistas da Neo	13.316	727	45.531	37.895	-	(16.865)	80.604	(78.600)	2.004
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	2.685	2.685
Resultado do Exercício	13.316	727	45.531	37.895	-	(16.865)	80.604	(75.915)	4.689

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Informação por segmentos geográficos — Dezembro 2006

(Valores em Milhares de Euros)

Anexo II

Activo

	Portugal	França	Espanha Energia Eólica	Construções espanholas e outras	Holding	Total Agregado	Ajustamentos de Consolidação	Grupo Neo	Operações Descontinuadas	Grupo Neo Operações Continuadas
Activos fixos tangíveis	286.718	21.424	871.754	97.263	384	1.277.543	873.165	2.150.708	94.036	2.056.672
Outros activos intangíveis	4.647	-	215	3.864	-	8.725	-	8.725	-	8.725
Goodwill	-	-	39.349	35.539	-	74.889	429.628	504.517	104	504.413
Investimentos financeiros em empresas associadas	46.780	-	170.648	51.824	1.040.536	1.309.788	(1.279.051)	30.737	(24.950)	55.687
Outros activos não correntes	17.053	-	-	-	-	17.053	27.129	44.182	-	44.182
Activos por impostos diferidos	864	-	1.240	2.067	2.247	6.418	9.495	15.913	218	15.695
Devedores e outros activos	112.544	1	20.678	84.877	593.283	811.382	(811.382)	-	595	(595)
Total de Activos Não Correntes	468.606	21.425	1.103.883	275.434	1.636.450	3.505.798	(751.016)	2.754.782	70.003	2.684.779
Inventários	-	-	11	50.514	-	50.525	(34.323)	16.202	758	15.444
Clientes	6.277	-	19.141	65.307	8.500	99.224	(46.037)	53.187	10.734	42.453
Devedores e outros activos	38.794	108	49.218	70.114	20.328	178.563	(171.432)	7.131	3.329	3.802
Impostos a receber	9.898	1.177	44.426	3.866	1.718	61.084	-	61.084	1.508	59.576
Outros activos financeiros correntes	-	-	50.144	5.552	-	55.696	135.206	190.902	-	190.902
Caixa e equivalentes de caixa	(320)	1.976	95.431	18.370	425	115.882	-	115.882	13.211	102.671
Total de Activos Correntes	54.649	3.260	258.372	213.723	30.971	560.974	(116.586)	444.388	29.540	414.848
Total do Activo	523.255	24.685	1.362.254	489.157	1.667.420	4.066.772	(867.602)	3.199.170	99.543	3.099.627

Capitais Próprios

Capital Social	9.565	516	122.856	34.244	28.504	195.685	(167.181)	28.504	-	28.504
Prémios de emissão de acções	-	-	-	-	230.034	230.034	11.419	241.453	-	241.453
Reservas e resultados acumulados	7.578	(587)	90.367	88.583	10.685	196.625	(192.932)	3.693	-	3.693
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da NEO	7.897	(472)	31.361	(18.360)	(29.134)	(8.708)	28.778	20.070	(4.124)	24.194
Total dos Capitais Próprios atribuível aos accionistas da NEO	25.040	(543)	244.584	104.467	240.088	613.636	(319.916)	293.720	(4.124)	297.844
Interesses minoritários	-	-	1.270	(270)	-	999	79.185	80.184	262	79.922
Total dos Capitais Próprios	25.040	(543)	245.854	104.197	240.088	614.635	(240.731)	373.904	(3.862)	377.766

Passivo

Dívidas financeiras de Médio/Longo prazo	472.925	23.745	817.390	86.179	661.295	2.061.535	(669.812)	1.391.723	19.406	1.372.317
Benefícios aos empregados	1.863	-	-	1.416	474	3.753	-	3.753	-	3.753
Provisões	1.606	-	1.796	17.678	-	21.080	(7.856)	13.224	2.227	10.997
Passivos por impostos diferidos	575	-	5.820	2.325	-	8.720	275.536	284.256	726	283.530
Credores e outros passivos	8.639	-	30.204	648	98.547	138.037	(23.251)	114.786	17.325	97.461
Total dos Passivos Não Correntes	485.608	23.745	855.210	108.246	760.317	2.233.125	(425.383)	1.807.742	39.684	1.768.058
Dívidas financeiras de curto prazo	(9.045)	241	219.048	123.950	657.873	992.068	(199.351)	792.717	3.627	789.090
Credores e outros passivos	18.008	1.243	32.840	150.909	9.034	212.035	(2.137)	209.898	58.659	151.239
Impostos a pagar	3.644	-	9.301	1.855	108	14.909	-	14.909	1.435	13.474
Total Passivos Correntes	12.608	1.484	261.190	276.714	667.016	1.219.011	(201.487)	1.017.524	63.721	953.803
Total do Passivo	498.215	25.229	1.116.400	384.960	1.427.332	3.452.136	(626.870)	2.825.266	103.405	2.721.861
Total dos Capitais Próprios e Passivo	523.255	24.685	1.362.254	489.157	1.667.420	4.066.772	(867.602)	3.199.170	99.543	3.099.627

Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Informação por segmentos geográficos — Dezembro 2006

(Valores em Milhares de Euros)

Anexo II

	Portugal	França	Espanha Energia Eólica	Construções espanholas e outras	Holding	Total Agregado	Ajustamentos de Consolidação	Grupo Neo	Operações Descontinuadas	Grupo Neo Operações Continuadas
Vendas electricidade	44.089	-	128.036	42.947	-	215.072	-	215.072	42.800	172.273
Outras vendas	669	-	-	230.272	2.915	233.856	(184.449)	49.408	9.374	40.033
Custos com aquisição de electricidade	(115)	-	(41)	-	-	(156)	-	(156)	-	(156)
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-	-	-	(235.208)	-	(235.208)	168.321	(66.887)	(32.460)	(34.427)
	44.643	-	127.995	38.011	2.915	213.565	(16.128)	197.437	19.714	177.723
Outros proveitos / (custos) de exploração:										
Outros proveitos de exploração	484	1	743	(17.406)	-	(16.178)	21.639	5.461	2.546	2.915
Fornecimentos e serviços extrenos	(6.461)	(166)	(14.935)	(18.253)	(3.495)	(43.310)	10.213	(33.097)	(9.465)	(23.632)
Custos com o pessoal	(1.676)	(1)	(366)	(9.763)	(1.391)	(13.197)	-	(13.197)	(1.741)	(11.456)
Custos com benefícios aos empregados	(27)	-	-	(24)	(17)	(68)	-	(68)	-	(68)
Outros custos de exploração	(2.833)	(1)	(2.109)	(5.611)	(16.542)	(27.096)	12.534	(14.562)	(2.574)	(11.988)
	(10.513)	(167)	(16.667)	(51.056)	(21.446)	(99.849)	44.386	(55.463)	(11.234)	(44.229)
	34.131	(167)	111.328	(13.045)	(18.531)	113.715	28.259	141.974	8.480	133.494
Provisões do exercício	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)	1	(27)
Amortizações do exercício	(14.723)	-	(42.568)	(10.770)	-	(68.062)	(12.613)	(80.675)	(9.536)	(71.139)
Imparidade dos activos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	(14.134)	(14.134)	-	(14.134)
Amortização do proveito diferido de subsídios governamentais	-	-	252	237	-	489	-	489	236	253
	19.407	(167)	69.012	(23.578)	(18.531)	46.143	1.485	47.628	(819)	48.447
Ganhos na alienação de activos financeiros	-	-	-	41	-	41	(2)	39	-	39
Outros proveitos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.689	5.689	90	5.599
Outros custos financeiros	(8.544)	(305)	(22.125)	6.526	(19.664)	(44.112)	(17.018)	(61.130)	(3.201)	(57.929)
Ganhos em associadas	-	-	-	-	-	-	3.758	3.758	(5)	3.763
Resultado antes de imposto	10.863	(472)	46.887	(17.011)	(38.194)	2.072	(6.088)	(4.016)	(3.935)	(81)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2.966)	-	(15.525)	(1.349)	9.060	(10.780)	36.879	26.099	(1.689)	27.788
Resultado depois de impostos e antes do resultado de operações em descontinuação	7.897	(472)	31.361	(18.360)	(29.134)	(8.708)	30.791	22.083	(5.624)	27.707
Ganhos / (perdas) com operações em descontinuação, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	7.897	(472)	31.361	(18.360)	(29.134)	(8.708)	30.791	22.083	(5.624)	27.707
Atribuível a:										
Accionistas da Neo	7.897	(472)	31.361	(18.360)	(29.134)	(8.708)	28.778	20.070	(4.124)	24.194
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	2.013	2.013	(1.500)	3.513
Resultado do exercício	7.897	(472)	31.361	(18.360)	(29.134)	(8.708)	30.791	22.083	(5.624)	27.707

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração
Nuevas Energías de Occidente, S.L.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Nuevas Energías de Occidente, S.L. e suas subsidiárias, que compreendem o Balanço consolidado relativo aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Demonstração consolidada dos resultados, a demonstração de reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios, a demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia. Esta responsabilidade inclui: a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, indispensável à preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas adequadas; e cálculo de estimativas contabilísticas razoáveis.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que sejam cumpridos requisitos éticos e que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

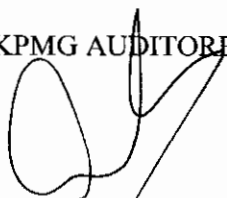
Uma auditoria inclui a execução de procedimentos de forma a obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos adoptados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, quer devido a fraude ou a erro. Na avaliação do risco, o auditor considera a existência de um controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas, de forma a desenhar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa. Uma auditoria inclui ainda a avaliação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Entendemos que a prova de auditoria obtida é apropriada e suficiente, pelo que o exame realizado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam apropriadamente, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Nuevas Energías de Occidente, S.L. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia.

KPMG AUDITORES, S.L.



Ana Fernández Poderós

6 de Março de 2008

Horizon Wind Energy, LLC
Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2007

Horizon Wind Energy, LLC

Demonstração dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

		2007	2006
	Notas	USD'000	USD'000
Volume de negócios	5	71.107	38.565
Custos com electricidade consumida		<u>-263</u>	<u>-94</u>
		70.844	38.471
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	6	20.751	6.491
Fornecimentos e serviços externos	7	-23.042	-12.982
Custos com o pessoal	8	-16.766	-12.734
Custos com benefícios aos empregados	8	-1.810	-709
Custos com planos de incentivos anteriores à aquisição da EDP	9	-75.208	-
Outros custos de exploração	10	-8.356	-6.054
		<u>-104.431</u>	<u>-25.988</u>
		-33.587	12.483
Amortizações do exercício	11	-38.115	-16.756
Imparidades de activos	12	<u>-</u>	<u>-5.992</u>
		-71.702	-10.265
Outros proveitos financeiros	13	11.483	10.763
Outros custos financeiros	13	-13.390	-1.578
Ganhos / (perdas) em associadas	17	<u>-246</u>	<u>957</u>
Resultado antes de impostos		-73.855	-123
Impostos sobre lucros	14	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>-73.855</u></u>	<u><u>-123</u></u>

Horizon Wind Energy, LLC

Balanço Consolidado
em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

		2007	2006
	Notas	USD'000	USD'000
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	2.637.023	1.210.600
Activos intangíveis	16	18.932	20.982
Investimentos financeiros em empresas associadas	17	406	1.438
Devedores e outros activos	20	17.130	7.216
Total dos Activos Não Correntes		2.673.491	1.240.236
Clientes	19	17.277	4.773
Devedores e outros activos	20	33.822	46.670
Caixa e equivalentes de caixa	21	440.046	56.953
Activos detidos para venda	30	3.887	2.500
Total dos Activos Correntes		495.032	110.896
Total do Activo		3.168.523	1.351.132
Capitais Próprios			
Capital	22	1.532.515	979.807
Reservas e resultados acumulados	23	19.419	181
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas maioritários		-73.855	-123
Total dos Capitais Próprios atribuível aos accionistas maioritários		1.478.079	979.865
Interesses minoritários	24	38	38
Total dos Capitais Próprios		1.478.117	979.903
Passivo			
Dívida financeira de médio/longo prazo	25	-	230.677
Passivos com investidores institucionais em parques eólicos	26	1.079.451	15.500
Provisões para riscos e encargos	27	20.004	5.740
Credores e outros passivos	28	1.359	4.595
Total dos Passivos Não Correntes		1.100.814	256.512
Dívida financeira de curto prazo	25	-	20.879
Dívidas a empresas do grupo	29	497.562	-
Credores e outros passivos	28	92.030	93.838
Total dos Passivos Correntes		589.592	114.717
Total do Passivo		1.690.406	371.229
Total dos Capitais Próprios e Passivo		3.168.523	1.351.132

Horizon Wind Energy, LLC

Reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	2007	2006
	Accionistas	Accionistas
	majoritários	majoritários
	USD'000	USD'000
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	19.361	4.204
Resultado líquido reconhecido directamente em capitais próprios	19.361	4.204
Resultado líquido do exercício	-73.855	-123
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-54.494	4.081

Horizon Wind Energy, LLC
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados em
31 de Dezembro de 2007 e 2006

	2007	2006
	USD'000	USD'000
Actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	61.287	42.437
Recebimentos de instrumentos financeiros derivados	2.403	1.633
Pagamentos a fornecedores	-27.121	-15.226
Pagamentos ao pessoal	-15.238	-11.441
Pagamentos a proprietários de terrenos	-2.217	-1.150
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos às actividades operacionais	-210	1.213
Fluxo de caixa das actividades operacionais	18.904	17.466
Actividades de investimento		
Recebimentos:		
Venda de activos fixos tangíveis	2.510	607
Instrumentos financeiros derivados	12.747	-1.027
Venda de activos financeiros	-	5.200
Redução de depósitos cativos	15.251	-
Juros e proventos similares	7.388	5.485
Dividendos	786	1.126
	38.682	11.391
Pagamentos:		
Aquisição de activos fixos tangíveis	-1.431.395	-673.459
Aquisição de activos financeiros	-	-3
Aumento de depósitos cativos	-	-27.298
	-1.431.395	-700.760
Fluxo de caixa das actividades de investimento	-1.392.713	-689.369
Actividades de financiamento		
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados	219.445	251.556
Juros e custos similares	-2.747	-
Aumentos de capital	477.500	718.800
Retorno de capital	-	-280.000
Recebimentos de investidores institucionais em parques eólicos	1.064.496	-
Aquisição de activos financeiros	-3.283	-5.193
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	1.755.411	685.163
Variação de caixa e seus equivalentes	381.602	13.260
Efeito das diferenças de câmbio	1.491	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	56.953	43.693
Caixa e seus equivalentes no fim do período	440.046	56.953

Notas:

Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na nota 21 às demonstrações financeiras.
Ver detalhe da nota 9 para detalhe dos aumentos de capital em espécie.

Horizon Wind Energy, LLC
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados em
31 de Dezembro de 2007 e 2006

(USD'000)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Reservas de justo valor	Resultados acumulados	Capital Próprio atribuível a accionistas da Horizon	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	537.022	541.007	-	-4.023	536.984	38
Aumento de capital em dinheiro	718.800	718.800	-	-	718.800	-
Retorno de capital	-280.000	-280.000	-	-	-280.000	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	4.204	-	4.204	-	4.204	-
Resultado líquido do exercício	-123	-	-	-123	-123	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	979.903	979.807	4.204	-4.146	979.865	38
-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	552.708	552.708	-	-	552.708	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	19.361	-	19.361	-	19.361	-
Resultado líquido do exercício	-73.855	-	-	-73.855	-73.855	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.478.117	1.532.515	23.565	-78.001	1.478.079	38

1. Operações da Horizon Wind Energy LLC

A Horizon Wind Energy LLC ("Horizon" ou "Empresa") é uma empresa de responsabilidade limitada do Estado de Delaware, que tem como actividade principal o desenvolvimento, construção e operação de parques eólicos para produção de energia eléctrica. A Horizon foi adquirida em 2 de Julho de 2007 pela EDP, S.A. — Sucursal Espanha ("EDP"). Em 21 de Dezembro de 2007, a participação financeira na Horizon foi transferida para a EDP Renováveis. Anteriormente à aquisição por parte da EDP, a Horizon era detida pela GS Wind Holdings, LLC, uma subsidiária do Grupo Goldman Sachs ("Goldman").

A Horizon está dependente da EDP para as cumprir com as suas necessidades financeiras. A EDP comprometeu-se a disponibilizar, sempre que necessário, os fundos adicionais que permitem à Horizon satisfazer as suas obrigações presentes e futuras.

A sede da Empresa é em Houston, no Texas.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os resultados das operações da Horizon e das suas subsidiárias e, os interesses em empresas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem como a posição financeira naquelas datas.

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo seu órgão antecessor, bem como, as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais não se encontra disponível uma base fiável para a determinação do justo valor. Os activos e passivos reconhecidos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura, são registados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Horizon Wind Energy LLC reflectem os activos, passivos e resultados da Empresa e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à Empresa relativos às participações financeiras em empresas associadas. As transacções materiais entre empresas do grupo foram eliminadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as subsidiárias e empresas associadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a Horizon exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral, desde a data em que a Horizon assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais, até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Horizon detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando a Horizon detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a influência significativa é adquirida até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a Horizon tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Horizon exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Horizon e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível à Horizon do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis à Horizon excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Horizon tem controlo conjunto definido por acordo contratual, conjuntamente com os outros accionistas da entidade. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, a parcela proporcional da Horizon nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cessa.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do grupo, incluindo os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação da Horizon nessas entidades.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para dólares à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas na demonstração dos resultados.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado, sendo as variações de justo valor registadas directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes da reavaliação dos derivados de cobertura, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, conforme apropriado.

Contabilidade de cobertura

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juro resultantes da sua actividade de investimento. Os instrumentos financeiros derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. A contabilidade de cobertura é aplicada quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os valores de ganhos e perdas acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração dos resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Empresa executa testes prospectivos na data de início e testes retrospectivos, numa base regular, de modo a demonstrar a efectividade em cada data de balanço, mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são cobertas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que respeita ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se geralmente registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas. Os activos adquiridos antes de 1 de Janeiro de 2006 estão registados ao "deemed cost" deduzido das amortizações acumuladas (ver nota 35). Os custos subsequentes são capitalizados quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas nos resultados, no exercício em que são incorridas.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados no período em que são identificadas.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos restantes activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	20
Equipamento de transporte	3
Equipamento administrativo e utensílios	3

As amortizações de equipamento básico foram calculadas, em 2006, tendo por base um período de vida útil de 25 anos. A partir de 1 de Janeiro de 2007 a Empresa tem procedido à amortização destes bens pelo período de vida útil estimada de 20 anos, de acordo com a política de amortização do Grupo EDP e com a revisão das vidas úteis estimadas.

† Activos Intangíveis

Os activos intangíveis da Empresa encontram-se registados ao "deemed cost" (ver nota 35) e são amortizados pelo período do respectivo contrato.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável. Nesta avaliação, qualquer excesso é reconhecido na demonstração dos resultados como perdas por imparidade. O valor recuperável de um activo é determinado como o maior entre o seu preço de venda líquido e o seu valor em uso. O valor de uso é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

g) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que respeitam.

Determinação se um Acordo contém uma Locação

Em conformidade com a Interpretação IFRIC4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, a Empresa avalia os contratos existentes de forma a identificar se os mesmos contêm uma locação (leasing) nos termos da referida interpretação.

Os contratos existentes, que não se configuram legalmente como uma locação mas incluem um direito de uso de um activo em retorno de um pagamento, são registados de acordo com a IAS 17 - Locações, caso cumpram as condições estabelecidas na referida interpretação.

h) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

i) Benefícios aos empregados

Plano de pensões de contribuição definida

A Empresa mantém um plano de pensões para os trabalhadores ao abrigo dos termos da secção 401(k) do US Internal Revenue Code. Este plano prevê que os trabalhadores possam efectuar contribuições voluntárias para este plano até aos montantes previstos naquela secção. A Horizon procede à liquidação das contribuições efectuadas numa base dólar per dólar, até 6% da compensação e não tem quaisquer outras obrigações ao abrigo deste plano. Todas as contribuições para este plano estão depositadas numa terceira entidade depositária.

Bónus aos empregados

Anualmente, a Administração da Empresa aprova o pagamento de bónus aos empregados em função do resultado obtido no exercício. Estes bónus são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeitam.

j) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

A Empresa constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento para o custo estimado de restauro dos locais para a sua condição original. As provisões correspondem ao valor actual das despesas a incorrer para liquidação da responsabilidade e são registadas como parte do custo de aquisição original ou como um ajustamento ao custo dos respectivos activos, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão é reconhecida em resultados.

k) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros activos ou passivos.

O rédito proveniente das vendas de electricidade é reconhecido no período em que a electricidade é gerada e transferida para os clientes.

Os créditos de energia renovável são produzidos através da geração de energia renovável. A Empresa reconhece as vendas destes créditos sempre que é efectuado um contrato de venda firme.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, as quais normalmente não são significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

l) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas relativos a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos instrumentos financeiros não registados como de cobertura.

Os juros são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

m) Impostos sobre lucros

Anteriormente à aquisição pela EDP, a Horizon encontrava-se classificada como parceria societária ("partnership") para efeitos de tributação. Como parceria societária, os sócios eram responsáveis pelo pagamento de impostos na proporção das respectivas percentagens no lucro. Consequentemente, não havia lugar ao registo de qualquer provisão para impostos sobre lucros. Após a aquisição pela EDP, a classificação da Horizon para efeitos de tributação foi alterada para uma entidade sujeita a tributação procedendo-se ao registo da provisão para impostos sobre os lucros. Consequentemente, o apuramento de imposto referido na Nota 14, foi baseado nos resultados das operações para o período compreendido entre 4 de Julho e 31 de Dezembro de 2007.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados de cobertura, são reconhecidos em resultados no momento em que a transacção que lhes deu origem é reconhecida.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

n) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes engloba os valores de caixa e as disponibilidades em instituições de crédito com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Administração, os resultados reportados pela Empresa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e, na sua ausência, é determinado com base na utilização de preços de mercado disponibilizados por dealers (para a transacção ou para instrumentos similares transaccionados), ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes para um período em particular.

Alteração da vida útil dos activos afectos à produção

No âmbito da aquisição da Horizon pela EDP, a vida útil dos equipamentos afectos à produção foi alterada de 25 para 20 anos. Este facto foi tratado como uma alteração de estimativa com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Imparidade dos activos de longo prazo

São efectuados testes de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que o valor recuperável de um activo fixo tangível ou intangível é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Reconhecimentos de custos e proveitos

A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados com base na informação disponível.

Impostos sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas significativas para a determinação do seu valor global.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

O negócio da Horizon está exposto a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada numa base de continuidade, sendo utilizados instrumentos financeiros em certos casos para minimizar o impacto potencial dos efeitos adversos resultantes destes riscos.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Empresa adquire uma parte do seu equipamento através de contratos parcialmente denominados em Euros. Alguns destes contratos requerem que sejam efectuados pagamentos antecipados em Euros, tendo uma opção de curto prazo de converter a restante obrigação de Euros para Dólares, baseada na estimativa futura de taxa de câmbio à data. A Horizon exerce frequentemente esta opção de forma a eliminar qualquer risco adicional de taxa de câmbio ao abrigo destes contratos. Nos contratos em que não existe a opção de conversão ou nos casos em que a Horizon não exerce a opção de conversão, a Empresa utiliza "swaps" de moeda USD/Euro para o montante total da responsabilidade em Euros.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros da Empresa são substancialmente independentes da flutuação das taxa de juro nos mercados. A Empresa não detém muitos activos que vençam juros.

Gestão do risco de crédito de contraparte

O risco de contraparte das operações da Horizon rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados estão restritas a instituições de crédito de elevada notação de crédito, pelo que não se atribui um risco significativo de incumprimento da contraparte, não sendo exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

Gestão do risco de liquidez

A Horizon está dependente da EDP para financiar os seus compromissos de compra e outros investimentos. A EDP comprometeu-se a disponibilizar, sempre que necessário, os fundos adicionais que permitem à Horizon satisfazer as suas obrigações presentes e futuras.

5. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios**, é a seguinte:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Total de vendas por actividade:		
Electricidade	61.685	29.044
Vendas de créditos de energia renovável	9.422	9.521
	<u>71.107</u>	<u>38.565</u>

A produção de energia eléctrica em determinados parques eólicos da Horizon resulta no recebimento pela Empresa de créditos de energia renovável. Estes créditos são transaccionáveis em mercado e certificam que a energia foi produzida através de uma fonte renovável, correspondendo cada crédito a 1 MW de electricidade produzida através destas fontes. Estes créditos podem ser alienados em mercado podendo o seu detentor alegar ter adquirido energia renovável.

6. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** inclui:

	2007 USD'000	2006 USD'000
"Royalties" - Projecto Wild Horse	2.033	-
Fees de gestão	651	4.657
Ganhos/(perdas) na venda de activos fixos	-1	265
Proveitos relativos à venda de interesses em parcerias societárias em parques eólicos	17.443	1.207
Outros proveitos de exploração	625	362
	<u>20.751</u>	<u>6.491</u>

7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** inclui:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Água, electricidade e combustíveis	116	196
Utensílios e material de escritório	1.172	1.473
Rendas e alugueres	3.854	1.760
Comunicações	700	104
Seguros	1.679	818
Deslocações e estadias	1.665	803
Conservação e reparação	2.575	2.469
Publicidade e propaganda	716	-104
Trabalhos especializados	5.289	3.013
Custos de transacção EDP e Goldman Sachs	2.152	-
Fees de gestão EDP	386	-
Outros fornecimentos e serviços	2.738	2.450
	23.042	12.982

8. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** inclui:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Remuneração dos colaboradores	14.834	9.895
Encargos sobre remunerações	712	1.026
Prémios de desempenho	6.217	1.087
Outros custos	809	726
Trabalhos para a própria empresa	-5.806	-
	16.766	12.734

A Horizon iniciou, a partir de 1 de Janeiro de 2007, a capitalização de custos com mão-de-obra directa relativos a obras em curso.

O detalhe dos empregados do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por categorias de direcção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	2007	2006
Conselho de Administração e outros cargos de direcção	34	31
Quadros superiores	11	8
Quadros médios	49	25
Profissionais altamente qualificados e qualificados	65	26
Profissionais semi-qualificados	38	9
	197	99

A rubrica de **custos com benefícios aos empregados** inclui:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Plano de pensões de contribuição definida	590	184
Plano médico e outros benefícios	1.220	525
	1.810	709

9. Custos com plano de incentivos - anteriores à aquisição da EDP

Após a aquisição da Horizon, a Goldman Sachs criou um plano de incentivos para os empregados da Horizon. O plano foi constituído com o objectivo de permitir a partilha dos ganhos, superiores a um determinado nível, realizados pela Goldman com a eventual venda da Horizon. Com a concretização da venda da Horizon à EDP durante 2007, a Goldman obteve um ganho que resultou no pagamento aos empregados abrangidos pelo plano no montante de 75,2 milhões de dólares. O pagamento foi efectuado directamente aos empregados pela Goldman Sachs e não se encontra reflectido na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Horizon. O pagamento foi efectuado de uma só vez, não existindo obrigações remanescentes ao abrigo deste plano de incentivos.

10. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** inclui:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Impostos directos	5.543	3.352
Donativos	185	612
Perdas com o abandono de projectos	1.937	1.465
Outros custos	691	625
	8.356	6.054

O custo reconhecido no exercício com o abandono de projectos de parques eólicos que não irão ser concretizados resultou numa redução dos custos capitalizados em exercícios anteriores.

11. Amortizações do exercício

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	3.659	1.435
Equipamento básico	31.081	12.601
Equipamento de transporte	63	39
Equipamento administrativo e utensílios	490	251
Outros	282	1
	35.575	14.327
Activos fixos intangíveis:		
Direitos contratuais	2.540	2.429
	38.115	16.756

Conforme mencionado nas políticas contabilísticas, nota 2 e), a Empresa procedeu à redução da sua estimativa de vida útil relativa a equipamento básico de 25 anos para 20 anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007. Esta alteração de estimativa resultou num aumento das amortizações do exercício de 2007 de aproximadamente 5,3 milhões de dólares.

12. Imparidade de activos

	2007 USD'000	2006 USD'000
Projecto Pine Tree	-	5.992

A Horizon celebrou no passado um contrato com o Los Angeles Department of Water and Power (LADWP) para a prestação de serviços de gestão na construção dos parques eólicos do Projecto Pine Tree. O LADWP decidiu proceder ao cancelamento deste contrato, tendo sido concretizado um acordo de venda do projecto durante o exercício de 2006. Os activos associados a este projecto foram objecto de imparidade em 2006, passando a estar registados ao seu valor realizável líquido, nos termos do cancelamento do referido contrato. O montante relativo ao cancelamento do contrato foi recebido durante o primeiro trimestre de 2007.

13. Outros proveitos e custos financeiros

As rubricas de **Outros proveitos e custos financeiros** são analisadas como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	8.184	5.486
Diferenças de câmbio favoráveis	3.299	487
Instrumentos financeiros derivados	-	4.790
	11.483	10.763
Outros custos financeiros:		
Juros pagos	5.319	1.129
Regularização de custos diferidos relativos a empréstimos	4.990	-
Serviços bancários	198	74
Instrumentos financeiros derivados	2.018	-
Outras perdas financeiras	865	375
	13.390	1.578
Resultados financeiros	-1.907	9.185

Horizon Wind Energy, LLC
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A regularização de custos diferidos relativos a empréstimos resulta dos custos suportados com o empréstimo obtido pela Horizon junto do Bayerische LandesBank (230,6 milhões de dólares a 31 de Dezembro de 2006). Estes custos foram capitalizados no momento do seu pagamento estando a ser amortizados ao longo da vida do empréstimo. Este empréstimo foi reembolsado integralmente aquando da aquisição da EDP em Julho de 2007. Nessa data, os custos diferidos associados a este empréstimo foram reconhecidos na demonstração dos resultados.

14. Impostos sobre os lucros

Anteriormente à aquisição pela EDP, a Horizon encontrava-se classificada como parceria societária para efeitos de tributação. Como parceria societária, os sócios eram responsáveis pelo pagamento de impostos na proporção da respectiva percentagem nos lucros. Consequentemente, não havia lugar ao registo de qualquer provisão para impostos sobre lucros. Após a aquisição pela EDP, a classificação da Horizon para efeitos de tributação foi alterada para uma entidade sujeita a tributação procedendo-se ao registo da provisão para impostos sobre os lucros. Consequentemente, o apuramento de imposto descrito nos parágrafos seguintes, foi baseado nos resultados das operações para o período compreendido entre 4 de Julho e 31 de Dezembro de 2007.

De acordo com os termos aplicáveis aos investidores institucionais em parcerias societárias, a generalidade da matéria colectável e dos créditos fiscais associados à produção gerados por estas, é atribuível aos parceiros da Horizon nas referidas parcerias.

A rubrica para **impostos sobre lucros** é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Imposto corrente		
Relativo ao exercício	-	-
Relativo ao exercício anterior	-	-
Total imposto corrente	-	-
Imposto diferido		
Relativo ao exercício	13.893	-
Relativo ao exercício anterior	-	-
Total imposto diferido	13.893	-
Ajustamento do imposto diferido activo para o valor estimado de realização	-13.893	-
Provisão para impostos (líquida)	-	-

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto em 2007 é a seguinte:

	Taxa %	2007 Base de Imposto USD'000	Imposto USD'000
Resultado líquido consolidado em 2007		-73.855	
Resultado do exercício no período pré-aquisição		81.440	
Resultado do exercício no período pós-aquisição		7.585	
Imposto calculado com base nas taxas federais e estaduais	37,63%	7.585	2.854
Componente de proveitos/custos excluída de tributação relativa a investidores institucionais em parcerias societárias em parques eólicos		-18.159	-6.833
Base fiscal de amortização do goodwill		-19.558	-7.360
Diferenças temporárias		6.646	2.501
Prejuízo fiscal operacional	37,63%	-23.486	-8.838
Prejuízo operacional			-8.838
Créditos fiscais associados à produção retidos pela Horizon			-2.554
Imposto diferido activo resultante de diferenças temporárias			-2.501
Ajustamento do imposto diferido activo para o valor estimado de realização			13.893
Resultado fiscal líquido			-

Atendendo ao facto de existirem incertezas quanto à realização futura do activo por impostos diferidos, a Administração efectuou um ajustamento no mesmo montante dos activos por impostos diferidos.

15. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	2.408	2.518
Edifícios e outras construções	114.556	33.789
Equipamento básico	752.965	432.937
Equipamento de transporte	432	176
Equipamento administrativo e utensílios	2.175	1.270
Outros activos fixos tangíveis	297	180
Activos tangíveis em curso	1.814.189	754.264
	<u>2.687.022</u>	<u>1.225.134</u>
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício	-35.575	-14.327
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-14.534	-207
Amortizações acumuladas de activos alienados	110	-
	<u>-49.999</u>	<u>-14.534</u>
Valor líquido contabilístico	<u>2.637.023</u>	<u>1.210.600</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica de Activos fixos tangíveis durante o exercício de 2007, são analisados como segue:

	Saldo 1 de Janeiro USD'000	Aquisições USD'000	Alienações / Abates USD'000	Transferências USD'000	Outros USD'000	Saldo 31 de Dezembro USD'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	2.518	-	-110	-	-	2.408
Edifícios e outras construções	33.789	-	-	80.768	-	114.556
Equipamento básico	432.937	15.337	-	304.691	-	752.965
Equipamento de transporte	176	-	-	256	-	432
Equipamento administrativo e utensílios	1.270	241	-11	675	-	2.175
Outros	180	8	-	109	-	297
Activos tangíveis em curso	754.264	1.458.648	-10.287	-386.499	-1.937	1.814.189
	<u>1.225.134</u>	<u>1.474.234</u>	<u>-10.408</u>	<u>-</u>	<u>-1.937</u>	<u>2.687.022</u>

Os Activos tangíveis em curso incluem 1,9 milhões de dólares de projectos abandonados.

	Saldo 1 de Janeiro USD'000	Amortização do exercício USD'000	Alienações / Abates USD'000	Saldo 31 de Dezembro USD'000
Amortizações acumuladas:				
Edifícios e outras construções	1.445	3.659	-	5.104
Equipamento básico	12.653	31.081	-	43.734
Equipamento de transporte	52	64	-	116
Equipamento administrativo e utensílios	327	490	-	817
Outros	57	281	-110	228
	<u>14.534</u>	<u>35.575</u>	<u>-110</u>	<u>49.999</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica de Activos fixos tangíveis durante o exercício de 2006, são analisados como segue:

	Saldo 1 de Janeiro USD'000	Aquisições USD'000	Alienações / Abates USD'000	Transferências USD'000	Outros USD'000	Saldo 31 de Dezembro USD'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	2.408	110	-	-	-	2.518
Edifícios e outras construções	33.146	52	-49	640	-	33.789
Equipamento básico	283.455	71.538	-	77.944	-	432.937
Equipamento de transporte	53	129	-6	-	-	176
Equipamento administrativo e utensílios	404	831	-5	40	-	1.270
Outros	44	136	-	-	-	180
Activos tangíveis em curso	180.389	659.065	-441	-78.624	-6.125	754.264
	<u>499.899</u>	<u>731.861</u>	<u>-501</u>	<u>-</u>	<u>-6.125</u>	<u>1.225.134</u>

Horizon Wind Energy, LLC
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Os Activos tangíveis em curso incluem 4,6 milhões de dólares relativos a perdas por imparidade e 1,5 milhões de dólares relativos a projectos abandonados.

	Saldo 1 de Janeiro USD'000	Amortização do exercício USD'000	Alienções / Abates USD'000	Saldo 31 de Dezembro USD'000
Amortizações acumuladas:				
Edifícios e outras construções	46	1.435	-36	1.445
Equipamento básico	52	12.601	-	12.653
Equipamento de transporte	19	39	-6	52
Equipamento administrativo e utensílios	78	251	-2	327
Outros	12	1	44	57
	<u>207</u>	<u>14.327</u>	<u>-</u>	<u>14.534</u>

16. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Valor bruto:		
Direitos contratuais	22.390	22.390
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:		
Amortizações de activos intangíveis	-3.458	-1.408
Valor líquido contabilístico	<u>18.932</u>	<u>20.982</u>

17. Investimentos financeiros em empresas associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Investimentos em associadas:		
Investimento na Blue Canyon Windpower LLC (25% de participação)	406	1.438
Valor líquido contabilístico	<u>406</u>	<u>1.438</u>

O movimento dos Investimentos financeiros em associadas é analisado como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Saldo em 1 de Janeiro	1.438	6.539
Resultados em associadas	-246	957
Dividendos recebidos	-786	-6.058
Saldo em 31 de Dezembro	<u>406</u>	<u>1.438</u>

18. Impostos diferidos activos e passivos

A Horizon regista o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. A Empresa avalia a recuperabilidade dos activos por impostos diferidos e regista um ajustamento para o valor estimado de realização sempre que existam incertezas quanto à sua utilização em períodos futuros. Os factores considerados na avaliação da recuperabilidade destes activos, são o histórico de resultados tributáveis e as perspectivas futuras de resultados.

Atendendo ao facto de existirem algumas incertezas quanto à realização futura do activo por impostos diferidos, a Administração efectuou um ajustamento no mesmo montante dos activos por impostos diferidos.

	Saldo líquido impostos diferidos	
	2007 USD'000	2006 USD'000
Prejuízos fiscais - exercício	8.838	-
Créditos fiscais associados à produção	2.554	-
Instrumentos financeiros derivados	785	-
Activos fixos tangíveis	1.716	-
Ajustamentos	-13.893	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

Horizon Wind Energy, LLC
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos para os exercícios de 2007 e 2006, são analisados como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Base imposto	8.838	-
Diferenças temporárias	5.058	-
Ajustamentos	-13.896	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-

O detalhe dos prejuízos fiscais e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Data limite de reporte:		
2007	-	-
2008	-	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	-	-
Subsequentemente	13.896	-
	-	-
	13.896	-

19. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Clientes de curto prazo - Corrente :		
Clientes domésticos	17.277	4.773
	17.277	4.773

20. Devedores e outros activos

A rubrica de Devedores e outros activos é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Devedores de curto prazo - Corrente:		
Cauções prestadas	13.668	28.919
Dívidas de colaboradores	10	-
Instrumentos financeiros derivados	11.846	12.892
Seguros	456	278
Custos diferidos	1.764	52
Devedores diversos	6.078	4.529
	33.822	46.670
Imparidade para Devedores curto prazo - Corrente	-	-
	33.822	46.670
Devedores de médio / longo Prazo - Não corrente:		
Empréstimos concedidos	10.045	-
Devedores diversos	7.085	7.216
	17.130	7.216
Imparidade para Devedores de médio / longo prazo - Não corrente	-	-
	17.130	7.216
	50.952	53.886

21. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Numerário:		
- Caixa	2	6
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	440.044	56.947
Caixa e equivalentes de caixa	<u>440.046</u>	<u>56.953</u>

22. Capital e prémios de emissão

As rubricas de capital e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Aumento de capital USD'000
Saldo a 1 de Janeiro de 2006	541.007
Aumentos de capital em dinheiro	718.800
Retorno de capital	-280.000
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	979.807
Aumentos de capital em dinheiro	477.500
Aumentos de capital em espécie por parte da Goldman Sachs (nota 9)	75.208
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	<u>1.532.515</u>

23. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Acumuladas - Outros		
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	23.565	4.204
Resultados transitados (excluindo o resultado do período)	-4.146	-4.023
	<u>19.419</u>	<u>181</u>

24. Interesses minoritários

Os interesses minoritários em reservas ascendem a 38 milhares de dólares em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e dizem respeito à participação de 25,75% na Chocolate Bayou Windpower I, LP.

25. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Dívida financeira de curto prazo - Corrente		
Bayerische Landesbank - componente de curto prazo da dívida de médio e longo prazo	-	20.879
Dívida financeira de médio/longo prazo - Não corrente		
Empréstimos bancários:		
Bayerische Landesbank (excluindo componente de curto prazo)	-	230.677
	<u>-</u>	<u>251.556</u>

Em Abril de 2006, a Empresa contratou um empréstimo bancário junto do Bayerische Landesbank (BLB), com maturidade a 15 anos, no montante de 263,3 milhões de dólares.

De acordo com os termos deste empréstimo, os juros são calculados com base na LIBOR acrescida de um spread. No âmbito deste contrato, a Empresa celebrou swaps de taxa de juro que fixam a taxa de juro do empréstimo em 5,60% para a parcela inicial de 245,9 milhões de dólares e em 5,13% para a segunda parcela no montante de 17,4 milhões de dólares. Este empréstimo encontra-se garantido pela hipoteca de parte substancial dos activos do Projecto Blue Canyon II, bem como pelo investimento financeiro da Horizon no Projecto Maple Ridge I e pelo valor do correspondente swap de energia.

Horizon Wind Energy, LLC
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Neste empréstimo foi definido um conjunto de circunstâncias de default, bem como algumas restrições ao desenvolvimento das operações relacionadas com os activos hipotecados. Estas circunstâncias incluem o cumprimento de rácios associados ao serviço de dívida, reservas mínimas de caixa e restrições na distribuição de rendimentos aos accionistas.

O empréstimo foi integralmente pago no momento da aquisição pela EDP em 2 de Julho de 2007. Os juros relativos aos períodos findos em 2 de Julho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 ascenderam a 7,2 milhões de dólares e 11,9 milhões de dólares, respectivamente. Uma parte substancial destes juros foram capitalizados como uma componente do correspondente activo em construção.

26. Passivos com investidores institucionais em parques eólicos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Saldo a 1 de Janeiro	15.500	15.812
Valores recebidos no âmbito da venda de interesses em parcerias societárias em parques eólicos	1.064.496	-
Valor dos benefícios fiscais realizados	-57.129	-1.399
Retorno de capital	-	-
Juros sobre o montante em dívida	16.897	895
Responsabilidade relativa ao interesse residual sujeito a juros	2.089	211
Subtotal	1.026.353	-293
Proveitos diferidos não correntes	37.598	-19
Saldo a 31 de Dezembro	<u>1.079.451</u>	<u>15.500</u>

Por forma a poder utilizar os benefícios fiscais atribuíveis a empresas de produção de energias renováveis, a Horizon utiliza parcerias societárias com investidores institucionais. Estas operações envolvem a criação de uma "holding", para a qual são transferidos projectos de parques eólicos.

A relação da Horizon com os investidores institucionais é estabelecida por intermédio de um acordo operacional com uma empresa de responsabilidade limitada que distribui os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e, distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais à produção e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias através de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final dos dez anos em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, do lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

No âmbito destas operações, os fluxos de caixa operacionais são alocados à Horizon até à mais recente das seguintes datas: uma data fixa ou uma data na qual irá recuperar o capital investido líquido dos recebimentos dos investidores institucionais. A "flip date" é expectável que ocorra, aproximadamente, sete a oito anos após a data da transacção. Após esta data, todos os fluxos de caixa operacionais são alocados aos investidores institucionais até ao recebimento das taxas de retorno acordadas ("flip date").

Até à "Flip date", uma parte significativa dos benefícios fiscais gerados pelas parcerias societárias são alocados ao investidor institucional, sendo os benefícios remanescentes alocados à Horizon.

Após a "Flip date", os investidores institucionais detêm um interesse minoritário reduzido pelo período da sua participação na parceria societária. A Horizon também detém uma opção para aquisição dos interesses residuais detidos pelos investidores institucionais ao justo valor na "Flip date".

Horizon Wind Energy, LLC
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Em 31 de Dezembro de 2007, a Horizon possui as seguintes parcerias societárias:

Estrutura	Parques eólicos	Data de criação	Percentagem de participação
Blue Canyon I	Blue Canyon I	Dezembro de 2003	25%
2007 Vento I	Maple Ridge I ⁽¹⁾ Maple Ridge II ⁽¹⁾ Madison Blue Canyon II Lone Star I Twin Groves I	Julho de 2007	100%
2007 Vento II	Twin Groves II Elkhorn Valley Prairie Star Twin Groves I Lone Star II ⁽²⁾	Dezembro de 2007	100%

⁽¹⁾ A Horizon possui 50%

⁽²⁾ Lone Star contribuiu em 2008 após a conclusão da construção

A Horizon regista os recebimentos resultantes das vendas de interesses em parcerias societárias a investidores institucionais como passivos não correntes. Estes passivos são revertidos pelo montante dos benefícios fiscais atribuídos e pelos retornos de capital efectuados aos investidores institucionais durante o período. O montante dos benefícios fiscais atribuídos é reconhecido como proveitos diferidos não correntes e reclassificado para resultados pro-rata durante os vinte anos de vida útil estimada dos projectos correspondentes.

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos pelo juro sobre o montante em dívida tendo por base a taxa interna de retorno implícita acordada.

Na "flip date", os investidores institucionais mantêm 5% dos interesses residuais nas parcerias societárias. A Horizon possui o direito de adquirir estes interesses residuais nos projectos, detidos pelos investidores institucionais, pelo seu justo valor.

27. Provisões para riscos e encargos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Saldo a 1 de Janeiro	5.740	3.831
Obrigações incorridas	13.330	1.546
Efeito financeiro	934	363
Saldo a 31 de Dezembro	20.004	5.740

As provisões para riscos e encargos respeitam a obrigações de desmantelamento e descomissionamento de activos. A Empresa constitui uma provisão para obrigações de desmantelamento e descomissionamento dos parques eólicos quando estes activos iniciam a fase de exploração. As obrigações de desmantelamento de activos são registadas ao seu justo valor e o respectivo encargo financeiro reconhecido ao longo do tempo à medida que o passivo descontado se aproxima do valor exigível das obrigações. O justo valor é mensurado através do método dos fluxos de caixa descontados.

28. Credores e outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Credores de curto prazo - Corrente:		
Fornecedores	16.610	67.461
Obrigações relativas a construção	27.725	-
Retenções relativas a construção	10.489	16.912
Acréscimo de custos para bónus a pagar	5.855	364
Outros proveitos diferidos	1.137	104
Acréscimo de custos relacionados com imposto predial	4.294	-
Outros credores e operações diversas	25.920	8.997
	92.030	93.838
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:		
Outros credores e operações diversas	1.359	4.595
	1.359	4.595

29. Dívidas a empresas do grupo

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Empréstimo da EDP Espanha		
Empréstimo	471.000	-
Juros	1.435	-
Outros	25.127	-
	497.562	-

Para mais detalhe das dívidas a empresas do grupo ver nota 33 - Partes relacionadas.

30. Activos detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Projectos Pine Tree	-	2.500
Terrenos	3.887	-
	3.887	2.500

Em 2007, foi recuperado o montante de 2,5 milhões de dólares, correspondente à totalidade do interesse no Projecto Pine Tree.

Os terrenos foram adquiridos pela Horizon durante o exercício de 2007, tendo sido alienados parcialmente durante o primeiro trimestre de 2008. Os terrenos detidos para venda a 31 de Março de 2008 totalizavam 2,7 milhões de dólares.

31. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, conforme referido na nota 2 d), a Empresa pode enquadrar os derivados no modelo de cobertura de justo valor ou de cobertura de fluxos de caixa, caso estes cumpram determinados critérios. As alterações do justo valor desses derivados de cobertura são reconhecidos no capital próprio, enquanto as alterações do justo valor dos derivados não classificados como de cobertura são reconhecidos em resultados.

Durante o exercício de 2006 e 2007, a Horizon teve os seguintes instrumentos derivados:

Swap de taxa de câmbio

A Horizon celebrou contratos de aquisição de equipamentos expressos em Euros. De forma a cobrir o risco de variação da taxa de câmbio entre o USD/ Euro, a Empresa contratou swaps de taxas de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivados foram designados como sendo de cobertura. Os montantes resultantes da liquidação dos swaps de Euros são registados numa rubrica de reservas de justo valor até ao momento em que a transacção coberta tem impacto em resultados. Neste caso, a transacção coberta é a aquisição de equipamentos. Os impactos da liquidação dos swaps serão reclassificados para resultados no mesmo período em que o equipamento adquirido seja amortizado.

Swap de taxas de juro

Durante 2006, a Horizon contratou um swap de taxa de juro para cobertura do risco da flutuação da taxa de juro do empréstimo do BLB. Este derivado não foi designado como de cobertura para efeitos contabilísticos pelo que todas as variações no justo valor do instrumento financeiro derivado foram registadas em resultados. Em 2007, o empréstimo com o BLB e o swap de taxa de juro foram liquidados.

Swap de preço de energia

Em 2006, a Horizon contratou um swap de preço de energia para cobertura do risco de variação dos preços de mercado da energia para uma parte da produção do Projecto Maple Ridge I. Este derivado não foi designado de cobertura para efeitos contabilísticos, pelo que todas as variações no justo valor do instrumento financeiro derivado foram registadas em resultados.

Horizon Wind Energy, LLC
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

As variações associadas ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados e dos respectivos riscos cobertos, são analisadas como segue:

Tipo cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2007		2006	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos USD'000	Risco USD'000	Instrumentos USD'000	Risco USD'000
Derivados de cobertura:						
- Cobertura de fluxos de caixa	Swap taxa câmbio	Alterações de taxa de câmbio	6.541	6.541	5.305	5.305
Derivados não designados como de cobertura:						
	Swap de taxa de juro	Alterações de taxa de juro	-	-	-4.500	-4.500
	Swap de preço de energia	Alterações no preço de electricidade no mercado spot	-8.852	-8.852	7.587	7.587
			-8.852	-8.852	3.087	3.087

Durante o exercício de 2007 e 2006 verificaram-se os seguintes movimentos em reservas de justo valor, associados às coberturas de fluxos de caixa:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Saldo inicial	4.204	-
Variação de justo valor	6.541	5.305
Inefectividade reconhecida em resultados	74	-74
Efeito das liquidações de derivados de cobertura incluído na reserva de justo valor	12.746	-1.027
Transferência para resultados	-	-
Saldo final	<u>23.565</u>	<u>4.204</u>

O efeito das liquidações de derivados de cobertura incluídos na reserva do justo valor será reclassificado para resultados, como componente da amortização, no mesmo período em que os activos adquiridos com o produto desta liquidação sejam depreciados.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados nos resultados do exercício, são analisados como segue:

	2007 USD'000	2006 USD'000
Derivados de negociação	-1.944	4.716
Cobertura de fluxos de caixa		
- Swaps de moeda	-74	74
	<u>-2.018</u>	<u>4.790</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a maturidade dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura é analisada como segue:

	Até 3 meses USD'000	De 3 meses até 1 ano USD'000	De 1 ano até 5 anos USD'000	Mais de 5 anos USD'000	Total USD'000
Swaps de moeda	906	10.940	-	-	11.846
Total	<u>906</u>	<u>10.940</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.846</u>

A 31 de Dezembro de 2007, os períodos durante os quais o efeito das liquidações dos derivados de cobertura serão reclassificados para resultados, são analisados como segue:

	Até 3 meses USD'000	De 3 meses até 1 ano USD'000	De 1 ano até 5 anos USD'000	Mais de 5 anos USD'000	Total USD'000
Swaps de moeda	85	256	4.917	19.335	24.593
Total	<u>85</u>	<u>256</u>	<u>4.917</u>	<u>19.335</u>	<u>24.593</u>

32. Compromissos

Os compromissos financeiros e as garantias assumidas que não figuram no balanço, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são analisados como segue:

	Dez. 07 USD'000	Dez. 06 USD'000
Garantias	5.500	89.400
Compromissos		
Aluguer de terrenos e escritórios	175.229	48.999
Aquisição de turbinas	2.023.524	918.245
Outros compromissos contratuais	69.555	88.088
Total de Compromissos	<u>2.268.308</u>	<u>1.055.332</u>

	Dez. 07			
	Compromissos por período			
	Total USD'000	Até 1 ano USD'000	De 1 e 5 anos USD'000	Mais de 5 anos USD'000
Aluguer de terrenos e escritórios	175.229	7.181	24.899	143.149
Aquisição de turbinas	2.023.524	613.736	1.409.788	-
Outros compromissos contratuais	69.555	55.965	13.590	-
	<u>2.268.308</u>	<u>676.882</u>	<u>1.448.277</u>	<u>143.149</u>

33. Partes relacionadas

Tal como mencionado nas Dívidas a empresas do grupo (Nota 29) acima, em 31 de Dezembro de 2007, é devido o montante de 471 milhões dólares obtido da EDP Espanha pela Horizon.

Na sequência da aquisição em Julho de 2007, foram recebidos da EDP Espanha 771 milhões de dólares, dos quais 300 milhões de dólares foram reembolsados. O restante saldo em dívida é renovável por períodos de 30 dias e vence juros à taxa LIBOR acrescida de 0,25%. Os juros vincendos relativos a este empréstimo ascendem a 1,4 milhões de dólares a 31 de Dezembro de 2007.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2007, a Horizon tem uma dívida com a EDP no montante de 25,1 milhões de dólares, relativa a pagamentos antecipados efectuados pela EDP por conta da Empresa para a compra de turbinas.

Anteriormente à aquisição pela EDP, o financiamento por parte dos accionistas era efectuado por via de aumentos de capital. Adicionalmente, antes da aquisição, a Horizon celebrou contratos de swap de taxa de câmbio e, swaps de preços de energia com a Goldman Sachs, a qual também havia prestado suporte financeiro aos compromissos de aquisição de turbinas pela Horizon, entre outros. Não foi efectuado qualquer pagamento relativo a este suporte financeiro.

34. Justo valor de activos e passivos financeiros

	Dez. 07			Dez. 06		
	Valor contabilístico USD'000	Justo valor USD'000	Diferença USD'000	Valor contabilístico USD'000	Justo valor USD'000	Diferença USD'000
Activos financeiros						
Clientes	17.277	17.277	-	4.773	4.773	-
Instrumentos financeiros derivados	11.846	11.846	-	12.892	12.892	-
Caixa e equivalentes de caixa	440.046	440.046	-	56.953	56.953	-
	<u>469.169</u>	<u>469.169</u>	<u>-</u>	<u>74.618</u>	<u>74.618</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Dívida financeira	-	-	-	251.556	251.556	-
Dívidas a empresas do grupo	471.000	471.000	-	-	-	-
Fornecedores	16.610	16.610	-	67.461	67.461	-
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
	<u>487.610</u>	<u>487.610</u>	<u>-</u>	<u>319.017</u>	<u>319.017</u>	<u>-</u>

Devido à natureza de curto prazo destes activos e passivos, os seus valores contabilísticos são iguais ao seu justo valor.

35. Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro

A Horizon adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em 1 de Janeiro de 2006. Anteriormente a esta data, as demonstrações financeiras eram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas Geralmente Aceites nos Estados Unidos da América ("US GAAP").

Esta transição teve o seguinte impacto no capital próprio:

	Capital e Reservas USD'000	Resultados Acumulados USD'000	Total Capital Próprio USD'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 Base US GAAP	578.366	-4.832	573.534
Eliminação do goodwill	-30.621	-	-30.621
Eliminação de intangíveis	-6.738	425	-6.313
Resultado das parcerias societárias	-	384	384
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 Base IFRS	<u>541.007</u>	<u>-4.023</u>	<u>536.984</u>

A aquisição da Horizon pela Goldman Sachs foi contabilizada como uma concentração de actividades empresariais de acordo com as US GAAP, tendo sido registado um Goodwill. Adicionalmente, foram atribuídos valores a activos intangíveis ao abrigo da aquisição acima referida. As IFRS não permitem a alocação do justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes nas demonstrações financeiras da adquirida no âmbito de concentrações de actividades empresariais, pelo que o Goodwill resultante da referida alocação foi revertido por contrapartida de capitais próprios.

O desreconhecimento dos activos intangíveis do balanço implica que as respectivas amortizações acumuladas sejam revertidas por contrapartida de resultados transitados. Adicionalmente, as IFRS implicam um tratamento contabilístico distinto dos US GAAP relativamente ao reconhecimento do resultado da venda de activos a investidores institucionais em parcerias societárias.

Como resultado da aquisição da Horizon pela Goldman Sachs, os activos fixos tangíveis existentes foram reavaliados ao justo valor. Este novo valor representa o valor contabilístico corrente destes activos antes da amortização. Adicionalmente, da aquisição resultaram determinados activos intangíveis que foram registados no balanço ao seu valor de mercado.

O impacto destes ajustamentos no balanço é analisado como segue:

	USD \$'000
Activos fixos tangíveis	
Justo valor acumulado	148.911
Ajustamento acumulado ao valor contabilístico	29.397
Activos intangíveis	
Justo valor acumulado	18.564
Ajustamento acumulado ao valor contabilístico	18.564

A transição teve o seguinte impacto na demonstração dos resultados:

	USD \$'000
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 Base US GAAP	-979
Eliminação da amortização de activos intangíveis	544
Resultado das parcerias societárias com investidores institucionais	312
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 Base IFRS	<u>-123</u>

A transição teve o seguinte impacto na Demonstração de Fluxos de Caixa:

	Fluxos de Caixa US GAAP - Base	Consolidação Proporcional	Reclassificações	Fluxos de Caixa IFRS - Base
Actividades operacionais	17.269	12.245	-12.048	17.466
Actividades de investimento	-693.697	-7.114	11.442	-689.369
Actividades de financiamento	684.557	-	606	685.163
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>8.129</u>	<u>5.131</u>	<u>-</u>	<u>13.260</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	33.946	9.747	-	43.693
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>42.075</u>	<u>14.878</u>	<u>-</u>	<u>56.953</u>

36. Aquisição da Horizon, por parte do Grupo EDP

O Grupo EDP adquiriu à Goldman Sachs, em 2 de Julho de 2007, 100% do capital social da Horizon Wind Energy LLC. Nessa data todos os activos e passivos da Horizon foram reavaliados com o objectivo de incorporarem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP. Em conformidade com o IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais, estes ajustamentos de justo valor não são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Horizon.

Com referência a 2 de Julho de 2007 (data de aquisição), os activos e passivos da Horizon foram reavaliados como se segue:

	Valor Contabilístico a 2 de Julho de 2007 USD'000	Ajustamentos de justo valor USD'000	Activos e passivos ao justo valor USD'000
Activo			
Activos fixos tangíveis	1.657.285	566.932	2.224.217
Activos intangíveis	17.582	-1.582	16.000
Investimentos financeiros em empresas associadas	827	3.473	4.300
Devedores e outros activos	23.628	19.965	43.593
Total dos Activos Não Correntes	1.699.322	588.788	2.288.110
Devedores e outros activos	27.289	-	27.289
Caixa e equivalentes de caixa	120.786	-	120.786
Total dos Activos Correntes	148.075	-	148.075
Total do Activo	1.847.397	588.788	2.436.185
Passivo			
Contratos de aquisição de energia	174	190.400	190.574
Credores e outros passivos	29.292	-	29.292
Total dos Passivos Não Correntes	29.466	190.400	219.866
Total dos Passivos Correntes	358.949	-	358.949
Total do Passivo	388.415	190.400	578.815

O saldo da rubrica de Activos fixos tangíveis reflecte o justo valor de todos os projectos que à data de aquisição se encontravam operacionais ou em desenvolvimento. Não foi atribuído qualquer valor, no âmbito da avaliação efectuada, aos projectos em fase de pesquisa.

37. Eventos relevantes e subsequentes

Durante o primeiro trimestre de 2008, o accionista EDP Renováveis anunciou a intenção de lançar uma Oferta Pública de Venda de aproximadamente 20 - 25% do capital social da Empresa, encontrando-se esta intenção sujeita às condições de mercado.

A OPV é expectável que venha a ser concretizada no primeiro semestre de 2008.

38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Horizon ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, analisam-se como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (alterada) com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Face ao actual texto da norma, esta revisão prevê as seguintes alterações:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, da correcção de um erro, ou de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "comprehensive income".

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em opções sobre acções.

A 31 de Dezembro de 2007, a Empresa não tem planos de pagamentos com base em opções sobre acções.

IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais e IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, bem como alterações à IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2009. Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem:

- (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo poderão ser mensurados ao justo valor ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos;
- (ii) aos "step acquisition" em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do "goodwill", à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo;
- (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados;
- (iv) aos preços contingentes que devem ser reconhecidos e mensurados ao seu justo valor na data de aquisição cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados; e
- (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

IFRS 8 — Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Novembro de 2006, a IFRS 8 - Segmentos operacionais, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais e interinas. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento, nomeadamente, resultados e activos alocados a cada segmento, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

IFRIC 11 — IFRS 2 — Transacções Intragrupo e de Acções Próprias

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em Novembro de 2006, a IFRIC 11-IFRS 2 — Transacções Intragrupo e de Acções Próprias com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008. O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras da Horizon como sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

IFRIC 12 Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Junho de 2007, a IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Julho de 2008. Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços, enquadrando contabilisticamente o registo da obrigação de fornecer os bens ou serviços gratuitamente ou com desconto e quando os clientes utilizam esses créditos.

IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 14 - IAS 19 - Limite de benefícios definidos e requisitos de financiamento mínimo e sua interacção, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) — Instrumentos Financeiros: Apresentação — Instrumentos financeiros com opção de venda e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital uma vez que representam um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade. Esta alteração também adicionou novos requisitos de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes de liquidação.

A Empresa não espera qualquer impacto material na adopção destas normas.

39. Lista das subsidiárias do Grupo Horizon

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral, à data de 31 de Dezembro de 2007, eram as seguintes:

	Participação %
Horizon Wind Energy LLC	100,00
Wind Turbine Prometheus, LP	100,00
Cloud County Wind Farm, LLC	100,00
Blue Canyon Wind Power II LLC	100,00
Horizon Wind Energy International	100,00
Telocaset Wind Power Partners, LLC	100,00
High Trail Wind Farm, LLC	100,00
Chocolate Bayou Windpower I, LP	74,25
Marble River, LLC	100,00
Aroostook Wind Energy LLC	70,00
Jericho Rise Wind Farm LLC	100,00
Madison Windpower LLC	100,00
Mesquite Wind, LLC	100,00
Martinsdale Wind Farm LLC	100,00
Post Oak Wind, LLC	100,00
BC2 Maple Ridge Wind LLC	100,00
High Prairie Wind Farm II, LLC	100,00
Arlington Wind Power Project LLC	100,00
Signal Hill Wind Power Project LLC	100,00
Tumbleweed Wind Power Project LLC	100,00
Old Trail Wind Farm, LLC	100,00
Viento Grande Wind Power Project LLC	100,00
OPQ Property LLC	100,00
2007 Vento I, LLC	100,00
2007 Vento II, LLC	100,00
Horizon Wind Ventures I, LLC	100,00
Horizon Wind Energy Company LLC	100,00
Clinton County Wind Farm, LLC	100,00

40. Empresas associadas

As empresas incluídas na consolidação de acordo com o método da consolidação proporcional e os seus principais indicadores financeiros a 31 de Dezembro de 2007 são os seguintes:

Empresas conjuntamente controladas	Sede	Activos Não correntes USD \$'000	Activos Correntes USD \$'000	Passivos Não Correntes USD \$'000	Passivos Correntes USD \$'000	Capital USD \$'000	Total de Proveitos USD \$'000	Total de Custos USD \$'000	Resultado Líquido USD \$'000	Participação
Flat Rock Windpower LLC	Portland, OR	356.564	15.246	2.577	1.491	367.742	46.701	26.694	20.007	50%
Flat Rock Windpower II LLC	Portland, OR	135.972	7.985	1.703	951	141.303	13.597	7.808	5.789	50%

As empresas incluídas na consolidação de acordo com o método da consolidação proporcional e os seus principais indicadores financeiros a 31 de Dezembro de 2006 são os seguintes:

Empresas conjuntamente controladas	Sede	Activos Não correntes USD \$'000	Activos Correntes USD \$'000	Passivos Não Correntes USD \$'000	Passivos Correntes USD \$'000	Capital USD \$'000	Total de Proveitos USD \$'000	Total de Custos USD \$'000	Resultado Líquido USD \$'000	Participação
Flat Rock Windpower LLC	Portland, OR	368.013	19.603	2.380	16.567	368.669	38.065	21.193	16.872	50%
Flat Rock Windpower II LLC	Portland, OR	140.085	17.278	878	14.401	142.084	785	522	263	50%

Os principais indicadores financeiros das empresas associadas incluídas na consolidação, de acordo com o método da equivalência patrimonial a 31 de Dezembro de 2007 são os seguintes:

Empresas associadas	Sede	Activos USD \$'000	Passivos USD \$'000	Capital USD \$'000	Total de Proveitos USD \$'000	Resultado Líquido USD \$'000	Participação
Blue Canyon Windpower LLC	San Francisco, CA	69.709	2.713	66.709	5.536	-1.291	25%

Horizon Wind Energy, LLC

Actividade por Segmentos de Negócio
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Produção Renováveis	
	E.U.A.	
	2007	2006
	(US \$'000)	(US \$'000)
Volume de negócios	71.107	38.565
Custos com aquisição de electricidade	-263	-94
	<u>70.844</u>	<u>38.471</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	20.751	6.491
Fornecimentos e serviços externos	-23.042	-12.982
Custos com o pessoal	-16.766	-12.734
Custos com benefícios aos empregados	-1.810	-709
Custos com planos de incentivos	-75.208	-
Outros custos de exploração	-8.356	-6.054
	<u>-104.431</u>	<u>-25.988</u>
	-33.587	12.483
Amortizações do exercício	-38.115	-16.756
Imparidades dos activos	-	-5.992
	-71.702	-10.265
Outros proveitos financeiros	11.483	10.763
Outros custos financeiros	-13.390	-1.578
Ganhos / (perdas) em associadas	-246	957
Resultado antes de impostos	-73.855	-123
Impostos sobre lucros	-	-
Resultado líquido do exercício	<u><u>-73.855</u></u>	<u><u>-123</u></u>
Outras informações:		
Activos tangíveis	2.637.023	1.210.600
Activos intangíveis	18.932	20.982
Activo corrente	495.032	110.896
Capitais próprios + Interesses minoritários	1.478.117	979.903
Passivo corrente	589.592	114.717



KPMG LLP
700 Louisiana Street
Houston, TX 77002

Relatório de Auditoria

À Administração
Horizon Wind Energy LLC

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Horizon Wind Energy LLC e suas subsidiárias (a Empresa), que compreendem o balanço consolidado relativo aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração de reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios, o mapa de alterações aos capitais próprios consolidados e a demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui: a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, indispensável à preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas adequadas; e cálculo de estimativas contabilísticas razoáveis.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que sejam cumpridos requisitos éticos e que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a execução de procedimentos de forma a obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos adoptados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, quer devido a fraude ou a erro. Na avaliação do risco, o auditor considera a existência de um controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas, de forma a desenhar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa. Uma

auditoria inclui ainda a avaliação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Entendemos que a prova de auditoria obtida é apropriada e suficiente, pelo que o exame realizado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam apropriadamente, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Horizon Wind Energy LLC e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

KPMG LLP

KPMG LLP

May 2, 2008

EDP Renováveis, S.L.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas Pro forma
31 Dezembro 2007**

Índice

1	Introdução	3
1.1	Descrição da transacção	3
1.2	Objectivo da informação financeira Pro forma	4
1.3	Bases de apresentação da informação financeira Pro forma	4
2	Fontes das demonstrações financeiras consolidadas Pro forma	5
3	Balanço e Demonstração dos Resultados consolidados Pro forma	6
3.1	Balanço consolidado Pro forma	6
3.2	Demonstração dos Resultados consolidados Pro forma	7
4	Ajustamentos de consolidação	8
5	Ajustamentos Pro forma	9
6	Itens não frequentes ou não recorrentes	12

1 Introdução

1.1 Descrição da transacção

Em 28 de Janeiro de 2008 a EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP") decidiu iniciar o processo de preparação de uma Oferta Pública Inicial relativa à EDP Renováveis, S.L., ("EDP Renováveis"), a empresa-mãe do Grupo EDP Renováveis.

A EDP Renováveis foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 como uma sociedade por quotas (*sociedad limitada*) com sede em Oviedo, Espanha. O capital social da empresa foi totalmente subscrito pela EDP Energias de Portugal — Sucursal en España, S.A. (EDP Sucursal). A 18 de Março de 2008, a EDP Renováveis foi transformada em sociedade anónima.

Em 18 e 21 de Dezembro de 2007, a EDP (através da sua sucursal em Espanha) contribuiu para o aumento de capital da EDP Renováveis, através da incorporação das suas participações de 60% no capital social da NEO - Nuevas Energias del Occidente, Sociedad Limitada ("NEO") e de 100% do capital social da Horizon Wind Energy, LLC ("Horizon" ou "HWE"). Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2007, o capital social da EDP Renováveis, era representado por 1.887.298 quotas com o valor nominal de 10 Euros cada, totalmente realizado e complementado por prémios de emissão no montante total de 1.882.338 milhares de Euros. O capital social da EDP Renováveis foi 100% subscrito pela EDP Sucursal.

Em 25 de Fevereiro de 2008, a empresa espanhola de electricidade Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. ("Hidrocantábrico"), uma subsidiária da EDP, contribuiu para o aumento do capital social da EDP Renováveis com a sua participação de 40% no capital social da NEO. Como resultado desta operação, a participação da EDP Renováveis na NEO aumentou de 60% para 100%. Todas estas contribuições de capital foram efectuadas através de aumentos de capital da EDP Renováveis. Para efeito dos aumentos de capital acima referidos, as participações na NEO e na Horizon foram valorizadas em 62.297 milhares de Euros e 1.838.898 milhares de Euros, respectivamente.

Em 11 de Março de 2008, o capital social EDP Renováveis foi novamente aumentado através da conversão de prémios de emissão, no montante de 2.057.828 milhares de Euros. Simultaneamente, o valor nominal de cada quota foi reduzido de 10 Euros por quota para 2 Euros por quota.

Actualmente, após os referidos aumentos de capital e da redenominação do valor nominal de cada acção, o capital social da EDP Renováveis está representado por 1.040.709.640 acções com um valor nominal de 2 Euros cada, sendo detido pela EDP Sucursal (80%) e pela Hidrocantábrico (20%), correspondendo a 832.567.890 e 208.141.750 acções, respectivamente.

Os factos acima mencionados e que ocorreram em 2008, não têm qualquer impacto na preparação das demonstrações financeiras consolidadas Pro forma.

As actividades do Grupo EDP Renováveis relacionadas com energias renováveis na Europa são conduzidas através da subsidiária espanhola NEO. A NEO foi constituída pela EDP e pela Hidrocantábrico e, iniciou as suas operações em Abril de 2005. Aquando da sua constituição, a NEO pretendia ser um veículo para o desenvolvimento das actividades de energias renováveis da EDP, que se encontravam inicialmente concentradas na península ibérica. A EDP consolidou na NEO a maior parte das subsidiárias e investimentos ibéricos detentores de activos de energia renovável então existentes. Estas entidades incluíam 80% da Generaciones Especiales I, S.L. ("Genesa") em Espanha e 100% da Enernova — Novas Energias, S.A. ("Enernova") em Portugal. A Genesa foi constituída em Maio de 2004 e a Enernova foi constituída em Novembro de 1993, embora apenas tenha iniciado a sua actividade em 1996. Entre os factos históricos chave da NEO incluem-se, entre outros, a aquisição dos negócios de energias renováveis em Espanha e França da Nuon, em Dezembro de 2005; a aquisição do Agrupación Eólica, em Dezembro de 2006, com operações no sector da energia eólica em Espanha e França e; a aquisição em Dezembro de 2007, da Relax Wind Parks, que detém um "portfolio" de projectos eólicos na Polónia.

Em 2 de Julho de 2007, o Grupo EDP adquiriu à GS Wind Holdings, LLC, uma subsidiária detida maioritariamente pelo Grupo Goldman Sachs ("Goldman Sachs"), 100% do capital social da Horizon, através da EDP Sucursal. A Horizon é uma empresa de responsabilidade limitada com sede em Delaware que detém um subgrupo de empresas a operar no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América. Em 21 de Dezembro de 2007, a propriedade da Horizon foi transferida para a EDP Renováveis, tal como referido acima.

1.2 Objectivo da informação financeira Pro forma

A informação financeira Pro forma foi preparada de acordo com o regulamento (EC) 809/2004 e com a respectiva recomendação CESR.

A informação financeira Pro forma deve proporcionar informação sobre o impacto continuado de uma transacção particular, mostrando como ela teria afectado as demonstrações financeiras históricas, se a transacção tivesse sido consumada numa data anterior. Assim, a informação financeira Pro forma foi preparada com o objectivo de ilustrar o efeito, nas demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis de 31 de Dezembro de 2007, considerando que a EDP Renováveis tinha sido constituída em 1 de Janeiro de 2007 e que, as demonstrações financeiras consolidadas Pro forma incluíam os 12 meses de actividade dos Grupos NEO (incluindo o sub grupo Relax Wind Parks adquirido em Dezembro de 2007) e HWE, a partir dessa data.

A informação financeira Pro forma inclui a seguinte informação:

- a) Balanço consolidado Pro forma da EDP Renováveis S.L., em 31 de Dezembro de 2007;
- b) Demonstração dos Resultados Consolidados Pro forma da EDP Renováveis S.L., em 31 de Dezembro de 2007.

A informação financeira Pro forma constitui uma situação hipotética, e como tal, não representa a posição financeira actual nem os resultados da Empresa.

1.3 Bases de apresentação da informação financeira Pro forma

De forma a atingir o objectivo acima referido relativo à informação financeira Pro forma, o Conselho de Administração considerou os seguintes pressupostos significativos abaixo descritos.

Para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, foram assumidos os seguintes pressupostos:

- Que a EDP Renováveis S.L. teria sido constituída e iniciado as suas actividades em 1 de Janeiro de 2007, com as mesmas contribuições históricas de capital descritas no parágrafo 1.1 acima;
- Que os Grupos NEO e HWE foram consolidados na EDP Renováveis S.L. como se tivessem pertencido ao Grupo desde o dia 1 de Janeiro de 2007;
- Que a aquisição da HWE pelo Grupo EDP e da Relax Wind Parks pelo Grupo NEO, ocorreram no dia 1 de Janeiro de 2007, sob as mesmas condições históricas;
- Não foram consideradas alterações nos ajustamentos históricos de justo valor aos activos e passivos associados às combinações empresariais ocorridas durante 2007;
- Que os financiamentos relativos às aquisições ocorridas durante 2007 teriam sido obtidos nas mesmas condições com referência a 1 de Janeiro de 2007.

As demonstrações financeiras do Grupo HWE foram preparadas usando a sua moeda (USD).

Para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, os activos e passivos da Horizon foram convertidos para Euros à taxa em vigor na data do balanço (1,4721 Euros/USD) e os custos e proveitos foram convertidos à taxa média do ano (1,3724 Euros/USD). As diferenças de câmbio resultantes destas conversões foram reconhecidas em reservas.

Os parágrafos seguintes detalham a informação relativa ao impacto dos pressupostos acima referidos e são apresentados de forma a proporcionam um melhor entendimento da informação financeira Pro forma.

2 Fontes das demonstrações financeiras consolidadas Pro forma

Conforme estabelecido no Regulamento (EC) 809/2004 (Anexo II), as fontes de preparação da informação financeira Pro forma são usualmente as demonstrações financeiras históricas auditadas das entidades envolvidas na transacção. As Demonstrações financeiras consolidadas Pro forma da EDP Renováveis foram preparadas com bases nos dados históricos da seguintes entidades:

- 1) Demonstrações financeiras auditadas da EDP Renováveis para o período de vinte e sete dias findo em 31 de Dezembro de 2007, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards) adoptadas pela União Europeia - "EU-IFRS");
- 2) Demonstrações financeiras consolidadas auditadas do Grupo NEO para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, preparadas de acordo com as EU-IFRS;
- 3) Demonstrações financeiras consolidadas auditadas do Grupo HWE para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Tendo em consideração que o Grupo HWE é uma empresa de responsabilidade limitada com sede nos Estados Unidos da América, até à data da sua aquisição pelo Grupo EDP, em 2 de Julho de 2007, as demonstrações financeiras estatutárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas americanas de contabilidade (US GAAP). Para efeitos da preparação do prospecto da oferta pública inicial da EDP Renováveis, as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios de 2006 e 2007, foram preparadas de acordo com as IFRS, de forma a proporcionar informação histórica do Grupo HWE sob os mesmos princípios contabilísticos geralmente aceites do Grupo EDP. Para efeitos da informação financeira Pro forma, foram usadas as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HWE preparadas de acordo com as IFRS. Em 31 de Dezembro de 2007, não existem diferenças entre as IFRS e as EU-IFRS que fossem aplicáveis ao Grupo HWE, pelo que não foram considerados necessários quaisquer ajustamentos de GAAP.

Para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007, os resultados das operações do Grupo HWE relativos ao período entre 1 de Janeiro e 2 de Julho de 2007, foram registados como resultados de pré-aquisição.

3 Balanço e Demonstração dos Resultados consolidados Pro forma

O balanço consolidado Pro forma e a demonstração dos resultados consolidados Pro forma, em 31 de Dezembro de 2007, são apresentados como segue:

3.1 Balanço consolidado Pro Forma

	INFORMAÇÃO HISTÓRICA			AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	AJUSTAMENTOS PRO FORMA		OUTROS AJUSTAMENTOS	PRO FORMA Consolidado - IFRS 31.12.2007
	EDP Renováveis Individual - IFRS 31.12.2007	HWE Group Consolidado - IFRS 31.12.2007	NEO Group Consolidado - IFRS 31.12.2007		Grupo HWE	Grupo NEO	PRO FORMA (Transacções não recorrentes)	
	EUROPA	E.U.A.	EUROPA				Grupo HWE	
					E.U.A.	EUROPA	E.U.A.	
Activo								
Activos fixos tangíveis	-	1.791.334	2.666.280	381.869	(4.036)	-	-	4.835.447
Activos intangíveis	-	12.861	12.617	(2.520)	(226)	-	-	22.731
Goodwill	-	-	705.725	539.352	-	-	-	1.245.077
Investimentos financeiros em filiais	1.863.360	-	-	(1.863.360)	-	-	-	-
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	276	30.109	1.975	-	-	-	32.360
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.879	-	-	-	-	7.879
Activos por impostos diferidos	-	-	16.694	25	-	-	-	16.719
Devedores e outros activos de médio e longo prazo	-	11.636	76.759	12.138	(1.980)	-	-	98.554
Total de Activos Não Correntes	1.863.360	1.816.107	3.516.063	(930.520)	(6.242)	-	-	6.258.768
Inventários	-	-	39.024	-	-	-	-	39.024
Clientes	-	11.736	49.215	(66)	-	-	-	60.885
Devedores e outros activos de curto prazo	37.994	22.975	38.491	(209)	-	-	-	99.251
Impostos a receber	11	-	96.725	99	-	-	-	96.835
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	44.839	-	-	-	-	44.839
Caixa e equivalentes de caixa	15	298.924	89.357	196	-	-	-	388.492
Activos detidos para venda	-	2.640	-	-	-	-	-	2.640
Total de Activos Correntes	38.020	336.276	357.651	20	-	-	-	731.967
Total do Activo	1.901.379	2.152.383	3.873.714	(930.500)	(6.242)	-	-	6.990.735
Capitais Próprios								
Capital	18.873	1.041.040	30.000	(1.071.040)	-	-	-	18.873
Prêmios de emissão de acções	1.882.338	-	242.159	(242.159)	-	-	-	1.882.338
Reservas e resultados acumulados	-	16.838	27.512	141.533	(385)	580	(54.802)	131.276
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários	44	(53.816)	2.004	(3.178)	5.680	(1.514)	54.802	4.022
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas maioritários	1.901.255	1.004.062	301.675	(1.174.844)	5.295	(934)	-	2.036.509
Interesses minoritários	-	26	65.885	119.677	-	(1.122)	-	184.465
Total dos Capitais Próprios	1.901.255	1.004.087	367.560	(1.055.167)	5.295	(2.056)	-	2.220.974
Passivo								
Dívida Financeira de médio/longo prazo	-	-	2.364.654	(25)	-	-	-	2.364.629
Benefícios aos empregados	-	-	1.211	-	-	-	-	1.211
Provisões para riscos e encargos	-	13.589	9.008	-	-	-	-	22.597
Passivos por impostos diferidos	47	-	278.422	-	-	-	-	278.469
Investidores Institucionais	-	733.273	-	-	(11.537)	-	-	721.736
Credores e outros passivos de médio/longo prazo	-	923	324.019	124.837	-	-	-	449.779
Total de Passivos Não Correntes	47	747.785	2.977.314	124.812	(11.537)	-	-	3.838.421
Dívida Financeira de curto prazo	-	320.926	196.518	-	-	3.047	-	520.491
Credores e outros passivos de curto prazo	77	79.585	321.594	(3.062)	-	-	-	398.194
Impostos a pagar	-	-	10.728	2.917	-	(990)	-	12.655
Total dos Passivos Correntes	77	400.511	528.840	(145)	-	2.056	-	931.340
Total do Passivo	125	1.148.296	3.506.154	124.667	(11.537)	2.056	-	4.769.761
Total dos Capitais Próprios e Passivo	1.901.379	2.152.383	3.873.714	(930.500)	(6.242)	-	-	6.990.735

3.2 Demonstração dos resultados consolidados Pro Forma

Os ajustamentos de consolidação estão explicados na nota 4. Os ajustamentos Pro forma estão explicados, em detalhe, nas notas 5.1 a 5.5.

(Milhares de Euros)

	INFORMAÇÃO HISTÓRICA			AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	AJUSTAMENTOS PRO FORMA		OUTROS AJUSTAMENTOS PRO FORMA (Transacções não recorrentes)	PRO FORMA
	EDP Renováveis Individual - IFRS 31.12.2007	HWE Group Consolidado - IFRS 31.12.2007	NEO Group Consolidado - IFRS 31.12.2007		Grupo HWE	Grupo NEO	Grupo HWE	EDP RENOVÁVEIS Consolidado - IFRS 31.12.2007
	EUROPA	E.U.A.	EUROPA		E.U.A.	EUROPA		
Volume de negócios	-	51.814	262.506	-	1.163	312	-	315.794
Custos com aquisição de electricidade	-	(192)	(206)	-	-	-	-	(398)
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-	-	(19.432)	-	-	-	-	(19.432)
	-	51.622	242.868	-	1.163	312	-	295.965
Outros proveitos / (custos) de exploração								
Outros proveitos de exploração		15.121	6.097	-	10.287	1	-	31.505
Fornecimentos e serviços externos	(67)	(16.790)	(38.829)	-	-	(907)	-	(56.593)
Custos com o pessoal	-	(12.217)	(12.919)	-	-	(68)	-	(25.204)
Custos com benefícios aos empregados	-	(1.319)	(96)	-	-	-	-	(1.415)
Custos com plano de incentivos	-	(54.802)	-	-	-	-	54.802	-
Outros custos de exploração		(6.089)	(6.970)	-	(1.441)	(104)	-	(14.604)
	(67)	(76.096)	(52.717)	-	8.846	(1.078)	54.802	(66.309)
	(67)	(24.474)	190.151	-	10.009	(766)	54.802	229.655
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	-	(27.773)	(91.196)	(2.377)	(4.329)	(17)	-	(125.692)
Compensações de amortizações (subsídios ao investimento)	-	-	156	-	-	-	-	156
	(67)	(52.247)	99.111	(2.377)	5.680	(783)	54.802	104.119
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	-	6.736	-	-	-	-	6.736
Outros proveitos financeiros	158	8.367	13.457	-	-	546	-	22.528
Outros custos financeiros	-	(9.757)	(113.691)	-	-	(3.365)	-	(126.812)
Ganhos / (perdas) em associadas	-	(179)	3.048	-	-	-	-	2.869
Resultado antes de imposto	92	(53.816)	8.661	(2.377)	5.680	(3.602)	54.802	9.440
Impostos sobre lucros	(47)	-	(3.972)	-	-	965	-	(3.054)
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação	44	(53.816)	4.689	(2.377)	5.680	(2.636)	54.802	6.385
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	44	(53.816)	4.689	(2.377)	5.680	(2.636)	54.802	6.385
Atribuível a:								
Accionistas maioritários	44	(53.816)	2.004	(3.178)	5.680	(1.514)	54.802	4.021
Interesses minoritários	-	-	2.685	802	-	(1.122)	-	2.364
Resultado líquido do exercício	44	(53.816)	4.689	(2.377)	5.680	(2.636)	54.802	6.385

Ajustamentos de consolidação

Os ajustamentos de consolidação, para efeitos das Demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, são apresentados como segue:

	<i>(Milhares de Euros)</i>			
	PPA HWE em 2 de Julho de 2007	PPA HWE - Impacto das Amortizações	OUTROS Ajustamentos	AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO TOTAL
Balanço				
Activo				
Activos fixos tangíveis	385.118	(3.249)	—	381.869
Outros activos intangíveis	(1.075)	(1.445)	—	(2.520)
Goodwill	526.629	—	12.723	539.352
Investimentos em subsidiárias	—	—	(1.863.360)	(1.863.360)
Investimentos em associadas	2.359	(456)	72	1.975
Activos por impostos diferidos	—	—	25	25
Devedores e Outros activos - Médio e Longo prazo	13.562	(1.486)	62	12.138
Total Activos não correntes	926.593	(6.636)	(1.850.477)	(930.520)
Clientes - Curto prazo	—	—	(66)	(66)
Devedores e Outros activos - Curto prazo	—	—	(209)	(209)
Impostos a receber	—	—	99	99
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	196	196
Total Activos correntes	—	—	20	20
Total Activos	926.593	(6.636)	(1.850.457)	(930.500)
Capitais próprios				
Capital	746.670	—	(1.817.710)	(1.071.040)
Prémios de emissão	—	—	(242.159)	(242.159)
Reservas e resultados acumulados	50.584	(590)	91.539	141.533
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis	—	(2.377)	(802)	(3.178)
Capitais próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis	797.254	(2.967)	(1.969.131)	(1.174.844)
Interesses minoritários	—	—	119.677	119.677
Total Capitais Próprios	797.254	(2.967)	(1.849.454)	(1.055.167)
Passivo				
Dívida financeira - Médio / longo prazo	—	—	(25)	(25)
Credores e Outros passivos - Médio / longo prazo	129.339	(3.669)	(833)	124.838
Total Passivos não correntes	129.339	(3.669)	(858)	124.813
Credores e Outros passivos - Curto prazo	—	—	(3.062)	(3.062)
Impostos a pagar	—	—	2.917	2.917
Total Passivos correntes	—	—	(145)	(145)
Total Passivo	129.339	(3.669)	(1.003)	124.668
Total Passivo e capitais próprios	926.593	(6.636)	(1.850.457)	(930.500)
Demonstração dos resultados				
Resultado líquido do exercício	—	(2.377)	—	(2.377)
Atribuível a:				
Accionistas da EDP Renováveis	—	(2.377)	(802)	(3.179)
Interesses minoritários	—	—	802	802
Profit (loss) for the period	—	(2.377)	—	(2.377)

Numa combinação empresarial, o adquirente deve, à data da aquisição, efectuar a alocação do custo de aquisição da combinação empresarial reconhecendo os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis do adquirido aos seus justos valores. A diferença entre o custo da combinação empresarial e a percentagem do adquirente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis reconhecidos do adquirido, é registado como Goodwill.

Para efeitos da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2007, a EDP Renováveis considerou o justo valor os activos, passivos e passivos contingentes determinados através de uma avaliação efectuada por uma entidade externa e que foram calculados para efeitos da determinação da alocação do preço de aquisição (Purchase Price Allocation — PPA) da Horizon com referência à data da aquisição (2 de Julho de 2007).

Nesta base, a coluna “PPA HWE em 2 de Julho de 2007” representa o montante do PPA à data de aquisição e a coluna “PPA HWE - Impacto das Amortizações” representa a amortização dos ajustamentos dos justos valores respectivos para o período de 3 de Julho a 31 de Dezembro de 2007.

A coluna “Outros ajustamentos” representa a eliminação dos capitais próprios das empresas consolidadas, NEO e Horizon (1.863.360 milhares de Euros), em contrapartida do montante dos investimentos financeiros registados nas demonstrações financeiras individuais da EDP Renováveis. Esta coluna também inclui o montante Euros 12.723 milhares de Euros de goodwill relativo aos custos de transacção incorridos EDP Renováveis no processo de aquisição da HWE.

Não foram identificados saldos e transacções entre a EDP Renováveis, NEO e HWE.

5

Ajustamentos Pro forma

Os ajustamentos Pro forma foram preparados assumindo que as transacções ocorreram no início do ano apresentado e incluem ajustamentos que traduzem o efeito de eventos que (i) são directamente atribuíveis à transacção, (ii) espera-se que tenham um impacto continuado na empresa (iii) possam ser factualmente demonstrados.

Os ajustamentos Pro forma feitos ao balanço e à demonstração dos resultados são detalhados como segue:

(Milhares de Euros)					
HWE			NEO		TOTAL
5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	
Investidores Institucionais	PPA HWE - Impacto das Amortizações	Plano compensação da Goldman Sachs	Resultados pré-aquisição de subsidiárias	Custos com juros	
Balanço					
Activos					
Activos fixos tangíveis	—	(4.036)	—	—	(4.036)
Outros activos intangíveis	—	(226)	—	—	(226)
Goodwill	—	—	—	—	—
Devedores e Outros activos - Médio e Long prazo	—	(1.980)	—	—	(1.980)
Total Activos não correntes	—	(6.242)	—	—	(6.242)
Total Activos	—	(6.242)	—	—	(6.242)
Capitais próprios					
Reservas e resultados acumulados	—	—	(54.802)	580	(54.222)
Reserva de diferenças de câmbio de consolidação	(697)	312	—	—	(385)
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis	10.287	(4.607)	54.802	(1.234)	58.968
Capitais próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis	9.590	(4.295)	—	300	4.361
Interesses minoritários	—	—	(300)	(823)	(1.122)
Total Capitais Próprios	9.590	(4.295)	0	(2.056)	3.239
Passivo					
Dívida financeira - Médio / longo prazo	—	—	—	—	—
Credores e Outros passivos - Médio / longo prazo	(9.590)	(1.947)	—	—	(11.537)
Total Passivos não correntes	(9.590)	(1.947)	—	—	(11.537)
Dívida financeira - Curto prazo	—	—	—	3.047	3.047
Impostos a pagar	—	—	—	(990)	(990)
Total Passivos correntes	—	—	—	2.056	2.056
Total Passivo	(9.590)	(1.947)	—	2.056	(9.480)
Total Passivo e capitais próprios	—	(6.242)	0	—	(6.242)
Demonstração dos resultados					
Volume de negócios	—	1.163	—	312	1.475
Custos com aquisição de electricidade	0	1.163	—	312	1.475
Outros proveitos de exploração	10.287	—	—	1	10.288
Fornecimentos e serviços externos	—	—	—	(907)	(907)
Custos com o pessoal	—	—	—	(68)	(68)
Custos com o plano de compensação	—	—	54.802	—	54.802
Outros custos de exploração	—	(1.441)	—	(104)	(1.545)
	10.287	(1.441)	54.802	(1.078)	62.571
EBITDA	10.287	(278)	54.802	(766)	64.046
Amortizações do exercício	—	(4.329)	—	(17)	(4.346)
	10.287	(4.607)	54.802	(783)	59.700
Outros proveitos financeiros	—	—	—	546	546
Outros custos financeiros	—	—	—	(318)	(3.365)
Resultado antes de impostos	10.287	(4.607)	54.802	(555)	56.881
Impostos sobre lucros	—	—	—	(25)	965
Resultado líquido do exercício	10.287	(4.607)	54.802	(580)	57.845
Atribuível a:					
Accionistas da EDP Renováveis	10.287	(4.607)	54.802	(280)	58.968
Interesses minoritários	—	—	—	(300)	(1.123)
Resultado líquido do exercício	10.287	(4.607)	54.802	(580)	57.845

5.1 HWE — Investidores Institucionais (II)

De forma a poder utilizar integralmente os benefícios fiscais atribuíveis a empresas de produção de energias renováveis, a Horizon utiliza investidores institucionais em parcerias societárias. Estas operações envolvem a criação de holdings, para as quais foram transferidos alguns projectos de parques eólicos.

Cada empresa-mãe tem duas classes de accionistas. A Horizon retém os direitos do investidor financeiro ("cash investor") detendo o controlo das operações e da gestão. Os investidores institucionais, por via do pagamento de uma compensação monetária, detêm o direito de usufruir da totalidade dos benefícios fiscais e de parte dos fluxos de caixa num determinado período. Os benefícios fiscais incluem o direito de receber créditos fiscais associados à produção, bem como de lhes ser alocada uma parte significativa do lucro/perda tributável, gerado com base em projecções.

O investidor institucional adquire estes interesses através de pagamentos antecipados efectuados na data da transacção. O montante destes pagamentos é determinado por forma a que os investidores venham a obter determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do décimo ano em que os créditos fiscais associados à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total que o investidor institucional vai receber e inclui o uso dos créditos fiscais, do lucro/perda tributável e das distribuições monetárias efectuadas.

No âmbito destas parcerias societárias, todos os fluxos de caixa operacionais são alocados aos "Cash investors" até à mais recente das seguintes datas: i) uma data fixa ou, ii) uma data na qual os investidores irão recuperar o capital investido, líquido dos recebimentos ocorridos ("Flip Date"). A "Flip date" é expectável que ocorra aproximadamente sete a oito anos após a data da transacção. Após esta data, todos os fluxos de caixa operacionais são alocados aos investidores institucionais até ao recebimento das taxas internas de retorno acordadas ("Flip Date").

Antes da "Flip Date", uma parte significativa dos benefícios fiscais gerados pelas parceiras é alocada ao investidor institucional, sendo os benefícios remanescentes alocados à Horizon. Depois da "Flip Date", o investidor institucional retém um interesse minoritário durante o termo da sua parceria na estrutura. A Horizon detém uma opção de adquirir os interesses minoritários detidos pelo investidor institucional a um preço de mercado na "Flip Date".

De acordo com as projecções da empresa-mãe Vento I, as amortizações relativas aos primeiros seis meses de 2007 ascendem a 14.117 milhares de USD (10.287 milhares de Euros), que incluem 6.676 milhares de Euros relativos a rédito de PTC e 3.611 milhares de Euros relativos a amortizações aceleradas.

5.2 HWE — PPA HWE - Impacto das Amortizações

São necessários ajustamentos às demonstrações financeiras Pro forma quando o registrante tenha adquirido um negócio registado como uma aquisição de uma combinação empresarial. Neste caso, os activos e passivos da companhia adquirida são ajustados para reflectir o seu justo valor. Como resultado destes ajustes de justo valor, pode ser necessário efectuar ajustamentos Pro forma a custos como amortizações dos activos intangíveis identificáveis e amortização dos ajustamentos de justo valor relativos a activos fixos tangíveis e a outros activos e passivos.

Tal como referido no parágrafo 1.3 acima, para efeitos das Demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, foi assumido que a alocação do preço de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes associados às combinações empresariais ocorridas durante 2007 não seria recalculada retrospectivamente. No entanto, são necessários ajustamentos Pro forma que reflectam os custos que teriam ocorrido desde 1 de Janeiro de 2007 relativos à alocação do preço de aquisição, tais como a amortização do período relativo aos activos intangíveis identificados no PPA e a amortização dos ajustamentos de justo valor relativos a activos fixos tangíveis e a outros activos e passivos.

Tomando em consideração a data de aquisição da Horizon, 2 de Julho de 2007, para efeitos das Demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, foi necessário calcular o impacto da amortização do ajustamento justo valor dos activos e passivos identificados no PPA relativos ao primeiro semestre de 2007, dado que foi assumido que a data de aquisição da HWE pela EDP tinha ocorrido em 1 de Janeiro de 2007.

O efeito, nas Demonstrações financeiras consolidadas Pro forma dos ajustamentos acima referidos, é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

	Balanço			Demonstração dos resultados		
	Activos não correntes	Capitais próprios	Passivos não correntes	Volume de negócios	Outros proveitos / (custos) de exploração	Amortizações do exercício
Activos fixos tangíveis	(4.036)	(4.036)	-	-	-	(4.329)
Contratos de Aquisição de Energia	(226)	1.721	(1.947)	1.845	-	-
Contratos de O&M	(1.343)	(1.343)	-	-	(1.441)	-
Contratos de Royalties	(637)	(637)	-	(682)	-	-
	(6.242)	(4.295)	(1.947)	1.163	(1.441)	(4.329)
Total	(6.242)		(6.242)			(4.607)

Os justos valores dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE), Operação e Manutenção (O&M) e Royalties, foram estimados com base numa metodologia de fluxos de caixa descontados ("FCD"). As diferenças entre o valor contabilístico e os justos valores, são amortizadas com base nos fluxos de caixa projectados.

5.3 HWE - Plano de compensação da Goldman Sachs

A Goldman Sachs, o anterior accionista da Horizon, criou um plano de compensação para os empregados da Horizon. Este plano foi desenhado de forma a permitir aos empregados beneficiarem dos eventuais ganhos realizados pela Goldman Sachs, numa eventual venda da Horizon.

No primeiro semestre de 2007, imediatamente antes do fecho do processo de venda da Horizon à EDP, a Goldman Sachs atribuiu aos empregados da Horizon o montante de 75,2 milhões de USD (54,8 milhões de Euros), que constituiu um pagamento único efectuado ao abrigo do plano de compensação, relativamente ao qual não existem obrigações pendentes. O montante acima referido foi registado na demonstração dos resultados da Horizon relativa a 30 de Junho de 2007.

Tendo em consideração que para efeitos das Demonstrações financeiras consolidadas Pro forma a aquisição da Horizon ocorreu a 1 de Janeiro de 2007 e, que o plano de compensação foi atribuído imediatamente antes do fecho do processo de aquisição pela EDP, para efeito das Demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, o custo relacionado com o plano de compensação acima referido foi revertido na demonstração dos resultados de 2007 e considerado na demonstração dos resultados de 2006, como um ajustamento aos resultados transitados.

5.4 NEO — Resultados pré-aquisição do Grupo Relax Wind Parks

Em Dezembro de 2007, a NEO adquiriu dez subsidiárias localizadas na Polónia, cujos resultados relativos ao ano de 2007 foram integralmente considerados como resultados de pré-aquisição.

Para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, os resultados de 2007 das empresas (580 milhares de Euros) foram considerados na demonstração dos resultados consolidados EDP Renováveis e, como tal, os resultados transitados foram reduzidos no mesmo montante.

5.5 NEO — Custos com juros

Durante 2007, a empresa-mãe do Grupo NEO adquiriu novas subsidiárias com recurso a financiamentos externos sob a forma de empréstimos. Para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas Pro forma, os custos com juros relativos a estes empréstimos foram recalculados como se estes empréstimos tivessem sido contratados a 1 de Janeiro de 2007. Consequentemente, os custos com juros aumentaram em 3.047 milhares de Euros (2.057 milhares de Euros, líquidos de impostos e antes de interesses minoritários).

6 Itens não frequentes ou não recorrentes

NEO — Ganhos na alienação de activos financeiros

Como parte do processo de reorganização do sector de negócio das energias renováveis do Grupo EDP, do qual resultou a constituição do Grupo EDP Renováveis, a NEO vendeu à Hidrocantábrico a sua participação nos negócios relativos à produção de energia em regime de cogeração. As demonstrações financeiras históricas do Grupo NEO, em 31 de Dezembro de 2007, incluem um ganho não recorrente relativo a esta operação de venda, no montante de 6.736 milhares de Euros.

* * * * *

Lisboa, 24 de Abril de 2008

Parecer sobre Informação Financeira Pro forma

Ao Conselho de Administração da
EDP Renováveis, S.A.

1. Efectuámos a revisão da informação financeira pro forma da EDP Renováveis, S.A. e suas subsidiárias que integram o Grupo EDP Renováveis, à data de 31 de Dezembro de 2007 para inclusão no Prospecto de Oferta Pública de Subscrição e de Admissão a Negociação a registar em 15 de Maio de 2008. A EDP Renováveis, S.A. foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 como EDP Renováveis S.L., tendo alterado a sua forma jurídica para EDP Renováveis, S.A., em 18 de Março de 2008.
2. A referida informação financeira pro forma foi preparada unicamente para efeitos informativos acerca de como as operações de aquisição do Grupo Horizon e do Grupo NEO pela EDP Renováveis, S.A., ocorridas em 18 e 21 de Dezembro de 2007, respectivamente, poderiam ter afectado o balanço e a demonstração dos resultados consolidados do exercício 2007, da EDP Renováveis, S.A. e suas subsidiárias que integram o Grupo EDP Renováveis, caso as mesmas tivessem ocorrido em 1 de Janeiro de 2007. Dado que esta informação financeira pro forma foi preparada para ilustrar uma situação hipotética, não tem por objectivo representar, e não representa, a situação financeira e patrimonial nem os resultados das operações do Grupo EDP Renováveis.
3. Os administradores da EDP Renováveis, S.A. são responsáveis pela preparação e conteúdo da informação financeira pro forma, de acordo com os requisitos da Regulamentação da União Europeia contida no Regulamento 809/2004 e com a recomendação da CESR para a implementação consistente da referida regulamentação (CESR/05-054b). Por conseguinte, os administradores da EDP Renováveis S.A. são também responsáveis pelos pressupostos e hipóteses nos quais se baseiam os ajustamentos pro forma e que se encontram descritos na Nota 1 da informação financeira pro forma.
4. É nossa responsabilidade emitir o parecer requerido no ponto 7 do Anexo II da Regulamentação da União Europeia (Regulamento 809/2004), que em nenhum momento pode ser entendido como um relatório de auditoria às contas. Não somos responsáveis por expressar nenhuma outra opinião sobre a informação financeira pro forma, sobre os pressupostos e hipóteses utilizados na sua preparação, nem sobre lançamentos contabilísticos ou outros elementos específicos. Em particular, em relação à informação utilizada na compilação da informação financeira pro forma anexa, não aceitamos qualquer responsabilidade adicional à já assumida em relatórios por nós emitidos anteriormente a este respeito.

5. O nosso trabalho, que não incluiu um exame independente da informação utilizada na compilação da informação financeira pro forma, foi planeado e realizado de modo a obtermos toda a informação e explicações que considerámos necessárias com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se a informação financeira pro forma referida foi adequadamente compilada em função dos pressupostos e hipóteses definidos pelos administradores da EDP Renováveis, S.A. e consistiu, basicamente, na execução dos seguintes procedimentos:
- Obtenção de um entendimento sobre a transacção subjacente à informação financeira pro forma, através da leitura dos contratos existentes, bem como através da realização de indagações à Administração da entidade adquirente.
 - Identificação das partes envolvidas na transacção e obtenção de um entendimento sobre o papel de cada uma das partes na mesma.
 - Obtenção de um conhecimento dos critérios contabilísticos utilizados pelas diferentes entidades envolvidas na transacção.
 - Realização de inquéritos à Administração da entidade adquirente em relação aos ajustamentos pro forma efectuados, assim como em relação aos efeitos da transacção nas demonstrações financeiras.
 - Avaliação sobre se os ajustamentos pro forma estão directamente relacionados com a transacção, assim como se reflectem os efeitos significativos da transacção sobre as demonstrações financeiras.
 - Análise do adequado suporte documental dos ajustamentos pro forma efectuados pelos administradores da EDP Renováveis, S.A.
 - Verificação dos cálculos dos ajustamentos pro forma e da aplicação dos mesmos à informação financeira de base.
 - Avaliação sobre se a transacção e os ajustamentos pro forma, e as hipóteses e os pressupostos utilizados pelos administradores da EDP Renováveis, S.A., no processo de elaboração da informação financeira pro forma e as incertezas significativas associadas às mesmas, estão adequadamente descritas nas notas explicativas.
 - Obtenção de uma carta de representação dos responsáveis pela preparação da informação financeira pro forma.
6. Em nossa opinião:
- A informação financeira pro forma anexa foi adequadamente compilada em função dos pressupostos e hipóteses definidos pelos administradores da EDP Renováveis, S.A.
 - O referencial contabilístico utilizado pelos administradores da EDP Renováveis, S.A. na preparação da informação financeira pro forma anexa, é consistente com as políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Renováveis, S.A. na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007.

7. Este parecer foi preparado por solicitação da EDP Renováveis, S.A. no âmbito do processo de emissão, verificação e de registo do Prospecto de Oferta Pública de Subscrição e de Admissão à Negociação (Folheto Informativo de Admissão à Cotização das Acções) da EDP Renováveis, S.A. na Euronext pela Bolsa de Valores de Lisboa e, por conseguinte, não deverá ser utilizado com nenhuma outra finalidade, nem publicado em nenhum outro Prospecto ou documento de natureza similar sem o nosso consentimento escrito. Não admitiremos responsabilidade alguma perante pessoas distintas às destinatárias deste parecer

KPMG AUDITORES, S.L.



Ana Fernández Poderós

6 de Maio de 2008